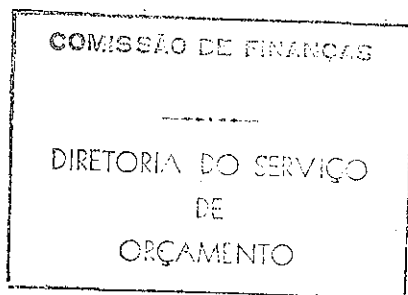




2
49/22
53-1

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL



COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

	Pág.		Pág.
Decreto Legislativo n.º 1 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1952	3	Decreto Legislativo n.º 11 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 23 de fevereiro de 1952	6
Decreto Legislativo n.º 2 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 5 de fevereiro de 1952	3	Decreto Legislativo n.º 12 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 23 de fevereiro de 1952	7
Decreto Legislativo n.º 3 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	3	Decreto Legislativo n.º 13 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 23 de fevereiro de 1952	7
Decreto Legislativo n.º 4 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	4	Decreto Legislativo n.º 14 — ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	7
Decreto Legislativo n.º 5 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	4	Decreto Legislativo n.º 15 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de março de 1952	8
Decreto Legislativo n.º 6 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	5	Decreto Legislativo n.º 16 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de março de 1952	8
Decreto Legislativo n.º 7 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	5	Decreto Legislativo n.º 17 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de março de 1952	8
Decreto Legislativo n.º 8 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	5	Decreto Legislativo n.º 18 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de março de 1952	9
Decreto Legislativo n.º 9 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	6	Decreto Legislativo n.º 19 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de março de 1952	9
Decreto Legislativo n.º 10 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de fevereiro de 1952	6	Lei n.º 1.536 — de 2 de janeiro de 1952. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do domínio da União ao Município de Ibaiti, Estado do Pa-	

	Pág.		Pág.
raná. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de janeiro de 1952. Ret. no <i>D.O.</i> de 10 de janeiro de 1952 ..	10	Moreira. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de janeiro de 1952	14
Lei n.º 1.537 — de 2 de janeiro de 1951. Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S.A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração, destinados ao fomento da produção, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de janeiro de 1952	10	Lei n.º 1.544 — de 8 de janeiro de 1952. Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o pagamento de despesas provenientes da substituição de presidentes de juntas do Tribunal Regional do Trabalho, da 1.ª Região, e relativas ao exercício de 1950. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de janeiro de 1952	15
Lei n.º 1.538 — de 3 de janeiro de 1952. Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Crêche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de janeiro de 1952	11	Lei n.º 1.545 — de 8 de janeiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para pagamento de diferença de aluguel do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de janeiro de 1952	15
Lei n.º 1.539 — de 3 de janeiro de 1952. Ratifica a Lei número 1.249, de 12 de dezembro de 1950, que orça a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1951	11	Lei n.º 1.546 — de 29 de janeiro de 1952. Revoga o art. 10 do Decreto-lei número 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 31 de janeiro de 1952	15
Lei n.º 1.540 — de 3 de janeiro de 1952. Dá nova redação ao art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de janeiro de 1952.	12	Lei n.º 1.547 — Agricultura — de 5 de fevereiro de 1952. — Faculta aos químicos agrícolas interinos, da carreira especializada do Ministério da Agricultura, o direito à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	16
Lei n.º 1.541 — de 5 de janeiro de 1952. Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito especial de Cr\$ 3.897.847,40, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de janeiro de 1952	12	Lei n.º 1.548 — Agricultura — Fazenda — de 5 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	16
Lei n.º 1.542 — de 5 de janeiro de 1952. Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de Diplomata com pessoa de nacionalidade estrangeira. Pub. no <i>D. O.</i> de 12 de janeiro de 1952	14		
Lei n.º 1.543 — de 8 de janeiro de 1952. Concede pensão mensal a Benvinda de Holanda			

Pág.		Pág.
	Lei n.º 1.549 — Agricultura — de 5 de fevereiro de 1952. — Estende aos químicos, para efeito de ingresso na carreira especializada de químico agrícola, as vantagens outorgadas pela Lei n.º 657, de 21 de março de 1949, que dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento de especialização, criados, no Ministério da Agricultura. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 fevereiro de 1952	16
	Lei n.º 1.550 — Fazenda — de 5 de fevereiro de 1952. Reclassifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, classe F, os ex-contínuos de Delegacias Fiscais, incluídos no Quadro VII pela lei número 284, de 28 de outubro de 1936, como serventes, e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 8 de fevereiro de 1952	16
	Lei n.º 1.551 — Justiça — de 7 de fevereiro de 1952. Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de fevereiro de 1952	17
	Lei n.º 1.552 — de 8 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Salomão Vasconcelos. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de fevereiro de 1952	17
	Lei n.º 1.553 — de 8 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.100,00, para pagamento de gratificações no exercício de 1948, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de fevereiro de 1952	17
	Lei n.º 1.554 — de 8 de fevereiro de 1952. — Manda incluir no ensino da cadeira de Farmácia Galênica, as noções fundamentais de Farmácia Homeopática. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de fevereiro de 1952	18
	Lei n.º 1.555 — de 8 de fevereiro de 1952. — Denomina "Comandante Gustavo Kramer" o Aeroporto de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de fevereiro de 1952	18
	Lei n.º 1.556 — de 12 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 destinado às despesas do Congresso de Anestesiologia. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de fevereiro de 1952 ..	18
	Lei n.º 1.557 — de 12 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro as populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de fevereiro de 1952	18
	Lei n.º 1.557-A — de 14 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio ao V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a realizar-se em 1952, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 25 de fevereiro de 1952	19
	Lei n.º 1.558 — Guerra — de 16 de fevereiro de 1952. — Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos Oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de	

	Pág.		Pág.
Veterinária do Exército. Pub. no D. O. de 20 de fevereiro de 1952	19	Lei n.º 1.564 — Fazenda — de 1 de março de 1952. — Altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda. Pub. no D. O. de 5 de março de 1952	23
Lei n.º 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952. — Reconhece aos antigos encarregados e escravos dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n.º 3.454 de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n.º 15.220, de 29 de setembro de 1921. Pub. no D. O. de 28 de fevereiro de 1952	19	Lei n.º 1.565 — Justiça — Educação — de 3 de março de 1952. — Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais. O Presidente da República: Pub. no D. O. de 5 de março de 1952	23
Lei n.º 1.560 — Fazenda — Exterior — de 21 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica. Pub. no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.	20	Lei n.º 1.566 — de 5 de março de 1952. — Aumenta para Cr\$ 1.200,00 mensais a importância da pensão especial concedida à Senhora Leonor Barata Cotegipe. Pub. no D. O. de 11 de março de 1952 .	23
Lei n.º 1.561 — Viação — Trabalho — de 21 de fevereiro de 1952. — Dispõe sobre a profissão de conferente de carga e descarga, nos portos organizados do país. Pub. no D. O. de 28 de fevereiro de 1952	20	Lei n.º 1.567 — de 5 de março de 1952. — Concede pensão especial a Ester de Souza Valente. Pub. no D. O. de 11 de março de 1952	24
Lei n.º 1.562 — Educação — Fazenda — de 28 de fevereiro de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 10.000.000,00, para ereção, na Capital da República, de um monumento a Rui Barbosa (Art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Pub. no D. O. de 3 de março de 1952. Ret. no D. O. de 31 de março de 1952	21	Lei n.º 1.568 — de 7 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10, para ocorrer ao saldo do pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região. Pub. no D. O. de 13 de março de 1952	24
Lei n.º 1.563 — Fazenda — Trabalho — de 1 de março de 1952. — Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro. Pub. no D. O. de 4 de março de 1952	21	Lei n.º 1.569 — de 8 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e à instituições sociais do mesmo Estado. Pub. no D. O. de 13 de março de 1952	24

Pág.		Pág.
	Leí n.º 1.570 — Agricultura — Fazenda — de 10 de março de 1952. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ressarcimento das despesas e trabalhos realizados por Manoel Inácio Bastos e Oscar Salvador Cordeiro. Pub. no <i>D. O.</i> de 13 de março de 1952	25
	Leí n.º 1.571 — Fazenda — Exterior — de 11 de março de 1952. — Aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, alemães ou japoneses, residentes ou domiciliados no exterior, as disposições do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.806, de 7 de outubro de 1942, e do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946. O Presidente da República. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de março de 1952	26
	Leí n.º 1.572 — Educação — Fazenda — de 11 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 1.º centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de março de 1952 .	26
	Leí n.º 1.573 — Educação — de 13 de março de 1952. — Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao Serviço Especial de Saúde Pública. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de março de 1952	26
	Leí n.º 1.574 — Fazenda Aeronáutica — de 13 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessio-	
	nária da Fábrica de Aviões da Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais. Pub. no <i>D. O.</i> de 17 de março de 1952	27
	Leí n.º 1.575 — Fazenda — Justiça — de 14 de março de 1952. — Reorganiza o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal. Pub. no <i>D. O.</i> de 18 de março de 1952	27
	N.º 1.576 — Exterior — Fazenda — de 17 de março de 1952. — Restitui ao Governo da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de março de 1952	30
	Leí n.º 1.577 — Fazenda — de 17 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de março de 1952	30
	Leí 1.578 — Fazenda — de 17 de março de 1952. — Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social a materiais importados para vários templos religiosos. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de março de 1952	30
	Leí n.º 1.579 — Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — de 13 de março de 1952. — Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito. Pub. no <i>D. O.</i> de 21 de março de 1952. Ret. no <i>D. O.</i> de 24 de março de 1952	31
	Leí n.º 1.580 — Justiça — de 20 de março de 1952. — Altera os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei número 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados	

	Pág.		Pág.
no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil. Pub. no D. O. de 24 de março de 1952	32	zão de convocação ou impedimento. Pub. no D. O. de 29 de março de 1952	33
Lei n.º 1.581 — de 21 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devido aos juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947. Pub. no D. O. de 26 de março de 1952	32	Lei n.º 1.584 — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — de 27 de março de 1952. — Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Pub. no D. O. de 31 de março de 1952	33
Lei n.º 1.582 — Viação — Fazenda — de 22 de março de 1952. — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 17.335.400,00, para ocorrer ao pagamento de diversas despesas relativas aos exercícios de 1947 e 1948. Pub. no D. O. de 26 de março de 1952	32	Lei n.º 1.585 — Justiça — Marinha — Guerra — Exterior — Fazenda — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — de 28 de março de 1952. — Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946). Pub. no D. O. de 31 de março de 1952	33
Lei n.º 1.583 — de 25 de março de 1952. — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 44.740,50, destinado ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em ra-	32	Lei n.º 1.586 — Aeronáutica — Fazenda — de 29 de março de 1952. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00, para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luiz de Góes. Pub. no D. O. de 2 de abril de 1952	37

Índice do Apenso

	Pág.		Pág.
Decreto Legislativo n.º 32 — de 1951. Pub. no D. O. de 8 de fevereiro de 1952	41	Decreto Legislativo n.º 76 — de 1951. Pub. no D. O. de 22 de fevereiro de 1952	42
Decreto Legislativo n.º 64 — de 1951. Pub. no D. O. de 8 de fevereiro de 1952	41	Lei n.º 1.487 — Justiça — Fazenda — de 6 de dezembro de 1951. Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1952. Ret. no D. O. de 4 e 5 de janeiro de 1952	42
Decreto Legislativo n.º 74 — de 1951. Pub. no D. O. de 8 de fevereiro de 1952	42		

Pág.		Pág.
	Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70, destinado ao pagamento de gratificação por serviços eleitorais devida a Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará. Pub. no D. O. de 9 de janeiro de 1952	46
Lei n.º 1.493 — de 13 de dezembro de 1951. — Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional. Pub. no D. O. de 15 de fevereiro de 1952	42	
Lei n.º 1.493 — Educação — Justiça — Fazenda — Agricultura — Aeronáutica — de 13 de dezembro de 1951. — Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções. Rep. no D.O. de 16 de fevereiro de 1952	43	
Lei n.º 1.531-B — de 29 de dezembro de 1951. — Considera de utilidade pública a Bandeira Piratininga, com sede no Estado de São Paulo. Pub. no D. O. de 5 de janeiro de 1952	46	
Lei n.º 1.534 — de 31 de dezembro de 1951. — Autorizo o Poder Executivo a abrir ao		
	<i>Ementário</i>	
	Leis e Decretos publicados nos volumes I e II, de 1952, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos .	45

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1, DE 1952

Art. 1.º São aprovadas, nos termos das cópias devidamente autenticadas e a este anexas, as Notas trocadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada da Itália no Rio de Janeiro, que estabelecem um acôrdo entre os dois países quanto ao investimento do capital italiano e coparticipação de cidadãos italianos em empresas brasileiras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de janeiro de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 2, DE 1952

Art. 1.º E aprovado o Convênio de Pagamentos firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1949, entre o Brasil e o Uruguai.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de janeiro de 1952. — *JOÃO CAFÉ FILHO*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de ajuste celebrado a 22 de outubro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos

e a firma Somag-Sociedade de Engenharia Limitada, para a construção de um prédio na cidade de Capivari, Estado de São Paulo, destinado à Agência Postal-Telegráfica dessa cidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 20 de fevereiro de 1951, denegou registro ao termo de prorrogação de contrato firmado a 23 de junho de 1950, entre o Ministério da Agricultura e a Cooperativa dos Cafeicultores de Ponte Nova, para exploração por esta, mediante arrendamento, da Usina de Prepare de Cafe, de propriedade do Ministério e situada em Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77 § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 5, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de abril de 1951, negou registro ao contrato celebrado a 26 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Abigail Ribeiro de Magalhães Janja, para a locação do prédio sito à Rua Governador Sampaio n.º 492, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de janeiro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 6, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o contrato firmado a 24 de agosto de 1949, entre o Ministério da Guerra e a Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, para a prestação, por esta, de serviços de enfermagem no Hospital Militar de Salvador, no Estado da Bahia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 7, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de Acôrdo celebrado a 11 desse mês e ano, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool e Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, para o desenvolvimento do programa de trabalhos da Estação Experimental de Campos, nesse Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 8, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 6 de março de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 29 de agosto de 1951, entre a Diretoria de Aeronáutica Civil, do Ministério da Aeronáutica, e a empresa Viação Aérea Brasil Sociedade Anônima (VIABRAS), para a exploração por esta, da linha aérea Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Jataí.

Art. 2.º Esta l.ª entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 9, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de fevereiro de 1951, negou registro ao termo de contrato firmado a 2, de agosto de 1950, entre a Diretoria de Aeronáutica Civil, do Ministério da Aeronáutica, e a empresa Viação Aérea Brasil Sociedade Anônima (VIABRAS), para a exploração por esta, da linha aérea Rio de Janeiro-Belo Horizonte-Nortelópolis.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 10, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de contrato firmado a 5 de julho de 1950, entre o Serviço do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte e Geraldo Buriti Romeiro, e relativo à constituição de aforamento de um terreno acrescido de marinha, sito à rua General Glicério, na cidade de Natal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de Fevereiro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente do Senado Federal, em exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 11, de 1952

Art. 11. E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 10 de setembro de 1948, recusou registro ao contrato firmado a 13 de maio desse ano, entre o Serviço de Proteção aos Índios,

do Ministério da Agricultura, e a firma Otto Low & Irmãos Limitada, para a venda de pinheiros e cedros existentes na área do Posto Indígena de Guarita, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 12, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de setembro de 1950, recusou registro ao contrato celebrado a 21 de agosto dêsse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Artios Limitada, para a execução de obras complementares na Colônia Juliano Moreira, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 20 de fevereiro de 1951, negou registro ao termo de contrato celebrado a 27 de janeiro dêsse ano, entre o Ministério da Guerra e as Irmãs da Congregação de São Jose, para a prestação de serviços no Hospital Militar de Curitiba.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

DECRETO LEGISLATIVO N.º 14

e Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de outubro de 1950, negou registro ao termo de 27 de julho dêste ano, aditivo ao ajuste firmado em 10 de dezembro de 1947, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a firma Cobrasil — Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil, para a execução de dragagem no pórtio de Laguna, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 16, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 15 de dezembro de 1950, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 11 de outubro dêste ano, entre o Ministério da Guerra e José Giassi, para a construção de um pavilhão de oficinas no Depósito Central de Material Bélico.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 17, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 1.º de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 8 de novembro dêste ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma A. Pereira Gonçalves, para a execução de

obras de abastecimento de energia elétrica no Pavilhão de Adolescentes da Colônia Juliano Moreira, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 18, de 1952

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado no dia 6 do mesmo mês desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde, e a firma Campos, Fernandes & Companhia Limitada, para a execução de trabalhos diversos em enfermarias do Serviço de Assistência Social, do Ministério no Hospital Gaffrée Guinle, Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 19, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de 25 de julho de 1949, aditivo ao contrato celebrado em 30 de julho de 1948, entre o Departamento de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e a Prefeitura Municipal de Itacaré, no Estado da Bahia, para a conservação e exploração do cais construído pela União na sede do Município, bem como do cais construído pelo Município em Poiri, Antiga Itaipava, e de outros que venham a ser construídos no Município, de acordo com o disposto pelo Decreto-lei n.º 6.480, de 2 de maio de 1944.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.536 — DE 2 DE JANEIRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do domínio da União ao Município de Ibatí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ibatí, no Estado do Paraná, dentro do imóvel do domínio da União denominado Fazenda Barra Bonita, compreendido no acervo das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, as áreas necessárias ao perímetro urbano da sede desse município e aos das sedes dos seus distritos.

§ 1.º As áreas doadas ao patrimônio nacional compreenderão as zonas já urbanizadas, ou que façam parte de plano de urbanização organizado e aprovado pelo Poder Legislativo competente.

§ 2.º A demarcação das áreas doadas será feita com a presença de um representante do município donatário e um das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

§ 3.º As áreas doadas, com exceção das propriedades particulares já existentes, e salvo o que ficar destinado para uso público, constituirão bens dominiais do município, que deles poderá dispor na forma que por lei municipal fôr estabelecida.

§ 4.º Compreendem-se na doação quaisquer benfeitorias já existentes dentro das áreas demarcadas.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.537 — DE 2 DE JANEIRO
DE 1951

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração, destinados ao fomento da produção, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., por intermédio do Ministro da Fazenda, o financiamento para aquisição de máquinas, instrumentos agrícolas e de animais de tração, destinados à agricultura.

Parágrafo único. O limite desse contrato de financiamento será de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) no primeiro ano, renovando-se por igual quantia nos quatro anos subsequentes.

Art. 2.º O financiamento poderá ser feito diretamente a agricultores ou a sociedades constituídas de agricultores, sob a forma cooperativista.

Art. 3.º As máquinas agrícolas que fôrem importadas, sob o regime de financiamento, de que trata esta Lei, gozarão de isenção de taxas e direitos alfandegários e não estarão sujeitas a licença prévia.

Art. 4.º As importações de que trata o artigo anterior poderão ser feitas diretamente pelo interessado, agricultor ou sociedade, por firmas comerciais ou pelo Bando do Brasil S. A.

Parágrafo único. No caso de ter sido feita a importação por intermédio de firma comercial, o lucro líquido da operação não poderá ser superior a 10% (dez por cento) e caberá ao Ministério da Agricultura a fiscalização do cumprimento deste dispositivo.

Art. 5.º Gozarão dos favores desta Lei as máquinas que embora não empregadas em uso exclusivo na lavoura, a ela servirem nos trabalhos de desbravamento e drenagem.

Art. 6.º Para obtenção do financiamento, o interessado, agricultor, so-

cidade ou firma comercial intermediária depositará no Banco do Brasil S. A., 10% (dez por cento) do valor do maquinismo pretendido o qual será financiado na proporção de 90% (noventa por cento) e ficará aquêle depósito como sinal da compra prevista.

Art. 7.º Como garantia do empréstimo e durante os anos necessários a sua liquidação, o Banco do Brasil S. A., receberá em penhor, do agricultor, uma parcela de sua produção agrícola equivalente à amortização anual.

Art. 8.º Para a concessão do empréstimo o Banco do Brasil S. A., mandará avaliar as safras do agricultor e também, as suas possibilidades de desenvolvimento.

Art. 9.º Para os empréstimos, a que se refere esta Lei, vigorarão os seguintes prazos:

a) 4 (quatro) anos para maquinismos agrícolas de valor igual ou superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros);

b) 2 (dois) anos para instrumentos agrícolas de valor inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros),

c) 2 (dois) anos para animais de tração.

Art. 10. Para as operações de crédito previstas nesta Lei, serão mantidos os juros da Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A.

Art. 11. No caso de ser feito o empréstimo à sociedades agrícolas, sob a forma cooperativista, oferecerão estas as garantias que forem julgadas necessárias pelo Banco do Brasil S. A.

Art. 12. Os serviços Estaduais de Fomento à Produção, gozarão dos favores desta Lei, quando oferecerem garantias, aceitas pelo Banco do Brasil S. A., quer para o seu próprio serviço, quer para venda aos agricultores.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.538 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Creche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de todos os tributos, exclusive a taxa de previdência social, que incidem sobre o material abaixo relacionado, importado para as seguintes instituições:

I — para a Creche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, Minas Gerais: uma camionete Ford, um refrigerador e um fogão elétrico;

II — para o Ginásio Santa Bernadette, de Salvador, no Estado da Bahia: 227,50 metros de tecido para escapulário, 227,50 metros de tecido para véus pretos, 445 metros de tecido para hábitos e 445 metros de tecido para capas;

III — para a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, com sede no Rio de Janeiro: seis camionetes marca "Chevrolet", modelo 2.119, seis cilindros, para oito passageiros, com quatro portas, e equipamento completo, incluindo quatro pneus.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.539 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Ratifica a Lei n.º 1.249, de 12 de dezembro de 1950, que orça a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 1.249, de 12 de dezembro de 1950:

Ministério da Agricultura — Verba 4 — Consignação VI — Dotações diversas.

7 — Para complementação dos seguintes postos agro-pecuários.

16 — Pernambuco

Onde se lê:

f) Pesqueira

Leia-se:

f) Parnamirim

Ministério da Educação e Saúde — Verba 3 — Serviços e Encargos — Consignação I — Diversos — 06 — Auxílios, contribuições e subvenções — I — Auxílios — 04 — Departamento de Administração — 05 — Divisão do Orçamento — 07 — Espírito Santo.

Onde se lê:

Colégio da Divina Providência, de Mimoso do Sul.

Leia-se:

Educandários Santa Izabel; e

Onde se lê:

Asilo Padre Alonso, Bairro Guandu

Leia-se:

Orfanato de Meninas Lar Santa Terezinha do Menino Jesus.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.540 — DE 3 DE JANEIRO DE 1952

Dá nova redação ao art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 224 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a ter a seguinte redação:

Art. 224. O horário diário para os empregados em Bancos e Casas Bancárias, será de seis horas contínuas, com exceção dos sábados, cuja duração será de três horas, perfazendo um total de trinta e três horas de trabalho por semana.

§ 1.º A duração normal do trabalho estabelecida neste artigo, ficará compreendida entre as sete e vinte horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de quinze minutos para alimentação.

§ 2.º As disposições deste artigo não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefes e ajudantes de seção e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, todos com vencimentos superiores aos postos efetivos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.541 — DE 5 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito especial de Cr\$ 3.807.847,40, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — um crédito especial de Cr\$ 3.807.847,40 — (três milhões, oitocentos e sete

mil, oitocentos e quarenta e sete cruzeiros e quarenta centavos) — para o pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951, assim discriminadas:

VERBA 1 — PESSOAL

CONSIGNAÇÃO 1 — PESSOAL PERMANENTE

	Cr\$	Cr\$
01 — Pessoal Permanente		
05 — Justiça do Trabalho		
01 — Tribunal Superior do Trabalho	422.400,00	
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
02 — 2. ^a Região	598.558,00	
03 — 3. ^a Região	157.440,00	
06 — 6. ^a Região	226.800,00	
07 — 7. ^a Região	186.480,00	
08 — 8. ^a Região	176.328,00	
	<hr/>	
	1.345.606,00	1.768.006,00

CONSIGNAÇÃO III — VANTAGENS

	Cr\$	Cr\$
14 — Gratificação de Representação		
05 — Justiça do Trabalho		
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
02 — 2. ^a Região	413.929,60	
03 — 3. ^a Região	35.712,00	
05 — 5. ^a Região	107.443,20	
06 — 6. ^a Região	134.316,00	
07 — 7. ^a Região	80.630,40	
08 — 8. ^a Região	53.740,80	
	<hr/>	
		825.772,00

CONSIGNAÇÃO VII — OUTRAS DESPESAS COM PESSOAL

	Cr\$	Cr\$
31 — Substituições		
05 — Justiça do Trabalho		
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
03 — 3. ^a Região	320.760,00	
05 — 5. ^a Região	180.000,00	
06 — 6. ^a Região	120.000,00	
07 — 7. ^a Região	174.145,40	
08 — 8. ^a Região	203.884,00	
	<hr/>	
		998.789,40

CONSIGNAÇÃO III — DIVERSAS DESPESAS

	Cr\$	Cr\$
31 — Aluguéis ou arrendamentos.		
05 — Justiça do Trabalho		
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
07 — 7. ^a Região	178.680,00	
08 — 8. ^a Região	24.000,00	
	<hr/>	
	202.680,00	
	<hr/>	
	Cr\$	Cr\$

37 — Iluminação, força motriz, etc.		
05 — Justiça do Trabalho		
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
02 — 2. ^a Região	8.000,00	8.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

CONSIGNAÇÃO 1 — DIVERSOS

	Cr\$	Cr\$
41 — Salário-Família.		
05 — Justiça do Trabalho		
02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.		
05 — 5. ^a Região	4.600,00	4.600,00
		3.807.847,40

Art. 2.^o Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de janeiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.542 — DE 5 DE JANEIRO
DE 1952

Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de Diplomata com pessoa de nacionalidade estrangeira.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.^o, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.^o Os funcionários da carreira de Diplomata só poderão casar com estrangeira mediante licença do Ministro de Estado.

§ 1.^o O interessado solicitará do Ministro de Estado licença para casar e este deferirá ou indeferirá o pedido, à vista de atestado fornecido pelo chefe da missão diplomática nos países de origem e de residência da pessoa com a qual o funcionário deseja contrair matrimônio.

§ 2.^o Quando se tratar do chefe da missão, o atestado será fornecido pelo Chefe da missão mais próxima, de superior ou igual categoria.

§ 3.^o Quando o Chefe da missão não puder atestar favoravelmente as qualidades morais da noiva, por impossibilidade de indagação fidedigna, fará uma declaração nesse sentido e a licença será negada.

§ 4.^o Quando o chefe da missão, não conhecendo a noiva, ou considerando inconveniente o casamento, atestar favoravelmente, incorrerá na perda do cargo.

Art. 2.^o O funcionário da carreira de Diplomata casado com pessoa de nacionalidade estrangeira não poderá servir no país de origem do seu cônjuge, salvo decisão em contrário do Presidente da República.

Senado Federal, em 5 de janeiro de 1952.

João Café Filho, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.543 — DE 8 DE JANEIRO
DE 1952

Concede pensão mensal a Benvenida de Holanda Moreira

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.^o, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.^o É concedida a Benvenida de Holanda Moreira, viúva de Hipólito Moreira, herói da revolução acrea-

na, a pensão mensal de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros).

Art. 2.º Por falecimento da beneficiada, reverterá a pensão em favor da filha solteira do casal, enquanto conservar este estado civil.

Art. 3.º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1952.

Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.544 — DE 8 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o pagamento de despesas provenientes da substituição de presidentes de juntas do Tribunal Regional do Trabalho, da 1.ª Região, e relativas ao exercício de 1950.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas provenientes da substituição dos presidentes das juntas do Trabalho de Niterói, Campos, Petrópolis e Vitória, e relativas ao exercício de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1952.

Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.545 — DE 8 DE JANEIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para pagamento de diferença de aluguel do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 9.000,00 — (nove mil cruzeiros) — para pagamento de diferença de aluguel do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no período de março a dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de janeiro de 1952.

Alexandre Marcondes Filho, Vice-Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.546 — DE 29 DE JANEIRO DE 1952

Revoga o art. 10 do Decreto-lei número 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revogado o art. 10 do Decreto-lei n.º 4.791, de 5 de outubro de 1942.

Art. 2.º E' restabelecida a competência da Junta Administrativa da Caixa de Amortização para determinar as estampas das cédulas de papel-moeda que tenham de ser fabricadas para ocorrer à substituição ou troca, na conformidade do art. 4.º, n.º 8, do Decreto n.º 17.770, de 13 de abril de 1927.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.547 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Faculta aos químicos agrícolas interinos, da carreira especializada do Ministério da Agricultura, o direito à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurada aos atuais químicos agrícolas interinos da carreira especializada do Ministério da Agricultura o direito à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, previsto no artigo 3.º do Decreto-lei n.º 8.695, de 16 de janeiro de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

LEI N.º 1.548 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), como auxílio à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, de Uberaba, dividido em duas parcelas iguais de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), destinadas a cada uma das citadas entidades, para que

ocorram às despesas extraordinárias com a Exposição Agro-Pecuária, realizada em maio do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.549 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Estende aos químicos, para efeito de ingresso na carreira especializada de químico agrícola, as vantagens outorgadas pela Lei n.º 657, de 21 de março de 1949, que dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento de especialização, criados no Ministério da Agricultura.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São aplicáveis aos químicos do Ministério da Agricultura os direitos e prerrogativas outorgados pela Lei n.º 657, de 29 de março de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

LEI N.º 1.550 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Reclassifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, classe F, os ex-contínuos de Delegacias Fiscais, incluídos no Quadro VII pela Lei número 284, de 28 de outubro de 1936, como serventes, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídos na classe F, da Carreira de Contínuo do Quadro

Suplementar do Ministério da Fazenda, como excedentes, observada a classificação por antiguidade que tiverem na data da publicação desta Lei, os remanescentes ex-continuos de Delegacias Fiscais que foram classificados como serventes do Quadro VII pela Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, e que não se beneficiaram com as determinações do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937.

Art. 2.º A despesa decorrente será custeada com os recursos da conta-corrente do próprio Quadro.

Art. 3.º O Serviço do Pessoal da Fazenda providenciará as indispensáveis apostilas nos títulos dos funcionários indicados na relação que acompanha esta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.551 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1952

Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da respectiva solicitação, o prazo de que dispõe o Conselho de Segurança Nacional para emitir o parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se o Conselho de Segurança Nacional não emitir o parecer a que se refere o artigo anterior, no prazo nele estipulado ou em prorrogação não excedente do mesmo tempo que ache conveniente requerer, entender-se-á o seu silêncio como manifestação favorável à solução da autonomia do município interessado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.552 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Salomão Vasconcelos.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 189.760,00 (cento e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta cruzeiros), para pagamento da diferença de proventos da inatividade, no período compreendido entre junho de 1948 e dezembro de 1950, ao taquígrafo, aposentado, da Secretaria da Câmara dos Deputados, Salomão de Vasconcelos, na conformidade da Resolução n.º 20, de 13 de dezembro de 1950, da mesma Câmara, e das Leis ns. 288, de 8 de junho de 1948 e 616, de 2 de fevereiro de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de fevereiro de 1952. — JOÃO CARÉ FILHO.

LEI N.º 1.553, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.100,00, para pagamento de gratificações no exercício de 1948, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70,

parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas — o crédito especial de Cr\$ 9.100.00 (nove mil e cem cruzeiros), destinado ao pagamento de gratificações por serviços eleitorais, relativas ao exercício de 1948, devidas ao Juiz Dr. Teotônio Martins Coimbra, aos escrivães Renato Farias de Almeida, Newton Carneiro de Farias e Dimas Teles Rodrigues e ao auxiliar de cartório Dea Brasil Teixeira.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de fevereiro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.554 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Manda incluir, no ensino da cadeira de Farmácia Galênica, as noções fundamentais de Farmácia Homeopática.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Excetuadas as escolas e faculdades de Farmácia que tenham ou venham a criar uma cadeira de Farmacotécnica Homeopática, constará da cadeira de Farmácia Galênica o ensino das noções fundamentais de Farmácia Homeopática.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de fevereiro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.555 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1952

Denomina "Comandante Gustavo Kramer" o Aeroporto de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei.

Art. 1.º O Aeroporto de Bagé, no município de igual nome, no Estado

do Rio Grande do Sul, passa a denominar-se "Comandante Gustavo Kramer".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de fevereiro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.556 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, destinado às despesas do Congresso de Anestesiologia.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinado a atender às despesas com a realização do 1.º Congresso Brasileiro e 2.º Sul Americano de Anestesiologia a realizar-se nesta Capital.

Art. 2.º O crédito de que trata o Art. 1.º se destina às despesas de instalação, de viagens e hospedagem de delegados estrangeiros e às referentes às divulgações dos trabalhos do referido Congresso.

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde custeará, por suas dotações próprias, os anais do Congresso.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.557 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro as populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 4.º

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para ser aplicado, em partes iguais, pelos governos dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no socorro as populações flageladas pelos incêndios ocorridos na região fronteiriça entre ambos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.557-A — DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio ao V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a realizar-se em 1952, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) destinado a auxiliar o V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, que será realizado em 1952, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O crédito autorizado no artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1952.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de fevereiro de 1952. — João Café Filho.

LEI N.º 1.558, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1952

Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos Oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária do Exército.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos oficiais veterinários que outrora, na qualidade de alunos civis, seguiram com aproveitamento o curso de formação de oficiais veterinários da Escola de Veterinária do Exército, é computado, como tempo de efetivo serviço, esse período de estudo, que deverá contar-se a partir da data da matrícula.

Art. 2.º Os oficiais veterinários do Exército diplomados em Veterinária por escolas civis, quando transferidos para a reserva ou reformados, contarão um ano do curso feito com aproveitamento nessas escolas em cada cinco anos do respectivo tempo de serviço efetivo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Newton Estillac Leal

LEI N.º 1.559 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1952

Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n.º 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n.º 15.220, de 29 de setembro de 1921.

O Presidente do Senado Federal promulga, de conformidade com o artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei, resultante de projeto vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional:

Art. 1.º Aos antigos Encarregados e Escrivães dos Postos Fiscais do Território do Acre, cujos cargos foram considerados extintos em virtude do

disposto na Lei n.º 3.089, de 8 de janeiro de 1916, os quais exercem atualmente função diferente e não se acham amparados nos termos da Lei n.º 3.454, de 6 de janeiro de 1918, confirmados pelo Decreto n.º 15.220, de 29 de setembro de 1921, serão reconhecidos todos os direitos que a citada legislação lhes assegurou, inclusive os relativos ao seu aproveitamento nos cargos de 2.ª e 3.ª entrâncias, correspondentes aos oficiais administrativos, e relevadas quaisquer prescrições e outras exigências contra os interessados até agora privados dos favores legais.

Art. 2.º Os funcionários a que se refere o art. 1.º desta Lei deverão ser aproveitados na mesma categoria ou padrão numérico em que se encontram os demais Encarregados e Escrivães que, atingidos pelos favores da legislação invocada, exercem função no quadro do Ministério da Fazenda, sendo-lhes contado o tempo de serviço relativo ao período em que, acaso estiveram irregularmente afastados de seus cargos, por qualquer ato ministerial ou do Presidente da República.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de fevereiro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.560 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para atender às despesas decorrentes da realização do Primeiro Congresso da União Latina, a insta-

lar-se na cidade do Rio de Janeiro no próximo dia 12 de outubro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.561 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1952

Dispõe sobre a profissão de conferente de carga e descarga, nos portos organizados do país.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A conferência de mercaderia exportada, importada ou em trânsito será feita, com exclusividade, nos portos organizados, por profissionais matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Art. 2.º Compete às Delegacias do Trabalho Marítimo, de acordo com as peculiaridades inerentes a cada porto, nos termos do Decreto-lei n.º 3.346, de 12 de junho de 1941:

- a) expedir as instruções referentes ao exercício da profissão;
- b) estabelecer o horário de trabalho;
- c) fixar o quadro na base territorial de cada porto; e
- d) estipular os salários respectivos.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Segadas Viana

LEI N.º 1.562 — DE 28
DE FEVEREIRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ereção, na Capital da República, de um monumento a Rui Barbosa (Art. 33 das Disposições Constitucionais Transitórias).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O Poder Executivo fará erigir, na Capital da República, um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à liberdade e à justiça, na forma do

disposto no Art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 2.º — Para o fim previsto no artigo anterior, e o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros).

Art. 3.º — O Ministério da Educação e Saúde baixará as instruções necessárias para a execução da presente Lei.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

1.º de Janeiro, 28 de fevereiro de 1952. 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

LEI N.º 1.563 — DE 1 DE MARÇO DE 1952

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É obrigatória, pela forma estabelecida nesta lei, a marcação de todos os volumes, que contiverem produtos brasileiros, destinados à exportação para o estrangeiro.

Art. 2.º — A marca obedecerá a modelos oficiais, aprovados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e deverá conter, em caracteres destacados, uma das expressões «Produzido no Brasil», «Made in Brazil» ou «Prodot do Brésil».

Art. 3.º — A marca deverá ser estampada em uma ou mais faces do volume, em lugar conveniente, para ser bem visível. Tratando-se de engradado de madeira, a marca poderá ser impressa em papel, para afixação no volume.

Art. 4.º — As dimensões da marca não poderão ser inferiores à oitava parte da área da face do volume a ser marcado, se tiver um metro ou mais de altura, e à quarta parte dessa área, quando de altura inferior.

Art. 5.º — Será permitido, na marcação, o emprego de tintas apropriadas, que garantam a sua indelebilidade contra a ação do tempo, pela exposição à luz, calor, chuva ou simples humidade e não contaminem o produto contido no volume.

Art. 6.º — Para os efeitos desta lei, só poderá ser utilizada, em cada partida, a escolha do interessado, sacaria uniforme, quanto à natureza do tecido e dimensões dos sacos.

Art. 7º — Os exportadores são obrigados a depositar suas marcas de exportação no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1º — Além do exemplar que será arquivado na repartição, e de outro que, devidamente autenticado, será restituído ao exportador, instruirão o requerimento tantos exemplares do modelo da marca, quantos forem os portos ou pontos de fronteira por onde seja feita a exportação. Cada exemplar pagará a taxa de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), em estampilhas, inutilizadas pela repartição.

§ 2º — Os pedidos de depósito obedecerão a número de ordem, que passará a figurar na marca com indicação «Depósito n.º...»

§ 3º — Efetuado o depósito da marca, o Departamento Nacional de Indústria e Comércio providenciará a remessa urgente dos exemplares destinados às alfândegas e mesas de rendas dos portos ou pontos de fronteira, indicados pelo exportador, para que essas repartições fiquem habilitadas a exercer a fiscalização prevista nesta lei.

§ 4º — Os exportadores, estabelecidos nos Estados, poderão encaminhar os pedidos de depósito de suas marcas de exportação, diretamente ou por intermédio das delegacias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 8º — As alfândegas, mesas de rendas e quaisquer outras repartições fiscais do Ministério da Fazenda não permitirão a saída de volumes, que contiveram produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro, sem que se achem marcados na forma desta lei.

Art. 9º — As infrações ao disposto nesta lei serão punidas com a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), elevada ao dobro na reincidência.

Parágrafo único — Verificada a infração, depois de embarcados os volumes, além da multa de que trata este artigo, o infrator ficará sujeito ao pagamento das despesas com o desembarque da mercadoria, que será promovido, se possível, pela autoridade competente.

Art. 10 — A fiscalização da observância desta lei incumbirá às repartições a que se refere o Art. 8º, podendo ser igualmente exercida, nos Estados, pelas delegacias regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único — Quando, por qualquer funcionário, for verificada a infração desta lei, servirá de base para o processo a representação, por ele feita e assinada e encaminhada pelo chefe da repartição, em que servir, ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

Art. 11 — Sempre que qualquer autoridade consular brasileira verificar a entrada de produtos nacionais, no país de sua sede, com inobservância das exigências desta lei, comunicará o fato ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio, com as necessárias informações sobre o assunto para controle da inspeção.

Art. 12 — É competente para aplicar as multas, cominadas por esta lei, o Diretor Geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, ao qual serão conclusos os processos, depois de convenientemente preparados pelas repartições onde tiverem sido iniciados, obedecidas as normas do Regulamento do Imposto de Consumo.

Parágrafo único — Do julgamento proferido haverá, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, recurso *ex-officio*, na própria decisão quando esta for favorável à parte, e recurso voluntário, quando lhe for contrária. O recurso voluntário será interposto dentro no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data do «Ciente», que a parte apuser no processo, ou da notificação, feito previamente o depósito da importância da multa.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação, e as instruções necessárias à sua execução serão baixadas, dentro deste prazo, pelo Poder Executivo.

Art. 14 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.564 — DE 1 DE MARÇO
DE 1952

Altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São alteradas, na forma da relação anexa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Os funcionários atingidos pelo disposto no artigo anterior, conforme a relação nominal inclusa, terão os seus títulos apostilados pelo Serviço de Pessoal do mesmo Ministério.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.

teatrais nacionais, de qualquer gênero, serão obrigadas, durante suas temporadas, a representar, no mínimo, em cada série de três peças, uma de autor brasileiro.

Art. 2.º Toda empresa teatral, ao solicitar licença para a realização de espetáculos de estréia de companhia nacional, apresentará relação do repertório programado para a temporada.

Art. 3.º A empresa que não cumprir a exigência do art. 1.º desta Lei terá a respectiva licença cassada.

Art. 4.º A fiscalização do que determina esta Lei poderá ser exercida pela Censura do Teatro e Cinema do Departamento Federal de Segurança Pública, pelo Serviço Nacional de Teatro, pelas sociedades defensoras dos direitos dos autores e pelos respectivos delegados nos Estados e Territórios.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.
E. Simões Filho.

LEI N.º 1.565 — DE 3 DE MARÇO
DE 1952

Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Decorrido um ano após a publicação desta Lei, as companhias

LEI N.º 1.566 — DE 5 DE
MARÇO DE 1952

Aumenta para Cr\$ 1.200,00 mensais a importância da pensão especial concedida à Senhora Leonor Barata Cotegeipe.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aumentada para Cr\$ 1.200,00 (mil e duzentos cruzeiros)

mensais a importância da pensão especial concedida à Senhora Leonor Barata Cotegepe pelo Decreto n.º 2.391, de 4 de janeiro de 1911.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.567 DE 5 DE
MARÇO DE 1952

Concede pensão especial a Ester de Souza Valente

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a Ester de Souza Valente, filha do falecido jornalista Isidro Torres de Souza Valente, uma pensão especial de Cr\$. 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º — A despesa com a execução do disposto no artigo 1.º correrá à conta da dotação global destinada ao pagamento de pensionistas, constantes do orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de março de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.568 — DE 7 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10, para ocorrer ao saldo do pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10 (noventa mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), para ocorrer ao saldo do pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de março de 1952.

João Café Filho,

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.569 — DE 8 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e à instituições sociais do mesmo Estado.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar:

I — À Santa Casa de Misericórdia, ao Orfanato Augusto Silva, ao Agrigo dos Inválidos e ao Serviço Social do Seminário Sagrado Coração de Jesus, do Município de Lavras, Estado de Minas Gerais, para maior desenvolvimento e custeio dos seus diversos serviços de beneficência, os imóveis provenientes das heranças vacantes de Afonsina Isabel da Costa e Antônio Fortunato Barbosa, constantes da fazenda denominada Ribeirão de São João e três glebas de terra, todas situadas no mesmo Município, a primeira com uma área de 303 (trezentos e três) hectares, e as outras com 15 (quinze), 6 (seis) e 6 (seis) hectares, todas confrontadas e discriminadas nos respectivos inventários, e que serão repartidas equitativamente entre as quatro instituições referidas;

II — À Fundação da Casa Popular, da cidade de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, para a construção de casas destinadas a operá-

rios, a metade da área de terra da chácara de Montollio (ou Montoglio), correspondente a 1 (um) hectare e 81 (oitenta e um) acres de superfície, com diversas plantações, bem como uma área de terreno contíguo, na parte da várzea à margem da chácara, medindo 5 (cinco) hectares e oitenta (80) acres de superfície, uma e outra provenientes da herança de Lino Montollio (ou Montoglio) declarada vacante por sentença judiciária de 1. de dezembro de 1944;

III — A Arquidiocese da cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, para a fundação de uma escola rural doméstica:

a) a metade da área de terra da chácara de Montollio (ou Montoglio) com 1 (um) hectare e 31 (oitenta e um) acres de superfície, onde existem plantações, casa de morada e dois (2) barracões, e 5 (cinco) hectares e 83 (oitenta e três) acres de terreno contíguo, na parte da várzea, à margem da chácara, sendo uma e outra área correspondentes à da doação indicada no item II, e todas situadas em São João del Rei.

b) um terreno sito à Avenida Leite de Castro, em São João del Rei, com 80.200 (oitenta mil e duzentos) metros quadrados de superfície, proveniente da herança de Lino Montollio (ou Montoglio), declarada vacante, o qual confronta com as propriedades de Sebastião Mamede, Antônio Cipiani e herdeiros de José do Nascimento Teixeira.

IV — A Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei, para auxílio ao Recolhimento de Órfãos, que lhe está anexo, o imóvel sito à Rua Paulo Freitas n.º 233, nessa cidade, constante de uma casa de morada e respectivo terreno, e proveniente da herança de Lino Montollio (ou Montoglio), declarada vacante, o qual confronta com a propriedade de Sigisfredo Zerlotini e a Lira do Lenheiro.

§ 1.º Os terrenos a que se referem o item II e a letra a do item III confrontam com a Avenida Leite de Castro, Rêde Mineira de Vição, rio das Mortes, córrego da Água Limpa e as propriedades de João Batista da Cruz, de herdeiros de José do Nascimento Teixeira, de João Crisóstomo Santiago, de Angela Lodi Zanola, de José Zanola e de Carlos Zanola.

§ 2.º Regular-se-ão pelas disposições aplicáveis do Código Civil os direitos e obrigações dos donatários em relação à propriedade comum.

§ 3.º Os bens doados reverterão ao Domínio da União sem quaisquer reservas, se dentro de um ano, a contar da data da publicação desta Lei, não forem iniciados os serviços sociais a que se destinam.

Art. 2.º É concedida ao Montepio Geral dos Servidores do Estado a plena propriedade do imóvel sito à Travessa Belas Artes n.º 15, no Distrito Federal.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de março de 1952.

João Café Filho,

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.570 — DE 10 DE MARÇO DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ressarcimento das despesas e trabalhos realizados por Manoel Inácio Bastos e Oscar Salvador Cordeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para ressarcimento de dispêndios feitos pelo engenheiro Manoel Inácio Bastos e por Oscar Salvador Cordeiro, com os primeiros estudos e localização da zona petrolífera de Lobato, no Estado da Bahia, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que, mediante quitação plena, lhes será pago, ou aos seus sucessores.

Art. 2.º O Poder Executivo realizará o pagamento dividindo a importância do crédito, ora aberto, em duas partes iguais, em favor de cada um dos mencionados beneficiários.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de março de 1952; 131ª da Independência e 64 da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.571 — DE 11 DE MARÇO
DE 1952

Aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, alemãs ou japonesas, residentes ou domiciliadas no exterior, as disposições do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.806, de 7 de outubro de 1942, e do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A partir de 5 de abril de 1950, aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, alemãs ou japonesas, residentes ou domiciliadas no exterior, as disposições contidas no art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.806, de 7 de outubro de 1942, e no art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.572 — DE 11 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 1.º centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de

cruzeiros), para auxiliar as despesas com a comemoração do primeiro centenário da fundação da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, a 16 de agosto de 1952, que o Estado e o Município vão levar a efeito.

Art. 2.º Será feita uma emissão de selos postais comemorativos da fundação de Teresina.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horacio Lafer.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.573 — DE 13 DE MARÇO
DE 1952

Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao Serviço Especial de Saúde Pública.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Computar-se-á integralmente, no serviço público federal, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço regularmente prestado no Serviço Especial de Saúde Pública.

Art. 2.º A contagem de tempo de serviço a que se refere o artigo anterior será feita à vista de certidão fornecida pelo Serviço Especial de Saúde Pública, autenticada pelo Superintendente do Serviço.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.574 — DE 13 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30 (trinta milhões, trezentos e noventa e um mil, cento e noventa e oito cruzeiros e trinta centavos), para atender ao pagamento de indenização a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, conforme contrato aprovado pelo Decreto-lei n.º 2.176, de 6 de maio de 1940, pela liquidação do aludido contrato, na parte relativa ao saldo da conta de capital fixo a amortizar, compreendendo a aquisição da maquinaria e dos imóveis da fábrica, apurado por comissão de tomada de contas, em 30 de junho de 1950.

Parágrafo único. O pagamento será feito mediante ampla e geral quitação dada pela Construções Aeronáuticas S. A., e desistência dos feitos judiciais.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.575 — DE 14 DE MARÇO
DE 1952

Reorganiza o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro dos funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal fica reorganizado de conformidade com as tabelas anexas, compreendendo cargos isolados e de carreira.

Art. 2.º São criados, no mesmo quadro, além das carreiras de Oficial Judiciário e Taquígrafo, os seguintes cargos isolados, de provimento efetivo: 1 Ajudante de Chefe de Portaria, padrão L; 13 de Contínuo, padrão I; 13 de Servente, padrão G e 3 de Mensageiro, padrão E.

Art. 3.º São extintos, no mesmo quadro, os seguintes cargos isolados: 1 de Protocolista, padrão N; 1 de Servente, padrão G; e, à medida que vagarem, os cargos isolados: 2 de Chefe de Seção PJ-3 e 8 de Auxiliar de Portaria, padrão K; e os de carreira: 2 de Taquígrafo Revisor PJ-4; 7 de Oficial, classe O; 6 de Oficial, classe M e 7 de Oficial, classe K.

Art. 4.º O preenchimento das vagas nas classes intermediárias das carreiras, será feito por promoção, sob o critério alternado de merecimento e antiguidade e, nas classes iniciais, mediante concurso, na forma da legislação em vigor.

Art. 5.º E' aberto ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), para atender a execução do disposto no art. 1.º desta Lei.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

QUADRO DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A QUE SE REFERE O ART. 1.º DESTA LEI

CARGOS ISOLADOS

Número	Cargos	Padrão ou Classe	Vago	Excedentes	Observações
1	Diretor Geral	PJ-1	—	—	
1	Secretário Geral da Presidência	PJ-1	—	—	
1	Subsecretário	PJ-2	—	—	
7	Chefe de Seção	PJ-3	—	2	Extintos quando vagarem
1	Chefe de Portaria	N	—	—	
1	Zelador	M	—	—	
1	Ajudante de Chefe de Portaria	L	1	—	
22	Auxiliar de Portaria	K	—	3	Extintos quando vagarem
1	Eletricista	L	—	—	
2	Motorista	K	—	—	
13	Contínuo	I	13	—	A serem preenchidos por 9 serventes G e 4 ascensoristas F
13	Servente	G	13	—	A serem preenchidos por 4 serventes, 1 artífice e 3 auxiliares de conservação, diaristas
3	Mensageiro	E	3	—	A serem preenchidos por 3 mensageiros diaristas

CARRERAS

Número	Cargos	Padrão ou Classe	Vago	Excedentes	Observações
2	Taquígrafo Revisor	PJ-4	—	2	Extintos quando vagarem
4	Taquígrafo	O	—	2	Extintos quando vagarem
2	Taquígrafo	N	2	—	A serem preenchidos à medida que vagar a classe superior
3	Taquígrafo	M	3	—	A serem preenchidos à medida que vagar a classe superior
11	Oficial Judiciário	O	—	7	Extintos quando vagarem
4	Oficial Judiciário	N	2	—	A serem preenchidos à medida que vagar a classe superior
10	Oficial Judiciário	M	—	6	Extintos quando vagarem
5	Oficial Judiciário	L	5	—	A serem preenchidos
16	Oficial Judiciário	K	—	7	Extintos quando vagarem
12	Oficial Judiciário	J	8	—	A serem preenchidos, por concurso, à medida que vagar a classe su- perior

LEI N.º 1.576 — DE 17 DE MARÇO DE 1952

Restitui ao Governo da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O imóvel da antiga Embaixada alemã no Rio de Janeiro que foi incorporado ao patrimônio da União, em virtude do disposto no art. 2.º do Decreto-lei n.º 9.727, de 3 de setembro de 1946 e na Lei n.º 1.224, de 4 de novembro de 1950, é restituído à propriedade e posse do Governo da República Federal da Alemanha.

Art. 2.º Não caberá ao Governo ora beneficiado reparação ou indenização alguma por eventuais danos ou prejuízos decorrentes do confisco e posterior incorporação daquela propriedade ao patrimônio nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.577 — DE 17 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 93.600.000,00 (noventa e três milhões e seiscentos mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), para regularização da despesa com o pagamento aos Estados Unidos da América do Norte da quarta prestação do total de US\$...

35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares), a que se obrigou o Governo brasileiro, para liquidação dos compromissos decorrentes do Acôrdo de Empréstimo e Arrendamento, de 3 de março de 1942.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.578 — DE 17 DE MARÇO DE 1952

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de todos os tributos, exclusive a taxa de previdência social, que incidam sobre o material abaixo relacionado, importado para os seguintes templos religiosos:

I — para a Igreja da Santíssima Trindade, do Rio de Janeiro: cinco imagens de pedra e onze vitrais artísticos; quatro imagens de pedra, de dois metros de altura, e três vitrais representando cenas religiosas; mais três vitrais representando cenas religiosas;

II — para a Igreja Episcopal, da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul: um órgão elétrico, embarcado no vapor "Frederika";

III — para a Catedral de São Francisco de Paula, de Pelotas: um altar de mármore completo, vindo da Itália, pelo vapor "Loide Equador" e importado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula, da mesma cidade;

IV — para a Basílica do Carmo, de Recife: cinco mil livrinhos de ouro, trezentos quilos de cola de pelica e dez litros de mixtion claretos, procedentes da Alemanha e importados pelo Superior dos Carmelitas daquela cidade, para a reparação dos altares do referido templo;

V — para a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, de Belo Horizonte, um órgão encomendado a Fábrika Tamburini, de Cremona, na Itália, pelos padres Missonários do Coração de Maria, de Belo Horizonte.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contratório.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.579 — DE 18 DE MARÇO DE 1952

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As Comissões Parlamentares de Inquérito, criadas na forma do Artigo 53 da Constituição Federal, terão ampla ação nas pesquisas destinadas a apurar os fatos determinados que deram origem à sua formação.

Parágrafo único — A criação de Comissão Parlamentar de Inquérito dependerá de deliberação plenária, se não for determinada pelo terço da totalidade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado.

Art. 2.º — No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.

Art. 3.º — Indiciados e testemunhas serão intimados de acórdão com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

Parágrafo único — Em caso de não comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação

será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontrare, na forma do artigo 218 do Código do Processo Penal.

Art. 4.º — Constitui crime:

I — Impedir, ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou assuadas, o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições de qualquer dos seus membros.

Pena — A do Artigo 329 do Código Penal.

II — Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pena — A do Art. 342 do Código Penal.

Art. 5.º — As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução:

§ 1.º — Se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.

§ 2.º — A incumbência da Comissão Parlamentar de Inquérito termina com a sessão legislativa em que tiver sido outorgada, salvo deliberação da respectiva Câmara, prorrogando-a dentro da Legislatura em curso.

Art. 6.º — O processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes foi aplicável, às normas do processo penal.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Newton Estilac Leal

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

LEI N.º 1.580 — DE 20 DE MARÇO DE 1952

Altera os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei número 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As provisões para a advocacia e as cartas de solicitador, de que tratam os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei n.º 794, de 29 de agosto de 1949, serão concedidas por 3 (três) anos e renováveis somente segundo as necessidades do serviço forense local, a juízo dos respectivos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil. As provisões abrangerão três comarcas, no máximo, e as cartas apenas uma comarca.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.581 — DE 21 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devido aos juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 (quarenta e cinco mil e novecentos cruzeiros) a fim de atender ao pagamento de gratificação de representação devido a

seus membros, relativamente ao exercício de 1947.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de março de 1952.

Alexandre Marcondes Filho,

Vice-Presidente no exercício da Presidência do Senado Federal

LEI N.º 1.582 — DE 22 DE MARÇO DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 17.835.400,00, para ocorrer ao pagamento de diversas despesas relativas aos exercícios de 1947 e 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 17.835.400,00 (dezesete milhões, oitocentos trinta e cinco mil e quatrocentos cruzeiros), para ocorrer às despesas abaixo discriminadas, sendo as das letras a e b relativas aos exercícios de 1947 e as da letra c atinentes a 1948:

Cr\$

a) Iluminação; instalações e suas modificações, remoção de postes e demais serviços contratuais (Serviços e Encargos)	2.900.000,00
b) Cota de previdência 2% de contribuição (Serviços e Encargos)	58.000,00
c) Pessoal, nos termos do Decreto-lei número 8.308, de 6 de dezembro de 1945 (Serviços e Encargos) ...	14.877.400,00
	<hr/> 17.835.400,00 <hr/>

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.583 — DE 25 DE MARÇO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 44.740,50, destinado ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$..... 44.740,50 (quarenta e quatro mil, setecentos e quarenta cruzeiros e cinquenta centavos), para atender, no exercício de 1951, ao pagamento de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1952.

João Café Filho,
Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.584 — DE 27 DE MARÇO DE 1952

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' vedada a admissão, a qualquer título, de pessoal, sem prévio concurso público de provas ou de provas e títulos, nos quadros de qualquer natureza das instituições de previdência social e entidades autárquicas e paraestatais, sob pena de nulidade de pleno direito do ato e responsabilidade do administrador que o praticar.

§ 1.º O disposto neste artigo, no que se refere à exigência de concurso, não se aplica aos cargos de confiança de Presidente e auxiliares de seu gabinete, em número limitado, nem aos cargos em comissão.

§ 2.º — ... (Vetado) ...

Art. 2.º — ... (Vetado) ...

Rio de Janeiro, 27 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.585 — DE 28 DE MARÇO DE 1952

Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946).

O Presidente da República resolve:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1.º Passam a ter a redação abaixo os seguintes artigos do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar):

“Art. 4.º A obrigação para com o serviço militar, em tempo de paz, começará no primeiro dia de janeiro do ano em que o brasileiro atingir dezoito anos de idade e subsistirá até 31 de dezembro do ano em que completar quarenta e cinco anos”.

§ 1.º Dentro desse período a partir dos dezoito anos de idade, quer tenham ou não, prestado o serviço militar, poderão os brasileiros ser convo-

cados em qualquer época e nas condições que forem ordenadas ou autorizadas pelo Presidente da República, tendo em vista a participação em manobras e exercícios, ou, ainda, em casos especiais para o preenchimento de claros.

§ 2.º Em tempo de guerra, esse período poderá ser ampliado de acordo com os interesses da defesa nacional.

Art. 35. A Diretoria de Recrutamento, em coordenação com a Diretoria do Pessoal da Armada e a Diretoria Geral do Pessoal da Aeronáutica, organizará, anualmente, o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar, do qual constarão: a época da seleção do contingente, as épocas para a incorporação e a matrícula nos órgãos de formação de reservistas e os respectivos prazos de apresentação de incorporação e de matrícula; e outras prescrições necessárias à orientação dos trabalhos pelos órgãos de execução.

§ 1.º Os Planos Regionais de convocação, baixados pelos Comandos das Regiões Militares, em coordenação com os Comandos dos Distritos Navais e das Zonas Aereas regularão de acordo com os interesses e as necessidades das corporações de cada Força Armada com sede no respectivo território, todas as medidas de execução relacionadas com a apresentação, seleção, incorporação em cada época, estabelecida a matrícula nos órgãos de formação de reservistas e outras particularidades.

§ 2.º Esses Planos serão, com a necessária antecedência, divulgados em tudo o que interessar aos convocados por eles atingidos.

Art. 36. Os convocados residentes nos municípios do território atribuído à Região Militar, não compreendidos nas disposições do Art. 37, têm o dever de apresentar-se, por conta própria, nos locais fixados naqueles municípios, para fins de seleção, tendo em vista a sua designação para a incorporação nas épocas que forem fixadas, ou para matrícula em órgãos de formação de reservistas.

§ 1.º Os convocados dos municípios que, cada ano, forem dispensados da incorporação na forma do Art. 37, não estão obrigados a apresentar-se para a seleção, mas ficam à disposição do Comando da respectiva Região Militar para convocação de emergência durante o tempo normal do serviço militar dos incorporados nesse ano.

§ 2.º Os que se encontrarem no exterior, em local próximo à fronteira onde existir guarnição militar brasileira, nesta deverão apresentar-se, por conta própria, nos locais e nos prazos estabelecidos para a seleção.

§ 3.º Os que se encontrarem no exterior, em circunstâncias diversas das previstas no parágrafo anterior, apresentar-se-ão no Consulado mais próximo da sua residência, para concessão do adiamento da incorporação na forma do art. 56, alínea d.

Art. 44. Os convocados que constituem o contingente anual serão submetidos à seleção, tendo em vista a verificação da sua capacidade física (inspeção de saúde) e das habilitações que possuírem para a sua distribuição pelas corporações do respectivo território ou para a matrícula em órgãos de formação de reservistas, segundo as conveniências dessas corporações e as possibilidades de aproveitamento nos ditos órgãos de formação de reservistas.

Art. 45. Os convocados serão submetidos à inspeção de saúde e à verificação das suas habilitações pessoais, por comissões para isso especialmente designadas, pelos Comandos das Regiões Militares constituídas por militares da ativa de qualquer das corporações das Forças Armadas e completadas, se necessário, por oficiais da reserva não convocados e por civis do território regional, nas condições que forem autorizadas pelos respectivos Ministérios.

§ 1.º O funcionamento dessas comissões e as condições de execução da seleção dos convocados do contingente obedecem a normas que constarão dos Planos Regionais de Convocação, estabelecidas de acordo com a natureza e as necessidades das corporações interessadas.

§ 2.º Essas comissões durante a época da seleção do contingente, funcionarão nos municípios que contribuírem para a incorporação, cabendo-lhes distribuir pelas unidades, estabelecimentos e órgãos de formação de

reservistas, os convocados aptos e determinar a esses convocados, a data da apresentação para incorporação e, aos julgados incapazes temporariamente, a época em que deverão apresentar-se para a segunda inspeção de saúde.

§ 3.º Durante a época da incorporação, essas comissões somente funcionarão nos locais fixados para a apresentação dos convocados do respectivo contingente e atenderão, para os fins do parágrafo precedente, os que não se apresentarem na época da seleção.

§ 4.º Quando houver mais de uma época de incorporação a distribuição dos convocados pelas corporações atingidas por essa medida, far-se-á na época da seleção e na primeira época de incorporação do contingente, re-reservando-se as outras épocas para a seleção dos convocados para elas designados por motivo de adiamento de incorporação, inclusive insubmissos.

Art. 56 Poderão ter a incorporação adiada:

- a) até a idade de vinte anos, os que forem candidatos à matrícula nas Escolas de Formação de Oficiais da Ativa das Forças Armadas, desde que possuam curso secundário completo ou estejam matriculados nos cursos científicos ou clássicos e o comprovarem antes da convocação da classe;
- b) os que comprovarem nas mesmas condições, ser candidatos à matrícula em Curso de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas, podendo o adiamento ser concedido até completarem a idade de vinte anos.
- c) os que estiverem matriculados em institutos de ensino destinados à formação de sacerdotes, de ministro de qualquer religião ou de membro de ordens religiosas regulares;
- d) os convocados que se encontrarem no exterior em situação do § 3.º do Art. 36, e renovada essa concessão cada ano, mediante sua apresentação ao Consulado mais próximo, enquanto não regressarem ao Brasil e não houverem atingido a idade de trinta anos.

Art. 57. Incorporação é o ato de inclusão do convocado ou do voluntário no serviço ativo do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica.

§ 1.º A incorporação dos convocados do contingente anual poderá ser feita em mais de uma época em todas ou determinadas Regiões Militares, Distritos Navais e Zonas Aéreas ou corporações de qualquer das Forças Armadas conforme proposta dos respectivos Ministros consignada no Plano Geral de Convocação e regulada nos correspondentes Planos Regionais.

§ 2.º Em cada época que for estabelecida para a incorporação do contingente, os convocados para elas designados deverão apresentar-se no prazo e local fixados, sob pena de incorrerem no crime de insubmissão.

Art. 59. ...

Parágrafo único. Os insubmissos e, bem assim, os convocados das classes anteriores ainda sujeitos ao serviço militar, terão prioridade para incorporação segundo critério estabelecido pelos Comandos das Regiões Militares, em coordenação com os Comandos dos Distritos Navais e das Zonas Aéreas.

Art. 81. Em qualquer época do ano, poderá o Ministro da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica, autorizar a aceitação de voluntários, reservistas, ou não, para preenchimento de claros nas corporações das Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, onde convier.

Parágrafo único. Segundo as conveniências da Força Armada, a autorização poderá compreender:

- a) reservistas de primeira, segunda e terceira categoria, da própria Força Armada, ou não, devendo, neste caso, ser ouvido o Ministério a cuja Reserva pertencer;
- b) convocados para o serviço militar inicial excedentes às necessidades da incorporação inclusive os designados para os órgãos de formação de reservistas que não tiverem sido matriculados nesses órgãos por qualquer motivo legal;
- c) alistados para o serviço militar, maiores de dezessete anos de idade, inclusive os dispensados do serviço militar não aproveitados em outros encargos;
- d) brasileiros naturalizados.

Art. 82. As condições a que deve satisfazer o candidato e o tempo de duração de seu serviço serão previamente fixados pelos respectivos Ministérios.

Art. 86. Engajamento é a prorrogação do tempo de serviço inicial do incorporado.

§ 1.º A praça engajada poderá ser concedida nova prorrogação de permanência no serviço ativo da Força Armada, ou seja, primeiro reengajamento.

§ 2.º Novas prorrogações de permanência no serviço ativo da Força Armada, ou seja, outros reengajamentos, poderão ser concedidos às praças anteriormente reengajadas.

§ 3.º O engajamento e os reengajamentos das praças de qualquer grau de hierarquia militar são concedidos nos termos desta lei, nos prazos e condições estabelecidos na sua regulamentação e instruções dos respectivos Ministérios, às que o solicitarem e satisfizerem as seguintes condições, além de outros requisitos que poderão ser exigidos em cada caso especial:

- a) robustez física, reconhecida em inspeção de saúde;
- b) comprovada capacidade de trabalho;
- c) boa conduta civil e militar;
- d) menos de vinte e cinco anos de idade, em se tratando de engajamento.

Art. 87. O engajamento e o primeiro reengajamento poderão, no limite das percentagens anual ou periodicamente fixadas pelos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, ser concedidos, a critério da autoridade competente, às praças que os solicitarem, desde que satisfaçam as condições regulamentares, estabelecidas para as do grau de hierarquia da sua classificação ou qualificação de função e haja conveniência e interesse para o serviço.

Art. 88. Poderão, ainda, na forma do preceituado no Art. 87, ser concedidos reengajamentos sucessivos às praças reengajadas que se tenham revelado profissionalmente capazes no exercício da função do seu grau hierárquico.

Parágrafo único. Quando a função em que a praça estiver classificada ou qualificada comportar graduações superiores a que tiver, a concessão do segundo e posteriores reengajamentos só lhe poderá ser feita quando satisfizer, de cada vez os requisitos regulamentares exigidos para essas outras graduações da sua qualificação ou classificação ou, pelo menos, para a graduação imediata à sua.

Art. 89. Às praças matriculadas em curso para o qual se exija, das que o concluírem com aproveitamento, a obrigação de permanecerem nas fileiras das Forças armadas, por prazo determinado, não terão computado o tempo que lhes restar como engajadas ou reengajadas, mas continuarão assim consideradas até a terminação daquele prazo, o qual passará a prevalecer mesmo que daí resulte ficar servindo por tempo maior ou menor que o estabelecido para a correspondente prorrogação.

§ 1.º Quando nesses cursos for admitida a matrícula de civis, de reservistas ou de praças que não tenham ainda completado o tempo normal do serviço militar inicial, os que concluírem com aproveitamento dentro das condições estabelecidas no respectivo regulamento, serão considerados como engajados durante o prazo restante da obrigação contraída.

§ 2.º Findo o prazo de permanência a que se obrigarem, poderão essas praças obter prorrogação de acordo com as prescrições deste capítulo aplicáveis ao caso, observadas as disposições do Art. 88 e seu parágrafo único para as que tiverem, nessa ocasião, mais de oito e menos de dez anos de serviço, embora a prorrogação solicitada não corresponda ao terceiro reengajamento.

Art. 90. As percentagens para prorrogação do tempo de serviço são computadas em comum, para engajamento e reengajamento dentro dos limites estabelecidos tomados sobre os efetivos correspondentes aos graus hierárquicos das funções existentes nas respectivas unidades, repartições ou estabelecimentos militares, segundo a classificação adotada pelas Forças Armadas.

Art. 91. Nas corporações de guarnições consideradas especiais, de frente, a concessão dos engajamentos e reengajamentos poderá, a juízo dos respectivos Ministros, ser regulada periodicamente em atos baixados por essas autoridades, tendo em vista as conveniências das respectivas Forças Armadas e o interesse do serviço nessas corporações.

Art. 97. Os Ministros da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica poderão em todas ou determinadas Regiões Militares, Distritos Navais ou Zonas Aéreas, adiar, até seis meses, ou antecipar até dois, o licenciamento dos incorporados, engajados e reengajados.

§ 1.º Em caso de interesse excepcional, poderão fazê-lo por maior prazo, mediante autorização do Presidente da República.

§ 2.º Durante o período da dilatação, as praças por ela abrangidas não serão havidas como engajadas e reengajadas, salvo se já o eram.

Art. 147. O reservista funcionário público, empregado, operário ou trabalhador, convocado para manobras, exercícios ou manutenção da ordem interna terá assegurada sua volta ao emprego até dez dias após sua desincorporação, limitado esse período até sessenta dias, e, pelas Forças Armadas, apenas vencerá a etapa regulamentar.

Parágrafo único. O reservista incorporado por motivo de guerra externa terá sua situação regulada em lei especial.

Art. 2.º Serão suprimidos os arts. 60, 83, 84 e 92 do Decreto-lei número 9.500, de 23 de julho de 1946.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

Segadas Viana.

Nero Moura.

LEI N.º 1.586 — DE 29 DE MARÇO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00, para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luiz de Góes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de ... Cr\$ 217.644,00 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e quatro

cruzeiros), para pagamento de diferença de proventos devidos ao suboficial reformado Luiz de Góes, da Força Aérea Brasileira, no período de janeiro de 1942 a dezembro de 1949, na conformidade do disposto no Artigo 2.º da Lei n.º 1.264, de 6 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

Horácio Lafer

APENSO

Figuram neste apenso:

- Os decretos-legislativos e as leis que, expedidos em trimestres anteriores foram publicados depois do 2.º dia útil do 1.º trimestre de 1952

1 -- as retificações publicadas no 1.º trimestre de 1952, referentes a lei expedida em trimestre anterior.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 22 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado, em 7 do mesmo mês, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma "Casa Homero de Ferragens Limitada", para a execução de obras na sede do Serviço de Assistência Social dêsse Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de setembro de 1951

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, de 1951

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 21 de setembro dêsse ano, entre o Ministério da Agricultura e a Associação de Criadores de Bovinos da Raça Mocha Nacional, que tem sua sede em São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de dezembro de 1951

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, n.º I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 74, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre a concessão dos Direitos Civis a Mulher, firmado em Bogota, Colômbia, a 2 de maio de 1948 por ocasião da IX Conferência Internacional Americana.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1951

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 76, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o texto do Protocolo de Annecy sobre os termos de Adesão ao Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, concluído entre o Brasil e vários países, e datado de 10 de outubro de 1949.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.437 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1951

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1952.

(*) RETIFICAÇÃO

No Suplemento ao n.º 287, do *Diário Oficial*, Seção I, edição de 14 de dezembro de 1951, à página n.º 256 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — (Discriminação de Despesa) — Verba 1 — Pessoal — Designação II — Pessoal Extranumérico,

Onde se lê:

06 — Diaristas

0 — Pessoal civil

24 — Administração do Território do Acre — 3.000.000

.....
Leia-se:

06 — Diaristas

1 — Pessoal civil

.....
24 — Administração do Território do Acre — 3.500.000

LEI N.º 1.493 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1951

Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve os seguintes dispositivos vetados pelo Presidente da República no projeto que se transformou na Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, os quais são promulgados nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição, a fim de completarem a referida Lei:

Art. 11. Os créditos orçamentários referentes a subvenções de que trata esta Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, que porá no Banco do Brasil, à disposição do Ministério da Educação e Saúde, os referentes a subvenções extraordinárias.

§ 1.º Nos dois primeiros meses de cada ano, o Tesouro Nacional distribuirá às delegacias fiscais, nos Estados, as quantias correspondentes a subvenções ordinárias destinadas às instituições com sede nos mesmos.

§ 2.º O Ministro da Educação e Saúde solicitará ao Banco do Brasil, à conta dos créditos postos à sua dis-

posição, o pagamento das subvenções extraordinárias às instituições beneficiadas, no local das sedes destas ou nas localidades mais próximas, por intermédio das agências do referido Banco, deduzidas de cada subvenção extraordinária as respectivas taxas de serviço bancário.

§ 3.º As subvenções e auxílios não pagos no exercício serão inscritos em "restos a pagar".

Senado Federal, em 11 de fevereiro de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

(*) LEI N.º n.º 1.493 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1951

Dispõe sobre o pagamento de auxílios e subvenções

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO

Art. 1.º A cooperação financeira proporcionada pela União às instituições públicas, autárquicas, semi-estatais ou privadas, far-se-á mediante auxílios e subvenções, para o que haverá consignação própria no Orçamento Geral da República.

Art. 2.º Os auxílios serão concedidos em virtude de lei, decreto, tratado ou convênio, para atender a ônus ou encargos assumidos pela União para com instituições públicas, autárquicas ou semi-estatais.

Art. 3.º As subvenções, ordinárias ou extraordinárias, serão concedidas, independente de legislação especial, a instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, regularmente organizadas.

§ 1.º As subvenções ordinárias, que serão concedidas anualmente, em caráter continuado, terão por fim ajudar as instituições no custeio normal de seus serviços.

§ 2.º As subvenções extraordinárias, que terão caráter eventual e serão concedidas sem prejuízo das subvenções ordinárias porventura atribuídas às respectivas instituições, destinar-se-ão a realizações de natureza especial e temporária, principalmente execução de obras, melhoramentos e

adaptações, aquisições de imóveis, instalações e equipamentos.

CAPÍTULO II

NORMAS ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4.º Para atender à despesa com o pagamento de subvenções ordinárias e extraordinárias, o Orçamento Geral da República, no Anexo do Ministério da Educação e Saúde, destinará, anualmente, sob a consignação "Auxílios e Subvenções", importância não inferior à estimativa da renda de loterias especificada no anexo da Receita.

§ 1.º A dotação correspondente à subconsignação "Subvenções Ordinárias" não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do total estabelecido com base neste artigo e será discriminada por unidades federativas e por instituições.

§ 2.º A dotação correspondente à subconsignação "Subvenções Extraordinárias" será dividida em duas partes: uma, atribuída ao Conselho Nacional de Serviço Social, e não inferior a 4% (quatro por cento) do total a que se refere o parágrafo anterior, para atender a necessidades ocorrentes, mediante solicitação de entidades não contempladas na discriminação orçamentária; outra, discriminada por unidades federativas e por instituições para atender, a juízo do legislador, ao disposto no § 2.º do art. 3.º.

§ 3.º Excepcionalmente, e para atender a necessidade inadiável, poderá ser beneficiada pela cota atribuída no § 2.º ao C.N.S.S., entidade já contemplada na discriminação do Orçamento.

§ 4.º Vetado.

§ 5.º Vetado.

CAPÍTULO III

DAS ENTIDADES QUE PODEM SER BENEFICIADAS

Art. 5.º Somente poderão ser beneficiadas, com subvenções, entidades que visem especificadamente aos seguintes fins:

I — Promover a educação e desenvolver a cultura;

II — Promover a defesa da saúde e a assistência médico-social;

III — Promover o amparo social da coletividade.

Art. 6.º Não se concederá subvenção:

I — A instituição que:

a) vise à distribuição de lucros ou dividendos a seus participantes;

b) constitua patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter filantrópico;

c) tenha finalidades precipuamente recreativas, esportivas ou comerciais;

d) distribua benefícios apenas aos próprios membros ou proprietários e respectivas famílias;

e) não tenha sido fundada até 31 de dezembro do ano anterior ao da elaboração da lei orçamentária;

f) não esteja regularmente organizada até 31 de dezembro do ano da elaboração da lei orçamentária;

g) não tenha pedido registro no Conselho Nacional de Serviço Social ou cujo registro tenha sido negado definitivamente.

II — A caixa de aposentadoria e pensão, sociedade de montepio e congêneres.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DAS INSTITUIÇÕES

Art. 7.º O registro das instituições, no Conselho Nacional de Serviço Social, será feito mediante requerimento, instruído com os seguintes elementos:

I — Certidão do inteiro teor dos estatutos, regulamentos ou compromissos da instituição, fornecida pelo Registro Público das Pessoas Jurídicas;

II — Prova do mandato da diretoria em exercício;

III — Preenchimento do questionário adotado pelo C.N.S.S.

Art. 8.º O Conselho Nacional de Serviço Social, à vista da documentação apresentada, concederá ou não o registro, de cujo indeferimento haverá recurso para o Ministro da Educação e Saúde.

Parágrafo único. Se o requerimento de registro não for despachado dentro de 3 (três) meses de sua apresentação, considerar-se-á como registrada a instituição, provisoriamente, até que se dê o despacho.

Art. 9.º Sempre que for feita qualquer alteração nos estatutos, regulamentos ou compromissos das entidades registradas, deve ser comunicada ao C.N.S.S. com a remessa da certidão do respectivo registro.

Art. 10. Terá seu registro cancelado e perderá o direito ao recebimento de subvenção a instituição:

I — Que infringir qualquer disposição desta Lei;

II — Que não possua diretoria com mandato regular;

III — Cujo funcionamento tenha sofrido solução de continuidade;

IV — Cuja prestação de contas contenha vício insanável.

§ 1.º Do cancelamento do registro pelo C.N.S.S. caberá recurso para o Ministro da Educação e Saúde.

§ 2.º No caso previsto no n.º III d'este artigo, restabelecido o funcionamento da entidade, poderá esta requerer a renovação do registro.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO DE SUBVENÇÕES

Art. 11 e seus parágrafos — Vetoado.

Art. 12. O pagamento de subvenção ordinária não depende de requerimento, mas, na ocasião de recebê-la, a entidade interessada deverá fazer, perante a repartição pagadora, prova do mandato de sua diretoria e do seu regular funcionamento, em atendimento à sua finalidade, atestado este pelo juiz da Comarca, promotor público, coletor federal da respectiva jurisdição, prefeito ou coletor estadual.

Art. 13 O pagamento de subvenção extraordinária, consignada no Orçamento, depende de requerimento da instituição ao Ministério da Educação e Saúde, instruído com os seguintes documentos:

I — Prova do mandato de sua diretoria;

II — Plano de aplicação da subvenção extraordinária;

III — Projeto, especificações e orçamento dos serviços a serem realizados, se se tratar de início de obras;

IV — Prova do estado em que se encontram as obras, se se tratar de prosseguimento ou conclusão de serviços;

V — Relação do material a ser adquirido, se se tratar de equipamento.

§ 1.º Na ocasião do recebimento da subvenção extraordinária, a entidade interessada deverá fazer, perante a agência do Banco do Brasil, as mesmas provas a que se refere o art. 12.

§ 2.º O pagamento de subvenção extraordinária concedida por conta da dotação atribuída ao Conselho Nacional de Serviço Social, a que se refere o § 2.º do art. 4.º, obedecerá ao disposto nas Instruções que forem baixadas a respeito e que deverão observar, no que for aplicável, as exigências e disposições d'este Capítulo.

CAPÍTULO VI

DA PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 14. As instituições contempladas com subvenções extraordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde os comprovantes das despesas efetuadas por conta das mesmas, devidamente autenticados.

§ 1.º A prestação de contas será examinada pelo órgão competente do Ministério, que julgando-a com vício ou defeito sanável, providenciará junto à entidade para que a mesma promova sua regularização.

§ 2.º Após o seu pronunciamento sobre a prestação de contas, o órgão a que se refere o artigo anterior submete-a à apreciação definitiva do Tribunal de Contas.

§ 3.º As instituições contempladas com subvenções ordinárias são obrigadas a remeter ao Ministério da Educação e Saúde o relatório de suas atividades, inclusive o balanço financeiro.

Art. 15. As subvenções serão aplicadas rigorosamente aos fins a que se destinam, não podendo correr a conta das mesmas, em nenhuma hipótese, o pagamento de qualquer tipo de remuneração pelo exercício dos cargos de dirigentes superiores da instituição, gratificações, representações, festas e homenagens.

Parágrafo único. Entendem-se como dirigentes superiores, para os fins deste artigo, o Presidente, o Provedor, os membros da Diretoria e demais ocupantes de cargos eletivos.

Art. 16. O Ministério da Educação e Saúde não expedirá ordem de pagamento enquanto a instituição interessada não houver apresentado a prestação de contas de subvenção ordinária recebida no primeiro semestre do exercício anterior ou da última subvenção extraordinária recebida até esse exercício.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. São isentos de selo os requerimentos previstos nos Capítulos IV e V desta Lei e bem assim os documentos destinados à sua instrução e demais papéis referidos nos citados capítulos.

Art. 18. As instituições já registradas no C.N.S.S., à data desta Lei, são dispensadas de novo registro, de-

sendo apenas fornecer os elementos necessários à sua atualização, na conformidade das Instruções que forem baixadas a respeito.

Art. 19. O Orçamento não poderá consignar mais de uma subvenção ordinária, nem mais de uma extraordinária, a uma mesma instituição.

Parágrafo único. Poderá haver, entretanto, mais de uma subvenção atribuída à mesma entidade mantenedora, desde que se destinem a instituições ou departamentos diferentes por ela custeados.

Art. 20. O pagamento de subvenções e auxílios constantes do Orçamento de 1951, regular-se-á, no que fôr aplicável pelas disposições desta Lei, inclusive pelo disposto no § 2.º do art. 3.º, e excluída a condição estabelecida no art. 6.º, n.º I, letra e.

§ 1.º Não é obrigatório, para os efeitos deste artigo, o registro estabelecido no art. 7.º Exigir-se-á, entretanto, para o pagamento de subvenções e auxílios a entidades que ainda não hajam apresentado seus Estatutos ao Ministério da Educação e Saúde, o preenchimento dessa formalidade.

§ 2.º Serão baixadas, se preciso, novas instruções para o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 21. Enquanto a matéria não fôr regulada em legislação especial, estendem-se, no que forem aplicáveis, as disposições desta Lei, aos processos de pagamento de subvenções ordinárias e extraordinárias consignadas nos Anexos dos Ministérios da Aeronáutica, Agricultura e Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Não se concederá subvenção ordinária nem extraordinária no Anexo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores senão a instituições de assistência ou proteção a menores, desde que não estejam compreendidas na proibição do art. 6.º, n.º I, desta Lei.

Art. 22. As restrições contidas no art. 19 não se aplicam aos auxílios e subvenções consignadas no Orçamento de 1952.

Art. 23. Enquanto não fôr adotada na Lei orçamentária a nomenclatura estabelecida nesta Lei, entendem-se como auxílios, subvenções ordinárias e subvenções extraordinárias, respectivamente e para todos os efeitos, as contribuições, subvenções e auxílios con-

signados no orçamento para 1952 e anteriores.

Art. 24. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1951; 130.º da Independência e 63.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

Nero Moura.

—Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70 (setenta e seis mil, setecentos e oitenta e nove cruzeiros e setenta centavos), destinado ao pagamento de gratificação por serviços eleitorais devida a Juizes eleitorais daquela Circunscrição, relativamente ao exercício de 1946.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.531-B — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1951

Considera de utilidade pública a Bandeira Piratininga, com sede no Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerada de utilidade pública a Bandeira Piratininga, entidade civil, com sede na cidade de São Paulo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de dezembro de 1951.

João Café Filho,

Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.534 — DE 31 DE DEZEMBRO DE

Autorizo o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70, destinado ao pagamento de gratificação por serviços eleitorais devida a Juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

LEI N.º 1.535 — DE 31 DE DEZEMBRO DE

Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00 para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para custeio da Delegação no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido à Sociedade Brasileira de Urologia, com sede no Distrito Federal, o auxílio especial de Cr\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros) para ocorrer às despesas decorrentes da realização, em 1951, do VI Congresso Brasileiro de Urologia, na Capital Federal, e às de viagem dos delegados brasileiros que representarem Sociedade no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia, que se reunirão no México, D. F., no mesmo ano.

Art. 2.º Para atender às despesas previstas no artigo anterior, é aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial da importância nele especificado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

EMENTÁRIO

Leis e Decretos publicados nos
volumes I e II, de 1952, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

A. PEREIRA GONÇALVES

Decreto-legislativo n.º 17 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

ABRIGO DOS INVALIDOS

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei e à instituições sociais do mesmo Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei, e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n.º 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS

Revoga o art. 1.º do Decreto número 24.057, de 14 de novembro de 1947.

Decreto n. 30.382 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

ACORDOS

Decreto-legislativo n.º 1 — de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

Decreto-legislativo n.º 76 — 1951.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

ACORDOS

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra.

Lei n.º 1.577 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para pagamento da contribuição do Brasil em favor das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Decreto n. 30.632 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

ACUDES

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, terrenos necessários à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.369 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público "Cajazeiras".

Decreto n. 30.584 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Aprova novo orçamento para a construção do cais do Caju, no Porto do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.562 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

ADMISSÕES

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

ADUTORIA DO RIO GUANDU

Declara de utilidade pública os terrenos da Fazenda do Guandú do Sapé.

Decreto n. 30.637 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

AERONÁUTICA

Fixa as condições de acesso ao posto de Major, do Quadro de Infantaria de Guarda da Aeronáutica.

Decreto n. 30.361 — de 3 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

— *Aprova o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo.*

Decreto n. 30.389 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

AEROPORTOS

Denomina "Comandante Gustavo Kramer" o Aeroporto de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.555 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

AGÊNCIA NACIONAL

Outorga concessão à Agência Nacional para instalar um transmissor rádio elétrico na sua sucursal de São Paulo.

Decreto n. 30.372 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

ÁGUA MINERAL

Autoriza a cidadã brasileira Uardat Frayha a lavar água mineral no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.451 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Ribeiro Barros a pesquisar água mineral no município de Iacanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.486 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Lamarca a lavar água mineral no município de Leopoldina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.538 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bertholdo Hey a lavar água mineral no município de Malé, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.571 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Peixoto da Silva a pesquisar água mineral de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.578 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

ÁGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Severino Gomes Procópio a pesquisar água mineral no município de Santa Rita, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 30.620 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Francisco do Rêgo Barros a pesquisar água mineral no município de Quipapá, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.621 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ciro Palmerston Ribeiro Guimarães a pesquisar água mineral, no município de Caldas Novas, Estado de Goiás.*

Decreto n. 30.659 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

ÁGUA MINERAL RÁDIO ATIVA

Autoriza o cidadão brasileiro Primo Rafaeli a lavar água-mineral radio-ativa no município de Jacutinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.576 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

AJUDANTE DE TESOUREIRO

Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n. 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Decreto n. 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

ALGODÃO EM PLUMA

Assegura ao algodão em pluma do país da safra de 1952 a garantia de preços mínimos.

Decreto n. 30.640 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

AMETISTA

Autoriza o cidadão brasileiro Hipólito Joaquim Ribeiro, a pesquisar ametista e associados, no Município de Inocência, Estado do Ceará.

Decreto n. 30.450 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

ANIMAIS DE TRAÇÃO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração destinados ao fomento da produção, e dá outras providências.

Lei n. 1.537 — de 2 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

APATITA

Renova o Decreto n. 23.766, de 29 de setembro de 1947.

Decreto n. 29.156 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

APOSENTADORIA

Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao Serviço Especial de Saúde Pública.

Lei n. 1.573 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

AREIA

Renova o Decreto n. 27.411, de 8 de novembro de 1949.

Decreto n. 30.613 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

AREIA QUARTZOSA

Renova o Decreto n. 25.079, de 9 de junho de 1948.

Decreto n. 30.537 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

AREIA QUARTZOSA

— *Autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.651 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Ferreira a lavrar areia quartzosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.652 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

ARENITO

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Frederico Zander a pesquisar arenito no município de Palmeira, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.657 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro José Eulálio de Matos Pimenta a lavrar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.159 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.277, de 29 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.409 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, a pesquisar argila e associados, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.449 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro José Ermirio de Moraes a pesquisar argila, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.487 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.488 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza Indústrias Brasileiras e Artigos Refratários S. A. IBAR a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.492 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a Cerâmica Itaoca Limitada a lavrar turfa, caulim, argila e associados, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.551 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

ARMADA

Concede reconectmento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem da Assistência Médico-Social da Armada.

Decreto n. 30.394 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

ARQUIDIOCESE DA CIDADE DE MARIANA

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n. 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

ARTIFICE DE MANUTENÇÃO

Extingue cargos excedentes.
(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.519 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA MOCHA NACIONAL

Decreto-legislativo n.º 64 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

ASSOCIAÇÃO DO EX-SEMINARISTA-TA BRASILEIRO.

Declara de utilidade pública a Associação do Ex-Seminarista Brasileiro, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 30.392 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES FISCAIS DO IMPÓSTO DE CONSUMO DO BRASIL.

Declara de utilidade pública a Associação dos Agentes Fiscais do Imposto de Consumo do Brasil, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 30.424 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

ATALAIA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação e aumento de capital da Atalaia, Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 30.515 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1952.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ereção, na Capital da República, de um monumento a Rui Barbosa (Art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Lei n. 1.562 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 3 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 31 de março de 1952.

AUTARQUIAS

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

AUTONOMIA

Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Lei n. 1.551 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

AUTORES NACIONAIS

Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais.

Lei n. 1.565 — de 3 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO.

Ver o nome da empresa autorizada a funcionar.

AUXÍLIOS

Ver: Subvenções.

B**BANCOS**

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração destinados ao fomento da produção, e dá outras providências.

Lei n. 1.537 — de 2 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— *Dá nova redação ao Art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 1.540 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para integralização do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.*

Decreto n. 30.416 — de 18 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

— *Aprova aumento de capital e autoriza a instalação de agências de banco estrangeiro.*

Decreto n. 30.442 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

— *Transfere ao Banco do Brasil S. A., como Agente Especial do Governo Federal o encargo de liquidar as operações remanescentes da empresa que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 30.619 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

BANDEIRA PIRATININGA

Considera de utilidade pública a Bandeira Piratininga, com sede no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.531-B — de 29 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

BASILICA DO CARMO DE RECIFE

Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

BAUSCH & LOMB DO BRASIL LIMITADA

Concede a "Bausch & Lomb do Brasil Ltd." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.247 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

BAUXITA

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAE a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.539 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

BELENDIA & COMPANHIA LIMITADA

Outorga a Blendia & Companhia Limitada concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Centenário do Sul, Município de Jagua-pitã, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Decreto n. 30.608 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1952.

BENS DE SÚDITOS DO EIXO

Restitui ao Governo da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional.

Lei n. 1.576 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

— *Transfere ao Banco do Brasil S. A. como Agente Especial do Governo Federal o encargo de liquidar as operações remanescentes da empresa que menciona e dá outras providências.*

Decreto n. 30.619 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

BERILO

Fica autorizado o cidadão brasileiro Mário Aguiar a pesquisar berilo e associados no município de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.468 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a "Produco" Sociedade Produção e Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada a pesquisar berilo e associados, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.674 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

— *Autoriza a "Produco" Sociedade de Produção Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.677 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

BIBLIOTECA DO ITAMARATI

Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 330.222,90, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.611 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

BRAZILIAN HYDRO ELETRIC COMPANY, LIMITED

Concede à "Brazilian Hydro Electric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.338 — de 24 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

BRAZILIAN TELEPHONE COMPANY

Concede à "Brazilian Telephone Company" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.346 — de 28 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

BRAZILIAN WARRANT COMPANY, LIMITED

Concede nacionalização à "Brazilian Warrant Company, Limited".

Decreto n. 30.358 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 15 de março de 1952.

C

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Revoga o art. 10 do Decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências.

Lei n. 1.546 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Fixa os vencimentos dos Dirigentes e Servidores da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

Decreto n. 30.600 — de 29 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1952.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Maria dos Santos a pesquisar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.221 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.172, de 12 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.221 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a pesquisar jazida de calcário e associados no município de Aragoiaba da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.375 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de janeiro de 1952.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.412 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

CALCÁRIO

Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.413 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.414 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Fica autorizado o cidadão brasileiro Arthur Herman Lundgren a pesquisar calcário, no município de Paulista, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.415 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Renova o decreto n. 27.083, de 25 de agosto de 1949.*

Decreto n. 30.448 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— *Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Pedro Luís Correia e Castro, Pedro José Werneck Correia e Castro e Luís Felipe Carneiro de Lacerda Filho a pesquisar calcário e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.464 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gonçalves Loura Filho a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.465 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Tristão Riel de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.491 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Matos Júnior a lavrar calcário e associados no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.542 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Retifica o art. 1.º do Decreto n. 28.712, de 6 de outubro de 1950.

Decreto n. 30.550 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Cavalcanti de Albuquerque a pesquisar calcário e gipsita no município de Barra da Corda, Estado do Maranhão.

Decreto n. 30.574 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lúcio Lumardi a pesquisar calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.577 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alcindo Fontes Ferreira a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.679 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com o prosseguimento da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Decreto n. 30.438 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1952.

CAMPOS, FERNANDES & COMPANHIA LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 18 — de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

CAPITAL ESTRANGEIRO

Dispõe sobre o retorno de capital estrangeiro, na forma do Decreto-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Decreto n. 30.363 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

CARGOS EM COMISSÃO

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.

Decreto n. 30.544 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Torna pública a entrada em vigor da Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.

Decreto n. 30.545 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

CARVÃO

Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavrar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 28.146 — de 23 de maio de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavrar carvão mineral e associados no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 29.161 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 26.980, de 28 de julho de 1949.*

Decreto n. 30.447 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o Departamento Autônomo de Carvão Mineral a lavrar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.569 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.655 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

CASA HOMERO DE FERRAGENS LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 32 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

CASA DE RUI BARBOSA

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

Decreto n. 30.643 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1952.

CASAMENTO DE DIPLOMATAS

Ver: *Diplomatas.*

CASAS BANCÁRIAS

— *Dá nova redação ao Art. 224 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.*

Lei n. 1.540 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.106 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Autoriza a Cia. de Estanho São João del-Rei a pesquisar cassiterita e associados no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.411 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Limitada a lavrar cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.450 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

CASSITERITA

Anula o Decreto n.º 28.917, de 30 de novembro de 1950.

Decreto n. 30.645 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1952.

GATEDRAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA, DE PELOTAS

Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.106 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Albino Medici, a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.165 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Renova o Decreto n. 27.008, de 3 de agosto de 1949.

Decreto n. 30.012 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— Renova o Decreto n. 27.277, de 29 de setembro de 1949.

Decreto n. 30.409 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

CAULIM

Fica autorizado o cidadão brasileiro Joaquim Gomes de Oliveira a pesquisar caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.467 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Cailla Soares a pesquisar caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.470 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— Autoriza a Cerâmica Itaoca Limitada a lavar turfa, caulim, argila e associados, no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.551 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Agostinho Marotta a pesquisar caulim e associados no município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.660 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

CENTENÁRIO DE TERESINA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Lei n. 1.572 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

CENTRO DE PESQUISAS DA CASA DE RUI BARBOSA

Institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre seu funcionamento.

Decreto n. 30.643 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 março de 1952.

CERÂMICA ITAOCA LIMITADA

Autoriza a Cerâmica Itioca Limitada a lavar turfa, caulim, argila e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.551 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1952.

Decreto n. 30.473 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

CESSÃO DE IMÓVEIS

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

Decreto n. 30.423 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a cessão, em caráter provisório, de imóveis da União ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 30.388 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Apriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Cerro Azul e Imbuial, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.410 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

CHUMBO

— *Renova o Decreto n. 26.565, de 6 de abril de 1949.*

Decreto n. 30.614 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

— *Autoriza a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavar minérios de chumbo e zinco no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.615 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados no município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 30.622 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

CINEMATOGRAFIA

Aprova instruções para execução da Lei que menciona.

Decreto n. 30.435 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

COBRASIL — COMPANHIA DE MINERAÇÃO E METALURGIA BRASIL

Decreto-legislativo n. 15 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

COLÔNIA JULIANO MOREIRA

Decreto-legislativo n.º 12 — de 1952.

— Decreto-legislativo n.º 17 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

COMANDO DA POLÍCIA MILITAR

Ver: *Polícia Militar do Distrito Federal*

COMANDO DE TRANSPORTE AÉREO

Aprova o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo.

Decreto n. 30.389 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

COMÉRCIO INDÚSTRIA E NAVEGAÇÃO SÃO JOSÉ LIMITADA

Concede à sociedade "Comércio, Indústria e Navegação São José Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 30.514 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

COMISSÕES

Designa comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito.

Decreto n. 30.399 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

— Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégico e dá outras providências.

Decreto n. 30.583 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica do rio Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidelis e dá outras providências.

Decreto n. 30.626 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— Dispõe sobre a Comissão Organizadora da Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto n. 30.642 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

COMISSÕES

— Autoriza a Comissão do Vale de São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.695 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Lei n.º 1.579 — de 18 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de março de 1952.

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira, empresa de mineração a lavrar minério de ferro e associações no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.570 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis dos ribeirões Cocais Grande e Cocais Pequeno e outros afluentes da margem esquerda do rio Piracicaba, compreendidos entre as estações de Sá Carvalho e Coronel Fabriciano, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, bem assim, do trecho do rio Doce, compreendido entre a barra do Piracicaba e a foz do ribeirão Mombuca, nos municípios de Antônio Dias, S. Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.586 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA ALIANÇA RIO GRANDENSE DE SEGUROS GERAIS

Aprova com modificações, alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Aliança Rio Grandense de Seguros Gerais.

Decreto n. 30.498 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos do rio Juquiá-Guassú, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.617 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

COMPANHIA CIMENTO PORTLAND CAUÊ

Concede à Companhia Cimento Portland Cauê autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.671 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LIMITADA

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 30.445 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Fontes, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e a Estação Receptora de Cascadura, no Distrito Federal.*

Decreto n. 30.471 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de março de 1952.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LIMITADA

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 30.555 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1952.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ALTO RIO DOCE

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce.

Decreto n. 30.187 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande.*

Decreto n. 30.189 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO MÉDIO RIO DOCE

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce.

Decreto n. 30.188 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA BRASILEIRA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros "Aliança Brasileira".

Decreto n.º 30.497 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "PELONSE"

Aprova, com modificação, os Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Pelotense".

Decreto n. 30.378 — de 10 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 de março de 1952.

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Aprova novo projeto e orçamento para a construção de um armazém para a Companhia Docas de Santos.

Decreto n. 30.524 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

— *Aprova novo orçamento para a construção de um reservatório de água potável na Ilha de Barnabé, no porto de Santos.*

Decreto n. 30.638 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

COMPANHIA ESTANHO S. JOÃO DEL REI

Autoriza a Cia. de Estanho São João del Rei a pesquisar cassiterita e associados no município de São Tiago, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.411 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

COMPANHIA FERRO BRASILEIRO SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a construir uma linha de transmissão no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.733 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DO PARANÁ, SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações.

Decreto n. 30.461 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA ÁGUAS NEGRAS

Outorga à Companhia Hidroelétrica Águas Negras, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica, do salto Águas Negras, no rio de igual nome, limitando os distritos de Ituporanga e Rio do Sul municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 30.393 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1952.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA AMÉRICA DO SUL

Outorga à Companhia Imobiliária América do Sul com sede nesta Capital concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Capitão Mór, no rio de igual nome, distrito de Arapeí, Município de Bananal, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.592 — de 27 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

COMPANHIA INDUSTRIAL BRASILEIRA EXTRATOS ACÁCIA

Concede permissão a seções da Companhia Industrial Brasileira Extratos Acácia para funcionarem aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 30.664 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

COMPANHIA INDUSTRIAL OUROPRETANA DE TECIDOS, FÔRÇA, LUZ E TELEFONES

Revalida o Decreto n. 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobranquense e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão à Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones.

Decreto n. 30.500 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA LUZ E FÔRÇA "SANTA CRUZ"

Autoriza a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Paranapanema.

Decreto n. 30.462 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

— Autoriza o funcionamento da terceira unidade geradora, de 3.000 KWA, na Usina de Pirajú da Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz".

Decreto n. 30.556 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1952.

COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO INDÚSTRIAS DE PAPEL

Outorga à Companhia Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Can-Can, distrito e Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

Decreto n. 30.364 — de 7 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 9 e 10 de janeiro de 1952.

COMPANHIA MINAS DA PASSAGEM

Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.437 — de 24 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal à serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.

Decreto n. 30.513 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ

Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Nova Granada e Palestina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 30.549 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Paulista de Seguros.

Decreto n. 30.593 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 30.598 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1952.

COMPANHIA TÉCNICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DO BRASIL

Renova o Decreto n. 26.565, de 6 de abril de 1949.

Decreto n. 30.614 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

Autoriza a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavar minérios de chumbo e zinco no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.615 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.533, de 29 de novembro de 1949.*

Decreto n. 30.647 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

COMPANHIAS TEATRAIS

Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais.

Lei n. 1.565 — de 3 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

CONDUTOR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

Extingue cargos excedentes.

(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.523 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

CONFERÊNCIA DOS ESTADOS DA AMÉRICA MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (V)

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto n. 30.642 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

CONFERENTE DE CARGA E DESCARGA

Dispõe sobre a profissão de conferente de carga e descarga, nos portos organizados do país.

Lei n. 1.561 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA

Decreto-legislativo n.º 6 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

CONGRESSO DA UNIÃO LATINA (I)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Lei n. 1.560 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

CONGRESSO DE ANESTESIOLOGIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, destinado às despesas do Congresso de Anestesiologia.

Lei n. 1.556 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

CONGRESSO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO (V)

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio ao V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a realizar-se em 1952, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.557-A — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1952.

CONGRESSOS DE UROLOGIA

Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00 para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para o custeio da Delegação no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

Lei n. 1.535 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Lei n. 1.551 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica do rio Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidélis e dá outras providências.

Decreto n. 30.626 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Dá nova redação ao Art. 224, da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.

Lei n. 1.540 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Lei n. 1.551 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

— *Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.*

Lei n. 1.579 — de 18 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de março de 1952.

CONSTRUÇÕES AERONÁUTICA SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação da Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais.

Lei n. 1.574 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

CONSTRUTORA ARTIOS LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 12 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

CONSULADOS

Cria o Consulado de carreira do Brasil em Munique, na República Federal da Alemanha.

Decreto n. 30.396 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

— *Cria o Consulado de carreira de Dusseldorf, na República Federal da Alemanha.*

Decreto n. 30.397 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

CONSULADOS

— *Dispõe sobre a representação consular do Brasil em Iquitos, Perú.*

Decreto n. 30.398 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

— *Cria Consulado de carreira em Jacarta, Indonésia.*

Decreto n. 30.594 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1952.

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil no Pireu, na Grécia.*

Decreto n. 30.547 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

— *Eleva o Vice-consulado honorário do Brasil em Melbourne a categoria de Consulado honorário.*

Decreto n. 30.582 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Palma de Mallorca, nas Ilhas Baleares.*

Decreto n. 30.631 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos Oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária do Exército.

Lei n. 1.558 — de 16 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

— *Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado ao Serviço Especial de Saúde Pública.*

Lei n. 1.573 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

CONTÍNUOS

Reclassifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, classe F, os ex-contínuos de Delegacias Fiscais, incluídos no Quadro VII pela Lei número 284, de 28 de outubro de 1936, como serventes, e dá outras providências.

Lei n. 1.550 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

CONTRATOS

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 74 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— *Promulga a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca da Baleia e o Regimento anexo à mesma, assinados em Washington, a 2 de dezembro de 1946.*

Decreto n. 28.524 — de 18 de agosto de 1950.

Retificado no D. O. de 28 de março de 1952.

CONVÊNIOS

Decreto-legislativo n.º 2 — de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

COOPERATIVA BANCO POPULAR DE NILÓPOLIS

Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Popular de Nilópolis, com sede no Município de Nilópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.606 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de março de 1952.

COOPERATIVA DOS CAFEICULTORES DE PONTE NOVA

Decreto-legislativo n.º 4 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

COPARTICIPAÇÃO DE CIDADÃOS ITALIANOS EM EMPRESAS BRASILEIRAS

Decreto-legislativo n.º 1 — de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Dá nova redação ao artigo 266 e seus parágrafos do Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923.

Decreto n. 30.434 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Cria o distintivo tipo "Caracacha" no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n. 30.452 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1952.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções.

Decreto n. 30.603 — de 4 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

GOTONIFÍCIO JOSÉ RUFINO SO- CIEDADE ANÔNIMA

Outorga ao Cotonifício José Rufino Sociedade Anônima, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Pirapama, Município de Cabo, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.322 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

CRÊCHE REGINA APOSTOLORUM

Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de previdência social, a materiais importados pela Crêche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

Lei n. 1.538 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 76.789,70, destinado ao pagamento de gratificações por serviços eleitorais devida a juizes do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará.

Lei n. 1.534 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— *Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00 para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para custeio da Delegacia no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.*

Lei n. 1.535 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — do crédito especial de Cr\$ 3.807.847,40, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.*

Lei n. 1.541 — de 5 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), para o pagamento de despesas provenientes da substituição de presidentes de juntas do Tribunal Regional do Trabalho, da 1.ª Região, e relativas ao exercício de 1950.*

Lei n. 1.544 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.000,00, para pagamento de diferença de aluguel do prédio sede do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.*

Lei n. 1.545 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.548 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para pagamento de diferença de vencimentos a Salomão Vasconcelos.*

Lei n. 1.552 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 9.100,00, para pagamento de gratificações no exercício de 1948, no Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas.*

Lei n. 1.553 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, destinado às despesas do Congresso de Anestesiologia.*

Lei n. 1.556 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro às populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.557 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio ao V Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, a realizar-se em 1952, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.557-A — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.*

Lei n. 1.560 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ereção, na Capital da República, de um monumento a Rui Barbosa (Art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).*

Lei n. 1.562 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 3 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 31 de março de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10, para ocorrer ao saldo do pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.*

Lei n. 1.568 — de 7 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para ressarcimento das despesas e trabalhos realizados por Manoel Inácio Bastos e Oscar Salvador Cordeiro.*

Lei n. 1.570 — de 10 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.*

Lei n. 1.572 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação da Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.574 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

— *Reorganiza o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.*

Lei n. 1.575 — de 14 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra.*

Lei n. 1.577 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 45.900,00 a fim de atender ao pagamento de gratificações de representação devido aos juizes do Tribunal Eleitoral do Estado de Mato Grosso, relativamente ao exercício de 1947.*

Lei n. 1.581 — de 21 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 17.835.400,00, para ocorrer ao pagamento de diversas despesas relativas aos exercícios de 1947 a 1948.*

Lei n. 1.582 — de 22 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 44.740,00, destinado ao pagamento das despesas de substituição de Ministros, em razão de convocação ou impedimento.*

Lei n. 1.583 — de 25 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 29 de março de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 217.644,00, para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luiz de Góes.*

Lei n. 1.586 — de 29 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de abril de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.360 — de 3 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.377 — de 10 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 2.404.190,90, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.386 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 74.880,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 30.400 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1952.

— Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para integralização do capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n. 30.416 — de 18 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender, em 1951, às despesas de pessoal, de estabelecimentos de ensino superior federalizados.

Decreto n. 30.425 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 136.881,20, para atender às despesas com o pagamento de gratificações de magistério.

Decreto n. 30.433 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de .. Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com o prosseguimento da Campanha Nacional Contra a Tuberculose.

Decreto n. 30.438 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de janeiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.727.338,10, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.439 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 43.607,70, para atender a despesas de gratificações de magistério.

Decreto n. 30.476 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 45.654,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

Decreto n. 30.477 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de .. Cr\$ 39.779,30, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.

Decreto n. 30.478 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.780,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n. 30.479 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de fevereiro de 1952.

— *Abre, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.850.589,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 30.504 — de 4 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 41.806,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 30.553 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 8.980,00 para atender a despesa especifica na Lei n. 1.493, de 14 de dezembro de 1951.*

Decreto n. 30.601 — de 29 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1952.

— *Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 64.491,70, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério.*

Decreto n. 30.605 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00, para pagamento das quotas de contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada nos exercícios de 1946 e 1949 e de parte relativa a 1939.*

Decreto n. 30.610 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90 para o fim que especifica.*

Decreto n. 30.611 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 para pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no exercício de 1950.*

Decreto n. 30.616 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.*

Decreto n. 30.630 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para pagamento da contribuição do Brasil em favor das Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.*

Decreto n. 30.632 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça o crédito especial de Cr\$ 2.009.000,00, para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da Lei n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951, no Distrito Federal e nos Territórios.*

Decreto n. 30.644 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 175.471,30 para atender as despesas com o pagamento de gratificações de magistério.*

Decreto n. 30.686 — de 26 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 21.690,00, para pagamento de gratificação adicional assegurada ao servidor José Cândido de Anárade Muricy.*

Decreto n. 30.687 — de 26 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1952.

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES

Ver: *Extranumerários.*

CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da Lei n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951, no Distrito Federal e nos Territórios.

Decreto n. 30.644 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1952.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Gualberto da Silva a pesquisar cristal de rocha no município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.469 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

CROMO

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar minérios de cromo, no município de Mazagão.

Decreto n. 30.485 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Concede reconhecimento ao Curso de auxiliar de enfermagem mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, filial no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.639 — de 18 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1952.

CURSOS

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem mantido pela Cruz Vermelha Brasileira, filial no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.639 — de 18 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de março de 1952.

— Ver, também, *Faculdades.*

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP, instituídos pelo Decreto-lei número 2.804, de 21 de novembro de 1940.

Decreto n. 30.665 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

D

DE SIMONE & CIA. LTDA.

Autoriza De Simone & Cia. Ltda., a ampliar suas instalações hidroelétricas e dá outras providências.

Decreto n. 30.564 — de 19 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Altera o Decreto n. 20.489, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.395 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

— *Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP, instituídos pelo Decreto-lei n. 2.084, de 21 de novembro de 1940.*

Decreto n. 30.665 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE CARVÃO MINERAL

Renova o Decreto n. 26 980, de 28 de julho de 1949.

Decreto n. 30.447 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o Departamento Autônomo de Carvão Mineral a lavrar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.569 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

Decreto n. 30.618 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Decreto-legislativo n. 3 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, terrenos necessários à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.369 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno necessário à construção do açude público "Cajazeiras".*

Decreto n. 30.584 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n. 15 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

— Decreto-legislativo n.º 19 — de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

DEPÓSITO CENTRAL DE MATERIAL BÉLICO

Decreto-legislativo n. 16 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, terrenos necessários à construção do açude público "Trairi", no município de Santa Cruz, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.369 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.503 — de 4 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n.º 20.555 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno necessária à construção do açude público de "Cajazeiras".

Decreto n. 30.584 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que menciona, situados no Distrito Federal.

Decreto n. 30.591 — de 23 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Declara de utilidade pública os terrenos da Fazenda Guandú do Sapé.

Decreto n. 30.637 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.106 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Guimarinho Guineiro a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.455 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.466 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

DIAMANTES

— Autoriza o cidadão brasileiro Moisés José Martins a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.490 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— Declara caduco o Decreto número 28.111, de 11 de maio de 1950.

Decreto n. 30.604 — de 5 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1952.

— Renova o Decreto n. 28.034, de 24 de abril de 1950.

Decreto n. 30.648 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

DIPLOMATAS

Dispõe sobre o casamento dos funcionários da carreira de Diplomata com pessoa de nacionalidade estrangeira.

Lei n. 1.542 — de 5 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

— Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n.º 30.357 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

DIREITOS AUTORAIS

Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais.

Lei n. 1.565 — de 3 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

DIREITOS CIVIS À MULHER

Decreto-legislativo n.º 74 — de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

DIRETORIAS DO MATERIAL

Modifica o Regulamento para a Diretoria do Material do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 30.668 — de 25 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

DISPONIBILIDADE

Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao Serviço Especial de Saúde Pública.

Lei n. 1.573 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

DISTINTIVOS

Cria o distintivo tipo "Caracacha" no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n. 30.452 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1952.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do domínio da União ao Município de Ibaiti, Estado do Paraná.

Lei n. 1.536 — de 2 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

Reproduzida no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n. 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 30.387 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

DOAÇÕES

— Dispõe sobre a doação de terras do domínio da União do Município de Ibaiti, no Estado do Paraná.

Decreto n. 30.563 — de 19 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de dois terrenos destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 30.636 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1952.

— Autoriza a Comissão do Vale de São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.695 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Caio Monteiro de Barros Filho a pesquisar dolomita no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.222 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Jacob Cheib a pesquisar dolomita, ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.678 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

DRAGAGEM DE PORTOS

Decreto-legislativo n.º 15 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

E

ECONOMIA POPULAR

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Distrito Federal — Tribunal de Justiça o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para ocorrer às despesas de pessoal e material necessários à execução da Lei n. 1.521, de 26 de dezembro de 1951, no Distrito Federal e nos Territórios.

Decreto n. 30.644 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de março de 1952.

ELETRICISTA

*Extingue cargos excedentes.
(M.F. — Q.P.)*

Decreto n. 30.521 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

EMBAIXADAS

Restitui ao Governo da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional.

Lei n. 1.576 — de 17 março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

— Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Belgrado.

Decreto n. 30.612 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

EMISSION DE SELOS POSTAIS COMEMORATIVOS

Ver: *Selos Postais Comemorativos.*

EMPRESA BRASILEIRA DE CROMO LIMITADA

Concede à Empresa Brasileira de Cromo Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.407 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavrar carvão mineral e associados no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 29.161 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

EMPRESA DE AGUA E ESGOTOS DE RIBEIRÃO PRETO S.A.

Outorga à Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Quebra Joelho, existente no rio Pardo, distrito de Ribeirão Preto, município de igual nome, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.420 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1952.

EMPRESA ELÉTRICA ITAPURA S.A.

Outorga à Empresa Elétrica Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Lacerda, Gracianópolis, Pádua, Junqueirópolis e Florida Paulista, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.607 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S.A.

Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.

Decreto n. 30.362 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

EMPRESA NACIONAL DE ESTANHO LIMITADA

Autoriza a Empresa Nacional de Estanho Limitada a lavrar cassiterita e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.540 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

EMPRESA OUROBRANQUENSE DE ELETRICIDADE E TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS S. A.

Revalida o Decreto n. 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial Ouropretana de Tecidos, Força, Luz e Telefones.

Decreto n. 30.500 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

EMPRESA SUL BRASILEIRA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. a ampliar as suas instalações e a modificar a frequência de seu sistema.

Decreto n. 28.872 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO

Ver o nome da empresa autorizada a funcionar.

EMPRESTIMOS E ARRENDAMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 93.600.000,00, para pagamento de compromissos de guerra.

Lei n. 1.577 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

ENCARREGADOS DE POSTOS FISCAIS

Reconhece aos antigos encarregados e escrivas dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n. 15.220, de 29 de setembro de 1921.

Lei n. 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Decreto-legislativo n. 17 — de 1952

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

— Outorga a Prefeitura Municipal de Barbacena concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Lavra, situada no rio das Mortes, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 27.406 — de 8 de novembro de 1949.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Três Passos concessão para distribuir energia elétrica na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando energia térmica.

Decreto n. 27.932 — de 11 de abril de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Irai, Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 23.492 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade S. A. a ampliar as suas instalações e a modificar a frequência de seu sistema.

Decreto n. 28.872 — de 16 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Cristalina, Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n. 28.890 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Força e Luz Uruçu S. A.*

Decreto n. 28.895 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Amplia a zona de fornecimento da usina de Betim, do Governo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.*

Decreto n. 28.999 — de 19 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Autoriza a Companhia Ferro Brasileiro S. A. a construir uma linha de transmissão no Município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 29.733 — de 3 de julho de 1951.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce.*

Decreto n. 30.187 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce.*

Decreto n. 30.188 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande.*

Decreto n. 30.189 — de 20 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Lagôa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome e dá outras providências.*

Decreto n. 30.263 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 25 de janeiro de 1952.

— *Outorga a Irmãos Schlumberger concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Curucaca existente no rio Jorcação, município de Guarapuava, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.291 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Outorga ao Cotonificio José Rufino Sociedade Anônima, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Pirapama, Município de Cabo, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.322 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itueta, concessão para distribuir energia elétrica no município de Itueta, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 30.323 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a ampliar suas instalações de produção de energia elétrica.*

Decreto n. 30.362 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

— *Outorga à Companhia Melhoramentos de São Paulo Indústrias de Papel, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Can-Can, distrito e Município de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.*

Decreto n. 30.364 — de 7 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 9 e 10 de janeiro de 1952.

— *Outorga à Companhia Hidroelétrica Águas Negras, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Águas Negras, no rio de igual nome, limitando os distritos de Ituporanga e Rio do Sul, municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.393 — de 13 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1952.

— *Outorga à Empresa de Água e Esgotos de Ribeirão Preto S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Quebra Joelho, existente no rio Parado, distrito de Ribeirão Preto, município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.420 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Zortéa & Cia. Ltda., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Rio do Peixe, distrito e município de Capinzal, Estado de Santa Catarina*

Decreto n. 30.422 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 30.445 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited, a montar novos grupos geradores hidroelétricos em instalações subterrâneas, nas proximidades da atual usina de Cybãto.*

Decreto n. 30.446 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— *Outorga à Fiação e Tecelagem "João Lombard" S. A., concessão para aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Barba de Lobo, na localidade de Coqueiro, distrito de Rio das Mortes, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.458 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná, Sociedade Anônima, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 30.461 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz" a aumentar a potência de aproveitamento do Rio Paranapanema.

Decreto n. 30.462 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Fontes, Município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, e a Estação Receptora de Cascadura, no Distrito Federal.

Decreto n. 30.471 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de março de 1952.

— Revalida o Decreto n. 28.873, de 16 de novembro de 1950, que outorgou à Empresa Ourobranquense de Eletricidade e Transformação de Produtos S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Veríssimo, Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, e restringe a zona de concessão da Cia. Industrial de Ouropretana de Tecidos, Fôrça, Luz e Telefones.

Decreto n. 30.500 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

— Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a construir um ramal de linha de transmissão no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.548 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1952.

— Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Nova Granada e Palestina, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 30.549 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza o funcionamento da terceira unidade geradora, de 3.000 KVA, na Usina de Piraju da Companhia Luz e Fôrça "Santa Cruz"

Decreto n. 30.556 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1952.

— Autoriza De Simone & Cia. Ltda., a ampliar suas instalações hidroelétricas e dá outras providências.

Decreto n. 30.564 — de 19 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

— Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a proceder aos estudos para o aproveitamento da energia hidráulica de diversos desníveis dos ribeirões Cocais Grande e Cocais Pequeno e outros afluentes da margem esquerda do Rio Piracicaba, compreendidos entre as estações de Sã Carvalho e Coronel Fabriciano, da Estrada de Ferro Vitória a Minas, bem assim, do trecho do rio Doce, compreendido entre a barra do Piracicaba e a foz do ribeirão Mom-baca, nos municípios de Antônio Dias, S. Domingos do Prata e BoM Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.586 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Outorga à Companhia Imobiliária América do Sul com sede nesta Capital concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água Capitão Mór, no rio de igual nome, distrito de Arapeji, Município de Bananal, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.592 — de 27 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

— Autoriza a Companhia Prado de Eletricidade a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 30.598 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de março de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Empresa Elétrica Itapura S. A. concessão para distribuir energia elétrica nos Municípios de Dracena, Gracianópolis, Pacaembu, Junqueirópolis, e Florida Paulista, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.607 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de março de 1952.

— *Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Pinhal e Limeira, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.609 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

— *Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de trechos do rio Juquiá-Guassú, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.617 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

— *Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica do rio Paraíba, no trecho compreendido entre Cachoeira Paulista e São Fidélis e dá outras providências.*

Decreto n. 30.626 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

ENERGIA HIDRÁULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

ENERGIA TÉRMICA

Ver: *Energia Elétrica.*

ENFERMAGEM

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem da Assistência Médico-Social da Armada.

Decreto n. 30.394 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

ENVOLUCROS

Revoga o art. 1.º do Decreto número 24.957, de 14 de novembro de 1947.

Decreto n. 30.382 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

ESCOLAS

Concede reconhecimento ao curso de auxiliar de enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem da Assistência Médico-Social da Armada.

Decreto n. 30.394 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Concede permissão à Escola de Rádio Eletricidade Delorenzi para funcionar como escola de radioeletricidade e aprova seu regulamento.*

Decreto n. 30.436 — de 24 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Música da Escola de Música e Belas Artes do Paraná.*

Decreto n. 30.474 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de engenharia civil da Escola Politécnica do Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 30.507 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

— *Concede reconhecimento à Escola Industrial Silva Freire.*

Decreto n. 30.567 — de 26 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1952.

— *Concede reconhecimento ao curso de enfermagem da Escola de Enfermagem São Francisco de Assis.*

Decreto n. 30.628 — de 11 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

ESCOLAS

Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.

Decreto n. 30.635 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

ESCRIVÃES DE POSTOS FISCAIS

Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pelo Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n. 15.220, de 29 de setembro de 1921.

Lei n. 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender, em 1951, as despesas de pessoal, de estabelecimentos de ensino superior federalizados.

Decreto n. 30.425 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

ESTACÃO EXPERIMENTAL DE CAMPOS

Decreto-legislativo n. 7 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Amplia a zona de fornecimento da usina de Betim, do Governo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Decreto n. 28.999 — de 19 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

ESTADO DO PIAUÍ

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 1.º centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Lei n. 1.572 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aprova nova modificação na planta das obras de construção do porto de Niterói, a que se referem os Decretos números 17.980, de 12 de novembro de 1927, 822, de 15 de maio de 1936 e 9.018, de 16 de março de 1942.

Decreto n. 30.568 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autoriza a cessão, em caráter provisório, de imóveis da União ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.388 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro às populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.557 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 28.146 — de 23 de maio de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

ESCOLAS

Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.

Decreto n. 30.635 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

ESCRIVÃES DE POSTOS FISCAIS

Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pelo Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n. 15.220, de 29 de setembro de 1921.

Lei n. 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, para atender, em 1951, as despesas de pessoal, de estabelecimentos de ensino superior federalizados.

Decreto n. 30.425 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

ESTACÃO EXPERIMENTAL DE CAMPOS

Decreto-legislativo n. 7 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Amplia a zona de fornecimento da usina de Betim, do Governo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Decreto n. 28.999 — de 19 de dezembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

ESTADO DO PIAUÍ

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 1.º centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Lei n. 1.572 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aprova nova modificação na planta das obras de construção do pórtico de Niterói, a que se referem os Decretos números 17.980, de 12 de novembro de 1927, 822, de 15 de maio de 1936 e 9.018, de 16 de março de 1942.

Decreto n. 30.568 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Autoriza a cessão, em caráter provisório, de imóveis da União ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.388 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro às populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.557 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a lavrar cartão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 28.146 — de 23 de maio de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

EXTRANUMERÁRIOS

— *Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalistas da Universidade do Paraná.*

Decreto n. 30.367 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

EXTRANUMERÁRIOS

Tabelas Únicas ou Numéricas. Ver, também, o nome do Ministério a que pertencem.

F

FABRICA DE AVIÕES DE LAGOA SANTA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais.

Lei n. 1.574 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

FACULDADES

Manda incluir, no ensino da cadeira de Farmácia Galênica, as noções fundamentais de Farmácia Homeopática.

Lei n. 1.554 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

— *Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino.*

Decreto n. 30.344 — de 26 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

FACULDADES

Concede reconhecimento ao curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.371 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Letras clássicas, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas, Pedagogia, Matemática, Física, Química, História Natural e Geografia e História da Faculdade de Filosofia da Bahia.*

Decreto n. 30.427 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia de Alagoas.*

Decreto n. 30.428 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

— *Concede reconhecimento do curso de engenheiro industrial, modalidade mecânica, da Faculdade de Engenharia Industrial, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.*

Decreto n. 30.429 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de janeiro de 1952.

— *Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia de Goiás.*

Decreto n. 30.475 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

FACULDADES

Concede autorização para funcionamento dos cursos de Filosofia, Pedagogia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras neo-latinas e Letras anglo-germânicas da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras.

Decreto n. 30.552 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

Concede autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, matemática, física, química, história natural, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba.

Decreto n. 30.555 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Concede reconhecimento dos cursos de Geografia e História, Letras neo-latinas, Letras anglo-germânicas e Pedagogia, da Faculdade de Filosofia de Goiás.

Decreto n. 30.588 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de março de 1952.

— Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n. 30.662 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

FARMACOTÉCNICA HOMEOPÁTICA

Manda incluir, no ensino da cadeira de Farmácia Galênica, as noções fundamentais de Farmácia Homeopática.

Lei n. 1.554 — de 8 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ASSISTÊNCIA AOS LAZAROS E DEFESA CONTRA A LEPROA

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Crèche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

Lei n. 1.538 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

FELDSPATO

Renova o Decreto n.º 27.277, de 29 de setembro de 1949.

Decreto n. 30.409 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e José Vicente Fernandes a pesquisar feldspato no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.623 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— Ficam autorizados os cidadãos brasileiros Helman Paula, João Costa e Oliver Rezende a pesquisar feldspato e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.624 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Ribeiro Coelho a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.316 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

FERRO

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alípio de Mesdonça Chaves a lavrar minério de ferro e associados no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.534 — de 13 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira, empresa de mineração a lavrar minério de ferro e associados no município de Antônio Dias Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.570 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Jacob Cheib a pesquisar dolomita, ferro e associados, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.678 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

FIACÇÃO E TEGELAGEM "JOÃO LOMBARD" S.A.

Outorga à Fiação e Tegelagem "João Lombard" S. A., concessão para aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Barba de Lobo, na localidade de Coqueiro, distrito de Rio das Mortes, município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.458 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

FIEL DE TESOUREIRO

Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Decreto n.º 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

FINANCIAMENTOS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1952.

Decreto n.º 30.473 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

FISHER, KESSLER, & CIA. LIMITADA

Autoriza a firma Fisher, Kessler & Cia. Limitada a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.633 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

FLAGELADOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para socorro às populações flageladas pelos incêndios nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 1.557 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

FLORESTAS PROTETORAS

Declara remanescentes, de acordo com o artigo 5.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

Decreto n.º 30.443 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

— Declara protetoras, de acordo com o artigo 4.º, letras "a" e "b", do Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934, as florestas que indica.

Decreto n.º 30.444 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

FORÇA E LUZ DE URUÇU S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Força e Luz de Uruçu S. A.

Decreto n. 28.895 — de 22 de novembro de 1950.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

FORÇAS ARMADAS

Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946).

Lei n. 1.585 — de 28 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

FUNCIONÁRIOS AUTARQUICOS

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Faculta aos químicos agrícolas interinos, da carreira especializada do Ministério da Agricultura, o direito à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Lei n. 1.547 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— *Estende aos químicos, para efeito de ingresso na carreira especializada de químico agrícola, as vantagens outorgadas pela Lei n. 657, de 21 de março de 1949, que dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento de especialização, criados no Ministério da Agricultura.*

Lei n. 1.549 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n. 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

FUNDIDOR

Extingue cargos excedentes.

(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.516 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

G**GALENA**

Autoriza o cidadão brasileiro Joel Americano Lopes a pesquisar galena no município de Santo Inácio, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.654 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

GALVANOPLASTA

Extingue cargos excedentes.

(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.517 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1952.

Decreto n. 30.473 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

GESSO NACIONAL TAPUYO LIMITADA

Autoriza S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gesso Nacional Tapuyo Limitada, a lavar gipsita e associados no município de Jaicós, Estado do Piauí.

Decreto n. 30.376 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

GINÁSIO SANTA BERNADETE

Concede isenção de tributos, exclusiva a taxa de previdência social, a materiais importados pela Crèche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

Lei n. 1.538 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

GIPSITA

Autoriza S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gesso Nacional Tapuyo Limitada, a lavar gipsita e associados no município de Jaicós, Estado do Piauí.

Decreto n. 30.376 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Cavalcanti de Albuquerque a pesquisar calcário e gipsita no município de Barra do Corda, Estado do Maranhão.*

Decreto n. 30.574 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

GOVÊRO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Restitui ao Govêro da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional.

Lei n. 1.576 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

GRATIFICAÇÃO DE MAGISTÉRIO

Ver: *Crédito especial.*

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

Aprova as tabelas de gratificação, a título de representação, a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n. 30.357 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

GRAVADOR

Extingue cargos excedentes. (M.F. — Q.P.).

Decreto n. 30.522 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

GUARDAS FLORESTAIS

Dispõe sobre o uniforme dos Guardas Florestais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 30.219 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

H

HORÁRIO BANCÁRIO

Ver: *Bancos e Casas Bancárias.*

HOSPEDARIA DE IMIGRANTES

Autoriza a Comissão do Vale de São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.695 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

HOSPITAL GAFREZ GUINLE

Decreto-legislativo n. 18 — de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

HOSPITAL MILITAR DE CURITIBA

Decreto-legislativo n. 13 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

HOSPITAL MILITAR DE SALVADOR

Decreto-legislativo n. 6 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

IBEC RESEARCH INSTITUTE

Concede a "IBEC Research Institute" autorização para funcionar no Brasil.

Decreto n. 30.385 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

IGREJA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DO RIO DE JANEIRO

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, DE BELO HORIZONTE

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

IGREJA EPISCOPAL DE PELOTAS

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

IMOBILIÁRIA PARQUE SANTA ROSA DE FRANÇA LIMITADA

Concede à Imobiliária Parque Santa Rosa de França Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.326 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados pela Crèche Regina Apostolorum, de Sete Lagoas, e outras instituições.

Lei n. 1.538 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n. 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

Lei n. 1.563 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1952.

IMPRESSOR DE VALORES

Extingue cargos excedentes.
(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.520 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

INDENIZAÇÃO POR ATOS DE AGRESSÃO CONTRA BENS DO ESTADO BRASILEIRO

Aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas, alemãs ou japonesas, residentes ou domiciliadas no exterior, as disposições do art. 1.º do Decreto-lei n. 4.806, de 7 de outubro de 1942, e do artigo 1.º do Decreto-lei número 9.123, de 3 de abril de 1946.

Lei n. 1.571 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

INDENIZAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 30.391.198,30, para atender ao pagamento de indenização devida a Construções Aeronáuticas S. A., concessionária da Fábrica de Aviação de Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais.

Lei n. 1.574 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

INDÚSTRIA EXTRATIVA DE MÁRMORES (S.I.E.M.A.) LIMITADA

Concede à Sociedade para a Indústria Extrativa de Mármores (S. I. E. M. A.) Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.575 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS E ARTIGOS REFRATÁRIOS SOCIEDADE ANÔNIMA IBAR

Autoriza Indústrias Brasileiras e Artigos Refratários S. A. IBAR a pesquisar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.492 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.539 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

INDÚSTRIAS REUNIDAS DE CAL LIMITADA

Concede permissão a Indústrias Reunidas de Cal Limitada, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 30.381 — de 10 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

INQUÉRITOS PARLAMENTARES

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Lei n. 1.579 — de 18 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de março de 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Designa comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito.

Decreto n. 30.399 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PSYCHOGNOMIA DO DISTRITO FEDERAL

Declara de utilidade pública o Instituto Brasileiro de Psychognomia do Distrito Federal.

Decreto n. 30.391 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

INSTITUTO CENTRAL DO CANCER

Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis que mencionam, situados no Distrito Federal.

Decreto n. 30.591 — de 23 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Decreto-legislativo n. 7 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO

Approva instruções para execução da lei que menciona.

Decreto n. 30.435 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 93.600,00 para pagamento da contribuição do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no exercício de 1950.

Decreto n. 30.616 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre o provimento dos cargos em comissão, nos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Lei n. 1.584 — de 27 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

— *Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n. 403, de 24 de setembro de 1943, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.*

Decreto n. 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Decreto-legislativo n. 2 — de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

INVESTIMENTO DE CAPITAIS

Decreto-legislativo n. 1 — de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

INVESTIMENTOS

Dispõe sobre o retorno de capital estrangeiro, na forma do Decreto-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Decreto n. 30.363 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 5 de janeiro de 1952.

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Autoriza a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo, a pesquisar argila e associados, no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.449 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

IRMÃOS SCHLUMBERGER

Outorga a Irmãos Schlumberger concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do salto Curucaçu, existente no rio Jordão, município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.291 — de 19 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

IRMÃS DA CONGREGAÇÃO DE SÃO JOSÉ

Decreto-legislativo n. 13 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

"ITATIAIA" COMPANHIA DE SEGUROS DE ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Itatiaia" Companhia de Seguros de Acidentes do Trabalho.

Decreto n. 30.295 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

L**LAVRAS**

Ver a denominação do elemento lavrado.

LEGAÇÕES

Cria uma Legação do Brasil junto à Soberana Ordem Militar de Malta.

Decreto n. 30.403 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

LEI DO SERVIÇO MILITAR

Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946).

Lei n. 1.585 — de 28 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

LINHAS FERREAS

Aprova projetos e orçamentos para a construção dos 1.º, 4.º e 5.º trechos da linha férrea Oiticica-Foz de Belenga.

Decreto n. 30.543 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Decreto-legislativo n. 5 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

LOTAÇÃO NUMÉRICA

Ver: o Ministério a que pertence.

L'UNION, COMPAGNIE D'ASSURANCES CONTRE L'INCENDIE, LES ACCIDENTS ET RISQUES DIVERS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, de L'Union, Compagnie D'Assurances Contre L'Incendie, Les Accidents e Risques Divers.

Decreto n. 30.321 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

LUTO OFICIAL

Manda prestar a Sua Magestade Jorge VI, Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Domínios Britânicos de Além-Mar, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n. 30.509 — de 6 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

M

MADEIRA SERRADA DE PINHO BRASILEIRO

Aprova as especificações e tabela para classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

Decreto n. 30.325 — de 21 de dezembro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 11 de março de 1952.

MAG — NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à sociedade "MAG — Navegação e Comércio Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 30.495 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de fevereiro de 1952.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Amaro Ribeiro Coelho a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.316 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guaçu, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 30.374 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

— Autoriza a cidadã brasileira Maria Cândida de Jesus a pesquisar minério de manganês e associados no município de São João del-Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.541 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

MAQUINAS AGRICOLAS

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco do Brasil S. A. o financiamento de compra de máquinas agrícolas e animais de tração destinados ao fomento da produção, e das outras providências.

Lei n. 1.537 — de 2 de janeiro de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

MARCAÇÃO DE VOLUMES DESTINADOS À EXPORTAÇÃO

Ver: *Exportação.*

MARCAS DE EXPORTAÇÃO

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

Lei n. 1.563 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1952.

MARINHA

Distribui o efetivo do Quadro de Officiais-Auxiliares da Marinha.

Decreto n. 30.627 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

MARINHEIRO

Altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.564 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

MÁRMORES

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Vieira a lavar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.160 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicação no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

MÁRMORES

— Autoriza o cidadão brasileiro Orestes Giannetti a pesquisar mármore e associados no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.219 — de 26 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) 8 de março de 1952.

MATERIAIS ESTRATÉGICOS

Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e das outras providências.

Decreto n. 30.583 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

MECÂNICO

Extingue cargos excedentes.
(M.F. — Q.P.)

Decreto n. 30.518 — de 9 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de fevereiro de 1952.

MICA

Renova o Decreto n. 27.008, de 3 de agosto de 1949.

Decreto n. 30.012 — de 26 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— Renova o Decreto n. 27.271, de 29 de setembro de 1949.

Decreto n.º 30.409 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.453 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

— Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.454 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Batista de Sá Sobrinho a pesquisar mica no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.489 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.226, de 26 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.572 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.080, de 25 de agosto de 1949.*

Decreto n. 30.579 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.533, de 29 de novembro de 1949.*

Decreto n. 30.647 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Chaves Sampaio a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.658 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Aroldo Weber e José Vaz a pesquisar mica e associados, no município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.673 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

MINERAÇÃO ARAÇARIGUAMA S.A.

Conceta o Decreto n. 16.966, de 25 de outubro de 1944.

Decreto n. 30.559 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

MINERAÇÃO FALCOMAR LIMITADA

Concede à Mineração Falcomar Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.327 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1952.

MINERAÇÃO RIO DOCE LIMITADA

Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.453 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

— *Autoriza a Mineração Rio Doce Limitada a pesquisar mica no município de Peçanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.454 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

MINAS GOIAS LTDA.

Autoriza Minas Goiás Ltda., a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n. 30.625 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Decreto-legislativo n. 8 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 9 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: *Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n. 4 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 5 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

-- Decreto-legislativo n. 7 -- de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

-- Decreto-legislativo n. 11 -- de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

-- Decreto-legislativo n. 64 -- de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

-- Altera a dotação de repartição do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 30.502 -- de 1 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

-- Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 30.512 -- de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1952.

-- Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixu.

Decreto n. 30.618 -- de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

Abertura de crédito -- Ver -- *Crédito Especial*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n. 12 -- de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

Decreto-legislativo n. 17 -- de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

--Decreto-legislativo n. 18 -- de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

-- Decreto-legislativo n. 32 -- de 1951.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

-- *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.356 -- de 31 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

-- *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.366 -- de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

-- *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.413 -- de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

-- *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.419 -- de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

-- *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.421 -- de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

-- *Aprova instruções para execução da lei que menciona.*

Decreto n. 30.435 -- de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

-- *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.460 -- de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.531 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.532 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.662 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

— *Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n. 30.666 — de 24 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver — Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Reclassifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, classe F, os ex-contínuos de Delegacias Fiscais, incluídos nos Quadros VII pela Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, como serventes, e dá outras providências.

Lei n. 1.550 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

Abertura de crédito — Ver — Crédito Especial.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto-legislativo n. 13 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 16 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 30.387 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.503 — de 4 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de dois terrenos destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 30.636 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1952.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública os terrenos da Fazenda Guandu do Sapé.

Decreto n. 30.637 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-legislativo n. 15 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de março de 1952.

— Decreto-legislativo n. 19 — de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

*Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.***MONTEPIO GERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO***Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.*

Lei n. 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

MOTORISTA*Suprime cargo extinto.*
(M.M. — Q.S.).

Decreto n. 30.526 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

MUNICÍPIOS*Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel do domínio da União ao Município de Ibaiti, Estado do Paraná.*

Lei n. 1.536 — de 2 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

— Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Lei n. 1.551 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

MUNICÍPIOS*Dispõe sobre a doação de terras do domínio da União ao Município de Ibaiti, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.563 — de 19 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1952.

N**NACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS***Ver: o nome da empresa nacionalizada.***NÚCLEO COLONIAL DE UNA***Cria o Núcleo Colonial de Una, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.390 — de 14 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

O**OFICIAIS ADUANEIROS***Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n. 15.220, de 29 de setembro de 1921.*

Lei n. 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

OFICIAIS AUXILIARES*Distribui efetivo do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha.*

Decreto n. 30.627 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

OFICIAIS DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAI*Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções.*

Decreto n. 30.603 — de 4 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

OFICIAIS VETERINÁRIOS

Dispõe sobre a contagem de tempo de efetivo serviço dos Oficiais veterinários que outrora cursaram, na qualidade de alunos civis, a Escola de Veterinária de Exército.

Lei n. 1.558 — de 16 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

OPERARIO DE RADIO

Suprime cargo extinto.

(M.M. — Q.S.)

Decreto n. 30.525 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1952.

Lei n. 1.487 — de 6 de dezembro de 1951.

Retificada no D. O. de 4 e 5 de janeiro de 1952.

— *Retifica a Lei n. 1.249, de 12 de dezembro de 1950, que orça a Receita e fixa a Despesa da União, para o exercício financeiro de 1951.*

Lei n. 1.539 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

ORDEM DO CRUZEIRO DO SUL

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 330.222,90, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.611 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Altera os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei n. 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lei n. 1.580 — de 20 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de março de 1952.

ORFANATO AUGUSTO SILVA

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del-Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del-Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n. 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto n. 30.642 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

OTTO LOW & IRMÃOS LIMITADA

Decreto-legislativo n. 11 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Antero Leopoldino de Carvalho a pesquisar cassiterita, caulim, ouro, diamante e associados no município de Itumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 29.106 — de 8 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Autoriza a Companhia Minas da Passagem a pesquisar minério de ouro e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.437 — de 24 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1952.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Gomarino Guieiro a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.455 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 26.490, de 19 de março de 1949.*

Decreto n. 30.646 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 28.034, de 24 de abril de 1950.*

Decreto n. 30.643 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

P

PAPEL MOEDA

— *Revoga o art. 10 do Decreto-lei n. 4.791, de 5 de outubro de 1942, e dá outras providências.*

Lei n. 1.546 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

PATRÃO

Altera, sem aumento de despesa, as carreiras de Marinheiro e Patrão do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.564 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

— *Extingue cargos excedentes.*
(M.M. — Q.P.)

Decreto n. 30.528 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

PEDRAS CORADAS

Renova o Decreto n. 27.080, de 25 de agosto de 1949.

Decreto n. 30.579 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.533, de 29 de novembro de 1949.*

Decreto n. 30.647 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Revoga o Decreto n. 27.850, de 6 de março de 1950.

Decreto n. 30.383 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

— *Autoriza Karam Josef Zoghailb a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.384 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 30 de janeiro de 1952.

— *Autoriza Valdevino Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.440 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza João Gomes de Carvalho a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.441 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

— *Autoriza Armênio Santos a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.499 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Revoga o Decreto n. 4.960, de 30 de novembro de 1939.

Publicado no D. O. de 7 de março de 1952.

Decreto n. 30.554 — de 15 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza Antenor Flygare Teles a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.595 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1952.

— *Autoriza Antônio Lustosa de Brito a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.596 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

— *Autoriza a firma Fisher, Kessler, & Cia. Limitada a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 30.633 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

PEDRAS SEMIPRECIOSAS

Renova o Decreto n. 27.277, de 29 de setembro de 1949.

Decreto n. 30.409 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Dias Vale a pesquisar quartzo e pedras semi-preciosas no município de Macarani, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.573 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

PENSÕES

Aumenta para Cr\$ 1.200,00 mensais a importância da pensão especial concedida à Senhora Leonor Barata Cotegipe.

Lei n. 1.566 — de 5 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de março de 1952.

PENSÕES

*Concede pensão mensal a Ven-
vinda de Holanda Moreira.*

Lei n. 1.543 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

— *Concede pensão especial a Es-
ter de Souza Valente.*

Lei n. 1.567 — de 5 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de março de 1952.

PEREIRA & COMPANHIA

*Concede a Pereira & Cia., autori-
zação para funcionar como empresa
de mineração.*

Decreto n. 30.408 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de janeiro de 1952.

PESCA DA BALEIA

*Promulga a Convenção Internacio-
nal para a Regulamentação da Pes-
ca da Baleia e o Regimento anexo
à mesma, assinados em Washington,
a 2 de dezembro de 1946.*

Decreto n. 28.524 — de 18 de agosto de 1950.

Retificado no D. O. de 28 de março de 1952.

PESQUISAS

*Ver a denominação do elemento
pesquisado.*

PODER EXECUTIVO

*Abertura de Crédito — Ver: Cre-
dito Especial.*

PODER JUDICIÁRIO

*Abertura de Crédito: — Ver: Cré-
dito Especial.*

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

*Dá nova redação ao artigo 2.º do
Regulamento Geral da Polícia Mili-
tar do Distrito Federal, aprovado
pelo Decreto n. 3.273, de 16 de no-
vembro de 1938.*

Decreto n. 30.641 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

PORCELANA REAL S.A.

Concede à Porcelana Real S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.406 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no *D. O.* de 26 de janeiro de 1952.

PORTOS

Decreto-legislativo n. 19 — de 1952.

Publicado no *D. O.* de 11 de março de 1952.

— *Aprova nova modificação na planta das obras de construção do porto de Niterói, a que se referem os Decretos ns. 17.980, de 12 de novembro de 1927, 822, de 15 de maio de 1936 e 9.018, de 16 de março de 1942.*

Decreto n. 30.568 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no *D. O.* de 22 de fevereiro de 1952.

— *Aprova novo projeto e orçamento da construção do porto de Arzonina.*

Decreto n. 30.629 — de 11 de março de 1952.

Publicado no *D. O.* de 13 de março de 1952.

PRAZOS

Fixa o prazo para o Conselho de Segurança Nacional emitir parecer nos termos do § 2.º do art. 28 da Constituição Federal.

Lei n. 1.551 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicada no *D. O.* de 11 de fevereiro de 1952.

PREÇOS MÍNIMOS DO ALGODÃO EM PLUMA

Assegura ao algodão em pluma do país da safra de 1952 a garantia de preços mínimos.

Decreto n. 30.640 — de 19 de março de 1952.

Publicado no *D. O.* de 21 de março de 1952.

PREFEITURAS

Decreto-legislativo n. 19 — de 1952.

Publicado no *D. O.* de 11 de março de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Prefeitura Municipal de Uberaba e à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Lei n. 1.548 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no *D. O.* de 8 de fevereiro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Barbacena concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira da Lavra, situada no rio das Mortes, município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 27.406 — de 8 de novembro de 1949.

Publicado no *D. O.* (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Três Passos concessão para distribuir energia elétrica na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, utilizando energia térmica.*

Decreto n. 27.932 — de 11 de abril de 1950.

Publicado no *D. O.* (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Iraí, Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 28.492 — de 14 de agosto de 1950.

Publicado no *D. O.* (Suplemento) de 8 de março de 1952.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Cristalina concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Cristalina, Estado de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto n. 28.890 — de 22 de setembro de 1950.

Publicado no *D. O.* (Suplemento) de 8 de março de 1952.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município do mesmo nome e dá outras providências.

Decreto n. 30.263 — de 10 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 25 de janeiro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Itueta, concessão para distribuir energia elétrica no município de Itueta, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 30.323 — de 21 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

— *Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.*

Decreto n. 30.423 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de dois terrenos destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 30.636 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1952.

— *Autoriza a Comissão do Vale de São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.695 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

PRODUÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS E MATÉRIAS PRIMAS LIMITADA

Autoriza a "Produco" Sociedade Produção e Comércio de Minério e Matérias Primas Limitada a pesquisar berilo e associados, no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.674 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

— *Autoriza a "Produco" Sociedade Produção Comércio de Minérios e Matérias Primas Limitada, a pesquisar berilo e associados no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.677 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

PROJETORES CINEMATOGRAFICOS

Ver: *Cinematografia.*

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para construção de 16 grupos de casas de duas habitações para turmas, em estações da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 30.370 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de janeiro de 1952.

— *Aprova novo orçamento para reconstrução e ampliação de edifício na linha São Francisco-Joazeiro, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.*

Decreto n. 30.493 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Aprova novo projeto e orçamento para a construção de um armazém pela Companhia Docas do Santos.*

Decreto n. 30.524 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de janeiro de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Altera o Decreto n.º 23.863, de 16 de outubro de 1947, que aprovou projeto e orçamento para construção de armazém de segunda linha no porto de Rio Grande.

Decreto n. 30.529 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para construção, no porto de Rio Grande, de armazém anexo ao de que trata o Decreto n.º 23.863, de 16 outubro de 1947.*

Decreto n. 30.530 — de 12 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1952.

— *Aprova projetos e orçamentos para construção dos 1.º, 4.º e 5.º trechos da linha férrea Oiticica-Foz do Berlenga.*

Decreto n. 30.543 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

— *Aprova novo orçamento para a construção do cais do Cajú, no Porto do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.562 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de fevereiro de 1952.

— *Aprova nova modificação na planta das obras de construção do porto de Niterói, a que se refere os Decretos ns. 17.980, de 12 de novembro de 1927, 822, de 15 de maio de 1936, e 9.018, de 16 de março de 1942*

Decreto n. 30.568 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

— *Aprova novo projeto e orçamento da construção do porto de Antonina.*

Decreto n. 30.629 — de 11 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova novo orçamento para a construção de um reservatório de água potável na Ilha do Barnabé, no porto de Santos.

Decreto n. 30.633 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

PROMOÇÕES

Fixa as condições de acesso ao posto de Major, do Quadro de Infantaria de Guarda da Aeronáutica.

Decreto n. 30.361 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1952.

— *Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções.*

Decreto n. 30.603 — de 4 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

PROMULGAÇÃO DE VETOS

Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n. 1.493 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1951.

PROTOCOLO DE ANNECY

Decreto-legislativo n. 76 — de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

PROVISIONADOS

Altera os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei n. 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lei n. 1.580 — de 20 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de março de 1952.

Q

QUADRO DA INFANTARIA DE GUARDA DA AERONAUTICA

Fixa as condições de acesso ao posto de Major, do Quadro de Infantaria de Guarda da Aeronautica.

Decreto n. 30.361 — de 3 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1951.

QUADRO DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ver: Supremo Tribunal Federal.

QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES DA MARINHA

Distribui o efetivo do Quadro de Oficiais-Auxiliares da Marinha.

Decreto n. 30.627 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

QUARTZITO

Altera o art. 1.º do Decreto número 29.540, de 9 de maio de 1951.

Decreto n. 30.484 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Cristiano Alves a pesquisar quartzito no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.656 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Tito de Oliveira Lima a lavar quartzo e associados no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.558 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Dias Vaie a pesquisar quartzo e pedras semi-preciosas no município de Macarani, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.573 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

— *Autoriza Minas Goiás Ltda. a pesquisar quartzo no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n. 30.625 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.533, de 29 de novembro de 1949.*

Decreto n. 30.647 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Autoriza Minas Goiás Ltda. a Arthur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados, no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.661 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.529, de 29 de novembro de 1949.*

Decreto n. 30.675 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Gregório de Andrade a pesquisar quartzo e associados no município de Itamarandiba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.676 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de abril de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.080, de 25 de agosto de 1949.*

Decreto n. 30.579 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pinheiro Lopes a pesquisar quartzo e associações nos municípios de Cristalina e Ipameri, Estado de Goiás.

Decreto n. 30.580 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

QUÍMICOS

Estende aos químicos, para efeito de ingresso na carreira especializada de químico agrícola, as vantagens outorgadas pela Lei n. 657, de 21 de março de 1949, que dispõe sobre os cursos de aperfeiçoamento de especificação, criados no Ministério da Agricultura.

Lei n. 1.549 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

QUÍMICOS AGRÍCOLAS

Faculta aos químicos agrícolas internos, da carreira especializada do Ministério da Agricultura o direito à matrícula no Curso de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão.

Lei n. 1.547 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

R**R.C.A. VICTOR RADIO SOCIEDADE ANÔNIMA**

Concede à R.C.A. Victor Rádio S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.483 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

RADIO CLUBE DO BRASIL S.A.

Outorga concessão à Rádio Clube do Brasil S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta capital.

Decreto n. 30.430 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

RADIO CLUBE DO PIAUÍ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Clube do Piauí Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora em ondas intermediárias (frequência tropical) em Teresina, Estado do Piauí.

Decreto n. 30.197 — de 21 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1952.

RADIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA

Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação radiodifusora, em frequência modulada, nesta Capital.

Decreto n. 30.432 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de março de 1952.

RADIO TAMANDARÉ LIMITADA

Transfere à Rádio Tamandaré Limitada a concessão outorgada a S. A. Rádio Tupi, para estabelecer uma estação radiodifusora em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.373 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

RADIO TELEVISÃO DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Declara caduca a concessão outorgada à Rádio Televisão do Brasil S. A.

Decreto n. 30.589 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de fevereiro de 1952.

RADIO TELEVISÃO PAULISTA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Televisão Paulista S. A., para estabelecer uma estação radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.590 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

RADIODIFUSÃO

Ver: o nome da empresa concessionária.

RADIOTELETRICIDADE

Ver: o nome da empresa concessionária.

RADIOFONIA

Ver: o nome da empresa concessionária.

RADIOTELEGRAFIA

Ver: o nome da empresa concessionária.

RADIOTELEVISÃO

Ver: o nome da empresa concessionária.

READAPTAÇÃO

Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n. 15.220, de 29 de setembro de 1921.

Lei n. 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ SANTA CATARINA

Aprova a Tabela Numérica de Mensalistas da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e dá outras providências.

Decreto n. 30.402 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

REGIMENTOS

Altera o Decreto n. 20.489, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.395 — de 15 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

— Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

Decreto n. 30.618 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de março de 1952.

REGULAMENTOS

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

Lei n. 1.563 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1952.

— Revoga o art. 1.º do Decreto número 24.057, de 14 de novembro de 1947.

Decreto n. 30.382 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

— Aprova o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo

Decreto n. 30.389 — de 12 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

— Dá nova redação ao artigo 266 e seus parágrafos do Regulamento do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto número 16.274, de 20 de dezembro de 1923.

Decreto n. 30.434 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1952.

— Concede permissão à Escola de Rádio Eletricidade Delorenzi para funcionar como escola de radioeletricidade e aprova seu regulamento.

Decreto n. 30.436 — de 24 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

— Altera o Regulamento do Serviço de Identificação de Aeronáutica.

Decreto n. 30.456 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1952.

— Altera o art. 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil.

Decreto n. 30.510 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1952.

REGULAMENTOS

Suspende, temporariamente, exigências do Regulamento de Promoções.

Decreto n. 30.603 — de 4 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de março de 1952.

— *Altera artigo do Regulamento da Escola Superior de Guerra, aprovado e mandado executar pelo Decreto n. 27.264, de 28 de setembro de 1949.*

Decreto n. 30.635 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de março de 1952.

— *Dá nova redação ao artigo 2.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n. 30.641 — de 19 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de março de 1952.

— *Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP instituídos pelo Decreto-lei número 2.804, de 21 de novembro de 1940.*

Decreto n. 30.665 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

— *Modifica o Regulamento para a Diretoria do Material do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 30.668 — de 25 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Belgrado.

Decreto n.º 30.612 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

RESERVATÓRIOS

Aprova novo orçamento para a construção de um reservatório de água potável na Ilha do Barnabé, no porto de Santos.

Decreto n.º 30.638 — de 17 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

RESTITUIÇÃO DE IMÓVEIS

Restitui ao Governo da República Federal da Alemanha o imóvel da antiga Embaixada Alemã no Rio de Janeiro, incorporado ao patrimônio nacional.

Lei n.º 1.576 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

RETORNO DE CAPITAL ESTRANGEIRO

Dispõe sobre o retorno de capital estrangeiro, na forma do Decreto-lei n.º 9.025, de 27 de fevereiro de 1946.

Decreto n.º 30.363 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 5 de janeiro de 1952.

RODOVIAS BLOQUEADAS

Dispõe sobre a limitação de acesso às rodovias federais bloqueadas, com fundamento no art. 2.º da letra c do Decreto-lei n.º 8.463, de 27 de dezembro de 1945.

Decreto n.º 30.669 — de 25 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

RUI BARBOSA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para ereção, na Capital da República, de um monumento a Rui Barbosa (Art. 33 das Disposições Constitucionais Transitórias).

Lei n.º 1.562 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 3 de março de 1952.

Retificada no D. O. de 31 de março de 1952.

S

SACARIA

Revoga o art. 1.º do Decreto número 24.057, de 14 de novembro de 1947.

Decreto n.º 30.382 — de 11 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1952.

SALÁRIOS

Vêr: Vencimentos.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n.º 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

SÃO PAULO ELETRIC COMPANY, LIMITED

Concede à "São Paulo Elétric Company, Limited" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 30.347 — de 28 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de janeiro de 1952.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Luís Maria da Silva a pesquisar minério de scheelita no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 30.463 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de janeiro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel César de Araújo a pesquisar scheelita e associados no município de Rafael, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 30.581 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Teodorico Bezerra a pesquisar Scheelita no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 30.653 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vêr: Supremo Tribunal Federal.

SEGUROS

Vêr o nome da Companhia.

SELOS POSTAIS COMEMORATIVOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 1.º centenário da fundação da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Lei n.º 1.572 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

SERRANA, SOCIEDADE ANÔNIMA DE MINERAÇÃO

Renova o Decreto n.º 23.766, de 29 de setembro de 1947.

Decreto n.º 29.156 — de 17 de janeiro de 1951.

Publicado no D. O. (Suplemento) de 8 de março de 1952.

SERVENTES

Reclassifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, classe F, os ex-contínuos de Delegados Fiscais, incluídos no Quadro VII pela Lei número 284, de 28 de outubro de 1936, como serventes, e dá outras providências.

Lei n.º 1.550 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

SERVENTES

Suprime cargos extintos.
(M. M. — Q. S.)

Decreto n.º 30.527 — de 11 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

SERVIÇO CONSULAR HONORARIO DO BRASIL

Altera o art. 4.º do Regulamento para o Serviço Consular Honorário do Brasil.

Decreto n.º 30.510 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de fevereiro de 1952.

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE AERONÁUTICA

Altera o Regulamento do Serviço de Identificação de Aeronáutica.

Decreto n.º 30.456 — de 26 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de janeiro de 1952.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA E ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO PARÁ

Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal à serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 30.513 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BAHIA DO PRATA E FROTA DE PETROLEIROS

Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal à serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 30.513 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Decreto Legislativo n.º 11 — de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA

Manda contar, para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o tempo de serviço prestado junto ao Serviço Especial de Saúde Pública.

Lei n.º 1.573 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de março de 1952.

SERVIÇO MILITAR

Altera dispositivos da Lei do Serviço Militar (Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946).

Lei n.º 1.585 — de 28 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de março de 1952.

SERVIÇO SOCIAL DO SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Autoriza o Poder Executivo a doar imóveis sítos nos Municípios de Lavras e São João del Rei, Estado de Minas Gerais, provenientes de heranças vacantes, à Fundação da Casa Popular de São João del Rei e a instituições sociais do mesmo Estado.

Lei n.º 1.569 — de 8 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de março de 1952.

SILEX

Fica autorizado o cidadão brasileiro José Correia Murra a pesquisar sílex e associados no município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.535 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR

Decreto Legislativo n.º 7 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

SISTEMA ESTATÍSTICO BRASILEIRO

Designa comissão para estudar o sistema estatístico brasileiro e emitir parecer a respeito.

Decreto n.º 30.399 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de janeiro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA "ALUMINIUM UNION LIMITED"

Revoga os Decretos que concederam à Sociedade Anônima "Aluminium Union Limited" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.494 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de fevereiro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO

Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Pinhal e Limeira, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.609 — de 6 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE SEGUROS LLOYD ATLÂNTICO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da S. A. de Seguros Lloyd Atlântico.

Decreto n.º 30.273 — de 13 de dezembro de 1951.

Retificado no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA MINERAÇÃO JERÔNIMO ROSADO

Autoriza S. A. Mineração Jerônimo Rosado e Gesso Nacional Tapuyo Limitada, a lavrar gipsita e associados no município de Jaicós, Estado do Piauí.

Decreto n.º 30.376 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI

Transfere à Rádio Tamandaré Limitada a concessão outorgada a S.A. Rádio Tupi, para estabelecer uma estação radiodifusora em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 30.373 — de 9 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de fevereiro de 1952.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE UROLOGIA

Concede à Sociedade Brasileira de Urologia o auxílio de Cr\$ 480.000,00 para o VI Congresso Brasileiro de Urologia e para custeio da Delegação no V Congresso Americano e IV Mexicano de Urologia.

Lei n.º 1.535 — de 31 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 9 de janeiro de 1952.

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA DE PIRATININGA LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora de Piratininga Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora, em ondas curtas, na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.431 — de 23 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

SOLICITADORES

Altera os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Lei número 794, de 29 de agosto de 1949, que assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

Lei n.º 1.580 — de 20 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de março de 1952.

SOMAG — SOCIEDADE DE ENGENHARIA LIMITADA

Decreto Legislativo n.º 3 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

STAHLUNION LINITADA

Transfere ao Banco do Brasil S.A., como Agente Especial do Governo Federal o encargo de liquidar as operações remanescentes da empresa que menciona, e dá outras providências.

Decreto n.º 30.619 — de 10 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Concede à “Standard Oil Company of Brazil” autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 30.339 — de 24 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 4 de janeiro de 1952.

SUBVENÇÕES

Dispõe sobre o pagamento de auxílio e subvenções.

Lei n.º 1.493 — de 13 de dezembro de 1952.

Reproduzida no D. O. de 16 de fevereiro de 1952.

Promulgação de dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n.º 1.493 — de 13 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 16 de fevereiro de 1952.

SÚDITOS DO EIXO

Aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas alemãs ou japonesas, residentes ou domiciliados no exterior, as disposições do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 4.806, de 7 de outubro de 1942, e do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 9.123, de 3 de abril de 1946.

Lei n.º 1.571 — de 11 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de março de 1952.

SUL AMERICANA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA.

Concede à sociedade “Sul Americana, Comércio e Navegação Ltda” autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.681 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1952.

SULBA, SOCIEDADE COMERCIAL DE MINÉRIOS LIMITADA

Concede a Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.650 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Reorganiza o Quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Lei n.º 1.575 — de 14 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de março de 1952.

T**TABELAS PARA CLASSIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE MADEIRA**

Aprova as especificações e tabela para classificação e fiscalização da exportação de madeira serrada de pinho brasileiro.

Decreto n.º 30.325 — de 21 de dezembro de 1951.

Reproduzido no D. O. de 11 de março de 1952.

TABELAS ÚNICAS

Ver o nome do Ministério a que se referem.

TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Decreto-Legislativo n.º 76 — de 1951.

Publicada no D. O. de 22 de fevereiro de 1952.

TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 268.650,00 para pagamento da contribuição do Brasil em favor das partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Decreto n.º 30.632 — de 13 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de março de 1952.

TAXA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ver: *Taxas.*

TAXAS

Dispõe sobre a marcação dos volumes que contiverem produtos brasileiros destinados à exportação para o estrangeiro.

Lei n.º 1.563 — de 1 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de março de 1952.

Concede isenção de tributos, exclusive a taxa de previdência social, a materiais importados para vários templos religiosos.

Lei n.º 1.578 — de 17 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de março de 1952.

TEATRO

Estabelece obrigatoriedade da representação, pelas Companhias teatrais, de peças de autores nacionais.

Lei n.º 1.565 — de 3 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de março de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Decreto Legislativo n.º 10 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento de terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.126 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de março de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Ilha do Governador, na Capital da República.

Decreto n.º 30.304 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1952.

Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.305 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 18 de janeiro de 1952.

Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.404 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de janeiro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 23 de janeiro de 1952.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Reconhece aos antigos encarregados e escrivães dos postos fiscais do Território do Acre os direitos assegurados pela Lei n.º 3.454, de 6 de janeiro de 1918, e confirmados pelo Decreto n.º 15.220, de 29 de setembro de 1921.

Lei n.º 1.559 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a pesquisar minérios de cromo, no município de Mazagão.

Decreto n.º 30.485 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

TESOUREIRO

Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Decreto n.º 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

TESOUREIRO GERAL

Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Decreto n.º 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. III — P.S.).

Decreto n.º 30.533 — de 13 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. III — P.S.).

Decreto n.º 30.560 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de fevereiro de 1952.

— Dispõe sobre a aplicação do artigo 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Decreto n.º 30.561 — de 18 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

— Altera a vigência do Decreto número 30.001-A, de 18 de setembro de 1951.

Decreto n.º 30.670 — de 26 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

THE CALORIC COMPANY

Revoga os Decretos que concederam a "The Caloric Company" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.248 — de 6 de dezembro de 1951.

Publicada no D. O. de 8 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de janeiro de 1952.

THE MIRANDA ESTANCIA COMPANY LIMITED

Concede nacionalização à "The Miranda Estância Company, Limited"

Decreto n.º 30.359 — de 3 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1952.

Retificado no D. O. de 15 de março de 1952.

THE SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT & POWER COMPANY LIMITED

Autoriza The São Paulo Tramway Light & Power Company, Limited, a montar novos grupos geradores hidroelétricos em instalações subterrâneas, nas proximidades da atual usina de Cubatão.

Decreto n.º 30.446 — de 25 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de fevereiro de 1952.

— Autoriza The São Paulo Tramway, Light & Power Company, Limited, a construir um ramal de linha de transmissão no Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.548 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de março de 1952.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da The Yorkshire Insurance Company Limited.

Decreto n.º 30.496 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de março de 1952.

TORIO

Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências.

Decreto n.º 30.583 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

TRANSFERÊNCIA DE RENDIMENTOS

Ver: *Retorno de Capital Estrangeiro*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

TURFA

Autoriza a Cerâmica Itaoca Limitada a lavar turfa, caulim, argila e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.551 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

U

UNIÃO BRASILEIRA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova, com modificação, os Estatutos da "União Brasileira, Companhia de Seguros Gerais".

Decreto n.º 30.379 — de 10 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de janeiro de 1952.

UNIÃO INTERNACIONAL DE QUÍMICA PURA E APLICADA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 42.120,00 para pagamento das quotas de contribuição do Brasil à União Internacional de Química Pura e Aplicada, nos exercícios de 1946 e 1949 e de parte relativa a 1939.

Decreto n.º 30.610 — de 7 de março de 1952.

Publicação no D. O. de 11 de março de 1952.

UNIVERSIDADES

Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-Mensalistas da Universidade do Paraná.

Decreto n.º 30.367 — de 8 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de janeiro de 1952.

Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Católica de Pernambuco.

Decreto n.º 30.417 — de 17 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de fevereiro de 1952.

— Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Machenzie e aprova seu estatuto.

Decreto n.º 30.511 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1952.

— Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Decreto n.º 30.666 — de 24 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de março de 1952.

URÂNIO

Cria a Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos e dá outras providências.

Decreto n.º 30.583 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1952.

"URBANIA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da "Urbânia" Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n.º 30.663 — de 21 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de março de 1952.

V**VALE DO SÃO FRANCISCO**

Autoriza a Comissão do Vale de São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Corinto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.695 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de abril de 1952.

VENCIMENTOS

Dispõe sobre a majoração dos salários do pessoal à serviço das empresas de navegação pertencentes ao patrimônio nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 30.513 — de 7 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de fevereiro de 1952.

Fixa os vencimentos dos Dirigentes e Servidores da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

Decreto n.º 30.600 — de 29 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de março de 1952.

VIAÇÃO AÉREA BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA (VIABRAS)

Decreto Legislativo n.º 8 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

Decreto Legislativo n.º 9 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 30.655 — de 20 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de março de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Aprova novo orçamento para reconstrução e ampliação de edifícios na linha São Francisco-Joazeiro, da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Decreto n.º 30.493 — de 31 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de fevereiro de 1952.

VICE-CONSULADOS HONORARIOS

Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Savannah e cria uma Repartição honorária em Jacksonville.

Decreto n.º 30.546 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de fevereiro de 1952.

Eleva o Vice-Consulado honorário do Brasil em Melbourne à categoria de Consulado honorário.

Decreto n.º 30.582 — de 21 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de fevereiro de 1952.

VIGÊNCIA DE DECRETO

Altera a vigência do Decreto número 30.001-A, de 18 de setembro de 1951.

Decreto n.º 30.670 — de 26 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de março de 1952.

Z**ZINCO**

Renova o Decreto n.º 26.565, de 6 de abril de 1949.

Decreto n.º 30.614 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de março de 1952.

ZINCO

Autoriza a Companhia Técnica de Industrialização e Exportação de Minérios do Brasil a lavar minérios de chumbo e zinco no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.615 — de 7 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de março de 1952.

ZORTÉA & CIA. LTDA.

Outorga a Zortéa & Cia. Ltda., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no Rio do Peixe, distrito e município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.422 — de 21 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 17 de março de 1952.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME III.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

	Págs.		Págs.
Decreto Legislativo n.º 24 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952	3	cutivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas de incêndios ocorridos em 1951, na zona suburbana da cidade de São Luís, Estado do Maranhão. Publicado no <i>D.O.</i> de 15-4-52	5
Decreto Legislativo n.º 25 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952	3		
Decreto Legislativo n.º 26 — de 1952. Pub. no <i>D.O.</i> de 4-4-52	4		
Decreto Legislativo n.º 27 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de abril de 1952	4	Lei n.º 1.591 — <i>Fazenda</i> — de 17 de abril de 1952. Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00 destinado às obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas. Publicado no <i>D. O.</i> de 22 de abril de 1952	5
Decreto Legislativo n.º 28 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 9 de abril de 1952	4		
Decreto Legislativo n.º 29 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de maio de 1952	5	Lei n.º 1.591-A — de 16 de abril de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições. Pub. no <i>D. O.</i> de 24 de abril de 1952	6
Lei n.º 1.589 — de 8 de abril de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho. Pub. no <i>D.O.</i> de 15 de abril de 1952	5		
Lei n.º 1.590 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — de 8 de abril de 1952. Autoriza o Poder Exe-		Lei n.º 1.592 — de 23 de abril de 1952. Concede pensão especial de Cr\$ 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Cam-	

	Págs.		Págs.
pos, ex-agente postal de Planaltina. Pub. no D. O. de 26 de abril de 1952	6	Lei n.º 1.598 — <i>Fazenda</i> — de 7 de maio de 1952. Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de subsídios aos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951; e os créditos suplementar de Cr\$ 5.620.000,00 e especial de Cr\$ 2.092.000,00 — Câmara dos Deputados — para pagamento de ajuda de custo aos Deputados e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952. Pub. no D.O. de 7 de maio de 1952	8
Lei n.º 1.593 — de 23 de abril de 1952. Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República. Publicado no D.O. de 30-4-52 ...	6	Lei n.º 1.599 — <i>Trabalho</i> — de 9 de maio de 1952. Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 10-5-52. Ret. no <i>Diário Oficial</i> de 13-5-52	8
Lei n.º 1.594 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — de 29 de abril de 1952. Concede pensão especial de Cr\$ 425,00 a Mônica Isabel de Alcântara, viúva de Manoel Batista de Alcântara, ex-foguista da Viação Férrea Federal Leste Brasileira. Publicado no D.O. de 2-5-52 ...	6	Lei n.º 1.599-A — de 9 de maio de 1952. Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionárias de serviço público. Pub. no D. O. de 15 de maio de 1952	18
Lei n.º 1.595 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — de 29 de abril de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento. Publicado no D.O. de 2-5-52	7	Lei n.º 1.600 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — de 12 de maio de 1952. Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00, mensais, a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, falecido em consequência de acidente no trabalho. Publicado no D.O. de 15-5-52	18
Lei n.º 1.596 — <i>Fazenda</i> — de 30 de abril de 1952. Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease". Pub. no D.O. de 3-5-52 ...	7		
Lei n.º 1.597 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — de 2 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento do laboratório para microfilmagem, pela firma Microfilme Técnica Limitada. Publicado no D.O. de 6-5-52 ..	7		

Págs.	Págs.
Lei n.º 1.601 — <i>Aeronáutica</i> — de 12 de maio de 1952. Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica. Pub. no <i>D. O.</i> de 15 de maio de 1952	nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n.º 1.185, de 31 de agosto de 1950. Publicado no <i>D.O.</i> de 24-5-52
18	20
Lei n.º 1.602 — de 13 de maio de 1952. Denomina "Aeroporto Pinto Martins" o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza. Publicado no <i>D.O.</i> de 19-5-52	Lei n.º 1.608 — <i>Guerra</i> — de 22 de maio de 1952. Altera o art. 59, do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 24-5-52
19	20
Lei n.º 1.603 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — de 16 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para atender as despesas com serviços e encargos do Departamento dos Correios e Telégrafos em 1951. Pub. no <i>D.O.</i> de 19-5-52	Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952. Estende os dispositivos da Lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei. Publicado no <i>D. O.</i> de 24-5-52
19	21
Lei n.º 1.604 — <i>Fazenda</i> — de 16 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidente da República o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um increociclotron e seus aparelhos complementares. Pub. no <i>D.O.</i> de 19 de maio de 1952	Lei n.º 1.610 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — de 27 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$.. 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoelétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-5-52
19	21
Lei n.º 1.605 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — de 16 de maio de 1952. Concede pensão especial de Cr\$ 242,00 a Francisca dos Santos, viúvas do ex-maquinista-auxiliar da Estrada de Ferro de Goiás, Claudomiro Luís dos Santos, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço. Publicado no <i>D. O.</i> de 19 de maio de 1952	Lei n.º 1.611 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — de 27 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 para o fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-5-52. Rep. no <i>D.O.</i> de 7-6-52
19	22
Lei n.º 1.606 — de 16 de maio de 1952. Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe. Pub. no <i>D.O.</i> de 21-5-52 ..	Lei n.º 1.612 — de 28 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00 para pagamento a Serviços Hollerith S. A., em decorrência do Decreto Legislativo n.º 2, de
20	
Lei n.º 1.607 — <i>Aeronáutica</i> — de 22 de maio de 1952. Dá	

	Págs.		Págs.
5 de fevereiro de 1948. Publicado no D.O. de 31 de maio de 1952	22	trabalho, quando em exercício de suas funções. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 7-6-52	23
Lei n.º 1.613 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — de 29 de maio de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado ao Departamento Federal de Seguranga Pública. Publicado no D.O. de 2-6-52	22	Lei n.º 1.618 — <i>Fazenda</i> — de 4 de junho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão. Publicado no D.O. de 7-6-52	24
Lei n.º 1.614 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — de 29 de maio de 1952. Concede pensão especial de Cr\$ 432,00 mensais a Helena Pereira Muniz, viúva de Nestor Muniz de Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2-6-52	22	Lei n.º 1.618-A — de 6 de junho de 1952. Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas. Pub. no D.O. de 13 de junho de 1952	24
Lei n.º 1.615 — de 30 de maio de 1952. Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital. Pub. no D.O. de 5-6-52 ..	23	Lei n.º 1.618-B de 6 de junho de 1952. Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos. Pub. no D. O. de 13 de junho de 1952	24
Lei n.º 1.616 — <i>Justiça</i> — de 4 de junho de 1952. Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948. Pub. no D.O. de 7 de junho de 1952. Ret. no D. O. de 19-6-52	23	Lei n.º 1.618-C — de 6 de junho de 1952. Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito. Pub. no D. O. de 13-6-52	25
Lei n.º 1.617 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — de 4 de junho de 1952. Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, auxiliar de artífice da Estrada de Ferro de Goiás, falecido em consequência de acidente no		Lei n.º 1.619 — <i>Marinha</i> — <i>Fazenda</i> — de 9 de junho de 1952. Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oito cruzeiros e vinte centavos) para a aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado	

	Págs.		Págs.
a Assistência Médico-Social da Armada. Publicado no <i>D. O.</i> de 11-6-52	25	6.000.000,00 com que auxiliará o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede. Pub. no <i>D. O.</i> de 14 de junho de 1952	28
Lei n.º 1.620 — <i>Guerre</i> — de 9 de junho de 1952. Altera o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942. Publicado no <i>D.O.</i> de 11-6-52	25	Lei n.º 1.624 — de 13 de junho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 256.751,50, para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon. Pub. no <i>D.O.</i> de 19-6-52	28
Lei n.º 1.621 — <i>Fazenda</i> — de 9 de junho de 1952. Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do Crédito especial de Cr\$ 34.307,10 destinado à regularização de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República. Pub. no <i>D.O.</i> de 11 de junho de 1952. Ret. no <i>D. O.</i> de 13-6-52	26	Lei n.º 1.625 — de 17 de junho de 1952. Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco. Publicação no <i>D.O.</i> de 21-6-52	29
Lei n.º 1.622 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — de 9 de junho de 1952. Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas. Pub. no <i>D. O.</i> de 11 de junho de 1952	26	Lei n.º 1.626 — de 17 de junho de 1952. Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto-lei n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu. Pub. no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ...	29
Lei n.º 1.622-A — de 9 de junho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Ministro Antônio Pereira Braga. Pub. no <i>D.O.</i> de 16 de junho de 1952	27	Lei n.º 1.627 — <i>Marinha</i> — de 18 de junho de 1952. Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F.A.B. a inscrição como contribuintes do Montepio Militar. Pub. no <i>D.O.</i> de 21-6-52 ...	29
Lei n.º 1.622-B — de 9 de junho de 1952. Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas. Pub. no <i>D. O.</i> de 16 de junho de 1952	27	Lei n.º 1.628 — <i>Fazenda</i> — <i>Trabalho</i> — de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do De-	
Lei n.º 1.623 — <i>Fazenda</i> — de 10 de junho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$			

	Págs.		Págs.
envolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de junho de 1952	30	na — o crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para o pagamento de despesas de pessoal. Pub. no <i>D.O.</i> de 30-6-52 ...	33
Lei n.º 1.629 — de 24 de junho de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir ao poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951. Publicado no <i>D.O.</i> de 30-6-52	33	Lei n.º 1.631 — <i>Fazenda</i> — de 26 de junho de 1952. Concede uma pensão especial de Cr\$ 463,00 a Hilda Ribeiro de Almeida, e outra de Cr\$ 558,00 a Teresa Gianceschi Moreira. Pub. no <i>D.O.</i> de 30-6-52	36
Lei n.º 1.630 — de 24 de junho de 1952. Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Para-		Lei n.º 1.632 — <i>Guerra</i> — de 30 de junho de 1952. Fixa o número de oficiais gerais do Exército em tempo de paz. Pub. no <i>D. O.</i> de 1-7-52. Ret. no <i>D. O.</i> de 2-7-52	36

Índice do Apenso

	Págs.		Págs.
Decreto Legislativo n.º 76 — de 1951. Rep. no <i>D. O.</i> de 7 de junho de 1952	39	portação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Pub. no <i>D. O.</i> de 3-4-52	40
Decreto Legislativo n.º 77 — de 1951. Pub. no <i>D. O.</i> de 20 de maio de 1952	39	Lei n.º 1.588 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — de 31 de março de 1952. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20 (novecentos e oitenta mil, vinte e três cruzeiros e vinte centavos), para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho. Publicado no <i>D.O.</i> de 4-4-52 ..	40
Decreto Legislativo n.º 20 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952	39		
Decreto Legislativo n.º 21 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952	39		
Decreto Legislativo n.º 22 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952.	40		
Decreto Legislativo n.º 23 — de 1952. Pub. no <i>D. O.</i> de 4 de abril de 1952	40		
Lei n.º 1.587 — <i>Fazenda</i> — de 31 de março de 1952. Concede isenção de direitos de im-			

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes III e IV de 1952, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos . 43

Figuram neste volume os decretos-legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de agosto de 1950, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 7 de dezembro de 1948, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Cavalcanti, Junqueira Sociedade Anônima, para a construção de um esgoto primário no primeiro bloco do edificio de apartamentos para oficiais, sito à Praça General Tibúrcio n.º 63, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de Abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 12 de dezembro de 1950, negou registro ao termo de contrato celebrado a 1 do mesmo mês desse ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Empresa Brasileira de Construções Sociedade Anônima, para a execução de obras no Hospital Oswaldo Cruz, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de Abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1952

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Serviço de Proteção aos Índios e a firma Irmãos Iochpe S. A. Indústria e Exportação, para venda de pinheiros e cedros e arrendamento de uma serraria, na área do Posto Indígena de Ligeiro, no Município de Getúlio Vargas, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1 de Abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1952

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de novembro de 1948, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 26 de abril desse ano, entre o Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, e a firma Hermínio Tissiani & Companhia Limitada, para a venda de pinheiros e cedros existentes na área do Posto Indígena de Noncaí, no Município de Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal em 3 de abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1952

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1949, negou registro ao termo de contrato celebrado a sete do mesmo mês desse ano, entre a Diretoria de Obras e Fortificações do Exército e a firma Construtora Guanabara Limitada, para a execução de obras no primeiro bloco do edifício de apartamentos para oficiais situado a Praça General Tibúrcio n.º 83, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1952

Art. 1.º E aprovado o Tratado de Paz firmado entre o Governo do Brasil e o do Japão, na Cidade de São Francisco da Califórnia, a 8 de setembro de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de maio de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.589 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$40.716,40 (quarenta mil, setecentos e dezesseis cruzeiros e quarenta centavos) para atender ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1946 a 1950 na Justiça do Trabalho, como segue:

Pessoal

Substituições

Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 5.ª Região:

Cr\$

Bahia 40.716,40

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de abril de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO,

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.590 — DE 8 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas de incêndios ocorridos, em 1951, na zona suburbana da cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas dos incêndios que em 1951, por ocasião de sucessos políticos locais, destruíram numerosas habitações em zona suburbana da cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Atr. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

Prof. Horácio Lafer. n.º 1.247/51

LEI N.º 1.591 — DE 17 DE ABRIL DE 1952

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00 destinado às obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 1.444.319,00 (um milhão quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e dezenove cruzeiros), sendo Cr\$... 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil cruzeiros) — para atender às despesas com as obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas, no 13.º pavimento do Edifício do Ministério da Fazenda e de adaptação de nova área para a instalação

da Administração do Edifício, do Ministério da Fazenda, e Cr\$ 894.319,00 (oitocentos e noventa e quatro mil, trezentos e dezenove cruzeiros) para as despesas com o mobiliário destinado aos Gabinetes dos dois novos Ministros e à nova Diretoria criada pela Lei n.º 886, de 24 de outubro de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.591-A — DE 16 DE ABRIL
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de substituições de Procuradores da Justiça do Trabalho, ocorridas em 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 16 de abril de 1952.

João Café Filho.
Proj. n.º 603/50

LEI N.º 1.592 — DE 23 DE ABRIL DE 1952

Concede pensão especial de Cr\$ 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Campos, ex-agente postal de Planaltina.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a D. Avelina de Almeida Campos, ex-Agente pos-

tal de Planaltina, exonerada por Decreto de 11 de novembro de 1932, pensão especial na importância de Cr\$ 1.100,00 (mil e cem cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão, de que trata o artigo anterior, será recebida a partir da data da vigência da presente Lei e extingui-se-á no caso de ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no Art. 20 do Decreto número 22.414, de 30 de janeiro de 1933.

Art. 3.º A despesa correspondente correrá por conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de abril de 1952.

João Café Filho.

LEI N.º 1.593 — DE 23 DE ABRIL DE 1952

Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurada a pensão mensal de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) às viúvas dos ex-Presidentes da República, que a requeiram, cuja despesa correrá por conta da verba — Pensionista — do Orçamento do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de abril de 1952.

João Café Filho.
Proj. n.º 604/49

LEI N.º 1.594 — DE 29 DE ABRIL DE 1952

Concede pensão especial de Cr\$ 425,00 a Mônica Isabel de Alcântara, viúva de Manoel Batista de Alcântara, ex-foquista da Viação Férrea Federal Leste Brasileira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Mônica Isabel de Alcântara, viúva de Manoel

Batista de Alcântara, ex-foguista da Vição Ferreira Federal Leste Brasileiro, falecido em 17 de novembro de 1948, em consequência de acidente ocorrido no serviço, uma pensão especial de Cr\$ 425,00 (quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir da publicação desta Lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.593 — DE 29 DE ABRIL DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), destinado à ereção de monumento, no Rio Grande do Norte, a Amaro Cavalcanti, e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

Art. 2.º E' o Centro Norte-Rio-grandense, com sede na Capital Federal, incumbido de dar execução ao que se dispõe nesta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.596 — DE 30 DE ABRIL DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease".

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e oitenta cruzeiros) para classificação da despesa relativa às duas primeiras prestações devidas, nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease" acordado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, em 19 de abril de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Proj. nº 1.350/51

LEI N.º 1.597 — DE 2 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento do laboratório para microfilmagem, pela firma Microfilme Técnica Limitada.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 711.800,00 (setecentos e onze mil e oitocentos cruzeiros), para aten-

der a pagamento à firma Microfilme Técnica Limitada, por fornecimento e instalação de equipamento de laboratório para microfilmagem, feito ao mencionado Ministério, em 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.598 — DE 7 DE MAIO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de subsídios aos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951; e os créditos suplementar de Cr\$ 5.620.000,00 e especial de Cr\$ 2.092.000,00 — Câmara dos Deputados — para pagamento de ajuda de custo aos Deputados e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30 (dois milhões, quinhentos e seis mil, quinhentos e onze cruzeiros e trinta centavos), sendo Cr\$ 457.600,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e seiscentos cruzeiros) para pagamento de subsídios aos Senadores, de acordo com a Resolução do Senado Federal, n.º 22, de 15 de dezembro de 1951; Cr\$ 1.723.859,10 (um milhão, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e dez centavos) para pagamento a funcionários da Secretaria do Senado, por força da Resolução n.º 20, de 13 de dezembro de 1951, e Cr\$ 325.052,20 (trezentos e vinte e cinco mil, cinquenta e dois cruzeiros e vinte centavos) para pagamento de diárias

devidas a funcionários do Senado Federal, por sessões extraordinárias realizadas no ano legislativo de 1951.

Art. 2.º São, igualmente, abertos ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — para o corrente exercício, o crédito suplementar à Verba 1, Consignação IV, subconsignação 20, 01, Anexo n.º 2, da Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951, da importância de Cr\$ 5.620.000,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte mil cruzeiros), para pagamento de ajuda de custo aos membros da Câmara dos Deputados, correspondente ao período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, de 15 de janeiro a 9 de março de 1952; e o crédito especial de Cr\$ 2.092.000,00 (dois milhões e noventa e dois mil cruzeiros) para pagamento, nos termos da Resolução da Câmara dos Deputados n.º 98, de 22 de fevereiro de 1952, de gratificação aos funcionários da sua Secretaria, pela mesma convocação.

Art. 3.º Os créditos, a que se refere a presente Lei, serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Prof. n.º 1.677/51

LEI N.º 1.599 — DE 9 DE MAIO DE 1952

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' restabelecida a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Estado de São Paulo, voltando a ser de sua competência todas as atribuições delegadas ao Governo do referido Estado pelo Decreto-lei n.º 9.480, de 18 de julho de 1946.

Art. 2.º — A Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria

Prof. n.º 569/49

e Comércio, no Estado de São Paulo, compõe-se dos seguintes órgãos :

Serviço de Administração (SA) constituído de :

- Seção de Pessoal.
- Seção de Material.
- Seção de Orçamento e Contabilidade.
- Seção de Abono Familiar.
- Seção de Comunicações.

Serviço de Fiscalização (SF) constituído de :

- Seção de Inspeção.
- Seção de Multas.
- Seção de Recursos.

Serviço do Interior (SI) constituído de :

- Seção de Contrôlo.
- Seção de Orientação e Fiscalização.
- Divisões Regionais.
- Postos de Fiscalização.

Serviço de Identificação Profissional (SIP) constituído de :

- Seção de Identificação.
- Seção de Emissão de Carteiros.
- Seção de Registro Profissional.
- Postos de Identificação.

Serviço Sindical (SS) constituído de :

- Seção de Orientação e Registro Sindical.
- Seção de Contrôlo Contábil.
- Seção de Colocação de Trabalhadores.
- Serviço de Higiene e Segurança do Trabalho, constituído de :
 - Seção de Higiene do Trabalho.
 - Seção de Assistência a Mulheres e Menores.
 - Seção de Segurança do Trabalho.

Art. 3.º — São criados no Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os cargos e funções gratificadas constantes das tabelas anexas, bem como alteradas as carreiras mencionadas nas referidas tabelas.

Art. 4.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros), para atender a todas as despesas de pessoal da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de São Paulo.

Art. 5.º — E' também o Poder Executivo autorizado a abrir ao referido Ministério o crédito especial até a importância de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros), para atender a todas as despesas de instalação e funcionamento (material, serviços e encargos e eventuais) da Delegacia Regional do Trabalho, no Estado de São Paulo, inclusive aquisição de bens imóveis.

Art. 6.º — Para ocorrer ao pagamento de despesa com a movimentação (diária ou ajuda de custo) de servidores de qualquer repartição e Ministério, a fim de atender aos serviços de emergência da Delegacia Regional, a que se refere esta Lei, até que se normalize a sua lotação, é Poder Executivo autorizado ainda a abrir ao aludido Ministério o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Parágrafo único. O pessoal a que se refere este artigo retornará às suas repartições, desde que seja dispensável a sua colaboração naquela Delegacia, à medida que forem sendo providos os cargos constantes das tabelas anexas.

Art. 7.º — Os créditos a que se refere a presente Lei serão aplicados por adiantamento na forma do artigo 287 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública da União.

Art. 8.º — Os créditos a que se referem os Arts. 4.º, 5.º e 6.º desta Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional de São Paulo, à disposição do Delegado Regional do Trabalho no aludido Estado.

Art. 9.º — Enquanto não fôr definitivamente instalada a Delegacia Regional, as atribuições respectivas continuarão sendo exercidas pelo Interventor designado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 10 — E' o Poder Executivo autorizado a readmitir, nos cargos anteriormente exercidos ou em cargos equivalentes, os funcionários federais que optaram pelo serviço público estadual, nos termos do art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.480, de 18 de julho de 1946.

§ 1.º — Serão incluídos no Quadro Permanente de que trata esta Lei, todos os servidores, já nomeados

ou não, beneficiados pelo Decreto-lei n.º 8.475, de 27 de dezembro de 1945.

§ 2.º — Os atuais fiscais do trabalho terão os seus títulos de nomeação apostilados *ex-officio* pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 3.º — A reclassificação dos servidores de que trata o § 1.º, deste artigo, será efetuada dentro de trinta dias, a contar do encerramento do prazo estipulado no Art. 12, § 2.º desta Lei, pela Divisão do Pessoal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, observando-se o critério da antiguidade na classe, no Ministério do Trabalho e no serviço público federal, contada a antiguidade de classe a partir da data da primeira nomeação, havida por força do citado Decreto-lei n.º 8.475, de 27 de dezembro de 1945.

§ 4.º — Vetado.

Art. 11 — Para obtenção do benefício deverão os interessados requerer sua concessão ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio por intermédio da Delegacia Regional dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da presente Lei.

Parágrafo único — Decorrido o prazo de que trata este artigo serão encaminhados, dentro de 30 (trinta) dias à assinatura presidencial, os Decretos de nomeação de todos os servidores estaduais que optaram pelo serviço público federal e dos beneficiados pelo Decreto-lei n.º 8.475, de 27 de dezembro de 1945, ainda não nomeados.

Art. 12 — Serão nomeados, em caráter efetivo mediante concurso de títulos que será realizado dentro de 90 (noventa) dias, a contar daquele

em que entrar esta Lei em vigor, os atuais inspetores interinos do trabalho e médicos interinos do trabalho que exerçam aquele cargo em condições satisfatórias.

§ 1.º Poderão concorrer, em idênticas condições, ao concurso de títulos, os atuais funcionários do Ministério do Trabalho, que tenham exercido, em caráter interino, durante cinco anos, o cargo de Inspetor do Trabalho.

§ 2.º — A aplicação do disposto no presente artigo não poderá prejudicar direitos já anteriormente adquiridos por funcionários beneficiados pelo Decreto-lei n.º 8.475, de 27 de dezembro de 1945.

Art. 13 — Os cargos de assistente jurídico, padrão O, serão providos mediante concurso de títulos, tendo preferência absoluta os servidores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 14 — Os servidores que forem readmitidos de acordo com o artigo 10, contarão para todos os efeitos legais, o tempo de serviço público federal.

Art. 15 — Dentro de 90 (noventa) dias, a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo expedirá o regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

Art. 16 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana,
Horácio Lafer.

TABELAS A QUE SE REFERE O ART. 3.º DESTA LEI

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
N.º de cargos	Carreira ou cargos	Classe ou padrão	Exced.	Vagos	Quad.	N.º de cargos	Carreira ou cargos	Classe ou padrão	Exced.	Vagos	Obs.
							<i>Cargo isolado de provimento em comissão</i>				
						1	Delegado Regional de Trabalho (São Paulo)	CC-4	—	1	—
							<i>Cargo isolado de provimento efetivo</i>				
						3	Assistente jurídico ..	O	—	3	—
	<i>Escriturário</i>	—	—	—	—		<i>Escriturário</i>				
140	G	—	—		165	G	—	25	
220	F	—	—		270	F	—	50	
220	E	—	—		295	E	—	75	75
580						730				150	75
	<i>Guarda-livros</i>						<i>Guarda-livros</i>				
3	G	—	—		3	G	—	—	
6	F	—	—		6	F	—	—	
10	E	—	—		16	E	—	—	6
19						25					6

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
N.º de cargos	Carreira ou cargos	Classe ou padrão	Exced.	Vagos	Quad.	N.º de cargos	Carreira ou cargos	Classe ou padrão	Exced.	Vagos	Obs.
	<i>Engenheiro</i>						<i>Engenheiro</i>				
1	O	—	—		2	O	—	1	
1	N	—	—		3	N	—	1	
1	M	—	—		4	M	—	2	
2	L	—	—		5	L	—	3	
3	K	—	—		6	K	—	3	9
8						20				10	9
	<i>Dactiloscopista</i>						<i>Dactiloscopista</i>				
3	L	—	—		3	L	—	—	
3	K	—	—		4	K	—	1	
5	J	—	—		7	J	—	2	
7	I	—	—		10	I	—	3	6
9	H	—	—		13	H	—	4	
27						37				10	6

7 15 28 <hr/> 50	<i>Dactiloscopista Auxiliar</i>	G F E	— — —	7 15 9	22	27 40 58 <hr/> 125	<i>Dactiloscopista Auxiliar</i>	G F E	— — —	27 40 39 <hr/> 106	67 <hr/> 67
				
				
				
1 2 2 3 3 3 <hr/> 14	<i>Contador</i>	M L K J I H	— — — — — 3	— — — — — —		1 2 2 3 3 8 <hr/> 19	<i>Contador</i>	M L K J I H	— — — — — —	— — — — — 2	
				
				
				
				
				
30 70 80 <hr/> 180	<i>Dactilógrafo</i>	F E D	— — —	— — —		40 85 105 <hr/> 230	<i>Dactilógrafo</i>	F E D	— — —	10 15 25 <hr/> 50	
				
				
				

QUADRO PERMANENTE

14

SITUAÇÃO ATUAL							SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI						
N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou pad.	Exced.	Vagos	Prov.	Obs.	N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou pad.	Exced.	Vagos	Prov.	Quad.
4	Inspetor do Trabalho ...	L	—	3	—	Q.P.	}	50	Inspetor do Trabalho	M	—	50	—
6	Fiscal do Tra- balho	L	—	—	—	Q.S.		60	L	—	53	—
9	Inspetor do Trabalho ...	K	—	8	—	Q.P.	}	70	K	—	62	—
9	Fiscal do Tra- balho	K	—	—	—	Q.S.							
14	Inspetor do Trabalho ...	J	—	13	—	Q.P.	}	100	J	—	93	—
7	Fiscal do Tra- balho	J	—	1	—	Q.S.							
19	Inspetor do Trabalho ...	I	—	19	—	Q.P.	}	175	I	—	105	258
12	Fiscal do Tra- balho	I	—	1	—	Q.S.							
24	Inspetor do Trabalho ...	H	—	—	45	Q.P.	}						
37	Fiscal do Tra- balho	H	—	26	—	Q.S.							
24	Fiscal do Tra- balho	G	—	12	—	Q.S.							
19	Fiscal do Tra- balho	F	—	8	—	Q.S.							
12	Fiscal do Tra- balho	E	—	11	—	Q.S.							
194							455				358	258	

OBSERVAÇÃO — Os cargos provisórios serão suprimidos à medida que forem sendo providos os vagos das classes superiores. O total de cargos providos na carreira não poderá ser superior a 455.

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Obs.
	<i>Oficial Administrativo:</i>						<i>Oficial Administrativo:</i>				
12	M	—	—	—	15	M	—	3	—
18	L	—	—	—	22	L	—	4	—
35	K	—	—	—	40	K	—	5	—
45	J	—	—	—	51	J	—	6	—
55	I	—	—	—	62	I	—	7	—
60	H	—	—	—	68	H	—	8	25
225						258				33	25
	<i>Médico:</i>						<i>Médico:</i>				
1	O	—	—	—	1	O	—	—	—
2	N	—	—	—	2	N	—	—	—
2	M	—	—	—	3	M	—	1	—
2	L	—	—	—	4	L	—	2	—
3	K	—	—	—	5	K	—	2	3
10						15				5	3

3	Médico de trabalho:				
3		O	—	—	—
4		N	—	—	—
5		M	—	—	—
7		L	—	—	—
22		K	8	—	—
			8		
	Almozarife:				
1		K	—	—	—
1		J	—	—	—
1		I	—	—	—
1		H	—	—	—
1		G	—	—	—
5					
	Arquivista:				
—		I	3	—	—
1		H	—	—	—
3		G	—	—	—
5		F	—	—	—
9		E	—	—	—
18			3		

4	Médico de trabalho:	O	—	1	—
5		N	—	2	—
7		M	—	3	—
8		L	—	3	—
16		K	—	1	8
40				10	8
	Almozarife:				
1		K	—	—	—
1		J	—	—	—
1		I	—	—	—
1		H	—	—	—
2		G	—	—	—
6				1	
	Arquivista:				
—		I	3	—	—
1		H	—	—	—
3		G	—	—	—
5		F	—	—	—
14		E	—	5	—
23			3	5	

QUADRO PERMANENTE

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exc.	Vagos	Obs.
—	—	—	—	—	6	Diretores de Serviço	FG-2	—	—	
—	—	—	—	—	10	Chefes de Serviço Regional	FG-3	—	—	
—	—	—	—	—	1	Secretário de Delegado	FG-3	—	—	
—	—	—	—	—	4	Auxiliares de Delegado	FG-5	—	—	
—	—	—	—	—	6	Secretários de Diretor de Serviço ..	FG-6	—	—	
—	—	—	—	—	6	Auxiliares de Diretor de Serviço ..	FG-6	—	—	
—	—	—	—	—	30	Encarregados de Pôsto	FG-5	—	—	
						63					

LEI N.º 1.599—"A" — DE 9 DE MAIO
DE 1952

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionária de serviço público.

O Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Os motoristas profissionais, quando empregados de empresa concessionária de serviço público, ainda que conduzam exclusivamente veículos de propriedade da empresa, são segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC).

Art. 2.º Aqueles dos motoristas compreendidos nesta lei e que ora se achem segurados em caixa de aposentadoria e pensões, é garantido o direito de optarem pela instituição de previdência para que vêm contribuindo.

Parágrafo único. A declaração de opção será enviada pelo interessado à caixa de aposentadoria e pensões onde esteja segurado.

Art. 3.º As empresas concessionárias de serviço público recolherão na forma da legislação vigente, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, as suas contribuições obrigatórias para o seguro dos motoristas que tenham por empregados;

Art. 4.º Quando o motorista houver optado por outra instituição de previdência onde já se encontre segurado, a esta será recolhida a contribuição de empresa empregadora.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de maio de 1952.

João Café Filho.

LEI N.º 1.600 — DE 12 DE MAIO DE 1952

Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 mensais, a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leite Brasileiro, falecido em consequência de acidente no trabalho. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, servente de 7.ª classe extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções, a pensão especial de Cr\$. 300,00 (trezentos cruzeiros).

Parágrafo único. A pensão especial de que trata este artigo é devida a partir da data da vigência desta Lei, correndo a respectiva despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1952;
131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

Proj. n.º 923/51

LEI N.º 1.601 — DE 12 DE MAIO DE 1952

Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' permitida a promoção dos cadetes dos cursos de formação de oficial aviador e intendente da Escola de Aeronáutica ao ano seguinte, com dependência, quando reprovados em uma única disciplina, matéria ou cadeira do ano que frequentam.

Parágrafo único. Os cadetes beneficiados pelo presente artigo só poderão prestar os exames finais do ano ao qual foram promovidos, se forem

antes aprovados no exame da disciplina; matéria ou cadeira de que dependem.

Art. 2.º E' assegurada, na forma desta Lei, a rematrícula dos cadetes dos cursos de formação de oficial aviador e intendente da Escola de Aeronáutica que, nos exames finais de 1950, tenham sido reprovados em uma única disciplina, matéria ou cadeira do ano escolar que frequentavam.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

LEI N.º 1.602 — DE 13 DE MAIO DE 1952

Denomina "Aeroporto Pinto Martins" o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' denominado "Aeroporto Pinto Martins" o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de maio de 1952. — JOÃO CARÉ FILHO, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.603 — DE 16 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para atender às despesas com serviços e encargos ao Departamento dos Correios e Telégrafos em 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros), a fim

de atender às despesas com o transporte de malas postais por via aérea, realizadas, em 1951, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima
Horácio Lafer

LEI N.º 1.604 — DE 16 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir a Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um sincrociclotron e seus aparelhos complementares.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para aquisição de um sincrociclotron e seus aparelhos complementares, destinado a pesquisas de física nuclear.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.605 — DE 16 DE MAIO DE 1952

Concede pensão especial de Cr\$ 242,00 a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista-auxiliar da Estrada de Ferro de Goiás, Claudomiro Luis dos Santos, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista-

auxiliar, referência VII, da Estrada de Ferro de Goiás, Claudomiro Luis dos Santos, falecido a 20 de julho de 1948, em consequência de acidente ocorrido em serviço, pensão mensal de Cr\$ 242,00 (duzentos e quarenta e dois cruzeiros).

Art. 2.º A pensão a que se refere o artigo anterior é devida a partir da publicação da presente Lei, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.606 — DE 16 DE MAIO DE 1952

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe, com sede na cidade de Aracaju.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de maio de 1952.

Proj. n.º 634/50
JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.607 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n.º 1.185, de 31 de agosto de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 3.º e seu § 1.º da Lei n.º 1.185, de 31 de agosto

de 1950, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 3.º — A Chefia do Estado-Maior da Aeronáutica é privativa do posto de Tenente-Brigadeiro. As funções de Comandante da 2.ª Zona Aérea, Diretor-Geral do Ensino e Inspetor-Geral do Estado Maior da Aeronáutica serão exercidas por Oficiais-Generais do posto de Tenente-Brigadeiro ou Major-Brigadeiro.

§ 1.º As funções de Comandante das 3.ª, 4.ª e 5.ª Zonas Aéreas e Diretor-Geral do Material serão privativas do posto de Major-Brigadeiro”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Nero Moura

LEI N.º 1.608 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Altera o art. 59, do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Presidente da República, o Ministro da Guerra, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o chefe do Estado Maior do Exército, os comandantes das zonas militares e o chefe do Departamento Geral de Administração do Ministério da Guerra, cada um dispõe de dois ajudantes de ordens. Cada um dos demais generais da ativa, quando em função de caráter essencialmente militar, ou enquanto aguarda comissão, terá um ajudante de ordens.

§ 1.º A função de ajudante de ordens do Presidente da República é exercida, indiferentemente por capitães ou majores, e a desempenhada junto às demais altas autoridades militares por capitães.

§ 2.º Não terá ajudante de ordens o general em comissão de caráter permanente no estrangeiro.

§ 3.º O coronel, no exercício de função de comando correspondente ao posto de general, dispõe de um oficial adjunto, em vez de um ajudante de ordens.

§ 4.º Cada oficial pode permanecer como ajudante de ordens ou adjunto somente até o prazo de três anos, consecutivos ou não, excetuados os que servirem junto ao Presidente da República, para os quais o tempo de permanência na função poderá responder ao período presidencial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de maio de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardozo

LEI N.º 1.609 — DE 22 DE MAIO DE 1952

Estende os dispositivos da Lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os oficiais do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que, antes da vigência da Lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, foram reformados por incapacidade física, definitivamente, desde que o requeiram, serão contemplados com o benefício dessa Lei se, na época de sua reforma, ocupassem posição na escala de antiguidade de posto que lhes permitisse ingresso no quadro de acesso de promoção por merecimento.

Art. 2.º Os beneficiados pela presente Lei não terão direito a vencimentos e vantagens atrasados.

Art. 3.º Os oficiais já promovidos por ocasião da reforma ou da passagem para a reserva não são atingidos por esta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de maio de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.610 — DE 27 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termo-elétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas relativas à instalação de uma usina termo-elétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul, para consumo de carvão aí extraído.

Fornecimento de máquinas para a usina — Cr\$ 70.000.000,00.

Montagem — Cr\$ 10.000.000,00

Obras de construção civil Cr\$ 25.000.000,00.

Abastecimento de água para as caldeiras e instalações para exploração do carvão — Cr\$ 45.000.000,00.

Total — Cr\$ 150.000.000,00.

Art. 2.º — Será a usina, depois de concluída e com todas as suas obras e instalações acessórias, entregue ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que a explorará por intermédio dos seus órgãos competentes — a Comissão Estadual de Energia Elétrica e o Departamento Autônomo do Carvão — nos termos de convênio que assinará com o Ministério da Viação e Obras Públicas, análogo do que está em vigor para a execução do Plano de Eletrificação desse Estado.

Art. 3.º — A vigência do crédito a que se refere o artigo 1.º estender-se-á do exercício de 1952 ao de 1955.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 27 de maio de 1952
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Sousa Lima.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.611 — DE 27 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 para o fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 (quatrocentos e doze mil, setenta e seis cruzeiros e sessenta e dois centavos) equivalente a US\$ 22.012,64 (vinte e dois mil, doze dólares e sessenta e quatro centimos) ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1.00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Fundo de reserva da Organização Mundial de Saúde.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer.

Proj. n.º 1558/52

LEI N.º 1.612 — DE 28 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00, para pagamento à Serviços Hollerith S. A., em decorrência do Decreto Legislativo número 2, de 5 de fevereiro de 1948.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 356.649,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove cruzeiros), para pagamento à Serviços Hollerith Sociedade

Anônima, em decorrência do Decreto Legislativo n.º 2, de 5 de fevereiro de 1948.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de maio de 1952. — João Café Filho.

LEI N.º 1.613 — DE 29 DE MAIO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado ao Departamento Federal de Segurança Pública, para o pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado, e relativos ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

Proj. n.º 1080/51

LEI N. 1.614 — DE 29 DE MAIO DE 1952

Concede pensão especial de Cr\$ 432,00 mensais a Helena Pereira Muniz, viúva de Nestor Muniz de Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Helena Pereira Muniz, viúva de Nestor Muniz

de Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G, do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, falecido em 18 de abril de 1948, em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão especial, a que se refere o artigo anterior, é devida a partir da data da publicação desta lei, cuja despesa correrá a conta da verba orçamentária destinada ao pagamento das pensões a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Láfer.

LEI N.º 1.615 — DE 30 DE MAIO
DE 1952

Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, que incidirem sobre a importação de dois volumes, contendo paramentos sacerdotais adquiridos na França, com o peso de 30 quilos, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de maio de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.616 — DE 4 DE JUNHO
DE 1952

Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 7.º O prazo de validade do concurso será igual ao fixado para o concurso de Juiz Substituto do Distrito Federal, salvo se a lista dos habilitados ficar nesse período de tempo reduzida a menos de três nomes”.

Art. 2.º O art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948, passa a vigorar com o seguinte parágrafo:

“Parágrafo único. As substituições que durarem mais de trinta dias, serão remuneradas por todo o período”.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Prof. nº 785/51

LEI N.º 1.617 — DE 4 DE JUNHO
DE 1952

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, auxiliar de artefice da Estrada de Ferro de Goiás, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Lúcia Gonçalves de Freitas, Célia, Paulo, Alice, Ivone, Jared Gonçalves de Freitas, respectivamente, viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, auxiliar de artefice, referência 19, da Tabela de Mensalista da Estrada de Ferro de Goiás, falecido em conse-

quência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções, uma pensão especial de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais.

§ 1.º Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere este artigo será transferida inteiramente aos herdeiros acima nomeados, sendo que o do sexo masculino perderá o direito à mesma quando completar a maioridade e os do sexo feminino, quando contraírem matrimônio.

§ 2.º A pensão especial prevista neste artigo é devida a partir da vigência desta Lei, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionista a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.618 — DE 4 DE JUNHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado à regularização de despesas, de qualquer espécie, relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, bem como de outras naturezas, julgadas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos da mencionada Comissão.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.618 "A" — DE 6
DE JUNHO DE 1952

Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São considerados monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, deram origens às atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Pôrto Calvo, no Estado de Alagoas.

Art. 2.º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional providenciará, dentro no prazo de sessenta dias a contar da publicação desta Lei, quanto à designação e demarcação dos edifícios e logradouros a que se refere o artigo precedente, a fim de aplicar-lhe em seguida as disposições do Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de junho de 1952. — *João Café Filho.*

Prof. *118/51*
LEI N.º 1.618 "B" — DE 6
DE JUNHO DE 1952

Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de tributos, exclusive a taxa de previdên-

cia social, que incidem sobre um púlpito e um batistério, provenientes da Itália, encomendados pelos Padres Carmelitas Descalços e destinados à Igreja de Santa Teresinha, à Rua Mariz e Barros, no Rio de Janeiro; um altar de madeira e outros artigos religiosos, acondicionados em cinco volumes, importados pelas Irmãs Felicianas, do Saco de São Francisco, em Niterói, e destinados à capela da referida Congregação, vindos pelo vapor "Uruguai"; uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, procedente de Portugal, com destino a Santos, e oferecida à Congregação de Santa Dorotéia, pela Colônia Portuguesa; quatro sinos e respectivos acessórios, importados pelo Convento das Irmãs Capuchinhas de Nossa Senhora das Mercês, de Curitiba, e destinados à sua Igreja.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de junho de 1952. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.618 "C" — DE 6 DE JUNHO DE 1952

Revela a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É relevada a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, oriundo do Quadro de Sargentos Escreventes do Exército, a fim de que possam, pelos meios legais pleitear os benefícios a que se julgarem com direito na conformidade da legislação, a partir de 10 de julho de 1934, sem percepção de gratificações ou vencimentos atrasados.

Parágrafo único. É limitado este direito ao prazo de 12 (doze) meses.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de junho de 1952. — *João Café Filho*.

LEI N.º 1.619 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos) para a aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado à Assistência Médico — Social da Armada.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos), para a aquisição da Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória situada à Rua Conde de Bonfim número 54 (cinquenta e quatro), em área de terreno que mede 2.647,10 m2. e destinada ao serviço da Assistência Médico — Social da Armada.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Horácio Lafer.
Prof. n.º 993/50

LEI N.º 1.620 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Altera o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alínea c. do art. 2.º do Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 2.º

c) para os Serviços de Saúde (médicos e dentistas) e de Veterinária:

- ser reservista do Exército;
- ser diplomado em escola de Medicina, ou de Odontologia, ou de Veterinária, oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, conforme a inclusão requerida;
- ter realizado um estágio de adaptação e especialização em corpo de tropa especialmente designado, formação de serviço, ou estabelecimento, como aspirante a oficial;

1) se reservista de 1.^a ou 2.^a categoria, com a duração de dois meses;

2) se reservista de 3.^a categoria, com a duração de três meses”.

Art. 2.^o O n.^o 3 do parágrafo único do art. 4.^o, no citado Decreto-lei, passa a ter esta redação:

“Art. 4.^o

“Parágrafo único

3 — certificado de reservista”.

Art. 3.^o Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

LEI N.^o 1.621 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 34.307,10 destinado à regularização de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem, pela Contadoria Geral da República.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 34.307,10 (trinta e quatro mil, trezentos e sete cruzeiros e dez centavos), destinado à regularização de

despesa efetuada, no exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escriturada em conta de ordem pela Contadoria Geral da República.

Art. 2.^o O crédito a que se refere o art. 1.^o desta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.^o Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.^o 1.622 — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o E' considerada natural para os efeitos fiscais a quebra anual, que se verifica na estocagem do sal nas salinas, até o limite de 15% (quinze por cento) nas salinas do norte do país, e de 20% (vinte por cento) do Sergipe inclusive, para o sul.

Parágrafo único. As diferenças verificadas nos anos anteriores, até os limites previstos no art. 1.^o desta lei ficam igualmente reconhecidas como legais, e assim isentas de multa fiscal.

Art. 2.^o Anualmente o Instituto Nacional do Sal, de acordo com os exatores federais, deverá rever e o alancear os estoques de sal, para a devida escrituração fiscal, fornecendo dados para que seja concedida, *ex-officio*, a baixa verificada, dentro dos limites fixados no art. 1.^o desta Lei.

Parágrafo único. Quando ocorrerem modificações meteorológicas consideradas calamitosas, inundações, fazendo ultrapassar os limites previstos das quebras, a Diretoria das Rendas Internas mandará examinar a ocorrência, comprovando-a para determinar a respectiva dedução.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

LEI N. 1.622 "A" — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Ministro Antônio Pereira Braga.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 269.041,00 (duzentos e sessenta e nove mil e quarenta e um cruzeiros), destinado ao pagamento de diferença de vencimentos a que tem direito o Ministro Antônio Pereira Braga, no período de 14 de maio de 1947 a 31 de dezembro de 1948.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1952. — *Etelvino Lins*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência

Prof. nº 980/50
LEI N. 1.622-B — DE 9 DE JUNHO DE 1952

Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceio, Estado de Alagoas..

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção do imposto de importação e taxas aduaneiras,

excetuada a de previdência social, para o material de procedência inglesa, que consta da relação abaixo, vindo para a Santa Casa de Misericórdia de Maceio, Estado de Alagoas, e destinado a ampliação dos seus estabelecimentos hospitalares, bem como para a instalação de um Instituto de Radiologia e Câncer;

a) 2 (dois) elevadores próprios para transporte de leitos;

b) 1 (um) conjunto de esterilização composto de 4 (quatro) autoclavas horizontais, 2 (duas) estufas a seco, 4 (quatro) depósitos de água esterilizada e respectivas canalizações;

c) 3 (três) aparelhos de anestesia gasosa e respectivos acessórios, inclusive material para intubação traqueal;

d) 2 (duas) mesas cirúrgicas, 6 (seis) mesas auxiliares, 4 (quatro) mesas de Mayo, 2 (duas) mesas para anestesia, 1 (uma) mesa ortopédica, 1 (uma) mesa para cirurgia oftalmológica, 12 (doze) baldes e 12 (doze) bacias;

e) 2 (duas) mesas obstétricas, 6 (seis) mesas auxiliares, 2 (duas) mesas para anestesia e 6 (seis) baldes;

f) 1 (um) aparelho para radioterapia profunda Stabilivolt Siemens, com dispositivo de convergência (conjunto completo);

g) 1 (um) aparelho de radiodiagnóstico de quinhentos mil ampères (completo);

h) 100 (cem) miligramas de rádio;

i) 2 (duas) instalações de ar condicionado para os dois conjuntos cirúrgicos do hospital;

j) 2 (duas) caldeiras a óleo diesel, canalizações respectivas e material para instalação de água quente e vapor;

k) 1 (um) conjunto de lavanderia para quinhentas pessoas, constantes de 2 (duas) máquinas de lavar, (dois) esterilizadores, 2 (duas) caldeiras, 2 (duas) passadeiras e 1 (uma) estufa;

l) material de uso corrente para cirurgia abdominal torácica, oftalmológica, otorrinolaringológica, obstétrica, urológica, ginecológica, ortopédica, traumatológica, para equipamento de centro cirúrgico de acordo com as normas do Colégio Brasileiro de Cirurgiões;

m) 4 (quatro) aspiradores cirúrgicos à prova de explosão, 2 (duas) lâmpadas cialíticas;

n) 4 (quatro) conjuntos de oxigenoterapia, inclusive ressuscitadores, incubadores e tendas de oxigênio;

o) aparelhagem para fisioterapia, compreendendo metabolismo basal, ondas curtas, ultra-som, infravermelho, ultravioleta, eletro-cirurgia, eletro-cardiografia;

p) insalação para um banco de sangue, compreendendo frigorífico e vidraria;

q) 2.500 (dois mil e quinhentos) metros quadrados de azulejos brancos;

r) 600 (seiscentos) metros quadrados de azulejos coloridos;

s) 1 (uma) instalação de ointercomunicação para 40 (quarenta) telefones e respectivos pertences.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de junho de 1952. — *Etelvino Lins*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.623 — DE 10 DE JUNHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 com que auxiliará o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), com que auxiliará o Clube de Engenharia, dentro do exercício de 1952, nas obras do edifício que está construindo à Avenida Rio Branco, no Distrito Federal, e onde será obrigatoriamente a sua sede.

Parágrafo único. A importância do auxílio será entregue ao Clube de Engenharia de uma só vez, ou parceladamente.

Art. 2.º O Ministério da Fazenda fiscalizará a utilização do auxílio por intermédio da Diretoria do Domínio da União.

Art. 3.º Será o Tesouro Nacional reembolsado da quantia mencionada no art. 1.º, e preferentemente a qualquer outro credor pelo saldo que se verificar em execução porventura movida contra o Clube de Engenharia para a cobrança de dívida garantida por hipoteca.

Parágrafo único. Na hipótese de dissolução do Clube de Engenharia sem a transmissão integral do seu patrimônio à União, terá preferência o Tesouro Nacional a qualquer outro credor a fim de ser reembolsado imediatamente da quantia entregue por força desta Lei.

Art. 4.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.624 — DE 13 DE JUNHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 256.751,50, para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 256.751,50 (duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta e um cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon, escrevente juramentado do extinto Juízo de Direito do Alistamento Eleitoral do Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de junho de 1952.

Etelvino Lins, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.625 — DE 17 DE JUNHO
DE 1952

Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar o terreno e o prédio do velho Quartel da Soledade, sitos entre a Casa Paroquial, número mil e cinqüenta e nove e a casa número novecentos e noventa e sete, à Rua Oliveira Lima, em Recife, Estado de Pernambuco, à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade.

§ 1.º O imóvel doado será destinado, pelo donatário, à construção de um estabelecimento de ensino ou de assistência à maternidade ou à infância.

§ 2.º O imóvel, nas condições em que se encontrar, reverterá ao Domínio da União, se após 5 (cinco) anos, a contar da data de sua entrega à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, não fôr utilizado para os fins previstos nesta lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de junho de 1952.

Etelvino Lins

1.º Secretário, no exercício
da Presidência

Proj. n.º 925/49

LEI N.º 1.626 — DE 17 DE JUNHO
DE 1952

Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto-lei n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º Estendem-se a todos os chefes e demais servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, os benefícios do Decreto-lei n.º 5.801,

de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu.

Art. 2.º Somente terão direito a esses benefícios os servidores quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de junho de 1952.

Etelvino Lins

1.º Secretário, no exercício
da Presidência

Proj. n.º 187/51

LEI N.º 1.627 — DE 18 DE JUNHO
DE 1952

Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F.A.B. a inscrição como contribuinte do Montepio Militar.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurado aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica, aproveitados no serviço ativo da Força Aérea Brasileira de conformidade com o Decreto-lei n.º 9.631, de 22 de agosto de 1946, o direito de se inscreverem como contribuintes do Montepio Militar desde a data da sua declaração de aspirante a oficial.

Art. 2.º Será feita a contribuição para o Montepio Militar de acordo com o art. 29 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Parágrafo único. A amortização das contribuições relativas ao período decorrido entre a data da declaração a que alude o art. 1.º e a em que entrar em vigor a presente Lei, não poderá ser superior a 10 % (dez por cento) dos vencimentos que o oficial perceber no posto em que se ache.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.º 1.628 — DE 20 DE JUNHO DE 1952

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os títulos da dívida pública, a que se refere o artigo 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, serão emitidos com o nome de "Obrigações do Reparelhamento Econômico" e vencerão juros à taxa de 5% (cinco por cento) ao ano, pagáveis semestralmente.

§ 1.º Os títulos serão ao portador, do valor nominal uniforme de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) e negociáveis em todas as Bolsas do País.

§ 2.º A emissão das "Obrigações" será feita em séries anuais, nunca inferiores a Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) cada uma, podendo o saldo de uma incorporar-se à série ou séries seguintes, observado o limite da emissão.

§ 3.º E' elevada para Cr\$ 12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) a autorização para emissão de títulos, prevista no § 3.º do art. 3.º da Lei número 1.474.

Art. 2.º O resgate das "Obrigações do Reparelhamento Econômico" será efetuado, a partir do exercício seguinte ao de sua emissão, em 20 (vinte) prestações anuais, iguais, cada uma equivalente a 5% (cinco por cento) do valor nominal do título.

Parágrafo único. Para facilidade do resgate, os títulos serão emitidos em vigésimas partes, negociáveis e resgatáveis isoladamente.

Art. 3.º A fim de assegurar o serviço regular de juros, amortizações e resgate, de que trata o art. 2.º desta Lei, é criado um "Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reparelhamento Econômico", que será constituído de taxas, sobre-taxas, rendas ou contribuições, no todo ou em parte, que fo-

rem criadas por lei e resultarem de obras, serviços ou investimentos custeados, ampliados ou reaparelhados com o produto de receitas ou operações de crédito de que tratam esta Lei e as de ns. 1.474 (art. 3.º) e 1.518.

Art. 4.º Ao Fundo de que trata o art. 3.º serão também recolhidas, respeitadas os vínculos já em vigor, as taxas, sobre-taxas, rendas ou contribuições existentes nesta data e destinadas a fins idênticos aos previstos nesta Lei e nas de ns. 1.474 (§ 1.º do art. 3.º) e 1.518, desde que se destinem a atender ao serviço de juros, amortizações e resgate dos encargos assumidos pelas respectivas entidades para custeio ou financiamento de programas ou projetos de reaparelhamento, ampliação ou fomento, nos termos das referidas Leis.

Art. 5.º A bonificação de que trata o § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, será de 25% (vinte e cinco por cento), paga de uma só vez.

§ 1.º O imposto de renda devido pela percepção dessa bonificação será deduzido no ato, e cobrado na mesma base aplicada aos juros dos títulos da dívida pública federal, ao portador.

§ 2.º O pagamento da bonificação, deduzido o imposto a que se refere o parágrafo anterior, será feito em títulos da dívida pública emitidos em virtude do art. 1.º desta Lei.

§ 3.º Será restituída em dinheiro, a débito do Fundo a que se refere o § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, a fração dos adicionais e da bonificação que não atingir Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Art. 6.º E' pessoal o direito à restituição dos adicionais e da bonificação de que trata esta Lei, não podendo ser cedido a qualquer título nem penhorado, nem dado em garantia salvo ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único. A entrega das obrigações respectivas só poderá ser feita ao próprio contribuinte, aos seus sucessores *causa-mortis*, inclusive o inventariante do seu espólio, ao síndico da sua massa falida ou a procurador constituído por instrumento público outorgado nos 120 (cento e vinte) dias que antecederem a entrega.

Art. 7.º E' o Poder Executivo, por intermédio do Ministro da Fazenda,

autorizado a determinar, quando necessário, em cada um dos exercícios de 1952 a 1956, inclusive, as importâncias que as Caixas Econômicas Federais, as empresas de seguro e de capitalização e os órgãos de previdência social, tendo em vista as respectivas disponibilidades e reservas técnicas, devam recolher ao Banco de que trata o art. 8.º desta Lei, para financiamento de parte das inversões ou despesas com a execução de programas de reaparelhamento econômico, dentro das seguintes limitações anuais:

I — até 4% (quatro por cento) do valor total dos depósitos das Caixas Econômicas Federais;

II — até 25% (vinte e cinco por cento) das reservas técnicas que as companhias de seguro e capitalização devam constituir cada ano;

III — até 3% (três por cento) da receita anual dos órgãos de previdência social, excluída a cota que cabe à União.

§ 1.º Essas importâncias serão, no decurso do 6.º (sexto) exercício após o do respectivo recolhimento, integralmente restituídas, observando-se o disposto no § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, e legislação complementar.

§ 2.º Em caso de comprovada força maior, a juízo da Superintendência da Moeda e do Crédito, a restituição poderá ser efetuada em prazo inferior ao previsto no § 1.º deste artigo, observando-se as demais disposições legais.

§ 3.º Na hipótese do § 2.º, a bonificação a que alude o art. 5.º desta Lei será proporcional ao tempo decorrido, na base de 5% (cinco por cento) ao ano.

Art. 8.º Para dar execução aos objetivos desta Lei, bem como da Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951 e do art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, é criado, sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que também atuará, como agente do Governo, nas operações financeiras que se referirem ao reaparelhamento e ao fomento da economia nacional.

Art. 9.º O Banco terá autonomia administrativa e personalidade jurídica própria, gozando, como serviço público federal, de todas as vantagens e regalias respectivas, inclusive quanto a impostos, taxas, direitos aduaneiros, juros moratórios, impe-

nhorabilidade de bens, fôro e tratamento nos pleitos judiciais.

Art. 10. O Banco exercerá todas as atividades bancárias, na forma da legislação em vigor, dentro de limites e condições que serão fixados no regimento interno, e nalis os seguintes:

I — Só poderá receber depósitos:

a) de entidades governamentais ou autárquicas;

b) de sociedades de economia mista em que preponderem as ações do Poder Público;

c) de bancos, quando e nas condições que forem estabelecidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito;

d) de sociedades de seguro e capitalização, para os fins do art. 7.º desta Lei;

e) judiciais;

f) que resultarem de operações realizadas pelo Banco ou que a elas estejam diretamente vinculadas.

II — Só poderá efetuar empréstimos ou financiamentos com os objetivos de reaparelhamento e fomento estabelecidos nas Leis ns. 1.474 (artigo 3.º) e 1.518.

Art. 11. São atribuições do Banco, além das que lhe dá o artigo 10 desta Lei:

I — receber os recursos provenientes da cobrança, pelo Tesouro Nacional, dos adicionais de que trata o art. 3.º da Lei n.º 1.474, ou outros tributos criados em lei;

II — movimentar créditos obtidos no exterior para o financiamento do programa de reaparelhamento e fomento previsto nas Leis ns. 1.474 (art. 3.º) e 1.518;

III — promover, mediante instruções do Ministro da Fazenda, o atendimento dos compromissos, diretos ou indiretos, assumidos pelo Governo na execução do referido programa, ou de outros em cujo financiamento participar por força de lei;

IV — receber o produto da cobrança de impostos, taxas, sobre-taxas, rendas ou contribuições de quaisquer espécies, que se destinem a custear as inversões ou despesas com o reaparelhamento econômico a cargo da União, dos Estados e Municípios ou sociedades de economia mista em que preponderem ações do Poder Público, ou que tenham por objetivo

atender ao serviço de juros, amortizações e resgate de encargos assumidos para o mesmo fim;

V — satisfazer, diretamente ou por intermédio de outros órgãos, as obrigações decorrentes do serviço de juros, amortizações e resgate dos encargos assumidos, no país ou no exterior, em virtude da execução de programas de reaparelhamento e fomento, inclusive quanto às obrigações governamentais referidas no artigo 1.º desta Lei;

VI — controlar e fiscalizar a aplicação dos recursos, de qualquer procedência, destinados a obras, serviços ou investimentos para cujo financiamento, total ou parcial, venha o Tesouro Nacional a dar a sua garantia ou fornecer os recursos, conforme previsto na Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e no art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951;

VII — contratar no exterior, por si ou como agente de governos, entidades autárquicas, sociedades de economia mista e organizações privadas, a abertura de créditos destinados à execução do programa de reaparelhamento e fomento de que tratam esta Lei e as de ns. 1.474 (art. 3.º) e 1.518, nos termos e condições nelas previstos;

VIII — efetuar, sempre que autorizado em lei, outras operações visando ao desenvolvimento da economia nacional.

Art. 12. São órgãos de administração do Banco:

I — a *Diretoria*, composta de 4 (quatro) membros de livre nomeação do Presidente da República, sendo:

- a) Presidente, demissível *ad-nutum*;
- b) Diretor Superintendente, com mandato de 5 (cinco) anos;
- c) 2 (dois) Diretores, com mandato de 4 (quatro) anos cada um.

II — o *Conselho de Administração*, composto de:

- a) o Presidente do Banco, como Presidente do Conselho, apenas com voto de qualidade;
- b) 6 (seis) membros, com mandato de 3 (três) anos cada um, livremente nomeados pelo Presidente da República, entre cidadãos de reconhecida idoneidade moral e comprovada capacidade.

§ 1.º O primeiro mandato de um dos diretores referidos na alínea c, item I, será de 2 (dois) anos.

§ 2.º O Conselho de Administração será anualmente renovado pelo terço.

§ 3.º Na composição inicial do Conselho de Administração, dois dos seus membros terão mandato de 1 (um) ano, dois terão mandato de 2 (dois) anos e dois terão o mandato normal de 3 (três) anos.

Art. 13. São atribuições do Conselho de Administração:

a) organizar e modificar o regimento interno do Banco, que deverá ser aprovado por ato do Ministro da Fazenda;

b) tomar conhecimento das operações do Banco, traçar-lhes a orientação geral e fixar as taxas de juros que o Banco abonará aos seus depositantes ou aplicará em seus empréstimos, dentro dos limites legais;

c) criar ou extinguir cargos ou funções, fixando os respectivos vencimentos e vantagens, mediante proposta do Diretor Superintendente;

d) examinar e julgar os balancetes e balanços do Banco, financeiros ou patrimoniais;

e) examinar e dar parecer sobre a prestação anual de contas do Banco;

f) deliberar sobre operações que elevem a mais de 50 (cinquenta) milhões de cruzeiros a responsabilidade de um só cliente;

g) examinar, orientar e aconselhar a Diretoria nos assuntos sobre os quais esta invoque o seu pronunciamento;

h) prover interinamente, até que o Presidente da República o faça em caráter efetivo, as vagas de diretores cuja substituição não esteja expressamente prevista;

i) distribuir os serviços do Banco entre os diretores, observado o disposto em lei;

j) apreciar e julgar os vetos do Presidente às deliberações da Diretoria;

k) autorizar a alienação de bens desnecessários ao uso do Banco ou cuja propriedade tiver adquirido em virtude de liquidação de suas operações.

l) autorizar renúncia de direitos, transação e compromisso arbitral, podendo estabelecer normas e delegar poderes.

Parágrafo único. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por semana e deliberará com a presença da maioria dos seus membros.

Art. 14. E' da competência da Diretoria:

- a) exercer os poderes e as atribuições que a lei e o regimento interno lhe conferirem;
- b) decidir sobre as operações do Banco com as ressalvas da letra f do art. 13 e da letra b do art. 16;
- c) resolver todos os assuntos da direção executiva do Banco, ouvindo o Conselho de Administração nos casos omissos.

Parágrafo único. A Diretoria se reunirá ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que fôr convocada pelo Presidente do Banco.

Art. 15. Compete ao Presidente do Banco:

- a) representar o Banco em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele, sem prejuízo do disposto no art. 16;
- b) convocar extraordinariamente o Conselho de Administração e a Diretoria, sempre que necessário;
- c) presidir as reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração, com o voto de qualidade;
- d) vetar deliberações da Diretoria, submetendo seu veto à apreciação do Conselho de Administração;
- e) enviar ao Tribunal de Contas, até 31 de janeiro de cada ano, as contas dos administradores do Banco, relativas ao exercício anterior, para os fins do art. 77, n.º II, da Constituição Federal;
- f) enviar ao Tribunal de Contas até 31 de janeiro de cada ano, as contas gerais do Banco relativas ao exercício anterior, as quais serão examinadas juntamente com as contas do Presidente da República e com estas enviadas ao Congresso Nacional.

Art. 16. Compete ao Diretor Superintendente:

- a) substituir o Presidente em seus impedimentos ocasionais, sem prejuízo do exercício normal de suas funções;
- b) administrar e dirigir os negócios ordinários do Banco, decidindo as operações que não elevem a mais de 5 (cinco) milhões de cruzeiros a responsabilidade de um só cliente;
- c) outorgar e aceitar escrituras e nelas intervir, assinando-as com o Presidente ou outro diretor;
- d) nomear, remover, punir ou demitir funcionários de qualquer categoria, conceder licenças e abonar faltas, podendo delegar poderes, salvo

quando se tratar de nomeação, promoção ou demissão;

- e) superintender e coordenar o trabalho dos diferentes setores do Banco e velar pelo fiel cumprimento das deliberações da Diretoria e do Conselho de Administração.

Art. 17. Os Diretores referidos na alínea c, item I, do art. 12 desta Lei terão as atribuições que lhes forem determinadas no regimento interno.

Art. 18. Os direitos e deveres dos funcionários do Banco serão fixados no regimento interno.

§ 1.º Somente para o exercício, em comissão, de chefias técnicas especializadas é permitida a admissão, em razão de requisição ou contrato, de servidores públicos ou autárquicos e de funcionários de bancos sob controle do Estado.

§ 2.º Na hipótese do parágrafo anterior é necessária expressa autorização, em cada caso, do Conselho de Administração.

Art. 19. O capital inicial do Banco será de 20 (vinte) milhões de cruzeiros, fornecidos pelo Tesouro Nacional à conta do crédito especial a que se refere o art. 29.

Art. 20. Os lucros líquidos do Banco serão considerados reservas e sempre que atinjam quantia igual à do capital a ele serão incorporados.

Art. 21. Poderá ser dada por intermédio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a garantia do Tesouro Nacional prevista na Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951, observadas as seguintes condições:

- a) ter o investimento sido considerado de interesse nacional por despacho do Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Fazenda;
- b) aprovação da operação, seus detalhes de prazo, amortizações, juros, etc., obedecido o disposto nos arts. 13 (item f), 14 (item b) e 16 (item b) desta Lei;
- c) obrigação, por parte da entidade financiada, de recolher ao Banco as cotas ou contribuições destinadas ao serviço de juros e amortizações;
- d) sub-rogação do Banco em todos os direitos e garantias dadas pelas entidades financiadas aos organismos financiadores, no caso em que o Governo se veja obrigado a honrar a sua garantia;
- e) fiscalização, pelo Banco, da aplicação do financiamento recebido.

Art. 22. No exercício da autorização contida na Lei n.º 1.518, de 24 de dezembro de 1951, poderá o Poder Executivo obrigar o Tesouro Nacional como fiador e principal pagador da quantia mutuada e seus acessórios, e praticar todos os atos julgados necessários ao referido fim.

Art. 23. O Tesouro Nacional, contratando diretamente ou por intermédio do Banco, poderá aceitar as cláusulas e condições usuais nas operações com organismos financiadores internacionais, sendo válido o compromisso geral e antecipado de diminuir, por arbitramento, todas as dúvidas e controvérsias.

Art. 24. O adicional de 15%, estabelecido pela alínea *a* do art. 3.º da Lei n.º 1.474, não alcançará o imposto de renda devido, na fonte ou em poder das pessoas físicas, pela posterior distribuição das reservas e lucros em suspensão ou não distribuídos, sobre os quais comprovadamente haja incidido a taxa adicional de 3% criada pela alínea *b* do art. 3.º da referida Lei.

Art. 25. Constarão anualmente do Orçamento da União, como receita:

I — nos exercícios de 1953 a 1956, inclusive: o produto da cobrança das adicionais a que se refere o art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951;

II — a partir do exercício de 1953, inclusive: o produto da cobrança das taxas, sobre-taxas, rendas e contribuições a que se referem os arts. 3.º e 4.º desta Lei, e de quaisquer tributos que forem criados em lei para financiamento das operações do Banco ou atendimento de encargos por ele assumidos;

III — a partir do exercício de 1958, inclusive: os recursos que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico deve anualmente fornecer ao Tesouro Nacional para atender ao serviço de juros e amortizações das "Obrigações do Reaparelhamento Econômico";

IV — a partir do exercício de 1958, inclusive: os recursos que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico deve anualmente fornecer ao Tesouro Nacional, a débito do Fundo a que se refere o § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, para atender aos pagamentos em dinheiro estabelecidos no § 3.º do art. 5.º desta Lei;

Parágrafo único. No exercício de 1952, o produto da cobrança dos adi-

cionais a que se refere o item I deste artigo, constituindo fundo especial com personalidade própria, será depositado no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e livremente movimentado pelo Ministro da Fazenda.

Art. 26. Importâncias iguais, respectivamente, às que constarem da receita em virtude do artigo anterior, deverão figurar no mesmo Orçamento, na parte da despesa, anexos do Ministério da Fazenda, a saber:

I — nos exercícios de 1953 a 1956, inclusive: sob a subconsignação "Fundo do Reaparelhamento Econômico", para ser entregue ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

II — a partir do exercício de 1953, inclusive: sob a subconsignação "Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico", para ser entregue ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;

III — a partir do exercício de 1958, inclusive: como dotação especial, consignada à Caixa de Amortização, para atender ao serviço de juros, amortizações e resgate das "Obrigações do Reaparelhamento Econômico";

IV — a partir do exercício de 1958, inclusive: como dotação especial, consignada à Caixa de Amortização, para atender aos pagamentos em dinheiro a que se refere o § 3.º do art. 5.º desta Lei.

Art. 27. Os créditos orçamentários a que se refere o artigo anterior independem de registro prévio no Tribunal de Contas e sua distribuição será feita automaticamente ao Tesouro Nacional, que lhes dará o respectivo destino.

Art. 28. No exercício de 1952, o Ministro da Fazenda poderá, a débito do "Fundo do Reaparelhamento Econômico", aplicar até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) no aparelhamento da Divisão do Imposto de Renda e da Caixa de Amortização, inclusive em despesas de pessoal e material, para o fim especial de habilitá-las ao bom cumprimento do disposto nesta Lei e nas de ns. 1.474 (art. 3.º) e 1.518.

Parágrafo único. Nos exercícios de 1953 a 1956, inclusive, o Ministro da Fazenda poderá aplicar, com o mesmo objetivo e também a débito do Fundo do Reaparelhamento Econômico, importância não superior a 1%

(um por cento) do valor total dos adicionais arrecadados em cada um daqueles exercícios.

Art. 29. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de 20 (vinte) milhões de cruzeiros que o Tesouro Nacional entregará ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para o fim especial de constituir o capital com que o referido Banco iniciará suas operações.

Art. 30. Dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data do início da Sessão Legislativa Ordinária, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional um relatório completo sobre o desenvolvimento do programa referido nas Leis ns. 1.474 (art. 3.º) e 1.518, contendo:

- a) exposição justificativa do programa de trabalho a ser executado no exercício em curso;
- b) relação das obras e serviços executados no ano anterior, acompanhada de demonstração analítica do movimento financeiro do mesmo exercício e, cumulativamente, dos exercícios já decorridos.

Art. 31. O Poder Executivo regulamentará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a execução desta Lei.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em .. de junho de 1952.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Oswaldo Curijó de Castro.

LEI N.º 1.629 — DE 24 DE JUNHO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20 (setecentos e dezessete mil, novecentos e quatro cruzeiros e vinte centavos), para o pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951, que foram as seguintes:

Verba 1 — Pessoal.

Consignação I — Pessoal Permanente.

Subconsignação 01 — Pessoal Permanente.

	Cr\$
02 — Tribunal Federal de Recursos	182.830,60

Verba 1 — Pessoal.

Consignação III — Vantagens.

Subconsignação 15 — Gratificação adicional

02 — Tribunal Federal de Recursos	535.073,60
	717.904,20

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1952. — *Etelvino Lins*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.630 — DE 24 DE JUNHO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para o pagamento de despesas de pessoal.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito especial de Cr\$ 54.060,00 (cinquenta e quatro mil e sessenta cruzeiros), para o pagamento de despesas de pessoal relativas ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de junho de 1952. — *Etelvino Lins*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.631 — DE 26 DE JUNHO DE 1952

Concede uma pensão especial de Cr\$ 463,00 a Hilda Ribeiro de Almeida, e outra de Cr\$ 558,00 a Teresa Gianceschi Moreira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São concedidas: a) uma pensão especial de Cr\$ 463,00 (quatrocentos e sessenta e três cruzeiros) a Hilda Ribeiro de Almeida e Cleusa Maria de Almeida, viúva e filha de José de Almeida, extranumerário-mensalista da Fábrica de Juiz de Fora, falecido em consequência de uma explosão; b) uma pensão especial de Cr\$ 558,00 (quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros) a Teresa Gianceschi Moreira, Maria Helena Moreira e Teresinha de Medeiros Moreira, viúva e filhas de Manuel de Medeiros Moreira, extranumerário diarista da referida Fábrica e vítima também do mesmo acidente.

§ 1.º Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere este artigo será transferida, conforme o caso, a herdeira ou as herdeiras supramencionadas, que perderão o direito ao benefício quando contraírem matrimônio.

Art. 2.º Cada pensão especial prevista no artigo anterior é devida a partir da data em que esta Lei entrar em vigor, correndo a despesa respectiva a conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 1952, 131.º da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.632 — DE 30 DE JUNHO DE 1952

Fixa o número de oficiais generais do Exército em tempo de paz.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro normal dos oficiais-generais do Exército em tempo de paz fica constituído de:

a) Generais das Armas:

6 (seis) Generais de Exército;
23 (vinte e três) Generais de Divisão;
47 (quarenta e sete) Generais de Brigada;

b) *Generais de Serviços:*

1 (um) General de Divisão Médico;
2 (dois) Generais de Brigada Médicos;
1 (um) General de Divisão Intendente;
2 (dois) Generais de Brigada Intendentes;
1 (um) General de Brigada Veterinário.

c) Generais Técnicos:

1 (um) General de Divisão Técnico;
6 (seis) Generais de Brigada Técnicos.

Art. 2.º As promoções para o preenchimento das vagas decorrentes de nova organização constante do artigo 1.º far-se-ão, progressivamente, a medida que forem sendo criados os órgãos e as funções correspondentes, de acordo com o art. 3.º.

Art. 3.º As funções privativas de oficiais-generais, efetivos ou graduados, serão fixadas em decreto, mediante proposta do Ministro da Guerra, até que, em 1953, sejam atingidos os efetivos desta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1952; 131.º da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo Cardoso

A P E N S O

Figuram neste apenso:

I - os decretos legislativos e as leis que, expedidos em trimestres anteriores, foram publicados depois do 2.º dia útil do 2.º trimestre de 1952.

II - A reprodução feita no 2.º trimestre de 1952.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 76, de 1951

Art. 1.º — É aprovado o texto do Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão ao Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio, concluído entre o Brasil e vários países, e datado de 10 de outubro de 1949.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1951. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 77, de 1951

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Itália, firmado em Roma a 25 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1951.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, de 1952

Art. 1.º — São aprovados, nos termos das cópias devidamente autenticadas e a este anexas, o Convênio de Cooperação Econômica, o Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1 de março de 1943, o Convênio sobre Transportes Aéreos e o Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo, firmados na cidade do Rio de Janeiro a 4 de julho de 1947, entre o Brasil e o Chile.

Art. 2.º — Constituem parte integrante do Convênio de Cooperação Econômica e do Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação as notas na mesma data trocadas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada do Chile no Rio de Janeiro.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 22 de dezem-

bro de 1950, que recusou registro ao termo do contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma N. S. Lino & Cia. Ltda., para a execução dos serviços de reparação da "Cábrea Vitor", de propriedade daquele Departamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de março de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1952

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar o termo de contrato celebrado entre a Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e Cícero Bahia Dantas, a 29 de novembro de 1950, para locação de imóvel deste, situado à Rua Lélia Piedade n.º 50, em Salvador, Estado da Bahia, para instalação de ambulatório médico para pescadores e escola para filhos de pescadores.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de março de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 13 de fevereiro de 1951, que recusou registro ao contrato de cooperação celebrado a 11 de dezembro de 1950, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Gerson Pires de Araújo e sua mulher, Adalgisa Luísa de Menezes, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água em terras dos mesmos, às margens do Rio São Francisco, no município de Jatitã, no Estado de Pernambuco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 28 de março de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

LEI N.º 1.587 — DE 31 DE MARÇO DE 1952

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida à Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, isenção de todos os tributos, exclusiva a taxa de previdência social, devidos para importação de material "motor diesel", respectivo gerador elétrico e todos os acessórios e peças) destinados à usina elétrica de sua propriedade.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Proj. nº 359/51

LEI N.º 1.588 — DE 31 DE MARÇO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20 (novecentos e oitenta mil, vinte e três cruzeiros e vinte centavos), para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do

Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,20 (noventa e oitenta mil, vinte e três cruzeiros e vinte centavos), para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho, decorrentes da aplicação do disposto no art. 82 da Lei n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1951, combinado com o art. 13, § 2.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Viana.

Horácio Lafer.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV de 1952, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ACORDOS

Decreto-legislativo n.º 76 — de 1951.

Retificado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— Decreto-legislativo n.º 77 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1952.

— *Promulga o Acôrdo de Imigração e Colonização, entre o Brasil e os Países Baixos, firmado no Rio de Janeiro, a 15 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 30.692 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

— *Promulga o Acôrdo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Turquia, assinado em Ancara a 21 de setembro de 1950.*

Decreto n. 30.693 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

— *Promulga o Acôrdo sobre Investimentos entre o Brasil e a Itália, concluído por troca de notas, assinadas no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.*

Decreto n. 30.823 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

— *Promulga o Acôrdo de Migração entre o Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.*

Decreto n. 30.824 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

ADICIONAIS DO IMPÓSTO DE RENDA

Ver: *Impôsto de Renda.*

ADJUNTO DE PROCURADOR GERAL DA FAZENDA PÚBLICA

Suprime cargo extinto.
(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 30.960 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de junho de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00, destinado as obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas.

Lei n. 1.591 — de 17 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO.

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, a Ilha dos Ferreiros, necessária ao prolongamento do cais acostável.

Decreto n. 30.933 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços.*

Decreto n. 31.060 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

AERONAUTICA

Decreto-legislativo n.º 77 — de 1951.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1952.

— *Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica.*

Lei n. 1.601 — de 12 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

Denomina "Aeroporto Pinto Martins" o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza.

Lei n. 1.602 — de 13 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.*

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Estende os dispositivos da Lei n. 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.*

Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F.A.B. a inscrição como contribuinte do Montepio Militar.*

Lei n. 1.627 — de 18 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de junho de 1952.

— *Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Turquia, assinado em Ancara a 21 de setembro de 1950.*

Decreto n. 30.693 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

AERONAUTICA

— *Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n. 30.698 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 30 de abril de 1952.

— *Aprova o Regulamento para a Reserva da Aeronáutica.*

Decreto n. 30.776 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.*

Decreto n. 30.799 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

— *Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.809 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— *Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.810 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— *Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n. 23.966, de 13 dezembro de 1950.*

Decreto n. 30.817 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

AERONÁUTICA

— *Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço de Indústrias a que se refere os artigos 64 e 66, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

AEROPORTOS

— *Denomina "Aeroporto Pinto Martins" o aeroporto do Cocorote, em Fortaleza.*

Lei n. 1.602 — de 13 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Altreda Bassoul a pesquisar água mineral, na Ilha de Paquetá, Distrito Federal.

Decreto n. 30.720 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alberto Otto a pesquisar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.848 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Liori a pesquisar água mineral no município de Campanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.862 — de 18 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

ÁGUA MINERAL

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Mário Zucato e Orestes Montovani a pesquisar água mineral no município de Monte Sião, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.863 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

ÁGUAS MARINHAS

Declara sem efeito o Decreto número 23.686, de 19 de junho de 1951.

Decreto n. 30.705 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

AHRENDT & CIA. LTDA.

Concede Ahrendt & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.847 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

AJUDANTES DE ORDENS

Altera o art. 59, do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

AJUSTE COMERCIAL

Promulga o ajuste Comercial, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado em Bonn a 17 de agosto de 1950.

Decreto n. 30.977 — de 11 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de junho de 1952.

ALGODÃO EM PLUMA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.640, de 19 de março de 1952.

Decreto n. 30.771 — de 18 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1952.

AMBULATÓRIOS

Decreto-legislativo n. 22 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

ANDRÉA SALVINI & CIA. LTDA.

Autoriza a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar mármore e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.805 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

APATITA

Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.837 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

AQUISIÇÃO DE DOMÍNIO ÚTIL DE TERRENO DE MARINHA

Ver: Terrenos de Marinha.

AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE AGRÍCOLA

Homologa a compra de propriedade agrícola cita à margem do rio Salitre, município de Joazeiro, no Estado da Bahia.

Decreto n. 31.019 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1952.

ARDÓSIA

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Faccini a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.871 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

AREIA QUARTZOSA

Retifica o art. 1º do Decreto número 30.651, de 20 de março de 1952.

Decreto n. 30.846 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de maio de 1952.

AREIA QUARTZOSA

— Autoriza o cidadão brasileiro Armindo Ramos Filho a lavrar areia quartzosa no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.873 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

— Autoriza a Mineração Atlântica Limitada a pesquisar areia quartzosa e associados no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.890 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.803 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.808 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a pesquisar calcário, argila, calcita e associados no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.022 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lavinia Soares Ribeiro do Vale a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.030 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

ARMADA

Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n. 30.696 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 30.699 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

ARQUIVOLOGISTA

Suprime cargos extintos.

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.967 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

— *Suprime cargo provisório.*

(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n. 31.042 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

ARTÍFICE

Suprime cargos extintos.

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

Suprime cargos extintos.

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— *Suprime cargos provisórios.*

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.965 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL DA ARMADA

Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos) para aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado à Assistência Médico-Social da Armada.

Lei n. 1.619 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

ASSISTENTE DE MATERIAL

Suprime cargos extintos.

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.969 — de 8 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

ASSISTENTE DE ORÇAMENTO

Suprime cargos extintos.

(M. Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.968 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

ASSISTENTE JURÍDICO

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 1.599 — de 8 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SERGIPE

Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe.

Lei n. 1.606 — de 16 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CINEMA CIENTÍFICO

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$.. 12.000,00, para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, derivadas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, como membro da referida Associação.

Decreto n. 30.791 — de 29 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

"ATALAIA" COMPANHIA DE SEGUROS CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive mudança de denominação, aumento de capital e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares da "Atalaia" Companhia de Seguros contra Acidentes do Trabalho.

Decreto n. 30.680 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

ATENDENTE

Suprime cargos extintos.

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n. 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

ATLAS SUPPLY COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima "Atlas Supply Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.757 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de abril de 1952.

AUTOMÓVEL CLUBE DO BRASIL

Concede ao Automóvel Clube do Brasil a prerrogativa da alínea d do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Decreto n. 30.902 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

AUXILIAR DE ENGENHEIRO

Suprime cargo extinto.

(M.Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.971 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M.Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.972 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

B

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

BATALHÃO MAUÁ

Cria o "Estandarte-Distintivo" para o Batalhão Mauá.

Decreto n. 30.930 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

BAUXITA

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.024 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Policarpo Dias Corrêa a pesquisar pedras coradas e minério de berilo no município de Saltinas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.918 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

BIBLIOTECÁRIO

*Extingue cargos extintos.
(M.T.I.C. — Q.P.).*

Decreto n. 30.896 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

BORRACHA

Estabelece critério para a distribuição de quotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de artefatos de borracha.

Decreto n. 30.694 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

BRAUZULINO SILVA & COMPANHIA

Concede à sociedade comercial Brauzulino Silva & Companhia autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 30.895 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de junho de 1952.

C

CAISSE GÉNÉRALE DE PRÊTS FONCIERS ET INDUSTRIELS

Aprova aumento de capital de banco estrangeiro.

Decreto n. 30.856 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

CAIXA DE AMORTIZAÇÃO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 28 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

CALCÁRIO

Declara sem efeito o Decreto número 29.760, de 12 de julho de 1951.

Decreto n. 30.706 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— Declara sem efeito o Decreto n. 29.764, de 12 de julho de 1951.

Decreto n. 30.707 — de 3 de abril de 1951.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Reinaldo Busato e Angelo Antenciaconi a pesquisar calcário e associados no município de Timoneira, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.712 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alves Ribeiro a pesquisar calcário e associados, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.713 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar calcário e associados no município de Santana de Paranaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.717 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ladislau de Paula Martins a pesquisar calcário, calcita, e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.719 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Gabriel Domingos Abdala a lavrar calcário no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.721 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bionon Silva a pesquisar calcário e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.723 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Melo a pesquisar calcário e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.748 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Brasília Rogich a pesquisar calcário, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.802 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— *Autoriza a Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos a pesquisar calcário e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.804 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.829 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.830 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

— *Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a pesquisar calcário e associados no município de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 30.841 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 25.116, de 18 de junho de 1948.*

Decreto n. 30.845 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavrar dolomita e calcário no município de Santana do Parnaíba, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.870 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Carlos de Oliveira a pesquisar calcário e mármore no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.872 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a lavrar mármore e calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.915 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Denisarte Gomes de Campos a pesquisar calcário, no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.919 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Altera o art. 1.º do Decreto número 27.776, de 8 de fevereiro de 1950.*

Decreto n. 31.007 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a pesquisar calcário, argila, calcita e associados no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.022 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Alencar de Lima a pesquisar calcário e associados no município de Tomazina, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.027 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldo a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.031 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Rodrigues Barbosa a pesquisar calcário e associados, no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.037 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CALCITA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 28.288, de 21 de junho de 1950.

Decreto n. 30.708 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ladislau de Paula Martins a pesquisar calcário, caulim e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.719 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a pesquisar calcário, argila, calcita e associados no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.022 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CARVÃO

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.753 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— *Autoriza a Companhia Carbonífera Brasil Ltda. a lavrar carvão mineral no município de Crescuma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.850 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Teixeira de Alencastro a lavar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.852 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Correa da Silva a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.882 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

CASA DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões e novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos) para a aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado a Assistência Médico-Social da Armada.

Lei n. 1.619 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro João Vieira de Sousa a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.722 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

CAULIM

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.151, de 8 de novembro de 1951.

Decreto n. 30.746 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Furtado Portugal a pesquisar mica, caulim e associados no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.799 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jacyro Faury a pesquisar argila, caulim e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.803 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Darwin Artese a pesquisar caulim e associados no Município de Franco de Rocha, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.884 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.921 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Renova o Decreto n. 27.559, de 7 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 31.002 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— *Torna sem efeito o Decreto número 29.511, de 30 de abril de 1951.*

Decreto n. 31.006 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchel Hannud a pesquisar caulim e associados, no município de Cotia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.036 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

Autoriza a Mineração Manuel Nunes Limitada a lavar caulim no município da Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.040 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CAVALCANTE JUNQUEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 24 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

CENSURA

Altera a redação do art. 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto número 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

CENTRO NORTE-RIOGRANDENSE

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e a publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

Lei n. 1.595 — de 28 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de maio de 1952.

CERA DE CARNAÚBA

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição da cera de carnaúba, de produção nacional para a safra de 1951-52.

Decreto n. 30.899 — de 23 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

CESSÃO DE TERRENOS

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

Decreto n. 30.875 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

CHEFE DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n.º 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

CHEFE DO ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

CHEFIA DO ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

CHUMBO

Renova o Decreto n. 26.972, de 27 de julho de 1949.

Decreto n. 30.710 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados no município de Ribeira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.727 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, no município de Ribeira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.026 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CINEMAS

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 30.179, de 19 de novembro de 1951.

Decreto n. 30.700 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

CIRCOS

Altera a redação do art. 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Segurança Pública aprovado pelo Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

CLUBE DE ENGENHARIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, com que auxiliará o Club e de Engenharia na construção do edifício de sua sede.

Lei n. 1.623 — de 10 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1952.

CLUBES ESPORTIVOS E RECREATIVOS

Altera a redação do art. 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

— *Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.809 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— *Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.810 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— *Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço de Industrial a que se refere os artigos 64 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

COLÉGIOS

Dá nova denominação ao Ginásio Santo Estanislau, de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.426 — de 22 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para o Colégio Naval.*

Decreto n. 30.689 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre.*

Decreto n. 31.013 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

COLÔNIA AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Decreto n. 30.892 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

COMANDANTES DAS ZONAS MILITARES

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

COMANDANTE DA 2.ª ZONA AÉREA

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

COMANDANTE DA 3.ª, 4.ª E 5.ª ZONAS AÉREAS

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Decreto-legislativo n. 20 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

COMISSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão.

Lei n. 1.618 — de 4 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1952.

— *Institui a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico.*

Decreto n. 30.763 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

— *Dá nova redação a parte "in fine" do artigo 4.º do Decreto número 30.134, de 5 de novembro de 1951.*

Decreto n. 30.785 — de 25 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1952.

— *Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências.*

Decreto n. 30.900 — de 24 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de maio, 2 e 3 de junho de 1952.

COMISSÕES

— *Altera a alínea "g" do art. 3.º do Decreto n. 29.829, de 31 de julho de 1951.*

Decreto n. 30.931 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

— *Atribui à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover o aproveitamento progressivo de várias cachoeiras e trechos de curso d'água na bacia do rio Corrente, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.904 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

— *Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n. 30.942 — de 3 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

— *Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.*

Decreto n. 31.056 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE NITERÓI S. A.

Desincorpora do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S. A., e dá outras providências.

Decreto n. 30.836 — de 12 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARBURETO DE CÁLCIO

Declara sem efeito o Decreto número 29.760, de 12 de julho de 1951.

Decreto n. 30.706 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CARBURETO DE CÁLCIO

— *Declara sem efeito o Decreto n. 29.764, de 12 de julho de 1951.*

Decreto n. 30.707 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE LIGANTES HIDRAULICOS

Autoriza a Cia. Brasileira de Ligantes Hidráulicos a pesquisar calcário e associados, no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.804 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO DE GRAFITE

Autoriza a Companhia Brasileira de Mineração de Grafite a lavrar minério de manganês grafitoso no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.800 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

COMPANHIA CARBONÍFERA BRASIL LIMITADA

Autoriza a Companhia Carbonífera Brasil Ltda. a lavrar carvão mineral no município de Crisiuma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 30.850 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a instalar uma usina elétrica no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, para uso exclusivo.

Decreto n. 30.797 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

**COMPANHIA DE MINERAÇÃO NO-
VALIMENSE**

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.535 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

**COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO SÃO
JORGE**

Concede à Companhia de Navegação São Jorge autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 30.685 — de 28 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

**COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS
FLUMINENSE**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

Decreto n. 30.983 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

COMPANHIA DOÇAS DA BAHIA

Aprova novo orçamento relativo às obras complementares para execução dos serviços decorrentes do prolongamento da Avenida Jequitiaia, em Salvador, no Estado da Bahia.

Decreto n. 30.732 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

**COMPANHIA FERROVIÁRIA ESTE
BRASILEIRO**

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileiro.

Decreto n. 30.957 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

**COMPANHIA FORÇA E LUZ CATA-
GUASES-LEOPOLDINA**

Declara de utilidade pública diversas áreas de terras situadas nos municípios de Leopoldina, Cataguases e São João Nepomuceno, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina a promover as desapropriações necessárias.

Decreto n. 30.781 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

**COMPANHIA HIDROELÉTRICA
PARANAPANEMA**

Autoriza a Companhia Hidrelétrica Paranapanema a ampliar suas instalações.

Decreto n. 30.813 — de 5 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

**COMPANHIA INDUSTRIAL PA-
RAENSE S.A.**

Autoriza a Cia. Industrial Paraense S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 30.911 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

**COMPANHIA PAULISTA DE ELE-
TRICIDADE**

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à realização do aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guacu, na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Paulista de Eletricidade a promover as desapropriações.

Decreto n. 30.796 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a Companhia Paulista de Energia Elétrica, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 30.936 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão e dá outras providências.

Decreto n. 30.667 — de 24 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira.

Decreto n. 30.682 — de 23 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços.

Decreto n. 31.060 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

COMPANHIA SWIFT DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto n. 31.051 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

COMPANHIA VIDRARIA SANTA MARINA

Concede à Companhia Vidraria Santa Marina autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.798 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS

Ver: *Pedras Preciosas.*

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar conchas calcárias, no município de Cananeia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.916 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bernini Monaco a lavrar conchas calcárias no município de Cananeia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.917 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Rocca a lavrar conchas calcárias no município de Cananeia, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.025 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CONCURSO DE JUIZ

Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei n.º 216, de 9 de setembro de 1942.

Lei n. 1.616 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de junho de 1952.

Retificada no D. O. de 19 de junho de 1952.

CONCURSO DE TÍTULOS

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

CONFERÊNCIA DOS ESTADOS DA AMÉRICA MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (V)

Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho.

Decreto n. 30.728 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Dispõe sobre a Delegação Governamental Brasileira à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Decreto n. 30.874 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

CONGRESSO DA UNIÃO LATINA (I)

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 30.979 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1952.

CONGRESSO NACIONAL — Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 30.991 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

CONSTRUTORA GUANABARA LIMITADA

Decreto -legislativo n. 28, de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

CONSULADOS

Suprime o Consulado honorário do Brasil em Port-Arthur e cria uma Repartição honorária da mesma categoria em Galveston.

Decreto n. 30.820 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Basileia, Suíça.*

Decreto n. 30.821 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

— *Suprime o Consulado Privativo do Brasil, em Castilhos, e cria uma Repartição da mesma categoria em Rocha, na República Oriental do Uruguai.*

Decreto n. 30.853 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Eleva à categoria de Consulado Geral o Consulado de carreira ao Brasil em Marselha.*

Decreto n. 30.978 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1952.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em La Plata, República Argentina.*

Decreto n. 30.998 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

— *Cria o Consulado de carreira ao Brasil em Casablanca, Marrocos Francês.*

Decreto n. 31.047 — de 11 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

Reproduzido no D. O. de 2 de julho de 1952.

CONSULADOS

— *Cria o Consulado de carreira do Brasil em Tânger, com jurisdição sobre o Marrocos, Espanha, Ceuta e Melilla.*

Decreto n. 31.048 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1952.

Reprodução no D. O. de 2 de julho de 1952.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n. 30.699 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

CONVENÇÕES

Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Decreto n. 30.822 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

CONVÊNIOS

Decreto-legislativo n. 20 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

COOPERAÇÃO ECONÔMICA

Decreto-legislativo n. 20 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

Decreto n. 31.055 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de julho de 1952.

CORPO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n. 30.699 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

CORPOS DE BOMBEIROS

Estende os dispositivos da Lei número 1.185, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente, à vigência da citada Lei.

Lei n. 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município e Cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Decreto n. 30.766 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 980.023,30, (novecentos e oitenta mil, vinte e três cruzeiros e vinte centavos), para atender às despesas do Ministério Público do Trabalho.

Lei n. 1.588 — de 31 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de abril de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas à Justiça do Trabalho.

Lei n. 1.589 — de 8 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas de incêndios ocorridos em 1951, na zona suburbana da cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Lei n. 1.590 — de 8 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1952.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.319,00, destinado às obras de ampliação das instalações do Tribunal de Contas.

Lei n. 1.591 — de 17 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de abril de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições.

Lei n. 1.591-A — de 16 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de abril de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e a publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

Lei n. 1.595 — de 29 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de maio de 1952.

— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease".

Lei n. 1.596 — de 30 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de maio de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento do laboratório para microfilmagem, pela firma Microfilme Técnica Limitada.

Lei n. 1.597 — de 2 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de maio de 1952.

— Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de subsídios aos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951; e os créditos suplementar de Cr\$ 5.620.000,00 e especial de Cr\$ 2.092.000,00 — Câmara dos Deputados — para pagamento de ajuda de custo aos Deputados e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara, correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952.

Lei n. 1.598 — de 7 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de maio de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Restabelece a Delegacia do Trabalho do Estado de São Paulo e dá outras providências.*

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para atender às despesas com serviços e encargos do Departamento dos Correios e Telégrafos em 1951.*

Lei n. 1.603 — de 16 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição de um sincrociclotron e seus aparelhos complementares.*

Lei n. 1.604 — de 16 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termo-elétrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.610 — de 27 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de maio de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62, para o fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.*

Lei n. 1.611 — de 27 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de maio de 1952.

Reproduzida no D. O. de 7 de junho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00, para pagamento a Serviços Hollerith S. A., em decorrência do Decreto Legislativo n. 2, de 5 de fevereiro de 1948.*

Lei n. 1.612 — de 28 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado ao Departamento Federal de Segurança Pública.*

Lei n. 1.613 — de 29 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da referida Comissão.*

Lei n. 1.618 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de junho de 1952.

— *Abre ao Ministério da Marinha um crédito especial de Cr\$ 18.986.786,20 (dezoito milhões novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte centavos) para a aquisição de um estabelecimento hospitalar destinado à Assistência Médico-Social da Armada.*

Lei n. 1.619 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 34.307,10, destinado à regularização de despesa do exercício de 1950, com o estudo de letras hipotecárias e escrituradas em conta de ordem pela Contadoria Geral da República.*

Lei n. 1.621 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de junho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 269.041,00, para pagamento de diferença de vencimentos ao Ministro Antônio Pereira Braga.

Lei n. 1.622-A — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00 com que auxiliará o Clube de Engenharia na construção do edifício de sua sede.

Lei n. 1.623 — de 10 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de junho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 256.751,50, para pagamento de vencimentos atrasados a Paulo Vasconcelos Calmon.

Lei n. 1.624 — de 13 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de junho de 1952.

— Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação, autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 717.904,20, para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

Lei n. 1.629 — de 24 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito especial de Cr\$ 54.600,00, para o pagamento de despesas de pessoal.

Lei n. 1.630 — de 24 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 280.800,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 30.730 — de 3 de abril de 1952.

Publicado na D. O. de 5 de abril de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 para atender às despesas com o monumento a ser oferecido à cidade "Brasil", nos Estados Unidos da América.

Decreto n. 30.744 — de 9 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.765 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.773 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.786 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, como membro da referida Associação.

Decreto n. 30.791 — de 29 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.811 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.827 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.839 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 1.820.000,00 para pagamento das despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileira com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

Decreto n. 30.903 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região — o crédito especial de Cr\$ 90.468,10 (noventa mil quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento devido por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional, do Trabalho da Primeira Região.

Decreto n. 30.939 — de 3 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória, o crédito especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), para atender ao pagamento de aluguéis do prédio em que funciona a referida Junta.

Decreto n. 30.940 — de 3 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 30.942 — de 3 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 25.829.809,70, para pagamento à Companhia Ferroviária Este Brasileira.

Decreto n. 30.957 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.973 — de 10 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.974 — de 10 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.979 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 80.000,00, para atender ao pagamento devido, por substituições, aos Juizes do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Decreto n. 30.996 — de 17 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.440,00 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n. 30.997 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre.

Decreto n. 31.013 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas com a manutenção da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

Decreto n. 31.014 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 2.506.511,30, para pagamento de subsídios aos Senadores e gratificação e diárias aos funcionários da Secretaria do Senado, por sessões extraordinárias realizadas no exercício de 1951; e os créditos suplementar de Cr\$ 5.620.000,00 e especial de Cr\$.. 2.092.000,00 — Câmara dos Deputados — para pagamento de ajuda de custo aos Deputados e gratificação aos funcionários da Secretaria da Câmara, correspondente ao período de convocação extraordinária de 1952.

Lei n. 1.598 — de 7 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de maio de 1952.

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES

Ver o nome do órgão a que pertence.

CRIME DE GENOCÍDIO

Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto n. 30.822 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

CRISTAL DE ROCHA

Autoriza a cidadã brasileira Augusta Adjuta Botelho a pesquisar cristal de rocha, no Município de Cristalândia, Estado de Goiás.

Decreto n. 30.885 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

CROMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Edgard Teixeira Leite a pesquisar cromita e associados no município de Pium-í Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.725 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1952.

CROMITA

Autoriza a empresa de mineração Pereira & Cia. a lavrar cromita no município de Piracanjuba, Estado de Goiás.

Decreto n. 31.039 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

CULTURA DA SERINGUEIRA

Estabelece critério para a distribuição de quotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de artefatos de borracha.

Decreto n. 30.694 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

CURSOS

Ver: *Escolas e Faculdades.*

D**DACTILOSCOPISTA**

Extingue cargos excedentes.
(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 30.896 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

DACTILOSCOPISTA-AUXILIAR

Suprime cargos provisórios.
(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 30.897 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Lei n. 1.599-A — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

DENTISTA

Extingue cargo excedente.
(M.Aer. — Q.P.).

Decreto n. 30.963 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

Decreto n. 30.618 — de 10 de março de 1952.

Retificado no D. O. de 22 de abril de 1952.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para atender às despesas com serviços e encargos do Departamento dos Correios e Telégrafos em 1951.

Lei n. 1.603 — de 16 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Lei n. 1.613 — de 29 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de junho de 1952.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

— *Regulamenta os cursos da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 30.739 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

— *Altera a redação do art. 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os terrenos necessários à construção da ferrovia Campina Grande-Patos.

Decreto n. 30.932 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos necessários à construção do açude público "Pataxo", no município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 30.779 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n.º 21 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública imóveis situados na Ilha do Governador.

Decreto n. 30.731 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, duas áreas imprescindíveis à construção de obras complementares ao sistema de Oleoduto Santos-São Paulo.*

Decreto n. 30.778 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos necessários à construção do açude público "Pataxo", no município de Angicos, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 30.779 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1952.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terras situadas nos municípios de Leopoldina, Cataguases e São João Nepomuceno, no Estado de Minas Gerais e autoriza a Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina a promover as desapropriações necessárias.*

Decreto n. 30.781 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária à construção ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.794 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à realização do aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guacu, na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Paulista de Eletricidade a promover as desapropriações.*

Decreto n. 30.796 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no pátio da estação de Nova Era, para construção de um triângulo de reversão.*

Decreto n. 30.833 — de 10 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Recife, Pernambuco.*

Decreto n. 30.838 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de um imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.876 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.877 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.878 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que menciona necessários às instalações da Base Aérea de Parnamirim, em Natal, Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 30.905 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, o imóvel situado à Avenida Doutor Getúlio Vargas n. 53, na cidade de Neópolis, no Estado de Sergipe.*

Decreto n. 30.907 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os terrenos necessários à construção da ferrovia Campina Grande-Patos.*

Decreto n. 30.932 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, a Ilha dos Ferreiros, necessária ao prolongamento do cais acostável.*

Decreto n. 30.933 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que menciona, necessários às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.956 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

— *Revoga o Decreto n. 28.153, de 26 de maio de 1950, que declarou de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, um terreno situado no Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.986 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços.*

Decreto n. 31.060 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

DESERÇÃO

Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.

Decreto n. 30.959 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

DESINCORPORAÇÃO DE BENS

Desincorpora do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S. A., e dá outras providências.

Decreto n. 30.836 — de 12 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Braz Barroso a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.864 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Andrade a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.866 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

DIÁRIAS

Altera o Decreto n. 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n. 30.772 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1952.

DIAS, IRMÃO & COMPANHIA

Concede à sociedade "Dias & Irmão" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova razão social de "Dias, Irmão & Companhia."

Decreto n. 30.855 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de maio de 1952.

DIRETOR GERAL DO ENSINO

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

DIRETOR GERAL DO MATERIAL

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES DO EXÉRCITO

Decreto-legislativo n. 24 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— Decreto-legislativo n. 28 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

DISTRIBUIÇÃO DE COTAS DE BORRACHA

Ver: Borracha.

DIVERSÕES PÚBLICAS

Altera a redação do art. 93 do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

DIVISÃO DE AGUAS

Decreto-legislativo n. 23 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

DIVISÃO DE CAÇA E PESCA

Decreto-legislativo n. 22 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

DIVISÃO DO IMPÓSTO DE RENDA

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

DOAÇÕES

Autoriza a doação de imóveis à Paróquia de N. S. da Soledade, em Recife, Estado de Pernambuco.

Lei n. 1.625 — de 17 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de junho de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 30.742 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.756 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município e cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Decreto n. 30.766 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de abril de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 31.032 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1952.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Juvenal Felicíssimo a lavrar dolomita e calcário no município de Santana do Parnaíba, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.870 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

E**ECONOMISTA**

Extingue cargos excedentes.
(M.T.I.C. — Q.P.).

Decreto n. 30.896 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

ELETRO QUÍMICA BRASILEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza Eletro Química Brasileira S. A. a pesquisar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.868 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 25 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A.

Autoriza a Empresa de Eletricidade de Vale Paranapanema S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 33.780 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

EMPRESA FORÇA E LUZ SÃO JOSÉ

Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n. 30.585 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

EMPRESA MINERAÇÃO MANUEL NUNES LTDA.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 30.151, de 8 de novembro de 1951.

Decreto n. 30.746 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

EMPRESA REAL S.A. TRANSPORTES AÉREOS

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação radiotelegráfica e de radiofarol na cidade de Cambu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.735 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

EMPRESA SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL LIMITADA

Outorga concessão à Empresa Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Limitada para instalar uma estação radiofarol na cidade de Porecatu, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.934 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1952.

EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇO PÚBLICO

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Lei n. 1.599-A — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

EMPRESAS DE TRANSPORTES AERÓVIAS BRASIL S.A.

Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor de 400 watts na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.734 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

EMPRESAS PRODUTORAS DE ARTIFATOS DE BORRACHA

Estabelece critério para a distribuição de quotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de artefatos de borracha.

Decreto n. 30.694 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

EMPRÉSTIMOS E ARRENDAMENTOS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I do Ajuste da Liquidação do Lend Lease".

Lei n. 1.596 — de 30 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de maio de 1952.

ENERGIA ATÔMICA

Ver: Funções de caráter ou interesse militar.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoeletrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.610 — de 27 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de maio de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Camboriú concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 30.222 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 24 de abril de 1952.

— *Outorga a Maximiano Nunes da Rosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no curso d'água denominado Pouso Alegre, distrito de Durandê, Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.300 — de 20 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— *Dá nova redação ao § 1.º do artigo 7.º do Decreto n. 29.428, de 3 de abril de 1951, que outorgou concessão a Heráclito de Paula Martins para o aproveitamento de energia hidráulica do rio Cabeludo, Município de Matipó, Estado de Minas.*

Decreto n. 30.348 — de 28 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de maio de 1952.

— *Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhas, Estado do Paraná.*

Decreto n. 30.472 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a instalar dois grupos termoeletricos na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 29.560 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz São José a ampliar suas instalações hidroeletricas.*

Decreto n. 30.585 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações e dá outras providências.*

Decreto n. 30.597 — de 23 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1952.

Reproduzido no D. O. de 9 de junho de 1952.

— *Outorga a Svizzera & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Seca, existente no ribeirão Barra Seca, distrito de Guaianás, município de Pederneira, Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 30.602 — de 1 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão e dá outras providências.*

Decreto n. 30.667 — de 24 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

— *Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir um ramal de transmissão entre a usina térmica flutuante, "Piraquê", a ser ancorada no rio Casqueiro, e a linha tronco Cubatão-Vila Matias, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.736 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.895, de 22 de novembro de 1950.*

Decreto n. 30.745 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— *Retifica a ementa e o art. 1.º do Decreto n. 28.051, de 25 de abril de 1950.*

Decreto n. 30.775 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1952.

— *Autoriza a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 30.780 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de junho de 1952.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à realização do aproveitamento da energia hidráulica existente no curso d'água denominado Jacaré Guacu, na divisa dos municípios de São Carlos e Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Paulista de Eletricidade a promover as desapropriações.*

Decreto n. 30.796 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Rio Branco a instalar uma usina elétrica no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, para uso exclusivo.*

Decreto n. 30.797 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

— *Autoriza a Companhia Hidro-Elétrica Paranapanema a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 30.813 — de 5 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Atribui à Comissão do Vale do São Francisco a incumbência de promover o aproveitamento progressivo de várias cachoeiras e trechos de curso d'água no Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.904 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

— *Autoriza a Cia. Industrial Paraense S. A. a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 30.911 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Energia Elétrica, sociedade anônima, a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto n. 30.936 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de junho de 1952.

— *Outorga a Mendo Sampaio & Companhia Ltda. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Cajueiro, existente no rio de igual nome, Município de Lagoa dos Gatos, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.937 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 30.961 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de junho de 1952.

ENFERMEIRO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.)

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

ENGENHOS MILITARES

Ver: *Funções de caráter ou interesse militar.*

ESCOLAS

Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica.

Lei n. 1.601 — de 12 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

— *Concede reconhecimento à Escola Industrial Antártica.*

Decreto n. 30.566 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n. 30.698 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 30 de abril de 1952.

— *Regulamenta os cursos da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.*

Decreto n. 30.739 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.756 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— *Altera denominação de curso.*

Decreto n. 30.818 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

— *Autoriza o funcionamento do curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Bahia.*

Decreto n. 30.914 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

ESCOLAS

— *Cria o Estandarte-Distintivo para a Escola de Sargentos das Armas.*

Decreto n. 30.931 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Concede reconhecimento à Escola Técnica de Agrimensura de Araraquara.*

Decreto n. 30.941 — de 8 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

— *Dispõe sobre as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.943 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de junho de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.*

Decreto n. 30.976 — de 10 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de junho de 1952.

ESCREVENTES

Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito.

Lei n. 1.618-C — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1952.

ESCRITURÁRIO

Suprime cargos extintos.

(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n. 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

ESTABELECIMENTOS — Militares de Ensino e Cíveis Produtores de Material de Interesse Militar:

Ver: *Funções de caráter ou interesse militar.*

ESTAÇÕES DE RÁDIO

Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor de 400 watts na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.734 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

ESTADO DE ALAGOAS

Considera monumentos nacionais os edificios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Porto Calvo, no Estado de Alagoas.

Lei n. 1.618-A — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1952.

ESTADO DA BAHIA

Autoriza o funcionamento do curso de veterinária da Escola de Medicina Veterinária da Bahia.

Decreto n. 30.914 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a pesquisar calcário e associados no município de Cachoeiro do Itapemirim Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 30.841 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

ESTADO DE GOIÁS

Ratifica decreto do Estado de Goiás sobre exploração do serviço de loteria.

Decreto n. 30.788 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos destinados ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 30.742 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoeletrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.610 — de 27 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de maio de 1952.

— Autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a instalar dois grupos termoeletricos na cidade de Torres, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 29.560 — de 15 de maio de 1951.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

ESTADO DE SÃO PAULO

Considera monumentos nacionais os edificios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Porto Calvo, no Estado de Alagoas.

Lei n. 1.618-A — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1952.

— Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.837 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

ESTANDARTES-DISTINTIVOS

Cria o "Estandarte-Distintivo" para o Batalhão Mauá.

Decreto n. 30.930 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Cria o Estandarte-Distintivo para a Escola de Sargentos das Armas.*

Decreto n. 30.931 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

ESTATÍSTICO

Suprime cargos extintos.
(M.Aer. — Q.S.).

Decreto n. 30.966 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

ESTATUTOS

Ver o nome da empresa.

ESTATUTOS DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ

Ver: Universidades.

ESTEATITA

Autoriza a Mitra Arquidiocesana de Mariana a pesquisar esteatita, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.867 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno situada no pátio da estação de Nova Era, para construção de um triângulo de reversão.

Decreto n. 30.833 — de 10 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de maio de 1952.

ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA

Aprova projeto e orçamento para reforço da ponte metálica sobre o rio Livramento, na Estrada de Ferro de Bragança.

Decreto n. 30.777 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1952.

ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS

Concede pensão especial de Cr\$ 242,00 a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista-auxiliar da Estrada de Ferro de Goiás, Claudomiro Luis dos Santos, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço.

Lei n. 1.605 — de 16 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de maio de 1952.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, duas áreas imprescindíveis à construção de obras complementares ao sistema do Oleoduto Santos-São Paulo.

Decreto n. 30.778 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de abril de 1952.

ESTRANGEIROS — Aforamento de Terreno de Marinha

Ver: Terrenos de Marinha.

ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

EXÉRCITO

Estende os dispositivos da Lei número 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

EXÉRCITO

— *Altera o Decreto-lei n. 4.271, de 17 de abril de 1942.*

Lei n. 1.620 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

— *Fixa o número de oficiais-generais do Exército em tempo de paz.*

Lei n. 1.632 — de 30 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de julho de 1952.

Retificada no D. O. de 2 de julho de 1952.

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.*

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

— *Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.809 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— *Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.810 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— *Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n. 28.966, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 30.817 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

EXÉRCITO

— *Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar previstas no art. 56 e de Serviço Industrial a que se refere os artigos 64 e 66, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

— *Cria o Estandarte-Distintivo para o Batalhão Mauá.*

Decreto n. 30.930 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Cria o Estandarte-Distintivo para a Escola de Sargentos das Armas.*

Decreto n. 30.931 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

— *Reduz para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia.*

Decreto n. 31.012 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

EXIBIÇÕES DE FILMES NACIONAIS

Ver: Filmes Nacionais.

EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU

Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados, os benefícios do Decreto-lei n. 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu.

Lei n. 1.626 — de 17 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de junho de 1952.

EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE LOTERIA

Ver: Loterias.

EXPLOSIVOS

Ver: Funções de Caráter ou Interesse Militar.

EXPOSIÇÃO NACIONAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS (XIX)

Aprova o Regulamento para a XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na Capital do Estado do Rio Grande do Sul, no corrente ano.

Decreto n. 30.774 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1952.

EXTRANUMERÁRIOS

Altera o Decreto n. 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n. 30.772 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1952.

F

FACULDADES

Concede autorização para funcionamento do curso de letras neolatinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.

Decreto n. 30.697 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— Concede autorização para funcionamento do curso médico da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

Decreto n. 30.819 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

— Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n. 30.891 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

FACULDADES

— Concede reconhecimento ao curso de ciências econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora.

Decreto n. 30.908 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1952.

— Concede autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia, Geografia e História e Letras Neolatinas da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

Decreto n. 30.909 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1952.

— Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.

Decreto n. 30.913 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1952.

— Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-mensalista da Universidade de Recife, e dá outras providências.

Decreto n. 30.928 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— Cria funções na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista da Universidade da Bahia.

Decreto n. 30.929 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

— Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Mineira de Direito de Belo Horizonte.

Decreto n. 30.975 — de 10 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender às despesas com a manutenção da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

Decreto n. 31.014 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

FARMACÊUTICO

Suprime cargos extintos.
(M.T.I.C. — Q.S.).

Decreto n. 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.921 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

FERRO

Autoriza Mineração Lobato Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 30.851 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo de Miranad Lobato a pesquisar minérios de manganês ferro e associados no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 31.029 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 31.034 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

FERROVIAS

Aprova projeto e orçamento para a construção do segundo trecho da ligação ferroviária D. Silvério — São Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.793 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

FERROVIAS

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária a construção ferroviária D. Silvério — São Domingos do Prata — Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.794 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os terrenos necessários à construção da ferrovia Campina Grande — Patos.

Decreto n. 30.932 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de junho de 1952.

FILMES NACIONAIS

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 30.179, de 19 de novembro de 1951.

Decreto n. 30.700 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

FISCAIS DO TRABALHO

Restabelece a Delegacia do Trabalho do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

FOGUISTA MARITIMO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

FORÇA E LUZ DE URUAÇU, S.A

Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.895 de 22 de novembro de 1950.

Decreto n. 30.745 — de 14 de abril de 1950.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

FORÇAS ARMADAS

Altera o art. 50 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

FOTÓGRAFOS

Suprime cargos extintos.

(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

FRANQUIA POSTAL E TELEGRÁFICA

Institui a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico.

Decreto n. 30.763 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Altera o Decreto n. 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n. 30.772 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de abril de 1952.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

FUNDAÇÃO ANTÔNIO E HELENA ZERRENER

Concede reconhecimento à Escola Industrial Antártica.

Decreto n. 30.566 — de 20 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

FUNDAÇÃO RÁDIO MAUÁ

Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para estabelecer uma estação de radiotelevisão nesta Capital.

Decreto n. 30.815 — de 5 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1952.

FUNDO DE RESERVA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 412.076,62, para o fim de atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor do Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

Lei n. 1.611 — de 27 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de maio de 1952.

Reproduzida no D. O. de 7 de junho de 1952.

FUNDO ESPECIAL DE JUROS, AMORTIZAÇÕES E RESGATE DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

FUNDO DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fica a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.623 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

G

GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 30.839 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

GENERAIS DA ATIVA

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

GIPSITA

Declara sem efeito o Decreto número 27.005, de 3 de agosto de 1949.

Decreto n. 30.860 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Renova o Decreto n. 26.310, de 3 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 30.861 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

GRÁFICO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

GRAFITE

Autoriza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar grafite e associados, no município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.801 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

GRATIFICAÇÃO DE GUARNIÇÃO ESPECIAL

Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no artigo 122 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n. 30.809 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— *Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional nas categorias previstas nos artigos 122 e 123 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.810 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

GRATIFICAÇÃO DE SERVIÇO INDUSTRIAL

Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço Industrial a que se refere os artigos 64 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

GRATIFICAÇÃO DE TÉCNICO MILITAR

Especifica novos cargos em organizações militares que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 58 e de Serviço Industrial a que se refere os artigos 84 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

GRATIFICAÇÕES — Abertura de Crédito

Ver: *Crédito Especial.*

H**H. DANTAS & FILHO**

Concede à Sociedade "H. Dantas & Filho" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem sob a nova denominação e forma social de "H. Dantas, Comércio, Navegação e Indústrias Limitada".

Decreto n. 30.789 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

HABILITAÇÃO DE PENSÕES VITALÍCIAS

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências.

Decreto n. 30.900 — de 24 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de maio, 2 e 3 de junho de 1952.

HERMINIO TISSIANI & COMPANHIA LIMITADA

Decreto-legislativo n. 27 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

HIDRARGILITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco da Rêgo Falcão a pesquisar hidrargilita e associados, no município de Redenção, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.035 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

HIGROSCOPICIDADE

Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas.

Lei n. 1.622 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de junho de 1952.

HOSPITAL OSVALDO CRUZ

Decreto-legislativo n. 25 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

I**ILMENITA**

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.033 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Promulga o Acôrdio de Imigração e Colonização entre o Brasil e os Países Baixos, firmado no Rio de Janeiro a 15 de dezembro de 1950.

Decreto n. 30.692 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de abril de 1952.

IMPERIAL IRMANDADE N.S. DA GLÓRIA DO OUTEIRO

Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

Lei n. 1.615 — de 30 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 5 de junho de 1952.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.587 — de 31 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 3 de abril de 1952.

— *Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.*

Lei n. 1.615 — de 30 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1952.

— *Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos.*

Lei n. 1.618-B — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1952.

— *Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.622-B — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1952.

— *Estabelece critério para a distribuição de quotas de borracha nacional ou importada às empresas produtoras de artefatos de borracha.*

Decreto n. 30.694 — de 31 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

IMPOSTO DE RENDA

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n. 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de junho de 1952.

— *Regulamenta dispositivos da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951.*

Decreto n. 30.812 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

INDUNIDAS BRASIL S.A. COMERCIAL INDUSTRIAL

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, áreas de terreno, necessárias aos seus serviços.

Decreto n. 31.060 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

INDÚSTRIA COMÉRCIO E CULTURA DE MADEIRAS SGUÁRIO S.A.

Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Sguário S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios da Araçoranga e Congonhinhas, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.472 — de 29 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LIMITADA — ICAL

Concede permissão à Indústria de Calcinação Ltda. — ICAL — para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 31.052 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

**INDÚSTRIA DE MÁRMORES ITAL-
VA LIMITADA**

Autoriza a Indústria de Mármore Italva Limitada a pesquisar mármore, no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.849 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

**INDÚSTRIA DE ÓLEOS VEGETAIS
SECATIVOS**

Concede permissão à indústria de óleos vegetais secativos para o trabalho aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 31.015 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

**INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉ-
TRICO**

Institui a Comissão Executiva da Indústria do Material Elétrico.

Decreto n. 30.763 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de abril de 1952.

**INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE
ARTIGOS REFRATÁRIOS S.A.
— IBAR**

Autoriza a Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar bauxita e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.024 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

INSPETOR DE ALUNOS

*Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.).*

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

INSPETOR DE ALUNOS

*— Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.).*

Decreto n. 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

**INSPETOR DE INDÚSTRIA E CO-
MÉRCIO**

*Extingue cargos excedentes.
(M.T.I.C. — Q.P.).*

Decreto n. 30.886 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

**INSPETOR GERAL DO ESTADO
MAIOR DA AERONAUTICA**

Dá nova redação ao art. 3.º e seu § 1.º da Lei n. 1.185, de 31 de agosto de 1950.

Lei n. 1.607 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

**INSPETORES INTERINOS DO TRA-
BALHO**

Restabelece a Delegacia do Trabalho do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

**INSTITUTO NACIONAL DE CINE-
MA EDUCATIVO**

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 12.000,00, para atender às despesas com o pagamento das contribuições referentes a 1948, 1949 e 1950, devidas pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo à Associação Internacional de Cinema Científico, como membro da referida Associação.

Decreto n. 30.791 — de 29 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 280.800,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 30.730 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

INSTITUTOS CIENTÍFICOS

Ver: Funções de caráter ou interesse militar.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Lei n. 1.599-A — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

INSTITUTO JOAQUIM NABUÇO

Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Recife, Pernambuco.

Decreto n. 30.838 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de maio de 1952.

INTERSTÍCIO

Reduz para 30 meses o interstício para a promoção a Capitão.

Decreto n. 30.762 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— Reduz para um (1) ano o interstício para a promoção a Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

Decreto n. 30.922 — de 29 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

INTERSTÍCIO

— Reduz para (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia.

Decreto n. 31.012 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Dá nova redação à parte "in fine" do artigo 4.º do Decreto n. 30.134, de 5 de novembro de 1951.

Decreto n. 30.785 — de 25 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de abril de 1952.

INSUBMISSÃO

Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.

Decreto n. 30.959 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

INVESTIMENTOS

Promulga o Acórdão sobre Investimentos entre o Brasil e a Itália, concluído por troca de notas, assinadas no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.

Decreto n. 30.823 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

IRMÃOS IOCHPE S.A. INDÚSTRIA E EXPORTAÇÃO

Decreto-legislativo n. 26 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

ISENÇÕES

Concede isenção de impostos e taxas, exceto a de Previdência Social, a dois volumes contendo paramentos sacerdotais, adquiridos na França, e destinados à Imperial Irmandade de N. S. da Glória do Outeiro, desta Capital.

Lei n. 1.615 — de 30 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de junho de 1952.

ISENÇÕES

— *Concede isenção de tributos a materiais e imagens importados para templos religiosos.*

Lei n. 1.618-B — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de junho de 1952.

— *Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas.*

Lei n. 1.622-B — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de junho de 1952.

ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI RADIOTELEGRAFICI E RADIOELETRICI SOCIETÀ PER AZIONI

Concede à "Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici Società per Azioni" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.984 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de junho de 1952.

J

JUSTIÇA DO TRABALHO — Abertura de crédito

Ver: *Crédito especial.*

JUSTIÇA ELEITORAL

Abertura de crédito — Ver: *Crédito especial.*

JUSTIÇA ELEITORAL

Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.

Decreto n. 30.959 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

JUTA E FIBRAS SIMILARES

Assegura preços mínimos à produção de juta e fibras similares da Bacia Amazônica da safra de 1951-52.

Decreto n. 30.958 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

L

LABORATÓRIOS PIFZER, S.A.

Concede à "Laboratórios Pfizer, S. A." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.954 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de junho de 1952.

LEGAÇÕES

Cria uma Legação junto ao Governo da República da Islândia.

Decreto n. 30.741 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

LEI DE PROMOÇÕES DOS OFICIAIS DO EXÉRCITO

Reduz para 30 meses o interstício para a promoção a Capitão.

Decreto n. 30.762 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

LEIS PENAS MILITARES E FORMULÁRIOS

Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.

Decreto n. 30.959 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

"LEND LEASE"

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do 'Lend Lease'".

Lei n. 1.596 — de 30 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de maio de 1952.

LEUCITA

Autoriza a cidadã brasileira Leopoldina Gomes Barroso, de Oliveira a pesquisar leucita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.715 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

LOTAÇÃO NUMÉRICA

Ver o nome do Ministério a que pertence.

LOTÉRIAS

Ratifica decreto do Estado de Goiás sobre exploração do serviço de loteria.

Decreto n. 30.788 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de abril de 1952.

M

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Aquino Lordy a pesquisar minério de manganês no município de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.718 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

Decreto n. 30.749 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

Decreto n. 30.751 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará.

Decreto n. 30.752 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

Autoriza Mineração Lobato Limitada a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 30.851 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro José de Souza Fortes a pesquisar minério de manganês, no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.865 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

Autoriza Eletro Química Brasileira S. A. a pesquisar minério de manganês no município de Conceição do Mato Dentro, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.868 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.888 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Jaguarari, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.889 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MANGANÊS

— *Renova o Decreto n. 28.109, de 11 de maio de 1950.*

Decreto n. 31.003 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 31.029 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel de Miranda Lobato a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.*

Decreto n. 31.034 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

MANGANÊS GRAFITOSO

Autoriza a Companhia Brasileira de Mineração de Grafite a lavar minério de manganês grafitoso no município de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 30.800 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

MAQUINISTA MARÍTIMO

*Suprime cargos extintos.
(M.T.I.C. — Q.S.).*

Decreto n. 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MARINHA

Estende os dispositivos da Lei número 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

Lei n. 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

MARINHA

— *Aprova os valores da etapa das Forças Armadas para 1952.*

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 29 de abril de 1952.

— *Classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 122, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.809 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de maio de 1952.

— *Determina e novamente classifica as localidades do Território Nacional, nas categorias previstas nos artigos 122 e 123, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.810 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de maio de 1952.

— *Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto n. 28.966, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 30.817 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

— *Especifica novos cargos em organizações que dão direito às Gratificações de Técnico Militar previstas no art. 55 e de Serviço de Industrial a que se refere os artigos 61 e 66, do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de maio de 1952.

MARINHEIRO

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.*

Decreto n. 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

MARINHEIRO

— *Suprime cargos extintos.*
(M.G. — Q.S.).

Decreto n. 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de abril de 1952.

MÁRMORES

Autoriza a firma Andréa Salvini & Cia. Ltda. a pesquisar mármore e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.805 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— *Autoriza a Indústria de Mármore Itava Limitada a pesquisar mármore, no município de Cambuci, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 30.849 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Carlos de Oliveira a pesquisar calcário e mármore no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 30.872 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a lavar mármore e calcário, no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.915 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— *Autoriza a Sociedade Anônima Mármore Brasileiros "Sambra" a pesquisar mármore, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 30.920 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

MEDICO PUERICULTOR

Suprime cargos provisorios.
(M.E.S. — Q.P.).

Decreto n. 30.995 — de 17 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de junho de 1952.

MÉDICOS INTERINOS DO TRABALHO

Restabelece a Delegacia do Trabalho do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei n. 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de maio de 1952.

MENDO SAMPAIO & COMPANHIA LIMITADA

Outorga a Mendo Sampaio & Companhia Ltda. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Cajueira, existente no rio de igual nome, Município de Lagoa dos Gatos, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 30.937 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

MERCADOS REGIONAIS

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

Decreto n. 30.875 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

MESA DE RENDAS DE MACAPÁ

Aprova e manda executar o Regulamento da Mesa de Rendas de Macapá, no Território Federal do Amapá.

Decreto n. 30.857 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

MICA

Declara caduco o Decreto número 12.061, de 24 de março de 1948.

Decreto n. 30.704 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Batista Coelho a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.726 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de abril de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Furtado Portugal a pesquisar mica, caulim e associados no município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.799 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Celestino Nepomuceno da Silva a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.842 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alirio Veloso de Almeida a pesquisar mica e associados no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.843 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Gabriel Nunes Coelho a lavar mica no município de Santa Maria de Suassui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.844 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Inácio Raminho a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.887 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Franco a pesquisar mica, caulim, feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.921 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de maio de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lindolfo Gomes de Almeida a pesquisar mica, no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.999 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Otomar Peixoto a pesquisar mica e associados no município de Abre Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.000 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lindor Avelino de Barros a pesquisar mica e associados no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.001 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

MICROFILME TÉCNICA LIMITADA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.200,00, para atender ao pagamento de despesas decorrentes de fornecimento e instalação de equipamento do laboratório para microfilmagem, pela firma Microfilme Técnica Limitada.

Lei n. 1.597 — de 2 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de maio de 1952.

MIGRAÇÃO

Promulga o Acôrdo de Migração entre o Brasil e a Itália, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1950.

Decreto n. 30.824 — de 7 de maio de 1952.

Publicação no D. O. de 16 de maio de 1952.

MILITARES

Fixa o número de oficiais gerais do Exército em tempo de paz.

Lei n. 1.632 — de 30 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de julho de 1952.

Retificada no D. O. de 2 de julho de 1952.

— *Dá nova redação ao art. 3.º do Decreto n. 28.966, de 13 de dezembro de 1950.*

Decreto n. 30.817 — de 6 de maio de 1952.

Publicação no D. O. de 9 de maio de 1952.

— *Especifica novos cargos em organizações que dão direito às Gratificações de Técnico Militar prevista no art. 56 e de Serviço Industrial a que se refere os artigos 64 e 66 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.*

Decreto n. 30.825 — de 7 de maio de 1952.

Publicação no D. O. de 10 de maio de 1952.

— *Manda adotar formulários para processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção.*

Decreto n. 30.959 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de junho de 1952.

— *Reduz para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia.*

Decreto n. 31.012 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

MINERAÇÃO ATLÂNTICA LIMITADA

Autoriza a Mineração Atlântica Limitada a pesquisar areia quartzosa e associados no município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Decreto n. 30.890 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MINERAÇÃO BAIANA LIMITADA

Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados no município de Miguel Calmon, Estado da Bahia.

Decreto n. 30.888 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Autoriza a Mineração Baiana Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Jaguarari, Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.839 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MINERAÇÃO LOBATO LTDA.

Autoriza Mineração Lobato Ltda. a pesquisar minérios de manganês, ferro e associados, no município de Borba, Estado do Amazonas.

Decreto n. 30.851 — de 14 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

MINERAÇÃO MANUEL NUNES LIMITADA

Autoriza a Mineração Manuel Nunes Limitada a lavrar caulim no município da Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.040 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de junho de 1952.

MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LIMITADA

Concede à Mineração Santo Antônio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.672 — de 27 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

MINERAÇÃO TALCOMAR LIMITADA

Retifica o Decreto n. 30.327, de 21 de dezembro de 1951.

Decreto n. 30.709 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de abril de 1952.

MINERAÇÃO TORELLY, IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.

Concede à Mineração Torelly, Importadora e Exportadora Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.004 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de junho de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n. 22 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— Decreto-legislativo n. 23 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— Decreto-legislativo n. 27 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

— *Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.*

Decreto n. 30.618 — de 10 de março de 1952.

Retificado no D. O. de 22 de abril de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 30.754 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 30.755 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.011 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de junho de 1952.

— *Homologa a compra de propriedade agrícola sita à margem do rio Salitre, município de Joazeiro, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 31.019 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.049 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

— *Outorga concessão ao Ministério da Agricultura para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.*

Decreto n. 31.059 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: *Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Cria função na Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 30.880 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que mencionam necessários às instalações da Base Aérea de Parnamirim, em Natal, Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 30.905 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de maio de 1952.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 30.910 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos que mencionam, necessários, às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 30.956 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de junho de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n. 25 — de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.701 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de abril de 1952.

— *Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde, para estabelecer, nesta Capital, uma estação de radiotelevisão.*

Decreto n. 30.814 — de 5 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de maio de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.826 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.854 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de maio de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.891 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 30.913 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de maio de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.041 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de junho de 1952.

— *Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.*

Decreto n. 31.058 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de julho de 1952.

— *Abertura de crédito. — Ver :— Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Revoga o art. 4.º do Decreto número 29.134, de 15 de janeiro de 1951.

Decreto n. 30.628 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

— *Revoga o Decreto n. 23.153, de 26 de maio de 1950, que declarou de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, um terreno situado no Estado da Bahia.*

Decreto n. 30.986 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de junho de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: *Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Decreto-legislativo n. 28 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de abril de 1952.

— *Altera o art. 59 do Decreto-lei n. 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.*

Lei n. 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de três terrenos destinados ao Ministério da Guerra.*

Decreto n. 30.742 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de abril de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.876 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.877 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários a serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 30.878 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de maio de 1952.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 31.032 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de junho de 1952.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Cria função na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n.º 31.010 — de 19 de junho de 1952

Publicado no D.O. de 21 de junho de 1952.

Abertura de crédito — Ver: *Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública imóveis situados na Ilha do Governador.

Decreto n.º 30.731 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952.

Restabelece funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha.

Decreto n. 30.906 — de 23 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 23 de maio de 1952.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável, o imóvel situado à Avenida Dr. Getúlio Vargas n.º 53 na cidade de Neópolis, no Estado de Sergipe.

Decreto n.º 30.907 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de maio de 1952.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Promulga o Ajuste Comercial entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, firmado em Bonn, a 17 de agosto de 1950.

Decreto n.º 30.977 — de 11 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de junho de 1952.

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D.O. de 13 de maio de 1952.

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n.º 30.759 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n.º 31.043 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de junho de 1952.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Altera o art. 7.º, da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei número 216, de 9 de janeiro de 1948.

Lei n.º 1.616 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de junho de 1952.

Retificada no D.O. de 19 de junho de 1952.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO — Abertura de Crédito

Ver: Crédito Especial.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE MARIANA

Autoriza a Mitra Arquidiocesana de Mariana a pesquisar esteafita, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.867 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 19 de maio de 1952.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO

Autoriza a Mitra Arquidiocesana de São Paulo a pesquisar calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.717 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1952.

MOLIBDÊNIO

Autoriza o cidadão brasileiro José Raimundo de Melo a pesquisar minério de molibdênio e associados no município de Itapeverica, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.869 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de maio de 1952.

MONAZITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar monazita ilmenita, zirconita e associados, no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 31.033 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

MONTEPIO MILITAR

Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F.A.B. a inscrição como contribuinte do Montepio Militar.

Lei n.º 1.627 — de 18 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 21 de junho de 1952.

MONUMENTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 100.000.00, destinado à ereção de monumento a Amaro Cavalcanti e à publicação de trabalho comemorativo do centenário de seu nascimento.

Lei n.º 1.595 — de 29 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 2 de maio de 1952.

MONUMENTOS NACIONAIS

Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo e Porto Calvo, no Estado de Alagoas.

Lei n.º 1.618-A — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 13 de junho de 1952.

MONUMENTOS

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$. 1.100.000,00 para atender às despesas com o monumento a ser oferecido a cidade "Brasil", nos Estados Unidos da América.

Decreto n.º 30.744 — de 9 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952.

MOTORISTA

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

MOTORISTAS PROFISSIONAIS

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais, empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Lei n.º 1.599-A — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de maio de 1952.

MÓVIMENTOS MULTITUDINÁRIOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para socorro às vítimas de incêndios ocorridos, em 1951, na zona suburbana da cidade de São Luiz, Estado do Maranhão.

Lei n.º 1.590 — de 8 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de abril de 1952.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n.º 30.839 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de maio de 1952.

N

N.S. LINO & CIA. LTDA.

Decreto-Legislativo n.º 21 — de 1952

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

NICOLAU DA COSTA & COMPANHIA LIMITADA

Concede à sociedade comercial "Nicolau da Costa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.683 — de 28 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 12 de abril de 1952.

O

OBRIGAÇÕES DO REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º, da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n.º 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 20 de junho de 1952.

OCRE

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais

Decreto n.º 30.535 — de 14 de fevereiro de 1952.

Publicado no D.O. de 13 de junho de 1952

Autoriza o cidadão brasileiro José Schaeffer a pesquisar ocre e associados no município de Mariana, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.716 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1953.

Torna sem efeito o Decreto número 29.511, de 30 de abril de 1951.

Decreto n.º 31.006 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de junho de 1952.

OFICIAIS DA ARMADA

Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n.º 30.696 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 3 de abril de 1952.

Suspende exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n.º 30.792 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

OFICIAIS DA RESERVA

Altera o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942.

Lei n.º 1.620 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 11 de junho de 1952.

Assegura aos oficiais da reserva de 2.ª classe da Aeronáutica aproveitados no serviço ativo da F. A. B. a inscrição como contribuinte do Montepio Militar.

Lei n.º 1.627 — de 18 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 21 de junho de 1952.

OFICIAIS DO EXÉRCITO

Reduz para 30 meses o interstício para a promoção a Capitão.

Decreto n.º 30.762 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de abril de 1952.

OFICIAIS GERAIS

Fixa o número de oficiais gerais do Exército em tempo de paz.

Lei n.º 1.632 — de 30 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 1 de julho de 1952.

Retificada no D.O. de 2 de julho de 1952.

OFICIAIS REFORMADOS POR INCAPACIDADE FÍSICA

Estende os dispositivos da Lei n.º 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 24 de maio de 1952.

OFICIAL ADJUNTO

Altera o art. 59 do Decreto-lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n.º 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 24 de maio de 1952.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Suprime cargos provisórios.
(M.Aer. — Q.P.)

Decreto n.º 30.962 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1952.

OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

Suprime cargo extinto.
(M.Aer. — Q.S.)

Decreto n.º 30.964 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1952.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados no município de Jacobina — Estado da Bahia.

Decreto n.º 30.883 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D.O. 24 de maio de 1952.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Aurino Gomes da Silva a pesquisar minério de ouro e associados no município de Jacobina, Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.028 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

P**PACHA & COMPANHIA LIMITADA**

Concede à sociedade comercial "Pacha & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.782 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de maio de 1952.

PATRÃO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

PATRÃO

Suprime cargos extintos.
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Suprime cargos extintos.
(M.T.I.C. — Q.S.)

Decreto n.º 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

PEARL ASSURANCE CO. LTD.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "Pearl Assurance Co. Ltda."

Decreto n.º 31.018 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de junho de 1952.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Nicenor Quaresma Vilela a pesquisar pedras coradas e associados no município de Joama, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.714 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Moreira de Almeida a pesquisar pedras coradas e associados no município de Joama, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.724 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 7 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Policarpo Dias Corrêa a pesquisar pedras coradas e minério de berilo no município de Salinas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.918 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 31 de maio de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Josephino Ottoni Alves a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.634 — de 13 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

Autoriza Elvecino Barros Cabral a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.723 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952.

Revoga o Decreto n.º 17.413, de 22 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 30.783 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 26 de abril de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Antônio Maia do Amaral a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.784 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.

Autoriza Mojzesz Zimetbaum a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.858 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 20 de maio de 1952.

Autoriza Salustiano José de Santana a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.859 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de maio de 1952.

Revoga o Decreto n.º 28.879, de 12 de julho de 1949.

Decreto n.º 30.893 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

Revoga o Decreto n.º 16.737, de 5 de outubro de 1944

Decreto n.º 30.923 — de 30 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 2 de junho de 1952.

Autoriza Arnaldo Figueiredo Chagas a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.924 — de 30 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de junho de 1952.

Reproduzido no D.O. de 10 de junho de 1952.

Autoriza Cérico Vieira da Silva a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 30.925 — de 30 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de junho de 1952.

PENSÕES

Concede pensão especial de Cr\$.. 1.100,00 mensais a D. Avelina de Almeida Campos, ex-agente postal de Planaltina.

Lei n. 1.592 — de 23 de abril de 1952.

Publicada no D.O. de 26 de abril de 1952.

Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

Lei n.º 1.593 — de 23 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de abril de 1952.

Concede pensão especial de Cr\$.. 425,00 a Mônica Isabel de Alcântara, viúva de Manoel Batista de Alcântara, ex-foguista da Viação Férrea Federal Leste Brasileira.

Lei n.º 1.594 — de 29 de abril de 1952.

Publicada no D.O. de 2 de maio de 1952.

Concede a pensão especial de Cr\$.. 300,00 mensais, a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, falecido em consequência de acidente no Trabalho.

Lei n.º 1.600 — de 12 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 15 de maio de 1952.

Concede pensão especial de Cr\$.. 242,00 a Francisca dos Santos, viúva do ex-maquinista auxiliar da Estrada de Ferro do Goiás, Claudemtro Luis dos Santos, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço.

Lei n.º 1.605 — de 16 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 19 de maio de 1952.

Concede pensão especial de Cr\$.. 432,00 mensais a Helena Pereira Muniz, viúva de Nestor Nuniz de Medeiros Filho, ex-guarda civil, classe G, do Quadro Permanente, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Lei n.º 1.614 — de 29 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 2 de junho de 1952.

PENSÕES

Concede pensão especial à viúva e filhos menores de Pedro Inácio de Freitas, auxiliar de artífice da Estrada de Ferro de Goiás, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções.

Lei n.º 1.617 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 7 de junho de 1952.

Concede uma pensão especial de Cr\$ 463,00 a Hilda Ribeiro de Almeida, e outra de Cr\$ 558,00 a Teresa Giannecchi Moreira.

Lei n.º 1.631 — de 26 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 30 de junho de 1952.

PENSÕES VITALÍCIAS

Dispõe sobre o funcionamento da Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências.

Decreto n.º 30.900 — de 24 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

Retificado no D.O. de 30 de maio, 2 e 3 de junho de 1952.

PEREIRA & CIA.

Autoriza a empresa de mineração Pereira & Cia. a lavrar cromita no município de Piracanjuba, Estado de Goiás.

Decreto n.º 31.039 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

PETRÓLEO

Ver: Funções de caráter ou interesse militar.

PFIZER INTER-AMERICAN S.A.

Concede a "Pfizer Inter-American S.A." autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.981 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 20 de junho de 1952.

PLUMBUM S.A. INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MINERAÇÃO

Renova o Decreto n.º 26.972, de 27 de julho de 1949.

Decreto n.º 30.710 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1952.

PODER JUDICIÁRIO

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

POLÍCIAS MILITARES

Estende os dispositivos da Lei número 1.165, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente à vigência da citada Lei.

Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de maio de 1952.

Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar.

Decreto n.º 30.955 — de 7 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 10 de junho de 1952.

PÓLVORAS

Ver: Funções de caráter ou interesse militar.

POSTOS DE ATRAÇÃO E PACIFICAÇÃO DOS ÍNDIOS

Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse militar a Expedição Roncador-Xingu.

Lei n.º 1.626 — de 17 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 21 de junho de 1952.

POUSADA & COMPANHIA LIMITADA

Concede à sociedade "Pousada & Companhia Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.952 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

PRÁTICO DE FARMÁCIA

Suprime cargos extintos (M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

Suprime cargos extintos (M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

PREFEITURAS

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material destinado à Usina Elétrica Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 1.587 — de 31 de março de 1952.

Publicada no D. O. de 3 de abril de 1952.

Outorga à Prefeitura Municipal de Camboriú concessão para distribuir energia elétrica no Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.222 — de 29 de novembro de 1951.

Publicado no D.O. de 24 de abril de 1952.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Prata, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações e dá outras providências.

Decreto n.º 30.597 — de 28 de fevereiro de 1952.

Publicado no D.O. de 7 de junho de 1952.

Reproduzido no D.O. de 9 de junho de 1952.

PREFEITURAS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados no Município de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.756 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município e Cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Decreto n.º 30.766 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 19 de abril de 1952.

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquete Pinto, uma estação de radiotelevisão.

Decreto n.º 30.832 — de 10 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 14 de maio de 1952.

Desincorpora do Patrimônio Nacional os bens e direitos da Companhia Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói S.A., e dá outras providências.

Decreto n.º 30.836 — de 12 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de maio de 1952.

Autoriza a cessão de um terreno da União à Prefeitura do Distrito Federal.

Decreto n.º 30.875 — de 19 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 21 de maio de 1952.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Estado de Minas Gerais, a construir uma linha de transmissão.

Decreto n.º 30.961 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 16 de junho de 1952.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Altera o art. 59, do Decreto-Lei número 9.120, de 2 de abril de 1946, referente à organização dos quadros efetivos do Exército.

Lei n.º 1.608 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 24 de maio de 1952.

Assegura pensão especial às viúvas dos ex-Presidentes da República.

Lei n.º 1.593 — de 23 de abril de 1952.

Publicada no D.O. de 30 de abril de 1952.

PREVENÇÃO E REPRESSÃO DO CRIME DE GENOCÍDIO

Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Decreto n.º 30.822 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de maio de 1952.

PROCURADORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00 para despesas decorrentes de substituições.

Lei n.º 1.591-A — de 16 de abril de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de abril de 1952.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E BIOLÓGICOS AYERST DO BRASIL S.A.

Concede a "Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil S. A." autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 30.758 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova novo orçamento relativo as obras complementares para execução dos serviços decorrentes do prolongamento da Avenida Jequitia, em Salvador, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 30.732 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para reforço da ponte metálica sobre o rio Livramento, na Estrada de Ferro de Bragança.

Decreto n.º 30.777 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 26 de abril de 1952.

Aprova o projeto e orçamento para a construção do segundo trecho da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.793 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

PROMOÇÕES

Regula a promoção de ano dos Cadetes da Escola de Aeronáutica.

Lei n.º 1.601 — de 12 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 15 de maio de 1952.

Estende os dispositivos da Lei numero 1.195, de 9 de setembro de 1950, aos reformados por incapacidade física, anteriormente, à vigência da citada Lei.

Lei n.º 1.609 — de 22 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 24 de maio de 1952.

Suspende exigências do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n.º 30.696 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 3 de abril de 1952.

PROMOÇÕES

Reduz para 30 meses o interstício para a promoção a Capitão.

Decreto n.º 30.762 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Suspende exigências do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n.º 30.792 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

Reduz para um (1) ano o interstício para a promoção a Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

Decreto n.º 30.922 — de 29 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 31 de maio de 1952.

Reduz para um (1) ano o interstício para promoção ao posto de 1.º Tenente dos 2.ºs Tenentes pertencentes à Arma de Engenharia.

Decreto n.º 31.012 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 21 de junho de 1952.

PROVENTOS DA INATIVIDADE

Dá nova redação ao artigo 3.º do Decreto n.º 28.966, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n.º 30.817 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de maio de 1952.

Q

QUADRO DE OFICIAIS FARMACÊUTICOS

Reduz para um (1) ano o interstício para a promoção a Coronel do Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

Decreto n.º 30.922 — de 29 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 31 de maio de 1952.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Felix Martins a pesquisar quartzo no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.

Decreto n.º 30.750 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Anis Fadul a pesquisar quartzo e associados, no município de Poá, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.806 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 6 de maio de 1952.

Renova o Decreto n.º 27.389, de 3 de novembro de 1949.

Decreto n.º 30.881 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Abes Ganem a pesquisar quartzo e associados, no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.021 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

R**RABAY & CIA.**

Revoga o Decreto n.º 17.413, de 22 de dezembro de 1944.

Decreto n.º 30.783 — de 24 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 26 de abril de 1952.

RÁDIO BANDEIRANTES S.A.

Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S.A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.945 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 21 de junho de 1952.

RÁDIO EMISSORA ROQUETTE PINTO

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, uma estação de rádio-televisão

Decreto n.º 30.832 — de 10 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 14 de maio de 1952.

RÁDIO LIBERDADE DE SERGIPE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Liberdade de Sergipe Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe

Decreto n.º 30.992 — de 17 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 21 de junho de 1952.

RADIODIFUSÃO

Ver o nome da empresa outorgada.

RADIOFAROL

Ver o nome da empresa outorgada.

RADIOTELEGRAFIA

Ver o nome da empresa outorgada.

RADIOTELEVISÃO

Ver o nome da estação radiotelevisora.

READMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D.O. de 13 de maio de 1952.

REAJUSTAMENTO DE PROVENTOS DA INATIVIDADE

Ver: Proventos da Inatividade.

REAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências.

Lei n.º 1.628 — de 20 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 20 de junho de 1952.

RECLASSIFICAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Restabelece a Delegacia do Trabalho, do Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n.º 1.599 — de 9 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 10 de maio de 1952.

Retificada no D.O. de 13 de maio de 1952.

RECRUTAMENTO

Altera o Decreto-lei n.º 4.271, de 17 de abril de 1942.

Lei n.º 1.620 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 11 de junho de 1952.

REDUÇÃO DE INTERTÍCIO

Ver: Interstício

REGULAMENTOS

Aprova e manda executar o Regulamento para o Colégio Naval.

Decreto n.º 30.689 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952.

Suspende exigências do Regulamento de promoções para os Oficiais da Armada

Decreto n.º 30.696 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 3 de abril de 1952.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento da Escola de Aeronáutica

Decreto n.º 30.698 — de 1 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 23 de abril de 1952.

Reproduzido no D. O. de 30 de abril de 1952.

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n.º 30.699 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

Regulamenta os cursos da Escola de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública.

Decreto n.º 30.739 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de abril de 1952.

Aprova o Regulamento para a XIX Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na capital do Estado do Rio Grande do Sul, no corrente ano.

Decreto n.º 30.774 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.

Aprova o Regulamento para a Reserva da Aeronáutica

Decreto n.º 30.776 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.

Reproduzido no D.O. de 17 de maio de 1952.

Suspende exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada

Decreto n.º 30.792 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

REGULAMENTOS

Altera a redação do artigo 93, do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n.º 30.795 — de 20 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

— Regulamenta dispositivo da Lei número 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Decreto n.º 30.812 — de 2 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 6 de maio de 1952.

Aprova o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Decreto n.º 30.976 — de 10 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 14 de junho de 1952.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento do Departamento de Administração do Ministério da Agricultura que com este baixa.

Decreto n.º 30.618 — de 10 de março de 1952.

Retificado no D.O. de 22 de abril de 1952.

Aprova e manda executar o Regulamento da Mesa de Rendas de Macapá, no Território do Amapá.

Decreto n.º 30.857 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de maio de 1952.

Aprova o Regimento da Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Decreto n.º 30.892 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

RELEVAÇÃO DE PRESCRIÇÃO

Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito.

Lei n.º 1.618-C — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 13 de junho de 1952.

RELOTAÇÃO

Ver o Ministério.

RESERVA DA AERONÁUTICA

Aprova o Regulamento para a Reserva da Aeronáutica.

Decreto n.º 30.776 — de 23 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de abril de 1952.

Reproduzido no D.O. de 17 de maio de 1952.

S**SAL**

Regula a quebra natural do sal estocado nas salinas.

Lei n.º 1.622 — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 11 de junho de 1952.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras para material importado pela Santa Casa de Misericórdia de Maceió, Estado de Alagoas.

Lei n.º 1.622-B — de 9 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 16 de junho de 1952.

SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY, LIMITED

Autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a construir um ramal de transmissão entre a usina térmica flutuante, "Piraquê", a ser ancorada no rio Casqueiro, e a linha tronco Cubatão — Vila Matias, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 30.736 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

SARGENTOS ESCRIVENTES

Releva a prescrição em que incorreu o direito dos antigos escreventes do Ministério da Guerra, a fim de que possam pleitear os benefícios a que se julgarem com direito.

Lei n.º 1.618-C — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 13 de junho de 1952.

SCHEELITA

Autoriza os cidadãos brasileiros Bianor Aranha Sobrinho e Severino Servulo de Medeiros a pesquisar scheelita e associados no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 30.711 — de 3 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Heitor Lopes Varela a pesquisar scheelita e associados no município de Itaretama, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 30.886 — de 21 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

Autoriza os cidadãos brasileiros Joceilym Vilar de Melo e José Xavier da Cunha a pesquisar scheelita e associados no município de Patú, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 31.038 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

SEGURADOS OBRIGATORIOS

Considera segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas profissionais empregados de empresas concessionárias de serviço público.

Lei n.º 1.599-A — de 9 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de maio de 1952.

SEGUROS

Ver o nome da empresa

SERVENTE

Suprime cargos extintos
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de abril de 1952.

SERVENTE

Suprime cargos extintos
(M.G. — Q.S.)

Decreto n.º 30.761 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

Suprime cargos extintos
(M.T.I.C. — Q.S.)

Decreto n.º 30.898 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de maio de 1952.

SERVIÇO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

Altera a redação do artigo 93, do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública aprovado pelo Decreto número 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n.º 30.795 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10.785.500,00, para o fim que especifica

Decreto n.º 30.765 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 19 de abril de 1952.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Decreto legislativo n.º 26 — de 1952
Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

Decreto legislativo n.º 27 — de 1952
Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952.

Estende a todos os chefes e servidores dos Postos de Atração e Pacificação dos Índios, quando em expedição pelas regiões habitadas pelos índios não aldeados os benefícios do Decreto n.º 5.801, de 8 de dezembro de 1943, que considera de interesse Militar a Expedição Roncador-Xingu.

Lei n.º 1.626 — de 17 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 21 de junho de 1952.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Considera monumentos nacionais os edifícios e logradouros remanescentes das duas antigas vilas coloniais que, respectivamente, foram origem das atuais cidades de São Vicente, no Estado de São Paulo, e Porto Calvo, no Estado de Alagoas

Lei n. 1.618-A — de 6 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 13 de junho de 1952.

SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

Outorga concessão ao Ministério da Educação e Saúde para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Decreto n. 31.058 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 2 de julho de 1952.

SERVIÇOS HOLLERITH S.A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 356.649,00, para pagamento a Serviços Hollerith S.A., em decorrência do Decreto Legislativo n.º 2, de 5 de fevereiro de 1942.

Lei n. 1.612 — de 28 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 31 de maio de 1952.

SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO

Ver: Funcionários-Públicos Civis da União e Extranumerários.

SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (III)

Promulga a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Decreto n. 30.822 — de 6 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de maio de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO "CIMIMAR"

Autoriza a S.A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.829 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 12 de maio de 1952.

Autoriza a S.A. de Cimento, Mineração e Materiais de Construção "Cimimar" a lavrar calcário e associados no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 30.830 — de 8 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 12 de maio de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA JOSÉ FERNANDES — COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Concede à "S.A. José Fernandes — Comércio e Navegação" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 30.951 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 26 de junho de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA MÁRMORES BRASILEIROS "SAMBRA"

Autoriza a Sociedade Anônima Mármores Brasileiros "Sambra" a pesquisar mármore, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.920 — de 28 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 31 de maio de 1952.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO AERONÁUTICO

Declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 30.840 — de 13 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de maio de 1952.

SOCIEDADE CULTURA "A VOZ DO ESPAÇO"

Outorga concessão à Sociedade Cultura "A Voz do Espaço" para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo

Decreto n.º 30.816 — de 5 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 16 de maio de 1952.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE MINÉRIOS E ÁCIDOS — S.I.M.A. LIMITADA

Concede à Sociedade Industrial de Minérios e Ácidos — S.I.M.A. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.702 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de abril de 1952.

SOCIEDADE MINERADORA PONTA DA SERRA LTDA.

Declara sem efeito o Decreto número 27.005, de 3 de agosto de 1949.

Decreto n. 30.860 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de maio de 1952.

SOCIEDADE MINERADORA SUAQUI LIMITADA

Concede à Sociedade Mineradora Suaqui Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.747 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de maio de 1952.

SOCIEDADE "NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA"

Concede à Sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.684 — de 28 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 8 de abril de 1952.

Reproduzido no D.O. de 14 de abril de 1952.

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA CONTINENTAL LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação radio-difusora de ondas curtas nesta Capital.

Decreto n.º 30.733 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de maio de 1952.

SOCIÉTÉ SUCRERIES BRÉSILIENNES

Concede à Sociedade anônima "Société de Sucreries Brésiliennes" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 30.985 — 13 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de junho de 1952.

SUBSTITUIÇÕES DE JUÍZES

Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º da Lei número 216, de 9 de janeiro de 1948.

Lei n.º 1.616 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 7 de junho de 1952.

Retifica no D. O. de 19 de junho de 1952.

SUPLEMENTO I AO AJUSTE DE LIQUIDAÇÃO DO LEND LEASE

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 21.415.686,00, para pagamento de prestações devidas nos termos e condições do "Suplemento I ao Ajuste de Liquidação do Lend Lease".

Lei n. 1.596 — de 30 de abril de 1952.

Publicada no D.O. de 5 de maio de 1952.

SVIZZERO & COMPANHIA

Outorga a Svizzero & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Barra Sêca, existente no ribeirão Barra Sêca, distrito de Guaianás, município de Pederneira, Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 30.602 — de 1 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de junho de 1952.

T

TABELA DE FIXAÇÃO DE VALORES DA ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS

Aprova os valores da etapa das forças Armadas para 1952.

Decreto n. 30.790 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de abril de 1952.

Reproduzido no D.O. de 29 de abril de 1952.

TABELAS ÚNICAS DE EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS

Ver os Ministérios a que pertencem.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel da Silva Franco a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 30.807 — de 30 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 6 de maio de 1952.

Autoriza a cidadã brasileira Milena Roselli a pesquisar talco e associados no município de Cananeia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.023 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro João Giralddi a pesquisar talco, calcário e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.031 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

TARIFAS ADUANEIRA E COMÉRCIO

Decreto-Legislativo n. 76 — de 1951

Retificado no D.O. de 7 de junho de 1952.

TEATROS

Altera a redação do artigo 93, do Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública, aprovado pelo Decreto n.º 20.493, de 24 de janeiro de 1946.

Decreto n. 30.795 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 5 de maio de 1952.

TÉCNICO DE EDUCAÇÃO

Suprime cargos provisórios (M.E.S. — Q.P.)

Decreto n. 30.912 — de 27 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 29 de maio de 1952.

TEMPLOS RELIGIOSOS

Concede isenção de tributos a materiais e imagens importadas para templos religiosos.

Lei n. 1.618-B — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 13 de junho de 1952.

TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

Ver: Contagem de tempo de serviço.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.587 — de 22 de fevereiro de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de abril de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir a ocupação de terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.767 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 2 de maio de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 30.768 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a revigorar o aforamento do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 30.769 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 10 de maio de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.770 — de 17 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 15 de maio de 1952.

Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n.º 30.989 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 24 de junho de 1952.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Altera o art. 7.º da Lei n.º 116, de 15 de outubro de 1947, e acrescenta um parágrafo ao art. 3.º, da Lei n.º 216, de 9 de janeiro de 1948.

Lei n. 1.616 — de 4 de junho de 1952.

Publicada no D.O. de 7 de junho de 1952.

Retificada no D.O. de 19 de junho de 1952.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Aprova e manda executar o Regimento da Mesa de Rendias de Macapá, no Território Federal do Amapá.

Decreto n. 30.857 — de 15 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 17 de maio de 1952.

TESOUREIRO

Suprime cargo extinto
(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 30.938 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 4 de junho de 1952.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto
(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 30.743 — de 8 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952.

Suprime cargo extinto
(M.F. — Q.S.)

Decreto n.º 30.787 — de 28 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 30 de abril de 1952.

Suprime cargo extinto
(M.F. — Q.S.)

Decreto n. 30.891 — de 9 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 10 de maio de 1952.

Suprime cargo extinto
(M.V.O.P. — P.S.)

Decreto n.º 30.834 — de 10 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 10 de maio de 1952.

TRADUTOR

Suprime cargos extintos
(M. Aer. — Q.S.)

Decreto n.º 30.970 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 11 de junho de 1952.

TRANSITO DE PASSAGEIROS

Decreto-Legislativo n.º 20 — de 1952
Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

TRANSPORTES

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

Decreto n.º 31.056 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 1 de julho de 1952.

TRANSPORTES AÉREOS

Decreto-Legislativo n.º 20 — de 1952

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e a Turquia assinado em Ancara a 21 de setembro de 1950.

Decreto n.º 30.693 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D.O. de 3 de abril de 1952.

TRANSPORTES AÉREOS REGULARES

Decreto-Legislativo n.º 77 — de 1951

Publicado no D.O. de 20 de maio de 1952.

TRATADO DE PAZ COM O JAPÃO

Decreto-Legislativo n.º 29 — de 1952

Publicado no D.O. de 14 de maio de 1952.

Promulga o Tratado de Paz com o Japão.

Decreto n.º 30.948 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 23 de junho de 1952.

TRATADOS

Decreto-Legislativo n.º 20 — de 1952

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

TRIBUNAL DE CONTAS

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.444.310,00, destinado às obras de ampliação das instalações de Tribunal de Contas.

Lei n.º 1.591 — de 17 de abril de 1952.

Publicada no D.O. de 22 de abril de 1952.

TURISMO

Decreto-Legislativo n.º 20 — de 1952

Publicado no D.O. de 4 de abril de 1952.

U**UNIVERSIDADES**

Aprova o Estatuto da Universidade do Paraná.

Decreto n.º 30.738 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 12 de abril de 1952.

Cria funções na Tabela Única de Extranumerário mensalista da Universidade de Recife e dá outras providências.

Decreto n.º 30.928 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 4 de junho de 1952.

Cria funções na Tabela Única de Extranumerário Mensalista da Universidade da Bahia.

Decreto n.º 30.929 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 4 de junho de 1952.

Dispõe sobre as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 30.943 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 7 de junho de 1952.

UNIVERSIDADES

Aprova o Estatuto da Universidade do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 30.994 — de 17 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 19 de junho de 1952.

Retificado no D.O. de 20 de junho de 1952.

UNIVERSIDADES

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$. 10.000.000,00, para atender às despesas com a reconstrução do edifício, de propriedade da Universidade do Rio Grande do Sul, em que funcionava o Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre.

Decreto n.º 31.013 — de 19 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 21 de junho de 1952.

Outorga concessão ao Ministério da Agricultura para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Decreto n.º 31.059 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 2 de julho de 1952.

V

VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

Homologa a compra de propriedade agrícola sita à margem do rio Salitre, município de Joazeiro, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.019 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de junho de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza a Viação Férrea do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 30.753 — de 14 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 18 de abril de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Concede a pensão especial de Cr\$. 300,00 mensais a Honorina Maria de Jesus, genitora de Vital Alves dos Santos, extranumerário diarista da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro falecido em consequência de acidente no trabalho.

Lei n.º 1.600 — de 12 de maio de 1952.

Publicada no D.O. de 15 de maio de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$. 1.820.000,00, para pagamento das despesas realizadas pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro com o restabelecimento das linhas danificadas pelas enchentes de 1948.

Decreto n.º 30.903 — de 26 de maio de 1952.

Publicado no D.O. de 28 de maio de 1952.

VICE CONSULADO HONORÁRIO

Cria um Vice Consulado honorário do Brasil em Chitagon, no Paquistão Oriental.

Decreto n.º 30.737 — de 7 de abril de 1952.

Publicado no D.O. de 9 de abril de 1952.

Reproduzido no D.O. de 14 de abril de 1952.

Z

ZELADOR

Suprime cargos provisórios (M.E.S. — Q.P.)

Decreto n.º 31.053 — de 27 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 30 de junho de 1952.

Suprime cargo provisório (M.E.S. — Q.P.)

Decreto n.º 31.054 — de 27 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 30 de junho de 1952.

ZIRCÔNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar monazita, ilmenita, zircônita e associados no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 31.033 — de 21 de junho de 1952.

Publicado no D.O. de 25 de junho de 1952.

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DE LEGISL.

NÃO SE EMPRESTA

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1952**

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

	Págs.		Págs.
34 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10 de julho de 1952	3	43 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8 de agosto de 1952	6
35 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10 de julho de 1952	3	44 — Decreto Legislativo — De 1952.	
36 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10 de julho de 1952	4	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	6
37 — Decreto Legislativo — De 1952.		45 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 20 de agosto de 1952	6
Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	4	46 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 20 de agosto de 1952	6
38 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19 de julho de 1952	4	47 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 20 de agosto de 1952	7
39 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19 de julho de 1952	4	48 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 1 de setembro de 1952	7
40 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 19 de julho de 1952	5	49 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 1 de setembro de 1952	7
41 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8 de agosto de 1952	5	50 — Decreto Legislativo — De 1952.	
42 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8 de agosto de 1952	5	Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	8

	Págs.		Págs.
51 — Decreto Legislativo — De 1952.		sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	10
Ainda não foi publicado no <i>Diário Oficial</i>	8	1.637 — Educação-Fazenda — De 14 de julho de 1952 — Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão M. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	10
52 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24 de setembro de 1952 ...	8		
53 — Decreto Legislativo — De 1952. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 27 de setembro de 1952 ...	8	1.638 — Marinha — Guerra — Viação — Agricultura — Educação — Trabalho — Aeronáutica — De 14 de julho de 1952 — Altera disposições do Decreto-lei n.º 9.058, de 13 de março de 1946, que dizem respeito à composição e funcionamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	11
1.633 — Congresso — De 1 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — dois créditos especiais, um de Cr\$ 12.469,00 e outro de Cr\$ 29.908,00, para atender, respectivamente, ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1947, 1948 e 1949. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5 de julho de 1952. Ret. no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1952. Dep. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de setembro de 1952 ...	8	1.639 — Justiça — De 14 de julho de 1952 — Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	11
1.634. — Exterior-Fazenda — De 3 de julho de 1952 — Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Inter-americana de Mulheres. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5 de julho de 1952	9	1.640 — Congresso — De 14 de julho de 1952 — Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinárias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul. S. A. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	13
1.635 — Congresso — De 4 de julho de 1952 — Dá destinação aos saldos apurados do auxílio concedido à Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei número 1.180, de 17 de agosto de 1950. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 9 de julho de 1952	10	1.641 — Fazenda — De 14 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para completar o pagamento devido aos municípios pela cota do imposto de renda. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 16 de julho de 1952	13
1.636 — Viação — De 11 de julho de 1952 — Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe			

Págs.		Págs.
1.642	— <i>Agricultura</i> — De 14 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial São Francisco. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1952	13
1.643	— <i>Viação-Fazenda</i> — De 16 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 17 de julho de 1952	13
1.644	— <i>Fazenda</i> — De 16 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1952	14
1.645	— <i>Justiça</i> — De 16 de julho de 1952 — Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1952	14
1.646	— <i>Trabalho</i> — De 16 de julho de 1952 — Concede licença às entidades sindicais brasileiras, de 2.º e 3.º graus para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21 de julho de 1952	14
1.647	— <i>Guerra-Aeronáutica</i> — De 18 de julho de 1952 — Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caça, as disposições	
	da Lei n.º 1.209, de 25 de outubro de 1950. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1952	14
1.648	— <i>Exterior-Fazenda</i> — De 18 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 4.872.320,00 para atender ao pagamento de despesas de pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar daquele Ministério. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1952	15
1.649	— <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Trabalho</i> — De 19 de julho de 1952 — Banco do Nordeste do Brasil e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 24 de julho de 1952	15
1.650	— <i>Fazenda</i> — <i>Justiça</i> — <i>Exterior</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — De 19 de julho de 1952 — Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1952	20
1.651	— <i>Congresso</i> — De 22 de julho de 1952 — Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador — Pôrto Nacional (BR 28). Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 23 de julho de 1952	21
1.652	— <i>Viação-Trabalho</i> — De 22 de julho de 1952 — Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26 de julho de 1952	21
1.653	— <i>Guerra-Fazenda</i> — De 22 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir	

	Págs.		Págs.
ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 26 de julho de 1952	22	naus, Belém, Fortaleza e Natal. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 4 de agosto de 1952	26
1.653-A — <i>Fazenda-Trabalho</i> — De 26 de julho de 1952 — Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.413, de 8 de abril de 1946. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de julho de 1952	22	1.657-A — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 1 de agosto de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer a população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 7 de agosto de 1952.	27
1.654 — <i>Fazenda-Agricultura</i> — De 28 de julho de 1952 — Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a "Companhia de Eletricidade de Manaus", e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 28 de julho de 1952. Rep. no <i>Diário Oficial</i> de 29 de julho de 1952	23	1.657-B — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 1 de agosto de 1952 — Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, exceptuada a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A. — Cia. Brasileira de Petróleos. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de agosto de 1952	27
1.655. — <i>Fazenda-Viação</i> — De 28 de julho de 1952 — Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Raimundo da Silva, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de julho de 1952	2	1.658 — <i>Marinha</i> — De 4 de agosto de 1952 — Dá nova organização administrativa ao Ministério da Marinha. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 8 de agosto de 1952	27
1.656 — <i>Fazenda</i> — De 28 de julho de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para pagamento de pensão a Maria de Bastos Medeiros Chagas. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de julho de 1952	26	1.658-A — <i>Fazenda</i> — De 5 de agosto de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 605.734,40, para pagamento de despesa relativa ao exercício de 1951. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 12 de agosto de 1952	29
1.657 — <i>Trabalho-Fazenda</i> — De 29 de julho de 1952 — Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Ma-		1.658-B — <i>Fazenda</i> — De 5 de agosto de 1952 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 12 de agosto de 1952	30
		1.659 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 6 de agosto de 1952 — Autoriza a emissão de selos postais co-	

Págs.		Págs.
	memorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont provou a dirigibilidade dos aerostatos. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 de agosto de 1952 30	der Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para refôrço de pagamento de salário-família. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1952 32
1.660	— <i>Trabalho-Fazenda</i> — De 19 de agosto de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 21 de agosto de 1952 30	1.665 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — De 1 de setembro de 1952 — Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5 de setembro de 1952 32
1.661	— <i>Justiça</i> — De 19 de agosto de 1952 — Modifica os artigos 801, 836, 853, 871, 872 e 874, do Código do Processo Civil, sobre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 26 de agosto de 1952 31	1.666 — <i>Viação-Fazenda</i> — De 1 de setembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5 de setembro de 1952 33
1.662	— <i>Exterior-Fazenda</i> — De 21 de agosto de 1952 — Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, para atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de agosto de 1952 32	1.667 — <i>Trabalho</i> — De 1 de setembro de 1952 — Revoga a alínea a do art. 530 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 5 de setembro de 1952 33
1.663	— <i>Fazenda</i> — De 27 de agosto de 1952 — Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender as despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 30 de agosto de 1952 32	1.668 — <i>Educação-Fazenda</i> — De 2 de setembro de 1952 — Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 6 de setembro de 1952 . 33
1.664	— <i>Fazenda</i> — De 27 de agosto de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Po-	1.669 — <i>Fazenda-Exterior</i> — De 3 de setembro de 1952 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 (dezessis milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros)

	Págs.		Págs.
para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro de Londres, a 1.º de março de 1947. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 6 de setembro de 1952 ...	34	1.674 — <i>Viação</i> — De 19 de setembro de 1952 — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás). Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 25 de setembro de 1952	35
1.670 — <i>Fazenda</i> — De 5 de setembro de 1952 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00, para pagamento da ajuda de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 10 de setembro de 1952	34	1.675 — <i>Congresso</i> — De 25 de setembro de 1952 — Estende as vantagens da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 27 de setembro de 1952	36
1.671 — <i>Viação</i> — De 12 de setembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Doutor José Martins da Cruz Jobim. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 18 de setembro de 1952	34	1.676 — <i>Trabalho</i> — De 26 de setembro de 1952 — Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2 de outubro de 1952	36
1.672 — <i>Trabalho-Fazenda</i> — De 18 de setembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 à Fundação da Casa Popular. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 20 de setembro de 1952	35	1.677 — <i>Fazenda</i> — De 26 de setembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 2 de outubro de 1952	36
1.673 — <i>Justiça-Fazenda</i> — De 18 de setembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 20 de setembro de 1952	35	1.678 — <i>Trabalho</i> — De 26 de setembro de 1952 — Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras, maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares. Pub. no <i>Diário Oficial</i> de 2 de outubro de 1952	37
		Ementário — Leis e decretos publicados nos volumes V e VI de 1952, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos	39

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas da publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 9 de abril de 1951, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e a firma J. Pessoa Rodrigues, para a instalação de Bar-Cafê no edificio-sede do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de julho de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas que recusou registro ao contrato celebrado, em 11 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e João Freire do Nascimento e sua mulher, Maria José de Sá, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água para a irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem do Rio São Francisco, Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de julho de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1952

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar o contrato celebrado, em 2 de dezembro de 1952, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a Construtora Rodoviária Ltda. para os serviços de calçamento no pórt de Mucuripe, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de julho de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 37 — DE 1952

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, de 1952

Art. 1.º E' o Tribunal de Contas autorizado a registrar o termo aditivo, de 17 de outubro de 1950, ao ajuste de tarefa celebrado em 10 de novembro de 1949, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a firma Barbosa Melo, Scarpelli Ltda., para a construção dos edifícios do trecho compreendido entre o quilômetro zero (Apucarana) e o quilômetro cem do prolongamento ferroviário Apucarana-Guaíra-Pôrto Mendes, no Estado do Paraná.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de julho de 1952.

1.º Secretário, no exercício da Presidência

ETELVINO LINS

Faça saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o ato do Tribunal de Contas que denegou registro ao termo aditivo assinado, em 18 de dezembro de 1948, entre o Ministério da Aeronáutica e Antônio Mário Barreto para desempenhar, na Escola de Aeronáutica, a função de Professor de Português.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de julho de 1952.

ETELVINO LINS

1.º Secretário, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1952

Art. 1.º — E' mantida a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato firmado, em 6 de outubro de 1950, entre o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a firma ESTIL — Empresa de Serviços Técnicos em Imóveis Ltda., para execução de trabalhos de pinturas, consertos e reparos, inclusive extensão de pisos, no primeiro andar e sobreloja do edificio do Ministério do Trabalho.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1952

Alexandre Marcondes Filho

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado em 4 de dezembro de 1950 entre a Delegacia do Patrimônio da União, em Maceió, Estado de Alagoas, e Anselmo Borelho, engenheiro, para a execução de serviços do levantamento cadastral de terrenos de marinha e seus acrescidos, situados na mesma cidade.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de julho de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o termo do Acôrdo firmado, em 24 de abril de 1950, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, para o fomento da produção vegetal nesse Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de julho de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1952

Art. 1.º O Tribunal de Contas registrará o termo de contrato celebrado entre a União e a firma Hard Rand & Cia., em 9 de maio de 1950, relativo à constituição de aforamento de um terreno de marinha situado em Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de julho de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 44 — DE 1952

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de fevereiro de 1951, negou registro ao termo de contrato celebrado a 10 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e José Pires de Araújo e relativo ao pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água para a irrigação das terras de uma propriedade do segurado contratante situado à margem do rio São Francisco, no Município de Jatiná, Estado de Pernambuco, no valor de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 13 de agosto de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 29 de dezembro de 1950, negou registro ao termo celebrado a 30 de novembro deste ano, entre o Ministério da Agricultura e a firma Gastal & Companhia Limitada, para fornecimento por esta de vinte jipes à Divisão de Defesa Sanitária Vegetal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 13 de agosto de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, de 1952

Art. 1.º — O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado em 7 de novembro de 1949, entre o Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Imobiliária e Distribuidora de Materiais União Limitada, observado o disposto nos Arts. 352 e 354 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 13 de agosto de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Faça saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, de 1952

Art. 1.º — E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 20 de fevereiro de 1951, recusou registro ao contrato firmado, a 10 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Gomes de Andrade e sua mulher, Neri Bieni de Andrade, em que se regulava o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água em terras de propriedade da segunda parte contratante, situada à margem do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

Faça saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 49, de 1952

Art. 1.º — E' aprovada a Convenção n.º 98, relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva, adotada em 1949, na cidade de Genebra, por ocasião da 32.ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1952. — *João Café Filho*, Presidente do Senado Federal.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 50 — DE 1952

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 51 — DE 1952

Ainda não foi publicado no *Diário Oficial*.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, de 1952

Art. 1.º — O Tribunal de Contas registrará o termo aditivo assinado, em 12 de dezembro de 1951 ao contrato celebrado, em 29 de julho de 1949, entre o Governo do Brasil e o Groupement D'Exportation de Locomotives S. A. R. L. (GELSA), para o fornecimento de peças sobressalentes de locomotivas.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de Setembro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1952

Art. 1.º — O Tribunal de Contas registrará o contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Gutierrez, Paula & Munhoz, a 17 de novembro de 1950, para prosseguimento das obras da Escola Técnica de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de Setembro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.633 — DE 1 DE JULHO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — dois créditos especiais, um de Cr\$ 12.469,00 e outro de Cr\$ 29.908,00, para atender, respectivamente, ao pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1947, 1948 e 1949.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário

rio — Justiça do Trabalho — um crédito especial de Cr\$ 12.469,00 (doze mil quatrocentos e sessenta e nove cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas feitas pelos Tribunais do Trabalho da 1.ª e 7.ª Região, relativas ao exercício de 1949, e assim discriminadas:

- | | |
|---|-------|
| | Cr\$ |
| 1 — Serviços devidos pela Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói à Companhia Telefônica Brasileira | 98,10 |
| 2 — Serviços devidos pela Segunda Junta de Conci- | |

liação e Julgamento de Niterói à Companhia Telefônica Brasileira	Cr\$ 370,90	2 — Salários devidos ao Chefe da Secretaria, padrão "L", da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal, Marina de Freitas Faria (quatorze dias do mês de novembro e o mês de dezembro de 1948)	7.568,00
3 — Aluguel devido pela Junta de Conciliação e Julgamento de São Luis do Maranhão e relativo ao prédio onde funciona.	12.000,00	3 — Diárias e ajudas de custo devidas ao doutor José Alves Ribeiro, suplente do presidente da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento da cidade do Salvador, e vencidas na presidência da Junta de Aracaju (em 1947 e 1948)	20.540,00
Total	12.469,00	Total	29.908,00

Art. 2.º — É ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — um crédito especial de Cr\$ 29.908,00 (vinte e nove mil, novecentos e oito cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas de pessoal dos Tribunais do Trabalho da 1.ª e 5.ª Regiões, relativas aos exercícios de 1947, 1948 e 1949, e assim discriminadas:

1 — Salário-família devido ao escrivão do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, Clemente Martins (exercício de 1949)	1.800,00	Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.	
---	----------	--	--

Senado Federal, 1.º de julho de 1952. — *Etelvino Lins*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.634 — DE 3 DE JULHO DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 50.000,00 — (quinhentos mil cruzeiros) — para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres, a instalar-se nesta Capital, em junho de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 3 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.635 — DE 4 DE JULHO DE 1952

Da destinação aos saldos apurados do auxílio concedido à Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei número 1.180, de 17 de agosto de 1950.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os saldos apurados nas prestações de contas do auxílio concedido a Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei n.º 1.180 de 17 de agosto de 1950, deverão ser recolhidos em conta do Banco do Brasil S. A. como "Fundo de Pagamento de Pessoal" e só poderão ser empregados na satisfação de salários e ordenados do pessoal dessa Rede Ferroviária.

Art. 2.º — Dentro do prazo de dez dias, após o pagamento pelo Tesouro Nacional do auxílio anual destinado ao reajustamento dos salários e ordenados, de que trata a citada Lei n.º 1.180, recolherá a Rede Ferroviária do Nordeste à conta a que se refere o art. 1.º a importância que houver sido utilizada para completar os pagamentos do pessoal, restabelecendo assim o Fundo de Pagamento do Pessoal da própria Rede.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de julho de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.636 — DE 11 DE JULHO DE 1952

Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos servidores das Estradas de Ferro da União que têm per-

sonalidade própria, de natureza autárquica e que estão sob a jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas, são assegurados todos os direitos e vantagens conferidos aos Servidores da Estrada de Ferro Central do Brasil pela Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.637 — DE 14 DE JULHO DE 1952

Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão M.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É criado, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão M.

Parágrafo único. O cargo de que trata este artigo, criado excepcionalmente para atender ao interesse do Estado em amparar atividade científica relevante e brasileiro de notável saber e renome internacional, deverá ser extinto quando vagar.

Art. 2.º A despesa decorrente da execução desta Lei correrá à conta da verba destinada ao pagamento do Pessoal Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.633 — DE 14 DE JULHO
DE 1952

Altera disposições do Decreto-lei número 9.058, de 13 de março de 1946, que dizem respeito à composição e funcionamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Professor da Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil, a que se refere o parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.666, de 3 de outubro de 1940, com a redação que lhe dá o art. 1.º do Decreto-lei n.º 9.058, de 13 de março de 1946, poderá ser substituído por um engenheiro de minas, indicado pela mesma Escola, à escolha do Presidente da República, em lista triplíce.

Art. 2.º O Conselho reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por mês e tantas vezes quantas forem necessárias.

Parágrafo único. Os membros do Conselho terão a gratificação de função de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) por sessão a que comparecerem, até o máximo de 60 (sessenta) reuniões anuais.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

Oswaldo Carijó de Castro.

Neró Moura.

LEI N.º 1.639 — DE 14 DE JULHO
DE 1952

Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É alterada a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de acordo com a tabela constante do art. 6.º desta Lei.

Parágrafo único. Três cargos da classe K serão providos, obrigatoriamente, por Gastão Bourgeois, Nelson Macedo de Carvalho e Carlos Gonçalves Lopes, em cumprimento ao acórdão do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 2.º As vagas decorrentes da alteração da carreira de Comissário de Polícia serão preenchidas, imediatamente, de acordo com o Regulamento de Promoções, ficando dispensado o interstício de 730 (setecentos e trinta) dias.

Art. 3.º Os funcionários que satisfizerem os requisitos do art. 2.º da Lei n.º 705, de 1949, serão incluídos, automaticamente, na classe L da carreira ora alterada.

Art. 4.º Os funcionários atingidos por esta Lei, terão seus títulos devidamente apostilados pelo Diretor da Divisão de Administração do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 5.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão custeadas pelo saldo das contas correntes dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 6.º A tabela a que se refere o art. 1.º, é a seguinte:

Art. 7.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

TABELA A QUE SE REFERE O ARTIGO 6.º DA LEI N.º 1.639, DE 14 DE JULHO DE 1952.

12

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO PROPOSTA					
N.º de cargos	Denominação	Clas.	Exc.	Vagos	Quadros	N.º de cargos	Denominação	Clas.	Exc.	Vagos	Quadros
11	Com. Polícia	N	—	—	Q. S.	20	Com. Polícia	O	—	9	Q. P.
20	M	3	—	Q. P.	30	N	—	7	Q. P.
30	L	15	—	Q. P.	50	M	—	3	Q. P.
35	K	37	—	Q. P.	65	L	21	—	Q. P.
40	J	—	11	Q. P.	75	K	—	46	Q. P.
45	I	—	—	Q. P.	—	—	—	—	—	—
170	—	—	—	—	—	240	—	—	—	—	—

OBSERVAÇÕES: — Ficam reservados onze (11) cargos de classe L e três (3), de classe K, para os funcionários amparados pelo artigo 2.º da Lei n.º 705, de 16 de maio de 1949, sendo que estes três últimos, serão providos por Gastão Bourgeois, Nelson Macedo Carvalho e Carlos Gonçalves Lopes, em cumprimento ao acórdão do Tribunal Federal de Recursos.

LEI N.º 1.640 — DE 14 DE JULHO
DE 1952

Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinarias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, S. A.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de imposto de consumo e direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinarias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A., e destinados à indústria de mapas e levantamentos aerofotogramétricos.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1952.

— ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.641 — DE 14 DE JULHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para completar o pagamento devido aos municípios pela quota do imposto de renda.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00 (setenta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e seis cruzeiros), para completar o pagamento devido aos Municípios pela quota do imposto de renda, que lhes é atribuída pelo art. 15, § 4.º, da Constituição, e referente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.642 — DE 14 DE JULHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial São Francisco.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro do Núcleo Agro-Industrial São Francisco.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.643 — DE 16 DE JULHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), destinado a custear as despesas com a conclusão

das obras de ligação Itajaí-Blumenau da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.644 — DE 16 DE JULHO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação-Abrigo do Cristo Redentor.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), como auxílio à Fundação-Abrigo do Cristo Redentor.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.645 — DE 16 DE JULHO DE 1952

Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' excluído do disposto no Art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Belém, capital do Estado do Pará.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.646 — DE 16 DE JULHO DE 1952

Concede licença às entidades sindicais brasileiras, de 2.º e 3.º graus para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida licença às entidades sindicais brasileiras, de segundo e terceiro graus, para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Oswaldo Carijó de Castro

LEI N.º 1.647 — DE 18 DE JULHO DE 1952

Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no Primeiro Grupo de Caça, as disposições da Lei n.º 1.209, de 25 de outubro de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivas às enfermeiras que participaram das Operações de Guerra, na Itália, junto ao Primeiro Grupo de Caça, as disposições da Lei n.º 1.209, de 25 de outubro de 1950.

TESOUREIRO-AUXILIAR

— *Suprime cargo extinto.*
(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 31.254 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*
(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 31.345 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

— *Dispõe sobre o cumprimento da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 31.479 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

THE LEOPOLDINA RAILWAY COMPANY LIMITED

Dispõe, em caráter provisório, sobre a administração da Estrada de Ferro Leopoldina.

Decreto n.º 31.678 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1952.

TOPÁZIO

Declara a caducidade do Decreto de autorização de lavra número 19.872, de 24 de outubro de 1945, retificado pelo de número 20.948, de 9 de abril de 1946.

Decreto n.º 31.065 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

TRANSLADAÇÃO DE DESPOJOS MORTAIS

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 1.000.000,00 para atender às despesas com a transladação, para o Rio de Janeiro, dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Decreto n.º 31.141 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS A PRETE EM VEÍCULOS DE ALUGUEL

Aprova o Regulamento do serviço de táxis no Distrito Federal.

Decreto n.º 31.181 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

TRANSPORTES

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

Decreto n.º 31.056 — de 30 de junho de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de julho de 1952.

TRANSPORTES AÉREOS

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano, assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 31.343 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

TRANSPORTES AÉREOS REGULARES

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 31.419 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Ver: Crédito Especial.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

U

UNIÃO AMERICANA DE MINERAÇÃO LTDA.

Concede à União Americana de Mineração Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.308 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

UNIVERSIDADES

Concede reconhecimento ao curso de veterinária da Escola Superior de Veterinária, da Universidade Rural de Pernambuco.

Decreto n.º 31.100 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Concede reconhecimento aos cursos de engenheiros civis, eletricitistas e industriais da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.443 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

USINA SIDERÚRGICA MARUMBY LIMITADA

Concede à Usina Siderúrgica Marumby Ltda, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.109 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1952.

V

VENCIMENTOS

Estende as vantagens da Lei número 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

Lei n.º 1.675 — de 25 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1952.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Aprova novos projetos e orçamentos para obras na Estação de Cruz Alta, da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.277 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— *Aprova novos projetos e orçamentos para construção da variante de Pedras Altas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.420 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação áreas necessárias à construção ferroviária que menciona.*

Decreto n.º 31.421 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

Y

YOKOHAMA SPECIE BANK LIMITED

Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Cyrol Espirito Santo Cardoso
Nero Moura*

LEI N.º 1.648 — DE 18 DE JULHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 4.872.320,00 para atender ao pagamento de despesas de pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar daquele Ministério.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 4.872.320,00 (quatro milhões, oitocentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas, relativas ao exercício passado, com o pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar do mesmo Ministério e para a qual foi insuficiente a Verba 1 — I — 01 — 04 — 06, do Orçamento de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*João Neves da Fontoura
Horácio Lafer*

LEI N.º 1.649 DE 19 DE JULHO DE 1952

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL E DAS
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

CONSTITUIÇÃO DO BANCO

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a promover todos os atos necessários à constituição do Banco do Nordeste do Brasil, como um dos órgãos de execução do programa assistencial previsto no art. 198 da Constituição.

Art. 2.º O Banco do Nordeste do Brasil será organizado sob a forma de sociedade por ações e os seus estatutos, que dependerão de prévia aprovação do Presidente da República, obedecerão às linhas gerais consubstanciadas na presente Lei, e aos dispositivos, por esta não derogados, da legislação bancária e do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Art. 3.º O Banco do Nordeste do Brasil terá sede na cidade de Fortaleza.

§ 1.º O Banco terá uma filial em cada um dos Estados compreendidos no Polígono das Secas.

§ 2.º As filiais de que trata o parágrafo anterior terão, conforme dispuserem os Estatutos, e guardadas as normas gerais do Banco, autonomia na aplicação dos recursos que, na conformidade do art. 14, couberem aos respectivos Estados.

§ 3º As agências irão sendo instaladas na área do Polígono, de modo que haja, em cada Estado, pelo menos uma agência por 400.000 (quatrocentos mil) habitantes da respectiva área seca e um mínimo de duas agências por Estado.

CAPÍTULO II

RECURSOS

Art. 4.º Serão os seguintes os recursos do Banco do Nordeste do Brasil:

- a) capital social;
- b) parte do fundo a que se refere o art. 1º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949;
- c) depósitos nas condições que forem fixadas nos Estatutos;
- d) lucros verificados nas operações;
- e) produto do lançamento de títulos de sua responsabilidade, nas condições permitidas pela lei.

Art. 5º O capital inicial do Banco será de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00) dividido em ações comuns, nominativas, de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma, das quais o Tesouro Nacional subscreverá, no mínimo, setenta por cento (70%), no valor de setenta milhões de cruzeiros (Cr\$ 70.000.000,00), ficando os restantes trinta por cento (30%), no montante de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30.000.000,00), destinados à abertura de subscrição pública.

§ 1.º Caberá ao Tesouro Nacional, se necessário, completar a quota reservada à subscrição particular e não subscrita.

§ 2º É o Tesouro Nacional autorizado a subscrever a sua quota inicial de capital com parte do Fundo constituído em obediência ao disposto no art. 198, § 1º, da Constituição Federal.

§ 3º É o Poder Executivo autorizado a baixar os atos necessários ao reajustamento periódico do capital social, conforme a conveniência das operações do Banco, incorporando parte dos depósitos previstos no artigo seguinte e levando em conta o disposto no art. 17.

Art. 6º O Tesouro Nacional depositará cada ano, em conta especial no Banco do Nordeste, entre 50% e 80% da incorporação anual do Fundo a que se refere o art. 198, § 1º, da Constituição, para as operações referidas no mesmo dispositivo constitucional, *in fine*, observado sempre o disposto no § 3º do art. 1º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º O Banco será administrado por uma Diretoria composta de seis membros, sendo um presidente e cinco diretores, com a assistência de um Conselho Consultivo e de outros órgãos previstos na lei ordinária.

§ 1º O Presidente será de livre nomeação do Presidente da República, entre pessoas de notório conhecimento dos problemas peculiares à região.

§ 2º Os Diretores serão escolhidos pela forma e prazo que os Estatutos determinarem, não podendo este ser superior a quatro anos, mas permitida a reeleição.

§ 3º Vetado.

§ 4º As resoluções da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o direito de veto, com recurso para o Ministro da Fazenda.

§ 5º O Conselho Consultivo, constituído conforme determinarem os estatutos, incluirá obrigatoriamente o Diretor do Departamento Nacional de

Obras Contra as Sêcas, o Superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, um representante de cada um dos Estados diretamente interessados e um representante da agricultura, um da indústria e um do comércio da região, escolhidos mediante indicação das federações regionais, ou organizações semelhantes, através das confederações nacionais respectivas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES

Art. 8.º O Banco do Nordeste do Brasil prestará assistência, mediante empréstimo, a empreendimentos de caráter reprodutivo, na área do Polígono das Sêcas, especialmente para:

- a) despesas que couberem ao tomador de empréstimo para construção de açude por cooperação com o Governo Federal ou com governo estadual, até o limite de setenta por cento (70%) do prêmio concedido;
- b) construção de pequenos açudes e de barragens submersas, às expensas do interessado;
- c) perfuração e instalação de poços;
- d) obras de irrigação;
- e) aquisição ou construção de silos e construção de armazéns e fenis nas fazendas;
- f) aquisição ou reforma de equipamentos e máquinas agrícolas ou industriais e aquisição de reprodutores e animais de trabalho;
- g) produção de energia elétrica;
- h) plantação técnica e intensiva de árvores próprias à ecologia regional, especialmente as xerófilas de reconhecido valor econômico;
- i) serviços e obras de saneamento e desobstrução e limpeza de rios e canais;
- j) financiamento de safras agrícolas em geral, de preferência por intermédio de cooperativas agrícolas;
- k) financiamento, mediante penhor mercantil, dos produtos da região até o limite máximo de oitenta por cento (80%) de seu valor comercial, ou do preço mínimo, oficialmente fixado;
- l) construção e instalação de armazéns, nos centros de coleta e distribuição, e de usinas de beneficiamento e industrialização de produtos da região, e que concorram para o desenvolvimento e estabilidade da produção agropecuária;
- m) desenvolvimento e criação de indústrias, inclusive artesanais e domésticas, que aproveitem matérias-primas locais, que ocupem com maior produtividade as populações ou que sejam essenciais à elevação dos seus níveis de consumo essencial, no Polígono das Sêcas;
- n) aquisições, preparo e loteamento de terras para venda de pequenas propriedades rurais, a prazo longo, bem como despesas de transporte e sustento de colono durante o período inicial; atendidas, porém, as exigências da lei bancária comum ou dos estatutos quanto à manutenção de reservas em propriedades imobiliárias.

Art. 9.º O Banco do Nordeste do Brasil poderá fazer empréstimos a Prefeituras Municipais localizadas no Polígono das Sêcas, para qualquer um dos fins previstos nas letras a a i do artigo anterior, e bem assim para a realização de serviços de água e esgotos, mediante a utilização dos recursos a que se referem as letras c, d e e, do art. 4.º.

Art. 10. Poderá ainda o Banco do Nordeste do Brasil realizar, em benefício de empreendimentos que promovam o desenvolvimento econômico da

região compreendida no Polígono das Sêcas, tôdas as operações habituais dos corretores e bancos ou sociedades de investimento, permitidas pela lei, como sejam:

a) estudar empreendimentos econômicos e oferecê-los ao capital privado ou lançá-los à subscrição pública, na área de sua operação;

b) garantir a tomada de determinada quota do capital e o adquirir, para revenda posterior;

c) financiar mediante hipoteca;

d) adquirir ou construir e ceder em locação, com opção de compra os imóveis convenientes à instalação de fábricas, uma vez possam êles ser facilmente utilizáveis por outras empresas ou para outros fins;

e) colaborar com bancos e sociedades de investimentos para a realização de empreendimentos que correspondam às suas finalidades.

Parágrafo único. Para os fins das letras b a e dêste artigo, o Banco poderá emitir títulos de rendimento fixo ou variável, conforme for permitido pela lei.

CAPÍTULO V

CONDIÇÕES DAS OPERAÇÕES

Art. 11. Os prazos, juros e outras condições dos empréstimos serão fixados, atendendo aos aspectos econômicos dos empreendimentos e projetos, à existência dos recursos e à finalidade assistencial do Banco.

Art. 12. Na regulamentação desta lei, ou nos atos constitutivos a que se refere o art. 1.º, o Poder Executivo determinará a prioridade e as condições, nela não previstas, das operações do Banco.

Art. 13. Os recursos da conta especial a que se refere o art. 6.º somente poderão ser aplicados, para qualquer dos fins previstos no art. 8.º desta lei, em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área do Polígono das Sêcas, inclusive empresas agrícolas, empresas industriais e cooperativas.

§ 1º Vetado.

§ 2º Nos casos das letras j a n, os prazos, juros e demais condições serão estabelecidos na conformidade do que dispõem os arts. 11 e 12.

§ 3º Vetado.

§ 4º Vetado.

Art. 14. Vetado.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A parte do capital subscrito pelo Governo da União, de acordo com os §§ 2.º e 3.º do art. 5.º, não terá direito a dividendos, se as ações subscritas por outras pessoas físicas e jurídicas não couber um dividendo mínimo de 10%. Os dividendos que tocarem à União não poderão ser retirados.

Parágrafo único. Não serão abonados juros aos depósitos previstos no art. 6.º.

Art. 16. O Banco do Nordeste do Brasil operará, sempre que possível, em colaboração com outros bancos e de preferência através de agências locais de bancos nacionais, particularmente os de caráter cooperativo cu- de contrôe da União e dos Estados e Municípios.

Parágrafo único. O Banco do Nordeste do Brasil dará preferência, igualmente, às operações por intermédio de cooperativas, e a financiamentos diretos a essas entidades, para as quais serão estabelecidas condições mais favoráveis.

Art. 17. O Poder Executivo, ao adotar as providências autorizadas no § 3.º do art. 5.º e ao regulamentar as operações do Banco, levará em conta a necessidade de um nível mínimo de liquidez, a fim de reforçar a reserva líquida constituída para socorro às populações atingidas pelas secas.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá os favores especiais que devam ter os tomadores de empréstimo nos anos de seca, sob a forma de redução, isenção ou adiamento de pagamento de juros e amortizações, conforme a natureza das operações e a gravidade local do flagelo.

Art. 18. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e outros órgãos públicos prestarão ao Banco a assistência técnica que estiver a seu alcance.

Parágrafo único. O Banco, por sua vez, colaborará, através do Escritório Técnico de estudos econômicos, que manterá, no exame dos problemas da região a cargo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Art. 19. O Banco apresentará anualmente ao Poder Executivo, até 31 de janeiro, relatório sobre suas atividades, o qual será remetido ao Congresso juntamente com a conta de movimento, a que se refere o art. 11 da Lei n.º 1.004.

Art. 20. É o Poder Executivo autorizado a dar a garantia do Tesouro para os depósitos e os títulos emitidos pelo Banco do Nordeste; bem como para os empréstimos que faça no estrangeiro, destinados a empreendimentos econômicos, e que sejam previamente submetidos ao exame e aprovação dos órgãos próprios da administração federal.

Art. 21. A parte da reserva à que se refere o § 1.º do art. 198 da Constituição, e que não seja depositada no Banco do Nordeste ou integrada no seu capital, na forma desta Lei, poderá constituir depósito especial no Banco do Brasil, para atender à finalidade do § 1º do art. 1º da Lei nº 1.004, conforme as condições que forem contratadas entre este e o Governo.

Art. 22. O Poder Executivo, ouvido o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, poderá autorizar a que no Banco do Nordeste possam ser realizados, em condições equiparadas às do Banco do Brasil, depósitos do Tesouro e de órgãos e entidades públicas, depósitos judiciais e outros depósitos ou tomada de títulos, determinados pela Lei a instituições públicas ou subordinadas a controle público em suas aplicações financeiras.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades públicas cuja atuação, no todo ou em parte, se faça na área do Polígono das Secas, utilizarão sempre que isso não prejudique suas atividades, quanto aos recursos financeiros mobilizados na região, os serviços bancários do Banco do Nordeste.

Art. 23. O art. 1º e seu § 3º da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º A Lei orçamentária consignará, anualmente, uma dotação global correspondente a 1% (um por cento) da renda tributária prevista da União, para constituir o depósito especial de que trata o § 1º do art. 198 da Constituição Federal."

«§ 3º Em nenhuma hipótese, a reserva especial, sem aplicação, destinada ao socorro às populações durante as calamidades, poderá ser inferior à quantia correspondente a 1% (um por cento) da renda tributária prevista.»

Art. 24. É vedado ao Banco do Nordeste do Brasil conceder empréstimos a pessoas físicas ou jurídicas que não sejam estabelecidas no Polígono das Sêcas ou que não tenham atividades na referida área.

Art. 25. Os servidores do Banco do Nordeste do Brasil, excetuados os Diretores e os ocupantes de cargos técnicos, definidos no Regulamento, serão admitidos mediante concurso.

Art. 26. São revogados os arts. 3º a 10 da Lei nº 1.004, de 24 de dezembro de 1949, e as disposições em contrário.

Art. 27. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

Oswaldo Carijó de Castro

LEI N.º 1.650 — DE 19 DE JULHO
DE 1952

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Em cada um dos seis Ministérios seguintes — Agricultura, Educação e Saúde, Justiça e Negócios Interiores, Trabalho, Indústria e Comércio, Relações Exteriores, e Viação e Obras Públicas, é criada uma Seção de Organização, subordinada administrativamente ao respectivo Departamento de Administração e técnica-mente ao Departamento Administrativo do Serviço Público, com o qual funcionará em articulação direta.

Parágrafo único. É criada também, no Ministério da Fazenda, uma Seção de Organização, administrativamente subordinada à Direção Geral da Fazenda Nacional, e tecnicamente ao Departamento Administrativo do Serviço Público.

Art. 2.º Competirá a cada uma das seções de organização instituídas pelo art. 1.º proceder ao estudo da organização, condições, normas e métodos de trabalho das unidades administrativas do respectivo Ministério, bem

como sugerir as medidas que julgar necessárias à sua racionalização e aperfeiçoamento.

Parágrafo único. As atribuições das seções de organização serão fixadas em regimento.

Art. 3.º É extinta a Seção de Organização da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 4.º A chefia de cada Seção de Organização deverá ser preenchida por escolha a fazer-se de preferência, entre servidores que possuam conhecimentos especializados de organização, adquiridos em cursos técnicos, ou que hajam trabalhado em serviços dessa especialidade.

Parágrafo único. Os nomes para a chefia da Seção de Organização serão designados, em cada Ministério, pelo diretor geral do respectivo Departamento de Administração, exceto no Ministério da Fazenda, onde a designação será feita pelo diretor geral da Fazenda Nacional.

Art. 5.º Os diretores gerais dos departamentos de administração a que se refere esta Lei e o diretor geral da Fazenda Nacional ficam autorizados a requisitar do próprio Ministério servidores para a sua Seção de Organização, mediante aprovação do respectivo Ministro de Estado.

Art. 6.º É criada uma função gratificada de Chefe de Seção (FG-5) na Direção Geral da Fazenda Nacional,

e função igual em cada um dos departamentos de administração dos Ministérios citados no art. 1.º com a gratificação anual de Cr\$ 9.000,00 (nove mil cruzeiros).

Art. 7.º É extinta a função gratificada de Chefe da Seção de Organização da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Francisco Negrão de Lima

João Neves da Fontoura

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Oswaldo Carijó de Castro

LEI N.º 1.651 — DE 22 DE JULHO DE 1952

Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvaçor — Porto Nacional (BR 28).

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º No prazo de 3 (três) anos, a contar da publicação desta lei, concluirá o Poder Executivo a construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira, constante do programa de primeira urgência estabelecido pela Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948.

Art. 2.º Para atender ao disposto no artigo anterior, o Orçamento da República consignará, anualmente, complementando os recursos que lhe forem destinados pelo F. R. N., nunca inferior a Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.652, — DE 22 DE JULHO DE 1952

Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros-restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São considerados ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e de Previdência Social, os empregados de empresas cooperativas ou firmas que explorem carros-restaurantes de composições ferroviárias.

Art. 2.º São igualmente considerados ferroviários, para os referidos efeitos, os empregados de associações constituídas de ferroviários cujas atividades a eles se destinem com exclusividade, tais como cooperativas, farmácias e sindicatos.

Art. 3.º A mesma situação é reconhecida aos carregadores em atividade nas estações ou pontos de embarque e desembarque de passageiros das estradas de ferro, aeródromos e portos marítimos ou fluviais.

§ 1.º — Fica-lhes assegurado, bem como aos demais trabalhadores por conta própria, o direito de contribuir para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, que lhes garantirá todos os benefícios dispensados aos demais contribuintes.

§ 2.º — Para que se lhes possa aplicar o disposto neste artigo os carregadores habilitar-se-ão com certificado de exercício das companhias, empresas ou entidades jurídicas a que estejam servindo e nas quais se tenham matriculado, caso não possuam carteira profissional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.653 — DE 22 DE JULHO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 (setecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951, que foram as seguintes:	Cr\$
Verba — 1 Pessoal	
Consignação III — Vantagens	
Subconsignação 14 — Gratificação de representação	
03 — Justiça Militar	
01 — Superior Tribunal Militar	21.600,00
Subconsignação 14 — Gratificação adicional	
03 — Justiça Militar	
02 — Auditorias	
01 — Auditoria de Correição	24.000,00
Consignação VII — Outras despesas com Pessoal	
Subconsignação 31 — Substituições	
03 — Justiça Militar	
01 — Superior Tribunal Militar	112.000,00
02 — Auditorias	588.000,00
Verba 3 — Serviços e Encargos.	
Consignação I — Diversos	
Subconsignação 41 — Salário família	
03 — Justiça Militar	
02 — Auditorias	21.750,00
Total	767.650,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1952.

ETELVINO LINS, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.653-A — DE 26 DE JULHO 1952.

Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto lei n.º 9.413, de 8 de abril de 1946.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O parágrafo único do art. 4.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946, passa a vigorar como § 1.º, acrescentados os §§ 2.º e 3.º na forma seguinte:

“Art. 4.º —
§ 1.º —

§ 2.º — Se a recuperação da capacidade de trabalho ocorrer entre os 55 e 65 anos de idade do aposentado, a aposentadoria por invalidez será automaticamente convertida em aposentadoria por velhice, de igual valor mensal.

§ 3.º — O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários receberá, à conta do acervo do “Tokohama Specie Bank Limited”, indenização correspondente à responsabilidade que lhe acarrete o disposto no parágrafo anterior, observadas, no cálculo para o pagamento, as instruções que forem expedidas pelo Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.

Art. 2.º — O art. 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, citado, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5.º — Os maiores de 55 anos, quando julgados válidos em inspeção de saúde, serão aposentados por velhice na mesma base da aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único — Em virtude dessa nova responsabilidade, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários receberá do acervo do Banco liquidado importância igual à diferença entre o valor atual provável da aposentadoria por velhice, inclusive a respectiva reversão em pensão,

e a reserva individual média do associado, já constituída no Instituto”.

Art. 3.º — No calculo das mensalidades relativas às aposentadorias por velhice, que se hajam de fazer de acôrdo com o art. 5.º do mencionado Decreto-lei n.º 9.143, são applicáveis as disposições de Decreto-lei n.º 7.835, de 6 de agosto de 1945.

Art. 4.º — As prestações das aposentadorias por velhice assumirão os valores estabelecidos nesta Lei, a partir da data da sua publicação.

Art. 5.º — É o Banco do Brasil S. A. autorizado a transferir para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, do saldo da conta do “Iokohama Specie Bank Limited”, a importância relativa às indenizações previstas no art. 4.º, § 3.º, e art. 5.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Art. 6.º — A idade do associado para o efeito do disposto nos arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei citado no artigo precedente, será a que o mesmo contasse na data em que entrou em vigor esse Decreto-lei.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Segadas Viana

LEI N.º 1.654 — DE 28 DE JULHO DE 1952

Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a “Companhia de Eletricidade de Manaus”, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' a União autorizada a entrar em acôrdo com o Estado do Amazonas e com o Município de Manaus, sua Capital, para a constituição de uma sociedade anônima de economia mista, destinada a reformar e a explorar o sistema elétrico e de carris que serve ao aludido Município.

Parágrafo único. A Sociedade denominar-se-a “Companhia de Eletricidade de Manaus” e terá sua sede, domicílio e fóro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º O capital inicial da Companhia será fixado pelos Estatutos e formado da seguinte maneira:

a) Cr\$ 80.000.000,00 subscritos pela União;

b) Cr\$ 8.000.000,00, acrescidos do valor do acervo incorporado, atualmente, aos Serviços Elétricos do Estado, subscritos pelo Estado do Amazonas;

c) Cr\$ 1.600.000,00 subscritos pelo Município de Manaus;

d) Cr\$ 10.400.000,00 oferecidos a subscrição pública.

Parágrafo único. Se não for integralmente coberta a parcela oferecida à subscrição pública, a diferença será subscrita ou pela União, ou por autarquias federais, inclusive a Caixa Econômica Federal do Amazonas, para esse fim especialmente autorizadas pela presente Lei, garantindo a União às entidades subscritoras, no segundo caso, o juro de seis por cento (6%) ao ano, enquanto a Companhia não distribuir dividendo, ou a diferença entre essa taxa e a do dividendo, quando o distribuir inferior àquele juro.

Art. 3.º A subscrição em dinheiro da União, do Estado do Amazonas e do Município de Manaus correrá por conta da quota constitucional da valorização da Amazônia (Constituição Federal, artigo 199 e seu parágrafo único) e constará anualmente dos respectivos orçamentos em parcelas correspondentes as chamadas de capital da Companhia.

Art. 4.º A parte da subscrição do Estado do Amazonas representada pelo acervo dos Serviços Elétricos do Estado será avaliada pela Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura devendo a avaliação ser aprovada pela assembléia geral de constituição da Companhia.

Art. 5.º O capital da Companhia será representado por ações ordinárias de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) cada uma e integralizado em quatro (4) anos, em prestações anuais de igual valor, a partir de 1952.

Parágrafo único. O capital da Companhia, depois de integralizado, poderá ser aumentado.

Art. 6.º O capital em dinheiro da Companhia, no montante de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100.000.000,00), só poderá ser empregado na execução das obras novas previstas nos projetos que forem aprovados, para a completa remodelação do sistema elétrico e de carris de Manaus, bem como nas modificações que lhes forem ulteriormente introduzidas, visando a sua ampliação ou aperfeiçoamento.

Art. 7.º A Companhia será administrada por três Diretores, a saber, o Diretor-Presidente, o Diretor-Técnico e o Diretor-Administrativo, eleitos pela assembléa geral pelo prazo de quatro (4) anos, podendo o mandato ser renovado.

§ 1.º A eleição da Diretoria processar-se-á em dois escrutínios, votando cada acionista em um só nome:

a) no primeiro escrutínio eleger-se-á, isoladamente o Diretor-Presidente por maioria de votos;

b) no segundo escrutínio eleger-se-ão conjuntamente os dois outros Diretores, considerando-se eleitos o primeiro e o segundo votados.

§ 2.º O representante da União na assembléa geral será o Procurador Geral da Fazenda Pública, ou quem, em seu impedimento, o Ministro da Fazenda designar; os representantes do Estado do Amazonas e do Município de Manaus serão os procuradores ou funcionários que sua legislação indicar.

Art. 8.º O anúncio de convocação de assembléa geral, em que se proceda a eleição da Diretoria, deverá ser acompanhado de uma lista de nomes, dentre os quais deverão ser escolhidos os Diretores da Companhia, quatro propostos pela União e dois pelo Estado do Amazonas a qual será publicada com a folha de títulos profissionais e de serviços de cada um.

§ 1.º O Diretor-Técnico, além de engenheiro, precisa contar mais de quatro (4) anos de serviços especializados em eletricidade.

§ 2.º Proceder-se-á de maneira análoga no caso de preenchimento de vaga.

Art. 9.º A Companhia não responderá por nenhuma obrigação decorrente do contrato entre o Estado do Amazonas e o ex-arrendatária do sistema elétrico de Manaus, ou da exploração direta desse sistema por aquêle, assumindo o Estado do Amazonas todo o passivo oriundo da exe-

cução direta ou contratada do serviço de eletricidade da sua Capital e passando o acervo dêste, livre e desembaraçado de qualquer ônus, real ou pessoal, para o patrimônio da Companhia.

Art. 10. A Companhia não responderá também:

a) pelas obrigações decorrentes da dispensa automática, que será feita, de todo o pessoal que for acaso admitido nos Serviços Elétricos do Estado entre a data da apresentação do projeto desta Lei e aquela em que o referido serviço lhe for entregue, assumindo o Estado do Amazonas as referidas obrigações;

b) pelo déficit de exploração que for devidamente apurado no período que mediar entre a entrega do serviço e o início de funcionamento do primeiro gerador da nova usina elétrica, o qual será liquidado anualmente, em partes iguais, pelo Estado do Amazonas e pela União.

Art. 11. A Companhia gozará da imunidade tributária comum das empresas de eletricidade; bem como da isenção dos direitos de importação para consumo, das taxas, inclusive emolumentos consulares, e demais encargos fiscais a que estiverem sujeitos os materiais, equipamentos, combustíveis e lubrificantes que importar, desde que destinados a suas instalações e à ampliação, renovação, conservação e exploração das mesmas; e, durante o prazo de cinco (5) anos, contados da data em que se inscrever, no Registro do Comércio, de isenção do imposto de consumo nas compras que efetuar e do imposto do selo em todos os atos em que fôr parte.

Art. 12. O Banco do Brasil fornecerá o câmbio e as licenças de importação para a aquisição da aparelhagem e dos materiais necessários a completa remodelação do sistema elétrico e de carris de Manaus, bem como para as despesas correlatas de transporte, seguros e serviços.

Art. 13. A Companhia será titular da autorização federal para produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica no Município de Manaus em virtude de transferência, que se operará automaticamente daquela que ora cabe aos Serviços Elétricos do Estado, e cujo prazo de vigência fica prorrogado para pertazer cinquenta (50) anos (Artigo

157, parágrafo único do Código de Aguas).

Art. 14. O acôrdo previsto no artigo 1.º fica subordinado à prévia expedição de leis do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, que os autorizem igualmente a participar do mesmo e a subscrever as ações da Companhia, nas bases estabelecidas na presente lei, bem como à apresentação, por parte do primeiro, à Comissão adiante designada, dos seguintes documentos:

a) leis de autorização estadual e municipal publicadas no órgão oficial do Estado e do Município;

b) estudo das bases econômico-financeiras do empreendimento e do mercado compreendido na autorização de que a Companhia será titular;

c) projeto e orçamento da completa remodelação do sistema elétrico e de carris de Manaus, levados até as plantas de detalhe e as especificações, para coleta de preços, da aparelhagem e do material;

d) programa das obras, a ser cumprido no prazo máximo de quatro (4) anos, contados da constituição da Companhia;

e) minutas dos contratos e atos jurídicos necessários à constituição da Companhia e à consecução dos objetivos da presente lei.

Parágrafo único. Na mesma ocasião, a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura apresentará a avaliação do acervo dos Serviços Elétricos do Estado que passará à Companhia (artigo 4.º).

Art. 15. A Comissão prevista no artigo anterior compor-se-á do Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, que será seu Presidente e a quem caberá promover seu funcionamento, do Procurador Geral da Fazenda Pública, do Diretor da Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e de um dos Diretores da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, designado pelo Presidente desta.

§ 1.º O Estado do Amazonas fará acompanhar os trabalhos dessa Comissão por dois representantes, um para a parte técnica e o outro para a parte jurídica, munidos de poderes para debater e aceitar as modifica-

ções que forem acaso propostas pela Comissão.

§ 2.º Essa Comissão examinará, no prazo improrrogável de quarenta e cinco (45) dias, os documentos apresentados pelo Estado do Amazonas e, ao aprovar o projeto, orçamento e demais soluções propostas, embora com modificações aceitas por aquêle, extinguir-se-á automaticamente.

§ 3.º A aprovação preliminar do projeto e orçamento pela Comissão não dispensa a aprovação definitiva pelo Ministério da Agricultura.

§ 4.º Extinta a Comissão, ficará o seu Presidente investido daí por diante, por parte da União, da qualidade de fundador da Companhia, para publicar o prospecto e o projeto dos Estatutos, anunciar a subscrição pública e tomar as demais providências legais para a constituição da mesma.

Art. 16. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, um crédito especial de um milhão e duzentos mil cruzeros (Cr\$ 1.200.000,00), para ocorrer às despesas da fundação da Companhia de Eletricidade de Manaus.

§ 1.º Essa quantia será depositada no Banco do Brasil, à ordem do fundador da Companhia, que prestará contas da sua aplicação à Assembléia Geral.

§ 2.º Entre as despesas da fundação se inclui, até o limite de um milhão de cruzeros (Cr\$ 1.000.000,00), o pagamento de metade das que tiverem sido feitas com a elaboração do projeto, orçamento e estudos, desde que, ao aprová-los preliminarmente, tenha a Comissão aprovado também o seu preço.

§ 3.º As despesas custeadas por esse crédito, e as da mesma natureza efetuadas pelo Estado do Amazonas, não serão levadas à conta do capital da Companhia.

Art. 17. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

LEI N.º 1.655 — DE 28 DE JULHO
DE 1952

Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Raimundo da Silva, extranumerário-diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Raimundo da Silva, extranumerário-diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, falecido a 13 de setembro de 1943, em consequência de acidente ocorrido em serviço, a pensão especial de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) mensais.

§ 1.º — Pelo período decorrido entre a morte do servidor e a publicação desta Lei, será paga à pensionista a importância mensal de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros).

§ 2.º — A pensão será paga com recurso da verba orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.656 — DE 28 DE JULHO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para pagamento de pensão a Maria de Bastos Medeiros Chagas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos cruzeiros), para atender ao pagamento da pensão de Cr\$ 500,00 (quinhentos

tos cruzeiros) mensais a Maria de Bastos Medeiros Chagas, concedida na Lei n.º 726, de 3 de junho de 1949.

Parágrafo único — O crédito mencionado se destina a atender às despesas relativas ao período de 1 de junho de 1949 a 31 de dezembro de 1951.

Art. 2.º — As despesas, a partir de janeiro de 1952, correrão à conta dos créditos próprios do Ministério da Fazenda para pagamento de pensionistas do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.657 — DE 29 DE JULHO
DE 1952

Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) de que trata a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, será destinado ao pagamento das despesas, já realizadas, de pessoal e material, referentes aos anos de 1949 e 1950, com a manutenção de hospedarias a cargo do Departamento Nacional de Imigração, em Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1952;
131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Segadas Viana

Horácio Lafer

LEI N.º 1.657 — DE 1 DE AGOSTO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer a população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para socorrer a população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água que ali caiu, determinando o transbordamento de vários rios e consequente inundação de larga parte da cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de agosto de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.657-B — DE 1 DE AGOSTO
DE 1952

Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuada a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A. — Cia. Brasileira de Petróleos.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida isenção de imposto de importação e taxas adua-

neiras, excetuada a de previdência social, para o seguinte material a ser importado pela Ipiranga S. A. Companhia Brasileira de Petróleos:

a) — uma unidade para destilação atmosférica, com capacidade para 4.500 barris diários;

b) — uma unidade de "cracking" térmico, com capacidade de 2.000 barris diários, dupla serpentina, tipo "Dubbs";

c) — uma unidade para tratamento químico da gasolina de "cracking";

d) — bombas e demais acessórios, para transferência das cargas entre unidades;

e) — duas caldeiras a vapor, com capacidade de 10 toneladas por hora de vaporização;

f) — estações de bombeamento, para água de resfriamento, sendo uma com motor elétrico e outra com motor a gasolina;

g) — Seiscentos metros de cano de 12";

h) — um sistema de segurança de explosões, para a unidade de "cracking";

i) — uma unidade de defesa contra incêndios;

j) — Dois compressores de ar, com capacidade de vinte metros cúbicos por hora;

l) — unidades complementares das instalações referidas;

m) — torres e demais equipamentos de montagem.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de agosto de 1952.
Senado Federal, em 1 de agosto de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.658 — DE 4 DE AGOSTO DE 1952

Dá nova organização administrativa ao Ministério da Marinha

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os serviços administrativos do Ministério da Marinha serão reorganizados nas bases desta lei.

Art. 2.º O Ministério da Marinha compreenderá o Conselho de Almirantado, o Conselho de Promoções, o Gabinete do Ministro, o Estado-Maior da Armada, a Secretaria-Geral da Marinha, as Diretorias e os Serviços.

§ 1º O Conselho do Almirantado, o de Promoções e outros que forem criados, as Comissões de caráter consultivo e a Secretaria-Geral da Marinha constituirão, em conjunto, o Gabinete Administrativo do Ministro.

§ 2º O Chefe do Estado-Maior da Armada, como Assessor Militar, o Secretário-Geral da Marinha, como Assessor Administrativo, os Diretores Gerais das diversas Diretorias e o Comandante Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, como Assessores Técnicos, serão os Auxiliares do Ministro, na sua atribuição de exercer a alta direção da política naval.

Art. 3º O Estado-Maior da Armada é o órgão responsável pelo Comando Militar e pela Logística de Consumo, competindo ao seu Chefe, como Comandante Superior das Forças Navais, o adestramento, eficiência, preparação e emprego dessas Forças.

§ 1º O Estado-Maior da Armada terá um Vice-Chefe e cinco Subchefes, com as atribuições estabelecidas em regulamento.

§ 2º São subordinados ao Estado-Maior da Armada, militar e administrativamente, as Forças Navais e os Distritos Navais, estes últimos para o fim da coordenação das atividades de terra e militarmente o Corpo de Fuzileiros Navais, cabendo aos Comandantes dos Distritos o Comando superior das Bases e mais estabelecimentos navais existentes na zona de sua jurisdição.

§ 3º Será subordinado ao Chefe do Estado-Maior o Inspetor-Geral da Marinha, a quem caberá investigar e fiscalizar tudo que concernir à disciplina e à eficiência da Marinha Brasileira.

Art. 4º A Secretaria-Geral da Marinha compreenderá os Departamentos de:

a) Administração — com atribuições sobre: Expediente, Pessoal Civil, Tombamento, Estatística, Planejamento e Controle Administrativo, Biblioteca e Arquivo e Imprensa Naval;

b) Finanças — com atribuições sobre: Orçamento e Distribuição de Rendas, Fiscalização de Despesa e de Pagamentos e Recebimentos;

c) Relações Públicas — com atribuições sobre: Logística de Produção, Ligações com o Congresso Nacional, Ligações com as Repartições Públicas, Autarquias e Serviços de Propaganda e Ligação com a Imprensa e Público;

d) Consultoria Jurídica — com atribuições de Consulta e a de Consolidação de leis e regulamentos.

Art. 5º Os órgãos técnicos da Administração Naval serão:

a) Diretoria do Pessoal — com atribuições sobre: Assuntos relativos à obtenção, instrução e distribuição do pessoal, promoções, justiça, disciplina e assistência social, bem como a superintendência das organizações navais de pessoal e ensino;

b) Diretoria do Armamento da Marinha — Direção dos serviços relacionados com o material bélico em geral;

c) Diretoria de Engenharia Naval — Planos de construção e obtenção de navios e embarcações e certos equipamentos; projetos, construção ou obtenção de obras civis e serviços de força, luz, água, telefones, esgotos e outros necessários às dependências navais; orientação técnica dos estaleiros, oficinas e arsenais de construção e reparos; controle de determinados laboratórios experimentais;

d) Diretoria de Hidrografia e Navegação — Assuntos de hidrografia, oceanografia, meteorologia náutica e segurança da navegação marítima, fluvial e lacustre;

e) Diretoria de Saúde Naval — Administração de hospitais, ambulatórios, clínicas e laboratórios e adestramento do pessoal de saúde;

f) Diretoria de Portos e Costas — Registro de embarcações, matrícula do pessoal marítimo, socorros marítimos, prática, polícia naval do litoral, ensino profissional do pessoal marítimo e de pesca;

g) Diretoria de Intendência da Marinha — Aquisição, armazenamento e entrega de suprimentos, provisões, fardamento, combustível e outros materiais, manutenção e tomada de contas do patrimônio e dos fundos da Marinha; pagamento do pessoal e das faturas de fornecimento, quando autorizado pela Secretaria-Geral da Marinha;

h) Diretoria de Aeronáutica — Coordenação dos assuntos relacionados com o Ministério da Aeronáutica, mantendo com este a mais estreita cooperação; e assuntos relacionados com a Aviação embarcada;

i) Diretoria de Eletrônica — Projetos de delineamento, fabrico ou obtenção, reparos, entrega e manutenção do material eletrônico e de rádiocomunicações não especificadamente atribuído a outra Diretoria. Contrôles das atividades relacionadas com a eletrônica e rádiocomunicações, como fábricas, gabinetes, laboratórios de pesquisas e de análises e depósitos;

j) Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais — Recrutamento, ensino, adestramento e distribuição das praças; adestramento e distribuição dos Oficiais; administração das organizações de apoio e do pessoal do Corpo.

Art. 6º São extintas as atuais Diretoria de Comunicações, Diretoria de Fazenda, Diretoria da Marinha Mercante, Diretoria do Ensino Naval e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, sendo dada nova organização ao Gabinete do Ministro e transferidas para a Divisão de Expediente da Secretaria-Geral da Marinha as atuais atribuições da Secretaria da Marinha.

Art. 7º Os atuais Arquivo da Marinha e Biblioteca passarão a constituir uma Divisão da Secretaria-Geral.

Art. 8º O Poder Executivo baixará os regulamentos necessários à execução desta Lei e fixará a lotação do pessoal civil das repartições e estabelecimentos navais de acordo com a nova organização administrativa do Ministério.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64. da República.

GETULIO VARGAS

Renato de Almeida Guillobel

LEI N.º 1.658-A — DE 5 DE AGOSTO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 605.734,40, para pagamento de despesa relativa ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 605.734,40) seiscentos e cinco mil, se-

tecentos e trinta e quatro cruzeiros e quarenta centavos, a fim de atender a despesa relativa ao exercício de 1951, para a qual foi insuficiente a verba 1 — Pessoal; Consignação 1 — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 05 — Justiça do Trabalho, 02 — Tribunais Regionais e Juntas de Conciliação e Julgamento, 01 — 1.ª Região, do Anexo n.º 26, da Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.658-B — DE 5 DE AGOSTO
DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

O Congresso Nacional decreta, e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros) para pagamento de despesas de aluguel, no exercício de 1950, efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de agosto de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.659 — DE 6 DE AGOSTO
DE 1952

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont provou a dirigibilidade dos aerostatos.

O Presidente da República, faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos da prova de Saint Cloud, realizada a 19 de outubro de 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont demonstrou a dirigibilidade dos aerostatos com a sua evolução aérea ao redor da Torre Eiffel.

Art. 2.º A fim de dar ampla e eficiente divulgação ao feito comemorado, os selos serão destinados tanto ao serviço postal ordinário como ao serviço postal aéreo, levando os deste último a indicação: *Correio Aéreo*.

Art. 3.º Serão as seguintes as quantidades e taxas dos selos comemorativos: cinco milhões de selos para cada

uma das taxas de Cr\$ 0,20 (vinte centavos), Cr\$ 0,40 (quarenta centavos) e Cr\$ 0,60 (sessenta centavos); do serviço postal ordinário; e um milhão para cada uma das taxas de Cr\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos), Cr\$ 3,80 (três cruzeiros e oitenta centavos) e Cr\$ 5,80 (cinco cruzeiros e oitenta centavos), do serviço postal aéreo.

Art. 4.º Os selos serão impressos por processo gráfico moderno, no país ou no estrangeiro, a critério do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Art. 5.º O Departamento dos Correios e Telégrafos emitirá para custeio da impressão desses selos cem mil blocos filatélicos, que serão vendidos ao preço de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por unidade.

Art. 6.º A venda dos blocos filatélicos far-se-á nos termos de instruções especiais a serem baixadas em colaboração com a Comissão Filatélica, e que terão ampla publicidade.

Art. 7.º A impressão dos blocos filatélicos far-se-á na Casa da Moeda, que para tanto imprimirá, em folheto de 0,100m x 0,150m, uma quadra dos selos de 200 réis (Correio Aéreo) de 1929, representando Santos Dumont no voo de contorno da Torre Eiffel, com a legenda: "Departamento dos Correios e Telégrafos — Pó Emissão do Cinquentenário — Custo: Cr\$ 5,00" — em forma gráfica artisticamente distribuída.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima
Horácio Lafer

LEI N.º 1.660 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 220.070,00 — (duzentos e vinte mil e setenta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de despesas, relativas ao exercício de 1951, com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no exterior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

Horácio Lafer

LEI N.º 1.661 — DE 19 DE
AGOSTO DE 1952

Modifica os artigos 801, 836, 853, 871, 872 e 874, do Código do Processo Civil, sobre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 801, pr. e § 1.º, o art. 836, pr., o art. 853, pr. e parágrafo único, o art. 871, pr., os ns. II e III, do art. 872, e o § 2.º do artigo 874, do Decreto-lei n.º 1.608, de 13 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil) passam a vigorar nos termos abaixo, mantidas as demais disposições dos artigos.

Art. 801 — A ação rescisória será julgada em única instância, pelo tribunal competente, segundo a lei de organização judiciária e processada na forma seguinte:

§ 1.º — Se a petição se revestir dos requisitos dos arts. 158 e 159, o relator a que fôr distribuída ordenará a citação do réu por intermédio da Secretaria do Tribunal, por qualquer das formas previstas neste Código.

Art. 836 — Se não fôr caso de embargo, o relator o decidirá de plano, cabendo desta decisão agravo para o Tribunal competente para o julgamento dos embargos.

Art. 853 — Conceder-se-á recurso de revista nos casos em que divergirem, em suas decisões finais, duas ou mais câmaras, turmas ou grupos de câmaras, entre si, quanto ao modo de interpretar o direito em tese. Nos mesmos casos, será o recurso extensivo à decisão final de qualquer das câmaras, turmas ou grupos de câmaras, que contrariar outro julgado, também final, das câmaras cíveis reunidas.

§ 1.º — Não será lícito alegar que uma interpretação diverge de outra, quando, depois desta, a mesma câmara, turma ou grupo de câmaras, que a adotou, ou as câmaras cíveis reunidas, hajam firmado jurisprudência uniforme no sentido da interpretação contra a qual se pretende reclamar.

§ 2.º — A competência para o julgamento de recurso, em cada caso, será regulada pela Lei.

Art. 871 — Preparados os autos, ou verificada a dispensa de preparo, serão apresentados, na primeira sessão de julgamento, ao presidente do Tribunal a que couber conhecer do recurso, sorteado o relator na forma do art. 872.

Art. 872 —

II — quando forem dois ou mais os processos, a distribuição será feita em público, e antes de iniciada a sessão de julgamento, pelo presidente do Tribunal a que couber conhecer do recurso;

III — verificados os números de ordem dos processos o presidente os escreverá em papéis destacados, colocando-os na urna; em seguida irá, por sorteio, distribuindo os que fôr retirando da urna, na ordem de antiguidade dos juizes que compuserem o Tribunal.

Art. 874 —

§ 2.º — Nos embargos de nulidade ou infringentes do julgado, nas revistas e nas ações rescisórias, a Secretaria do Tribunal devolvirá os autos pelo relator, expedirá cópias autenticadas do relatório, e as distribuirá entre os juizes que compuserem o Tribunal competente para o julgamento.

Art. 2.º Esta Lei aplica-se aos processos em curso, e entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de
Lima

LEI N.º 1.662 — DE 21 DE AGOSTO
DE 1952

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, para atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10 (dois milhões, seiscentos e quatorze mil oitocentos e setenta e sete cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento das despesas de transporte, por via aérea de malas diplomáticas trocadas entre a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e as Missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945, a 1949.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

João Neves da Fontoura
Horácio Lafer

LEI N.º 1.663 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1952

Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois cruzeiros) para atender ao pagamento de gratificações adicionais aos Ministros do Superior Tribunal Militar, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre seus vencimentos, de acordo com o disposto na Lei n.º 1.341, de 30 de janeiro de 1951.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.664 — DE 27 DE AGOSTO
DE 1952

Autoriza o poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para reforço de pagamento de salário-família.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta cruzeiros), para reforço de pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1951.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.665 — DE 1 DE SETEMBRO
DE 1952

Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º É excluído da classificação declarada no art. 1.º da Lei n.º 121,

de 22 de outubro de 1947, o Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guillobel.

Cyro Espirito Santo Cardoso.

Nero Moura.

LEI N.º 1.666 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10 (um milhão, quinhentos e sessenta e três mil, trezentos e trinta e sete cruzeiros e dez centavos), para atender ao pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de sete vagões destinados aos serviços de correio ambulante das composições, de passageiros, dos modernos comboios ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, nas linhas do Centro e de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Alvaro de Souza Lima.

Alberto de Andrade Queiroz.

LEI N.º 1.667 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1952

Revoga a alínea a do art. 530, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º E' revogada a alínea a do Art. 530 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 2.º E' proibida, sob qualquer pretexto ou modalidade, a exigência do atestado de ideologia, ou qualquer outra que vise a apreciar ou a investigar as convicções políticas, religiosas ou filosóficas dos sindicalizados.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

LEI N.º 1.668 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1952

Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' concedido à Associação Médica de Goiás o auxílio de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para a realização, na cidade de Goiânia, do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

Art. 2.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de igual importância, para pagamento do auxílio a que se refere o artigo 1.º desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.669 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 (dezesesse milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros), para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro de Londres, a 1.º de março de 1947.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 (dezesesse milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros) correspondente a £ 300.000 (trezentas mil libras esterlinas), para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro em Londres, a 1.º de março de 1947, executado o referente à Brazil Railway Company and Port of Pará.

Parágrafo único — No pagamento a que se refere este artigo serão utilizados os fundos congelados em esterlinos.

Art. 2.º — O crédito especial a que se refere a presente Lei, depois de registrado pelo Tribunal de Contas, será distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

João Neves da Fontoura

LEI N.º 1.670 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00, para pagamento de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00 (um milhão, cento e oitenta e oito mil cruzeiros), para pagamento de ajuda de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951.

Art. 2.º — O crédito aberto pela presente Lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alberto de Andrade Queiroz

LEI N.º 1.671 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 70, § 4.º da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário do nascimento, na cidade do Rio Pardo, Rio Grande do Sul, a 26 de fevereiro de 1802, do Dr. José

Martins da Cruz Jobim, o precursor da medicina pública no Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 12 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.672 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 à Fundação da Casa Popular.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da contribuição devida, no corrente exercício, à Fundação da Casa Popular, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 1.473, de 24 de novembro de 1951.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de Setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segada Viana
Alberto de Andrade Queiroz

LEI N.º 1.673 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Fe-

deral — o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros), a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral, relativos ao exercício de 1950.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
F. Negrão de Lima
Alberto de Andrade Queiroz

LEI N.º 1.674 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás).

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás, o crédito especial de dois milhões, duzentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 2.270.000,00).

Art. 2.º — Este crédito terá a seguinte aplicação:

a) duzentos e setenta mil cruzeiros (Cr\$ 270.000,00) serão destinados à aquisição de um armazém de carga para a estação de Goiandira, no Estado de Goiás.

b) dois milhões de cruzeiros (Cr\$ 2.000.000,00) serão destinados aos encargos de conservação do novo trecho da Estrada de Ferro de Goiás, entre Leopoldo Bulhões e Goiânia.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 19 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.
Presidente do Senado Federal

LEI N.º 1.675 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1952

Estende as vantagens da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Estende-se aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar o disposto no art. 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948.

Parágrafo único. O aumento de vencimentos será pago a contar da vigência da presente Lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.676 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1952

Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos associados dos Institutos ou Caixas que usaram das vantagens do Decreto-lei n.º 5.643, de 5 de julho de 1943, revogado pelo Decreto-lei n.º 8.821, de 24 de janeiro de 1946, é facultado voltarem a contribuir para as antigas instituições de previdência das quais saíram por força de opção.

Art. 2.º O pagamento das contribuições, ao instituto a que o associado retornar em virtude do art. 1.º desta Lei, será devido a partir da data do requerimento pedindo revalidação de inscrição.

Art. 3.º Será apenas em caráter facultativo a contribuição atrasada referente ao lapso de tempo em que o trabalhador deixou de contribuir para uma das instituições, em consequência de ter optado por outra, conforme dispôs o Decreto-lei n.º 5.643, de 5 de julho de 1943.

Parágrafo único. Nesta hipótese, a cobrança atrasada será feita em tantos anos quantos o trabalhador deixou de contribuir para as Caixas ou Instituto de Aposentadoria e Pensões.

Art. 4.º Qualquer benefício será concedido ao associado com base no tempo anterior de contribuição, adicionado ao atual, sem que se conte o período em que esteve desligado da instituição, salvo no caso previsto no art. 3.º desta Lei.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.677 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70 § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho (Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região) — o crédito especial de Cr\$ 6.575,20 (seis mil, quinhentos e setenta e cinco cruzeiros e vinte centavos), a fim de atender ao pagamento de diferença de vencimentos, relativa ao exercício

de 1950, a Beresford Martins Moreira, Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.678 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1952

Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, e impostos de consumo, para 49 (quarenta e nove) volumes, contendo máquinas e acessórios destinados ao fabrico de sabão, gorduras e produtos similares, embarcados no porto de Amsterdam com destino ao de Santos, pelo imigrante Ludwik Lukac, de nacionalidade checoslovaca.

Art. 2.º A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de setembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes V e VI de 1952, desta
coleção, classificados pela or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

AÇÃO RESCISÓRIA

Modifica os artigos 801, 836, 856, 871, 872 e 874, do Código do Processo Civil, sobre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória.

Lei n.º 1.661 — de 19 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1952.

ACÓRDOS

Promulga o Protocolo de Annecy sobre os Termos de Adesão do Acôrdão Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, a 10 de outubro de 1949.

Decreto n.º 31.307 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— *Promulga o Acôrdão sobre Transportes Aéreos entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Líbano assinado no Rio de Janeiro, a 11 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 31.343 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

— *Promulga o Acôrdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 31.419 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Aprova nova tabela do pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Decreto n.º 31.235 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Substitui o art. 30, e seus parágrafos, do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto número 7.847, de 16 de setembro de 1941.*

Decreto n.º 31.258 — de 8 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

Retifica a Tabela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto número 31.235, de 6 de agosto de 1952.

Decreto n.º 31.404 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R.A.D.A.).

Decreto n.º 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1952.

ADMISSÃO DE PESSOAL EM AUTARQUIAS

Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.

Decreto n.º 31.477 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

AEROCLUBES

Altera a redação da letra "b" do item II do art. 5.º do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.

Decreto n.º 31.161 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

AERONÁUTICA

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont prova a dirigibilidade dos aerostatos.

Lei n.º 1.659 — de 6 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1952.

— Transfere de sede Unidades da Força Aérea Brasileira.

Decreto n.º 31.232 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1952.

— Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto n.º 31.364 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 e 26 de setembro de 1952.

— Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

AERONÁUTICA

— Dispõe sobre os militares da Aeronáutica que pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo.

Decreto n.º 31.401 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R.A.D.A.).

Decreto n.º 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1952.

— Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas.

Decreto n.º 31.488 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1952.

AGALMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Pereira Duarte a pesquisar agalmatolito, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.148 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

Suprime cargos extintos.

(M. V. O. P. — Q. VI — P. S.)

Decreto n.º 31.297 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. IX — P. S.)

Decreto n.º 31.302 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. X — P. S.)

Decreto n.º 31.303 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1952.

AGENTE DE ESTRADA DE FERRO

— *Suprime cargo extinto.*

(M. V. O. P. — Q. VIII — P.S.)

Decreto n.º 31.332 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

ÁGUA MINERAL

Autoriza a Sociedade Construtora Poty Limitada (Socopo) a pesquisar água mineral, no município de Teresina, Estado do Piauí.

Decreto n.º 31.149 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuelito Gomes da Silva a pesquisar água mineral no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 31.319 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito de Sousa Godoy a lavrar água mineral no município de Lindóia, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.348 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ludovino Nola Machado a pesquisar água mineral no município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.465 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

ÁGUA PLATINA LIMITADA

Concede à Água Platina Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.309 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

ÁGUAS MINERAIS, TERMAIS E GASOSAS

Autoriza a cidadã brasileira Arminda Bruschini Zelante a lavrar águas minerais, termais e gasosas no município de Serra Negra, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.274 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Água Limpa.

Decreto n.º 31.335 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Ackermann.*

Decreto n.º 31.336 — de 26 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Santa Lúcia.*

Decreto n.º 31.337 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Araras, Araras-Cavernoso e Cavernoso.*

Decreto n.º 31.352 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do Rio Correntes.*

Decreto n.º 31.353 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1952.

AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo as águas do Rio Tubocas.

Decreto n.º 31.462 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Santo Antônio Bonito e Bonito.

Decreto n.º 31.463 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

AGUAS RADIOATIVAS TEREZÓPOLIS SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Águas Radioativas Terezópolis, Sociedade Anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.107 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

AJUSTE DE LIQUIDAÇÃO DO LEND LEASE (SUPLEMENTO Nº. 1)

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.123 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

ALGODÃO EM PLUMA

Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1952-53, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 31.157 — de 21 de julho de 1952

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

AMETISTA

Declara a caducidade do Decreto de autorização de lavar número 19.872 de 24 de outubro de 1945, retificado pelo de número 20.948, de 9 de abril de 1946.

Decreto n.º 31.065 — de 2 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Ferreira Gomes a pesquisar quartzo e ametista no município de Coripós, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.271 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

AMIANTO

Renova o Decreto n.º 27.922, de 27 de março de 1950.

Decreto n.º 31.379 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

A. MIRANDA CORRÊA & COMPANHIA LIMITADA

Concede à sociedade "A. Miranda Correa & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 31.255 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

APATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Uraquitan Bezerra Liete a lavar minério de apatita, no município de Monteiro, Estado da Paraíba.

Decreto n.º 31.146 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

APATITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Paulo Alimonda a lavar apatita e associados no município de Monterio, Estado da Paraíba.*

Decreto n.º 31.347 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

APOSENTADORIA POR VELHICE

Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

A PREVIDÊNCIA, CAIXA PAULISTA DE PENSÕES S. A.

Cassa a autorização concedida à "A Previdência, Caixa Paulista de Pensões S. A.", para funcionar.

Decreto n.º 31.082 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

ARDÓSIA

Autoriza o cidadão brasileiro Lucas Evangelista Rodrigues a pesquisar ardósia e associados no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.466 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

ÁREAS PETROLÍFERAS

Reserva à União áreas presumidamente petrolíferas nos Estados de São Paulo e Paraná.

Decreto n.º 31.062 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza o cidadão brasileiro José de Campos Melo a pesquisar areia quartzosa e associados, no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n.º 31.227 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Declara caduco o Decreto número 25.048, de 2 de junho de 1948.*

Decreto n.º 31.237 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cesarino Vitorino da Silva a pesquisar areia quartzosa, no município de São Paulo.*

Decreto n.º 31.327 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

AREIA SILICOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo Sprada a pesquisar areia silicosa, no município de Lapa, Estado do Paraná.

Decreto n.º 31.190 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1952.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.023 — de 20 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.072 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

ARGILA

— *Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem Cimimar, a lavar argila no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.184 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cristóvão Moreira da Silva a lavar argila no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.215 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n.º 31.155 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Altera a redação do artigo 50 e seus parágrafos, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 28.793, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 31.186 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1952.

— *Dá nova redação a alínea a) do artigo 5.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e mandado executar pelo Decreto número 18.506, de 27 de abril de 1945.*

Decreto n.º 31.266 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

ARMADA

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 28.793, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 31.268 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Revoga o Decreto n.º 20.079, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 31.394 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

ARQUIVISTA

Suprime cargo provisório.

(M. V. O. P. — Q. I. — P. P.)

Decreto n.º 31.410 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

ARQUIVOLOGISTA

Suprime cargos provisórios.

(M. V. O. P. — Q. I. — P. P.)

Decreto n.º 31.409 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

ARTÍFICE

Suprime cargos extintos.

(M. G. — Q. S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*

(M. Aer. — Q. S.)

Decreto n.º 31.369 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

ARTIFICE

— *Suprime cargo extinto.*

(M. Aer. — Q. S.)

Decreto n.º 31.204 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

ASSISTENTE JURÍDICO

Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. I — P. S.)

Decreto n.º 31.415 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMEIRAS DIPLOMADAS

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 31.417 — de 9 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1952.

ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS SUL RIO-GRANDENSES

Declara de utilidade pública a Associação dos Ferroviários Sul Rio-Grandenses, com sede em Porto Alegre.

Decreto n.º 31.265 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DE GOIÁS

Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

Lei n.º 1.668 — de 2 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1952.

ATESTADO DE IDEOLOGIA

Revoga a alínea a do art. 530, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

Lei n.º 1.667 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

AUXILIAR DE ENGENHEIRO

Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. VI — P. S.)

Decreto n.º 31.293 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*

(M. V. O. P. — Q. I. — P. S.)

Decreto n.º 31.411 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*

(M. V. O. P. — Q. I. — P. S.)

Decreto n.º 31.412 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

AUXÍLIOS

Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

Lei n.º 1.668 — de 2 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1952.

AVIAÇÃO CIVIL

Altera a redação da letra "b" do item II do art. 5.º do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.

Decreto n.º 31.161 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

B**BANCÁRIOS**

Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

BANCO DE CRÉDITO DA CAPITAL SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para a constituição do Banco de Crédito da Capital Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 31.311 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Banco do Nordeste do Brasil e das outras providências.

Lei n.º 1.649 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de julho de 1952.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.158 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

Autoriza a instalação de filial de banco estrangeiro.

Decreto n.º 31.228 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

BARBOSA MELO, SCARPELLI LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 38 — de ... 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

BARITINA

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar calcário, baritina e associados, no município de Guapirara, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.150 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.151 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

BASES MILITARES

Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 1.665 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

BASES OU PORTOS MILITARES

Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947.

Lei n.º 1.645 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

**BENEFICIADORA DE MINÉRIOS
ITABIRITO LTDA.**

Concede à Beneficiadora de Minérios Itabirito Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.310 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

BERILO

Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferraz de Oliveira e Lajaiete Lopes Ferraz a pesquisar berilo e associados, no município de Itambê, Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.113 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

**BRASIL RAILWAY COMPANY AND
PORT OF PARA**

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.040,00 (dezesesseis milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros), para pagamento do Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, consoantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro de Londres, a 1.º de março de 1947.

Lei n.º 1.669 — de 3 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1952.

C

**CABRALS SOCIEDADE ANÔNIMA
MINERAÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO — ENSAIADORES E
REFINADORES**

Concede à Cabrals Sociedade Anônima Mineração, Indústria, Comércio — Ensaiaadores e Refinadores, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.431 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

CAFE'

Assegura ao café beneficiado do país, da safra de 1951-1952, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 31.087 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

**CAIXAS DE APOSENTADORIA E
PENSÕES**

Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências.

Lei n.º 1.676 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1952.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.*

Decreto n.º 31.477 — de 18 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1952.

CAL FORTALEZA S. A.

Concede à Cal Fortaleza S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.244 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

CALCÁRIO

Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.072 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.869, de 10 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.105 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

CALCÁRIO

— *Renova o Decreto n.º 27.870, de 10 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.106 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nilo Cotrim e Silva a lavar ocre e calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.115 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldi a pesquisar talco, calcário e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.119 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira Rómilda Loureiro Porto Carreiro a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.147 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A., a pesquisar calcário, baritina e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.150 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Jorge Abdala a pesquisar calcário e associados, no município de Alpinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.185 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1952.

CALCÁRIO

— *Declara sem efeito o Decreto número 29.823, de 27 de julho de 1951.*

Decreto n.º 31.212 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fraim Procópio dos Santos, a pesquisar calcário e associados, no município de Arcos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.222 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Ulisses da Trindade e Milton da Trindade a pesquisar calcário, no município de Candéias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.225 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.248 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcário, dolomita e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.249 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a pesquisar calcário e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.251 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Mendes de Sousa a lavrar calcário no município de Lavras, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.313 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. (Co. Min-ci S. A.) a lavrar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.314 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira Alda Arruda Baccarat a pesquisar talco-xisto, quartzo, calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.320 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Pereira de São Joaquim a pesquisar calcário e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.328 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira D. Filomena Teixeira de Matos a pesquisar calcário e associados no Município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.398 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Athos Fontes Ferreira a pesquisar calcário, e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.399 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavrar calcário, no município de Camboriú, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 31.430 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Amaury Moreira de Sousa a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.433 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Moreno de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.434 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

CALCITA

Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.072 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

CAPITANIA DOS PORTOS

Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

Decreto n.º 31.098 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

CAPITANIA DE PORTOS

— Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitânicas de Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto número 5.798, de 11 de junho de 1940.

Decreto n.º 31.201 — de 23 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1952.

CAPITÃO DE LONGO CURSO E DE CABOTAGEM

Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

Decreto n.º 31.098 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

CARBONÍFERA COCAL LIMITADA

Autoriza a Carbonífera Coccal Limitada a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.318 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

CARGOS EM COMISSÃO

Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.

Decreto n.º 31.477 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

CARREGADORES

Em atividades nas estações ou pontos de embarque e desembarque de passageiros — considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências.

Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1952.

CARVÃO

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.316 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.317 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— Autoriza a Carbonífera Coccal Limitada a pesquisar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.318 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.358 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral, no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.397 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1952.

CASA DA MOEDA

Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento da Casa da Moeda.

Decreto n.º 31.077 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Rebello Silva a lavar cassiterita e associados no município de S. João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.216 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

— *Renova, retificando, o decreto número 29.588, de 28 de maio de 1951.*

Decreto n.º 31.312 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.530, de 20 de novembro de 1949.*

Decreto n.º 31.377 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.921, de 27 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.378 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

CAULIM

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 28.764 — de 16 de outubro de 1950.

Reproduzido no D. O. de 15 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Couto de Magalhães a pesquisar caulim e associados, no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.117 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.909, de 23 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.144 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela a lavar quartzo, mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.145 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Lemgruber Sertão a pesquisar caulim e associados nos municípios de Sapucaia e Sumidouro, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.172 — de 23 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavar caulim no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.191 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Abílio Conrado a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.226 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Conrado Filho a pesquisar caulim e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.239 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Autoriza a empresa de mineração Porcelana Real Sociedade Anônima a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.346 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

CAULIM

— *Autoriza a cidadã brasileira Célia Petralanda de Souza a pesquisar caulim, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.354 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

CENTENARIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário de fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Decreto n.º 31.137 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.

Decreto n.º 31.229 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

CENTRO DE INSTRUÇÃO MILITAR DA 3.ª ZONA AÉREA

Cria Centros de Instrução Militar no Ministério da Aeronáutica.

Decreto n.º 31.418 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1952.

CENTRO TÉCNICO DE AERONAUTICA

Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel necessário ao Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.177 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

CENTROS DE INSTRUÇÃO MILITAR NO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (CIM)

Cria Centros de Instrução Militar no Ministério da Aeronáutica.

Decreto n.º 31.418 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CÊRA DE CARNAÚBA

Estende à cêra de carnaúba da produção nacional da safra de 1952-1953 os preços mínimos e de mais dispositivos do Decreto n.º 30.899, de 23 de maio de 1952.

Decreto n.º 31.487 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1952.

CESSÃO DE IMÓVEIS

Dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto n.º 30.388, de 12 de janeiro de 1952.

Decreto n.º 31.339 — de 26 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

CHEFE DE PORTARIA

Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q, I. — P. S.)

Decreto n.º 31.407 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CHEFE DE SEÇÃO

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minério de chumbo e associados nos municípios de Cêro Azul e Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 31.070 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adriano Seabra Fonseca a pesquisar minérios de chumbo e associados, nos municípios de Cêro Azul e Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.071 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

CIMENTO SANTA RITA S. A.

Concede à Cimento Santa Rita S.A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.246 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

CLUBE DE ENGENHARIA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Clube de Engenharia na construção do edificio de sua sede.

Decreto n.º 31.492 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1952.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Modifica os artigos 801, 836, 853, 871, 872 e 874, do Código de Processo Civil, sobre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória.

Lei n.º 1.661 — de 19 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1952.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

COLETORIAS FEDERAIS

Extingue Coletoria Federal.

Decreto n.º 31.382 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

— *Extingue Coletoria Federal.*

Decreto n.º 31.474 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

COMISSÕES

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

Decreto n.º 31.056 — de 30 de junho de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de julho de 1952.

— *Outorga concessão à Comissão do Vale do São Francisco para instalar dois transmissores e quatro receptores em sua sede, nesta Capital.*

Decreto n.º 31.093 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado a regularização de despesas relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da mesma Comissão.*

Decreto n.º 31.122 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

COMISSÕES

— *Cria junção na Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante.*

Decreto n.º 31.164 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Outorga concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. para instalar um transmissor na refinaria de Mata-ripe, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.197 de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.290 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Aprova o Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical.*

Decreto n.º 31.359 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Altera a Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante.*

Decreto n.º 31.422 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

COMISSÁRIO DE POLÍCIA

Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Lei n.º 1.639 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

COMPANHIA ACECARUNA DE MINERAÇÃO

Concede à Companhia Acecaruna de Mineração autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.090 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

COMPANHIA AGRÍCOLA E INDUSTRIAL BOA VISTA

Concede à Cia. Agrícola e Industrial Boa Vista autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.245 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE CRBURETO DE CÁLCIO

Declara sem efeito o Decreto número 29.823, de 27 de julho de 1951.

Decreto n.º 31.212 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras da Bandeira e Carmo do rio Pardo, existentes no rio Pardo, entre os municípios de Poços de Caldas e Campestre, Poços de Caldas e Botelhos, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.091 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JUTA S. A.

Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S. A., a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para uso exclusivo.

Decreto n.º 30.949 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

COMPANHIA CATARINENSE DE CIMENTO PORTLAND

Autoriza a Companhia Catarinense de Cimento Portland a lavrar calcário, no município de Camború, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.430 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

COMPANHIA CIMENTOS PORTLAND CAUÊ

Autoriza a Companhia Cimentos Portland Cauê a pesquisar calcário, calcita, argila e associados no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.072 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

COMPANHIA DE AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

Autoriza a Companhia de Aços Especiais Itabira a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.152 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LIMITADA

Autoriza a Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Ltda. a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Volta Redonda e Saudade no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 31.366 — de 2 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1952.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MANAUS

Autoriza a União a construir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a "Companhia de Eletricidade de Manaus" e dá outras providências.

Lei n.º 1.854 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 29 de julho de 1952.

COMPANHIA DE ESTANHO SÃO JOÃO DEL REY

Renova, retificando, o decreto número 29.583, de 28 de maio de 1951.

Decreto n.º 31.312 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Nova Lima, e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.470 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "GARANTIA"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Garantia".

Decreto n.º 31.442 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1952.

COMPANHIA ENERGIA ELÉTRICA DA BAHIA

Autoriza a Cia. Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão, ampliar uma subestação e dá outras providências.

Decreto n.º 31.360 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DE MINAS GERAIS

Autoriza a Companhia Força e Luz de Minas Gerais, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão.

Decreto n.º 31.131 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

COMPANHIA FORÇA E LUZ MARIANENSE

Autoriza a Cia. Força e Luz Marianense a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.129 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Outorga concessão à Companhia Hidrelétrica do São Francisco para instalar quatro estações radiotelegráficas.

Decreto n.º 31.234 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinada à passagem da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv. da Companhia Hidroelétrica São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte), e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 31.485 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S. A.

Outorga à Companhia Hidrelétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5.º Distrito do município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.506 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

COMPANHIA INDUSTRIAL ALIANÇA BONDESPACHENSE

Autoriza a Companhia Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.050 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

COMPANHIA INDÚSTRIAS REUNIDAS OLINDA "CIRO"

Autoriza a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavrar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.240 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

COMPANHIA LAVRENSE DE ELETRICIDADE S. A.

Autoriza a Cia. Lawrence de Electricidade S. A. a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 31.055 — de 27 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

COMPANHIA LUZ E FORÇA HULHA BRANCA

Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir novo trecho de linha de transmissão no município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.482 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1952.

COMPANHIA LUZ E FORÇA HULHA BRANCA

— Autoriza a Companhia Luz e Força Hulha Branca a construir uma linha de transmissão entre o município de Curvelo e a localidade de Gustavo da Silveira, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.483 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1952.

COMPANHIA MECANICA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA

Exclui do regime de liquidação a firma que menciona e dá outras providências.

Decreto n.º 31.361 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

COMPANHIA MINEIRA DE CIMENTO PORTLAND S. A.

Concede à Companhia Mineira de Cimento Portland S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.110 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

COMPANHIA MINEIRA DE CIMENTO PORTLAND S. A. (Co. MINCI S.A.)

Autoriza a Companhia Mineira de Cimento Portland S. A. (Co. Minci S. A.) a lavar calcário no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.314 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA — PATRIMÔNIO NACIONAL

Outorga concessão à Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional, para instalar um transmissor de 500 watts na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.260 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS IPIRANGA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Nacional de Seguros Ipiranga.

Decreto n.º 31.387 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO DE CARVÃO DE BARRO BRANCO

Outorga à Companhia Nacional de Mineração de Carvão de Barro Branco concessão para o aproveitamento de energia hidráulica, de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.950 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

COMPANHIA PARQUE DA MOÓCA OU SUCESSORES

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.

Decreto n.º 31.263 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

**COMPANHIA PAULISTA DE
FÔRÇA E LUZ S. A.**

Complementa disposições do Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950.

Decreto n.º 31.132 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.416 — de 9 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

COMPANHIA QUÍMICA INDUSTRIAL "CIL" S. A.

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar calcário, baritina e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.150 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" S. A. a pesquisar baritina e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado de Paraná.

Decreto n.º 31.151 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

COMPANHIA ROCHEDO DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Rochedo de Seguros.

Decreto n.º 31.451 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1952.

**COMPANHIA SUL MINEIRA DE
ELETRICIDADE**

Autoriza a Cia. Luz Mineira de Eletricidade a contrair duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas e entre a Usina Santa Teresinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.200 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

CONCURSOS

Aprova e manda executar o Regulamento para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Decreto n.º 31.202 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

CONDUTOR DE TREM

Suprime cargos extintos.

(M. V. O. P. — Q. VI — P. S.)

Decreto n.º 31.296 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. VII — P. S.)

Decreto n.º 31.299 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1952.

— Suprime cargo extinto.

(M. V. O. P. — Q. VIII — P. S.)

Decreto n.º 31.333 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS LIVRES

Concede licença às entidades sindicais brasileiras, de 2.º e 3.º graus para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

Lei n.º 1.646 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Decreto-legislativo n.º 49 — de .. 1952.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 2 de outubro de 1952.

CONGRESSO DA COMISSÃO INTER- AMERICANA DE MULHERES (VIII)

Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres.

Lei n.º 1.634 — de 3 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de julho de 1952.

CONGRESSO MÉDICO DO BRASIL CENTRAL (III) e DO TRIÂNGULO MINEIRO (V)

Concede auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Associação Médica de Goiás para realização do III Congresso Médico do Brasil Central e V do Triângulo Mineiro.

Lei n.º 1.668 — de 2 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1952.

CONGRESSO NACIONAL — Ver Abertura de crédito Ver: Crédito Especial.

CONSELHO NACIONAL DE GEO- GRAFIA

Dispõe sobre a realização da XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n.º 31.069 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

CONSELHO NACIONAL DE MINAS E METALURGIA

Altera disposições do Decreto-lei n.º 9.058, de 13 de março de 1946, que dizem respeito à composição e funcionamento do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.

Lei n.º 1.638 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

CONSELHO NACIONAL DO PE- TRÓLEO

Dispõe sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n.º 31.139 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e das outras providências.

Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

— *Revoga a alínea a do art. 530 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.*

Lei n.º 1.667 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 1.665 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

CONSTRUTORA RODOVIÁRIA LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 36 — de ... 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

CONSULADOS

Cria um Consulado honorário do Brasil, em Oranjestad — Aruba — Antilhas holandesas.

Decreto n.º 31.089 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

— Suprime o Consulado de carreira do Brasil em Wellington e restabelece o Consulado honorário do Brasil na referida cidade.

Decreto n.º 31.174 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

— Cria o Consulado de carreira em Palermo, na Itália.

Decreto n.º 31.187 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

— Cria o Consulado de carreira em Veneza, na Itália.

Decreto n.º 31.188 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

— Cria o Consulado de carreira do Brasil em Hong Kong.

Decreto n.º 31.287 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

CONSULADOS

— Suprime o Consulado honorário do Brasil em Caracas.

Decreto n.º 31.342 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

— Cria o Consulado honorário do Brasil em Stuttgart.

Decreto n.º 31.368 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

CONTADORIA GERAL DE REPÚBLICA

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.307,10, para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.121 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

CONTÍNUO

Suprime cargo provisório.
(M. V. O. P. — Q. I. — P. S.)

Decreto n.º 31.413 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— Suprime cargos extintos.
(M. V. O. P. — Q. I. — P. S.)

Decreto n.º 31.414 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CONTRIBUIÇÕES FACULTATIVAS

Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências.

Lei n.º 1.676 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1952.

CONVENÇÕES

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 2 de outubro de 1952.

COOPERATIVAS

Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito dos Funcionários do Banco do Brasil S. A. de Responsabilidade Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Decreto n.º 31.257 — de 8 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1952.

COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS TRANSPORTES

Cria a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes.

Decreto n.º 31.056 — de 30 de junho de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de julho de 1952.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL — Abertura de crédito

Ver: Crédito Especial.

CORPO DE ENGENHEIROS E TÉCNICOS NAVAIS

Aprova e manda executar o Regulamento para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.

Decreto n.º 31.202 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

CORPO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que, pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo.

Decreto n.º 31.401 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo.

Decreto n.º 31.401 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CORPO DO PESSOAL SUBALTERNO DA ARMADA

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Decreto n.º 31.155 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— Altera a redação do artigo 50 e seus parágrafos, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 28.703, de 2 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.186 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1952.

Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.288 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

CORRADI & CIA. LTDA.

Concede à Corradi & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 30.649 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de julho de 1952.

COTONIFÍCIO DA TÔRRE S. A.

Autoriza o Cotonifício da Torre S.A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos, situada à rua José Bonifácio n.º 944, Torre, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.

Decreto n.º 31.208 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

COUTINHO & PENA

Outorga a Coutinho & Pena concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.264 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — dois créditos especiais, um de Cr\$ 12.469,00, e outro de Cr\$... 29.908,00, para atender respectivamente, ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1947, 1948 e 1949.

Lei n.º 1.633 — de 1 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de julho de 1952.

Retificada no D. O. de 9 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 29 de setembro de 1952.

— Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, do crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas decorrentes da realização do VIII Congresso da Comissão Inter-americana de Mulheres.

Lei n.º 1.634 — de 3 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de julho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para completar o pagamento devido aos municípios pela cota do imposto de renda.

Lei n.º 1.641 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro Núcleo Agro-Industrial São Francisco.

Lei n.º 1.642 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Lei n.º 1.643 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de julho de 1952.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Abrigo Cristo Redentor.

Lei n.º 1.644 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 4.872.320,00 para atender ao pagamento de despesas de pessoal dos Quadros Permanente e Suplementar daquele Ministério.

Lei n.º 1.648 — de 18 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 767.650,00 para pagamento de despesas relativas ao exercício de 1951.

Lei n.º 1.653 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1952.

— Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a Companhia de Eletricidade de Manaus e dá outras providências.

Lei n.º 1.654 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 29 de julho de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para pagamento de pensão a Maria de Bastos Medeiros Chagas.

Lei n.º 1.656 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

— Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Lei n.º 1.657 — de 29 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para socorrer à população do Município de Santos Dumont, vítima de tromba d'água.

Lei n.º 1.657-A — de 1 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de agosto de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 605.734,40, para pagamento de despesa relativa ao exercício de 1951.

Lei n.º 1.658-A — de 5 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 325.000,00, para pagamento de despesas efetuadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2.ª Região.

Lei n.º 1.658-B — de 5 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de agosto de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior.

Lei n.º 1.660 — de 19 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1952.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, para atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as missões diplomáticas brasileiras, no período de 1945 a 1949.

Lei n.º 1.662 — de 21 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— Autoriza a abertura ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — do crédito especial de Cr\$ 792.000,00, para atender às despesas com o pagamento de gratificações adicionais aos Ministros daquele Tribunal.

Lei n.º 1.663 — de 27 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de agosto de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00, para reforço de pagamento de salário família.*

Lei n.º 1.664 — de 27 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio.*

Lei n.º 1.666 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 16.511.940,00 (dezesseis milhões, quinhentos e onze mil e quarenta cruzeiros), para pagamento ao Tesouro Britânico, como liquidação de todas as reivindicações pendentes, constantes do Memorando entregue ao Embaixador Brasileiro de Londres, a 1.º de março de 1947.*

Lei n.º 1.669 — de 3 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 6 de setembro de 1952.

— *Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.188.000,00, para pagamento de ajuda de custo aos Senadores pela convocação extraordinária do Congresso Nacional, no período de 16 de dezembro de 1950 a 31 de janeiro de 1951.*

Lei n.º 1.670 — de 5 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de setembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, à Fundação da Casa Popular.*

Lei n.º 1.672 — de 18 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — crédito especial para ocorrer às despesas com o pagamento de auxílios para funeral.*

Lei n.º 1.673 — de 18 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás).*

Lei n.º 1.674 — de 19 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de setembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 6.575,20, a fim de ocorrer às despesas com o pagamento de diferença de vencimentos ao Suplente de Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Vitória.*

Lei n.º 1.677 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.307,10, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 31.121 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, destinado à regularização de despesas relacionadas com o vessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e ao desenvolvimento dos trabalhos da mesma Comissão.

Decreto n.º 31.122 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 21.415.680,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.123 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.705,00 para pagamento de despesas que especifica.

Decreto n.º 31.125 — de 1 de novembro de 1951.

Publicado no D. O. de 23 de setembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário de fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Decreto n.º 31.137 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.138 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender às despesas com a transladação, para o Rio de Janeiro, dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Decreto n.º 31.141 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.158 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor da Repartição Sanitária Pan-Americana.

Decreto n.º 31.169 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1952.

— Abre ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 14.400.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n.º 31.289 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 994.319,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.338 — de 26 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio os créditos especiais que especifica.

Decreto n.º 31.367 — de 2 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1952.

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — crédito especial de Cr\$ 256.751,50, autorizado pela Lei n.º 1.624, de 13 de junho de 1952.

Decreto n.º 31.381 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — crédito especial, de Cr\$ 269.041,00, para atender aos pagamentos autorizados pela Lei n.º 1.622-A, de 9 de junho de 1952.*

Decreto n.º 31.396 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$... 217.644,00 para pagamento de diferença de proventos ao suboficial reformado Luis de Góes.*

Decreto n.º 31.437 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 31.438 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 31.439 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1952.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,62 ou US\$ 22.012,64, para pagamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.*

Decreto n.º 31.445 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

— *Abre, ao Poder Judiciário, crédito especial de Cr\$ 54.060,00, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n.º 1.630, de 24 de junho de 1952.*

Decreto n.º 31.461 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n.º 31.468 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoeletrica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.481 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.000.000,00, destinado a auxiliar o Clube de Engenharia na construção do edificio de sua sede.*

Decreto n.º 31.492 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de outubro de 1952.

CURSOS

Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento da Casa da Moeda.

Decreto n.º 31.077 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas.*

Decreto n.º 31.488 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1952.

Ver, também, Escolas Técnicas e Faculdades.

D

D'AMICO, SOCIEDADE DE NAVEGAÇÃO LTDA.

Concede à sociedade "D'Amico, Sociedade de Navegação Ltda.", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 31.176 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1952.

DACTILÓGRAFO

Suprime cargos extintos.

(M. V. O. P. — Q. I — P. S.)

Decreto n.º 31.406 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

DAUSACKER & COMPANHIA LIMITADA

Concede à sociedade "Dausacker & Companhia Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.953 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

DELEGACIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Decreto-legislativo n.º 41 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Aprova o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.259 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

— Altera a Tabela Única de Extra-numerários-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Decreto n.º 31.162 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

DEPARTAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont prova a dirigibilidade dos aerostatos.

Lei n.º 1.659 — de 6 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.563.337,10, para pagamento da parte restante das despesas realizadas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de carros-correio.

Lei n.º 1.666 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— *Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim.*

Lei n.º 1.671 — de 12 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de setembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Decreto-legislativo n.º 38 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terreno e benfeitorias necessários à Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n.º 31.166 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias compreendidas entre os quilômetros 0 e 30 da ligação ferroviária Coatiara a Patos de Minas.*

Decreto n.º 31.262 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Considera contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto n.º 31.423 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Lei n.º 1.657 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Várzea do Boi", município de Tauá, Estado do Ceará.

Decreto n.º 31.362 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Poço da Cruz", no município de Moxotó, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.465 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n.º 36 — de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para desapropriação, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno e benfeitorias situados no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.094 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à construção ferroviária Serra Talhada-Salgueiro, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.127 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária de Itararé-Fábio Rêgo-Jaguariaiva — Presidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.*

Decreto n.º 31.136 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis, que mencionam, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 31.140 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terreno e benfeitorias necessários à Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n.º 31.166 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel necessário ao Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.177 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública para desapropriação, terreno que menciona, necessário às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.233 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno, situada no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro, e destinada à construção da adutora do Rio Guandu.*

Decreto n.º 31.236 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias entre os quilômetros 0 e 30 da ligação ferroviária Coatiara a Patos de Minas.*

Decreto n.º 31.262 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.*

Decreto n.º 31.263 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção de uma variante na linha Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.275 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 31.292 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário à construção de açude público "Várzea do Boi", município de Tauá, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 31.362 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil terreno situado no trecho de Saudade e Ribeirão da Divisa, município de Barra Mansa, Estado do Rio.*

Decreto n.º 31.363 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, terreno necessário à construção do açude público "Pôco da Cruz", no município de Morotó, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.405 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação áreas necessárias à construção ferroviária que menciona.*

Decreto n.º 31.421 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinadas à passagem da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 KV da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte), e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 31.485 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

DESPOJOS MORTAIS DA PRINCESA ISABEL E DO CONDE D'EU

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 1.000.000,00 para atender às despesas, com a transladação para o Rio de Janeiro, dos despojos mortais da Princesa Isabel e do Conde D'Eu.

Decreto n.º 31.141 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

DIAMANTES

Autoriza a cidadã brasileira Maria Elvira da Silva a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.272 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.921, de 27 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.378 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

DIREÇÃO GERAL DE FAZENDA NACIONAL

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

DIREITO DE ORGANIZAÇÃO E DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Decreto-legislativo n.º 49 — de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de setembro de 1952.

Reproduzido no D. O. de 2 de outubro de 1952.

DIRETORIA DE SAÚDE NAVAL

Dá nova redacção a alínea a) do artigo 5.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e mandado executar pelo Decreto número 18.506, de 27 de abril de 1945.

Decreto n.º 31.266 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

DISTRITOS RODOVIÁRIOS FEDERAIS

Aprova o Regimento dos Distritos Rodoviários Federais.

Decreto n.º 31.154 — de 19 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1952.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 31.088 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar a doação de terrenos e benfeitorias em São José dos Campos, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.120 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de julho de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 31.133 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 16 de julho e 22 de agosto de 1952.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na rua Buarque de Macedo, município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.280 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.290 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.489 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1952.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcário, dolomita, e associados, no município de Itararé Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.249 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados, no município de Campos de Jordão, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.389 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1952.

DRAGAGEM DE OURO LIMITADA

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada a lavrar jazida de ouro aluvionar, nos municípios de Sabará, Sete Lagoas e Santa Luzia, do Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.101 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

E**EMISSION DE SELOS POSTAIS**

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont prova a dirigibilidade dos aerostatos.

Lei n.º 1.659 — de 6 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1952.

EMPREGADOS

— de carros restaurantes, cooperativas, farmácias, sindicatos de associações constituídas de ferroviários — Considera ferroviários, para os efeitos das Leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estações de ferro e das outras providências.

Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de julho de 1952.

EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.316 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

EMPRESA CONTINENTAL DE MINÉRIOS LTDA.

— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.317 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

EMPRESA DE CAULIM LIMITADA

Autoriza a Empresa de Caulim Limitada a pesquisar caulim e associá-lo no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 28.764 — de 16 de outubro de 1950.

Reproduzido no D. O. de 15 de julho de 1952.

EMPRESA DE ELETRICIDADE, LUZ E FORÇA DE ARARANGUA SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A.

Decreto n.º 31.243 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

EMPRESA HIDROELÉTRICA JAGUARI S. A.

Outorga concessão à Empresa Hidro-Elétrica Jaguari S. A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguari, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n.º 30.690 — de 28 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

EMPRESA DE MINERAÇÃO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE MÁRMORES ITATINGA

Autoriza a Empresa de Mineração Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.435 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

EMPRESA DE MINERAÇÃO TIMBU LIMITADA

Revoca o Decreto n.º 27.909, de 23 de março de 1950.

Decreto n.º 31.144 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

EMPRESA FORÇA E LUZ SANTA CATARINA S. A.

Autoriza a Empresa Força e Luz de Santa Catarina S. A. a construir uma barragem no lugar denominado Alto Rio Cedro, município de Timbó, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.291 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

EMPRESA ELÉTRICA DE SARA-PUI

Declara a caducidade da concessão outorgada à Empresa Elétrica de Sapucaí, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.408 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

EMPRESA DE LUZ E FORÇA ITANHANDU

Autoriza a empresa Luz e Força Itanhandu a construir duas linhas de transmissão entre os municípios de Itanhandu e Pouso Alto e Itanhandu e Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.173 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1952.

EMPRESA PAULISTA DE NAVEGAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 30.982 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1952.

EMPRESA REAL S. A. TRANSPORTE AÉREOS

Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de União da Vitória, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.944 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

— Outorga concessão à Empresa Real S. A. Transportes Aéreos, para instalar uma estação de radiofarol móvel, na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Decreto n.º 30.993 — de 17 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

EMPRESAS DE MINERAÇÃO

Ver o nome da Empresa autorizada a funcionar.

EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Dispõe sobre a organização das empresas incorporadas ao patrimônio nacional e dá outras providências.

Decreto n.º 31.446 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Prefeitura Municipal do Rio de Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do Município de Rio de Contas, Estado da Bahia.

Decreto n.º 30.401 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à Companhia Hidro-Elétrica Santa Branca S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível existente no rio Santana, na localidade denominada Santa Branca, no 5.º Distrito e município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 30.506 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.557 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Outorga concessão à Empresa Hidro Elétrica Jaguarí S. A. para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Jaguarí, entre os municípios de Campinas e Pedreira, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n.º 30.690 — de 28 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de julho de 1952.

— Autoriza a Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta S. A. a instalar uma usina termoelétrica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, para uso exclusivo.

Decreto n.º 30.949 — de 6 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— Outorga à Companhia Nacional de Mineração de Carvão de Barro Branco concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tubarão, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 30.960 — de 9 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.009 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— Outorga a Irmãos Oliveira & Cia. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente, no rio Fundo, distrito de Antônio Carlos, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.046 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— Autoriza a Companhia Industrial Aliança Bomdespachense a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.050 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— Autoriza a Cia. Lawrence de Eletricidade S. A. a ampliar suas instalações.

Decreto n.º 31.055 — de 27 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— Outorga à Companhia Brasileira de Alumínio concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras da Bandeira e Carmo do Rio Pardo, existentes no rio Pardo, entre os municípios de Poços de Caldas e Campestre, Poços de Caldas e Botelhos, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.091 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Autoriza a Cia. Força e Luz Marianense a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.129 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para aproveitamento de energia hidráulica nos rios de Contas e Gongogi, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.130 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Minas Gerais, sociedade anônima, a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n.º 31.131 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

— *Complementa disposições do Decreto n.º 28.166, de 1 de junho de 1950.*

Decreto n.º 31.132 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira do Brumado, no ribeirão de igual nome, município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 31.163 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

— *Autoriza a São Paulo Light and Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Anhanguera e a Estação Terminal de Pirituba, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.171 — de 22 de julho de 1952.

Decreto n.º 31.132 — de 26 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Empresa Luz e Fôrça Itanhandu a construir duas linhas de transmissão entre os municípios de Itanhandu e Pouso Alto e Itanhandu e Passa Quatro, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.178 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de agosto de 1952.

— *Outorga concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. para instalar um transmissor na refinaria de Maratipe, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.197 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Teresinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.200 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Cotonifício da Torre S. A. a instalar uma usina termoeletrica em sua fábrica de tecidos, situada à rua José Bonifácio n.º 944, Torre, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n.º 31.208 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A.*

Decreto n.º 31.229 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Barbacena a ampliar suas instalações e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.252 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Coutinho & Pena concessão para aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Sumidouro, no rio Sacramento, distrito e município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.264 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Empresa de Eletricidade Luz e Força de Araranguá S. A.*

Decreto n.º 31.343 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Cia. Energia Elétrica da Bahia a construir uma linha de transmissão, ampliar uma subestação e dá outras providências.*

Decret. on.º 31.360 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

— *Autoriza a Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Ltda. a construir uma linha de transmissão entre as localidades de Volta Redonda e Scudade, no município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.366 — de 2 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de setembro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Peixe, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elétrica ao município de Peixe, e autoriza a mesma Prefeitura a instalar uma usina termoeletrônica.*

Decreto n.º 31.372 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1952.

— *Declara a caducidade da concessão outorgada à Empresa Elétrica de Sarapuí, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.408 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a construir duas linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.416 — de 9 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Passo de Ajuricaba, município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.444 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Crs 150.000.000,00, para custear a instalação de uma usina termoeletrônica em Candiota, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.481 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública uma faixa de terras destinada à passagem da linha tronco de transmissão de energia elétrica de 220 kv da Companhia Hidroelétrica de São Francisco, de Paulo Afonso e Recife (Linha Norte), e autoriza a referida Companhia a promover a desapropriação.*

Decreto n.º 31.485 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

ENERGIA HIDRAULICA

Ver: Energia Elétrica.

ENFERMEIRAS

Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caça, as disposições da Lei número 1.209, de 25 de outubro de 1950.

Lei n.º 1.647 — de 18 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

ENFERMEIRO

Suprime cargo provisório.

(M. Aer. — Q. P.)

Decreto n.º 31.205 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*

(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

ENTIDADES SINDICAIS

Concede licença às entidades sindicais brasileiras, de 2.º e 3.º graus para que se filiem à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres.

Lei n.º 1.646 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

ENTOMOLOGISTA

Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão M.

Lei n.º 1.637 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

ESCOLAS

Decreto-legislativo n.º 53, de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de setembro de 1952.

— *Concede reconhecimento à Escola Técnica de Bauru.*

Decreto n.º 30.508 — de 5 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.143 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de agosto de 1952.

ESCOLAS

— *Altera a redação da letra "b" do item II do art. 5.º do Regulamento para Concessão de Subvenção dos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.*

Decreto n.º 31.161 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n.º 31.364 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 e 26 de setembro de 1952.

— *Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedista e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.*

Decreto n.º 31.393 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

— *Ver, também Universidades.*

ESCRITÓRIOS E AGÊNCIAS DE PROPAGANDA NO EXTERIOR

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, crédito especial para pagamento de despesas com ajuda de custo e passagens do pessoal dos Escritórios e Agências de Propaganda no Exterior.

Lei n.º 1.660 — de 19 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de agosto de 1952.

ESTADO DO AMAZONAS

Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a "Companhia de Eletricidade de Manaus", e dá outras providências.

Lei n.º 1.654 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 28 de julho de 1952.

ESTADO DA BAHIA

Outorga ao Governo do Estado da Bahia concessão para aproveitamento de energia hidráulica nos rios de Contas e Gongorí, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.130 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo as águas do Rio Tabocas.

Decreto n.º 31.462 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Agua Limpa.

Decreto n.º 31.335 — de 23 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

ESTADO DO PARÁ

Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do Art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947.

Lei n.º 1.645 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

ESTADO DO PARANÁ

Decreto-legislativo n.º 42, de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná as águas do rio Araras, Araras-Cavernoso e Cavernoso.*

Decreto n.º 31.352 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1952.

ESTADO DO PIAUÍ

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do Primeiro Centenário da fundação da cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí.

Decreto n.º 31.137 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Santo Antônio Bonito e Bonito.

Decreto n.º 31.463 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de setembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.489 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Dá nova redação ao artigo 2.º do Decreto n.º 30.388, de 12 de janeiro de 1952.

Decreto n.º 31.339 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Ackermann.

Decreto n.º 31.336 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Santa Lúcia.*

Decreto n.º 31.337 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 27 de agosto de 1952.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do Rio Correntes.

Decreto n.º 31.353 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1952.

ESTIL — EMPRESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS EM IMÓVEIS LIMITADA

Decreto-legislativo n.º 40, de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DE PERNAMBUCO

Aprova projeto e orçamento referentes à construção do trecho de ... 112,500 quilômetros, compreendido entre as estações 2366-7991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), ligando Serra Talhada a Salgueiro, na Rede Ferroviária do Nordeste.

Decreto n.º 31.126 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à construção ferroviária Serra Talhada-Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.127 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lei n.º 1.636 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

— Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno e benfeitorias situados no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.094 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

— Declara de utilidade pública, para o efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, terreno situado no trecho de Saudade a Ribeirão da Divisa, Município de Barra Mansa, Estado do Rio.

Decreto n.º 31.363 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.270.000,00, destinado ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Estrada de Ferro de Goiás).

Lei n.º 1.674 — de 19 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de setembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para o efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, terreno e benfeitorias necessárias à Estrada de Ferro de Goiás.

Decreto n.º 31.166 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA

Dispõe, em caráter provisório, sobre a administração da Estrada de Ferro Leopoldina.

Decreto n.º 31.078 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

— *Aprova projetos e orçamentos para obras a serem executadas na esplanada de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 31.279 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para a conclusão das obras de ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.*

Lei n.º 1.643 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de julho de 1952.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, terreno necessário à construção de oleodutos Santos — São Paulo.*

Decreto n.º 31.263 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

ESTRADA DE SALVADOR-PÓRTO NACIONAL (BR 28)

— *Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador — Pôrto Nacional (BR 28).*

Lei n.º 1.651 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1952.

ESTRANGEIROS

— *Aquisição de domínio útil de terreno de marinha — Ver: Terrenos de Marinha.*

ESTUDO DE LETRAS HIPOTECARIAS

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 34.307,10 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 31.121 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 14 de julho de 1952.

ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS

— *Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.*

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

EX-EMPREGADOS DO "YOKOHAMA SPECIE BANK LIMITED"

— *Altera os arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.*

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 30 de julho de 1952.

EXÉRCITO

— *Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caca as disposições da Lei número 1.209, de 25 de outubro de 1950.*

Lei n.º 1.647 — de 18 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 23 de julho de 1952.

— *Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 1.665 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 5 de setembro de 1952.

— *Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.*

Decreto n.º 31.001 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

EXÉRCITO

Cria a "insignia-distintivo" do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 31.153 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 19 de julho de 1952.

Autoriza ao Regimento Sampaio o uso da insignia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul.

Decreto n.º 31.196 — de 26 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 29 de julho de 1952.

Reproduzido no D. O. — de 30 de julho de 1952.

Designa as funções privativas dos Oficiais Generais do Exército em tempo de paz.

Decreto n.º 31.211 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Designa as funções privativas de Generais de Brigada, em tempo de paz.

Decreto n.º 31.392 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de setembro de 1952.

Constitui, no Exército, com a atual Escola de Paraquedistas e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.

Decreto n.º 31.393 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de setembro de 1952.

Prorroga o prazo de quetrata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 20 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

EXÉRCITO

Designa as sedes dos Comandos das Divisões de Infantaria e das Infantarias e Artilharias Divisionárias em tempo de paz.

Decreto n.º 31.452 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 17 de setembro de 1952.

Fixa o prazo de validade dos Decretos 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente.

Decreto n.º 31.457 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

EXPORTAÇÃO

Aprova novas especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de fibras de sisal e piteira.

Decreto n.º 31.329 — de 22 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de agosto de 1952.

EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.138 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 18 de julho de 1952.

F

FACULDADES

Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Bauru.

Decreto n.º 31.099 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de julho de 1952.

Concede autorização para funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Santos.

Decreto n.º 31.134 — de 15 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de agosto de 1952.

FACULDADES

Concede reconhecimento aos cursos de farmácias e odontologia da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Natal.

Decreto n.º 31.209 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de agosto de 1952.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a lavrar feldspato no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.183 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de agosto de 1952.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.073 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.074 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.075 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.076 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.499, de 24 de novembro de 1949.*

Decreto n.º 31.103 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 11 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro José Celso Lana Santos a lavrar minério de ferro e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.116 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Richard Paul Júnior a pesquisar minérios de ferro, no município de Timbó, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 31.221 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza a empresa de mineração Gastão Müller Cia. S. A. a pesquisar minério de ferro e associados no município de Colombo, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.223 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavrar minério de ferro nos municípios de Ouro Preto e Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.390 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de setembro de 1952.

FERRO

— *Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar minério de ferro e associados, nos municípios de Nova Lima e Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.470 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

FERROVIÁRIOS

Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência Social, os empregados dos carros restaurantes das estradas de ferro e dá outras providências.

Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 26 de julho de 1952.

FIBRAS DE SISAL E PITEIRA

Aprova novas especificações e tabelas para a classificação e fiscalização da exportação de fibras de sisal e piteira.

Decreto n.º 31.329 — de 22 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de agosto de 1952.

FILATELIA

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont provou a dirigibilidade dos aerostatos.

Lei n.º 1.659 — de 6 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. — de 11 de agosto de 1952.

Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim.

Lei n.º 1.671 — de 12 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 18 de setembro de 1952.

FINANCIAMENTOS

Assegura ao café beneficiado do país, da safra de 1951-1952, a garantia de preços mínimos.

Decreto n.º 31.087 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

— *Assegura ao algodão em pluma da região setentrional do país, da safra de 1952-53, a garantia de preços mínimos.*

Decreto n.º 31.157 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de julho de 1952.

— *Estende à cera de carnaúba da produção nacional da safra de 1952-53 os preços mínimos e demais dispositivos do Decreto n.º 30.899, de 23 de maio de 1952.*

Decreto n.º 31.487 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de setembro de 1952.

FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Decreto-legislativo n.º 42, de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Transfere de sede Unidades da Força Aérea Brasileira.

Decreto n.º 31.232 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de agosto de 1952.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Torna extensivas às enfermeiras que prestaram serviço no 1.º Grupo de Caça, as disposições da Lei número 1.209, de 25 de outubro de 1950.

Lei n.º 1.647 — de 18 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 23 de julho de 1952.

FORÇAS ARMADAS

Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

FORD MOTOR COMPANY EXPORTS INC.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.

Decreto n.º 31.263 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 13 de agosto de 1952.

FORTIFICAÇÕES COSTEIRAS

Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.

Decreto n.º 31.061 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

FOSFATOS

Autoriza a empresa de mineração Novas Indústrias Olinda S. A. a pesquisar fosfatos e associados, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.111 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de julho de 1952.

— Autoriza a cidadã brasileira Romilda Loureiro Porto Carreiro a pesquisar fosfatos, calcário e associados no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.147 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 22 de julho de 1952.

FOSFORITA

Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a lavrar fosforita no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.066 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

— Autoriza a Companhia Indústrias Reunidas Olinda "Ciro" a lavrar fosforita, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.240 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

FOTÓGRAFO

Suprime cargos extintos (M.G. — Q.S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. — de 23 de agosto de 1952.

FUNCIÓNARIOS AUTÁRQUICOS

Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lei n.º 1.636 — de 11 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 16 de julho de 1952.

FUNÇÕES PRIVATIVAS DE GENE-RAIS DE BRIGADA

Ver: Gerais de Brigada e Exército.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, como auxílio à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Lei n.º 1.644 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 21 de julho de 1952.

FUNDAÇÃO ABRIGO DO CRISTO REDENTOR

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.438 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 13 de setembro de 1952.

FUNDAÇÃO CASPER LÍBERO

Outorga concessão à Fundação Casper Libero para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Decreto n.º 31.057 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

— Altera o Decreto n.º 31.057, de 30 de junho de 1952, que outorgou concessão à Fundação Casper Libero para estabelecer um transmissor de radiodifusão de ondas curtas.

Decreto n.º 31.448 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, à Fundação da Casa Popular.

Lei n.º 1.672 — de 18 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

FUNDAÇÃO RÁDIO MAUÁ

Outorga concessão à Fundação Rádio Mauá para instalar um transmissor de ondas curtas.

Decreto n.º 31.095 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 11 de julho de 1952.

FUNDO DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Dá destinação aos saldos apurados do auxílio concedido à Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei número 1.180, de 17 de agosto de 1950.

Lei n.º 1.635 — de 4 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 9 de julho de 1952.

FUNDO DE RESERVA DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 412.076,20 ou US\$ 22.012.64, para pagamento da contribuição do Brasil ao Fundo de Reserva da Organização Mundial de Saúde.

Decreto n.º 31.445 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador — Porto Nacional (BR 26).

Lei n.º 1.651 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 25 de julho de 1952.

G

GASTAL & COMPANHIA

Decreto-legislativo n.º 46 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

GASTÃO MULLER & CIA. S.A.

Autoriza a empresa de mineração Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar ferro e associados no município de Colombo, Estado do Paraná.

Decreto n.º 31.223 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de agosto de 1952.

GENERAIS DE BRIGADA

Designa as funções privativas de Generais de Brigada, em tempo de paz.

Decreto n.º 31.392 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de setembro de 1952.

GIPSITA

Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Spinola Teixeira a pesquisar gipsita e associados, no município de Marau, Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.182 — de 25 de junho de 1952.

Publicado no D. O. — de 28 de julho de 1952.

— *Autoriza a Sociedade Mineradora Ponta da Serra Ltda., a lavar gipsita, no município de Araripina, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.267 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 18 de agosto de 1952.

GRÁFICO

Suprime cargos extintos. (M.G. — Q.S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. — de 23 de agosto de 1952.

GROUPEMENT D'EXPORTATION DE LOCOMOTIVES S.A.R.L. (GELSA)

Decreto-legislativo n.º 52 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de setembro de 1952.

GRUPO DE TRANSPORTE (1.º E 2.º)

Transfere de sede Unidades da Força Aérea Brasileira.

Decreto n.º 31.232 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de agosto de 1952.

GUITIERREZ, PAULA & MUNHOZ

Decreto-legislativo n.º 53 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 27 de setembro de 1952.

H**HARD RAND & COMPANHIA**

Decreto-legislativo n.º 43 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES

Modifica a Lei n.º 1.365, de 7 de maio de 1951, que autoriza a abertura pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de crédito especial para despesas com as hospedarias de imigrantes de Rio Branco, Manaus, Belém, Fortaleza e Natal.

Lei n.º 1.657 — de 29 de junho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.290 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

I**IMOBILIÁRIA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS UNIÃO LIMITADA.**

Decreto-legislativo n.º 47 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para maquinárias e material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A.

Lei n.º 1.640 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 16 de julho de 1952.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, excetuando a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A. — Cia. Brasileira de Petróleos.

Lei n.º 1.657-B — de 1 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. — de 7 de agosto de 1952.

— Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares.

Lei n.º 1.678 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

IMPOSTO DE RENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.651.946,00, para completar o pagamento devido dos municípios para quota do imposto de renda.

Lei n.º 1.641 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de julho de 1952.

IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO

Ver: Importação.

INCÊNDIO

Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.380 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 6 de setembro de 1952.

INDENIZAÇÕES

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n.º 31.468 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 19 de setembro de 1952.

INDÚSTRIA PAULISTA DE VIDRO PLANO LTDA.

Concede a Indústria Paulista de Vidro Plano Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.108 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 31 de julho de 1952.

INDUSTRIAL DE MARMORES BRASÍLIA S.A.

Concede permissão às seções de serragem de mármore da Industrial de Mármore Brasília S. A. para funcionar aos domingos e feriados.

Decreto n.º 31.334 — de 25 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 27 de agosto de 1952.

INSÍGNIA DISTINTIVO

Cria a "insignia-distintivo" de Ministro da Guerra.

Decreto n.º 31.153 — de 13 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 19 de julho de 1952.

INSÍGNIAS

Autoriza ao Regimento Sampaio o uso da insignia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul.

Decreto n.º 31.196 — de 26 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 29 de julho de 1952.

Reproduzido no D. O. — de 30 de julho de 1952.

INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto n.º 30.691 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

INSPETOR DE ALUNOS

Suprime cargos extintos (M.G. — Q.S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. — de 23 de agosto de 1952.

INSPETOR DO TRABALHO

Regulamenta o art. 10, § 3.º, da Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952.

Decreto n.º 31.480 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

INSPETORES

Altera o quadro de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto n.º 31.344 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 29 de agosto de 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a realização da XII Sessão Ordinária da Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n.º 31.069 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Considera ferroviários, para os efeitos das leis do Trabalho e Previdência, restaurantes das estradas de ferro e cia Sociul, os empregados dos carros-dá outras providências.

Lei n.º 1.652 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 26 de julho de 1952.

— Altera os arts. 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 30 de julho de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— Faculta a contribuição para diversos Institutos de Previdência e dá outras providências.

Lei n.º 1.676 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

— Altera o quadro de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto n.º 31.344 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 29 de agosto de 1952.

— Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.

Decreto n.º 31.477 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

— Dispõe sobre o cumprimento da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto n.º 31.479 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA

Ver: Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO (IPASE)

Considera contribuintes obrigatórios do IPASE os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Decreto n.º 31.423 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de setembro de 1952.

INTERSTÍCIO PARA PROMOÇÕES

Ver — Promoções.

**IPIRANGA S.A. — COMPANHIA
BRASILEIRA DE PETRÓLEO**

Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, exceptuada a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A. — Cia Brasileira de Petróleos.

Lei n.º 1.657-B — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de agosto de 1952.

IRMÃOS OLIVEIRA & CIA.

Outorga a Irmãos Oliveira & Cia., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Fagundes, existente no rio Fundo, Distrito de Antônio Carlos, município de igual nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.046 — de 26 de junho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

ISENÇÕES

Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para material técnico importados por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A.

Lei n.º 1.640 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 16 de julho de 1952.

— Concede isenção de imposto de importação e taxas aduaneiras, exceptuada a de previdência social, para materiais importados pela Ipiranga S. A. — Cia Brasileira de Petróleos.

Lei n.º 1.657-B — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de agosto de 1952.

Isenta do pagamento dos impostos de importação e taxas aduaneiras maquinários usados, destinados ao fabrico de sabão, gordura e produtos similares.

Lei n.º 1.678 — de 26 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

J

J. PESSOA RODRIGUES

Decreto-legislativo n.º 34 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

ESB

JUSTIÇA DO TRABALHO

Aprova o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.259 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 14 de agosto de 1952.

Abertura de crédito.

Ver: *Crédito Especial.*

L

LAVRA

Ver o nome do elemento lavrado.

**LEI DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS
DO EXÉRCITO**

Fixa o prazo de validade dos Decretos ns. 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente.

Decreto n.º 31.467 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

**LINDOIANO HOTEL — FONTES
RADIOATIVAS LTDA.**

Concede à Lindoiano Hotel — Fontes Radioativas Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.005 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. — de 3 de setembro de 1952.

LOTAÇÃO NUMÉRICA

Ver o nome do Ministério que a teve alterada.

M

MAG — NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LIMITADA

Concede à Sociedade "MAG" — Navegação e Comércio Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 31.476 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de setembro de 1952.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.073 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.074 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.075 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira a pesquisar minérios de ferro, manganês e associados, no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.076 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

MANGANÊS

— Renova o Decreto n.º 27.499, de 24 de novembro de 1949.

Decreto n.º 31.403 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 11 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro José dos Santos a pesquisar ocrez, quartzo, minérios de manganês e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.448 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de julho de 1952.

— Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Limitada — Sompit, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.189 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 29 de julho de 1952.

— Renova o Decreto n.º 27.561, de 7 de dezembro de 1949.

Decreto n.º 31.194 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 28 de julho de 1952.

— Renova o Decreto n.º 27.688, de 11 de janeiro de 1950.

Decreto n.º 31.195 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 28 de julho de 1952.

— Renova o Decreto n.º 27.689, de 11 de janeiro de 1950.

Decreto n.º 31.219 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 2 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Resende a pesquisar quartzo, minério de manganês e associados, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.250 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 9 de agosto de 1952.

MANGANÊS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.321 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Egon Fischer a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.326 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Irineu Felisberto a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Guacuí, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 31.436 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

MAQUINISTA DE ESTRADA DE FERRO

Suprime cargos extintos. (M.V. O.P. — Q. VI — P.S.).

Decreto n.º 31.295 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Suprime cargo extinto. (M.V.O.P. — Q. IX — P.S.).

Decreto n.º 31.301 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

Suprime cargo extinto. (M.V.O.P. — Q. X — P.S.).

Decreto n.º 31.304 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

Suprime cargo extinto. (M.V.O.P. — Q. X — P.S.).

Decreto n.º 31.305 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

MARINHA

Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

MARINHA MERCANTE

Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

Decreto n.º 31.098 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 11 de julho de 1952.

— Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 31.143 — de 13 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de julho de 1952.

Retificado no D. O. — de 12 de agosto de 1952.

MARINHEIRO

Suprime cargos extintos. (M.G. — Q.S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. — de 23 de agosto de 1952.

MÁRMORES

Autoriza a Empresa de Mineração Indústria Brasileira de Mármore Itatinga a pesquisar mármore e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.435 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

MATADOURO NÚCLEO AGRO-INDUSTRIAL SÃO FRANCISCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para aquisição e instalação do equipamento para o Matadouro Núcleo Agro-Industrial São Francisco.

Lei n.º 1.642 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 17 de julho de 1952.

MESTRE DE LINHA

Suprime cargo extinto (M.V.O.P. — Q. VI — P.S.).

Decreto n.º 31.294 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Suprime cargo extinto (M.V.O.P. — Q. VII — P.S.).

Decreto n.º 31.300 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

Suprime cargos extintos.

(M.V.O.P. — Q. X — P.E.).

Decreto n.º 31.306 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.067 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Tito Oliveira Lima a pesquisar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.068 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 7 de julho de 1952.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.102 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 11 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela, a lavar quartzo, mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.145 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 22 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Armando Forattini a pesquisar mica e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.192 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 28 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Levingo Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.193 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 28 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues Coelho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.193 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 2 de agosto de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Hilário Clímio da Cunha a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.238 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

MICA

— *Autoriza a cidadã brasileira Luzia Batista Hatem a pesquisar mica e associados, nos municípios de Conselheiro Pena e Galileia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.269 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 18 de agosto de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Tião de Oliveira Lima e Alberto Tóres Filho a lavar mica no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.273 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 18 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura a pesquisar mica no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.373 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 6 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Adeodato Ferreira da Costa a pesquisar micac e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.374 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 6 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.375 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 6 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro Amâncio a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.376 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 6 de setembro de 1952.

MICA

— *Autoriza a cidadã brasileira Sofia Rodrigues Cipriano a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suassui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.391 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aníbal Ribeiro Zambelli a pesquisar mica e associados, no município de Virger da Lapa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.425 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dilermando Rodrigues de Melo a pesquisar mica, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.426 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Ângelo de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.427 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Franga a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.428 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Anthero da Silva a pesquisar mica e associados no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.429 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de setembro de 1952.

MICA

— *Anula o Decreto n.º 27.581, de 14 de dezembro de 1949.*

Decreto n.º 31.456 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

— *Anula o Decreto n.º 26.202, de 15 de janeiro de 1949.*

Decreto n.º 31.459 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 24.761, de 6 de abril de 1948.*

Decreto n.º 31.460 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Tôres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.467 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de setembro de 1952.

MILITARES

Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao voo.

Decreto n.º 31.461 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

— *Fixa o prazo de validade dos Decretos ns. 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente.*

Decreto n.º 31.457 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de setembro de 1952.

MINERAÇÃO BONFIM LIMITADA

Concede à Mineração Bonfim Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.247 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 14 de agosto de 1952.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Decreto-legislativo n.º 39 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 19 de julho de 1952.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica, a aceitar a doação de terrenos e benfeitorias em São José dos Campos, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.120 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de julho de 1952.

Retificado no D. O. — de 16 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóvel necessário ao Centro Técnico de Aeronáutica, em São José dos Campos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.177 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 26 de julho de 1952.

— *Declara de utilidade pública para desapropriação, terreno que menciona, necessário às instalações da Guarnição Aeronáutica de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.233 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 5 de agosto de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas, pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 31.278 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 18 de agosto de 1952.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— *Cria Centros de Instrução Militar no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 31.418 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de setembro de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Decreto-legislativo n.º 34 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

Decreto-legislativo n.º 35 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

Decreto-legislativo n.º 42 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

Decreto-legislativo n.º 45 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Decreto-legislativo n.º 46 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Decreto-legislativo n.º 48 — de 1952.

Publicado no D. O. — de 1 de setembro de 1952.

— *Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos Departamentos de Administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 31.063 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 31.092 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 31.128 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 14 de julho de 1952.

— *Altera, sem aumento de despesa, a série funcional de Farmacêutico da Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 31.167 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 31.323 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de agosto de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n.º 53 — de 1952, agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 27 de setembro de 1952.

— *Cria, no Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Saúde, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Entomologista, padrão M.*

Lei n.º 1.637 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 16 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos Departamentos de Administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 31.159 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de julho de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 31.160 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 31.293 — de 19 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 21 de agosto de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n.º 31.424 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 12 de setembro de 1952.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 31.489 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. — de 2 de outubro de 1952.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Guerra.

Decreto n.º 31.088 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 10 de julho de 1952.

— *Reajusta órgãos do Ministério da Guerra e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.210 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 20 de agosto de 1952.

Cria a "Insignia-distintivo" de Ministro da Guerra.

Decreto n.º 31.153 — de 13 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Altera a carreira de Comissário de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências.

Lei n.º 1.639 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 16 de julho de 1952.

— *Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos Departamentos de Administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 23 de julho de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanentes, da Justiça e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 31.097 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 9 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Altera a Tabela Única de Etranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.163 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 25 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Dá nova organização administrativa ao Ministério da Marinha.

Lei n.º 1.658 — de 4 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. — de 8 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno destinado ao Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 31.133 — de 14 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 15 de julho de 1952.

Retificado no D. O. — de 16 de julho e 22 de agosto de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Marinha.*

Decreto n.º 31.156 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 24 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cria uma Seção de Organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos Departamentos de Administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. — de 23 de julho de 1952.

— *Cria função na Tabela Única de Mensalistas do Ministério das Relações Exteriores.*

Decreto n.º 31.173 — de 23 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 23 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Supressão, Extinção, Restabelecimento ou Criação de Consulados, Ver: Consulados.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decreto Legislativo n.º 40 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional, do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais ministérios civis e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

— *Cria funções provisórias na Tabela Única de Etranumerário Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.365 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de setembro de 1952.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto Legislativo n.º 47 — de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e outra em cada um dos departamentos de administração dos demais Ministérios civis, e dá outras providências.*

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1952.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção de uma variante na linha Passo Fundo-Guaporé-Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.275 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— Aprova o projeto de orçamento para construção de uma variante na ligação ferroviária Passo Fundo-Guaporé — Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 21.276 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

MORAES S.A. — INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Concede a "Moraes S. A. — Indústria, Comércio e Navegação" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 31.083 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

MOTORISTA

Suprime cargos extintos.

(M. G. — Q. S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

Suprime cargo extinto.

(M. F. — Q. S.).

Decreto n.º 31.124 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

MULTAS

Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitâneas de Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940.

Decreto n.º 31.201 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1952.

MUNICÍPIOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para completar o pagamento devido aos municípios pela quota do imposto de renda.

Lei n.º 1.641 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

— Exclui o Município de Belém, no Estado do Pará, do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947.

Lei n.º 1.645 — de 16 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 21 de julho de 1952.

— Autoriza a União a constituir com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a "Companhia de Eletricidade de Manaus", e dá outras providências.

Lei n.º 1.654 — de 23 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 29 de julho de 1952.

— Modifica a Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, na parte relativa ao Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

Lei n.º 1.665 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

N

NAVEGAÇÃO

Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.380 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

NAVIOS

Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.380 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

NOVAS INDÚSTRIAS OLINDA S.A.

Autoriza Novas Indústrias Olinda S. A. a lavrar fosforita no município de Olinda, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.066 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Autoriza a empresa de mineração Novas Indústrias Olinda S. A., a pesquisar fosfato e associados, no município de Olinda, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 31.111 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

NÚCLEO DA DIVISÃO AÉREO TERRESTRE

Constitui, no Exército, com a atual Escola de Para-quedista e a sua tropa, o Núcleo da Divisão Aéreo-Terrestre.

Decreto n.º 31.393 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

O

OBRIGATORIEDADE DE VÔO

Dispõe sobre os militares da Aeronáutica, que pela natureza de suas funções, são funcionalmente obrigados ao vôo.

Decreto n.º 31.401 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

OCRAS

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Müller a lavrar ocras e pigmentos minerais no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.432 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

OCRE

Autoriza o cidadão brasileiro Nilo Cotrim e Silva, a lavrar ocre e calcário no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.115 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.909, de 23 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.144 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, José dos Santos a pesquisar ocras, quartzo, minérios de mangânes e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.118 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

OFICIAIS DA ARMADA

Revoga o Decreto n.º 20.079, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n.º 31.394 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

OFICIAIS ESPECIALISTAS

Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas.

Decreto n.º 31.488 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1952.

OFICIAIS GERAIS DO EXÉRCITO

Designa as funções privativas dos Oficiais Gerais do Exército em tempo de paz.

Decreto n.º 31.211 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Suprime cargo provisório.
(M. Aer. — Q. P.).

Decreto n.º 31.206 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

Suprime cargo provisório.
(M. Aer. — Q. P.).

Decreto n.º 31.370 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

OPERÁRIO DE AVIAÇÃO

Suprime cargos extintos.
(M. Aer. — Q. S.).

Decreto n.º 31.203 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

Suprime cargo extinto.
(M. Aer. — Q. S.).

Decreto n.º 31.371 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

ORÇAMENTOS

Projetos e Orçamentos.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Ver: *Ministério da Marinha.*

OURO

Autoriza a Dragagem de Ouro Limitada, a lavar jazida de ouro aluvionar, nos municípios de Sabará, Sete Lagoas e Santa Luzia, do Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.101 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.823, de 24 de fevereiro de 1950.*

Decreto n.º 31.104 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

OURO

— *Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda. "SOMPIT", a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.114 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— *Autoriza a Companhia Aços Especiais Itabira a pesquisar minérios de ouro e associados, no município de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.152 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Machado Lobo a pesquisar minério de ouro e associados, no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.224 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Renova, retificando, o Decreto n.º 29.588, de 28 de maio de 1951.*

Decreto n.º 31.312 — de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Aminthas de Carvalho Moura a pesquisar minérios de ouro, no município de Caeté, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.355 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.530, de 20 de novembro de 1949.*

Decreto n.º 31.377 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

OURO

— *Renova o Decreto n.º 27.921, de 27 de março de 1950.*

Decreto n.º 31.373 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

P

PATRÃO

— *Suprime cargos extintos.*

(M. G. — Q. S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

PEDIDO DE SOCORRO EM CASO DE INCÊNDIO EM NAVIOS CU NAS INSTALAÇÕES DOS PORTOS

Ver: Incêndios e Portos.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Jose Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coroadas, no município de Atalaia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.270 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 24.761 — de 6 de abril de 1948.*

Decreto n.º 31.460 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Torres a pesquisar mica, quartzo, pedras coroadas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.467 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Wiskival Guimarães a comprar pedras preciosas.

Decreto n.º 31.080 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Autoriza Benjamin Lozinsky a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.031 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— *Revoga o Decreto n.º 22.854, de 30 de janeiro de 1947.*

Decreto n.º 31.125 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— *Revoga o Decreto n.º 25.440, de 3 de setembro de 1948.*

Decreto n.º 31.142 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

— *Autoriza José Herszkowicz a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.180 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Autoriza Francisco de Araújo Neto a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.231 — de 1 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de agosto de 1952.

— *Autoriza Samuel Wolf Marynower a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.285 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1952.

— *Autoriza Manuel Ferreira Borges a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.286 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

— *Revoga o Decreto n.º 18.647, de 5 de maio de 1945.*

Decreto n.º 31.349 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de agosto de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

— *Revoga o Decreto n.º 21.883, de 27 de setembro de 1946.*

Decreto n.º 31.383 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

— *Autoriza Vergílio Martins Gomes a comprar pedras preciosas.*

Decreto n.º 31.441 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

PENSÕES

Concede a pensão especial de Cr\$ 300,00 a Adelaide Evaristo da Silva, mãe de José Raimundo da Silva, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.

Lei n.º 1.655 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 15.500,00, para pagamento de pensão a Maria de Bastos Medeiros Chagas.*

Lei n.º 1.656 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

PESQUISA

— *Ver o nome do elemento pesquisado.*

PETRASIL SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINERAIS LIMITADA

Concede à Petrasil Sociedade Brasileira de Comércio e Indústria de Minerais Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.388 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1952.

PETRÓLEO

Reserva à União áreas presumidamente petrolíferas nos Estados de São Paulo e Paraná.

Decreto n.º 31.062 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

PIGMENTOS MINERAIS

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Wenzel Müller a lavrar ocras e pigmentos minerais no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.432 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de setembro de 1952.

PLANO SALTE

Altera o Decreto n.º 28.225, de 12 de junho de 1950.

Decreto n.º 31.179 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

PODER JUDICIÁRIO

Abertura de Crédito. — Ver: Crédito Especial

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Modifica os artigos 9.º, 16, 18, 26 e 185, parágrafo 1.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, anexo ao Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.

Decreto n.º 31.230 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

PORCELANA REAL SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a empresa de mineração Porcelana Real Sociedade Anônima a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.346 — de 27 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

PORTOS

Aprova novo orçamento para a construção do cais e respectivo armazem, no porto de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.036 — de 5 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1952.

— Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis, que mencionam, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 31.140 — de 17 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de julho de 1952.

— Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.380 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

PRÁTICO DE FARMÁCIA

*Suprime cargos extintos.
(M. G. — Q. S.).*

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

PRAZOS

Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador — Porto Nacional (BR-28).

Lei n.º 1.651 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1952.

— Altera os artigos 4.º e 5.º do Decreto-lei n.º 9.143, de 8 de abril de 1946.

Lei n.º 1.653-A — de 26 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de julho de 1952.

PRAZOS

— Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

PREÇOS MÍNIMOS DA CERA DE CARNAÚBA

Ver: *Cêra de Carnaúba.*

PREÇOS MÍNIMOS DO ALGODÃO EM PLUMA

Ver: *Algodão em Pluma.*

PREÇOS MÍNIMOS DO CAFÉ

Ver: *Café.*

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Jequitibá ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica na sede do município de Jequitibá, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.557 — de 15 de fevereiro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Dom Joaquim, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 31.009 — de 18 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquete Pinto, um transmissor de ondas curtas nesta Capital.

Decreto n.º 31.096 — de 7 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1952.

PREFEITURAS

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Goiás concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira do Brumado, no ribeirão de igual nome, município de Santa Cruz de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 31.168 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, a área de terreno, situada no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro e destinada à construção da adutora do Rio Guandu.*

Decreto n.º 31.236 — de 6 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Barbacena a ampliar suas instalações e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.252 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de agosto de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de oleodutos Santos-São Paulo.*

Decreto n.º 31.263 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de agosto de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na Rua Buarque de Macedo, município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.280 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

PREFEITURAS

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal de Monte Azul, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.290 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Peixe, Estado de Goiás, concessão para distribuir energia elétrica ao município de Peixe, e autoriza a mesma Prefeitura a instalar uma usina termoeletrica.*

Decreto n.º 31.372 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal do Rio de Contas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Casa Branca, no rio Brumado, distrito da sede do Município de Rio de Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 30.401 — de 16 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Ijuí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda d'água denominada Passo de Ajuricada, município de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.444 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setembro de 1952.

PRIMEIRO PILOTO

Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Motorista, da Marinha Mercante.

Decreto n.º 31.098 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto n.º 30.691 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova novo orçamento para a construção do cais e respectivo armazém, no porto de Corumbá, Estado do Mato Grosso.

Decreto n.º 31.086 — de 5 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1952.

— Aprova projeto e orçamento referentes à construção do trecho 112,500 quilômetros compreendido entre as estações 2.366-7.991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), ligando Serra Talhada a Salgueiro, na Rede Ferroviária do Nordeste.

Decreto n.º 31.126 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— Aprova projetos e orçamentos dos trechos da nova ligação ferroviária — Itararé-Fábio Rego-Jaguariava-Prezidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto n.º 31.135 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

— Aprova o projeto e orçamento para construção de uma variante na ligação ferroviária Passo Fundo — Guaporé Barra do Jacaré, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.276 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— Aprova novos projetos e orçamentos para obras na Estação de Cruz Alta, da Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.277 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

— Aprova projetos e orçamentos para obras a serem executadas na esplanada de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n.º 31.279 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— Aprova novos projetos e orçamentos para construção da variante de Pedras Altas, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 31.420 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação áreas necessárias à construção ferroviária que menciona.

Decreto n.º 31.321 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de setembro de 1952.

PROMOÇÕES

Revoga o Decreto n.º 20.079, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n.º 31.394 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

— Fixa o prazo de validade dos Decretos ns. 30.762, 30.922 e 31.012, de 14 de abril, 29 de maio e 19 de junho do corrente ano, respectivamente.

Decreto n.º 31.457 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1952.

Q

QUARTZITO

Autoriza a cidadã brasileira Alda Arruda Baccarat a pesquisar talcozito, quartzito, calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.320 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

QUARTZITO CERICÍTICO

Autoriza o cidadão brasileiro — José Arger a pesquisar quartzito cericítico, no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.356 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro, José Arger a pesquisar quartzito cericítico no município de Baependi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.357 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

QUARTZO

Declara a caducidade do Decreto de autorização da lavra n.º 19.872, de 24 de outubro de 1945, retificado pelo de número 20.948, de 9 de abril de 1946.

Decreto n.º 31.065 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Rubens Valadares Vasconcelos a pesquisar quartzo e associados, no município de Paraopeba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.112 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro José dos Santos a pesquisar ocre, quartzo, minérios de manganês e associados, no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.118 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Saulo Paulo Vilela, a lavar quartzo, mica, caulim e associados, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.145 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho de 1952.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Luis Guedes de Amorim a pesquisar quartzo e associados, no município de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso

Decreto n.º 31.220 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Rodrigues de Resende a pesquisar quartzo, minério de manganês e associados, no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.250 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jose Vieira dos Santos a pesquisar quartzo e pedras coradas, no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.270 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Ferreira Gomes a pesquisar quartzo e ametista no município de Coripós, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.271 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Raul Alves Nascimento a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 31.322 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Cândido Trancoso Sobrinho a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.

Decreto n.º 31.324 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

QUARTZO

— *Renova o Decreto n.º 24.761, de 6 de abril de 1948.*

Decreto n.º 31.460 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de setembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Roberto Pinheiro Torres a pesquisar mica, quartzo, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.467 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

R

RADIO BANDEIRANTES S. A.

Outorga concessão à Rádio Bandeirantes S. A. para estabelecer um transmissor de ondas curtas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.449 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de setembro de 1952.

RADIO CULTURA "A VOZ DO ESPAÇO"

Outorga concessão à Rádio Cultura "A Voz do Espaço" para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Decreto n.º 31.199 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

RADIO EMISSORA ROQUETTE PINTO

Outorga concessão à Prefeitura do Distrito Federal para estabelecer, por intermédio da Rádio Emissora Roquette Pinto, um transmissor de ondas curtas nesta Capital.

Decreto n.º 31.096 — de 7 de julho de 1952

Publicado no D. O. de 9 de julho de 1952

RADIO SOCIEDADE ANÔNIMA MAYRINK VEIGA

Outorga concessão à Rádio Sociedade Anônima Mayrink Veiga para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Decreto n.º 31.198 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto de 1952.

RADIODIFUSÃO

Ver o nome da empresa ou da estação autorizada a funcionar.

RADIOFAROL

Ver o nome da empresa outorgada.

RADIOTELEGRAFIA

Ver o nome da empresa ou estação autorizada a funcionar.

RADIOTELEVISÃO

Ver o nome da empresa autorizada a funcionar.

RECLASSIFICAÇÃO DE SERVIDORES

Regulamenta o artigo 10, parágrafo 3.º, da Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952.

Decreto n.º 31.480 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

RECURSO DE REVISTA

Modifica os artigos 801, 836, 853, 871, 872 e 874, do Código do Processo Civil, sobre julgamento do recurso de revista e da ação rescisória.

Lei n.º 1.661 — de 19 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de agosto de 1952.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Aprova projetos e orçamentos dos trechos da nova ligação ferroviária — Itararé-Fábio Rêgo-Jaguariava — Presidente Castilhos, da Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto n.º 31.135 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

REDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas necessárias à construção ferroviária de Itararé-Fábio Rêgo - Jaguariava-Prezidente Castilhos, da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

Decreto n.º 31.136 — de 16 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de julho de 1952.

REDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Dá destinação aos saldos apurados do auxílio concedido à Rede Ferroviária do Nordeste pela Lei n.º 1.180, de 17 de agosto de 1950.

Lei n.º 1.635 — de 4 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de julho de 1952.

— Aprova projeto e orçamento referentes à construção do trecho de 112,500 quilômetros, compreendidos entre as estacas 2.366.T.991, do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (Linha Oeste), ligando Serra Talhada a Salgueiro, na Rede Ferroviária do Nordeste.

Decreto n.º 31.126 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária à construção ferroviária Serra Talhada-Salgueiro, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 31.127 — de 11 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de julho de 1952.

REDUÇÃO DE INTERSTÍCIO

Ver: Promoções.

REFINARIA NACIONAL DE PETRÓLEO S.A.

Outorga concessão à Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S. A. para instalar um transmissor na refinaria de Mataripe, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 31.197 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

REGIMENTO SAMPAIO

Autoriza ao Regimento Sampaio o uso da insígnia de Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul.

Decreto n.º 31.196 — de 26 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Reproduzido no D. O. de 30 de julho de 1952.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento dos Distritos Rodoviários Federats.

Decreto n.º 31.154 — de 19 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de julho de 1952.

— Aprova o Regimento da Comissão do Enquadramento Sindical.

Decreto n.º 31.359 — de 29 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde.

Decreto n.º 31.469 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1952.

REGULAMENTOS

Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto n.º 30.691 — de 29 de março de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

REGULAMENTOS

— *Revoga disposições do Regulamento das Fortificações Costeiras, aprovado pelo Decreto n.º 26.959, de 27 de julho de 1949.*

Decreto n.º 31.061 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de julho de 1952.

— *Aprova o Regulamento dos Cursos de Formação, Especialização e Aperfeiçoamento da Casa da Moeda.*

Decreto n.º 31.077 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Reduz temporariamente o tempo de embarque estabelecido para a concessão da Carta de Capitão de Longo Curso, Capitão de Cabotagem, Primeiro Piloto e Primeiro Maquinista-Marítimo, da Marinha Mercante.*

Decreto n.º 31.098 — de 9 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho de 1952.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.143 — de 18 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de agosto de 1952.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.*

Decreto n.º 31.155 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

— *Altera a redação da letra "b" do item II do art. 5.º do Regulamento para concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.*

Decreto n.º 31.161 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento do serviço de taxis no Distrito Federal.*

Decreto n.º 31.181 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Altera a redação do artigo 50 e seus parágrafos, do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto número 28.703, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 31.186 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de julho de 1952.

— *Altera o valor das multas estabelecidas no Regulamento para as Capitâneas de Portos, aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 5.798, de 11 de junho de 1940.*

Decreto n.º 31.201 — de 28 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de julho de 1952.

— *Aprova e manda executar o Regulamento para o Concurso de Seleção de Candidatos ao Corpo de Engenheiros e Técnicos Navais.*

Decreto n.º 31.202 — de 29 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

— *Modifica os artigos 9.º, 16, 18, 26 e 185, parágrafo 1.º do Regulamento Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, anexo ao Decreto n.º 3.273, de 16 de novembro de 1938.*

Decreto n.º 31.230 — de 31 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de agosto de 1952.

— *Substitui o art. 30 e seus parágrafos, do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto número 7.847, de 16 de setembro de 1941.*

Decreto n.º 31.258 — de 8 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento da Delegacia Regional do Trabalho no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.259 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

— *Dá nova redação à alínea a) do artigo 5.º do Regulamento para a Diretoria de Saúde Naval, aprovado e mandado executar pelo Decreto número 18.506, de 27 de abril de 1945.*

Decreto n.º 31.266 — de 12 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

— *Altera dispositivos do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, aprovado pelo Decreto n.º 28.703, de 2 de outubro de 1950.*

Decreto n.º 31.288 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.*

Decreto n.º 31.364 — de 1 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de setembro de 1952.

Retificado nos D. O. de 18 e 26 de setembro de 1952.

— *Revoga o Decreto n.º 20.679, de 30 de novembro de 1945 e restabelece os interstícios previstos no Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 31.394 — de 5 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de setembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R. A. D. A.).*

Decreto n.º 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de setembro de 1952.

REGULAMENTOS

— *Regulamenta a Lei n.º 1.584, de 27 de março de 1952.*

Decreto n.º 31.477 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Regulamenta o artigo 10, parágrafo 3.º, da Lei n.º 1.599, de 9 de maio de 1952.*

Decreto n.º 31.480 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento do Curso de Oficiais Especialistas.*

Decreto n.º 31.488 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de setembro de 1952.

REPARTIÇÃO SANITÁRIA PAN-AMERICANA

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.707.383,60, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil em favor da Repartição Sanitária Pan-Americana.

Decreto n.º 31.169 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de julho de 1952.

RODOVIAS

Fixa o prazo para a conclusão da construção e pavimentação do trecho Salvador-Feira da Estrada de Salvador — Porto Nacional (BR-28).

Lei n.º 1.651 — de 22 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de julho de 1952.

S

SALÁRIOS

Substitui o art. 30 e seus parágrafos, do Regulamento do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto número 7.847, de 16 de setembro de 1941.

Decreto n.º 31.258 — de 8 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

SALGEMA

Declara caduco o Decreto número 29.090, de 4 de julho de 1945.

Decreto n.º 31.064 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Autoriza a São Paulo Light and Power Company Limited a construir uma linha de transmissão entre a Estação Terminal de Anhanguera e a Estação Terminal de Piratuba, no Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.171 — de 22 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

SEÇÕES DE ORGANIZAÇÃO

Cria uma seção de organização na Direção Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, e putra em cada um dos departamentos, de administração dos demais ministérios civis, e dá outras providências.

Lei n.º 1.650 — de 19 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de julho de 1952.

SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Ver: Superior Tribunal Militar.

SEDE DOS COMANDOS

Designa as sedes dos Comandos das Divisões de Infantaria e das Infantarias e Artilharias Divisionárias em tempo de paz.

Decreto n.º 31.452 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de setembro de 1952.

SELOS POSTAIS COMEMORATIVOS

Autoriza a emissão de selos postais comemorativos do cinquentenário da prova de Saint Cloud, realizada em 1901, e na qual Alberto dos Santos Dumont provou a dirigibilidade dos aerostatos.

Lei n.º 1.659 — de 6 de agosto de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de agosto de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a emitir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — selo comemorativo do 150.º aniversário de nascimento do Dr. José Martins da Cruz Jobim.

Lei n.º 1.671 — de 12 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de setembro de 1952.

SENADO FEDERAL

Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

SERVENTE

Suprime cargos extintos.
(M. G. — Q. S.).

Decreto n.º 30.760 — de 14 de abril de 1952.

Retificado no D. O. de 23 de agosto de 1952.

SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Estende as vantagens da Lei número 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

Lei n.º 1.675 — de 25 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1952.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Exclui o pessoal do S. A. P. S. das disposições do Decreto número 5.062, de 27 de dezembro de 1939.

Decreto n.º 31.365 — de 2 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de setembro de 1952.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Autoriza o Serviço de Proteção aos Índios do Ministério da Agricultura a pesquisar mica no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.373 — de 3 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

SERVIÇO DE TÁXIS

Aprova o Regulamento do serviço de táxis no Distrito Federal.

Decreto n.º 31.181 — de 25 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de julho de 1952.

SERVIÇO NACIONAL DE MALÁRIA

Modifica o Regimento do Serviço Nacional de Malária, do Departamento Nacional de Saúde.

Decreto n.º 31.469 — de 17 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1952.

SERVIÇOS AEROFOTOGRAFÉTRICOS CRUZEIRO DO SUL S.A.

Concede isenção de imposto de consumo de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusivas de previdência social, para maquinarias e material técnico importadas por Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S. A.

Lei n.º 1.640 — de 14 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

SERVIÇOS ELÉTRICOS DO ESTADO

Autoriza a União a constituir, com o Estado do Amazonas e o município de sua capital, a "Companhia de Electricidade de Manaus", e dá outras providências.

Lei n.º 1.654 — de 28 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de julho de 1952.

Reproduzida no D. O. de 29 de julho de 1952.

SERVIDORES DAS ESTRADAS DE FERRO DA UNIÃO

Estende aos servidores das estradas de ferro da União, sob regime de autarquia, os direitos e vantagens previstos na Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, que dispõe sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lei n.º 1.636 — de 11 de julho de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de julho de 1952.

SINAL DE ALARME

Revoga o Decreto n.º 28.735, de 9 de outubro de 1950.

Decreto n.º 31.380 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

SINDICATOS

Revoga a alínea a do art. 530, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.

Lei n.º 1.667 — de 1 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1952.

SOCIAL S.A. — MINERAÇÃO INTERCAMBIO COMERCIAL E INDUSTRIAL

Concede à Social S. A. — Mineração Intercâmbio Comercial e Industrial autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 31.217 — de 30 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

Retificado nos D. O. de 18 e 23 de setembro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO

Declara de utilidade pública uma área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Sociedade Anônima Central Elétrica Rio Claro a promover a desapropriação.

Decreto n.º 31.292 — de 18 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de agosto de 1952.

**SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMEN-
TO, MINERAÇÃO E CABOTAGEM
CIMIMAR**

*Autoriza a S. A. de Cimento, Mine-
ração e Cabotagem Cimimar, a lavar
argila no município de Canoas, Es-
tado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.184 — de 25 de julho
de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de agosto
de 1952.

**SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA
DE VIAÇÃO AÉREA RIOGRAN-
DENSE — "VARIG"**

*Outorga concessão à Empresa "S.
A. Empresa de Viação Aérea Rio-
Grandense — "Varig" para instalar
uma estação de radiofarol na cidade
de Caxias do Sul, Estado do Rio
Grande do Sul.*

Decreto n.º 30.935 — de 2 de junho
de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de setem-
bro de 1952.

**SOCIEDADE ANÔNIMA MARMORES
BRASILEIROS "SAMBRA"**

*Renova o Decreto n.º 27.869, de 10
de março de 1950.*

Decreto n.º 31.105 — de 9 de julho
de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de julho
de 1952.

**SOCIEDADE COMERCIAL E PRO-
DUTORA AGROMINEIRA LTDA.**

*Concede à Sociedade Comercial e
Produtora Agromineira Ltda. autori-
zação para funcionar como empresa
de mineração.*

Decreto n.º 31.218 — de 30 de julho
de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto
de 1952.

**SOCIEDADE CONSTRUTORA POTY
LIMITADA (SOCOPO)**

*Autoriza a Sociedade Construtora
Poty Limitada (SOCOPO) a pesquisar
água mineral no município de Tere-
sina, Estado do Piauí.*

Decreto n.º 31.149 — de 18 de ju-
lho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de julho
de 1952.

**SOCIEDADE DE MINERAÇÃO PI-
TANGUI LTDA. "SOMPIT"**

*Autoriza a Sociedade de Mineração
Pitangui Ltda. "SOMPIT", a pesqui-
sar minérios de ouro e associados, no
município de Pitangui, Estado de Mi-
nas Gerais.*

Decreto n.º 31.114 — de 10 de julho
de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho
de 1952.

*Autoriza a Sociedade de Mineração
Pitangui Limitada — Sompit, a pes-
quisar minério de manganês e asso-
ciados no município de Saúde, Estado
da Bahia.*

Decreto n.º 31.189 — de 25 de julho
de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de julho
de 1952.

**SOCIEDADE MINERADORA PONTA
DA SERRA LTDA.**

*Autoriza a Sociedade Mineradora
Ponta da Serra Ltda., a lavar gipsita,
no município de Araripina, Estado de
Pernambuco.*

Decreto n.º 31.267 — de 13 de agos-
to de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de agosto
de 1952.

**SOCIEDADE RÁDIO CLUBE DE
VARGINHA LIMITADA**

*Outorga concessão à Sociedade Rá-
dio Clube de Varginha Limitada para
estabelecer uma estação radiodifusora
de frequência tropical.*

Decreto n.º 31.330 — de 25 de agos-
to de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setem-
bro de 1952.

*Outorga concessão à Sociedade Rá-
dio Clube de Varginha Limitada para
estabelecer uma estação radiodifusora
de ondas médias.*

Decreto n.º 31.331 — de 25 de agos-
to de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setem-
bro de 1952.

SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA CONTINENTAL LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer uma estação de rádio-televisão na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal.

Decreto n.º 30.946 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

— *Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Continental Limitada para estabelecer, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n.º 31.340 — de 26 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de setembro de 1952.

SOCIEDADE SALGEMA E DERIVADOS LTDA.

Declara caduco o Decreto n.º 29.090, de 4 de julho de 1945.

Decreto n.º 31.064 — de 2 de julho de 1952.

Publicado no D. O. — de 4 de julho de 1952.

SUBVENÇÕES

Altera a redação da letra "b" do item II do art. 5.º do Regulamento para Concessão de Subvenção aos Aeroclubes e Escolas de Aviação Civil.

Decreto n.º 31.161 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Estende as vantagens da Lei número 264, de 25 de fevereiro de 1948, aos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar.

Lei n.º 1.675 — de 25 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de setembro de 1952.

— *Abertura de Crédito. — Ver: Crédito Especial.*

SUPRESSÃO DE CARGOS

Ver a denominação do cargo suprimido.

T

TABELA DE FIXAÇÃO DE VALORES DA ETAPA DAS FORÇAS ARMADAS

Prorroga o prazo de que trata o item 4 das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 30.790, de 28 de abril de 1952.

Decreto n.º 31.400 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

TABELAS DE PESSOAL

Ver o nome da repartição a que pertence.

TABELAS ÚNICAS

Criação de Funções — Ver o nome do Ministério a que pertence.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro João Giraldi a pesquisar talco, calcário e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n.º 31.119 — de 10 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de julho de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Ferdinando Matarazzo a pesquisar talco, calcário, dolomita e associados, no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.249 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de agosto de 1952.

TALCO-XISTO

Autoriza a cidadã brasileira Alda Arruda Baccarat a pesquisar talco-xisto, quartzito, calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.320 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO

Promulga o Protocolo de Annecy, sobre os Termos de Adesão ao Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, firmado em Annecy, a 10 de outubro de 1949.

Decreto n.º 31.307 de 20 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de agosto de 1952.

TAXAS ADUANEIRAS

Ver: Importação.

TERRENOS DE MARINHA

Decreto Legislativo n.º 41 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— Decreto Legislativo n.º 43 — de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 30.894 — de 22 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 30.926 — de 30 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de agosto de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos de marinha que menciona, situados na cidade de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 30.927 — de 30 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 30.987 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de julho de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 30.988 — de 16 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1952.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem fração ideal do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.044 — de 25 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de agosto de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 31.079 — de 3 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de julho de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha e acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.175 — de 24 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de agosto de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir fração ideal de domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.241 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de setembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 31.281 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de agosto de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 31.282 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de agosto de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.283 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de setembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de acrecido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.284 — de 14 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrecido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.315 — de 21 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação de terreno acrecido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n.º 31.350 — de 28 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de setembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir direito de ocupação do terreno que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 31.384 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de setembro de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital Federal.*

Decreto n.º 31.385 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

TESOURARIA DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Ver: *Institutos de Aposentadoria e Pensões e Tesoureiros.*

TESOUREIRO

— *Suprime cargo extinto.*
(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 31.253 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de agosto de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*
(M. V. O. P. — Q. I. — P. S.)

Decreto n.º 31.408 — de 8 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de setembro de 1952.

— *Dispõe sobre o cumprimento da Lei n.º 1.095, de 3 de maio de 1950, com relação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n.º 31.479 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de setembro de 1952.

TESOUREIRO-AUXILIAR

— *Suprime cargo extinto.*
(M. F. — Q. S.)

Decreto n.º 31.085 — de 4 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de julho de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*
(M. V. O. P. — Q. III — P. S.)

Decreto n.º 31.165 — de 21 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de julho de 1952.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

REF. LEGISL.

NÃO SE EMPRESTA

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

- *O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL divulga, em separata, tôdas as leis de interesse geral.*
- *Prefira, pela sua atualidade, as edições do DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL.*

Seção de Vendas: Avenida Rodrigues Alves, 1
Agência I: Ministério da Fazenda
Agência II: Pretório



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1952 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953**

CAMARA DOS DEPUTADOS

BIBLIOTECA

COMPRA CR\$ 40,00

Imprensa Nacional

11-6-56 56/373

INDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1952

	Págs.		Págs.
54 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D.O. de 3-10-52	3	64 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-11-52	5
55 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 9-10-52	3	65 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D.O. de 18-11-52	5
56 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 9-10-52	3	66 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-11-52	6
57 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 14-10-52	4	67 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
58 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 14-10-52	4	68 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
59 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 14-10-52	4	69 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
60 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-10-52	4	70 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
61 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-10-52	5	71 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
62 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-11-52	5	72 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
63 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 18-11-52	5	73 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6
		74 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6

	Págs.		Págs.
75 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.681 — Lei de 1.º de outubro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Ju- diciário o crédito especial de Cr\$ 11.400,00 para atender ao pagamento de despesas na Jus- tiça do Trabalho, 1.ª Região. Publicado no D.O. de 7 de outubro de 1952	8
76 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.682 — Lei de 1 de outubro de 1952 — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de ven- cimentos, salários e salários-fa- mília, relativos a 1951. Publi- cado no <i>Diário Oficial</i> de 7 de outubro de 1952	8
77 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.683 — Lei de 1 de outubro de 1952 — <i>Viação — Fazen- da</i> — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ Cr\$ 5.000.000,00, para regu- larizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás. Publicado no D.O. de 7 de outubro de 1952	8
78 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.684 — Lei de 1 de outubro de 1952 — <i>Educação — Fa- zenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Mi- nistério de Educação e Saú- de o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 156.900,00, para atender as despesas feitas com a obser- vação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947. Publicado no D.O. de 7-10-52	9
79 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.684-A — Lei de 1 de outubro de 1952 — <i>Aeronáutica</i> — Al- tera a redação ao item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 9-10-52	9
80 — Decreto Legislativo — Ainda não foi publicado no D. O.	6	1.685 — Lei de 2 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Prorro- ga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei nú- mero 641, de 27 de fevereiro	
81 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 19-12-52	6		
82 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 19-12-52	6		
83 — Decreto Legislativo de 1952 — Publicado no D. O. de 24-12-52	7		
Decreto Legislativo	7		
1.679 — Lei de 1.º de outubro de 1952 — <i>Justiça — Fazen- da</i> — Autoriza o Poder Exe- cutivo a abrir, pelo Ministério de Justiça e Negócios Interio- res, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 480.000,00 para pagamen- to de pensão especial aos ve- teranos da Revolução Acrea- na. Publicado no D.O. de 7 outubro de 1952	7		
1.680 — Lei de 1 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itum- biara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviá- rio Nacional, e a ligação Mon- te Alegre-Uberlândia. Publica- do no D.O. de 7-10-52	7		

Págs.		Págs.
	de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-10-52	12
1.686	— Lei de 2 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-10-52	12
1.687	— Lei de 2 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Concede pensão especial à menor Maria Edith de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, falecido em consequência de acidente no trabalho. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-10-52	12
1.688	— Lei de 2 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Concede pensão especial de Cr\$ 273,00 mensais a Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções. Publicado no <i>D.O.</i> de 7-10-52	12
1.689	— Lei de 2 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna. Publicado no <i>D.O.</i> de 7 de outubro de 1952	13
1.690	— Lei de 3 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Edu-	
	cação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 7-10-52	13
1.691	— Lei de 3 de outubro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para pagamento de salário-família. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 9-10-52	13
1.692	— Lei de 3 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França. Publicado no <i>D.O.</i> de 9 de outubro de 1952	14
1.693	— Lei de 3 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia. Publicado no <i>D.O.</i> de 9 de outubro de 1952	14
1.694	— Lei de 3 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo. Publicado no <i>D.O.</i> de 9-10-52	14
1.695	— Lei de 7 de outubro de 1952 — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão	

	Págs.		Págs.
"M", do Cônsul Privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 11 de outubro de 1952	15	Goiás. Publicado no D. O. de 16-10-52	16
1.696 — Lei de 7 de outubro de 1952 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11-10-52. Retificado no D.O. de 13 de outubro de 1952	15	1.700 — Lei de 15 de outubro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 18-10-52	16
1.697 — Lei de 10 de outubro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950, das salas em que funciona a 2. ^a Junta de Conciliação e Julgamento de Niteói. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1952	15	1.701 — Lei de 15 de outubro de 1952 — <i>Trabalho — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 1.200.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 35. ^a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Publicado no D.O. de 18-10-52	17
1.698 — Lei de 10 de outubro de 1952 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951. Publicado no D.O. de 16 de outubro de 1952	15	1.702 — Lei de 15 de outubro de 1952 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia. Publicado no D.O. de 18-10-52	17
1.699 — Lei de 10 de outubro de 1952 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de	16	1.703 — Lei de 15 de outubro de 1952 — <i>Educação —</i> Modifica a alínea "a" do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Publicado no D. O. de 18-10-52	17
		1.704 — Lei de 15 de setembro de 1952 — Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais. Publicado no D.O. de 20 de outubro de 1952	18

	Págs.		Págs.
1.705 — Lei de 22 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951. Publicado no D.O. de 27-10-52	18	Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 27 de outubro de 1952	21
1.706 — Lei de 22 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira. Publicado no D.O. de 27-10-52	19	1.710-A — Lei de 24 de outubro de 1952 — Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00, em reforço de dotações para o exercício de 1952. Publicado no D. O. de 31-10-52. Retificado no D.O. de 12-11-52	22
1.707 — Lei de 23 de outubro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Altera o dispositivo do Decreto-lei n.º 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregadores em profissões conexas com a indústria da pesca. Publicado no D.O. de 27 de outubro de 1952	19	1.710-B — Lei de 27 de outubro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 1.615.950,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento vigente. Publicado no D.O. de 4-11-52. Retificado no D.O. de 26 de novembro de 1952. Republicado no D.O. de 27-11-52 ..	24
1.708 — Lei de 28 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato). Publicado no D.O. de 27-10-52	20	1.711 — Lei de 28 de outubro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Publicado no D.O. de 1-11-52. Retificado no D.O. de 4-11-52. Retificado no D.O. 26-12-52.	25
1.709 — Lei de 24 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 6.718.219,60 para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1949. Publicado no D.O. de 30 de outubro de 1952	20	1.712 — Lei de 29 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde. Publicado no D.O. de 1-11-52 ..	48
1.710 — Lei de 24 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o		1.713 — Lei de 29 de outubro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fa-</i>	

	Págs.		Págs.
zenda — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 429.200,80, para pagamento de gratificações de magistério. Publicado no D.O. de 1-11-52 :	49	..D.O. de 4-11-52. Retificado no D.O. de 7-11-52. Retificado no D.O. de 12-11-52	53
1.714 — Lei de 29 de outubro de 1952 — <i>Viação — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota que fizeram juz as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional. Publicado no D.O. de 1-11-52. Retificado no D.O. de 22 de novembro de 1952	51	1.718 — Lei de 31 de outubro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 7.361.531,20, para atender a despesas com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 4 de novembro de 1952	53
1.715 — Lei de 29 de outubro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para regularização de despesa efetuado em favor da Casa da Moeda. Publicado no D.O. de 1-11-52	52	1.719 — Lei de 1 de novembro de 1952 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Amplia o prazo de execução da Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura de café. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 5-11-52	53
1.716 — Lei de 29 de outubro de 1952 — Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto n.º 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas. Publicado no D.O. de 4-11-52	52	1.720 — Lei de 3 de novembro de 1952 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Exclui da classificação declarada no artigo 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. Publicado no D.O. de 5 de novembro de 1952	54
1.717 — Lei de 30 de outubro de 1952 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender às despesas desta Casa do Congresso na 35.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça. Publicado no		1.720-A — Lei de 3 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Publicado no D.O. de 7-11-52	54
		1.720-B — Lei de 3 de novembro de 1952 — Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal. Publicado no D.O. de 7-11-52	54
		1.720-C — Lei de 3 de novembro de 1952 — Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º, da Lei n.º 1.239-A, de 20 de	

	Págs.		Págs.
novembro de 1950. Publicado no D.O. de 7-11-52	54	despesas com o pagamento de honorários, por exercícios findos, aos Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Atayde Fernandes Pinheiro. Publicado no D.O. de 12-11-52	70
1.721 — Lei de 4 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Dispõe sobre as carreiras de contínuo e servente do serviço público federal e dá outras providências. Publicado no D.O. de 5-11-52	55	1.726 — Lei de 8 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Concede pensão mensal de Cr\$.. Cr\$ 3.620,00, a Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia, morto em virtude de agressão em serviço, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12 de novembro de 1952	70
1.722 — Lei de 6 de novembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 489.440,00 para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional a desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre. Publicado no D.O. de 11-11-52	69	1.727 — Lei de 8 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia. Publicado no D.O. de 12-11-52	71
1.723 — Lei de 8 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — Modifica o artigo 461, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 — (Consolidação das Leis do Trabalho). Publicado no D.O. de 12-11-52	69	1.728 — Lei de 10 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Agricultura</i> — Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 13-11-52	71
1.724 — Lei de 8 de novembro de 1952 — <i>Trabalho</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho. Publicado no D.O. de 12 de novembro de 1952	69	1.729 — Lei de 11 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 155.167,70, para atender ao pagamento de indenização à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico. Publicado no D. O. de 14-11-52	74
1.725 — Lei de 8 de novembro de 1952 — <i>Guerra</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00, para atender às	69	1.730 — Lei de 11 de novembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 100.000.000,00, para pagamento de sentenças judiciais. Pub. no D.O. de 17 de Novembro de 1952	74

	Págs.	Págs.
1.731 — Lei de 13 de novembro de 1953 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional de Petróleo os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 e especial de Cr\$ 231.350.000,00, para atender dotações do Orçamento de 1952. Publicado no D.O. de 20-11-52	74	
1.732 — Lei de 14 de novembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Revigora o artigo 1.º da Lei n.º 1.116, de 30 de maio de 1950. Publicado no D.O. de 19-11-52	76	77
1.733 — Lei de 14 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da Verba 3, Anexo 19 — Auxílios aos Municípios — do Orçamento de 1952. Publicado no D.O. de 19-11-52	76	77
1.734 — Lei de 14 de novembro de 1952 — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ Cr\$ 560.000,00, para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar que se reuniu em Berna, Suíça. Publicado no D.O. de 20-11-52	76	
1.734-A — Lei de 17 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei número 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952	76	
1.734-B — Lei de 17 de novembro de 1952 — Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ Cr\$ 460.000,00 — para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações que foram a Londres, em julho de 1952, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha. Publicado no D.O. de 22-11-52		77
1.735 — Lei de 18 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Acrescenta um parágrafo ao artigo 459, da Lei Orgânica do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 22-11-52. Retificado no D.O. de 24-11-52.		77
1.736 — Lei de 18 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 194.331,80, para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949, feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas. Publicado no D.O. de 22 de novembro de 1952		78
1.737 — Lei de 20 de novembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo. Publicado no D.O. de 24 de novembro de 1952		78
1.738 — Lei de 20 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 3.235.000,00, em reforço	76	

Págs.	Págs.
de dotações do Orçamento de 1952. Publicado no D.O. de 24-11-52	79
1.339 — Lei de 21 de novembro de 1952 — <i>Fazenda — Viação</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.145,30 mensais à viúva do Engenheiro José Maia Filho. Pub. no D.O. de 25 de novembro de 1952	80
1.740 — Lei de 21 de novembro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina. Publicado no D.O. de 25-11-52	80
1.741 — Lei de 22 de novembro de 1952 — Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo. Publicado no D.O. de 25-11-52	80
1.742 — Lei de 22 de novembro de 1952 — Estende os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei n.º 300, de 24 fevereiro de 1938, à importação de material que especifica. Publicado no D.O. de 25-11-52	80
1.743 — Lei de 26 de novembro de 1952 — <i>Justiça — Marinha — Guerra — Aeronáutica</i> — Exclui da classificação constante do Artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Publicado no D.O. de 28-11-52	81
1.744 — Lei de 26 de novembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Publicado no D.O. de 28-11-52	81
1.745 — Lei de 26 de novembro de 1952 — <i>Justiça — Fazenda</i> — Altera, sem aumento de despesa, o Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). Publicado no D.O. de 28-11-52	82
1.746 — Lei de 26 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 4.500,00, destinado a ocorrer ao excesso de despesas, verificado no exercício de 1951, com iluminação, força motriz e gás, na Alfândega de Sergipe e na Delegacia Fiscal do Maranhão. Publicado no D.O. de 28-11-52	83
1.746-A — Lei de 26 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 89.623,50 e Cr\$ 1.691.848,90 e suplementar de Cr\$ 2.347.059,30, para pagamento de despesas de pessoal e material da Secretaria daquela Casa. Publicado no D.O. de 28-11-52	83
1.747 — Lei de 28 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Altera o Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o Imposto do Sêlo. Publicado no D.O. de 28 de novembro de 1952	84
1.748 — Lei de 28 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Con-	

	Págs.		Págs.
sumo. Publicado no D.O. de 28-11-52	87	mentos de 1950 e 1951 . Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	92
1.749 — Lei de 28 de novembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — Publicado no D.O. de 28 de novembro de 1952	88	1.755 — Lei de 5 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Concede pensão especial à viúva e filhos menores do ex-investigador Luciano Maciel. Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	93
1.750 — Lei de 4 de dezembro de 1952 — <i>Agricultura</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor. Publicado no D.O. de 5 de dezembro de 1952	91	1.756 — Lei de 5 de dezembro de 1952 — <i>Marinha</i> — Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber, os direitos e vantagens da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948. Publicado no D.O. de 11 de dezembro de 1952	93
1.751. — Lei de 4 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Publicado no D.O. de 5-12-52. Republicado no D.O. de 9 de dezembro de 1952	91	1.757 — Lei de 10 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho</i> — <i>Aeronáutica</i> — Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o exercício de 1953. Pub. no D.O. de 13-12-52. Retificado no D.O. de 15 de dezembro de 1952. Retificado no D.O. de 2-1-53	94
1.752 — Lei de 4 de dezembro de 1952 — Concede auxílio ao Capitão Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 10-12-52	91	1.757-A — Lei de 10 de dezembro de 1952 — Modifica o salário-família. Publicado no D.O. de 13-12-52	95
1.753 — Lei de 4 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949. Publicado no D.O. de 10 de dezembro de 1952	92	1.758 — Lei de 12 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — Retifica a Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1952, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 12-12-52	96
1.754 — Lei de 4 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — <i>Justiça</i> do <i>Trabalho</i> — os créditos especiais na importância de Cr\$ 986.293,30, para atender às despesas correspondentes a dotações dos Orça-		1.759 — Lei de 12 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — Dá nova redação à letra "b", do § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de no-	

Págs.		Págs.
	vembro de 1945. Publicado no D.O. de 16-12-52	107
1.760	— Lei de 15 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 900.000,00 destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Publicado no D.O. de 15 de dezembro de 1952	107
1.761	— Lei de 15 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo e dá outras providências. Publicado no D.O. de 18 de dezembro de 1952	107
1.762	— Lei de 15 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18. ^a Conferência Internacional. Publicado no D.O. de 18-12-52	108
1.762-A	— Lei de 16 dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal. Publicado no D.O. de 22-12-52	108
1.763	— Lei de 17 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Abre ao Congresso Nacional os créditos suplementares de Cr\$. Cr\$ 252.000,00 e Cr\$ Cr\$ 500.000,00 destinados, respectivamente ao reforço da Verba I, Consignação I, subconsignação 03, item 02 e Verba 1, Consignação III, Subcon-	
	signação 11, item 01-01, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D. O. de 17-12-52	109
1.764	— Lei de 17 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Cria, na Terceira Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento. Publicado no D. O. de 19-12-52	109
1.765	— Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Marinha</i> — <i>Guerra</i> — <i>Exterior</i> — <i>Fazenda</i> — <i>Viação</i> — <i>Agricultura</i> — <i>Educação</i> — <i>Trabalho Aeronáutica</i> — Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 18-12-52	110
1.766	— Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — <i>Fazenda</i> — Altera, sem aumento de despesas, o Anexo n.º 25, do Orçamento Geral da República para o Exercício de 1952. Publicado no D.O. de 22 de dezembro de 1952	114
1.767	— Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Guerra Aeronáutica</i> — <i>Marinha</i> — Exclui da classificação constante do artigo 1.º, da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso. Publicado no D.O. de 23-12-52	115
1.768	— Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — Altera o artigo 141, e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro. Publicado no D.O. de 23-12-52	115
1.769	— Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 26.750,00, destinado ao	

	Págs.		Págs.
pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco. Publicado no D.O. de 23 de dezembro de 1952	115	1.773 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — <i>Educação — Fazenda</i> — Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n.º 1.024, de 28 de dezembro de 1949. Publicado no D.O. de 23-12-52	120
1.770 — Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Marinha — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 300.000.000,00, em reforço de verbas do Anexo relativo àquele Ministério, do Orçamento Geral da União para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). Publicado no D.O. de 19-12-52	116	1.774 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 124.209,10, para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia. Publicado no D.O. de 23-12-52	120
1.771 — Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda — Educação</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná. Publicado no D. O. de 23-12-52	117	1.775 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — <i>Exterior — Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 1.942.911,50, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comitê Provisório Intergovernamental, para os movimentos Migratórios da Europa. Publicado no D.O. de 23-12-52 ..	120
1.772 — Lei de 18 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda — Trabalho</i> — Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra "b", do artigo 1.º, da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951. Publicado no D. O. de 22-12-52	118	1.776 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda — Agricultura</i> — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.507,80 mensais a Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mourão Mota Reis, viúva e filhos do Doutor Jorge Lessa Mota Reis. Publicado no D.O. de 23-12-52 ..	121
1.772-A — Lei de 18 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951. Publicado no D.O. de 23-12-52	118	1.777 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — <i>Educação — Fazenda</i> — Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicado no D.O. de 23 de dezembro de 1952	121

Págs.

Págs.

- 1.778 — Lei de 19 de dezembro de 1952 — *Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda. Publicado no D.O. de 22-12-52 122
- 1.778-A — Lei de 19 de dezembro de 1952 — *Educação* — *Fazenda* — Concede o auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 23-12-52 122
- 1.778-B — Lei de 20 de dezembro de 1952 — *Educação* — *Fazenda* — Aumenta para Cr\$ Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n.º 720, de 28 de maio de 1949, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado no D.O. de 24-12-52 122
- 1.778-C — Lei de 20 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952, e o especial de Cr\$ 429.427,30 para pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951. Publicado no D.O. de 24-12-52. Retificado no D.O. de 26-12-52 122
- 1.779 — Lei de 22 de dezembro de 1952 — *Fazenda* — *Agricultura* — Cria o Instituto Brasileiro de Café, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 23-12-52 123
- 1.780 — Lei de 23 de dezembro de 1952 — *Viação* — *Fazenda* — Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos. Publicado no D.O. de 24 de dezembro de 1952 130
- 1.781 — Lei de 23 de dezembro de 1952 — *Fazenda* — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60, para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário desta Casa do Congresso. Dr. Leônidas Resende, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 26-12-52 130
- 1.782 — Lei de 24 de dezembro de 1952 — *Guerra* — *Aeronáutica* — Dispõe sobre promoção ao posto de 2os. Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica. Publicado no D.O. de 26-12-52 130
- 1.783 — Lei de 24 de dezembro de 1952 — *Viação* — *Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,90, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952. Publicado no D.O. de 26-12-52 131
- 1.784 — Lei de 27 de dezembro de 1952 — *Educação* — *Fazenda* — Concede o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do seu edifício sede, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 31-12-52 131
- 1.785 — Lei de 27 de dezembro de 1952 — *Justiça* — *Marinha* — *Guerra* — *Aeronáutica*

	Págs.		Págs.
Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, do Artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947. Publicada no D.O. de 31-12-52	132	tério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	133
1.786. — Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Educação</i> — <i>Fazenda</i> — Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1952	132	1.792 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	134
1.787 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Viação</i> — Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos Artigos 21 e 22 da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948. Publicado no D.O. de 31-12-52	133	1.793 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei n.º 1.329, de 21 de janeiro de 1951. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	134
1.788 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — <i>Justiça</i> — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo 21 da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 31-12-52	133	1.794 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ Cr\$ 22.000,00 em reforço à Verba 3 do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 2-1-53	134
1.789 — Lei de 30 de dezembro de 1952 Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	133	1.795 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — <i>Fazenda</i> — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$.. Cr\$ 135.200,00, em reforço de verbas do Anexo n.º 19 do Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951). Publicado no D.O. de 2-1-53.	134
1.790 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional. Ainda não foi publicada no <i>Diário Oficial</i>	133		
1.791 — Lei de 30 de dezembro de 1952 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Minis-			

Págs.

Págs.

1.796 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — *Agricultura — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 100.800,00 à Verba 1 do Anexo n.º 17, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D. O. de 2-1-53 136

1.797 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — *Justiça — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000,00, à dotação atribuída à Verba 3 do Anexo n.º 21, da Lei n.º 1.487, de

6 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 2-1-53 136

1.798 — Lei de 31 de dezembro de 1952 — *Justiça — Fazenda* — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$.. Cr\$ 100.000,00, à Verba 3 do Anexo 21, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951. Publicado no D.O. de 2 de janeiro de 1953 137

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes VII e VIII de 1952, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos.

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no 4.º trimestre de 1952, foram publicados no "Diário Oficial" até o 2.º dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATCS DO PODER LEGISLATIVO

1952

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 1.º de dezembro de 1950, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Botucatu e a firma Fagundes & Volpi Lda., para construção de um prédio destinado à Agência Postal de Avaré, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 27 de novembro de 1950 entre a Diretoria dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo e a firma Companhia Predial de Taubaté, para construção, por empreitada, de um prédio para agência postal telegráfica da cidade de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 26 de junho de 1951, ordenou registro, sob reserva da despesa relativa ao pagamento de Cr\$ 35.626.00 (trinta e cinco mil, seiscentos e vinte cruzeiros), como "restos a pagar" do exercício de 1949, a firma

Construtora Irmãos Pangela Ltda. pela execução de reparos no Manicômio Judiciário, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1952

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada em 15 de dezembro de 1950, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 30 de novembro do mesmo ano, entre o Ministério da Educação e Saúde e a Empresa Brasileira de Construções S.A., para execução de obras de pequeno vulto, na Colônia Juliano Moreira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1952. JOÃO CAFÉ FILHO.
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1952

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado em 9 de maio de 1952, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Construtora Mantiqueira S. A.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de outubro de 1952. JOÃO CAFÉ FILHO.
Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 59, de 1952

Art. 1.º É aprovado o termo aditivo do contrato celebrado em 20 de março de 1950, entre o Ministério da Aeronáutica e Aron Kuppermann.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 85 da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 60, de 1952

Artigo único. É concedida licença ao Senhor João Café Filho Vice-Presidente da República, para ausentar-se do país, a fim de representar o Governo brasileiro na posse do novo Presidente da República do Chile, podendo, eventualmente, visitar outros países americanos.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO.

Vice-Presidente no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos, pela sua Diretoria Regional no Estado de São Paulo e a sociedade Campos Brudes & Cia. Ltda., lavrado em 22 de dezembro de 1950, para construção de um prédio destinado à Agência Postal de Itatiba, naquêlê Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, item VIII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, de 1952

Artigo único. São aprovadas, nos termos do art. 66, item VIII, da Constituição Federal, as contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, de acôrdo com o n.º XVII do art. 87, do mesmo estatuto, e relativas ao exercício de 1950.

Senado Federal, em 27 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1952

Artigo único. E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 7 de janeiro de 1949, recusou registro ao termo de contrato celebrado a 11 de novembro de 1948, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do Ministério da Viação e Obras Públicas e a firma Sociedade Construtora de Obras Públicas Limitada para a realização de obras no porto de Propriá, no baixo São Francisco, Estado de Sergipe.

Senado Federal, em 27 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 64, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, a 2 de dezembro de 1950, entre o Ministério da Educação e Saúde e o Dr. Orestes Diniz para exercer o cargo de Diretor do Instituto de Leprologia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício
da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 65, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 27 de dezembro de 1951, denegou registro ao termo de contrato celebrado a 7 do mesmo mês desse ano, entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Estaleiros de Construções Navais Ltda., para execução dos serviços de readaptação da draga "Bahia" pertencente ao referido Departamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de novembro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente do Senado Federal
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 66, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o Convênio celebrado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951, entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana, para a organização e o funcionamento, no Brasil, do Centro Pan-Americano de Febre Afetosa.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 7 de novembro de 1952. — ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 67

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 68

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 69

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 70

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 71

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 72

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 73

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 74

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 75

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 76

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 77

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 78

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 79

Ainda não foi publicado no D. O.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 80

Ainda não foi publicado no D. O.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 81, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 30 de novembro de 1951, entre a Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telegrafos e a Sociedade Brasileira de Máquinas e Motores Limitada, para fornecimento de um grupo moto-gerador.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1952

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 82, de 1952

Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas de 11 de dezem-

bro de 1950, que negou registro ao contrato e ao respectivo termo aditivo lavrados, respectivamente, em 31 de agosto de 1950 e 6 de novembro do mesmo ano, entre a União Federal — pelo Ministério da Aeronáutica — e a Companhia Morais Rêgo S. A., para construção do Pavilhão do Rancho, da Base Aérea de Santa Cruz.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro, de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 83, de 1952

Art. 1.º E' aprovado o termo de renovação de contrato celebrado, em 3 de março de 1952, entre o Governo Federal da República dos Estados Unidos do Brasil e Orvo Ast para, no Serviço de Físio-Patologia da Reprodução e Inseminação Artificial do Instituto de Zootecnia, sito no quilômetro 47 (quarenta e sete) da rodovia Rio-São Paulo, desempenhar a função de técnico em inseminação artificial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º Fica registrado o contrato celebrado em 29 de junho de 1951, entre o Ministério da Fazenda (Casa da Moeda) e Electrobras Comércio e Indústria S. A., para conserto no forno, marca Brown-Boveri.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.679 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00 para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros), para atender às despesas com o pagamento da pensão instituída pela Lei n.º 380, de 10 de setembro de 1948, aos veteranos da Revolução Acreana, relativas ao exercício de 1949.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.680 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' O Poder Executivo autorizado a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de

Minas, da BR 14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia.

Art. 2.º O Orçamento Geral da República, nos três exercícios financeiros subsequentes à publicação desta Lei, incluirá em favor desta obra rodoviária, no anexo do Ministério da Viação e Obras Públicas, consignada ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a importância de Cr\$ 17.666.660,00 (dezessete milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.681 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial Cr\$ 11.400,00 para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1.ª Região.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário, o crédito especial de Cr\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos cruzeiros), para atender ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1950, na Justiça do Trabalho, 1.ª Região com os serviços de limpeza a cargo da firma "Conservadora Brasileira".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.682 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salários e salários-família, relativos a 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60 (dezessete mil, oitocentos e cinqüenta e quatro cruzeiros e sessenta centavos), a fim de atender ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salários e salários-família de seus servidores, relativos ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.683 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 — (cinco milhões de cruzeiros) — para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.684 — DE 1.º DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 156.900,00, para atender às despesas feitas com a observação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério

da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 156.900,00 — (cento e cinquenta e seis mil e novecentos cruzeiros) — que será distribuído ao Tesouro Nacional, para atender as despesas feitas com a observação do eclipse solar ocorrido no dia 20 de maio de 1947.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.684-A — DE 1 DE OUTUBRO DE 1952

Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º O item XIII do art. 43 do Plano dos uniformes para uso dos oficiais e praças da Aeronáutica, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4.099 de 6 de fevereiro de 1942, e modificado pelo Decreto-lei n.º 9.795, de 6 de setembro de 1946, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43 — Item XIII. “Dimensões dos Símbolos da F.A.B.”:

a) os símbolos da Força Aérea Brasileira são desenhados segundo as instruções constantes do desenho n.º C-7.720 anexo;

b) as dimensões máximas serão fixadas de modo que se tenha: Largura máxima — Altura máxima $\times \sqrt{2}$;

c) como medida unitária (Módulo) para o traçado do símbolo, é fixado o comprimento “A” da espada;

d) o comprimento “A” da espada dos símbolos para a platina, gola, miniatura e distintivos para capacete de oficial, suboficial e sargento, que se acham ilustrados no desenho n.º A-7.562, anexo, serão:

Para a platina	0,0322 m
Para a gola	0,0290 m
Para a miniatura	0,0129 m
Para o distintivo	0,0361 m”

Art. 2.º Todas as referências no citado Plano às figuras A e B de sua 1.ª Seção: “Símbolos e Respetivas Miniaturas”, deverão ser entendidas como sendo, respectivamente, as figuras “Platina” e “Miniatura” do desenho n.º A-7.562 anexo.

Art. 3.º Todas as referências feitas no citado Plano às figuras C e D da 1.ª Seção: “Símbolos e Respetivas Miniaturas”, deverão ser entendidas como sendo as figuras com as mesmas características, já fixadas nos artigos 1.º e 2.º desta Lei e mais uma estrela pentagonal sobreposta, da forma indicada nas citadas figuras C e D, e possuindo mais as seguintes características:

a) Centro da estrela, localizado sobre o eixo da espada a uma distância de 0,65 A, a partir do punho da mesma;

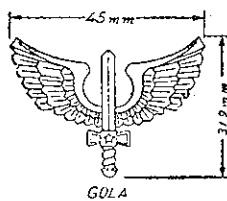
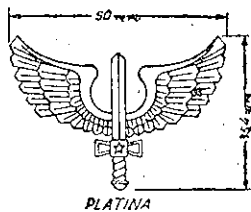
b) Raio do círculo circunscrito à estrela: 0,225 A;

c) Diâmetro do pequeno círculo em branco, no interior da referida estrela; 0,025 A.

Desenhos a que se refere esta Lei:

OBSERVAÇÃO

Para ampliações
em qualquer tama-
nho usar o proces-
so do quadricula-
do, obedecendo as re-
lações fixadas no
Desenho n. 7720-C
(largura máxima
altura máxima
 $\times \sqrt{2}$)



SÍMBOLOS DA FAB

NOVAS DIMENSÕES EM SUBSTITUIÇÃO ÀS FIXAS
Pelas Dec. Lei 9755 ART. 43 ITENS III
ALÍNEAS A-B e C

A-7562

Instruções

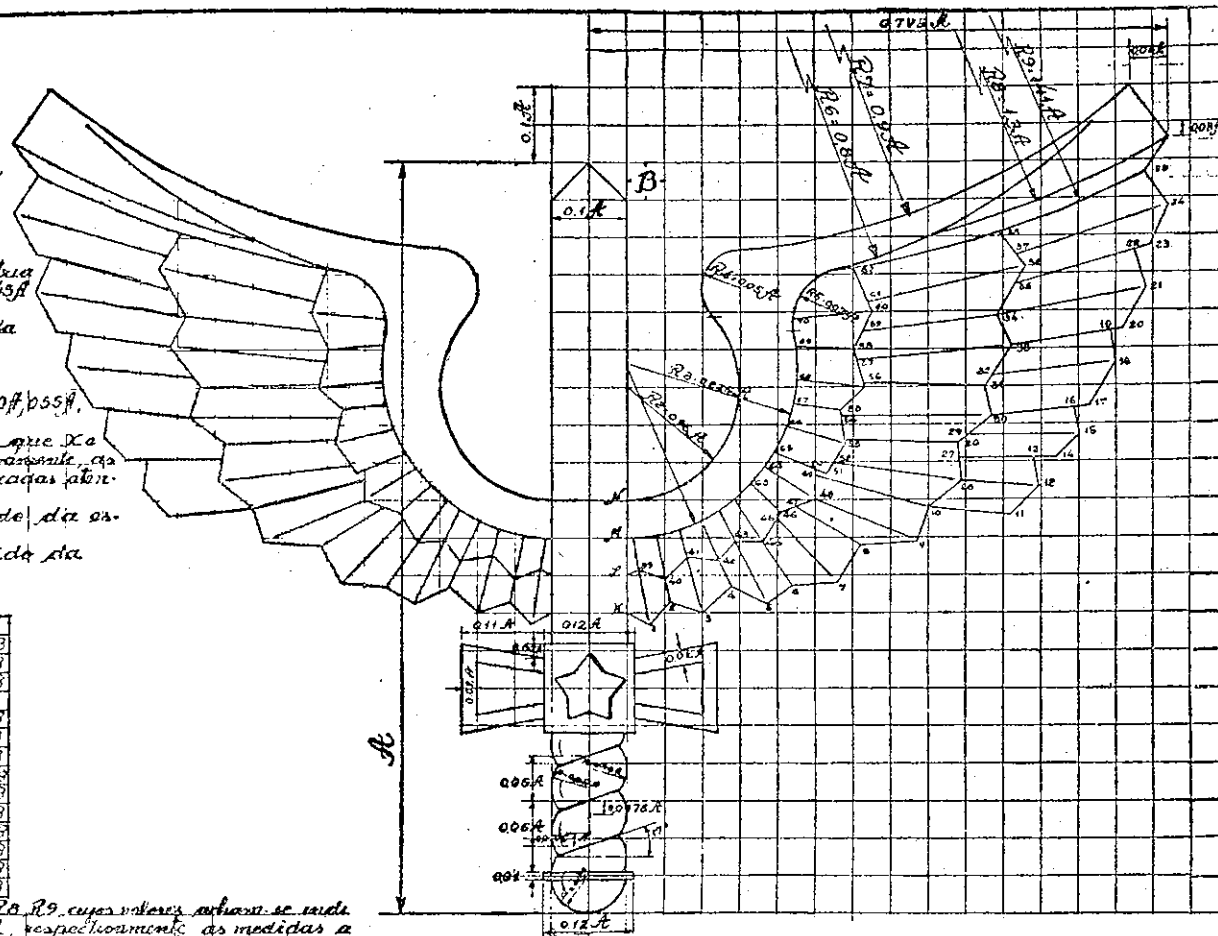
- 1ª Considerar para comprimento da espada o valor R
- 2ª Traçar o quadrículado como indicado tomando-se para "B" (lado de ponta quadrícula) o valor correspondente a $1/20$ do comprimento R da espada ou seja: $B = 0,05 R$
- 3ª Observar quanto ao traçado da espada as indicações constantes do desenho anexo tendo-se ainda que:
 - a) o ponto da estrela acha-se localizado a $3/10$ do comprimento " R " da espada a partir do ponto da mesma e sobre o seu eixo de simetria
 - b) o raio do círculo que circunscreve a estrela tem para valor $0,043 R$
 - c) os centros dos arcos que formam a ponta da espada e cujos valores acham-se indicados no desenho estão localizados no eixo de simetria da mesma.
- 4ª Quanto ao traçado da asa observe a seguinte:
 - a) os pontos R, L, M, N são localizados, respectivamente, a $0,40 R, 0,45 R, 0,50 R, 0,55 R$ a partir do ponto da espada e sobre a face da mesma.
 - b) para marcação dos pontos indicadores por números considere-se que X e Y (cujos valores acham-se indicados na tabela abaixo) são respectivamente as distâncias horizontal e vertical, referidas como fração de R ($0,05 R$) marcadas a partir do seguinte eixo:
 - I) a distância horizontal X é marcada em cada quadrícula no sentido da espada para as extremidades da asa.
 - II) a distância vertical Y é marcada em cada quadrícula no sentido da ponta da espada para o ponto da mesma.

Tabela

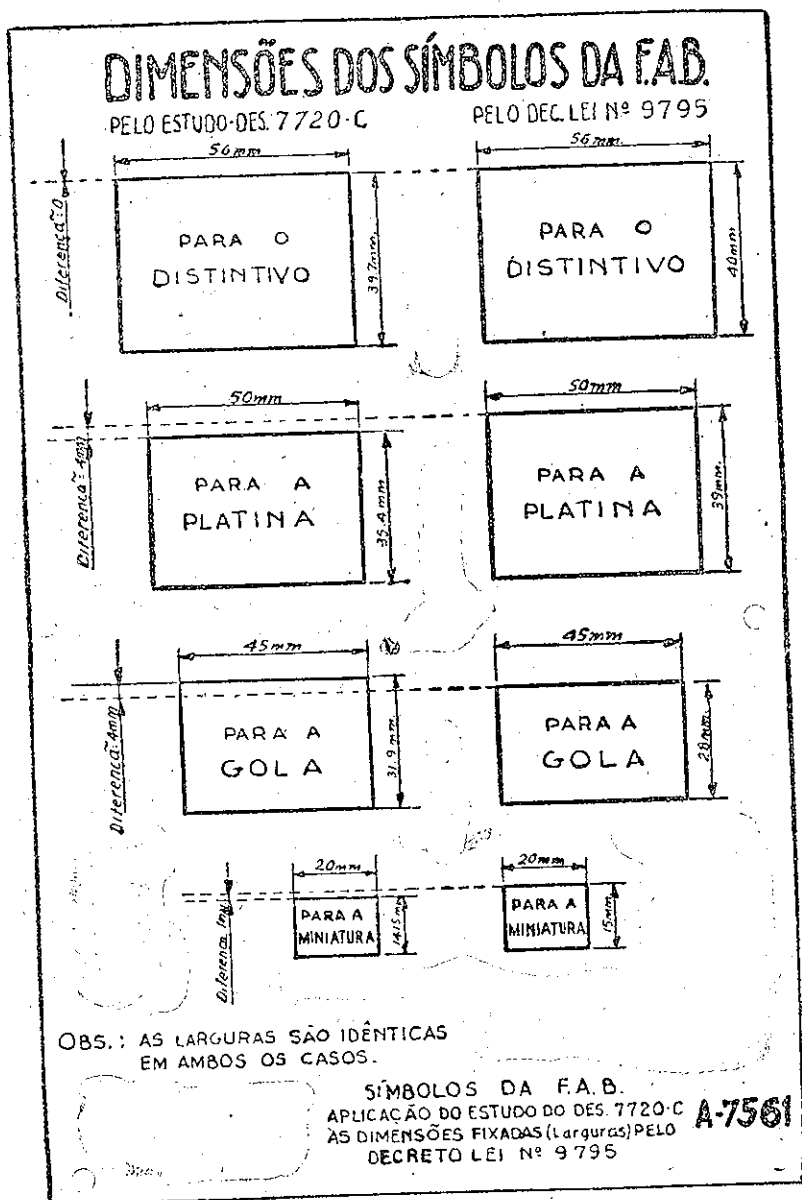
Pontos	X	Y	Pontos	X	Y	Pontos	X	Y	Pontos	X	Y	Pontos	X	Y	Pontos	X	Y
1	0,6 B	0,37 B	15	0,1 B	0,3 B	29	0,3 B	0,3 B	43	0,05 B	0,1 B	57	0,1 B	0,3 B	71	0,1 B	0,3 B
2	0,1 B	0,75 B	16	0,9 B	0,55 B	30	0,6 B	0,75 B	44	0,6 B	0,15 B	58	0,3 B	0,1 B	72	0,1 B	0,3 B
3	0	0	17	0,25 B	0,5 B	31	0,5 B	0,1 B	45	0	0,55 B	59	0,25 B	0,5 B	73	0,1 B	0,3 B
4	0,75 B	0,4 B	18	0	0,4 B	32	0,7 B	0,75 B	46	0,1 B	0,3 B	60	0,5 B	0	74	0,1 B	0,3 B
5	0,7 B	0,75 B	19	0,9 B	0,6 B	33	0,2 B	0	47	0,3 B	0,2 B	61	0,4 B	0,75 B	75	0,1 B	0,3 B
6	0,4 B	0,25 B	20	0,25 B	0,65 B	34	0,05 B	0,25 B	48	0	0	62	0	0,9 B	76	0,1 B	0,3 B
7	0,6 B	0,2 B	21	0,8 B	0,5 B	35	0,6 B	0,4 B	49	0	0,4 B	63	0,25 B	0,6 B	77	0,1 B	0,3 B
8	0,2 B	0,25 B	22	0,5 B	0,6 B	36	0,3 B	0,8 B	50	0	0,15 B	64	0,6 B	0,15 B	78	0,1 B	0,3 B
9	0,7 B	0,1 B	23	0,85 B	0,4 B	37	0,35 B	0,5 B	51	0,25 B	0,25 B	65	0,9 B	0,75 B	79	0,1 B	0,3 B
10	0	0,25 B	24	0,4 B	0,85 B	38	0,85 B	0,95 B	52	0,35 B	0,1 B	66	0,25 B	0,1 B	80	0,1 B	0,3 B
11	0,1 B	0,4 B	25	0,8 B	0,4 B	39	0,85 B	0,9 B	53	0,75 B	0,45 B	67	0,45 B	0,45 B	81	0,1 B	0,3 B
12	0,95 B	0,65 B	26	0,9 B	0,5 B	40	0	0,1 B	54	0,2 B	0,7 B	68	0,55 B	0,85 B	82	0,1 B	0,3 B
13	0,8 B	0,9 B	27	0,8 B	0,1 B	41	0,6 B	0,5 B	55	0,6 B	0,65 B	69	0,6 B	0,95 B	83	0,1 B	0,3 B
14	0,35 B	0,9 B	28	0,75 B	0,5 B	42	0,45 B	0,6 B	56	0,25 B	0,85 B	70	0,5 B	0,15 B	84	0,1 B	0,3 B

- c) Para locação dos centros dos círculos de raios $R_1, R_2, R_3, R_4, R_5, R_6, R_7, R_8, R_9$, cujos valores acham-se indicados no desenho, considere-se como distâncias horizontal e vertical, respectivamente as medidas a partir do eixo de simetria da espada e do ponto da mesma, indicadas abaixo

Raios	R_1	R_2	R_3	R_4	R_5	R_6	R_7	R_8	R_9
Distância horizontal	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R	0,05 R
Distância vertical	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R	0,125 R



Padronização
do
Símbolo da aeronáutica 7720 C



Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 1.º de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.685 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n.º 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aplicam-se ao cimento importado nos exercícios de 1952 e 1953, as disposições da Lei n.º 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 1.243, de 25 de novembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

LEI N.º 1.686 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00 — (cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta cruzeiros) — equivalentes a US\$ 8.625,00 — (oito mil, seiscentos e vinte e cinco dólares) — ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
João Neves da Fontoura
Horácio Lafer

LEI N.º 1.687 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Concede pensão especial à menor Maria Edite de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, falecido em consequência de acidente no trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida à menor Maria Edite de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, Guarda-freios de 5.ª classe, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções, uma pensão especial de Cr\$ 425,00 — (quatrocentos e vinte e cinco cruzeiros) — mensais.

§ 1.º Perderá a menor beneficiada o direito à referida pensão quando contrair matrimônio.

§ 2.º A pensão concedida por esta Lei é devida a partir de 25 de junho de 1947, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer
Alvaro de Sousa Lima

LEI N.º 1.688 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Concede pensão especial de Cr\$ 273,00 mensais a Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida à viúva Dona Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, guarda, referência 17, da Tabela Numérica de Extranumerários mensalistas da Estrada de Ferro de Bragança, falecido em consequência de acidente no trabalho, quando em exercício de suas funções, uma pensão especial de Cr\$ 273,00 — (duzentos e setenta e três cruzeiros) — mensais.

Parágrafo único. A pensão especial de que trata este artigo é devida a partir da vigência da presente Lei, correndo a respectiva despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Sousa Lima

LEI N.º 1.689 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00 — (duzentos e vinte mil cruzeiros) — para pagamento, no ano de 1952, dos prêmios instituídos pela Lei n.º 1.512, de 19 de dezembro de 1951, e para aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

LEI N.º 1.690 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1952

Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São estendidos aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, aposentados após o Decreto-lei n.º 8.833, de 24 de janeiro de 1946, e antes da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, as vantagens e os direitos concedidos pelo artigo 25 deste último diploma legal, nos termos da Lei n.º 1.330, de 27 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Lafer

LEI N.º 1.691 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para pagamento de salário-família.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.083.470,00 (cinco milhões, oitenta e três mil quatrocentos e setenta cruzeiros), para ocorrer ao pagamento de salário-família a servidores daquela Secretaria de Estado, correspondente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima
Horácio Lafer

LEI N.º 1.692 — DE 3 DE OUTUBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont organizada em Paris pelo Governo da França.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), equivalentes a US\$ 37.393 16 (trinta e sete mil trezentos e noventa e três dólares e dezesseis centavos), ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1,00 (um dólar), para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França, e nas demais solenidades previstas, na referida oportunidade, em homenagem à memória do ilustre brasileiro.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
João Neves da Fontoura
Horácio Lafer

LEI N.º 1.693 — DE 3 DE OUTUBRO
DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J.J. Seabra, no Estado da Bahia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), como contribuição do Governo Federal aos trabalhos de construção no Estado da Bahia, do monumento dedicado a José Joaquim Seabra.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

LEI N.º 1.694 — DE 3 DE OUTUBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de cruzeiros), destinado à construção, na capital do Estado de São Paulo, do edifício para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e demais repartições federais.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior terá a vigência de 4 (quatro) anos, e somente será utilizado na proporção da receita arrecadada, em virtude da venda dos bens oriundos de herança jacente, que a

União possui no referido Estado de São Paulo, e da venda à Prefeitura Municipal de São Paulo do prédio em que funciona a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional naquela cidade.

Parágrafo único. E' o Poder Executivo autorizado a realizar as vendas a que se refere este artigo.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.695 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1952

Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão "M", de Cônsul Privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criado, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, um cargo isolado, de provimento efetivo, padrão "M", de Cônsul Privativo.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, à conta da Verba 1 — I — 04 — 03 do Anexo n.º 23 do Orçamento de 1952, o crédito suplementar de Cr\$ 72.960,00 (setenta e dois mil, novecentos e sessenta cruzeiros), para ocorrer à despesa resultante do preenchimento do cargo criado pelo Art. 1.º desta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

LEI N.º 1.696 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, autorizado pela Lei n.º 1.461, de 26 de outubro de 1951, para execução de obras de regularização de rios e derivação de suas águas, relacionadas com o plano de eletrificação do Estado.

Art. 1.º E' o Poder Executivo vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.697 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de alugueis, relativos a 1950, das salas em que funciona a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos cruzeiros), a fim de ocorrer ao pagamento de despesas relativas ao exercício de 1950

e correspondentes a diferença de aluguéis das salas em que funciona a 2.^a Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói.

Art. 2.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.698 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1952

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender às despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.^o da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.^o É aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50 (dois milhões, cento e noventa e sete mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros e cinquenta centavos), em reforço das seguintes dotações do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento para 1952 (Lei n.º 1.467, de 6 de dezembro de 1951):

Cr\$

Verba 1 — Pessoal.	
Consignação I — Pessoal Permanente.	
01 — Pessoal Permanente.	
02 — Tribunal Federal de Recursos	1.439.760,00
Consignação III — Vargens.	
14 — Gratificação Adicional.	
02 — Tribunal Federal de Recursos	758.164,50
Total	2.197.924,50

Art. 2.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 10 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.699 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo nos termos do art. 70, § 4.^o da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.^o É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento Nacional de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e sete mil, setecentos e vinte e sete cruzzeiros).

Art. 2.^o O crédito mencionado no art. 1.^o destina-se ao pagamento de lenha e dormentes adquiridos, em exercícios anteriores ao de 1951, pela administração da Estrada de Ferro de Goiás.

Art. 3.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.700 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização, de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscen-

tos mil cruzeiros), destinado à regularização contábil de despesas efetuadas, sem crédito orçamentário próprio, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Francisco Negrão de Lima.

LEI N.º 1.701 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 para atender as despesas com o comparecimento do Brasil à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para atender as despesas — ajuda de custo, transporte e outras despesas — decorrentes do comparecimento do Brasil à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em junho de 1952.

Art. 2.º. O crédito de que trata esta Lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Segadas Vianna.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.702 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 308.674,26 (trezentos e oito mil, seiscentos e setenta e quatro cruzeiros e vinte e seis centavos), equivalente a US\$ 16.489,01 (dezesseis mil, quatrocentos e oitenta e nove dólares e um centimo), ao câmbio de Cr\$ 18,72 por US\$ 1,00, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, em 1942, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia, em missão oficial e em caráter particular, por ocasião do rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Neves da Fontoura.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.703 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1952

Modifica a alínea a do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A alínea a do art. 32 do Decreto-lei n.º 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secun-

dário) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32.....
a) ter onze anos completos ou por completar até o dia 31 do mês de julho que se seguir à realização dos exames de admissão".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
E. Simões Filho.

LEI N.º 1.704 — DE 15 DE SETEMBRO DE 1952.

Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ VJJLJJJJ (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais.

O Congresso Nacional, decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida à Fundação da "Casa de Cabangu", com sede na cidade de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, constituída em personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública pelo Decreto número 3.069, de 6 de junho de 1949, do Governo do Estado de Minas Gerais, a subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), para o fim de organizar e manter o "Museu Santos Dumont", na casa em que nasceu, naquele município, o glorioso brasileiro.

Art. 2.º A subvenção, ora concedida, correrá por conta da verba própria do Orçamento Geral da União.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 15 de outubro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.705 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e ssuprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, a conta do saldo apurado no exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, §

4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20 (um bilhão, quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos), sendo:

a) Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) para ocorrer às despesas de exercícios encerrados a que se refere o art. 75, § 2.º, do Código de Contabilidade da União;

b) Cr\$ 180.000.000.000,00 (cento e oitenta milhões de cruzeiros) para pagamento dos auxílios consignados na Lei Orçamentária da União para 1951 e constantes dos Anexos pertencentes aos Ministérios da Agricultura, da Educação e Saúde, e do Interior e Justiça, cabendo ao primeiro Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), ao segundo Cr\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros) e ao terceiro Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), em favor de obras e entidades diversas, auxílios esses que não foram relacionados, no todo ou em parte, em "Restos a Pagar";

c) Cr\$ 180.200.000,00 (cento e oitenta milhões e duzentos mil cruzeiros) correspondentes às dotações de Cr\$ 101.000.000,00 (cento e um milhões de cruzeiros) e Cr\$ 79.200.000,00 (setenta e nove milhões e duzentos mil cruzeiros) consignados, respectivamente, nas leis ns. 3, de 2 de dezembro de 1946 (orçamento de 1947), e 162, de 2 de dezembro de 1947 (Orçamento de 1948), para os fins previstos no § 1.º do art. 198 da Constituição Federal, e que não tiveram aplicação;

d) Cr\$ 131.974.391,20 (cento e um milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) para completar cota devida ao Fundo Rodoviário Nacional, pela arrecadação do imposto sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de origem mineral, relativo aos exercícios de 1946 a 1951 e arrecadados pelas alfândegas de Florianópolis, João Pessoa e Rio Grande.

§ 1.º O pagamento das despesas de que trata este artigo, letra "a" obedecerá à ordem de entrada na Diretoria da Despesa Pública dos processos registrados pelo Tribunal de Contas.

§ 2.º O crédito de que trata este artigo, letra "c", será automática-

mente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Como suprimento de fundos, destinado ao pagamento das despesas correspondentes aos créditos referidos no art. 1.º desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a utilizar até Cr\$ 1.492.174.391,20 (um bilhão, quatrocentos e noventa e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos) do saldo das contas de "Receita" e "Despesa" apurado no Banco do Brasil S. A. no encerramento do exercício de 1951.

Parágrafo único O suprimento de fundos a que se refere este artigo será incorporado à receita, nos termos do art. 73 da Constituição e será classificado como "Renda com Aplicação Especial".

Art. 3.º Para o pagamento de despesas relativas a créditos especiais, já abertos ou autorizados pelo Congresso Nacional poderão ainda ser utilizados, a critério do Poder Executivo, Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros) do saldo das contas de "Receita" e "Despesa" de que trata o art. 2.º desta Lei, processando-se a incorporação à receita da União nos termos do seu parágrafo único.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.706 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, a mandar imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

Art. 2.º O prazo para execução desta Lei será de 5 (cinco) anos.

§ 1.º A impressão das obras deverá estar terminada em 1956, por ocasião da comemoração do bicentenário do autor.

§ 2.º Uma Comissão composta dos Diretores do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional, com assistência do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a convite do Ministro da Educação e Saúde, organizará o trabalho a ser feito

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas decorrentes da presente Lei no exercício financeiro corrente.

Parágrafo único — Nos anos subsequentes serão consignadas no Orçamento Geral da União, no Anexo do Ministério da Educação e Saúde, dotações iguais à constante deste artigo para os fins previstos nesta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de outubro de 1952. — JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.707 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1952

Altera dispositivo do Decreto-lei n.º 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As contribuições dos pescadores a que se refere a alínea "c", do artigo 2.º, do Decreto-lei n.º 3.832, de 18 de novembro de 1941, e que ainda não estejam contribuindo para o I.A.P.M. só serão devidas a partir da vigência desta Lei.

Art. 2.º Em relação aos pescadores de que trata o artigo anterior também só a partir da vigência desta Lei lhes será devido qualquer benefício pelo I.A.P.M. observadas as demais exigências legais.

Art. 3.º Os pescadores da classe a que se refere o artigo 1.º, já inscritos, são considerados em pleno gozo dos benefícios do seguro social concedidos aos trabalhadores, do mar e classes anexas, nos termos do De-

creto n.º 22.872, de 29 de junho de 1933, que criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, cabendo-lhes regular o recolhimento de suas contribuições, acaso devidas.

Parágrafo único. São dispensadas de quaisquer juros as contribuições do pescador por conta própria, cujo recolhimento esteja retardado, resultando, ainda, o I.A.P.M., a liquidação parcelada do débito do segurado, em parcelas mínimas, no ato do pagamento da contribuição corrente.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Segada Viana

LEI N.º 1.708 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' prorrogado até 31 de dezembro de 1954 o prazo a que se refere o art. 22 da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.709 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60 para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60 (seis milhões, setecentos e dezoito mil, duzentos e dezenove cruzeiros e sessenta centavos), para atender ao pagamento de despesas efetuadas no exercício de 1949, abaixo discriminadas:

I — Substituições		
Divisão do Pessoal	187.238,80	187.238,80
II — Gêneros de alimentação e dieta; alimentos preparados; animais para corte; gelo, artigos para fumantes		
a) Divisão do Material	5.529.168,60	
b) Serviço Nacional de Doenças Mentais — Seção de Administração	38.907,50	
c) Escola Industrial de Aracaju	24.000,00	
d) Escola Industrial de João Pessoa	48.905,00	
e) Escola Industrial de Belém	60.000,00	5.700.981,10
III — Água e artigos para limpeza e desinfecção; serviços de asseio e higiene; lavagem e engomagem de roupas; taxa de água, esgoto e lixo:		
a) Escola Técnica de São Luís	14.580,00	14.580,00
IV — Iluminação, força motriz e gás:		
a) Divisão do Material	815.419,70	815.419,70
Total		6.718.219,60

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

LEI N.º 1.710 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Conselho Nacional de Economia disporá dos seguintes órgãos técnicos e administrativos, subordinados ao Conselho Pleno.

- a) Departamento Econômico;
- b) Serviço de Documentação e Divulgação;
- c) Serviço de Administração.

Parágrafo único. Esses órgãos técnicos e administrativo serão providos de pessoal recrutado de acordo com a legislação em vigor, observadas as disposições contidas nesta Lei.

Art. 2.º O Departamento Econômico compreenderá quatro Divisões, subdivididas em dez seções da seguinte forma:

Número de ordem — Divisões — Seções

I	Produção	(Economia Rural
		(Economia Industrial
		(Economias Regionais
II	Energia e Transportes	(Energia
		(Transportes
		(Finanças Públicas
III	Finanças	(Finanças Privadas
		(Investimentos
		(Intercâmbio Comercial
IV	Comércio Exterior	(Balanças de Pagamento

Art. 3.º. O Serviço de Documentação e Divulgação compreenderá as Seções de Biblioteca, Arquivo Econômico e Divulgação.

Art. 4.º O Serviço de Administração compreenderá as Seções de Pessoal, Orçamento, Material, Comunicações e Arquivo, Mecanografia e Portaria.

Art. 5.º São criados os cargos constantes do quadro anexo:

§ 1.º Vetado.

§ 2.º As nomeações para a carreira de economista, para o cargo de Diretor do Departamento Econômico e as designações para as chefias de seção desse Departamento serão feitas nos termos da Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951.

§ 3.º Vetado.

§ 4.º Vetado.

§ 5.º.

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Conselho Nacional de Economia, o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00 (quatro milhões,

seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos cruzeiros) para atender à despesa do quadro do seu pessoal.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1951; 131.º da Independência e 34.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

QUADRO DO PESSOAL PERMANENTE A QUE SE REFERE ESTA LEI

Número de Cargos	Cargos	Símbolo
1	Diretor Geral do Departamento Econômico	CC-1
4	Diretores de Divisão	CC-2
5	Diretores de Serviço	CC-3

CARGOS ISOLADOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Numero de Cargos	Cargos	Padrão
	Vetado	

CARGOS DE CARREIRA

Númerode cargos	Cargos	Classe
5	Economista	N
10	Economista	M
25	Economista	L
	Vetado	

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Númerode cargos	Funções	Símbolo
1	Secretário do Conselho Pleno	FG-2
18	Chefes de Seção	FG-3
1	Chefe de Portaria	FG-5
1	Ajudante de Chefe de Portaria	FG-6

LEI N.º 1.710-“A” — DE 24 DE OUTUBRO DE 1952

Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00, em reforço de dotações para o exercício de 1952.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00 — (sete milhões, duzentos e sete

mil oitocentos e dez cruzeiros) — em reforço das seguintes dotações do Anexo n.º 26 — Poder Judiciário — do Orçamento para 1952 — (Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação I — Pessoal Permanente

Cr\$

01 — Pessoal Permanente

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

01 — 1. ^a Região	3.213.379,40	
02 — 2. ^a Região	645.435,20	
03 — 3. ^a Região	151.840,00	
06 — 6. ^a Região	226.800,00	
07 — 7. ^a Região	97.800,00	
08 — 8. ^a Região	76.164,00	4.411.418,60

Consignação III — Vantagens

08 — Funções gratificadas

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

01 — 1. ^a Região	26.400,00	26.400,00
-----------------------------	-----------	-----------

13 — Gratificação de Representação

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

02 — 2. ^a Região	413.929,60	
03 — 3. ^a Região	107.443,20	
04 — 4. ^a Região	214.905,60	
05 — 5. ^a Região	134.304,00	
06 — 6. ^a Região	134.304,00	
08 — 8. ^a Região	53.740,00	1.202.002,40

Consignação VI — Diversos

23 — Substituições

05 — Justiça do Trabalho

01 — Tribunal Superior do Trabalho .. 300.000,00

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

02 — 2. ^a Região	150.000,00	
03 — 3. ^a Região	235.290,00	
04 — 4. ^a Região	57.980,00	
05 — 5. ^a Região	300.000,00	
06 — 6. ^a Região	119.200,00	
07 — 7. ^a Região	137.200,00	
08 — 8. ^a Região	161.969,00	1.461.639,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação IV — Assistência e Previdência Social

60 — Salário Família

05 — Justiça do Trabalho

01 — Tribunal Superior do Trabalho .	18.000,00
--------------------------------------	-----------

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

02 — 2.^a Região

01 — Tribunal Regional	3.000,00
03 — Junta de Cuiabá	4.800,00
06 — Junta de Santos	1.000,00
07 — 1. ^a JCJ de São Paulo	1.200,00
08 — 2. ^a JCJ de São Paulo	1.200,00
11 — 5. ^a JCJ de São Paulo	3.000,00
12 — 6. ^a JCJ de São Paulo	1.800,00

04 — 4.^a Região

02 — Junta de Florianópolis	1.150,00
03 — Junta de Pelotas	6.000,00
04 — 1. ^a JCJ de Porto Alegre	1.000,00
05 — 2. ^a JCJ de Porto Alegre	600,00
07 — Junta de Rio Grande	4.200,00
08 — Junta de São Jerônimo	2.400,00
05 — 5. ^a Região	5.400,00
07 — 7. ^a Região	6.000,00

60.750,00

Consignação X — Diversos

77 — Aluguel ou arrendamento de imóveis

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento:

02 — 2.^a Região

04 — Junta de Curitiba	21.600,00
------------------------------	-----------

08 — 8.^a Região

03 — Junta de Manaus	24.000,00	45.600,00
----------------------------	-----------	-----------

Total 7.207.810,00

Art. 2.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de outubro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.710-B — DE 27 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.615.950,00 em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento vigente.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.^o, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.^o E' autorizado o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de

Cr\$ 1.615.950,00 (um milhão, seiscentos e quinze mil, novecentos e cinquenta cruzeiros) em reforço da Verba 1 — Pessoal, Consignação I — Pessoal Permanente, Subconsignação 01 — Pessoal Permanente, 06 — Justiça do Distrito Federal, 01 — Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento vigente.

Art. 2.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de outubro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

LEI N.º 1.711 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

TÍTULO I

CAPÍTULO UNICO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Esta Lei institui o regime jurídico dos funcionários civis da União e dos Territórios.

Art. 2.º Para os efeitos deste Estatuto, funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago pelos cofres da União.

Art. 3.º O vencimento dos cargos públicos obedecerá a padrões fixados em lei.

Art. 4.º É vedada a prestação de serviços gratuitos.

Art. 5.º Os cargos são considerados de carreira ou isolados.

Art. 6.º Classe é um agrupamento de cargos da mesma profissão ou atividade e de igual padrão de vencimento.

Art. 7.º Carreira é um agrupamento de classes da mesma profissão ou atividade, com denominação própria.

§ 1.º As atribuições de cada carreira serão definidas em Regulamento.

§ 2.º Respeitada essa regulamentação, as atribuições inerentes a uma carreira podem ser cometidas, indistintamente, aos funcionários de suas diferentes classes.

§ 3.º É vedado atribuir-se ao funcionário encargos ou serviços diferentes dos que os próprios de sua carreira ou cargo, e que como tais sejam definidos em leis ou regulamentos.

Art. 8.º Quadro é um conjunto de carreiras e cargos isolados.

Art. 9.º Não haverá equivalência entre as diferentes carreiras, quanto às suas atribuições funcionais.

Art. 10. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições prescritas em leis e regulamentos.

TÍTULO II

Do Provimento e da Vacância

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

Art. 11. Os cargos públicos são providos por :

- I — nomeação;
- II — promoção;
- III — transferência;
- IV — reintegração;
- V — readmissão;
- VI — aproveitamento;
- VII — reversão.

Parágrafo único. VETADO.

CAPÍTULO II

DA NOMEAÇÃO

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 12. A nomeação será feita :

- I — em caráter vitalício, nos casos expressamente previstos pela Constituição;
- II — em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira;
- III — em comissão, quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido;
- IV — interinamente :

a) em substituição, no impedimento do ocupante efetivo de cargo isolado;

b) na vaga deixada pelo ocupante efetivo do cargo isolado;

c) em cargo vago de classe inicial de carreira, para o qual não haja candidato legalmente habilitado, atendido o disposto nos itens I a VII e IX do art. 22.

§ 1.º O provimento interino não excederá de dois anos, exceto :

a) abrindo-se concurso para o provimento do cargo, em cujo exercício o ocupante interino poderá permanecer até a homologação do mesmo;

b) no caso de substituição em cargo isolado, cujo titular esteja afastado por impedimento legal.

§ 2.º O funcionário interino só poderá ter exercício no cargo para o qual tenha sido nomeado.

Art. 13. A nomeação obedecerá a ordem de classificação dos candidatos habilitados em concurso.

Art. 14. Será tornada sem efeito, por decreto, a nomeação se a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Art. 15. Estágio probatório é o período de dois anos de efetivo exercício do funcionário nomeado em virtude de concurso, e de cinco anos para os demais casos.

§ 1.º No período de estágio apuram-se-ão os seguintes requisitos:

- I — idoneidade moral;
- II — assiduidade;
- III — disciplina;
- IV — eficiência.

§ 2.º VETADO.

§ 3.º Sem prejuízo da remessa periódica do boletim de merecimento ao Serviço de Pessoal, o diretor da repartição ou serviço em que sirva o funcionário sujeito ao estágio probatório, quatro meses antes da terminação deste, informará reservadamente ao Órgão de Pessoal sobre o funcionário, tendo em vista os requisitos enumerados nos itens I a IV deste artigo.

§ 4.º Em seguida, o Órgão de Pessoal formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estagiário em relação a cada um dos requisitos e concluindo a favor ou contra a confirmação.

§ 5.º Dêse parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de cinco dias.

§ 6.º Julgando o parecer e a defesa, o Ministro de Estado, se considerar aconselhável a exoneração do funcionário, encaminhará ao Presidente da República o respectivo decreto.

§ 7.º Se o despacho do Ministro fôr favorável à permanência do funcionário, a confirmação não dependerá de qualquer novo ato.

§ 8.º A apuração dos requisitos de que trata este artigo deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período de estágio.

Art. 16. O funcionário ocupante de cargo de carreira não poderá ser nomeado interinamente para outro cargo de carreira ou isolado de provimento efetivo.

Art. 17. O exercício interino de cargo cujo provimento dependa de concurso não isenta dessa exigência para nomeação efetiva o seu ocupante, qualquer que seja o tempo de serviço.

SEÇÃO II

Do Concurso

Art. 18. A primeira investidura em cargo de carreira e noutros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso.

Art. 19. O concurso será de provas ou de títulos, ou de provas e títulos, simultaneamente, na conformidade das leis e regulamentos.

§ 1.º Quando o concurso fôr exclusivamente de títulos e o provimento depender de conclusão de curso especializado, a prova dêsse requisito considerar-se-á título preponderante, levando-se em conta a classificação obtida no concurso pelo candidato.

§ 2.º Independerá de limite de idade a inscrição, em concurso, de ocupante de cargo ou função pública.

§ 3.º O ocupante interino de cargo cujo provimento efetivo dependa de habilitação em concurso, será inscrito, *ex-officio*, no primeiro que se realizar.

§ 4.º A aprovação da inscrição dependerá do preenchimento, pelo interino, das exigências estabelecidas para o concurso.

§ 5.º Aprovadas as inscrições, serão exonerados os interinos que tenham deixado de cumprir o disposto no parágrafo anterior.

§ 6.º Encerradas as inscrições, só será permitida nomeação em caráter interino para o preenchimento de claro na lotação de órgão sediado em Estado onde não houver sido aberta inscrição para o respectivo concurso.

§ 7.º Homologado o concurso, serão exonerados todos os interinos.

§ 8.º O prazo de validade dos concursos e os limites de idade serão fixados nos regulamentos ou instruções.

§ 9.º O concurso, uma vez aberto, deverá estar homologado no prazo de doze meses.

Art. 20. Encerradas as inscrições, legalmente processadas, para concurso à investidura de qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.

SEÇÃO III

Da Posse

Art. 21. Posse é a investidura em cargo público, ou função gratificada.

Parágrafo único. Não haverá posse nos casos de promoção e reintegração.

Art. 22. Só poderá ser empossado em cargo público quem satisfizer os seguintes requisitos:

- I — ser brasileiro;
- II — ter completado dezoito anos de idade;
- III — estar no gozo dos direitos políticos;
- IV — estar quite com as obrigações militares;
- V — ter bom procedimento;
- VI — gozar de boa saúde, comprovada em inspeção médica;
- VII — possuir aptidão para o exercício da função;
- VIII — ter-se habilitado previamente em concurso, salvo quando se tratar de cargo isolado para o qual não haja essa exigência;
- IX — ter atendido as condições especiais prescritas em lei ou regulamento para determinados cargos ou carreiras.

Parágrafo único. A prova das condições a que se referem os itens I, II e VIII deste artigo não será exigida nos casos dos itens IV a VII do artigo 11.

Art. 23. São competentes para dar posse:

I — o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, aos dirigentes dos órgãos subordinados ao Presidente da República, ao Procurador Geral da República, ao Consultor Geral da República, ao Procurador Geral do Distrito Federal e dos Territórios e ao Procurador Geral da Justiça Eleitoral;

II — o Ministro da Guerra, ao Procurador Geral da Justiça Militar;

III — o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ao Procurador Geral da Justiça do Trabalho;

IV — o Ministro de Estado e o dirigente de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, a diretor que lhes seja subordinado;

V — o Procurador Geral da República, a membro do Ministério Público que lhe seja subordinado;

VI — o Diretor ou chefe de serviço de pessoal, nos demais casos.

Art. 24. Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo funcionário, constará o compromisso do fiel cumprimento dos deveres e atribuições.

Parágrafo único. O funcionário declarará, para que figurem obrigatoriamente no termo de posse, os bens e valores que constituem seu patrimônio.

Art. 25. Poderá haver posse mediante procuração, quando se tratar de funcionário ausente do país em comissão do Governo, ou, em casos especiais, a juízo da autoridade competente.

Art. 26. A autoridade que der posse verificará, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições legais para a investidura.

Art. 27. A posse terá lugar no prazo de 30 dias da publicação, no órgão oficial, do ato de provimento.

Parágrafo único. A requerimento do interessado, o prazo da posse poderá ser prorrogado até sessenta dias, ou por tempo maior, a critério da autoridade competente, quando se tratar de funcionário nomeado para Território.

SEÇÃO IV

Da Fiança

Art. 28. O funcionário nomeado para cargo cujo provimento dependa de fiança não poderá entrar em exercício sem a prévia satisfação dessa exigência.

§ 1.º A fiança poderá ser prestada:

- I — em dinheiro;
- II — em títulos da Dívida Pública;
- III — em apólices de seguro de fidelidade funcional, emitidas por instituto oficial ou empresa legalmente autorizada.

§ 2.º Não se admitirá o levantamento da fiança antes de tomadas as contas do funcionário.

SEÇÃO V

Do Exercício

Art. 29. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Art. 30. Ao chefe da repartição para onde fôr designado o funcionário, compete dar-lhe exercício.

Art. 31. O exercício do cargo ou função terá início no prazo de trinta dias contados:

I — da data da publicação oficial do ato no caso de reintegração;

II — da data da posse nos demais casos.

§ 1.º A promoção não interrompe o exercício, que é contado na nova classe a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.

§ 2.º O funcionário transferido ou removido, quando licenciado ou quando afastado em virtude do disposto nos itens I, II e III do art. 79, terá trinta dias, a partir do término do impedimento, para entrar em exercício.

§ 3.º Os prazos deste artigo poderão ser prorrogados por mais trinta dias, a requerimento do interessado.

Art. 32. O funcionário nomeado deverá ter exercício na repartição em cuja lotação houver claro.

Art. 33. Entende-se por lotação o número de servidores que devem ter exercício em cada repartição.

Art. 34. O funcionário não poderá ter exercício em repartição diferente da em que estiver lotado.

Parágrafo único. O afastamento do funcionário de sua repartição para ter exercício em outra, por qualquer motivo, só se verificará nos casos previstos neste Estatuto ou mediante prévia autorização do Presidente da República, para fim determinado e a prazo certo.

Art. 35. Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao assentamento individual.

Art. 36. Será considerado como de efetivo exercício o período de ... (VETADO) ... tempo realmente necessário à viagem para a nova sede.

Art. 37. O funcionário não poderá ausentar-se do país, para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República.

§ 1.º A ausência não excederá de quatro anos e, finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período será permitida nova ausência.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica a funcionário da carreira de diplomata.

Art. 38. Prêso preventivamente, pronunciado por crime comum ou denunciado por crime funcional ou, ain-

da, condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, o funcionário será afastado do exercício, até decisão final passada em julgado.

CAPÍTULO III

DA PROMOÇÃO

Art. 39. A promoção obedecerá ao critério de antiguidade de classe e ao de merecimento, alternadamente, salvo quanto à classe final de carreira, em que será feita a razão de um terço por antiguidade e dois terços por merecimento.

Art. 40. As promoções serão realizadas de três em três meses, desde que verificada a existência de vaga.

§ 1.º Quando não decretada no prazo legal, a promoção produzirá seus efeitos a partir do último dia do respectivo trimestre.

§ 2.º Para todos os efeitos, será considerado promovido o funcionário que vier a falecer sem que tenha sido decretada, no prazo legal, a promoção que lhe cabia por antiguidade.

Art. 41. A promoção por merecimento a classe intermediária de qualquer carreira, só poderão concorrer os funcionários colocados, por ordem de antiguidade, nos dois primeiros terços da classe imediatamente inferior.

Parágrafo único. O órgão competente organizará para cada vaga uma lista não excedente de cinco candidatos.

Art. 42. Não poderá ser promovido o funcionário que não tenha o interstício de 365 dias de efetivo exercício na classe.

Parágrafo único. Não poderá ser promovido o funcionário em estágio probatório.

Art. 43. O merecimento do funcionário é adquirido na classe.

Parágrafo único. O funcionário transferido para carreira da mesma denominação levará o merecimento apurado no cargo a que pertencia.

Art. 44. O funcionário suspenso poderá ser promovido, mas a promoção ficará sem efeito, se verificada a procedência da penalidade aplicada.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o funcionário só perceberá o vencimento correspondente à nova classe quando tornada sem efeito a penalidade aplicada, caso em que a

promoção surtirá efeito a partir da data de sua publicação.

Art. 45. A antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na classe.

§ 1.º Havendo fusão de classes, a antiguidade abrangerá o efetivo exercício na classe anterior.

§ 2.º O tempo líquido do exercício interino, continuado ou não, será contado como antiguidade de classe, quando o funcionário fôr nomeado em virtude de concurso para o mesmo cargo.

Art. 46. Para efeito de apuração de antiguidade de classe será considerado como de efetivo exercício o afastamento previsto no art. 79.

Parágrafo único. Computar-se-ão ainda:

I — o período de trânsito;

II — as faltas previstas no art. 123.

Art. 47. Quando ocorrer empate na classificação por antiguidade, terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço público federal; havendo, ainda, empate, o de maior tempo de serviço público, o de maior prole e o mais idoso, sucessivamente.

Parágrafo único. Na classificação inicial, o primeiro desempate será determinado pela classificação em concurso.

Art. 48. Será apurado em dias o tempo de exercício na classe para efeito de antiguidade.

Art. 49. Em benefício daquele a quem de direito cabia a promoção, será declarado sem efeito o ato que a houver decretado indevidamente.

§ 1.º O funcionário promovido indevidamente não ficará obrigado a restituir o que a mais houver recebido.

§ 2.º O funcionário a quem cabia a promoção será indenizado da diferença de vencimento ou remuneração a que tiver direito.

Art. 50. Só por antiguidade poderá ser promovido o funcionário em exercício de mandato legislativo.

Art. 51. Compete ao órgão de pessoal processar as promoções.

CAPÍTULO IV

DA TRANSFERÊNCIA E DA REMOÇÃO

Art. 52. A transferência far-se-á:

I — a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço;

II — *ex-officio*, no interesse da administração.

§ 1.º A transferência a pedido para cargo de carreira só poderá ser feita para vaga a ser provida por merecimento.

§ 2.º As transferências para cargos de carreira não poderão exceder de um terço dos cargos de cada classe e só poderão ser efetivadas no mês seguinte ao fixado para as promoções.

Art. 53. Caberá a transferência:

I — de uma para outra carreira da mesma denominação, de quadros ou de Ministérios diferentes;

II — de uma para outra carreira de denominação diversa ... (VETADO) ...

III — de um cargo de carreira para outro isolado, de provimento efetivo;

IV — de um cargo isolado, de provimento efetivo, para outro da mesma natureza.

§ 1.º No caso do item III a transferência só poderá ser feita a pedido escrito do funcionário.

§ 2.º A transferência prevista nos números II e III deste artigo fica condicionada à habilitação em concurso, na forma do art. 18.

Art. 54. A transferência far-se-á para cargo de igual vencimento ou remuneração.

Art. 55. O interstício para a transferência será de 365 dias na classe e no cargo isolado.

Art. 56. A remoção a pedido ou *ex-officio* far-se-á:

I — de uma para outra repartição do mesmo Ministério;

II — de um para outro órgão da mesma repartição.

§ 1.º O interino não poderá ser removido, nem ter exercício em repartição ou serviço sediado noutra localidade que não a para a qual foi inicialmente nomeado.

§ 2.º Dar-se-á a remoção a pedido para outra localidade por motivo de saúde, uma vez que fiquem comprovadas, por junta médica, as razões apresentadas pelo requerente.

Art. 57. A transferência e a remoção por permuta serão processadas a pedido escrito de ambos os interessados e de acordo com o prescrito neste capítulo.

CAPÍTULO V

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 58. A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judiciária, é o reingresso no serviço público, com ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

§ 1.º VETADO.

§ 2.º Será sempre proferida em pedido de reconsideração em recurso ou em revisão de processo a decisão administrativa que determinar a reintegração.

Art. 59. A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento ou remuneração equivalente, atendida a habilitação profissional.

Art. 60. Reintegrado judicialmente o funcionário, quem lhe houver ocupado o lugar será destituído de plano ou será reconduzido ao cargo anterior mas sem direito a indenização.

Art. 61. O funcionário reintegrado será submetido a inspeção médica e aposentado quando incapaz.

CAPÍTULO VI

DA READMISSÃO

Art. 62. Readmissão é o reingresso no serviço público do funcionário demitido ou exonerado sem ressarcimento de prejuízos.

§ 1.º O readmitido contará o tempo de serviço público anterior para efeito de disponibilidade e aposentadoria.

§ 2.º A readmissão dependerá de prova de capacidade, mediante inspeção médica.

Art. 63. Respeitada a habilitação profissional, a readmissão far-se-á na primeira vaga a ser provida por merecimento.

Parágrafo único. Far-se-á de preferência a readmissão no cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas e de vencimentos ou remuneração equivalente.

CAPÍTULO VII

DO APROVEITAMENTO

Art. 64. Aproveitamento é o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade.

Art. 65. Será obrigatório o aproveitamento do funcionário estável em cargo de natureza e vencimento ou remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado.

Parágrafo único. O aproveitamento dependerá de prova de capacidade mediante inspeção médica.

Art. 66. Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o de maior tempo de disponibilidade e, no caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

Art. 67. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o funcionário não tomar posse no prazo legal, salvo caso de doença comprovada em inspeção médica.

Parágrafo único. Provada a incapacidade definitiva em inspeção médica, será decretada a aposentadoria.

CAPÍTULO VIII

DA REVERSÃO

Art. 68. Reversão é o reingresso no serviço público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 69. A reversão far-se-á de preferência no mesmo cargo ... (VETADO).

CAPÍTULO IX

DA READAPTAÇÃO

Art. 70. Readaptação é a investidura em função mais compatível com a capacidade do funcionário e dependerá, sempre, de inspeção médica.

Art. 71. A readaptação não acarretará decesso nem aumento de vencimento ou remuneração e será feita mediante transferência.

CAPÍTULO X

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 72. Haverá substituição no impedimento de ocupante de cargo isolado, de provimento efetivo ou em comissão, e de função gratificada.

Art. 73. A substituição será automática ou dependerá de ato da administração.

§ 1.º A substituição automática será gratuita; quando, porém, exceder de trinta dias, será remunerada e, por todo o período.

§ 2.º A substituição remunerada dependerá de ato da autoridade competente para nomear ou designar.

§ 3.º O substituto perderá, durante o tempo da substituição, o vencimento ou remuneração do cargo de que fôr ocupante efetivo, salvo no caso de função gratificada e opção.

CAPÍTULO XI

DA VACÂNCIA

Art. 74. A vacância do cargo decorrerá de:

- I — exoneração;
- II — demissão;
- III — promoção;
- IV — transferência;
- V — aposentadoria;
- VI — posse em outro cargo;
- VII — falecimento.

Art. 75. Dar-se-á a exoneração:

- I — a pedido;
- II — *ex-officio*:

a) quando se tratar de cargo em comissão;

b) quando não satisfeitas as condições de estágio probatório.

Art. 76. Ocorrendo vaga, considerar-se-ão abertas, na mesma data, as decorrentes de seu preenchimento.

Parágrafo único. A vaga ocorrerá na data:

- I — do falecimento;
- II — da publicação:

a) da lei que criar o cargo e conceder dotação para o seu provimento, ou da que determinar esta última medida, se o cargo estiver criado;

b) do decreto que promover, transferir, aposentar, exonerar, demitir ou extinguir cargo excedente cuja dotação permitir o preenchimento de cargo vago;

III — da posse em outro cargo.

Art. 77. Quando, se tratar de função gratificada, dar-se-á a vacância por dispensa, a pedido ou *ex-officio*, ou por destituição.

TÍTULO III

Dos Direitos e Vantagens

CAPÍTULO I

DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 78. Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1.º O número de dias será convertido em anos, considerado o ano

como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2.º Feita a conversão, os dias restantes, até cento e oitenta e dois, não serão computados, arredondando-se para um ano, quando excederem esse número, nos casos de cálculo para efeito de aposentadoria.

Art. 79. Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I — férias;
- II — casamento;
- III — luto;
- IV — exercício de outro cargo federal de provimento em comissão;
- V — convocação para serviço militar;
- VI — júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VII — exercício de função ou cargo de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;

VIII — desempenho de função legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IX — licença especial... (VETADO)...

X — licença à funcionária gestante, ao funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional, na forma dos artigos 105 e 107;

XI — missão ou estudo no estrangeiro, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Presidente da República;

XII — exercício, em comissão, de cargo de chefia nos serviços dos Estados, Distrito Federal, Municípios ou Territórios;

Art. 80. Para efeito da aposentadoria e disponibilidade, computar-se-á integralmente:

I — o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal;

II — o período de serviço ativo nas Forças Armadas, prestado durante a paz, computando-se pelo dobro o tempo em operações de guerra;

III — o tempo de serviço prestado como extranumerário ou sob qualquer outra forma de admissão, desde que remunerado pelos cofres públicos;

IV — o tempo de serviço prestado em autarquia;

V — o período de trabalho prestado a instituição de caráter privado que cimento de serviço público; tiver sido transformada em estabele-

VI — o tempo em que o funcionário esteve em disponibilidade ou aposentado.

Art. 81. É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concorrentemente em dois ou mais cargos ou funções da União, Estado, Distrito Federal e Município, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

CAPÍTULO II

DAS ESTABILIDADE

Art. 82. O funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo adquire estabilidade depois de:

I — dois anos de exercício, quando nomeado em virtude de concurso;

II — cinco anos de exercício, quando nomeado em caráter efetivo sem concurso.

§ 1.º O disposto, neste artigo não se aplica aos cargos em comissão.

§ 2.º A estabilidade diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

Art. 83. O funcionário público perderá o cargo:

I — quando vitalício, somente em virtude de sentença judiciária;

II — quando estável, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo ou ao de ser demitido mediante processo administrativo, em que se lhe tenha assegurada ampla defesa.

Parágrafo único. O funcionário em estágio probatório só será demitido do cargo após a observância do art. 15 e seus parágrafos, ou mediante inquérito administrativo quando este se impuser antes de concluído o estágio.

CAPÍTULO III

DAS FÉRIAS

Art. 84. O funcionário gozará obrigatoriamente trinta dias consecutivos de férias por ano, de acordo com a escala organizada pelo chefe da repartição.

§ 1.º É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao trabalho.

§ 2.º Somente depois do primeiro ano de exercício, adquirirá o funcionário direito a férias.

Art. 85. É proibida a acumulação de férias, salvo imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

Art. 86. Por motivo de promoção, transferência ou remoção, o funcionário

em gozo de férias não será obrigado a interrompê-las.

Art. 87. Ao entrar em férias, o funcionário comunicará ao chefe da repartição o seu endereço eventual.

CAPÍTULO IV

DAS LICENÇAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 88. Conceder-se-á licença:

I — para tratamento de saúde;

II — por motivo de doença em pessoa da família;

III — para repouso à gestante;

IV — para serviço militar obrigatório;

V — para o trato de interesses particulares;

VI — por motivo de afastamento do cônjuge, funcionário civil ou militar;

VII — em caráter especial.

Art. 89. Ao funcionário interino ou em comissão não se concederá, nessa qualidade, licença para o trato de interesses particulares.

Art. 90. A licença dependente de inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado.

Parágrafo único. Findo o prazo, haverá nova inspeção e o atestado ou laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 91. Terminada a licença, o funcionário reassumirá imediatamente o exercício, ressalvado o caso do artigo 92, parágrafo único.

Art. 92. A licença poderá ser prorrogada *ex-officio* ou a pedido.

Parágrafo único. O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença; se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho.

Art. 93. A licença concedida dentro de sessenta dias contados da terminação da anterior será considerada como prorrogação.

Art. 94. O funcionário não poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte quatro meses, salvo nos casos dos itens IV e VI do art. 88 e

nos casos das moléstias previstas no art. 104.

Art. 95. Expirado o prazo do artigo antecedente, o funcionário será submetido a nova inspeção e aposentado, se for julgado inábil para o serviço público em geral.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o tempo necessário à inspeção médica será considerado como de prorrogação.

Art. 96. O funcionário em gozo de licença comunicará ao chefe da repartição o local onde pode ser encontrado.

SEÇÃO II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 97. A licença para tratamento de saúde será a pedido ou *ex-officio*.

Parágrafo único. Num e noutro caso, é indispensável a inspeção médica, que deverá realizar-se, sempre que necessário, na residência do funcionário.

Art. 98. Para a licença até noventa dias, a inspeção será feita por médicos da seção de assistência do órgão de pessoal, admitindo-se, na falta, auxílio de outros médicos oficiais, ou, ainda e excepcionalmente, atestado passado por médico particular com firma reconhecida.

§ 1.º No caso da parte final deste artigo, o atestado só produzirá efeito depois de homologado pelo órgão de pessoal, com audiência da seção médica competente.

§ 2.º Em caso de não ser homologada a licença, o funcionário será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerados como de falta justificada os dias em que deixou de comparecer ao serviço por esse motivo, ficando, no caso, caracterizada a responsabilidade do médico atestante.

Art. 99. A licença superior a 90 dias dependerá de inspeção por junta médica.

§ 1.º A prova de doença poderá ser feita por atestado médico se, a juízo da administração, não for conveniente ou possível a ida de junta médica à localidade da residência do funcionário.

§ 2.º Será facultado à administração, em caso de dúvida razoável, exigir a inspeção por outro médico ou junta oficial.

Art. 100. O atestado médico e o laudo da junta nenhuma referência farão ao nome ou à natureza da doença de que sofra o funcionário, salvo se se tratar de lesões produzidas por acidente, de doença profissional ou de quaisquer das moléstias referidas no art. 104.

Art. 101. No curso da licença o funcionário abster-se-á de atividade, remuneração, sob pena de interrupção imediata da mesma licença, com perda total do vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo.

Art. 102. Será punido disciplinarmente o funcionário que se recusar a inspeção médica, cessando os efeitos da pena logo que se verifique a inspeção.

Art. 103. Considerado apto em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício sob pena de se apurarem como falta os dias de ausência.

Parágrafo único. No curso da licença poderá o funcionário requerer inspeção médica caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

Art. 104. A licença a funcionário atacado de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave será concedida quando a inspeção médica não concluir pela necessidade imediata da aposentadoria.

Parágrafo único. A inspeção será feita obrigatoriamente por uma junta de três médicos.

Art. 105. Será integral o vencimento ou a remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde, acidentado em serviço, atacado de doença profissional ou das moléstias indicadas no artigo anterior.

SEÇÃO III

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 106. O funcionário poderá obter licença por motivo de doença na pessoa de ascendente, descendente, colateral, consanguíneo ou afim até o 2.º grau civil, e do cônjuge do qual não esteja legalmente separado desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 1.º Provar-se-á a doença mediante inspeção médica.

§ 2.º A licença de que trata este artigo será concedida com vencimento ou remuneração até um ano, com três terços do vencimento ou remuneração excedendo esse prazo até dois anos... (VETADO)...

SEÇÃO IV

Da Licença à Gestante

Art. 107. A funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica, licença por quatro meses, com vencimento ou remuneração.

Parágrafo único. Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do início do oitavo mês da gestação.

SEÇÃO V

Da Licença para Serviço Militar

Art. 108. Ao funcionário que fôr convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença com vencimento ou remuneração.

§ 1.º A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2.º Do vencimento ou remuneração descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3.º Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de 30 dias para que reassuma o exercício sem perda do vencimento ou remuneração.

Art. 109. Ao funcionário oficial da reserva das forças armadas será também concedida licença com vencimento ou remuneração durante os estágios previstos pelos regulamentos militares, quando pelo serviço militar não perceber qualquer vantagem pecuniária.

Parágrafo único. Quando o estágio fôr remunerado, assegurar-se-á o direito de opção.

SEÇÃO VI

Da Licença para Trato de Interesses Particulares

Art. 110. Depois de dois anos de efetivo exercício, o funcionário poderá obter licença sem vencimento ou remuneração, para tratar de interesses particulares.

§ 1.º O requerente aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2.º Será negada a licença quando inconveniente ao interesse do serviço.

Art. 111. Não se concederá a licença a funcionário nomeado, removido ou transferido, antes de assumir o exercício.

Art. 112. Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos da terminação da anterior.

Art. 113. O funcionário poderá a qualquer tempo desistir da licença.

Art. 114. Quando o interesse do serviço público o exigir, a licença poderá ser cassada a juízo da autoridade competente.

SEÇÃO VII

Da Licença a funcionária Casada

Art. 115. A funcionária casada terá direito a licença sem vencimento ou remuneração, quando o marido fôr mandado servir, *ex-officio*, em outro ponto do território nacional ou no estrangeiro.

§ 1.º Existindo no novo local de residência repartição federal, o funcionário nela será lotado, havendo claro, enquanto durar a sua permanência ali.

§ 2.º A licença e a remoção dependerão de requerimento devidamente instruído.

SEÇÃO VIII

Da Licença Especial

Art. 116. Após cada decênio de efetivo exercício, ao funcionário que a requerer, conceder-se-á licença especial de seis meses com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo.

Parágrafo único. Não se concederá licença especial se houver o funcionário em cada decênio:

I — sofrido pena de suspensão;

II — faltado ao serviço injustificadamente ... (VETADO)...

III — gozado licença:

a) para tratamento de saúde por prazo superior a 6 meses ou 180 dias consecutivos ou não;

b) por motivo de doença em pessoa da família, por mais de 4 meses ou 120 dias;

c) para o trato de interesses particulares;

d) por motivo de afastamento do cônjuge, quando funcionário ou militar, por mais de três meses ou noventa dias.

Art. 117. Para efeito de aposentadoria será contado em dobro o tempo de licença especial que o funcionário não houver gozado.

CAPÍTULO V

DO VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 118. Além do vencimento ou remuneração, poderão ser deferidas as seguintes vantagens:

- I — ajuda de custo;
- II — diárias;
- III — auxílio para diferença de caixa;
- IV — salário-família;
- V — auxílio-doença;
- VI — gratificações;
- VII — cota-partes de multa e percentagens.

SEÇÃO II

Do Vencimento ou Remuneração

Art. 119. Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao padrão fixado em lei.

Art. 120. Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente a dois terços do padrão do vencimento e mais as cotas ou percentagens atribuídas em lei.

Parágrafo único. No caso de funcionário de carreira ou ocupante de cargo isolado de provimento efetivo, no Exterior, a remuneração corresponderá ao vencimento do cargo acrescido de representação no Brasil.

Art. 121. Ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo, perderá o vencimento ou remuneração do cargo efetivo o funcionário:

- I — nomeado para cargo em comissão, salvo o direito de optar;
- II — quando no exercício de mandato eletivo remunerado, federal, estadual ou municipal;
- III — quando designado para servir em autarquia, sociedade de economia

mista ou estabelecimento de serviço público.

Parágrafo único. Ao funcionário titular de cargo técnico ou científico quando à disposição dos governos dos Estados, será lícito optar pelo vencimento ou remuneração da função federal, sem prejuízo de gratificação concedida pela administração estadual.

Art. 122. O funcionário perderá:

I — o vencimento ou remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, salvo motivo legal ou moléstia comprovada;

II — um terço do vencimento ou da remuneração diária quando comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos, ou quando se retirar antes de findo o período de trabalho;

III — um terço do vencimento ou remuneração durante o afastamento por motivo de prisão preventiva, pronúncia por crime comum ou denúncia, por crime funcional ou, ainda condenação por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia, com direito a diferença, se absolvido;

IV — dois terços do vencimento ou remuneração durante o período do afastamento em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine demissão.

Art. 123. Serão relevadas até 3 faltas durante o mês, motivadas por doença comprovada em inspeção médica.

Art. 124. Compete ao chefe da repartição antecipar ou prorrogar o período de trabalho, quando necessário, respondendo pelos abusos que cometer.

Art. 125. As reposições e indenizações à Fazenda Pública serão descontadas em parcelas mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração.

Parágrafo único. Não caberá o desconto parcelado quando o funcionário solicitar exoneração ou abandonar o cargo.

Art. 126. O vencimento, remuneração ou qualquer vantagem pecuniária atribuída ao funcionário não será objeto de arresto, sequestro ou penhora, salvo quando se tratar:

- I — de prestação de alimentos;
- II — de dívida à Fazenda Pública

SEÇÃO III

Da Ajuda de Custo

Art. 127. Será concedida ajuda de custo ao funcionário que passar a ter exercício em nova sede.

§ 1.º A ajuda de custo destina-se à compensação das despesas de viagem e da nova instalação.

§ 2.º Correrá à conta da Administração a despesa de transporte do funcionário e de sua família.

Art. 128. A ajuda de custo não excederá a importância correspondente a três meses do vencimento... (vetado) ... salvo quando se tratar de viagem ao estrangeiro.

Art. 129. No arbitramento da ajuda de custo, o chefe da repartição levará em conta as novas condições de vida do funcionário, as despesas de viagem e instalação.

Art. 130. A ajuda de custo será calculada:

I — sobre o vencimento ou remuneração do cargo;

II — sobre o vencimento do cargo em comissão que o funcionário passar a exercer na nova sede;

III — sobre o vencimento do cargo efetivo acrescido da gratificação, quando se tratar de função por essa forma retribuída;

IV — no caso de remuneração na base do padrão do vencimento.

Parágrafo único. É facultado ao funcionário o recebimento integral da ajuda de custo na nova repartição.

Art. 131. Não se concederá ajuda de custo:

I — ao funcionário que, em virtude de mandato eletivo, deixar ou reassumir o exercício do cargo;

II — ao funcionário posto à disposição de qualquer entidade de direito público.

III — quando transferido ou removido a pedido.

Art. 132. Sem prejuízo das diárias que lhe competirem, o funcionário obrigado a permanecer fora da sede da repartição, em objeto de serviço por mais de 30 dias, perceberá ajuda de custo correspondente a um mês de vencimento ... (vetado) ...

Art. 133. O funcionário restituirá a ajuda de custo:

I — quando não se transportar para a nova sede nos prazos determinados;

II — quando, antes de terminada a incumbência, regressar, pedir exoneração ou abandonar o serviço.

§ 1.º A restituição é de exclusiva responsabilidade pessoal e poderá ser feita parceladamente.

§ 2.º Não haverá obrigação de restituir:

a) quando o regresso do funcionário for determinado *ex-officio* ou por doença comprovada;

b) havendo exoneração a pedido, após 90 dias de exercício na nova sede.

Art. 134. O transporte do funcionário e sua família, inclusive um serviço, compreende passagens e bagagens, não podendo a despesa, quanto a estas, exceder a 25% da ajuda de custo.

Parágrafo único. Vetado.

SEÇÃO IV

Das Diárias

Art. 135. Ao funcionário que se deslocar da sua repartição em objeto de serviço conceder-se-á uma diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

Parágrafo único. Não se concederá diária:

a) durante o período de trânsito, ... (vetado) ...

b) quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função.

Art. 136. O arbitramento das diárias consultará a natureza, o local e as condições de serviço, respondendo o chefe da repartição pelos abusos cometidos... (vetado) ...

SEÇÃO V

Do Auxílio para Diferença de Caixa

Art. 137. Ao funcionário que no desempenho de suas atribuições pagar ou receber em moeda corrente, poderá ser concedido auxílio fixado em 5% do padrão do vencimento para compensar diferenças de caixa.

SEÇÃO VI

O Salário-Família

Art. 138. O salário-família será concedido ao funcionário ativo ou inativo:

I — por filho menor de 21 anos;

II — por filho inválido;

III — por filha solteira sem economia própria;

IV — por filho estudante, que frequentar curso secundário ou superior, em estabelecimento de ensino oficial ou particular, e que não exerça atividade lucrativa, até a idade de 24 anos.

Parágrafo único. Compreendem-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos e o menor que, mediante autorização judicial, viver sob a guarda e sustento do funcionário.

Art. 139. Quando pai e mãe forem funcionários ou inativos e viverem em comum, o salário-família será concedido ao pai.

§ 1.º Se não viverem em comum, será concedido ao que tiver os dependentes sob a sua guarda.

§ 2.º Se ambos os tiverem, será concedido a um e outro dos pais, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 140. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto, a madrastra e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 141. O salário-família será pago, ainda, nos casos em que o funcionário ativo ou inativo deixar de perceber vencimento, remuneração ou provento.

Art. 142. O salário-família não está sujeito a qualquer imposto ou taxa, nem servirá de base para qualquer contribuição, ainda que para fim de previdência social.

SEÇÃO VII

Do Auxílio-Doença

Art. 143. Após doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, em consequência das doenças previstas no artigo 104, o funcionário terá direito a um mês de vencimento ou remuneração, a título de auxílio-doença.

Art. 144. O tratamento do acidentado em serviço correrá por conta dos cofres públicos ou de instituição de assistência social, mediante acordo com a União.

SEÇÃO VIII

Das Gratificações

Art. 145. Conceder-se-á gratificação:

I — de função;

II — pelo exercício do magistério;

III — pela prestação de serviço extraordinário;

IV — pela representação de gabinete;

V — pelo exercício em determinadas zonas ou locais;

VI — pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

VII — pela execução de trabalho técnico ou científico;

VIII — por serviço ou estudo no estrangeiro;

IX — pela participação em órgão de deliberação coletiva;

X — pelo exercício:

a) do encargo de auxiliar ou membro de banca e comissões de concurso;

b) de encargo de auxiliar ou professor em curso legalmente instituído;

c) VETADO.

XI — adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. O disposto no item X deste artigo aplicar-se-á quando o serviço for executado fora do período normal ou extraordinário a que estiver sujeito o funcionário, no desempenho de seu cargo.

Art. 146. Ao funcionário que completar vinte anos de serviço público efetivo, será atribuída uma gratificação igual a 15% (quinze por cento) do respectivo vencimento... (VETADO) ... a qual será elevada a 25% (vinte e cinco por cento) quando o tempo de serviço do funcionário for de vinte e cinco anos completos.

Parágrafo único. Esta gratificação é extensiva aos funcionários que já se achem aposentados, e tenham completado o respectivo tempo de serviço na atividade.

Art. 147. Gratificação de função é a que corresponde a encargo de chefia e outros que a lei determinar.

Art. 148. O exercício de cargo de direção ou de função gratificada exclui a gratificação por serviço extraordinário.

Art. 149. Não perderá a gratificação de função o que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, doença comprovada ou serviço obrigatório por lei.

Art. 150. A gratificação por serviço extraordinário poderá ser:

I — previamente arbitrada pelo diretor da repartição;

II — paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipado.

§ 1.º A gratificação a que se refere o item I não excederá a um terço do vencimento ou remuneração mensal do funcionário.

§ 2.º No caso do item II a gratificação não excederá de um terço do vencimento ou remuneração de um dia e será calculada por hora de trabalho prorrogado ou antecipado e por tarefa.

§ 3.º Em se tratando de serviço extraordinário noturno, o valor da hora será acrescido de 25%.

Art. 151. VETADO.

SEÇÃO IX

Da Cota-Parte de Multa e Percentagem

Art. 152. As cotas-partes de multa ou percentagem serão fixadas em lei, tornando-se somente devidas após o julgamento definitivo e irreversível do processo de infração.

CAPÍTULO VI

DAS CONCESSÕES

Art. 153. Sem prejuízo do vencimento, remuneração ou de qualquer direito ou vantagem legal, o funcionário poderá faltar ao serviço até oito dias consecutivos por motivo de:

I — casamento;

II — falecimento de cônjuge, pais, filhos ou irmãos.

Art. 154. Ao licenciado para tratamento de saúde será concedido transporte por conta do Estado, inclusive para pessoa da família, fora da sede do serviço e por exigência do laudo médico.

Art. 155. Será concedido transporte à família do funcionário falecido no desempenho do serviço fora da sede de seus trabalhos.

Parágrafo único. A concessão será feita também à família do funcionário falecido no estrangeiro.

Art. 156. A família do funcionário falecido, ainda que ao tempo da sua morte estivesse ele em disponibilidade ou aposentado, será concedido o auxílio-funeral correspondente a um mês de vencimento, remuneração ou provento.

§ 1.º Em caso de acumulação, o auxílio-funeral será pago somente em razão do cargo de maior vencimento do servidor falecido.

§ 2.º A despesa correrá pela dotação própria do cargo, não podendo, por esse motivo, o nomeado para pre-

enchê-lo entrar em exercício antes de decorridos trinta dias do falecimento do antecessor.

§ 3.º Quando não houver pessoa da família do funcionário no local do falecimento, o auxílio-funeral será pago a quem promover o enterro, mediante prova das despesas.

§ 4.º O pagamento de auxílio-funeral obedecerá a processo sumário, concluído no prazo de 48 horas da apresentação do atestado de óbito, incorrendo em pena de suspensão o responsável pelo retardamento.

Art. 157. O vencimento, a remuneração e o provento não sofrerão descontos além dos previstos em lei.

Art. 158. Ao estudante que necessite mudar de domicílio para exercer cargo ou função pública, será assegurada transferência do estabelecimento de ensino que estiver cursando para o da nova residência, onde será matriculado em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. Ao funcionário estudante será permitido faltar ao serviço, sem prejuízo dos vencimentos ou outras vantagens nos dias de prova ou de exame.

Art. 159. O funcionário terá preferência, para sua moradia, na locação de imóvel pertencente à União.

CAPÍTULO VII

DA ASSISTÊNCIA

Art. 160. A União prestará assistência ao funcionário e à sua família.

Art. 161. O plano de assistência compreenderá:

I — assistência médica, dentária e hospitalar, sanatório e creches;

II — previdência, seguro e assistência judiciária;

III — financiamento para aquisição de imóvel destinado à residência;

IV — cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional;

V — centros de aperfeiçoamento moral e intelectual dos funcionários e famílias, fora das horas de trabalho.

Art. 162. Serão reservados, com rigorosa preferência, aos servidores públicos e suas famílias os serviços das organizações assistenciais que lhes forem destinados.

Art. 163. Leis especiais estabelecerão os planos, bem como as condi-

ções de organização e funcionamento dos serviços assistenciais referidos neste capítulo.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO DE PETIÇÃO

Art. 164. É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou representar.

Art. 165. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 166. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de cinco dias e decididos dentro de trinta, improrrogáveis.

Art. 167. Caberá recurso:

I — do indeferimento do pedido de reconsideração;

II — das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1.º O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2.º No encaminhamento do recurso observar-se-á o disposto na parte final do art. 165.

Art. 168. O pedido de reconsideração e o recurso não têm efeito suspensivo; o que fôr provido retroagirá, nos efeitos, à data do ato impugnado.

Art. 169. O direito de pleitear na esfera administrativa prescreverá:

I — em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II — em 120 dias, nos demais casos.

Art. 170. O prazo de prescrição contar-se-á da data da publicação oficial do ato impugnado ou, quando este fôr de natureza reservada, da data da ciência do interessado.

Art. 171. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição até duas vezes.

Art. 172. O funcionário que se dirigir ao Poder Judiciário ficará obrigado a comunicar essa iniciativa a seu chefe imediato para que este providencie a remessa do processo, se houver, ao juiz competente, como peça instrutiva da ação judicial.

Art. 173. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste capítulo.

CAPÍTULO IX

DA DISPONIBILIDADE

Art. 174. Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração até seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimento compatíveis com o que ocupava.

Parágrafo único. Restabelecido o cargo, ainda que modificada sua denominação, será obrigatoriamente aproveitado nele o funcionário pôsto em disponibilidade quando da sua extinção.

Art. 175. O funcionário em disponibilidade poderá ser aposentado.

CAPÍTULO X

DA APOSENTADORIA

Art. 176. O funcionário será aposentado:

I — compulsoriamente, aos 70 anos de idade;

II — a pedido, quando contar 35 anos de serviço;

III — por invalidez.

§ 1.º A aposentadoria por invalidez será sempre precedida de licença por período não excedente de 24 meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.

§ 2.º Será aposentado o funcionário que depois de 24 meses de licença para tratamento de saúde fôr considerado inválido para o serviço público.

Art. 177. A redução do limite de idade para aposentadoria compulsória será regulada em lei especial, atendida a natureza de cada serviço.

Art. 178. O funcionário será aposentado com vencimento ou remuneração integral:

I — quando contar trinta anos de serviços ou menos, em casos que a

lei determinar, atenta a natureza do serviço;

II — quando invalidado em consequência de acidente no exercício de suas atribuições, ou em virtude de doença profissional;

III — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave e outras moléstias que a lei indicar, na base de conclusões da medicina especializada.

§ 1.º Acidente é o evento danoso que tiver como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2.º Equipara-se a acidente a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário no exercício de suas atribuições.

§ 3.º A prova do acidente será feita em processo especial, no prazo de oito dias, prorrogável, quando as circunstâncias o exigirem, sob pena de suspensão.

§ 4.º Entende-se por doença profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nêles ocorridos, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.

§ 5.º Ao funcionário interino aplicar-se-á o disposto neste artigo quando invalidado, nos termos dos itens II e III.

Art. 179. O funcionário com 40 ou mais anos de serviço que, no último decênio da carreira, tenha exercido de maneira relevante, oficialmente consignada, cargo isolado, interinamente, como substituto, durante um ano ou mais, sem interrupção, poderá aposentar-se com os vencimentos desse cargo, com as alterações, proventos e vantagens pertinentes ao mesmo cargo, na data da aposentadoria.

Art. 180. O funcionário que contar mais de 35 anos de serviço público será aposentado:

a) com as vantagens da comissão ou função gratificada em cujo exercício se achar, desde que o exercício abranja, sem interrupção, os cinco anos anteriores;

b) com idênticas vantagens, desde que o exercício do cargo em comissão ou da função gratificada tenha compreendido um período de dez anos, consecutivos ou não, mesmo que, ao aposentar-se, o funcionário já esteja fora daquele exercício.

§ 1.º No caso da letra b deste artigo, quando mais de um cargo ou função tenha sido exercido, serão atribuídas

as vantagens do maior padrão, desde que lhe corresponda um exercício mínimo de dois anos; fora dessa hipótese, atribuir-se-ão as vantagens do cargo ou função de remuneração imediatamente inferior.

§ 2.º A aplicação do regime estabelecido neste artigo exclui as vantagens instituídas no artigo 184, salvo o direito de opção.

Art. 181. Fora dos casos do artigo 178, o provento será proporcional ao tempo de serviço, na razão de um trinta avos por ano.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto nos artigos 179, 180 e 184, o provento da aposentadoria não será superior ao vencimento ou remuneração da atividade nem inferior a um terço.

Art. 182. O provento da inatividade será revisto:

a) sempre que houver modificação geral de vencimentos ou remuneração, não podendo sua elevação ser inferior a dois terços do aumento concedido ao funcionário em atividade;

b) quando o funcionário inativo for acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia, positivada em inspeção médica, passará a ter como provento o vencimento ou a remuneração que percebia na atividade.

Art. 183. O funcionário aposentado que vier a exercer cargo público em comissão, que não seja de direção, terá, ao retornar à inatividade, proventos iguais ao vencimento do cargo em comissão, desde que o tenha exercido por mais de 10 anos e já conte, antes, mais de 35 de serviço público.

Art. 184. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado:

I — com provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior;

II — com provento aumentado de 20% quando ocupante da última classe da respectiva carreira;

III — com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado se tiver permanecido no mesmo durante três anos.

Art. 185. O provento da aposentadoria do funcionário da carreira de diplomata e de ocupante de cargo

isolado de provimento efetivo no exterior, será calculado sobre a remuneração que perceber no Brasil.

Art. 186. A aposentadoria dependente de inspeção médica só será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário.

Art. 187. É automática a aposentadoria compulsória.

Parágrafo único. O retardamento do decreto que declarar a aposentadoria não impedirá que o funcionário se afaste do exercício no dia imediato ao em que atingir a idade limite.

TÍTULO IV

Do Regime Disciplinar

CAPÍTULO I

DA ACUMULAÇÃO

Art. 188. É vedada a acumulação de quaisquer cargos.

Parágrafo único. Será permitida a acumulação:

- I — De cargo de magistério, secundário ou superior, com o de Juiz;
- II — De dois cargos de magistério ou de um destes com outro técnico ou científico, contanto que em qualquer dos casos haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Art. 189. A proibição do artigo anterior estende-se à acumulação de cargos da União com os dos Estados, Distrito Federal, Município, Entidades Autárquicas e Sociedades de Economia Mista.

Art. 190. O funcionário não poderá exercer mais de uma função gratificada nem participar de mais de um órgão de deliberação coletiva.

Art. 191. Salvo o caso de aposentadoria por invalidez, é permitido ao funcionário aposentado exercer cargo em comissão e participar de órgão de deliberação coletiva, desde que seja julgado apto em inspeção de saúde que precederá sua posse e respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 192. Não se compreendem na proibição de acumular, nem estão sujeitas a quaisquer limites:

- a) a percepção conjunta de pensões civis ou militares;
- b) a percepção de pensões com vencimento, remuneração ou salário;

c) a percepção de pensões com provimento de disponibilidade, aposentadoria ou reforma;

d) a percepção de proventos quando resultantes de cargos legalmente acumuláveis.

Art. 193. Verificada em processo administrativo acumulação proibida, e provada a boa-fé, o funcionário optará por um dos cargos.

Parágrafo único. Provada a má-fé, perderá também o cargo que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Art. 194. São deveres do funcionário:

- I — assiduidade;
- II — pontualidade;
- III — discrição;
- IV — urbanidade;
- V — lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir;
- VI — observância das normas legais e regulamentares;
- VII — obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- VIII — levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo;
- IX — zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado;
- X — providenciar para que esteja sempre em ordem no assentamento individual a sua declaração de família;
- XI — atender prontamente:
 - a) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;
 - b) à expedição das certidões requeridas para a defesa de direito.

CAPÍTULO III

DAS PROIBIÇÕES

Art. 195. Ao funcionário é proibido:

- I — referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto

de vista doutrinário ou da organização do serviço;

II — retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III — promover manifestações de aprêço ou desaprêço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição;

IV — valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função;

V — coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária;

VI — participar da gerência ou administração de empresa industrial ou comercial, salvo quando se tratar de cargo público de magistério ... (VETARGO) ...

VII — exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comendatário;

VIII — praticar a usura em qualquer de suas formas;

IX — pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parente até segundo grau;

X — receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão das atribuições;

XI — cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE

Art. 196. Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário responde civil, penal e administrativamente.

Art. 197. A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposo, que importe em prejuízo da Fazenda Nacional, ou de terceiros.

§ 1.º A indenização de prejuízo causado à Fazenda Nacional, no que exceder as forças da fiança, poderá ser liquidada mediante o desconto em prestações mensais não excedentes da décima parte do vencimento ou remuneração, à mingua de outros bens que respondam pela indenização.

§ 2.º Tratando-se de dano causado a terceiro, responderá o funcionário

perante a Fazenda Nacional, em ação regressiva, proposta depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Art. 198. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputados ao funcionário nessa qualidade.

Art. 199. A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados no desempenho do cargo ou função.

Art. 200. As cominações civis, penais e disciplinares poderão cumular-se, sendo umas e outras independentes entre si, bem assim as instâncias civil, penal e administrativa.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 201. São penas disciplinares:

I — repreensão;

II — multa;

III — suspensão;

IV — destituição de função;

V — demissão;

VI — cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 202. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

Art. 203. Será punido o funcionário que sem justa causa deixar de submeter-se a inspeção médica determinada por autoridade competente.

Art. 204. A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de desobediência ou falta de cumprimento dos deveres.

Art. 205. A pena de suspensão, que não excederá de 90 dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

Parágrafo único. Quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, obrigado, neste caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Art. 206. A destituição de função terá por fundamento a falta de execução no cumprimento do dever.

Art. 207. A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I — crime contra a administração pública;

II — abandono do cargo;

III — incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual;

IV — insubordinação grave em serviço;

V — ofensa física em serviço contra funcionário, ou particular, salvo em legítima defesa;

VI — aplicação irregular dos dinheiros públicos;

VII — revelação de segredo que o funcionário conheça em razão do cargo;

VIII — lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

IX — corrupção passiva nos termos da lei penal;

X — transgressão de qualquer dos itens IV a XI do art. 195.

§ 1.º Considera-se abandono do cargo a ausência do serviço, sem justa causa, por mais de 30 dias consecutivos.

§ 2.º Será ainda demitido o funcionário que, durante o período de 12 meses, faltar ao serviço 60 dias interpoladamente, sem causa justificada.

Art. 208. O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade.

Art. 209. Atenta a gravidade da falta, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público", a qual constará sempre dos atos de demissão fundada nos itens I, VI, VII, VIII e IX do art. 207.

Art. 210. Para imposição de pena disciplinar são competentes:

I — o Presidente da República, nos casos de demissão, de cassação de aposentadoria e disponibilidade.

II — o Ministro de Estado ou autoridade diretamente subordinada ao Presidente da República, no caso de suspensão por mais de 30 dias;

III — o chefe de repartição e outras autoridades, na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de repreensão ou suspensão até 30 dias.

Parágrafo único. A pena de destituição de função caberá à autoridade que houver feito a designação do funcionário.

Art. 211. Além da pena judicial que couber, serão considerados como de suspensão os dias em que o funcionário deixar de atender às convocações do júri sem motivo justificado.

Art. 212. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I — praticou falta grave no exercício do cargo ou função;

II — aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III — aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República;

IV — praticou usura em qualquer de suas formas.

Parágrafo único. Será igualmente cassada a disponibilidade ao funcionário que não assumir no prazo legal o exercício do cargo ou função em que for aproveitado.

Art. 213. Prescreverá:

I — em dois anos a falta sujeita às penas de repreensão, multa ou suspensão;

II — em quatro anos a falta sujeita:

a) a pena de demissão, no caso do § 2.º do art. 207;

b) a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único. A falta também prevista na lei penal como crime prescreverá juntamente com este.

CAPÍTULO VI

DA PRISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 214. Cabe ao Ministro de Estado, ao Diretor Geral da Fazenda Nacional e, nos Estados, aos diretores de repartições federais ordenar, fundamentadamente e por escrito, a prisão administrativa do responsável por dinheiros e valores pertencentes à Fazenda Nacional ou que se acnarem sob a guarda desta, no caso de alcance ou omissão em efetuar as entradas nos devidos prazos.

§ 1.º A autoridade que ordenar a prisão comunicará imediatamente o fato à autoridade judiciária competente e providenciará no sentido de ser realizado, com urgência, o processo de tomada de contas.

§ 2.º A prisão administrativa não excederá de 90 dias.

CAPÍTULO VII

DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Art. 215. A suspensão preventiva até 30 dias será ordenada pelo diretor da repartição desde que o afastamento do funcionário seja necessário para que este não venha influir na apuração da falta cometida.

§ 1.º Caberá ao Ministro de Estado prorrogar até 90 dias o prazo da suspensão já ordenada, findo o qual cessarão os respectivos efeitos, ainda que o processo não esteja concluído.

§ 2.º Ao diretor do departamento ou órgão imediatamente subordinado ao Presidente da República caberá a competência atribuída no parágrafo anterior ao Ministro de Estado.

Art. 216. O funcionário terá direito:

I — à contagem do tempo de serviço relativo ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando do processo não houver resultado pena disciplinar ou esta se limitar a repreensão;

II — à contagem do período de afastamento que exceder do prazo da suspensão disciplinar aplicada;

III — à contagem do período de prisão administrativa ou suspensão preventiva e ao pagamento do vencimento ou remuneração e de todas as vantagens do exercício, desde que reconhecida a sua inocência.

TÍTULO V

Do Processo Administrativo e sua Revisão

CAPÍTULO I

DO PROCESSO

Art. 217. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover-lhe a apuração imediata em processo administrativo, assegurando-se ao acusado ampla defesa.

Parágrafo único. O processo precederá a aplicação das penas de suspensão por mais de 30 dias, destituição de função, demissão e cassação de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 218. São competentes para determinar a abertura do processo os

Ministros de Estado e os chefes de repartição ou serviços em geral.

Art. 219. Promoverá o processo uma comissão designada pela autoridade que o houver determinado e composta de três funcionários ou extranumerários.

§ 1.º Ao designar a comissão, a autoridade indicará dentre seus membros o respectivo presidente.

§ 2.º O presidente da comissão designará o funcionário ou extranumerário que deva servir de secretário.

Art. 220. A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo aos trabalhos do inquérito, ficando seus membros, em tais casos, dispensados do serviço na repartição durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

Parágrafo único. O prazo para o inquérito será de sessenta dias, prorrogável por mais trinta, pela autoridade que tiver determinado a instauração do processo, nos casos de força maior.

Art. 221. A comissão procederá a todas as diligências convenientes, recorrendo, quando necessário, a técnicos ou peritos.

Art. 222. Ultimada a instrução, citar-se-á o indiciado para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa, sendo-lhe facultada vista do processo na repartição.

§ 1.º Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 dias.

§ 2.º Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital, com prazo de 15 dias.

§ 3.º O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas imprescindíveis.

Art. 223. Será designado *ex-officio*, sempre que possível, funcionário da mesma classe e categoria para defender o indiciado revel.

Art. 244. Concluída a defesa, a comissão remeterá o processo à autoridade competente, acompanhado de relatório, no qual concluirá pela inocência ou responsabilidade do acusado, indicando, se a hipótese for esta última, a disposição legal transgredida.

Art. 225. Recebido o processo, a autoridade julgadora proferirá decisão no prazo de 20 dias.

§ 1.º Não decidido o processo no prazo deste artigo, o indiciado reassumirá automaticamente o exercício do cargo ou função, aguardando aí o julgamento.

§ 2.º No caso de alcance ou malversação de dinheiros públicos, apurado em inquérito, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

Art. 226. Tratando-se de crime, a autoridade que determinar o processo administrativo providenciará a instauração de inquérito policial.

Art. 227. A autoridade a quem fôr remetido o processo proporá, a quem de direito, no prazo do art. 225, as sanções e providências que excederem de sua alçada.

Parágrafo único. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, caberá o julgamento à autoridade competente para imposição da pena mais grave.

Art. 228. Caracterizado o abandono do cargo ou função, e ainda no caso do § 2.º do art. 207, será o fato comunicado ao serviço do pessoal, que procederá na forma dos arts. 217 e seguintes.

Art. 229. Quando a infração estiver capitulada na lei penal, será remetido o processo à autoridade competente, ficando traslado na repartição.

Art. 230. Em qualquer fase do processo será permitida a intervenção de defensor constituído pelo indiciado.

Art. 231. O funcionário só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão do processo administrativo a que responder, desde que reconhecida sua inocência.

Art. 232. VETADO.

CAPÍTULO II

DA REVISÃO

Art. 233. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do requerente.

Parágrafo único. Tratando-se de funcionário falecido ou desaparecido, a revisão poderá ser requerida por qualquer das pessoas constantes do assentamento individual.

Art. 234. Correrá a revisão em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

Art. 235. O requerimento será dirigido ao Ministro de Estado que o encaminhará à repartição onde se originou o processo.

Parágrafo único. Recebido o requerimento, o chefe da repartição o distribuirá a uma comissão composta de três funcionários ou extranumerários sempre que possível de categoria igual ou superior à do requerente.

Art. 236. Na inicial o requerente pedirá dia e hora para inquirição das testemunhas que arrolar.

Parágrafo único. Será considerada informante a testemunha que, residindo fora da sede onde funcionar a comissão, prestar depoimento por escrito.

Art. 237. Concluído o encargo da comissão, em prazo não excedente de 60 dias, será o processo, com o respectivo relatório, encaminhado ao Ministro, que o julgará.

§ 1.º Caberá, entretanto, ao Presidente da República o julgamento, quando do processo revisto houver resultado pena de demissão ou cassação de aposentadoria e disponibilidade.

§ 2.º O prazo para julgamento será de 30 dias, podendo, antes, a autoridade determinar diligências, concluídas as quais se renovará o prazo.

Art. 238. Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

Art. 239. Ao diretor de departamento ou órgão imediatamente subordinado ao Presidente da República caberá a competência atribuída neste capítulo ao Ministro de Estado.

TÍTULO VI

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 240. O dia 28 de outubro será consagrado ao Servidor Público.

Art. 241. Consideram-se da família do funcionário, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam a suas expensas e constem de seu assentamento individual.

Art. 242. É assegurada pensão, na base do vencimento ou remuneração do servidor, à família do mesmo quando o falecimento se verificar em consequência de acidente no desempenho de suas funções.

Art. 243. Contar-se-ão por dias corridos os prazos previstos neste estatuto.

Parágrafo único. Não se computará no prazo o dia inicial, prorrogando-se o vencimento que incidir em domingo ou feriado, para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 244. Poderá ser estabelecido o regime do tempo integral para os cargos ou funções indicados em lei.

Art. 245. É vedado ao funcionário servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até o segundo grau, salvo em função de confiança ou livre escolha, não podendo exceder de dois o seu número.

Art. 246. Função de jornalista profissional não é incompatível com a do servidor público, desde que este não exerça essa atividade na repartição onde trabalha.

Art. 247. São isentos de selo os requerimentos, certidões e outros papéis que, na ordem administrativa, interessarem à qualidade do servidor público, ativo ou inativo.

Art. 248. Por motivo de convicção filosófica, religiosa ou política, nenhum servidor poderá ser privado de qualquer de seus direitos nem sofrer alteração em sua atividade funcional.

Art. 249. É vedado exigir atestado de ideologia como condição para posse ou exercício de cargo ou função pública.

Parágrafo único. Será responsabilizada administrativa e criminalmente a autoridade que infringir o disposto neste artigo.

Art. 250. Nenhum funcionário poderá ser transferido ou removido *ex-officio* para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência no período de seis meses anterior e no de três meses posterior a eleições.

§ 1.º A proibição vigorará:

a) para todo o território nacional, tratando-se de eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para a respectiva circunscrição, tratando-se de eleições para cargos dos Territórios, Estados e Municípios.

§ 2.º É vedada a remoção ou transferência *ex-officio* do servidor investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

§ 3.º Tratando-se de promoção que imponha em exercício fora da sede de sua residência, é livre ao funcionário permanecer na repartição onde estiver lotado, durante os prazos estabelecidos neste artigo.

§ 4.º Será responsabilizada a autoridade que infringir o disposto neste artigo.

Art. 251. O funcionário candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenhe sua função, desde que exerça encargo de chefia, direção, fiscalização ou arrecadação, será afastado, sem vencimentos, a partir da data em que for feita sua inscrição perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao pleito.

Art. 252. O regime jurídico desse estatuto é extensivo:

I — aos extranumerários amparados pelo art. 23 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição;

II — Aos demais extranumerários, aos servidores das autarquias e aos serventuários da Justiça, no que couber.

Art. 253. Aos membros do Magistério, do Ministério Público e da carreira de diplomata, regidos por leis especiais, serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições desse estatuto.

Art. 254. Vetado.

Art. 255. As vagas dos cargos de classe inicial das carreiras consideradas principais, nos casos de nomeação, serão providas da seguinte forma:

I — metade por ocupantes das classes finais das carreiras auxiliares, e metade por candidatos habilitados em concurso;

II — o acesso obedecerá ao critério de merecimento absoluto, aburrido na forma da legislação vigente.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 256. O Poder Executivo, dentro do prazo de 12 meses, promoverá

as medidas para a execução do plano de assistência referido no art. 161 desta lei, incluindo o limite mínimo de 45% do vencimento, remuneração ou provento do funcionário, como base da pensão à sua família.

Art. 257. As atuais funções dos extranumerários amparados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passarão, como cargos, a integrar quadros especiais extintos, suprimindo-se as funções correspondentes.

§ 1.º Para os fins deste artigo, o Poder Executivo apresentará dentro de 120 dias a relação do pessoal amparado, respeitando a estrutura que anteriormente tinham nas séries funcionais, para respectiva aprovação por lei.

§ 2.º Os demais extranumerários serão mantidos na situação atual, devendo, porém, o Executivo apresentar no prazo de doze meses nova codificação, regulando as relações entre extranumerários e o Estado.

Art. 258. É assegurada a transferência dos quadros especiais extintos para os quadros permanentes ou partes permanentes de qualquer Ministério, respeitadas as condições de habilitação.

Art. 259. O Presidente da República designará uma comissão de técnicos para organizar um plano de classificação dos cargos do Serviço Público Federal, com base nos deveres, atribuições e responsabilidades funcionais, respeitados, quanto possível, os seguintes princípios:

a) aos cargos isolados de funções e responsabilidades iguais, na mesma localidade, caberá igual vencimento ou remuneração;

b) as carreiras para o ingresso nas quais seja exigido o diploma de curso superior, ou a defesa de tese, terão os mesmos níveis de vencimento ou remuneração;

c) igual vencimento ou remuneração terão os cargos isolados ou de carreira, científicos ou técnicos-científicos.

Parágrafo único. O plano a que se refere este artigo será apresentado ao Congresso Nacional dentro do prazo de dois anos contados da publicação desta lei.

Art. 260. Será considerado como de exercício em cargo de provimento em comissão, para os efeitos do art. 180 o tempo de serviço prestado na qualidade de ocupante de função gratificada que, em cargo daquela natureza, haja sido transformada pela Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 261. São considerados estáveis os servidores da União que, integrando as Forças Armadas, durante o último conflito mundial, participaram de operações ativas de guerra ou de atividades de comboio e patrulhamento.

Art. 262. Vetado.

Art. 263. Os candidatos a concursos para cargo público que, incorporados à Força Expedicionária Brasileira, atuaram na Itália, ou que serviram em patrulhamento e comboios de guerra, terão preferência para a nomeação, em igualdade de condições.

Art. 264. São equiparados aos extranumerários da União os servidores desta em regime de "acôrdo" com os Estados.

Art. 265. Para efeito do disposto no art. 7.º do Decreto-lei n. 7.037, de 10 de novembro de 1944, são considerados jornalistas os redatores do serviço público federal, como os da Agência Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica aos profissionais devidamente registrados no Serviço de Identificação Profissional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e aos portadores de diplomas expedidos pelo Curso de Jornalismo das Faculdades de Filosofia, oficiais ou reconhecidas, desde que estejam sindicalizados, pelo menos, até dois anos antes da vigência desta lei.

Art. 266. Os funcionários não diplomados, que permanecerem ocupando cargos de carreira técnica para os quais se exigem diplomas, apesar das leis de regulamentação profissional, em virtude de atos do Governo que os ampararam e que, com exercício por mais de vinte anos, tenham demonstrado aptidão para os mesmos cargos e dedicação ao serviço público, sem notas que os desabonem, continuarão nas carreiras em que se acham, com direito a promoção e aposentadoria, nos termos da legislação vigente.

Art. 267. Ressalvado o disposto no artigo anterior, o funcionário que não possuir diploma exigido em lei para o exercício da profissão própria da carreira será transferido para cargo da mesma classe de outra carreira, para cujo exercício não se exija diploma.

Art. 268. Será computado, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado pelo servidor em qualquer repartição pública, seja qual for a natureza da verba ou a forma de pagamento até a data da promulgação desta lei.

Art. 269. O período de dois anos de provimento interino, estabelecido no art. 12, § 1.º, contar-se-á da data em que esta lei entrar em vigor.

Art. 270. Vetado.

Art. 271. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 272. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima
Cyrol Espirito Santo Cardoso
João Neves da Fontoura
Horácio Lafer
Alvaro de Souza Lima
João Cleofas
E. Simões Filho
Segadas Viana
Nero Moura

LEI N.º 1.712 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São autorizados, a título excepcional, a liquidação e o pagamento, inclusive o registro pelo Tribunal de Contas, das seguintes despesas realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde, com a execução de obras naquela Secretaria de Estado:

- a) — Cr\$ 71.742,00 — (setenta e um mil, setecentos e quarenta e dois cruzeiros) — à Construtora F. Pereira Ltda., provenientes de reparos e adaptações no Pavilhão de Administração e Lavandaria do núcleo Franco da Rocha, na Colônia Juliano Moreira;
- b) — Cr\$ 88.000,00 — (oitenta e oito mil cruzeiros) — a A. Pereira Gonçalves provenientes de obras complementares de ligações de luz e força no Pavilhão do Necrotério da Colônia Juliano Moreira;
- c) — Cr\$ 589.522,00 — (quinhentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois cruzeiros) — à Construtora J. Patrício Ltda., provenientes de obras de construção de um pavilhão de Hidrobiologia, no Instituto Osvaldo Cruz;
- d) — Cr\$ 14.789,00 — (catorze mil setecentos e oitenta e nove cruzeiros) — à Construtora J. Patrício Ltda., provenientes de reparos na sede do Serviço Nacional da Lepra.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

LEI N.º 1.713 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 429.200,80, para pagamento de gratificações de magistério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 429.200,80 — (quatrocentos e vinte e nove mil, duzentos cruzeiros e oitenta centavos) — para pagamentos de gratificações de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mencionado Ministério:

	Cr\$
1 — Olímpia de Assunção Batista — padrão "J" — da Escola Técnica Nacional — (Período de 17 de agosto de 1948 a 28 de janeiro de 1949)	1.831,50
2 — Antônio Alves de Noronha — catedrático — padrão "O" — da Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil — (período de 15 de julho a 31 de dezembro de 1949)	2.774,00
3 — Heitor Bonifácio Calmon de Cergueira Lima — padrão "K" — da Escola Técnica Nacional — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948) ..	2.850,00
4 — Luís Quirino da Rocha Magalhães Gomes — padrão "K" — da Escola Técnica Nacional — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948)	2.850,00
5 — Teodorino Rodrigues Pereira — padrão "K" — da Escola Técnica Nacional — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948)	2.850,00
6 — Angelo Guenes Wanderley — padrão "K" — do Instituto Nacional de Surdos-Mudos — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948)	1.250,00
7 — Araceli Andrade Melo — padrão "J" — da Escola Industrial de Aracajú — (período de 17 de outubro de 1949 a 31 de dezembro de 1950)	9.993,90
8 — Julieta de Pessoa Alencastro Veiga — padrão "K" — da Escola Técnica de Goiânia — (período de 9 de abril a 31 de dezembro de 1949)	7.423,30
9 — Airdes da Silva — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
10 — Angelo Iumati — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
11 — Artur Nilo Bispo — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
12 — Fernando de Oliveira Cruz — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
13 — Luís da França Capiberibe dos Santos — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949) ...	1.530,00
14 — Assuero Alceu de Carvalho — padrão "K" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.250,00
15 — Gustavo Dionísio da Silva — padrão "J" — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00

16 — Maria do Carmo Sete — padrão “K” — da Escola Técnica do Recife — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	9.690,00
17 — Francisco de Sousa — padrão “J” — da Escola Industrial de Fortaleza — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
18 — Jorge Raupp — padrão “J” — da Escola Industrial de Fortaleza — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
19 — José de Andrade — padrão “J” — da Escola Industrial de Aracaju — (período de 9 de abril a 31 de dezembro de 1949)	6.060,00
20 — Maria Pereira Custódio da Cunha — padrão “J” — da Escola Industrial de Fortaleza — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
21 — José Lopes Rodrigues — (padrão “K” — da Escola Técnica de Goiânia — (período de 23 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	12.835,00
22 — Alda de Matos Bueno da Silva — padrão “K” — da Escola Técnica de São Paulo — (período de 9 de abril a 31 de dezembro de 1949)	7.423,30
23 — Gaudêncio Perciliano Pessoa — padrão “J” — da Escola Industrial de João Pessoa — (período de 9 de julho a 31 de dezembro de 1949)	8.842,60
24 — Olívia do Vale Veloso — padrão “J” — da Escola Industrial de João Pessoa — (período de 1.º de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	63.380,00
25 — Josué Simplicio de Almeida — padrão “J” — da Escola Industrial de João Pessoa — (período de 1.º de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	63.380,00
26 — Eleonora Mota Lima de Faria — padrão “J” — da Escola Industrial de Aracaju — (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	23.254,00
27 — Eugênia Catulina da Silva — padrão “J” — da Escola Industrial de Florianópolis — (período de 19 de agosto de 1949 a 31 de dezembro de 1949)	6.805,80
28 — Gabriel José Rodrigues de Rezende Filho — catedrático — padrão “O” — da Faculdade de Direito de São Paulo — (período de 12 de julho a 31 de dezembro de 1949)	8.467,70
29 — Argemiro Freire Gameiro — padrão “J” — da Escola Industrial de Fortaleza — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948)	450,00
30 — Maria de Lara Pinto — padrão “J” — da Escola Industrial de Cuiabá — (período de 5 a 31 de dezembro de 1949)	601,00
31 — João Pinheiro dos Prazeres — padrão “J” — da Escola Industrial de Belém — (período de 19 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	25.170,00
32 — Adolfo Pompeu de Arruda — padrão “J” — da Escola Industrial de Fortaleza — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
33 — João de Lamare São Paulo — padrão “L” — do Colégio Pedro II — Externato — (período de 1.º de agosto a 31 de dezembro de 1948)	3.600,00
34 — Euridice Martins da Silva — padrão “J” — da Escola Industrial de Maceió — (período de 28 de setembro de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	10.419,00
35 — Mário Mondini Guimarães Beleti — padrão “J” — do Colégio Pedro II — Externato — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00
36 — Ambrósio Manoel Tórres — padrão “J” — da Escola Técnica Nacional — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	5.780,00

37 — Floriano de Araújo Góis — padrão "K", da Escola Técnico Nacional (período de 1.º de agosto a 27 de setembro de 1948)	403,00
38 — Maria Luígia Pascoalino Búfalo — padrão "J" — da Escola Técnica de Belo Horizonte — (período de de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1949)	2.880,00
39 — Sabino Costa — Padrão "J" — da Escola Técnica de Manaus — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	1.530,00
40 — Pojucan Rafael de Sousa — padrão "K" — da Escola Técnica de Manaus — (período de 1.º de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1949)	4.230,00
41 — Alfrío Huguenei de Matos — catedrático — padrão "O", da Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil — (período de 9 de agosto de 1944 a 31 de dezembro de 1949)	85.393,50
42 — Salatiel Tórres — catedrático — padrão "O" — da Escola Nacional de Minas e Metalurgia, da Universidade do Brasil — (período de 26 a 31 de dezembro de 1949)	145,20
Total	429.200,80

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

LEI N.º 1.714 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente a cota que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20 — (treze milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e cinco cruzeiros e vinte centavos) — para atender às despesas, abaixo discriminadas, pelo fornecimento de carvão "lavador", de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional, nos termos do Decreto número 29.084, de 4 de janeiro de 1951:

	Cr\$
Sociedade Carbonífera Creschuma Ltda.	96.817,24
Sociedade Carbonífera Próspera S. A.	761.346,80
Sociedade Carbonífera Boa Vista Ltda.	576.371,92
Companhia Carbonífera São Marcos S. A.	692.583,60
Cia. Nacional de Mineração de Carvão Barro Branco ...	4.642.153,30
Carbonífera União Limitada	655.872,10
Cia. Brasileira Carbonífera de Araranguá	1.866.623,26
Cia. Carbonífera de Urussanga	392.005,88

Cia. Carbonífera Catarinense	1.234.643,80
Carbonífera de Luca	97.526,80
Cia. Carbonífera Metropolitana	2.201.531,94
Sociedade Carbonífera Rio Maina Ltda.	194.321,94
Carbonífera Socal Limitada	98.692,50
Sociedade Carbonífera Monte Negro Limitada	96.615,76
Sociedade Carbonífera Brasil Ltda.	192.693,36
Total	13.799.805,20

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.715 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1952

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para regularização de despesa efetuada em favor da Casa da Moeda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00 — (oito milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros) — para regularização de despesa efetuada, no exercício de 1951, em favor da Casa da Moeda, com a aquisição de trezentas toneladas de cobre e oitenta toneladas de alumínio, destinadas à produção de moedas divisionárias.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.716 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1952

Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto n.º 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

O Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 70, § 4.º da Constituição Federal, e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido à Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas o prazo de 15 (quinze) anos para con-

tinuar no gozo dos favores que lhe foram concedidos com base nos artigos 6.º 7.º e 8.º do Decreto n.º 12.944, de 30 de março de 1918, e do Decreto n.º 4.246, de 6 de janeiro de 1921, mediante as condições estabelecidas no Decreto n.º 16.776, de 16 de janeiro de 1925.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de outubro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

LEI N.º 1.717 — DE 30 DE OUTUBRO
DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender às despesas dessa Casa do Congresso na 35.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros), para atender às despesas da representação dessa Casa do Congresso na 35.ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

Art. 2.º O crédito de que trata a presente Lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de outubro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

LEI N.º 1.718 — DE 31 DE OUTUBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.361.531,20, para atender a despesas com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.361.531,20 (sete milhões, trezentos e sessenta e um

mil e quinhentos e trinta e um cruzeiros e vinte centavos), para atender a despesas com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, decorrentes da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e relativas ao exercício desse ano.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1952, 131.º da Independência e 61.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.719 — DE 1 DE NOVEMBRO
DE 1952

Amplia o prazo de execução da Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura de café.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É ampliado até 31 de outubro de 1954, compreendida a safra 1953-1954, o período em que, nos termos da Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, é o Poder Executivo autorizado a contratar com o Banco do Brasil S. A., pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, a realização do financiamento das lavouras de café, cujo custeio, em virtude da redução da respectiva produtividade ocasionada pela ocorrência de nova estiagem, verificada no corrente ano, não se enquadre nas disposições da mencionada Carteira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 61.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

João Cleofas

LEI N.º 1.720 — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1952

Exclui da classificação declarada no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É excluído da classificação declarada no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Negrão de
Lima
Renato de Almeida
Guillobel
Cyro Espirito Santo
Cardoso
Nero Moura

LEI N.º 1.720-A — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1952

Dispõe sobre a contagem de pelos servidores do Conselho Técnico de serviço prestado à União no de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Na alínea I do artigo 3.º da Lei n.º 525-A, de 7 de dezembro de 1948, está compreendido o tempo de serviço prestado pelos servidores da União na Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, criada pelo Decreto número 20.631, de 9 de novembro de 1931, e no Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda, instituído pelo Decreto-lei n.º 14, de 25 de novembro de 1937.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de novembro de 1952. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.720-B — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1952

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — O art. 609 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal — passa a ter a seguinte redação:

“Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, Câmaras ou Turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária.

Parágrafo único — Quando não fôr unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser apostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do artigo 613. Se o desacordo fôr parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.”

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de novembro de 1952. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.720-C — DE 3 DE NOVEMBRO
DE 1952

Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º da Lei n.º 1.230-A, de 20 de novembro de 1950.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica revigorado por mais quatro meses, a partir da publicação

desta Lei, o prazo a que se refere o artigo 4.º, da Lei n.º 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

Parágrafo único. As instituições de previdência social, pelos respectivos serviços de arrecadação ou similares, e mediante editais e memorandos ou cartas registradas, notificarão os seus contribuintes e devedores em atraso

das facilidades que lhes concede a presente Lei.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de novembro de 1952, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEI N.º 1.721 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre as carreiras de continuo e servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As carreiras de Servente e Continuo do Serviço Público Federal ficam fundidas em uma só, sob a denominação de Auxiliar de Portaria, e de acordo com as Tabelas anexas.

Art. 2.º A despesa com a execução desta lei será custeada com os recursos da conta corrente dos Quadros a que pertencer cada carreira, dentro de cada Ministério.

Art. 3.º Os serventes amparados pelo Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, terão preferência nas promoções, à classe "F" da nova carreira de Auxiliar de Portaria.

Art. 4.º Os decretos dos funcionários, cujos cargos são alterados pela presente lei, serão apostilados no Ministério respectivo, pelo Diretor do órgão central de pessoal.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel.

Cyro Espirito Santo Cardoso

João Neves da Fontoura

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

Tabelas a que se refere o art. 1.º desta lei

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO ESPECIAL

ANOS DO PODER LEGISLATIVO

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
3	Continuo	G	—	—	Q.E.	1	Aux. port.	J	—	1	Q.E.
11	Continuo	F	—	—	Q.E.	3	Aux. port.	I	—	3	Q.E.
15	Servente	E	—	—	Q.E.	10	Aux. port.	H	—	10	Q.E.
54	Servente	D	—	—	Q.E.	25	Aux. port.	G	—	22	Q.E.
141	Servente	C	—	—	Q.E.	40	Aux. port.	F	—	29	Q.E.
11	Servente	B	—	—	Q.E.	66	Aux. port.	E	—	51	Q.E.
235						90	Aux. port.	D	—	36	Q.E.
						235					

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
21	Contínuo	G	—	—	Q.S.	10	Aux. port.	J	—	10	Q.S.
11	Contínuo	F	—	—	Q.S.	15	Aux. port.	I	—	15	Q.S.
107	Servente	E	—	—	Q.S.	20	Aux. port.	H	—	20	Q.S.
168	Servente	D	—	—	Q.S.	40	Aux. port.	G	—	19	Q.S.
190	Servente	C	—	—	Q.S.	62	Aux. port.	F	—	51	Q.S.
	Servente	B	—	—		160	Aux. port.	E	—	53	Q.S.
						190	Aux. port.	D	—	22	Q.S.

MINISTERIO DA AERONAUTICA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
—	Contínuo	G	—	—	Q.S.	1	Aux. port.	J	—	1	Q.S.
—	Contínuo	F	—	—		2	Aux. port.	I	—	2	Q.S.
6	Servente	E	—	—		3	Aux. port.	H	—	3	Q.S.
9	Servente	D	—	—		4	Aux. port.	G	—	4	Q.S.
—	Servente	C	—	—		5	Aux. port.	F	—	5	Q.S.
—	Servente	B	—	—		—	Aux. port.	E	—		
—						—	Aux. port.	D	—		
15						15					

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro
13	Continuo	G	—	—	Q.S.	15	Aux. Port.	J	—	15	Q.S.
27	Continuo	F	—	—	Q.S.	20	Aux. Port.	I	—	20	Q.S.
43	Continuo	E	—	—	Q.S.	25	Aux. Port.	H	—	25	Q.S.
55	Continuo	D	—	—	Q.S.	30	Aux. Port.	G	—	17	Q.S.
—	Continuo	C	—	—		35	Aux. Port.	F	—	8	Q.S.
—	Continuo	B	—	—		13	Aux. Port.	E			
						—	Aux. Port.	D			

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
10	Continuo	G	—	—	Q.S.	10	Aux. Port.	J	—	10	Q.S.
15	Continuo	F	—	—	Q.S.	6	Aux. Port.	I	—	6	Q.S.
2	Servente	E	—	—	Q.S.	8	Aux. Port.	H	—	8	Q.S.
	Servente	D	—	—		3	Aux. Port.	G	—	—	Q.S.
	Servente	C	—	—			Aux. Port.	F	—		
	Servente	B	—	—			Aux. Port.	E	—		
							Aux. Port.	D	—		

MINISTERIO DA FAZENDA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro
22	Contínuo	I	—	—	Q.S.	22	Aux. Port.	J	—	22	Q.S.
13	Contínuo	H	—	—	Q.S.	32	Aux. Port.	I	—	32	Q.S.
54	Servente	G	—	—	Q.S.	40	Aux. Port.	H	—	27	Q.S.
58	Servente	F	—	—	Q.S.	60	Aux. Port.	G	—	6	Q.S.
104	Servente	E	—	—	Q.S.	68	Aux. Por.	F	—	10	Q.S.
89	Servente	D	—	—	Q.S.	71	Aux. Port.	E	—	—	Q.S.
65	Servente	C	—	—	Q.S.	112	Aux. Port.	D	—	23	Q.S.

OBSERVAÇÕES — Há fusão dos quadros providos que percebiam cotas, as quais eram nas diferentes carreiras em número de 67, observando-se sua distribuição da classe F a I.

Outrossim, são unidos os ocupantes do Quadro Suplementar, passando a um distintamente.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce- dentes	Vagos	Quadro
15	Contínuo	G	—	—	Q.S.	5	Aux. Port.	J	—	5	Q.S.
20	Contínuo	F	—	—	Q.S.	10	Aux. Port.	I	—	10	Q.S.
25	Servente	E	—	—	Q.S.	12	Aux. Port.	H	—	12	Q.S.
30	Servente	D	—	—	Q.S.	18	Aux. Port.	G	—	3	Q.S.
	Servente	C	—	—		22	Aux. Port.	F	—	2	Q.S.
	Servente	B	—	—		23	Aux. Port.	E	—		
							Aux. Port.	D	—		

MINISTÉRIO DA MARINHA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro
5	Continuo	G	—	—	Q.S.	2	Aux. Port.	J	—	2	Q.S.
4	Continuo	F	—	—	Q.S.	4	Aux. Port.	I	—	4	Q.S.
54	Servente	E	—	—	Q.S.	6	Aux. Port.	H	—	6	Q.S.
80	Servente	D	—	—	Q.S.	10	Aux. Port.	G	—	7	Q.S.
63	Servente	C	—	—	Q.S.	40	Aux. Port.	F	—	36	Q.S.
	Servente	B	—	—	Q.S.	64	Aux. Port.	E	—	—	
			—	—		80	Aux. Port.	D	—	—	

MINISTERIO DA JUSTIÇA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
1	Continuo	G	—	—	P.S.	1	Aux. Port.	J	—	1	P.S.
2	Continuo	F	—	—	P.S.	2	Aux. Port.	I	—	2	P.S.
8	Servente	E	—	—	P.S.	3	Aux. Port.	H	—	3	P.S.
11	Servente	D	—	—	P.S.	4	Aux. Port.	G	—	3	P.S.
	Servente	C	—	—		5	Aux. Port.	F	—	3	P.S.
	Servente	B	—	—		7	Aux. Port.	E	—		
							Aux. Port.	D	—		

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

QUADRO PARTE SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro
16	Contínuo	G	—	—	Q.S.	5	Aux. Port.	J	—	5	Q.S.
13	Contínuo	F	—	—	Q.S.	10	Aux. Port.	I	—	10	Q.S.
3	Servente	E	—	—	Q.S.	15	Aux. Port.	H	—	15	Q.S.
51	Servente	E	—	—	Q.S.	20	Aux. Port.	G	—	4	Q.S.
38	Servente	D	—	—	Q.S.	35	Aux. Port.	F	—	22	Q.S.
54	Servente	C	—	—	Q.S.	40	Aux. Port.	E	—	—	Q.S.
	Servente	B	—	—		50	Aux. Port.	D	—	12	Q.S.

ANOS DO PODER LEGISLATIVO

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO SUPLEMENTAR

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
35	Continuo	G	—	—	Q.S.	12	Aux. Port.	J	—	12	Q.S.
23	Continuo	F	—	—	Q.S.	19	Aux. Port.	I	—	19	Q.S.
84	Servente	E	—	—	Q.S.	28	Aux. Port.	H	—	28	Q.S.
141	Servente	D	—	—	Q.S.	37	Aux. Port.	G	—	2	Q.S.
154	Servente	C	—	—	Q.S.	51	Aux. Port.	F	—	28	Q.S.
	Servente	B	—	—	Q.S.	104	Aux. Port.	E	—	20	Q.S.
						186	Aux. Port.	D	—	45	Q.S.

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

QUADRO I — PARTE SUPLEMENTAR

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

67

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro
20	Continuo	G	—	—	Q.S.	13	Aux. Port.	J	—	13	Q.S.
30	Continuo	F	—	—	Q.S.	15	Aux. Port.	I	—	15	Q.S.
28	Continuo	E	—	—	Q.S.	20	Aux. Port.	H	—	15	Q.S.
	Continuo	D	—	—		25	Aux. Port.	G	—	5	Q.S.
	Continuo	C	—	—		5	Aux. Port.	F	—		
	Continuo	B					Aux. Port.	E	—		
							Aux. Port.	D	—		

MINISTERIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

QUADRO II — SUPLEMENTAR — ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

SITUAÇÃO ATUAL						SITUAÇÃO DECORRENTE DESTA LEI					
Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro	Número de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Exce-dentes	Vagos	Quadro
24	Contínuo	G	—	—	II	5	Aux. Port.	J	—	8	II
37	Contínuo	F	—	—	II	7	Aux. Port.	I	—	5	II
7	Contínuo	E	—	7	II	8	Aux. Port.	H	—	7	II
10	Contínuo	D	—	—	II	20	Aux. Port.	G	—	—	
	Contínuo	C	—	—		29	Aux. Port.	F	—	—	
	Contínuo	B	—	—		2	Aux. Port.	E	—	—	
							Aux. Port.	D	—	—	

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 1.722 — DE 6 DE NOVEMBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 489.440,00 para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional a desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 489.440,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) para pagamento de gratificação adicional a Salvador José da Silva e Djelma Mendonça, desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre, correspondente ao período de 21 de fevereiro de 1947 a 30 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 6 de novembro de 1952. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.723 — DE 8 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Modifica o artigo 461, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 461, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, — Consolidação das Leis do Trabalho — passa a ter a seguinte redação:

“Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual

salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

§ 1.º Trabalho de igual valor, para os fins deste capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos.

§ 2.º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira, hipótese em que as promoções deverão obedecer aos critérios de antiguidade e merecimento.

§ 3.º No caso do parágrafo anterior, as promoções deverão ser feitas alternadamente por merecimento e por antiguidade, dentro de cada categoria profissional.”

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

LEI N.º 1.724 — DE 8 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00 — (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) — para atender aos seguintes fins:

Cr\$

- a) pagamento da contribuição do Brasil, para a realização da V Conferência dos Estados da América Membros da Organização Internacional do Trabalho 969.650,00

b) custeio de todas as demais despesas, efetuadas no Brasil, com a realização da mencionada Conferência. 1.000.000,00

1.969.650,00

Art. 2.º A importância de Cr\$ 969.650,00 — (novecentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros) — referida na letra "a" do artigo 1.º, será distribuída a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York, para o fim previsto nessa disposição; e a de Cr\$ 1.000.000,00 — (um milhão de cruzeiros), contida na letra "b" ao Tesouro Nacional e entregue, por adiantamento, a servidor público do quadro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para as despesas a que se destinam.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Segadas Viana

Horácio Lafer

LEI N.º 1.725 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00, para atender às despesas com o pagamento de honorários, por exercícios findos, aos Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Athayde Fernandes Pinheiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00 — (seis mil e oitenta cruzeiros) — para atender às despesas com o pagamento de honorários, por exercícios findos (1946), aos membros civis do Magistério Militar, Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Athayde Fernandes Pinheiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Cyrol Espirito Santo

Cardoso

Horácio Lafer

LEI N.º 1.726 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1952

Concede pensão mensal de Cr\$ 3.620,00 a Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia, morto em virtude de agressão em serviço, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida, a partir de 1.º de janeiro de 1951, a Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia, morto em virtude de agressão em serviço, a pensão mensal de Cr\$ 3.620,00 — (três mil, seiscentos e vinte cruzeiros).

Art. 2.º Por falecimento da beneficiária ou por mudança do seu atual estado civil, reverterá a pensão em favor do filho menor do casal, enquanto perdurar a sua menoridade.

Art. 3.º E aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 43.440,00 — (quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros) para ocorrer à despesa a que se refere o artigo 1.º desta Lei, devendo, a partir do exercício de 1952, ser paga a respectiva quantia por conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.727 — DE 8 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O concurso de provas para ingresso na magistratura vitalícia do Distrito Federal, dos Estados e dos Territórios será organizado pelo respectivo Tribunal de Justiça, com a colaboração do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 2.º Entre as atribuições dos conselhos seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, inclui-se a de designar o seu representante, ou representantes na comissão encarregada da elaboração das bases do concurso e do julgamento das provas.

Art. 3.º No Distrito Federal e Territórios, a comissão de concurso será constituída de cinco membros, sendo três desembargadores dos quais o mais antigo será o presidente, e dois representantes da Ordem dos Advogados, designados estes na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O Presidente dirigirá os trabalhos da comissão e terá, apenas, voto de desempate.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Badaró Junior

LEI N.º 1.728, DE 10 DE NOVEMBRO
DE 1952

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Será liquidado na forma e sob as condições estabelecidas nesta lei o valor do capital e juros das di-

vidas dos criadores e recriadores de gado bovino pessoas físicas, ou jurídicas, inclusive sociedades de fato, para as quais os responsáveis tenham obtido, ou venham a obter, em processos pendentes de julgamento, os benefícios previstos nas leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro do mesmo ano, ou 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 2.º O valor de cinquenta por cento (50%) do débito a que se refere o art. 4.º § 1.º da Lei n.º 1.002, excluídos os juros vencidos e vincendos desde a data da constituição da dívida e até 30 de dezembro de 1954, será liquidado pelos próprios devedores no prazo de 10 (dez) anos em prestações vencíveis até 30 de dezembro de cada ano, na conformidade do § 1.º deste artigo.

§ 1.º Nos anos de 1954 e 1955 as prestações serão de cinco por cento (5%) cada uma; nos anos de 1953 a 1961 de dez por cento (10%) cada uma; nos anos de 1962 e 1963 de quinze por cento (15%) cada uma.

§ 2.º A falta de pagamento na época própria de qualquer das prestações a cargo dos devedores implicará na perda dos prazos estabelecidos nesta lei e consequente exigibilidade de todo o débito restante acrescido da pena de dez por cento (10%) sobre o principal e acessórios, em caso de cobrança judicial, se o devedor não purgar a mora em relação ao débito vencido.

§ 3.º O valor das deduções feitas, nos termos desta lei não será computado para efeito de pagamento do imposto sobre a renda dos devedores reajustados.

Art. 3.º Serão liberados os bens não necessários à garantia do débito reduzido, acrescido de vinte por cento (20%).

§ 1.º A garantia do débito reduzido será constituída por imóveis indicados pelo devedor ou por terceiros desde que estes os possuam livres e desembaraçados de qualquer ônus, podendo, ainda ser integrada de outros bens, se aqueles forem insuficientes ou não existirem, respeitadas as preferências e privilégios preestabelecidos.

§ 2.º sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo anterior e for inscrita a garantia real, outorgada pelo devedor ou judicialmente especializada, dar-se-á automaticamente tanto a liberação do rebanho e as

dos bens que excederem ao valor da cobertura fixado neste artigo, como a exoneração de quaisquer coobrigados.

§ 3.º O penhor pecaário resultante da forma de liquidação prevista nesta lei terá validade e vigência independentemente de reconstituição além dos prazos fixados no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 492 de 30 de agosto de 1937, com a redação que lhe deu o artigo 2.º do Decreto-lei número 4.360, de 5 de junho de 1942.

Art. 4.º A União pagará de uma só vez em apólices da Dívida Pública Federal, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) ou de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) cada uma ao juro de cinco por cento (5%) ao ano, a importância de cinquenta por cento (50%) do débito que lhe compete por força do artigo 5.º da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, acrescida dos juros relativos às dívidas mencionadas no artigo 1.º desta lei, vencidos e vindendos desde a constituição de tais obrigações e até 30 de dezembro de 1954, contados na forma do artigo 2.º da Lei n.º 209 de 2 de janeiro de 1943 e capitalizado quando assim se houver estipulado em cláusula contratual do débito originário.

Parágrafo único. As frações inferiores a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) não serão computadas à União cabendo aos devedores efetuar o respectivo pagamento, juntamente com a primeira prestação.

Art. 5.º É o Poder Executivo autorizado a emitir as apólices de que trata o artigo 4.º até o limite necessário ao cumprimento desta lei, devendo as mesmas serem resgatadas no prazo de trinta anos, por meio de sorteios anuais realizados em dezembro de cada ano na base percentual estabelecida no artigo 5.º § 5.º da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

§ 1.º Os juros das apólices serão pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.º As apólices são isentas de quaisquer impostos federais, salvo o imposto de renda.

§ 3.º As apólices referidas neste artigo serão recebidas e sempre ao par.

I — Nas repartições públicas, para efeito de caução;

II — Na Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária nos seguintes casos:

a) em pagamento dos débitos contraiados por bancos com caução nos

têrmos do Decreto-lei n.º 9.201, de 26 de abril de 1946, e leis subsequentes, até 50% do valor dos respectivos títulos caucionados;

b) em garantia de empréstimos aos bancos, desde que feita a comprovação de que foram elas incorporadas aos seus patrimônios por força desta lei.

Art. 6.º Os benefícios desta lei são extensivos aos avalistas endossantes ou quaisquer coobrigados, no que se refere às obrigações de criadores ou recriadores de gado bovino, ainda quando em virtude de obrigação nova, hajam assumido a responsabilidade de dívida prevista no artigo 7.º da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 7.º Os benefícios estabelecidos nesta lei não compreendem os débitos já liquidados em cumprimento de ajustes amigáveis ou judiciais, feitos nos têrmos das Leis números 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

§ 1.º As prestações satisfeitas do principal e juros relativos a débitos, ainda existentes, serão deduzidas da parte que couber ao devedor nos têrmos do artigo 2.º desta lei para efeito de se fixar a responsabilidade d'este e da União.

§ 2.º Nos casos de pagamento antecipado de todas as prestações a cargo dos devedores, efetuados de acordo com o § 1.º do artigo 5.º da Lei número 1.002, de 24 de dezembro de 1949 a responsabilidade da União se limitará a cinquenta por cento (50%) da dívida inicial acrescidos dos juros apenas sobre essa parte.

§ 3.º Estão também excluídos dos favores desta lei os devedores que não houverem requerido os benefícios de qualquer das Leis números 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 8.º Servirão de base aos reajustes, para aplicação desta lei, as avaliações já feitas ou processadas judicialmente, sendo que nas avaliações do gado ainda não realizadas, serão mantidos os valores básicos adotados nos financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil até 10 de novembro de 1945.

Art. 9.º A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil adotará as providências necessárias à concessão de novos finan-

ciamentos aos criadores e recriadores de gado bovino, salvo os casos de dolo comprovado e observadas as condições do seu regulamento.

Art. 10. Os benefícios da presente lei são extensivos ao cônjuge sobrevivente e herdeiros do criador ou recriador falecidos depois de 30 de agosto de 1945 sem as restrições previstas no artigo 8.º da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, bem como aos sucessores de sociedades dissolvidas de acordo com o disposto no art. 18 da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 11. Aplicam-se igualmente os favores desta lei às dívidas dos criadores ou recriadores de gado bovino anteriores a 19 de dezembro de 1946, a respeito das quais tenham os devedores feito transação ou composição com os credores na vigência das Leis n.ºs 1.002, de 24 de dezembro de 1949, 457, de 29 de outubro de 1948, ou 209, de 2 de janeiro de 1948, quando já efetivada essas composições mediante homologação judicial.

Art. 12. Os títulos precuaristas vencidos e não pagos em virtude dos favores concedidos pelas Leis números 209 de 2 de janeiro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, em poder dos Bancos Cooperativistas e Cooperativas Agro-Pecuarárias, poderão ser levados a desconto independentemente dos limites dos respectivos capitais-reservas na Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S. A. pelo prazo de 12 meses, com direito a renovação.

Art. 13. São suspensos quaisquer procedimentos judiciais porventura intentados contra os devedores por falta de pagamento das prestações vencidas.

Parágrafo único. São sobrestados todos os processos de penhora em andamento, até que as dívidas devidamente descritas, nos processos de reajustamento, obtenham decisão definitiva.

Art. 14. São canceladas as multas fiscais a que estejam sujeitos os beneficiários da presente lei, em razão do não pagamento das respectivas dívidas, relativas às atividades pecuaristas até a data desta lei.

Parágrafo único. Considerem-se, também na mesma data, extintos os efeitos da prisão civil, decretada contra criadores e recriadores de gado bovino.

Art. 15. O prazo para requerimento, dos favores da presente lei será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

§ 1.º O requerimento deverá ser anexado ao processo referente aos pedidos de benefícios das leis referidas no art. 1.º, quando estes estejam pendentes de julgamento ou definitivamente julgados.

§ 2.º Quando o processo estiver pendente de julgamento em superior instância, o requerimento deverá ser autuado e sobrestado no seu julgamento até a decisão definitiva.

§ 3.º Sobre o requerimento em qualquer dos casos dos parágrafos anteriores, serão ouvidos os interessados, depois de que, no prazo de 48 horas o juiz despachará facultando ao devedor a constituição de garantias, em substituição às existentes, nos termos desta lei.

§ 4.º Especificadas ou não garantias, o juiz, em 48 horas, decidirá do pedido, mandando, em caso de deferimento, os autos ao contador do Juízo para que proceda ao cálculo decorrente dos benefícios desta lei.

Art. 16. Continuam em vigor os que forem aplicáveis, em face da presente lei, ou por ela não contrariados, os dispositivos das Leis números 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 17. Terão direito aos favores desta lei e aos benefícios das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, os fazendeiros, cujos imóveis rurais ou rebanhos estavam localizados dentro do Polígono das Secas e que, no período de 19 de dezembro de 1945, até 31 de dezembro de 1951, caracterizaram-se em qualquer dos seguintes casos:

- a) insolvabilidade judicialmente verificada;
- b) sofreram execução judicial ou protesto de títulos;
- c) incorreram em processo de concordata ou concurso de credores.

§ 1.º Excluem-se dos benefícios deste artigo os que forem convencidos de fraude ou crimes contra o crédito ou a boa fé por sentença passada em julgado.

§ 2.º Para gozo dos favores deste dispositivo, o fazendeiro deverá provar a existência de suas terras dentro do Polígono das Secas, exibindo certidão do registro de imóveis, ou

conhecimentos de imposto territorial de todos os exercícios indicados no artigo; ou registro como fazendeiro ou criador do Ministério da Agricultura.

§ 3.º Esse dispositivo só se aplicará aos avalistas e fiadores se também forem fazendeiros com terras e rebanhos dentro do Polígono das Sêcas.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1952: 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.730 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00, para pagamento de sentenças judiciais.

O Congresso nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 — (cem milhões de cruzeiros) — em reforço da seguinte dotação do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento vigente (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação X — Diversos

Sub-consignação 93 — Sentenças Judiciais

02 — Tribunal Federal de Recursos — Cr\$ 100.000.000,00.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de novembro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

LEI N.º 1.731 — DE 13 DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 e especial de Cr\$ 231.350.000,00, para atender dotações do Orçamento de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo o crédito suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 (quinhentos e

setenta e quatro milhões, dezesseis mil e setecentos cruzeiros), como reforço às seguintes dotações do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação III — Serviços em Regime Especial de Financiamento

51 — Serviço de sondagem e estudo de jazidas minerais.

Cr\$

1 — Para despesas de qualquer natureza, com serviços de pesquisas e lavra de jazidas, industrialização e transporte de seus produtos, inclusive para ocorrer ao que trata o Decreto-lei n.º 1.143, de 9 de março de 1939	399.331.700,00
--	----------------

Verba 4 — Obras e Equipamentos e Aquisição de Imóveis.

Consignação VII — Plano Salte.

17 — Setor Energia

1 — Refinaria de Cubatão	150.000.000,00
3 — Construção e montagem de unidade de amoníaco e hidrogênio (para gasolina de aviação) na refinaria de Cubatão	24.685.000,00

Art. 2.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo o crédito especial de Cr\$ 231.350.000,00 (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e cinquenta mil cruzeiros) com o seguinte fim:

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis

Consignação 3 — Conjunto de obras.

05 — Início de obras.

Cr\$

1 — Aquisição de material e equipamento para a Refinaria de Xisto Betuminoso	141.050.000,00
2 — Para retomada dos estudos e planos para aproveitamento das jazidas de xisto em Marau (Bahia)	300.000,00

Consignação V — Desapropriação e aquisição de imóveis.

09 — Início de desapropriação e aquisição de imóveis.

1 — Indenização e desapropriação	60.000.000,00
--	---------------

Consignação VII — Plano Salte.

17 — Setor Energia.

4 — Ampliação da Refinaria de Mataripe	30.000.000,00
--	---------------

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.732 — DE 14 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Revigora o artigo 1.º da Lei número 1.116, de 30 de maio de 1950.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revigorado o artigo 1.º da Lei n.º 1.116, de 30 de maio de 1950.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.
Alvaro de Souza Lima.
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.733 — DE 14 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da Verba 3, Anexo 19 — Auxílios aos Municípios — do Orçamento de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00 — (duzentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil cruzeiros) — em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, Designação VII — Dispositivos Constitucionais, 71 — Dotações para atender ao disposto no artigo 15, § 4.º, da Constituição — (Auxílios aos Municípios), 14 — Direção Geral da Fazenda Nacional, 16 — Diretoria da Despesa Pública, do Anexo 19 do vigente Orçamento (Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS
Horácio Lafer

LEI N.º 1.734 — DE 14 DE NOVENBRO
DE 1952

Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal a Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00, para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender as despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar que se reuniu em Berna, Suíça.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São abertos ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil cruzeiros), para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar, que se realizou, no período de 28 de agosto a 12 de setembro de 1952, em Berna, Suíça.

Art. 2.º Os créditos abertos por esta Lei, no valor de Cr\$ 1.120.000,00 (um milhão, cento e vinte mil cruzeiros), serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de novembro de 1952. — *Alexandre Marcondes Filho*, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.734-A, — DE 17 DE NOVENBRO
DE 1952

Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70,

§ 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 142. Os curadores, em número de trinta, servirão: quatro como curadores de órfãos; seis como curadores de família; quatro como curadores de ausentes; quatro como curadores de massas falidas; quatro como curadores de serúduos; dois como curadores de acidentes do trabalho, dois como curadores de menores — todos estes cargos numerados ordinariamente e de acordo com a especialização de atribuições e mais quatro como subprocuradores ou em substituição aos curadores designados para servir como subprocuradores".

"Art. 153. Os Procuradores Públicos, numerados de primeiro a trigésimo terceiro, funcionarão: vinte e seis nas Varas Criminais, sendo dois junto ao Tribunal do Júri e respectivo Juiz Substituto; dois na Vara de Registros Públicos, cinco no Serviço de Registro Civil, cabendo a cada um funcionar perante os cartórios de não menos de duas e não mais de quatro circunscrições".

"Art. 188. Os Defensores Públicos, numerados de primeiro a trigésimo sétimo, funcionarão por designação do Procurador Geral: vinte e seis nas Varas Criminais, sendo dois junto ao Tribunal do Júri e respectivo Juiz Substituto; seis nas Varas de Família; quatro nas Varas de Órfãos e Sucessões e uma na Vara de Menores".

Art. 2.º Para cumprimento do disposto nos artigos anteriores são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, quatro cargos de Curador e sete de Defensor Público com os vencimentos fixados em Lei.

Art. 3.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00 (cento e sessenta e seis mil e seiscentos cruzeiros), para ocorrer às despesas com a presente Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 17 de novembro de 1952.

Alexandre Marcondes Filho.

LEI N. 1.734-B, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 460.000,00 — para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações que foram a Londres, em julho de 1952, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 4.º, da Constituição Federal a seguinte Lei:

Art. 1.º São abertos ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais de Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros), para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações que foram, em julho de 1952, a Londres, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha.

Art. 2.º Os créditos abertos por esta Lei, no valor de Cr\$ 920.000,00 (novecentos e vinte mil cruzeiros), serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de novembro de 1952.

Alexandre Marcondes Filho.

LEI N.º 1.735 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1952

Acrescenta um parágrafo ao artigo 45, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' acrescentado o seguinte parágrafo ao artigo 45 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1943 (Lei Orgânica do Distrito Federal):

"Art. 45.

§ 4.º O disposto neste artigo não se aplicará à doação, cessão, venda ou aforamento em favor da

União caso em que dependerá de lei especial."

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Badaró Júnior

LEI N.º 1.736 — DE 18 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80, para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949, feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fa-

zenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80 — (cento e noventa e quatro mil trezentos e trinta e um cruzeiros e oitenta centavos) — para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949 feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas, respectivamente nas importâncias de Cr\$ 179.596,10 (cento e setenta e nove mil quinhentos e noventa e seis cruzeiros e dez centavos) e de Cr\$ 14.735,70 (quatorze mil, setecentos e trinta e cinco cruzeiros e setenta centavos), que deixarem de constar da relação de Restos a Pagar do mesmo exercício.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Horácio Lafer

LEI N.º 1.737 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da Fundação da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.

Parágrafo único — Dessa importância serão deduzidos Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para serem entregues, em partes iguais, ao Museu Paulista, do Ipiranga, e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Art. 2.º — Será feita uma emissão de selos postais comemorativos da fundação da cidade de São Paulo.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
E. Simões Filho.
Horácio Lafer.
Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.738 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.235.000,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 3.235.000,00 (três milhões, duzentos e trinta e cinco mil cruzeiros), em reforço às seguintes dotações do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

	Cr\$
Verba 1, Pessoal, Consignação I, Pessoal Permanente, Subconsignação 03, Subsídios, parte fixa	1.000.000,00
Verba 1, Pessoal, Consignação II, Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05, Mensalistas	15.000,00
Verba 1, Consignação III, Vantagens, Subconsignação 11-01, Gratificação por serviços extraordinários	500.000,00
Verba 1, Consignação III, Subconsignação 11-01-02, Comissão de Finanças	100.000,00
Verba 2, Material, Consignação II, Material de Consumo, Subconsignação 17, Artigos de expediente, livros, etc.	300.000,00
Verba 2, Consignação II, Subconsignação 18, Material de limpeza e conservação de veículos, etc.	50.000,00
Verba 2, Consignação II, Subconsignação 19, Combustíveis e lubrificantes	50.000,00
Verba 2, Consignação II, Subconsignação 20, Sobressalentes de máquinas e viaturas	100.000,00
Verba 2, Consignação II, Subconsignação 23, Gêneros de alimentação e de dieta, alimentos preparados, etc.	100.000,00
Verba 3, Serviços e Encargos, Consignação I, Serviços de terceiros, Subconsignação 03, Assinatura de recortes de publicações periódicas	30.000,00
Verba 3, Consignação I, Subconsignação 04, Iluminação, força motriz e gás	50.000,00
Verba 3, Consignação I, Subconsignação 05, Ligeiros reparos, adaptações, consertos, etc.	50.000,00
Verba 3, Consignação I, Subconsignação 07, Publicações, serviços de impressão, encadernação, etc.	300.000,00
Verba 3, Consignação I, Subconsignação 14, Telefone, telefonemas, telegramas, porte postal, etc.	300.000,00
Verba 3, Serviços e Encargos, Consignação IV, Assistência e Previdência Social, Subconsignação 60, Salário-família ..	15.000,00
Verba 3, Consignação X, Diversos, Subconsignação 77, Arrendamentos ou aluguel de imóveis, fóros, seguros, etc.	25.000,00
Verba 4, Obras, Equipamentos e Aquisição de imóveis, Consignação IX, Diversos, Subconsignação 22, Ligeiros reparos, adaptações, consertos de bens imóveis, etc.	250.000,00

Art. 2.º — O crédito aberto pela presente Lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.739 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1952

Concede a pensão especial de Cr\$. 1.145,30 mensais à viúva do Engenheiro José Maia Filho.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a Maria Jannette de Carvalho Maia, viúva de José Maia Filho, Engenheiro, classe L do Quadro I, Parte Permanente, do Ministério da Viação e Obras Públicas, falecido em consequência de desastre de avião, quando em exercício do cargo, a pensão especial de Cr\$ 1.145,30 (mil cento e quarenta e cinco cruzeiros e trinta centavos) mensais.

Parágrafo único — A pensão concedida na forma deste artigo é devida a partir da vigência desta Lei, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas, a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.740 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito

especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina, a realizar-se no Brasil, e destinada ao estudo da prevenção criminal e tratamento de delinquentes.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Badaró Júnior

Horácio Lafer

LEI N.º 1.741 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1952

Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, quando afastado dele, depois de mais de dez anos de exercício ininterrupto, é assegurado o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo, até ser aproveitado em outro equivalente.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de novembro de 1952.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO,

Vice-Presidente, no exercício, da Presidência.

LEI N.º 1.742 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1952

Estende os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei n.º 300, de 24 de fevereiro de 1938, à importação de material que es-

pecifica.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei número 300, de 24 de fevereiro de 1938, são extensivos à importação dos seguintes materiais: locomotivas a vapor, a óleo, locomotivas elétricas, e sobressalentes; locomotivas Diesel elétricas, e sobressalentes; carros metálicos de passageiros, e sobressalentes; conjunto de materiais destinados a sinalização e controle e centralização do tráfego; tornos copiadores, seus acessórios e motor elétrico; máquinas horizontais de furar, frezar e tornear, seus acessórios e motor elétrico; tornos-revólveres, seus acessórios e motor elétrico; cobre eletrolítico, em lingotes, para ser trefilado no país em cabos e fios destinados à eletrificação de trechos de linha férrea; frezas duplas, seus acessórios e motor elétrico.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e será aplicada às importações anteriores de materiais despachados sob termo de responsabilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de novembro de 1952. — ALEXANDRE MARCONDES FILHO, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

LEI N.º 1.743 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1952

Exclui da classificação constante do Artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São excluídos da classificação declarada no artigo 1º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Cyro Espirito Santo Cardoso

Nero Moura

LEI N.º 1.744 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os cargos da carreira de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (D. F. S. P.) serão providos: — um terço por concurso de provas e títulos e dois terços pelos alunos habilitados no curso de escrivão de polícia, da Escola de Polícia, do Departamento Federal de Segurança Pública.

Art. 2.º As nomeações obedecerão rigorosamente à ordem da classificação.

Parágrafo único. Em igualdade de condições, terão preferência:

- a) os servidores do Departamento Federal de Segurança Pública;
- b) os servidores públicos;
- c) os demais habilitados.

Art. 3.º Só poderão matricular-se no curso os portadores de certificado de conclusão de curso ginasial, de dezto a trinta e cinco anos de idade.

Art. 4.º As demais condições de matrícula, o regime escolar e outras providências necessárias à plena execução desta Lei serão objeto de regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo trinta dias após sua publicação.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de
Lima

LEI N.º 1.745 — DE 26 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Altera, sem aumento de despesa, o Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952 (Lei número 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' alterada, na forma abaixo, a discriminação da Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis, do Anexo 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis.

Consignação VI — Dispositivos Constitucionais.

Sub-consignação 12 — Dotações para atender ao disposto no artigo 199, da Constituição — (Valorização Econômica da Amazônia).

27 — Administração do Território do Rio Branco.

Onde se lê:

	Cr\$
a) Início de obras isoladas e sua fiscalização:	
1 — Escolas Agro-Pecuárias (internatos) no interior do Território	2.000.000
5 — Início da aquisição e instalação de equipamento e sua fiscalização:	
6 — Posto Médico Sanitário em Caracarái	500.000
7 — Posto Médico Sanitário em Boiaçu — (ex-Santa Maria)	500.000
8 — Posto Médico Sanitário em Taiano	500.000

9 — Posto Médico Sanitário em Murupu	500.000
10 — Posto Médico Sanitário em Surumu	500.000
11 — Posto Médico Sanitário em Amajari	500.000
12 — Posto Médico Sanitário em Maú	500.000

Leia-se —

Cr\$.

2) Início de Obras isoladas e sua fiscalização:

1 — Escolas Agro-Pecuárias (internatos) no interior do Território	2.000.000
2 — Posto Médico Sanitário em Caracarái	400.000
3 — Posto Médico Sanitário em Boiaçu — (ex-Santa Maria)	400.000
4 — Posto Médico Sanitário em Taiano	400.000
5 — Posto Médico Sanitário em Murupu	400.000
6 — Posto Médico Sanitário em Surumu	400.000
7 — Posto Médico Sanitário em Amajari	400.000
8 — Posto Médico Sanitário em Maú	400.000

5) Início da aquisição e instalação de equipamento e sua fiscalização:

6 — Posto Médico Sanitário em Caracarái	100.000
7 — Posto Médico Sanitário em Boiaçu	100.000
8 — Posto Médico Sanitário em Taiano	100.000
9 — Posto Médico Sanitário em Murupu	100.000
10 — Posto Médico Sanitário em Surumu	100.000
11 — Posto Médico Sanitário em Amajari	100.000
12 — Posto Médico Sanitário em Maú	100.000

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de
Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.746 — DE 26 DE NO-
VEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.500,00, destinado a ocorrer ao excesso de despesas, verificado no exercício de 1951, com iluminação, força motriz e gás, na Alfândega de Sergipe e na Delegacia Fiscal do Maranhão.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 4.500,00 — (quatro mil e quinhentos cruzeiros) — destinado a ocorrer ao excesso de despesas, verificado no exercício de 1951, com iluminação força motriz e gás, na Alfândega de Sergipe (Cr\$ 2.500,00) e na Delegacia Fiscal do Maranhão (Cr\$ 2.000,00).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.746-A, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 89.623,50 e Cr\$ 1.691.848,90 e suplementar de Cr\$ 2.347.059,30, para pagamento de despesas de pessoal e material da Secretaria daquela Casa

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São abertos ao Congresso Nacional — Senado Federal — para pagamento de despesas de pessoal e material da Secretaria daquela Casa, os seguintes créditos: especial de Cr\$ 89.623,50 (oitenta e nove mil, seiscentos e vinte três cruzeiros e cinquenta centavos), sendo Cr\$ 46.280,30 (quarenta e seis mil, duzentos e oitenta cruzeiros e trinta centavos), para pagamento de gratificação adicional referente aos exercícios de 1949, 1950 e 1951, Cr\$ 16.050,00 (dezesseis mil e cinquenta cruzeiros), para pagamento de salário família referente aos exercícios de 1950 e 1951, e Cr\$ 27.293,20 (vinte e sete mil, duzentos e noventa e três cruzeiros e vinte centavos), para pagamento de substituição, e suplementar de Cr\$ 2.347.059,30 (dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, cinquenta e nove cruzeiros e trinta centavos), em reforço das seguintes verbas do Anexo n.º 2 — Congresso Nacional — do Orçamento Geral da República para o exercício vigente (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

	Cr\$
Verba 1 — Consignação III — S/c 14—02— Gratificação adicional	126.969,10
Verba 1 — Consignação IV — S/c 21—02— Diárias	500.000,00
Verba 1 — Consignação III — S/c 16—02— Gratificação de representação de gabinete	24.000,00
Verba 1 — Consignação I — S/c 01—02, para pagamento de diferença de vencimentos, de acordo com as Resoluções do Senado Federal n.ºs. 17 e 21, de 1951	427.680,05
Verba 1 — Consignação III — S/c 14—02, para pagamento de diferença de gratificações adicionais, de acordo com as Resoluções do Senado Federal n.ºs. 17 e 21, de 1951 ..	38.410,20
Verba 1 — Consignação III — S/c 11—02— Gratificação por serviços extraordinários	175.000,03

Verba 2 — Consignação I—S/c 11—02— Mobiliário de escritório, de biblioteca, de ensino e doméstico em geral; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório, biblioteca e ensino	100.000,00
Verba 2 — Consignação II—S/ 17—02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição, fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação inclusive fichas bibliográficas e de referência	300.000,00
Verba 2 — Consignação II—S/c 18—1—02 — Material de limpeza e conservação de veículos, máquinas, aparelhos e instalações; artigos de iluminação	100.000,00
Verba 2 — Consignação II—S/c 28—2—02 — Vestuários e uniformes de uso civil tecidos e artefatos de tecidos, linha, passamanaria, roupa branca de corpo, fechos para vestuários, capas, calçados, luvas e chapéus	50.000,00
Verba 2 — Consignação II—S/c 29—02— Artigos para limpeza e desinfecção	60.000,00
Verba 3 — Consignação I — S/c 03—02— Assinatura de recortes de publicações periódicas	15.000,00
Verba 3 — Consignação I—S/c 05—02— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens móveis	80.000,00
Verba 3 — Consignação I—S/c 07—02— Publicações, serviços de impressão, e de encadernação, de clichê e de colaboração	250.000,00
Verba 4 — Consignação IX—S/c 22—02— Ligeiros reparos, adaptações, consertos e conservação de bens imóveis ..	100.000,00

Art. 2.º E' igualmente aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito especial de Cr\$ 1.691.848,90 — (um milhão, seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e oito cruzeiros e noventa centavos) para pagamento aos funcionários da Secretaria do Senado Federal por serviços extraordinários prestados no período da convocação extraordinária do Congresso Nacional de 1.º de janeiro a 10 de março de 1952.

Art. 3.º Os créditos abertos pela presente Lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.747 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1952

Altera o Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o Imposto do Selo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, e as leis e os decretos-leis que o modificaram passam a ser observados com as seguintes alterações:

PRIMEIRA

São substituídas pelas que se seguem as Observações 1.^a, 2.^a e 3.^a da Tabela:

1.^a — Não havendo indicação de forma, o imposto será pago por estampilha.

2.^a — Não havendo indicação de taxa, o imposto será pago na seguinte base:

	Cr\$
I — De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 500,00	2,00
II — De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00	3,00
III — De mais de Cr\$ 1.000,00 até Cr\$ 5.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou ou fração	4,00
IV — De mais de Cr\$ 5.000,00 até Cr\$ 10.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	5,00
V — De mais de Cr\$ 10.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	6,00
3. ^a — Será devido em dobro o selo de folha, quando esta exceder de 0,33m por 0,22m.	

SEGUNDA

Transformada em 1.º a Nota única do art. 26 da Tabela é acrescentada ao mesmo a seguinte Nota:

2.^a — As cessões de créditos ou de direitos relativos a bens imóveis ficam sujeitas ao imposto, de acordo com o art. 94 desta Tabela e Notas respectivas.

TERCEIRA

O art. 38 da Tabela fica assim redigido.

Art. 38. Contratos de compra e venda de bens móveis.

QUARTA

As Notas do art. 49 da Tabela passam a ser observadas com a seguinte redação:

1.^a — O imposto será pago no contrato ou nos títulos representativos da dívida, ou, na falta de ambos, em ficha de contabilidade ou no folio do Diário em que a operação foi registrada na escrita do devedor, ou, ainda, na do credor quando o devedor não tiver escrita comercial.

2.^a — Não estão sujeitos ao selo deste artigo os saldos em conta corrente oriundos da movimentação da conta, nem, quando se tratar de estabelecimentos bancários os saldos de quaisquer contas.

3.^a — Os empréstimos garantidos por hipoteca, anticrese ou penhor, ficam sujeitos ao imposto, de acordo com o art. 94, desta Tabela e Notas respectivas.

QUINTA

O art. 94 e respectiva Nota da Tabela passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 94. Promessa de compra e venda e de cessão de crédito ou de direitos de bens imóveis e móveis.

Classes	Valor em Cr\$	Taxa
I — até	150.000,00	0,4%
II — até	250.000,00	0,5%
III — até	500.000,00	0,7%
IV — até	1.000.000,00	1 %
V — até	1.800.000,00	1,4%
VI — até	3.000.000,00	2 %
VII — acima de	3.000.000,00 pelo que exceder ...	3 %

NOTAS

1.^a — O imposto devido é o resultado da aplicação da taxa correspondente ao valor indicado em cada uma das classes deste artigo.

2.^a — Para o cálculo do imposto sobre os valores compreendidos entre duas classes consecutivas, aplicar-se-á a taxa menor sobre o valor correspondente à classe inferior e a maior sobre a diferença entre o valor da promessa e o indicado na classe inferior. A soma dos dois resultados constituirá, nestes casos, o imposto devido, arredondando-se para Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) as frações inferiores a essa quantia.

3.^a — O cálculo do valor será feito na forma do art. 40 das Normas Gerais, considerando-se como principal o total do preço ajustado.

4.^a — O valor de uma loja, de uma sala, de um apartamento ou de outras unidades, bem como o das respectivas frações ideais de terrenos em edifício em condomínio ou em incorporação, para fins de condomínio, não poderá ser subdividido em mais de uma escritura de promessa, desde que se trate de um mesmo promitente comprador ou promitente cessionário.

5.^a — A inobservância do disposto na Nota anterior sujeitará o infrator ao pagamento da taxa máxima prevista neste artigo, sobre o valor total do ato, além da multa prevista no art. 65 das Normas Gerais.

6.^a — O imposto relativo às transações referentes a propriedades rurais será cobrado com o abatimento de 50% (cinqüenta por cento).

7.^a — As procurações em causa própria ou com poderes irrevogáveis, para vender móveis ou imóveis, por prazo indeterminado, ficam equiparadas, para efeitos fiscais, à promessa de compra e venda, bem como as mesmas por prazo determinado, quando este for superior a doze meses.

8.^a — É isenta do imposto a promessa de compra e venda de bens imóveis quitada e irrevogável, desde que seja a primeira, ou, tratando-se de subsequentes sobre o mesmo objeto, tenha sido pago o imposto de transmissão "inter-vivos", correspondente à anterior.

SEXTA

A tributação prevista no art. 100 da Tabela fica substituída pela seguinte:

	Cr\$
De mais de Cr\$ 30,00 até Cr\$ 500,00	0,50
De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 5.000,00	1,00
De mais de Cr\$ 5.000,00, por Cr\$ 5.000,00 ou fração	1,50

SÉTIMA

É substituída a tributação estabelecida no art. 109 da Tabela pela que se segue:

I. Seguros de vida, pecúlios, rendas, dotes, anuidades, capitalização e congêneres:

	Cr\$
Até Cr\$ 300,00	1,50
De mais de Cr\$ 300,00 até Cr\$ 600,00	3,00
De mais de Cr\$ 600,00 até Cr\$ 1.000,00	4,00
De mais de Cr\$ 1.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	4,00

II. Seguros de acidentes pessoais não especificados:

	Cr\$
Até Cr\$ 50,00	1,50
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00	3,00
De mais de Cr\$ 100,00, por Cr\$ 100,00 ou fração	3,00

III. Seguros de acidentes pessoais em transportes coletivos... 5%

IV. Seguros de acidentes de trabalho:

	Cr\$
Até Cr\$ 1.000,00	5,00
De mais de Cr\$ 1.000,00, por Cr\$ 1.000,00 ou fração	5,00

V. Seguros não especificados:

Até Cr\$ 25,00	2,00
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00	4,00
De mais de Cr\$ 50,00, por Cr\$ 50,00 ou fração	4,00

VI. Garantias provisórias de seguros, em geral.

Por período de validade de 30 (trinta) dias ou fração e de cada	Cr\$
Cr\$ 1.000,00 do valor da responsabilidade assumida	0,10

OITAVA

A Nota Geral 2.^a do art. 109 da Tabela passa vigorar com a seguinte redação:

2.^a O recolhimento do imposto, inclusive o que fôr devido posteriormente, de acordo com as notas aos números de incidência deste artigo, será feito onde o segurador tiver sede, mediante guia com o "visto" da Fiscalização do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização.

Art. 2.^o O imposto incidente sobre contratos de financiamento de atividades rurais, quando feitos diretamente com os produtores, ou suas cooperativas, será cobrado com o abatimento de 50% (cinquenta por cento).

Art. 3.^o O Poder Executivo promoverá uma nova publicação, no prazo de 45 dias, do Decreto-lei n.^o 4.655, de 3 de setembro de 1942, consolidando as alterações feitas por esta lei e por outras, inclusive decretos-leis, cujas disposições não tenham sido revogadas pela presente.

Art. 4.^o VETADO.

Art. 5.^o Esta Lei entrará em vigor em 1.^o de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Laje

LEI N.^o 1.748 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1952

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o A Consolidação das Leis do Imposto de Consumo a que se refere o Decreto n.^o 26.149, de 6 de janeiro de 1949, passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRIMEIRA

Os incisos 2 e 4 da alínea XXIV da Tabela D são substituídos pelos que se seguem:

2

Cigarros com base no preço de venda no varejo marcado pelo fabricante, por vintena:

Até o preço de Cr\$ 1,40	Cr\$
De mais de Cr\$ 1,40 até Cr\$ 1,70	0,72
De mais de Cr\$ 1,70 até Cr\$ 2,00	0,88
De mais de Cr\$ 2,00 até Cr\$ 2,50	1,04
	1,31

	Cr\$
De mais de Cr\$ 2,50 até Cr\$ 3,20	1,71
De mais de Cr\$ 3,20 até Cr\$ 4,20	2,32
De mais de Cr\$ 4,20 até Cr\$ 5,60	3,24
De mais de Cr\$ 5,60 até Cr\$ 7,50	4,61
De mais de Cr\$ 7,50, ou sem preço marcado	6,50
Estrangeiros de qualquer preço, por vintena ou fração	6,50

4

Fumo desfiado, picado, migado ou em pó (inclusive rapé), com base no preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante, por unidade de 25 grammas peso bruto:

Até o preço de Cr\$ 1,40	0,40
De mais de Cr\$ 1,40 até Cr\$ 1,70	0,50
De mais de Cr\$ 1,70 até Cr\$ 2,00	0,61
De mais de Cr\$ 2,00 até Cr\$ 3,00	0,96
De mais de Cr\$ 3,00 até Cr\$ 4,70	1,60
De mais de Cr\$ 4,70, ou sem preço marcado	2,00
Estrangeiros, de qualquer preço, por unidade de 25 grammas ou fração	2,00

SEGUNDA

E' elevada para Cr\$ 20.000,00 o limite inferior da multa a que se refere a nota 14.^a à citada alínea XXIV da Tabela D.

TERCEIRA

E' incluída na mencionada alínea XXIV, após a nota 17.^a, a seguinte nota:

18.^a

Os cigarros de origem estrangeira, apreendidos pelas repartições fiscais e vendidos em leilão, só poderão ser entregues aos compradores depois de devidamente selados pela própria repartição fiscal, por unidade de maço, carteira, caixinha ou pacote contendo uma vintena ou fração, o. por unidade de outros pequenos invólucros contendo, no máximo, três vintenas.

Art. 2.^o — VETADO.

Art. 3.^o Esta Lei entrará em vigor a 1.^o de janeiro de 1953, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1952; 131.^o da Independência e 64.^o da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.749 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1952

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o Os lubrificantes e combustíveis líquidos, ou gasosos de qualquer origem ou natureza, ficam sujeitos a imposto único, cobrado pela União:

a) quando de procedência estrangeira — sob a forma de direitos de importação para consumo e nas seguintes bases :

Mercadorias — Unidades	Direitos	
	Gerais	Mínimos
	Cr\$	Cr\$
Gás liquefeito — Ton. P.R.	1.230,00	1.000,00
Gasolina — Ton. P.L.	1.722,00	1.400,00
Querosene — Ton. P.L.	467,70	389,00
Óleo para fabricação de gás (gás oil) e para a lamparina de mecha (signal oil) — Ton. P.L.	172,00	140,00
Óleo para motor de combustão interna (diesel oil) — Ton. P.L.	172,00	140,00
Óleo para fornos ou caldeiras de vapor (Fuel oil) — Ton. P.R.	116,00	95,00
Óleos lubrificantes simples, compostos ou emulsivos — Ton. P.L.	1.476,00	1.200,00

b) quando de produção nacional — sob a forma de imposto de consumo e nas seguintes bases, por quilograma ou fração, pêso líquido:

Gás liquefeito	0,90
Gasolina	1,20
Querosene	0,28
Óleo para fabricação de gás (gás oil) e para lamparina de mecha (signal oil)	0,07
Óleo para motor de combustão interna (diesel oil)	0,07
Óleo para fornos ou caldeiras de vapor (Fuel oil)	0,08
Óleos lubrificantes, simples, compostos e emulsivos	0,80

§ 1.º Na classificação de gás liquefeito, incluído por esta lei no art. 599 da Tarifa das Alfândegas — Lei n.º 313, de 30 de julho de 1948 — compreendem-se o gás butano e o gás propano.

§ 2.º Os estoques existentes na data desta lei, em poder das companhias ou firmas importadoras, ficarão sujeitos ao pagamento de diferença de tributação resultante dêste artigo.

Art. 2.º A cobrança do imposto único incidente sôbre os lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, de qualquer origem ou natureza, sua fiscalização, processo administrativo e penalidade, obedecerão :

a) quando se tratar de produtos importados do estrangeiro ao regime da legislação aduaneira;

b) quando de produção nacional — ao regime da legislação do imposto de consumo.

§ 1.º O imposto único, quando cobrado sob a forma de imposto de consumo, será recolhido por verba e por antecipação, salvo se os produtos se destinarem a consumo ou distribuição fora do Estado em que estiver

localizada a fábrica, caso em que transitarão com o imposto a pagar, que deverá ser satisfeito pelo destinatário, dentro de três dias, contados da data do recebimento dos produtos, sob pena de multa igual ao valor do imposto.

Art. 3.º Da receita resultante do imposto único sobre derivados de petróleo, 75% (setenta e cinco por cento) destinar-se-ão ao Fundo Rodoviário Nacional e 25% (vinte e cinco por cento) serão empregados nos empreendimentos ligados à indústria do petróleo, nos termos da lei especial.

Parágrafo único Terminado o prazo ou atingido antes dêle o limite de capital previsto na lei especial referente ao programa nacional de petróleo, reverterão integralmente ao Fundo Rodoviário Nacional os recursos referidos neste artigo.

Art. 4.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os serviços estaduais de estrada de rodagem aplicarão: aqueles 20% e estes 10%, no mínimo de suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional, na pavimentação das rodovias dos respectivos planos e em melhoramentos de traçados e construções ou reforço de obras de arte especiais.

§ 1.º A distribuição da percentagem atribuída neste artigo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem será feita, em cada Estado, na proporção da cota de cada um, estabelecida de conformidade com a legislação vigente.

§ 2.º Será levada em conta, para a escolha das rodovias a serem pavimentadas, a intensidade do tráfego.

Art. 5.º Anualmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará, da cota da União, em obras rodoviárias nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, caso participasse da distribuição prevista no artigo 1.º da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 6.º O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os Departamentos Rodoviários dos Estados e do Distrito Federal, poderão despende, a juízo do Conselho Rodoviário Nacional, até 5% (cinco por cento) de sua cota do Fundo Rodoviário Nacional, na construção ou melhoria de estradas de rodagem de relevante finalidade turística, bem como na execução de obras que facilitem o tráfego rodoviário e a expansão do turismo ao longo das estradas, inclusive postos de serviço, estações, hotéis e restaurantes, ou em campos de pouso e aeroportos e suas instalações, de acordo com o Departamento de Aeronáutica Civil.

Art. 7.º O Decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, revigorado e mandado consolidar pela Lei n.º 494, de 26 de novembro de 1948, será observado com a seguinte alteração:

O inciso 1 da alínea XXV, tabela D, fica substituído pela taxaçaõ da letra b do artigo 1.º desta lei.

Art. 8.º A receita proveniente do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, será recolhida diariamente ao Banco do Brasil S. A. pelas estações arrecadadoras, mediante guia na qual será discriminada em duas parcelas de 75 e 25% (setenta e cinco e vinte e cinco por cento) e destina-se: a primeira à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nos termos da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948, e a segunda à disposição dos empreendimentos ligados à indústria do petróleo e para aplicação conforme a lei determinar.

Art. 9.º O imposto único de que trata esta lei não exclui a incidência dos impostos de renda e do selo previstos nas leis e regulamentos em vigor.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

LEI N.º 1.750 — DE 4 DE DEZEMBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado à aquisição, para revenda, dos inseticidas de combate às pragas que avassalam a lavoura e ao fornecimento de sementes selecionadas, gratuitamente, ao pequeno agricultor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.751 — DE 4 DE DEZEMBRO
DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativo aos exercícios de 1946 a 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fa-

zenda, o crédito de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), suplementar à Verba 2, Material, Consignação II, Material de Consumo, Subconsignação 25, Matérias-primas e produtos manufaturados ou semi-manufaturados destinados a qualquer transformação, 11 Direção Geral da Fazenda Nacional, 13, Casa da Moeda, do Orçamento da União de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horacio Lafer.

LEI N.º 1.752 — DE 4 DE DE-
ZEMBRO DE 1952

Concede auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e às outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido o auxílio de Cr\$ 300.000,00 — (trezentos mil cruzeiros) — ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, com sede em São Paulo, para pagamento de despesas com o seu I Congresso Nacional, realizado em setembro de 1951, na cidade de São Paulo.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 — (trezentos mil cruzeiros) — por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, para atender ao disposto no artigo anterior.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.753 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40 — (treze milhões, cento e vinte e sete mil, quatrocentos e trinta cruzeiros e quarenta centavos) — para ocorrer ao pagamento dos saldos verificados no Orçamento do mesmo Ministério, relativos aos exercícios de 1946, 1947, 1948 e 1949, nas dotações da Verba 3-I-06/03-04/05, correspondentes à Universidade do Brasil, "Para Pessoal", a fim de dar cumprimento ao disposto pelo Decreto-lei n.º 8.393, de 17 de dezembro de 1945.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.754 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais na importância de Cr\$ 986.298,30, para atender às despesas correspondentes às dotações dos Orçamentos de 1950 e 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 132.624,70 — (cento e trinta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro cruzeiros e setenta centavos) — para pagamento de despesas correspondentes às seguintes dotações do Anexo n.º 25 — Poder Judiciário — do exercício de 1950:

Cr\$

VERBA 1 - PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Sub-consignação 14 — Gratificação de representação

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

01 — 1.ª Região 65.946,90

Consignação VII — Outras Despesas com Pessoal

Sub-consignação 31 — Substituições

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

01 — 1.ª Região 66.677,80

132.624,70

Art. 2.º E' ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 853.673,60 — (oitocentos e cinquenta e três mil seiscentos e setenta e três cruzeiros e sessenta centavos) — para pagamento de despesas correspondentes às do exercício de 1951:

VERBA 1 - PESSOAL

Cr\$

Consignação I — Pessoal Permanente

Sub-consignação 01 —

Pessoal Permanente

05 — Justiça do Trabalho

- 02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento
04 — 4.^a Região . 287.280,00

Consignação III — Vantagens

Sub-consignação 14 — Gratificação de representação

- 05 — Justiça do Trabalho

- 02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

04 — 4.^a Região . 215.033,60

Consignação VII — Outras Despesas

Sub-consignação 31 — Substituições

- 05 — Justiça do Trabalho

- 02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

04 — 4.^a Região . 351.360,00

853.673,60

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.755 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1952

Concede pensão especial à viúva e filhos menores do ex-investigador Luciano Maciel.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Osvaldina Silva Maciel, viúva do falecido investigador Luciano Maciel, do Departamento Federal de Segurança Pública, uma pensão mensal de Cr\$ 750,00 — (setecentos e cinquenta cruzeiros) — acrescida de mais Cr\$ 50,00 — (cin-

quenta cruzeiros) — para cada filho, enquanto menor.

Art. 2.º A pensão será mantida enquanto a beneficiária conservar o estado de viuvez.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 61.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Láfer

LEI N.º 1.756 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1952

*revogada
1.5698/71*

Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber os direitos e vantagens da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivos a todo o pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber, os direitos e vantagens da Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948.

Parágrafo único. Ao pessoal da Marinha Mercante Nacional que, a partir de 22 de março de 1941, durante a última grande guerra, houver participado ao menos, de duas viagens na zona de ataques submarinos, ser-lhe-ão calculados os proventos de aposentadoria na base dos vencimentos do posto ou categoria superior ao do momento.

Art. 2.º Farão prova, para gozo dos benefícios determinados na Lei n.º 288, de 8 de junho de 1948, o diploma da Medalha de Serviço de Guerra ou o certificado do Estado Maior da Armada em que ateste que o oficial, suboficial e praça da Marinha Mercante Nacional prestaram serviços efetivos, durante o período de guerra, embarcados em navios mercantes.

Art. 3.º As vantagens decorrentes desta Lei serão custeadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos

Marítimos, por conta dos lucros do seu Departamento de Acidentes do Trabalho. Se insuficientes esses recursos, o Tesouro fará os necessários fornecimentos.

Art. 4.º Dentro do prazo de 90 — (noventa) — dias, a contar da vigência desta Lei, serão revistas as aposentadorias já concedidas aos que serviram na zona de guerra, para serem o último vértice acima descrito e o enquadradas, nos termos desta Lei, de acordo com a função que os benefi-

ciários exerciam a partir de 22 de março de 1941 e durante o período em que o Brasil participou da guerra, e na base de salários atualmente em vigor para essas funções.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.757 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1952

Estima a Receita e Fica a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1953, discriminado pelos Anexos de ns. 1 a 27 integrantes desta Lei, estima a Receita em trinta e quatro bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões e duzentos e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 34.295.230.000,00) e limita a Despesa a trinta e quatro bilhões, quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil setecentos e quarenta e um cruzeiros (Cr\$ 34.004.996.741,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, suprimentos de fundos e outras contribuições ordinárias e extraordinárias, na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo n.º 1, sob os seguintes grupos:

	Cr\$	Cr\$
1.01.0 — Renda Ordinária:		
01.1 — Rendas Tributárias	27.144.580.000	
01.2 — Rendas Patrimoniais	340.250.000	
01.3 — Rendas Industriais	1.221.401.000	
01.4 — Diversas Rendas	2.784.244.000	31.490.475.000
1.02.0 — Renda Extraordinária		2.804.755.000
Total da Receita		34.295.230.000

Parágrafo único. Fica autorizada, no exercício de 1953, a arrecadação dos tributos constantes do Anexo n.º 1, integrante desta Lei.

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940 modificado pela Lei número 1.749, de 28 de novembro de 1952, cuja arrecadação será aplicada de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Art. 4.º A Despesa, na forma dos Anexos ns. 2 a 27, será realizada com a satisfação dos encargos da União e com o custeio e a manutenção dos serviços públicos, sob a seguinte distribuição:

Anexo n.º 2 — Congresso Nacional	207.815.782
Anexo n.º 3 — Tribunal de Contas	29.339.186
Anexo n.º 4 — Presidência da República	9.308.520
Anexo n.º 5 — Departamento Administrativo do Serviço Público	38.582.020
Anexo n.º 6 — Estado Maior das Forças Armadas	8.857.106

	Cr\$
Anexo n.º 7 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	2.811.720
Anexo n.º 8 — Comissão de Reparações de Guerra	468.880
Anexo n.º 9 — Comissão do Vale do São Francisco	272.500.000
Anexo n.º 10 — Conselho Nacional de Águas e Energia Eléctrica	4.044.680
Anexo n.º 11 — Conselho Nacional de Economia	8.808.380
Anexo n.º 12 — Conselho de Imigração e Colonização	13.298.376
Anexo n.º 13 — Conselho Nacional do Petróleo	574.588.000
Anexo n.º 14 — Conselho de Segurança Nacional	970.760
Anexo n.º 15 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	75.000.000
Anexo n.º 16 — Ministério da Aeronáutica	2.430.737.000
Anexo n.º 17 — Ministério da Agricultura	1.764.697.421
Anexo n.º 18 — Ministério da Educação e Saúde	3.714.037.410
Anexo n.º 19 — Ministério da Fazenda	6.516.027.000
Anexo n.º 20 — Ministério da Guerra	4.275.128.051
Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores	1.498.379.819
Anexo n.º 22 — Ministério da Marinha	2.715.772.962
Anexo n.º 23 — Ministério das Relações Exteriores	255.354.481
Anexo n.º 24 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	1.052.832.180
Anexo n.º 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas	6.487.065.466
Anexo n.º 26 — Poder Judiciário	296.258.541
Anexo n.º 27 — Plano S.A.L.T.E.	1.752.320.000
Total da Despesa	34.004.996.741

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 6.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias, por antecipação da Receita, até vinte por cento (20%) sobre o montante da Despesa.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário:

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida Guimarães.

Cyrol Espirito Santo Cardoso.

M. de Pimentel Brandão.

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

Segadas Viana.

Nero Moura.

LEI N.º 1.757-A — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1952

Modifica o salário-família.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º O salário-família, instituído pelo Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, com a modificação constante da Lei n.º 483, de 15

de novembro de 1948, será pago aos servidores da União, na forma por que é regulado nas citadas leis observados os vencimentos, remunerações, salários ou proventos, a qualquer título, na seguinte base:

Cr\$	Cr\$	
até 2.000,00	150,00	por dependente
mais de 2.000,00 a 4.000,00	100,00	por dependente
mais de 4.000,00 a 6.000,00	60,00	por dependente
mais de 6.000,00 a 8.000,00	50,00	por dependente

Parágrafo único. Aos responsáveis, que tenham mais de três dependentes e que perceberem além de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), será concedido salário-família de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por dependente.

Art. 2.º As disposições desta Lei se aplicam aos dependentes de servidores falecidos, antes da vigência da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948.

Parágrafo único. A documentação, que fôr exigida para esse fim, é isenta de selos, taxas e emolumentos.

Art. 3.º Para atender ao aumento de despesa decorrente desta Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir e distribuir créditos suplementares às diversas repartições pagadoras federais, até o limite de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de dezembro de 1952.

João Café Filho.

LEI N.º 1.758 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1952

Retifica a Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1952, e dá outras providências.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São feitas as seguintes retificações na Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951:

1 — ANEXO N.º 17 — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação II — Auxílios, contribuições e subvenções

18 — Auxílios

07 — Departamento de Administração

04 — Divisão de Orçamento

17 — Pernambuco

Onde se lê:

Associação Rural dos Agrônomos do Nordeste — Recife 20.000

Leia-se:

Associação dos Engenheiros Agrônomos do Nordeste — Recife 20.000

II — ANEXO Nº 18 — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação II — Auxílios, Contribuições e Subvenções

18 — Auxílios

09 — Departamento de Administração

04 — Divisão do Orçamento

02 — Alagoas

Onde se lê:

Paróquia de Major Isidoro, para manutenção de suas escolas e criação de uma biblioteca.

Leia-se:

Escola Paroquial Santo Antônio, da Paróquia de Major Isidoro.

06 — Ceará

Onde se lê:

Asilo da Velhice Abandonada — Crato 10.000

Leia-se:

Abrigo da Velhice Abandonada Jesus, Maria e José, de Crato 10.000

Onde se lê:

Externato Imaculada Conceição, em Grangeiro — Crato 10.000

Leia-se:

Externato Imaculada Conceição, em Grangeiro — Caririáçu .. 10.000

Onde se lê:

Centro Estudantil Cearense, de Fortaleza, para continuação das obras da Casa do Estudante Pobre 30.000

Leia-se:

Centro Estudantil Cearense, de Fortaleza, para continuação das obras da Casa do Estudante 30.000

Onde se lê:

Casa de Saúde e Maternidade Santa Teresinha, da Assistência Iguatuense de Assistência Social e Proteção à Maternidade e à Infância — Iguatu 200.000

Leia-se:

Casa de Saúde e Maternidade Santa Teresinha, da Associação Iguatuense de Assistência Social e Proteção à Maternidade e à Infância — Iguatu 200.000

Onde se lê:

Cruzada Infantil de Caiús, para um ambulatório — Jucás 20.000

Leia-se:

Cruzada Infantil de Cariús, para um ambulatório — Jucás 20.000

Onde se lê:

Faculdade Católica de Filosofia do Ceará — Fortaleza 90.000

Faculdade de Filosofia de Fortaleza 10.000

Leia-se:

Faculdade Católica de Filosofia do Ceará — Fortaleza 100.000

Onde se lê:

Patronato Dona Maria Luisa, em São Benedito do Ibiapaba .. 50.000

Leia-se:

Patronato Dona Maria Luisa, em São Benedito 50.000

Onde se lê:

Sociedade Beneficente Russona — Russas 50.000

Leia-se:

Sociedade Beneficente Russana — Russas 50.000

Onde se lê:

Sociedade Henrique Jorge — Fortaleza 35.000

Leia-se:	
Sociedade Musical Henrique Jorge — Fortaleza	35.000
Onde se lê:	
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de. Acaraú	300.000
Leia-se:	
Sociedade Acarauense de Proteção à Maternidade e à Infância	300.000
07 — Distrito Federal	
Onde se lê:	
Comité Internacional de Micologia Médica e Veterinária	220.000
Leia-se:	
Sociedade de Micopatologia Médica e Veterinária	220.000
08 — Espírito Santo	
Onde se lê:	
«Conferência São Vicente de Paulo», para aquisição da sede — Serra	100.000
Leia-se:	
«Conferência de Nossa Senhora da Conceição da Sociedade de São Vicente de Paulo», para aquisição da sede — Serra ..	100.000
09 — Goiás	
Onde se lê:	
Conferência de São Vicente de Paulo, destinado ao Lar Vicentino da Menina Pobre, em Ipameri	50.000
Lar Vicentino da Menina Pobre, da Sociedade de São Vicente de Paulo, Ipameri	50.000
Leia-se:	
Conferência de São Vicente de Paulo, destinado ao Lar Vicentino da Menina Pobre, Ipameri	100.000
12 — Mato Grosso	
Onde se lê:	
Associação Maternidade e Infância — Ponta Porã	100.000
Leia-se:	
Sociedade Beneficente de Ponta Porã	100.000
13 — Minas Gerais	
Onde se lê:	
Asilo São Miguel do Educandário Santa Terezinha, Santos Dumont	60.000
Leia-se:	
Asilo São Miguel da Conferência de São Vicente de Paulo, de Santos Dumont	60.000
Onde se lê:	
Conferência São Vicente de Paula, de Marília	10.000
Leia-se:	
Conferência São Vicente de Paula, de Mariana	10.000
Onde se lê:	
Associação de Proteção ao Menor Desamparado, Leopoldina ..	30.000
Leia-se:	
Associação de Assistência e Proteção à Infância do Município de Leopoldina	30.000
Onde se lê:	
Após «Sociedade de São Vicente de Paulo, de Vila Aldeia, Município de Conselheiro Pena»: Santa Casa de Misericórdia de Pitangui	80.000
Leia-se:	
Sociedade São Vicente de Paulo — Piranga	30.000

14 — *Pará*

Onde se lê:	
Colégio Nossa Senhora da Anunciação, de Ananindeua	60.000
Colégio Nossa Senhora da Anunciação, de Ananindeua	20.000
Leia-se:	
Escola Doméstica de Ananindeua	80.000
Onde se lê:	
Escola Agrícola Dom Luís Lasagna de Ananindeua	50.000
Leia-se:	
Casa do Filho do Seringueiro de Ananindeua	50.000

15 — *Paraíba*

Onde se lê:	
Escola Normal Padre Diniz — João Pessoa	50.000
Leia-se:	
Escola Normal Padre Diniz — Misericórdia	50.000
Onde se lê:	
Centro Nortista — João Pessoa	20.000
Leia-se:	
Centro Noelista — João Pessoa	20.000
Onde se lê:	
Escola Normal Padre Diniz de Itaporanga	50.000
Leia-se:	
Escola Normal Padre Diniz — Misericórdia	50.000
Onde se lê:	
Escola Normal Regional São José — Souza	100.000
Leia-se:	
Escola Normal Rural São José — Souza	100.000

16 — *Paraná*

Onde se lê:	
Hospital São Vicente de Paulo — Guarapava	190.000
Leia-se:	
Hospital São Vicente de Paulo — Guarapuava	190.000
Onde se lê:	
Hospital de Caridade — União da Vitória	40.000
Leia-se:	
Hospital da Associação de Proteção à Infância e à Maternidade de União da Vitória	40.000
Onde se lê:	
Hospital de Contenda, Lapa	150.000
Leia-se:	
Hospital e Maternidade Miguelina Franco e Elisa Padilha, de Contenda	150.000

17 — *Pernambuco*

Onde se lê:	
Lactário Amélia de Pontes de Caruaru	100.000
Leia-se:	
Lactário Amélia de Pontes, de Caruaru (Liga contra a Mortalidade Infantil de Caruaru)	100.000
Onde se lê:	
Núcleo de Aprendizagem Profissional para menores abandonados, de Caruaru	50.000
Leia-se:	
Núcleo de Aprendizagem Profissional para menores abandonados, da Diocese de Caruaru	50.000

22 — *Rio Grande do Sul*

Onde se lê:		
Abrigo Espirita «Oscar José Pitheu», Santa Maria	20.000	
Leia-se:		
Abrigo Espirita «Oscar José Pithan», Santa Maria	20.000	
Onde se lê:		
Hospital de Caridade Santana de Bom Retiro	30.000	
Leia-se:		
Hospital Santana de Bom Retiro	80.000	

24 — *São Paulo*

Onde se lê:		
Santa Casa de Misericórdia de Limeira	10.000	
Leia-se:		
Santa Casa de Misericórdia de Limeira	10.000	
Onde se lê:		
Santa Casa de Misericórdia — Atibaia	30.000	
Leia-se:		
Irmandade de Misericórdia de Atibaia	30.000	
Onde se lê:		
Irmandade Civil Pró-Vila de São Francisco, de Atibaia	50.000	
Leia-se:		
Orfanato Civil Pró-Vila de São Francisco, de Atibaia	50.000	

20 — SUBVENÇÕES

06 — Conselho Nacional do Serviço Social

1) Pagamento de Subvenções de acordo com a discriminação constante do anexo.

Relação das entidades assistenciais que têm direito à subvenção no exercício de 1952.

04 — *Amazonas*

Onde se lê:		
Hospital de Jauareté, a cargo da Missão Salesiana	30.000	
Hospital de Paru	30.000	
Hospital de São Gabriel	30.000	
Hospital de Içana	30.000	
Hospital de Humaitá	30.000	
Leia-se:		
Missão Salesiana do Rio Negro para os Hospitais de Jauareté, Pari, São Gabriel, Taracuá e Humaitá, em partes iguais ..	150.000	

05 — *Bahia*

Onde se lê:		
Sociedade União dos Mineiros, de Lençóis	10.000	
Leia-se:		
Sociedade União dos Mineiros, de Lençóis	10.000	

07 — *Distrito Federal*

Onde se lê:		
Escola Rainha de Maria	30.000	
Leia-se:		
Ginásio N. S. Rainha dos Corações	30.000	

09 — *Goiás*

Onde se lê:		
Associação Cristã de Beneficência, de Jataí	50.000	
Leia-se:		
Sociedade Cristã de Beneficência, de Jataí	50.000	

11 — *Maranhão*

Onde se lê:	
Escola Técnica de Comércio de São Luís	42.000
Leia-se:	
Escola Técnica de Comércio do Maranhão	42.000

14 — *Pará*

Onde se lê:	
Associação de Amparo à Velhice — Nova Timbóterra	24.000
Leia-se:	
Associação de Amparo à Velhice — Nova Timbóteua	24.000

15 — *Paraíba*

Onde se lê:	
Escola Normal Regional de Souza	10.000
Leia-se:	
Escola Normal Rural São José, Souza	10.000

16 — *Paraná*

Onde se lê:	
Centro Paranaense de Cultura Feminina, de Curitiba	10.000
Leia-se:	
Centro Paranaense Feminino de Cultura, de Curitiba	10.000
Onde se lê:	
Educandário N. S. da Conceição, de Palmeira	10.000
Leia-se:	
Educandário Imaculada Conceição, de Palmeira	10.000

17 — *Pernambuco*

Onde se lê:	
Companhia Filhas de Maria Servas de Caridade, Recife	12.000
Leia-se:	
Instituto das Filhas de Maria Servas da Caridade, Recife	12.000
Onde se lê:	
Externato dos Pobres dos Filhos de Santa Catarina	36.000
Leia-se:	
«Externato S. Catarina» (dirigido pelas Freiras «Filhas de Santa Catarina»), Recife	36.000

18 — *Piauí*

Onde se lê:	
Círculo Operário São José — Parnaíba	10.000
Leia-se:	
Círculo Proletário São José — Parnaíba	10.000

22 — *Rio Grande do Sul*

Onde se lê:	
União Cultural e Agrícola de S. Leopoldo do Sul	35.000
Leia-se:	
União Cultural e Agrícola de S. Lourenço do Sul	35.000
Onde se lê:	
Hospital de Caridade — Não me Toque — Carazinho	25.000
Leia-se:	
Hospital Beneficência Alto Jacuí — Não me Toque — Carazinho	25.000

23 — *Santa Catarina*

Onde se lê:	
Hospital São Joaquim de Sombrio, Araranguá	25.000
Leia-se:	
Hospital Dom Joaquim de Sombrio, Araranguá	25.000

24 — São Paulo

Onde se lê:	
Santa Casa de Itápolis	20.000
Leia-se:	
Hospital de Misericórdia de Itápolis	20.000
Onde se lê:	
Serviço de Proteção aos Menores (Casa da Criança) de Taubaté	24.000
Leia-se:	
Serviço de Proteção à Criança, Taubaté	24.000

25 — Sergipe

Onde se lê:	
Após «Orfanato da Imaculada Conceição — São Cristóvão — 36.000»:	
Sociedade Beneficente Amparo de Maria de Estância	15.000
Leia-se:	
Orfanato S. Vicente de Estância	15.000

26 — DIVERSOS

Onde se lê:	
Bispado de Santos, para a Faculdade Católica, de Santos, São Paulo (prédio em instalação)	300.000
Leia-se:	
Sociedade «Visconde de São Leopoldo», mantenedora da Faculdade de Direito de Santos, Estado de São Paulo	300.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação VII — Dispositivos Constitucionais

- 69 — Dotações para atender ao disposto no art. 199, da Constituição (Valorização Econômica da Amazônia)
- 1 — Auxílios
- 06 — Conselho Nacional de Serviço Social

14 — Pará

- 14 — Prosseguimento de obras e equipamentos de escolas técnico-profissionais nas seguintes localidades:

Onde se lê:	
Mocajuba	230.000
Leia-se:	
Mocajuba	230.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação X — Diversos

- 77 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis.
- Onde se lê:
- Após «07 — 7ª Região — Belo Horizonte, 24.000 — 210.000»:
- 03 — Delegacias Federais da Criança...
- Leia-se:
- 18 — Departamento Nacional de Saúde

VERBA 4 — OBRAS, EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação VIII — Despesas Especiais

- 19 — Obras em órgãos sob regime especial ou órgãos autárquicos
- 09 — Departamento de Administração

- 03 — Divisão de Obras
3 — Autarquias Educacionais

Onde se lê:

- 1 — Dotação sob a forma de contribuição para obras dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (Decreto-lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945)
- 1) Prosseguimento das obras da cidade Universitária (Decreto-lei nº 7.217, de 30 de dezembro de 1944) Hospital de Clínicas, Instituto de Puericultura, Instituto de Neurologia, Instituto de Psiquiatria, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Odontologia, Faculdade Nacional de Farmácia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia e obras gerais e de urbanização e outras obras da Cidade Universitária 89.000.000
 - 2) Equipamentos para o atual prédio da Faculdade Nacional de Odontologia (Cr\$ 500.000) e para a Escola Nacional de Engenharia (Cr\$ 1.500.000) 2.000.000
 - 3) Obras em diversas dependências dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil, sendo Cr\$ 300.000 para a Maternidade Thompson Mota do Hospital Escola São Francisco de Assis 3.300.000

94.300.000

Leia-se:

- 1 — Dotação sob a forma de contribuição para obras dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil (Decreto-lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945)
- 1) Prosseguimento das obras da cidade Universitária (Decreto-lei nº 7.217, de 30 de dezembro de 1944), Hospital de Clínicas, Instituto de Puericultura, Instituto de Neurologia, Instituto de Psiquiatria, Faculdade Nacional de Medicina, Faculdade Nacional de Odontologia, Faculdade Nacional de Farmácia, Faculdade Nacional de Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia e obras gerais e de urbanização e outras obras da Cidade Universitária 85.000.000
 - 2) Equipamento para o atual prédio da Faculdade Nacional de Odontologia (Cr\$ 500.000) e para a Escola Nacional de Engenharia (Cr\$ 1.500.000) 2.000.000
 - 3) Obras em diversas dependências dos órgãos integrantes da Universidade do Brasil, sendo Cr\$ 300.000 para a Maternidade Thompson Mota, do Hospital Escola São Francisco de Assis 3.300.000
 - 4) Prosseguimento das obras de ampliação do atual prédio da Escola Nacional de Engenharia 4.000.000

94.300.000

III — ANEXO Nº 21 — MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação II — Auxílios, Contribuições e Subvenções

19 — Contribuições

05 — Departamento de Administração

04 — Divisão do Orçamento

05 — Bahia

Onde se lê:

Orfanato Taylor-Egídio de Jaguaquara, para conclusão e equipamento 200.000

Leia-se:

Sociedade Beneficente Orfanato Taylor-Egídio 200.000

17 — Pernambuco

Onde se lê:

Obra de Assistência a Menores da Paróquia de Caruaru 50.000

Leia-se:

Obra de Assistência a Menores da Diocese de Caruaru 50.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação VII — Dispositivos Constitucionais

69 — Dotações para atender ao disposto no art. 199 da Constituição (Valorização Econômica da Amazônia)

1 — Auxílios

04 — Amazonas

Onde se lê:

- | | |
|---|---------|
| 1) Escola Industrial Salesiana da Cachoeirinha — Manaus, para continuação de obras e equipamentos | 160.000 |
| 3) Patronato Profissional de São Gabriel — Uapés | 180.000 |
| 4) Patronato Profissional de Jaguareté | 220.000 |
| 5) Patronato Profissional de Pari | 210.000 |
| 6) Patronato Profissional de Tapuracuara | 220.000 |
| 7) Patronato Profissional de Taracua | 90.000 |
| 8) Patronato Profissional de Içana | 80.000 |
| 9) Patronato Profissional de Barcelos | 210.000 |
| 10) Patronato Profissional de Humaitá | 100.000 |
| 11) Patronato de Santa Teresinha — Manaus | 250.000 |

Leia-se:

Missão Salesiana do Rio Negro (Prelazia do Rio Negro) para as seguintes instituições:

- | | |
|--|---------|
| a) Escola Industrial Salesiana de Cachoeirinha — Manaus, para continuação de obras e equipamento | 160.000 |
| b) Patronato Profissional de São Gabriel — Uapés | 180.000 |
| c) Patronato Profissional de Jaguareté | 220.000 |
| d) Patronato Profissional de Pari | 210.000 |
| e) Patronato Profissional de Tapuracuara | 220.000 |
| f) Patronato Profissional de Taracua | 90.000 |
| g) Patronato Profissional de Içana | 80.000 |
| h) Patronato Profissional de Barcelos | 210.000 |
| i) Patronato Profissional de Humaitá | 100.000 |
| j) Patronato de Santa Teresinha — Manaus | 250.000 |

11 — Maranhão

Onde se lê:

Centro de Assistência Social do Destino — São Luís 50.000

Leia-se:	
Centro de Assistência Social do Desterro — São Luís	50.000
24 — São Paulo	
Onde se lê:	
Serviço de proteção aos menores de Taubaté	100.000
Leia-se:	
Serviço de Proteção à Criança, de Taubaté	100.000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação X — Diversos

81 — Despesas miúdas de pronto pagamento

Onde se lê:	
01 — Gabinete do Ministro	65.000
02 — Conselho Nacional do Trânsito	3.000
05 — Departamento de Administração	4.000
Leia-se:	
01 — Gabinete do Ministro	65.000
02 — Conselho Nacional do Trânsito	3.000
04 — Seção de Segurança Nacional	4.000
05 — Departamento de Administração	

IV — ANEXO Nº 25 — MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS
PÚBLICAS

VERBA 4 — OBRAS, EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação VI — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 11 — Dotações para atender ao disposto no art. 198 da Constituição (Defesa contra as Secas do Nordeste)

2 — Obras

18 — Piauí

Onde se lê:	
8) Prosseguimento da construção do Açude Joazeiro, no Município de Paulista	1.000.000
Leia-se:	
8) Prosseguimento da construção do Açude Ingazeira, no Município de Paulistana	1.000.000

VERBA 4 — OBRAS, EQUIPAMENTOS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Consignação VII — Plano S.A.L.T.E.

16 — Setor transporte (Aplicação de acordo com a Lei nº 1.102/18-5-50)

31 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

01 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

1 — Estudos, projetos e construção das seguintes ferrovias:

Onde se lê:	
9) Coatiara — Patos de Minas	17.000.000
9) Catiaira — Patos de Minas	17.000.000

V — ANEXO Nº 26 — PODER JUDICIÁRIO

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

18 — Gratificações por serviços eleitorais	
04 — Justiça Eleitoral	
02 — Tribunais Regionais Eleitorais	23.540.000

NO QUADRO DISCRIMINATIVO

18 — Rio Grande do Sul	2.238.000
Leia-se:	

Para gratificações eleitorais

18 — Rio Grande do Sul	2.006.400
------------------------------	-----------

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação X — Diversos

77 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis	
04 — Justiça Eleitoral	
02 — Tribunais Regionais Eleitorais	1.204.000

NO QUADRO DISCRIMINATIVO

Onde se lê:

Para aluguel ou arrendamento de imóveis, etc.:

06 — Espírito Santo	90.000
07 — Goiás	—

Leia-se:

Para aluguel ou arrendamento de imóveis, etc.:

06 — Espírito Santo	30.000
07 — Goiás	90.000

Art. 2º Serão pagos, quer a entidades públicas, quer a instituições privadas, as dotações consignadas no vigente Orçamento Geral da União e nos anteriores, sob os títulos de Auxílios, Contribuições ou Subvenções, independentemente do disposto nos arts. 2º, 3º e 23 da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

§ 1º Observar-se-á, quanto à movimentação dos recursos, o regime nela estabelecido.

§ 2º As entidades públicas, beneficiadas com dotações referidas neste artigo, apresentarão programa de aplicação dos recursos ao Ministério ao qual estiver consignado o respectivo crédito.

§ 3º As instituições privadas aplicar-se-ão as demais disposições da Lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÍLIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer.

Alvaro de Souza Lima.

João Cleofas.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.759 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1952

Dá nova redação à letra b, do § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A letra b do § 2.º do artigo 31 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 31

§ 2.º

b — os professores normalistas com curso regular — concluído até o fim de 1945 ou posteriormente, de acordo com o Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946 — para os de pedagogia, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história”.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

E. Simões Filho.

LEI N.º 1.760 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 900.000,00 destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 900.000,00 (novecentos mil cruzeiros) destinado à regularização de despesas, de qualquer espécie, relacionadas com o pessoal brasileiro a serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, bem como de outras naturezas, julgadas indispensáveis ao desenvolvimento dos trabalhos da mencionada Comissão.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Horácio Laje.

LEI N.º 1.761 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Instituto Nacional do Sal promoverá diretamente, nos termos da letra a do Art. 7.º do Decreto-lei n.º 2.300, de 10 de junho de 1940, ou financiará com os recursos de que dispuser, a pessoas físicas ou jurídicas que a isso se propuserem, a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal, nos principais centros de consumo do país.

Art. 2.º Na execução do § 1.º do art. 2.º da Lei n.º 831, de 23 de setembro de 1949, é o Governo autorizado a despendar até Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) com a organização do proje-

to do primeiro pórtico a construir, inclusive estudos de laboratórios no estrangeiro, descontando-se, em relação a ele, dentro do prazo estatuído na referida lei, o que fôr gasto nos estudos e projetos citados.

Art. 3.º Gozarão das isenções previstas nos arts. 1.º e 2.º e respectivos §§ 3.º, 4.º e 5.º da Lei numero 1.112, de 25 de maio de 1950, para a aquisição de navios destinados e apropriados ao transporte de sal nos portos nacionais, e sua utilização nos referidos transportes, as empresas já organizadas ou que se organizarem, para dito fim, e bem assim os proprietários de salinas, devidamente registradas.

Art. 4.º Da taxa por tonelada de sal exportado, prevista no art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.300, de 10 de junho de 1940, e ora elevada para Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros), serão destacados 20% (vinte por cento) para aplicação em serviços de assistência médica, farmacêutica e odontológica aos trabalhadores de salinas e suas famílias.

Art. 5.º Tais serviços, que devem abranger todas as regiões salineiras do país, serão contratados pelo Instituto Nacional do Sal com os hospitais existentes nos pontos mais próximos das salinas.

Art. 6.º As verbas destinadas aos serviços previstos nesta lei serão aplicadas de modo a que cada região seja beneficiada na importância correspondente às taxas cobradas do sal de sua produção.

Art. 7.º O Instituto Nacional do Sal promoverá a instalação de usinas para a iodetização do sal destinado ao consumo doméstico nas regiões, onde grassa o bócio endêmico.

Art. 8.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.762 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira a 18.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira a 18.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional, realizada, de 23 de julho a 9 de agosto de 1952, em Toronto, Canadá.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.762—"A" — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º Quando julgar necessário ao serviço, poderá o Ministro da Justiça e Negócios Interiores designar Assistentes Jurídicos desse Ministério para servirem junto ao Procurador Geral da República, ao Sub-procurador Geral da República e aos Procuradores da República no Distrito Federal e nos Estados.

Parágrafo único. Não poderá ser designado mais de um Assistente Jurídico para servir junto à mesma Procuradoria.

Art. 2.º Os Assistentes Jurídicos, designados na forma do artigo ante-

rior, desempenharão os encargos que lhes forem atribuídos pelos Procuradores junto aos quais servirem.

Art. 3.º Os Assistentes Jurídicos nomeados de acordo com o Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de fevereiro de 1943, e que tiverem mais de um ano de serviço público ficarão sujeitos a concurso de títulos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

nários da Secretaria da Câmara dos Deputados em sessões noturnas.

Art. 3.º Os créditos abertos pela presente Lei serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.763 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional os créditos suplementares de Cr\$ 252.000,00 e Cr\$ 500.000,00 destinados, respectivamente ao reforço da Verba 1, Consignação I, Subconsignação 03, item 02 e Verba 1, Consignação III, Subconsignação 11, item 01-01, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), para reforço da Verba 1, Consignação I, Subconsignação 03, item 02, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951 a fim de ocorrer ao pagamento de subsídio, parte variável, dos Senadores.

Art. 2.º E' aberto, ainda, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para reforço da Verba 1, Consignação III, Subconsignação 11, item 01-01, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951, para pagamento dos serviços extraordinários prestados pelos funcio-

LEI N.º 1.764 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1952

Cria, na Terceira Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E criada, na Terceira Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º São criados um cargo de Juiz do Trabalho de Junta e duas funções de Vogal, sendo uma para a representação de empregadores e a outra para a de empregados.

§ 1.º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 2.º Os vencimentos do cargo e das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948 (art. 5.º).

Art. 3.º Os mandatos dos vogais da Junta de que trata esta Lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas de Belo Horizonte, atualmente em curso.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Re-

gião promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais para a execução desta Lei, até Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e sessenta cruzeiros).

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1952, 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.765 — DE 18 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Enquanto não for aprovado o plano de classificação de cargos e funções e revistos os níveis de retribuição correspondente, na conformidade do art. 259, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, é concedido aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios um abono de emergência mensal, de acordo com a seguinte tabela:

Padrões e Referências	Valor mensal atual do vencimento ou salário	Valor do abono de emergência mensal	Soma dos dois valores mensais
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1	40,00	560,00	600,00
2	100,00	500,00	600,00
3	150,00	450,00	600,00
4	200,00	400,00	600,00
5	250,00	350,00	600,00
6	300,00	400,00	700,00
7	350,00	450,00	800,00
8	400,00	500,00	900,00
9	450,00	550,00	1.000,00
10	500,00	550,00	1.100,00
11	600,00	600,00	1.200,00
12	650,00	650,00	1.300,00
13	750,00	650,00	1.400,00
14	800,00	750,00	1.550,00
15	900,00	800,00	1.700,00
16	1.100,00	750,00	1.850,00
A	1.200,00	800,00	2.000,00
B	1.310,00	840,00	2.150,00
C	1.440,00	860,00	2.300,00
D	1.580,00	900,00	2.480,00
E	1.720,00	900,00	2.620,00
F	1.900,00	1.000,00	2.900,00
G	2.170,00	1.000,00	3.170,00
H	2.580,00	1.000,00	3.580,00
I	2.990,00	1.000,00	3.990,00
J	3.620,00	1.000,00	4.620,00
K	4.310,00	1.000,00	5.310,00
L	5.160,00	1.000,00	6.160,00
M	6.080,00	920,00	7.000,00
N	7.230,00	770,00	8.000,00
O	8.400,00	600,00	9.000,00

§ 1.º Não terá direito ao abono de emergência o servidor cujo vencimento, remuneração ou salário seja superior ao valor do padrão O (Cr\$ 8.400,00).

§ 2.º Os descontos, decorrentes de ausência ao serviço ou outro motivo, que afetarem o vencimento ou salário mensal do servidor determinarão, na mesma proporção, a redução do abono de emergência correspondente.

Art. 2.º Para os servidores cujos salários ou retribuição não obedecem à padronização de que trata a tabela do art. 1.º desta Lei, a importância do abono de emergência será igual a atribuída ao padrão ou referência cujo valor mais se aproxime do salário ou retribuição atualmente percebido.

Parágrafo único. No caso em que o valor do salário ou retribuição atualmente percebido constitua, exatamente, a média aritmética dos valores de duas referências ou dois padrões contíguos da aludida tabela, o abono devido será o de valor mais elevado.

Art. 3.º Os extranumerários, contratados e tarefeiros terão direito ao abono de emergência na forma dos arts. 1.º e 2.º.

§ 1.º Para efeito do que dispõe este artigo, será considerado salário mensal de tarefeiro a média aritmética do salário percebido nos últimos três meses.

§ 2.º O salário mensal dos extranumerários-tarefeiros admitidos a partir da vigência desta Lei não poderá exceder importância correspondente à da referência 27.

Art. 4.º O abono de emergência ao extranumerário contratado, de acordo com o art. 3.º constará do termo aditivo ao respectivo contrato.

Art. 5.º Os extranumerários diaristas da União passam à condição de extranumerários mensalistas com direito ao abono de emergência correspondente à referência em que fi-

cam classificados, de acordo com a tabela abaixo:

Diária	Referência de
Cr\$	salário corres-
	pondente
De 4,00 a 4,90	2
De 5,00 a 6,50	3
De 7,00 a 8,00	4
De 9,00 a 10,40	5
De 11,00 a 12,00	6
De 13,00 a 14,70	7
De 15,00 a 16,80	8
De 17,00 a 18,00	9
De 19,00 a 22,60	10
De 23,00 a 24,50	11
De 25,00 a 26,40	12
De 27,00 a 30,80	13
De 31,00 a 32,90	14
De 33,00 a 36,60	15
De 37,00 a 44,50	16
De 45,00 a 48,90	17
De 49,00 a 52,80	18
De 53,00 a 57,60	19
De 58,00 a 63,60	20
De 64,00 a 68,80	21
De 69,00 a 76,80	22

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o processo de transformação dos extranumerários diaristas em mensalistas, por força das alterações determinadas por esta lei.

Art. 6.º Ficam transformadas em tabelas de extranumerário mensalista as atuais tabelas de extranumerário diarista, vedada qualquer nova admissão de diaristas no serviço público civil da União.

Parágrafo único. As despesas com as tabelas de extranumerário mensalista resultantes da transformação continuarão a ser atendidas pelas atuais dotações, até que seja reajustada a discriminação orçamentária à nova rubrica de extranumerário mensalista.

Art. 7.º O abono de emergência não será, em caso algum, nem para qualquer efeito, incorporado ao vencimento, remuneração, salário ou retribuição do servidor nem ao provento do inativo ou do pensionista.

Parágrafo único. Os servidores que passarem à inatividade na vigência desta lei terão direito ao abono de emergência correspondente ao provento da aposentadoria.

Art. 8.º A despesa com o pagamento do abono de emergência não

dependerá de registro prévio pelo Tribunal de Contas e os órgãos pagadores são autorizados a efetuar a independentemente dessa formalidade.

Art. 9.º Aos servidores civis da União e dos Territórios, aposentados ou em disponibilidade remunerada, bem como aos pensionistas do Tesouro Nacional, é, também, concedido um abono de emergência mensal, que corresponderá a 70% do previsto para os servidores em atividade.

§ 1.º Terão também direito ao abono de emergência os aposentados que, quando na atividade, estavam sujeitos ao regime de remuneração e cujos proventos atuais não excedam a importância correspondente ao vencimento do padrão O.

§ 2.º Para a aplicação da percentagem de que trata este artigo, proceder-se-á de acordo com as normas estabelecidas no art. 2.º e seu parágrafo único desprezando-se, no cálculo, as frações inferiores a Cr\$ 5,00 e arredondando-se para Cr\$ 10,00 as iguais ou superiores àquela quantia.

§ 3.º Os aposentados por invalidez em acidente no serviço ou moléstia profissional, por neoplasia maligna, tuberculose ativa, lepra, alienação mental, paralisia, cegueira ou cardiopatia grave, terão direito ao abono de que cogita esta lei, na base em que é concedido aos servidores em atividade e correspondente ao provento da aposentadoria.

§ 4.º O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado e as Caixas de Aposentadorias e Pensões, que tiverem a seu cargo o pagamento dos proventos de aposentadoria a servidores civis da União, passarão a pagá-los acrescidos do abono de emergência e do aumento do salário-família estabelecidas nesta lei e serão indenizados na forma do Decreto-lei n. 3.769, de 28 de outubro de 1941.

Art. 10. Os ocupantes dos cargos isolados de provimento em comissão com símbolos de valores iguais aos que figuram no art. 1.º terão direito ao abono de emergência mensal correspondente.

Art. 11. O salário-família passa a ser concedido na razão de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), por dependente, a todo servidor ativo e inativo

§ 1.º Inclui-se como dependente, para efeito da concessão do salário-família, o cônjuge do sexo feminino que não seja contribuinte de instituição de previdência social e não exerça atividade remunerada ou perceba pensão ou qualquer outro rendimento em importância superior ao valor do salário-família.

§ 2.º O salário-família não será pago:

a) aos servidores que perceberem as gratificações de encargos de família previstas no art. 15, § 3.º, do Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946, alterado pela Lei n. 1.220, de 2ª de outubro de 1950;

b) ao inativo residente no exterior.

§ 3.º A verificação das condições estabelecidas para concessão do salário-família terá por base as declarações do servidor que a requerer o qual responderá funcional e financeiramente por quaisquer incorreções.

§ 4.º Será pago diretamente a esposa, ou a quem, na sua falta ou impedimento, legalmente a substituir o salário-família do servidor que manifesta ou comprovadamente, descurar da subsistência daquela ou da subsistência e educação dos demais dependentes.

§ 5.º O salário-família será pago na base de Cr\$ 150,00 exclusivamente aos servidores civis atingidos pela presente lei.

Art. 12. O salário mínimo do pessoal de obras a que se refere o Decreto n. 240, de 4 de fevereiro de 1938 será fixado de acordo com o salário mínimo da região; e o salário em geral de acordo com o valor atribuído no mercado de trabalho local, ao tipo da atividade a ser desempenhada.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência de recursos orçamentários para o pagamento do pessoal de obras nas condições previstas neste artigo o crédito especial autorizado nos termos da presente Lei poderá ser utilizado para ocorrer às despesas com esse pessoal.

Art. 13. O pessoal de obras ficará sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho para efeito de férias e repouso semanal remunerado.

Parágrafo único. O pessoal de obras, nomeado ou admitido em

qualquer das categorias de servidor público da União, contará, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço efetivamente prestado em obras realizadas por administração direta do Estado.

Art. 14. O pessoal de obras é destinado à execução de trabalho de natureza caracteristicamente temporária.

Parágrafo único. É vedado, sob pena de responsabilidade funcional e financeira, desviar pessoal de obras para serviços que não se relacionem, diretamente, com a execução das obras para que foi admitido.

Art. 15. A retribuição do pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos será estabelecida de acordo com o salário mínimo da região e o valor atribuído, no mercado de trabalho local, ao tipo de atividade a ser desempenhada.

§ 1.º Na hipótese de insuficiência dos recursos orçamentários para o pagamento do pessoal admitido à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, nas condições deste artigo, o crédito especial autorizado nos termos da presente Lei poderá ser utilizado para ocorrer às despesas com esse pessoal.

§ 2.º O pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, admitido ou nomeado para qualquer das categorias de servidor público da União, contará, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço efetivamente prestado naquela qualidade.

Art. 16. O pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos fica sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, para efeito de férias e repouso semanal remunerado.

Art. 17. O Diretor ou Chefe de Serviço que destinar a pagamentos de pessoal parte dos recursos à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, deverá submeter anualmente ao Ministro de Estado, ou ao dirigente do órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, o plano de sua aplicação, do qual constem a classificação e a retribuição do trabalho, respeitados os níveis iniciais do cargo ou função análoga do servidor público federal.

Parágrafo único. Aprovadas as tabelas e publicadas no *Diário Oficial*, serão submetidas, mediante cópia, ao

Tribunal de Contas para efeito de comprovação das despesas realizadas à conta da respectiva rubrica orçamentária.

Art. 18. O pessoal que, ocupando funções de caráter permanente, é pago pela Verba 3 (Serviços e Encargos) ou pela Verba de Obras, terá direito ao abono de emergência e ao salário-família de acordo com esta lei, e bem assim ao repouso semanal remunerado.

Art. 19. O abono a que se refere esta lei se estende ao pessoal ativo ou inativo dos órgãos paraestatais e autarquias federais, condicionando às possibilidades financeiras da respectiva entidade.

§ 1.º Os vencimentos e salários dos dirigentes e empregados das autarquias federais serão fixados por ato do Poder Executivo, não podendo exceder os níveis dos cargos ou funções correspondentes dos servidores federais, salvo em casos excepcionais, os dos cargos ou funções técnicas.

§ 2.º Terão direito ao abono de emergência, nas condições deste artigo, os servidores das empresas incorporadas ao patrimônio da União com vencimentos padronizados pelos dos servidores federais.

§ 3.º Vetado.

Art. 20. O direito à percepção do abono a que se refere esta lei se estende aos servidores dos seguintes órgãos ou entidades que não estejam diretamente beneficiados pelo artigo 1.º:

a) Estrada de Ferro Central do Brasil, Noroeste do Brasil, Rede Viação Paraná-Santa Catarina, e outras sob regime autárquico;

b) Estradas de Ferro Leopoldina, Santos-Jundiaí, Rede Ferroviária do Nordeste, Ilhéus-Conquista, Jacui, e outras sob regime semelhante;

c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, inclusive os Agentes Municipais de Estatística;

d) Caixas Econômicas Federais;

e) Pessoal do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Parágrafo único. — Do abono a ser concedido ao pessoal das Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais não decorrerá qualquer ônus para o Tesouro Nacional.

Art. 21. O abono de emergência de que trata esta lei é extensivo ao pessoal dos serviços executados em regime de acôrdo entre a União e os Estados, correndo as respectivas despesas à conta das cotas federais.

Art. 22. Aos servidores que, nos termos da Constituição, exercem dois cargos, ou estejam em efetivo exercício em um deles e em disponibilidade com relação a outro, será pago o abono de maior valor correspondente a um dos dois cargos, desde que a soma das duas retribuições não ultrapasse o valor do padrão "O" — (8.400,00).

Art. 23. A partir da vigência desta lei e até que seja aprovado o plano a que se refere o art. 2º da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, o servidor nomeado ou admitido independentemente da prestação de concurso ou prova de habilitação quando exigidos por lei, não terá direito ao abono de emergência de que trata esta lei.

Art. 24. É autorizado o Poder Executivo a abrir crédito especial, pelo Ministério da Fazenda, até a importância de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) para atender, no corrente exercício, as despesas decorrentes da execução da presente Lei, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 25. Vetado.

Art. 26. Os atuais extranumerários contratados, brasileiros, que ocupam funções de natureza permanente passarão à condição de extranumerários mensalistas, aplicando-se aos mesmos, no que couber, os dispositivos constantes desta lei, referentes aos atuais diaristas.

Art. 27. Os dispositivos desta Lei não se aplicam ao Tribunal de Contas, aos membros da Magistratura do Ministério Público da União nem aos serventuários da Justiça.

Art. 28. O abono de emergência e o novo valor do salário-família serão pagos a partir de 1 de dezembro de 1952.

Art. 29. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

Renato de Almeida Guillobel

Cyrol Espirito Santo Cardoso

M. de Pimentel Brandão

Horácio Lafer

Alvaro de Souza Lima

João Cleofas

E. Simões Filho

Segadas Viana

Nero Moura

LEI N.º 1.766 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Altera, sem aumento de despesas, o Anexo n.º 25, do Orçamento Geral da República para o Exercício de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da República para o corrente exercício financeiro de 1952, no Anexo 25 — Ministério da Viação e Obras Públicas, Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis, Consignação VII — Plano Salte, Sub-consignação 16 — Setor Transportes, 32 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem,

Cr\$

- | | |
|-----------------------|--------------|
| 8) São Paulo-Cuiabá — | |
| BR-33 e BR-31, Tre- | |
| cho Lins-São José do | |
| Rio Preto | 4.000.000,00 |

passa a ter a seguinte redação:

Cr\$

- | | |
|-----------------------|--------------|
| 8) São Paulo-Cuiabá — | |
| BR-14 e BR-31, Tre- | |
| cho São José do Rio | |
| Preto — Ponte Men- | |
| donça Lima | 4.000.000,00 |

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República

GETÚLIO VARGAS

Alvaro de Sousa Lima
Horácio Láfer

LEI N.º 1.767 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Exclui da classificação constante do artigo 1.º, da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' excluído do artigo 1.º, da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima.

Renato de Almeida
Guillobel

Cyro Espirito Santo
Cardoso

Nero Moura

LEI N.º 1.768 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Altera o artigo 141, e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 141, e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro passam a ter a seguinte redação:

"Art. 141 — Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não passe de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)."

"Art. 134 —

- I —
II — Nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis de valor superior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), excetuado o penhor agrícola."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima

LEI N.º 1.769 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00 (vinte e seis mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco, referente ao exercício de 1951.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.770 — DE 18 DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000.000,00, em reforço de verba do Anexo relativo àquele Ministério, do Orçamento Geral da União para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), em reforço das seguintes verbas do Anexo n.º 22 — Ministério da Marinha — do Orçamento Geral da União para 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

	Cr\$
S/c 10 — Gratificação por trabalho com risco de vida ou da saúde	
19 — D. F.	220.000,00
S/c 11 — Gratificação por serviço extraordinário	
19 — D. F.	15.000.000,00
S/c 13 — Gratificações militares	
19 — D. F.	50.000.000,00

CONSIGNAÇÃO IV — INDENIZAÇÕES

S/c 20 — Ajuda de custo	
19 — D. F.	9.000.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação 1 — Serviços de Terceiros

S/c 06 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens	
19 — D. F.	5.000.000,00

Consignação IV — Assistência e Previdência Social

S/c 60 — Salário-família	
19 — D. F.	3.500.000,00
S/c 61 — Abono de família	
19 — D. F.	4.000.000,00

Consignação V — Inativos

S/c 63 — Aposentados, jubilados, reformados, inválidos, assilados e pessoal da Reserva	
19 — D. F.	30.280.000,00

Consignação VI — Pensionistas

S/c 65 — Abono provisório e novas pensões	
19 — D. F.	1.000.000,00

Consignação X — Diversos

S/c 79 — Auxílio para fardamento	
19 — D. F.	2.000.000,00

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

S/c 19 — Combustíveis e lubrificantes	
19 — D. F.	20.000.000,00
S/c 23 — Gêneros de alimentação e de dieta; alimentos preparados; animais para corte; gêlo; artigos para fumantes	
19 — D. F.	70.000.000,00
S/c 28 — Vestuários, uniformes e equipamentos	
19 — D. F.	30.000.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação X — Diversos

S/c 83 — Etapas para alimentação	
19 — D. F.	60.000.000,00
Total	300.000.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Renato de Almeida Guillobel.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.771 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Essa importância será entregue ao Governo do mesmo Estado e destinada à construção de edifício ou de obra pública, com o sentido de participação nacional naquelas comemorações.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

E. Simões Filho.

Horácio Lafer

LEI N.º 1.772 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra h, do artigo 1.º, da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º A tributação excepcional, admitida nos §§ 2.º e 3.º, letra h, do art. 1.º, da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, se estende aos aumentos de capital que, na forma desses dispositivos, sejam realizados até 30 de junho de 1953.

§ 1.º A incorporação de reservas e a reavaliação de ativos das empresas de seguros, de capitalização, de bancos e, em geral, daquelas cujos aumentos de capital dependerem de autorização governamental, só se tornarão definitivas após a aprovação pela autoridade competente e na forma legal.

§ 2.º A incorporação das reservas das empresas de seguros e capitalização não atingirá as reservas técnicas ou matemáticas.

§ 3.º A sanção do inciso IV, do § 4.º, letra h do art. 1.º da Lei 1.474, de 26 de novembro de 1951, só se aplicará se o atraso no pagamento das cotas exceder de dois meses, sendo que, não excedido esse prazo, o contribuinte poderá quitar-se pagando sobre a cota vencida a multa de 10% (dez por cento).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Láfer.

Segadas Viana.

LEI N.º 1.772 "A" — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00 (vinte e quatro mil e setecentos cruzeiros), em reforço das seguintes dotações do Anexo 26 da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951:

Verba 1 — Pessoal

Cr\$

Consignação III — Vantagens.

Subconsignação 14 — Gratificação adicional.

03 — Justiça Militar.

02 — Auditorias.

01 — Auditoria da Correição 24.000,00

Verba 3 — Serviços e Encargos

Consignação IV — Assistência e Previdência Social.

Subconsignação 60 — Salário-família.

03 — Justiça Militar.

02 — Auditorias.

16 — Auditoria da 8. ^a Região Militar	700,00
Total	24.700,00

Art. 2.^o E' ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 317.448,60 (trezentos e dezessete mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e sessenta centavos), para atender ao pagamento das despesas

a) Vencimentos de Advogado de Ofício, padrão L, que deixou de receber o Dr. Mário Soares de Mendonça, da Auditoria da 6. ^a Região Militar	61.920,00
--	-----------

abaixo discriminadas, relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951:

b) Diferença de vencimentos dos substitutos das Auditorias da Justiça Militar:

	Cr\$	
4. ^a Região Militar	3.956,10	
6. ^a Região Militar	30.228,90	
7. ^a Região Militar	112.200,00	
8. ^a Região Militar	26.960,00	
9. ^a Região Militar	12.100,00	185.445,00

c) Salário-família:

1. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	1.550,00	
2. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	4.700,00	6.250,00

d) Telefone, telefonemas, etc.:

1. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	1.225,00	
2. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	309,00	1.534,60

e) Iluminação, força motriz:

1. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	1.137,00	
Auditoria da 9. ^a Região Militar	682,00	1.819,00

f) Aluguel de imóveis:

3. ^a Auditoria da 3. ^a Região Militar	3.000,00	
Auditoria da 9. ^a Região Militar	28.080,00	31.080,00

g) pagamento de adicionais ao Dr. Raimundo Leonam de Almeida Nobre. Promotor da Justiça Militar, que não recebeu o quantitativo relativo ao exercício de 1949	29.400,00
--	-----------

Total	317.448,60
-------------	------------

Art. 3.^o Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 18 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO

LEI N.º 1.773 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n.º 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º O artigo 1.º e a letra "b" do artigo 3.º, da Lei n.º 1.024, de 28 de dezembro de 1949, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º O Governo Federal, pelo Ministério da Educação e Saúde, representado este pelo Serviço de Documentação, é autorizado a editar as seguintes obras organizadas pelo Escritor Múcio Leão: — o Dicionário Bibliográfico Brasileiro, a Lírica Brasileira, as obras de João Ribeiro, de Alberto de Oliveira, de Raimundo Correia e de Adelino Fontoura.

Art. 3.º

b) Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para a aquisição, pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, das aludidas obras, editadas sob sua supervisão."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Láfer

LEI N.º 1.774 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das

Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10 (cento e vinte e quatro mil duzentos e nove cruzeiros e dez centavos), equivalentes a US\$ 6.635,10 (seis mil seiscentos e trinta e cinco dólares e dez centimos), ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1.00 (um dólar), para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia, no período compreendido entre 1945 e 1951, com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

M. de Pimentel Brandão

Horácio Láfer

LEI N.º 1.775 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr. 1.942.911,50, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comitê Provisório Intergovernamental, para os movimentos migratórios da Europa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.942.911,50 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e onze cruzeiros e cinquenta centavos), equivalentes a US\$ 103.788,00 (cento e três mil setecentos e oitenta e oito dólares) ao câmbio de Cr\$ 18,72 (dezoito cruzeiros e setenta e dois centavos) por US\$ 1.00 (um dólar), para atender ao pagamento da contribuição

do Brasil, referente ao exercício de 1952, em favor do Comité Provisório Intergovernamental para os movimentos migratórios da Europa.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

M. de Pimentel Brandão

Horácio Láfer

LEI N.º 1.776 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.507,80 mensais a Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mourão Mota Reis, viúva e filhos do Dr. Jorge Lessa Mota Reis.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.507,80 (um mil, quinhentos e sete cruzeiros e oitenta centavos) mensais a Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mourão Mota Reis, viúva e filhos do Dr. Jorge Lessa Mota Reis, biologista, classe "L", do Departamento Nacional de Produção Animal, falecido em consequência de esforços despendidos em exercício de suas funções.

§ 1.º Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere este artigo será transferida aos herdeiros acima mencionados, perdendo o herdeiro masculino direito ao benefício quando atingir a maioridade e a herdeira feminina quando contrair matrimônio.

§ 2.º O pagamento da pensão prevista nesta Lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da

Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

João Cleofas

LEI N.º 1.777 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' incluída a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, nos termos do artigo 17, da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o artigo 16 da mencionada Lei, com a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º E' aberto pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender às despesas, no corrente exercício, do pagamento da subvenção mencionada nesta Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

E. Simões Filho

Horácio Láfer

LEI N.º 1.778 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e, eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de . . . Cr\$ 60.130.000,00 (sessenta milhões, cento e trinta mil cruzeiros), destinado a aparelhar a Casa da Moeda com os elementos de que necessita para acompanhar o desenvolvimento do País, sendo Cr\$ 45.220.000,00 (quarenta e cinco milhões, duzentos e vinte mil cruzeiros) para aquisição de equipamentos, Cr\$ 13.110.000,00 (treze milhões, cento e dez mil cruzeiros), para execução de obras e instalações e Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros) para contratar técnicos, especializados e custear a ida ao estrangeiro de servidores especializados, com programa de trabalho determinado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Horácio Láfer

LEI N.º 1.118-A — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1952

Concede o auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, parágrafo 4.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedido à Federação Nacional dos Odontologistas o auxílio

de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade do Salvador, Estado da Bahia.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para atender às despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.778-B, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1952

Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n.º 720, de 28 de maio de 1949, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º A subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela Lei n.º 720, de 28 de maio de 1949, passa a ser de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) anuais, a partir do exercício de 1952.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.778-C, — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementares de Cr\$ 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 429.427,30 para pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º,

da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 117.320,00 (cento e dezessete mil trezentos e vinte cruzeiros) em reforço da seguinte dotação do Anexo 26 — Poder Judiciário — do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

Verba I — Pessoal

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 13 — Gratificação de representação

05 — Justiça do Trabalho

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento

01 — 1.ª Região — Cr\$ 117.320,00

Art. 2.º E' ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 429.427,30 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e vinte e sete cruzeiros e trinta centavos) para pagamento de despesas, correspondentes ao exercício de 1951, ocorridas com substituições nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

Art. 3.º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.779, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1952

Cria o Instituto Brasileiro de Café, e dá outras providências.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

Dos fins, diretrizes e atribuições

Art. 1.º O Instituto Brasileiro do Café (I. B. C.), entidade autárquica, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, sede e fóro no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, destina-se a realizar, através das diretrizes constantes desta lei, a política econômica do café brasileiro no país e no estrangeiro.

Art. 2.º Para a realização dessa política, adotará o I. B. C. as seguintes diretrizes :

a) promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar a qualidade do produto;

b) difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeeicultores;

c) radicação do cafeeiro nas zonas ecológica e economicamente mais favoráveis à produção e a obtenção das melhores qualidades, promovendo, inclusive, a recuperação das terras que já produziram café e o estudo de variedades às mesmas adaptáveis;

d) defesa de um preço justo para o produtor, condicionado à concorrência da produção alienígena e dos artigos congêneres, bem assim à indispensável expansão do consumo;

e) aperfeiçoamento do comércio e dos meios de distribuição ao consumo, inclusive transportes;

f) organização e intensificação da propaganda, objetivando o aumento do consumo nos mercados interno e externo;

g) realização de pesquisas e estudos econômicos para perfeito conhecimento dos mercados consumidores de café e de seus sucedâneos, objetivando a regularidade das vendas e a conquista de novos mercados;

h) fomento do cooperativismo de produção, do crédito e da distribuição mútua entre os cafeicultores.

Art. 3.º Para os fins dos arts. 1.º e 2.º, são atribuições do I. B. C.:

1. Intensificar, mediante acordos remunerados ou não, com o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura, e outras entidades públicas ou privadas, as investigações e experimentações necessárias ao aprimoramento dos processos de cultura, preparo, beneficiamento, industrialização e comércio de café.

2. Regulamentar e fiscalizar o trânsito do café das fontes de produção para os portos ou pontos de escoamento e consumo e o respectivo armazenamento, e, ainda, a exportação, inclusive fixando cotas de exportação por porto e exportador.

3. Regular a entrada nos portos, definindo o limite máximo dos estoques liberados em cada um deles.

4. Adotar ou sugerir medidas que assegurem a manutenção do equilíbrio estatístico entre a produção e o consumo.

5. Definir a qualidade dos cafés de mercado para o consumo do interior e do exterior, regulamentando e fiscalizando os tipos e qualidades no comércio interno e na exportação, podendo adotar medidas que assegurem o normal abastecimento do mercado interno.

6. Promover a repressão às fraudes no transporte, comércio, industrialização e consumo do café brasileiro, bem como as transgressões da presente lei, aplicando as penalidades cabíveis, na forma da legislação em vigor.

7. Defender preço justo para o café, nas fontes de produção ou nos portos de exportação, inclusive, quando necessário, mediante compra do produto para retirada temporária dos mercados.

8. Fiscalizar os preços das vendas para o exterior e os embarques na exportação para efeito do controle cambial, podendo impedir a exportação dos cafés vendidos a preços que não correspondem ao valor real da mercadoria, ou que não consultem o interesse nacional.

9. Cooperar diretamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na organização de estatísticas concernentes à economia cafeeira.

10. Facilitar, estimular ou organizar e estabelecer sistemas de distribuição, visando a colocação mais direta do café dos centros produtores aos de consumo.

§ 1.º Além das atividades e providências previstas neste artigo, poderá o Instituto Brasileiro do Café adotar outras implícitas nas finalidades definidas pelo art. 2.º, inclusive assistência financeira aos cafeicultores e suas cooperativas.

§ 2.º São consideradas cooperativas de cafeicultores, para os efeitos desta lei, as constituídas de proprietários, de arrendatários e de parceiros, todos obrigatoriamente cafeicultores, bem como as especialmente constituídas por cafeicultores, para comércio, exportação, beneficiamento, armazenamento, transporte e industrialização do café.

CAPÍTULO II

Da Administração

Art. 4.º A administração do I. B. C. ficará a cargo dos seguintes órgãos:

a) Junta Administrativa (J. Ad.);

b) Diretoria.

Art. 5.º O órgão supremo da direção do I. B. C. é a Junta Administrativa constituída :

- a) de um delegado especial do Governo Federal, que a preside, com voto deliberativo e de qualidade;
- b) de representantes da lavoura cafeeira nos termos do § 2.º d'êste artigo;
- c) de cinco representantes do comércio de café, um de cada uma das praças de Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá e Vitória, e o último em conjunto das demais praças;

d) de um representante de cada um dos Governos dos Estados de São Paulo, Minas Geraes, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo e de dois representantes designados em conjunto pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Goiás, Santa Catarina e Matto Grosso.

§ 1.º Os lavradores de café, membros da Junta Administrativa, serão eleitos pelos cafeicultores, segundo o processo eleitoral que fôr estabelecido pelo Poder Executivo em regulamento que deverá ser expedido dentro de 120 dias contados da vigência desta lei.

§ 2.º Cada Estado produtor de café com produção exportável mínima anual de 200.000 sacas terá um representante cafeicultor na J. Ad. Os demais Estados terão um representante para cada milhão de sacas exportáveis ou fração superior a 500.000 sacas até o máximo de dez representantes por Estado.

§ 3.º Cada representante referido neste artigo terá direito a um voto nas deliberações da J. Ad.

§ 4.º Para o efeito do disposto no § 2.º, o Ministro da Fazenda declarará, trinta dias antes das eleições, o número de representantes cafeicultores com base na produção exportável média dos últimos cinco anos agrícolas.

§ 5.º Os representantes do comércio do café e seus suplentes respectivos serão indicados pelas entidades representativas da classe das respectivas praças.

Art. 6.º O presidente da J. Ad. será de livre nomeação do Presidente da República, demissível *ad-nutum*, e os demais membros e respectivos suplentes serão investidos em seus cargos mediante nomeação do Presidente da República.

Art. 7.º O mandato dos membros da J. Ad. será de quatro (4) anos.

Art. 8.º A J. Ad., para desempenho de suas funções, reunir-se-á em sua sede, ordinariamente, independente de convocação, no primeiro dia útil da segunda quinzena de abril e da segunda quinzena de outubro; e extraordinariamente, quando convocada pelo seu presidente, ou pela maioria de seus membros, ou ainda pela Diretoria do I. B. C.

§ 1.º As sessões ordinárias durarão até dez dias, podendo ser prorrogadas sòmente no caso de assim o resolverem no mínimo 2/3 partes dos membros presentes.

§ 2.º As convocações extraordinárias, que não poderão exceder o prazo das ordinárias, far-se-ão com antecipação de 15 dias, mediante convite direto e nominal aos membros da J. Ad., além de publicação pela imprensa.

§ 3.º Na falta ou impedimento do delegado especial do Governo Federal, será nomeado substituto pelo Presidente da República.

§ 4.º As deliberações da J. Ad. serão tomadas por maioria de votos de seus membros presentes e constarão sempre de ata lavrada em livro próprio.

§ 5.º O suplente substitui transitòriamente o representante em suas faltas ou impedimentos e, definitivamente, no caso de renúncia ou falecimento.

Art. 9.º As deliberações da Junta Administrativa, que o delegado especial do Governo Federal, ou qualquer representante do Governo estadual, julgar contrárias às diretrizes da politica econômica do café, definidas no artigo 2.º, ou aos interesses de determinado Estado, serão submetidas, com fundamentada exposição, e por intermédio do Ministro da Fazenda, à apreciação do Presidente

da República, dentro de dez dias úteis, contados da data em que tiverem sido tomadas.

Parágrafo único. Considerar-se-ão aprovadas tais deliberações se, decorridos 30 dias do seu recebimento pelo Ministro, sobre elas não se pronunciar o Governo, em despacho, para mantê-las, no todo ou em parte, ou suscitar a respectiva reconsideração pela Junta Administrativa.

Art. 10. A J. Ad. compete:

- a) elaborar o seu regimento interno;
- b) baixar o orçamento anual do I. B. C. incluindo nêle, obrigatoriamente, as importâncias que julgar necessárias para atender ao disposto nas letras a, b e c do art. 2.º e no n.º 1 do art. 3.º desta lei, de acordo com o Ministério da Agricultura e com as demais entidades citadas neste último dispositivo;
- c) fiscalizar a execução do orçamento, tomar e aprovar as contas do exercício anterior;
- d) apreciar o relatório anual da Diretoria, o qual conterá explícita demonstração das contas e dos atos praticados;
- e) expedir os regulamentos de competência do I. B. C. necessários à consecução das diretrizes e atribuições constantes dos arts. 2.º e 3.º desta lei e determinar as medidas financeiras que se tornarem necessárias;
- f) apreciar as estatísticas da produção que lhes sejam propostas pela Diretoria, discutindo-as e firmando pontos de vista;
- g) criar e extinguir cargos e funções, fixar os respectivos vencimentos e gratificações.

Parágrafo único. As medidas de amparo adotadas serão extensivas a todos os Estados produtores, em idênticas circunstâncias e guardadas as respectivas proporções de valores globais das regiões produtoras.

Art. 11. Os membros da J. Ad. terão um subsídio que constará dos orçamentos anuais, arbitrado pelo Ministro da Fazenda.

Art. 12. O I. B. C. terá uma diretoria constituída de 5 (cinco) membros, sendo que três, no mínimo, serão obrigatoriamente lavradores de café, todos de nomeação do Presidente da República.

§ 1.º Os diretores cafeicultores serão escolhidos pelo Presidente da República, de lista quintupla que lhe será apresentada pelos representantes da cafeicultura na J. Ad.

§ 2.º O Presidente da República designará um dos Diretores para presidente da Diretoria.

§ 3.º São incompatíveis para o cargo de membro da Diretoria as pessoas diretamente interessadas no comércio do café.

Art. 13. Compete à Diretoria:

1. A fiel observância e a execução integral das deliberações da J. Ad. que tenham sido aprovadas pelo Governo Federal.
2. A superintendência e o controle imediato de todos os serviços do I. B. C.
3. A elaboração anual da proposta do orçamento da despesa dos serviços relativos à administração do I. B. C.
4. A organização do regulamento do pessoal do I. B. C.
5. A convocação extraordinária da J. Ad.
6. A elaboração do orçamento do custo da produção nas diversas regiões econômicas.
7. A promoção de entendimentos com os estabelecimentos bancários oficiais sobre o financiamento da produção cafeeira, consertando, sempre que possível, os pontos de vista relativos à política financeira do café.

Art. 14. A remuneração da Diretoria será fixada pelo Ministro da Fazenda.

Art. 15. Ao presidente da Diretoria compete:

1. Representar o I. B. C., ativa e passivamente, em Juízo ou em suas relações com terceiros.
2. Efetivar as medidas administrativas devidamente aprovadas.
3. Assinar com qualquer dos outros Diretores Cafeicultores cheques, ordens de pagamento e demais papéis relativos às despesas do I. B. C.
4. Assinar com qualquer dos Diretores Cafeicultores contratos que importem na alienação de bens de propriedade do I. B. C. ou constituição de ônus reais sobre os mesmos, previamente autorizados pela J. Ad., bem como outorgar procurações.
5. Presidir às reuniões da Diretoria com voto deliberativo e de qualidade e convocá-la em caráter extraordinário.
6. Nomear e promover os servidores do I. B. C., de acordo com quadro criado pela J. Ad., punir ou demitir esses servidores, bem assim os do quadro efetivo como os da Tabela Numérica Suplementar, de que trata o art. 31 desta lei, na forma que o regulamento estabelece e mediante inquérito administrativo; conceder férias, remoções, licenças e abonos de faltas.
7. Despachar todo o expediente do I. B. C.
8. Convocar extraordinariamente a J. Ad.

CAPÍTULO III

Do pessoal

Art. 16. Organizado o quadro do pessoal efetivo, os cargos e funções serão providos pelos ex-servidores do extinto D. N. C., de conformidade com o disposto na Lei n.º 164, de 5 de dezembro de 1947.

§ 1.º No aproveitamento do pessoal a que se refere este artigo, serão assegurados os vencimentos e as vantagens que os servidores percebiam à data em que foram dispensados do Departamento Nacional do Café, por força do Decreto-lei n.º 9.272, de 22 de maio de 1946.

§ 2.º Quando não houver mais ex-servidores do D. N. C. a serem aproveitados, os lugares que se vagarem ou resultarem de ampliações de quadro, dos serviços serão preenchidos mediante concurso de título e provas.

Art. 17. O tempo de serviço prestado ao D. N. C., inclusive em sua fase de liquidação, será computado pelo I. B. C. para todos os efeitos de direito.

Art. 18. Os servidores do I. B. C. com 70 anos e mais de idade e os que forem considerados inválidos para o exercício de função serão aposentados pelo I. B. C., de conformidade com o que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União.

§ 1.º Ficam a cargo do Instituto Brasileiro do Café as aposentadorias concedidas pelo extinto Departamento Nacional do Café.

§ 2.º Os proventos das aposentadorias, a que se refere este artigo, serão revistos nos termos do art. 193 da Constituição Federal.

Art. 19. As contribuições dos servidores do I. B. C. para o IPASE serão calculadas nas mesmas bases estabelecidas para os funcionários públicos cíveis da União, ficando-lhes asseguradas todas as vantagens de que gozam estes últimos.

CAPÍTULO IV

Do patrimônio

Art. 20. O patrimônio do I. B. C. é constituído pelo acervo do extinto D. N. C., incluídos os seus haveres, direitos, obrigações e ações, bens mó-

veis e imóveis, documentos e papéis do seu arquivo, que lhe serão incorporados na data do seu recebimento.

Parágrafo único. A Comissão Liquidante do D. N. C. efetuará a entrega do patrimônio da extinta autarquia e o I. B. C. receberá dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vigência da presente lei.

Art. 21. Todas as importâncias em dinheiro pertencentes ao I. B. C. serão obrigatoriamente depositadas em conta especial em seu nome, no estabelecimento bancário oficial a que incumba o financiamento agrícola, sendo destinadas, com ressalva das que sejam necessárias ao custeio das despesas gerais e de administração, ao financiamento das medidas aprovadas pela J. Ad. na execução do programa do I. B. C.

Parágrafo único. O I. B. C. contratará com o banco a aplicação desses recursos, mediante participação no resultado das operações.

Art. 22. Os armazéns de propriedade do I. B. C. poderão ser organizados como armazéns gerais, ou aproveitados como reguladores.

Parágrafo único. Os que forem julgados desnecessários poderão ser alienados mediante concorrência pública, com prévia autorização da J. Ad., para cada caso particular.

Art. 23. Os imóveis atualmente ocupados por usinas de café e outros que sirvam para o mesmo fim poderão ser arrendados à Cooperativa de Cafeicultores ou às Secretarias de Agricultura dos Estados, onde estiverem localizados.

Parágrafo único. A maquinaria das usinas a que se refere o presente artigo, terá o destino que for determinado pela J. Ad., observado o disposto no art. 9.º.

CAPÍTULO V

Da taxa

Art. 24. Para custeio dos serviços a seu cargo e atribuições que lhe competem, inclusive despesas de propaganda e outros encargos que venham a ser criados, o I. B. C. contará, além da renda do seu patrimônio, com o produto de uma taxa de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) por saca de 60 (sessenta) quilos de café, que é criada por esta Lei e será arrecadada na conformidade das instruções que baixará a sua Diretoria.

Art. 25. Nenhuma licença para exportação de café, em qualquer ponto do país, será expedida pela autoridade competente sem lhe ser exibida a prova do pagamento dessa taxa.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 26. Para os fins da presente lei, o I. B. C. poderá instalar e manter escritórios e delegados seus nas Capitais dos Estados, nos portos de exportação e mesmo no exterior.

Parágrafo único. Nos locais onde não existam serviços organizados pelo I. B. C. poderá este transferir, mediante acôrdo, parte de suas funções executivas aos Governos Estaduais ou Instituições Cafeeiras capazes de, a seu juízo, executá-las.

Art. 27. Enquanto não estiver constituída a J. Ad. a primeira diretoria composta de 3 (três) membros, de livre nomeação do Presidente da Repú-

blica, exercerá também os poderes daquela, competindo-lhe a guarda e a conservação do patrimônio do extinto Departamento Nacional do Café, por conta do qual correrão inicialmente as despesas e encargos do I. B. C.

Parágrafo único. Constituída a J. Ad., o Presidente da República nomeará a Diretoria definitivamente na conformidade do art. 12 e seus parágrafos.

Art. 28. Os representantes do Brasil nos órgãos ligados à economia cafeeira no estrangeiro, ainda que sem função diplomática, serão nomeados pelo Presidente da República.

Art. 29. Os representantes do Brasil, a que se refere o artigo anterior, remeterão mensalmente ao I. B. C. para a devida apreciação, relatórios e, se fôr o caso, balançetes mensais da receita e despesa, devendo ademais comparecer perante a J. Ad., pelo menos uma vez em cada ano, a fim de apresentar relatório escrito ou verbal sobre as atividades dos órgãos a seu cargo.

Art. 30. Organizado o Quadro do Instituto Brasileiro do Café nos termos do art. 16, serão aposentados pelo novo órgão, conforme o § 2.º do art. 191 da Constituição Federal, com os vencimentos e vantagens assegurados no § 1.º do referido art. 16, os ex-servidores do Departamento Nacional do Café dispensados por força do Decreto-lei n.º 9.272, de 22 de maio de 1946, que, à data da instalação do referido órgão, contarem 70 anos ou mais de idade e os que forem considerados inválidos para o exercício da função.

Art. 31. Os atuais servidores do D. N. C. em liquidação, dispensados por força do Decreto-lei n.º 9.272, de 22 de maio de 1946, que não forem aproveitados no quadro efetivo, passarão, automaticamente, a servidores do I. B. C. integrando uma Tabela Numérica Suplementar que se extinguirá pelo aproveitamento de seus componentes no quadro, seja pelas vagas verificadas ou por qualquer outro motivo.

Art. 32. São extensivos ao Instituto Brasileiro de Café os privilégios da Fazenda Pública, quanto a uso das ações especiais, prazos e regime de custas, correndo os processos de seu interesse perante o Juízo dos Feitos da Fazenda.

Art. 33. No caso de extinção do I. B. C., o acervo existente terá a destinação que fôr estabelecida pelas entidades representativas da lavoura cafeeira, as quais, para esse fim, serão convocadas na própria lei que extinguir o Instituto.

Art. 34. Dentro de 90 (noventa) dias da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá as necessárias instruções para a realização, dentro de igual prazo, da eleição dos primeiros representantes da lavoura cafeeira na J. Ad.

Art. 35. São revogados o Decreto n.º 9.784, de 6 de setembro de 1946, e o Decreto-lei n.º 9.272, de 22 de maio de 1946, mantida a revogação do Decreto n.º 6.213, de 22 de janeiro de 1944.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

João Cleofas.

LEI N.º 1.180 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1952

Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte:

Art. 1.º A alteração das carreiras do Quadro III, do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — de que trata a Lei n.º 1.229, de 13 de novembro de 1950, é extensiva ao ex-servidores desse Departamento, aposentados antes da vigência da referida lei, para o fim de serem também reajustados os seus atuais proventos de inatividade.

§ 1.º Feito o reajustamento dos antigos padrões ou referências, na época da aposentadoria, aos novos, de conformidade com as tabelas de ns. I a XXXVIII, anexas à mencionada Lei, os proventos dos inativos serão calculados na base de 90% (noventa por cento) dos novos valores.

§ 2.º As frações de cruzeiros, decorrentes da aplicação da percentagem estabelecida no parágrafo anterior serão desprezadas se inferiores a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) e arredondados para Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) se iguais ou superiores àquela quantia.

Art. 2.º Os novos valores dos proventos regulados por esta Lei consideram-se efetivados a partir da data em que entrou em vigor a citada Lei n.º 1.229, de 13 de novembro de 1950.

Art. 3.º Os aposentados beneficiados por esta Lei terão os seus títulos de inatividade apostilados pela Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, desde que o requeiram.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar até a importância de Cr\$ 17.000.000,00 (dezesete milhões de cruzeiros) em reforço à Verba 3 — Serviços e Encargos; Consignação V — Inativos, do Orçamento do mesmo Ministério.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de dezembro de 1952.

JOÃO CAFÉ FILHO.

LEI N.º 1.781 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1952

Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60, para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário desta Casa do Congresso, Dr. Leonidas Resende, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60 (cento e um mil, setecentos e oitenta cruzeiros e sessenta centavos), para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário desta Casa do Congresso, Dr. Leonidas Resende, dos vencimentos que deixou de perceber no período de 2 de setembro de 1924 a 17 de outubro de 1934, conforme Resolução n.º 226, de 12 de novembro de 1952, da Câmara dos Deputados.

Art. 2.º O crédito aberto por esta Lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Horácio Lafer

LEI N.º 1.782 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1952

Dispõe sobre promoção ao posto de 2os. Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aero-

náutica (1.º Grupo de Caça), que tomaram parte nas operações de guerra na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e que possuíam até 8 de maio de 1945 — término da guerra — o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialistas da Aeronáutica, serão automaticamente promovidos ao posto de 2.º Tenente.

§ 1.º Os beneficiados pela presente Lei serão incluídos no Quadro Auxiliar de Oficiais (Q.A.O.)..... Vetado.

§ 2.º Caso não haja vaga no Quadro, serão nêles incluídos, imediatamente, como agregados, aguardando vagas.

§ 3.º Os Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (1.º Grupo de Caça), ao serem promovidos ao posto de 2.º Tenente, ficarão agregados ao Quadro de suas respectivas especialidades.

Art. 2.º Nenhum vencimento ou vantagem terão a título de atrasados, os beneficiados pela presente Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

*Cyrol Espirito Santo Cardoso
Nero Moura*

LEI N.º 1.783 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,90, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,90 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro cruzeiros e noventa centavos), para atender ao pagamento

de gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre os respectivos vencimentos ou salários a que fizeram jus, de acôrdo com o art. 1.º, da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952, aos servidores abaixo relacionados:

Cr\$

Luís Alberto de Sousa Me- deiros, Dentista, referên- cia 28	52.563,20
Romualdo José de Carvalho, Médico, classe K	43.904,40
Belgrano da Rocha Mont'Al- verne, Médico, classe M ..	28.402,30
Neide Mont'Alverne, Ope- rador de Raio X, refe- rência 23	22.105,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS

Alvaro de Souza Lima

Horácio Lafer

LEI N.º 1.784 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1952

*Concede o auxílio especial de
Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacio-
nal de Medicina para construção do
seu edificio sede, e dá outras pro-
vidências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido à Academia Nacional de Medicina o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) para prosseguir na construção do edificio em que obrigatoriamente terá a sua sede, à Avenida General Justo, números 365, 365-A e 365-B lote número 17 (dezesete) da quadra 14 (quatorze) da Esplanada do Castelo.

Art. 2.º Para a execução desta Lei, é aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de

Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), cuja importância será entregue, de uma só vez ou parceladamente, à Academia Nacional de Medicina.

Art. 3.º O Ministério da Educação e Saúde, por intermédio dos seus órgãos competentes, fiscalizará a utilização do auxílio.

Art. 4.º O Tesouro Nacional deverá ser reembolsado na quantia mencionada no art. 1.º, com preferência sobre qualquer outro credor, pelo saldo que se verificar em execução, para cobrança de dívida garantida por hipoteca que, porventura, sofrer a Academia Nacional de Medicina.

Art. 5.º A Academia Nacional de Medicina obriga-se a manter nos seus Estatutos o mesmo dispositivo atual que prevê a entrega de todos os seus bens, inclusive Museu, Biblioteca e Arquivo, ao Ministério da Educação e Saúde, para serem empregados em fins congêneres.

Art. 6.º A Academia Nacional de Medicina franqueará a sua Biblioteca à consulta de todos os médicos e homens de cultura que o desejarem.

Art. 7.º A Academia Nacional de Medicina, além do seu Museu científico, deverá organizar um Museu Educacional de Medicina visando, especialmente, servir à juventude brasileira.

Art. 8.º Continuam em vigor os dispositivos do Decreto-lei n.º 9.544, de 5 de agosto de 1946, modificado, parcialmente, pela Lei n.º 949, de 3 de dezembro de 1949, que regulam a reversão ao Patrimônio da União do domínio útil do terreno mencionado nos arts. 1.º e 2.º do referido Decreto-lei, que concedeu o aforamento, com isenção de foros, à Academia Nacional de Medicina, do terreno acrescido de marinha que menciona, bem como as benfeitorias e construções incorporadas ao solo.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1952, 131.ª da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS
E. Simões Filho
Horácio Lafer

LEI N.º 1.785 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1952

Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São excluídos do art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A eleição para Prefeito realizar-se-á, simultaneamente, com a dos demais municípios do mesmo Estado.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1952, 131.ª da Independência e 64.ª da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Negrão de Lima
Renato de Almeida Guillobel
Cyro Espírito Santo Cardoso
Nero Moura

LEI N.º 1.786 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá dentre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É incluído, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, o Instituto Eletrotécnico de Itajubá, Estado de Minas Gerais, sendo ao mesmo concedida, de acordo com o disposto no art. 16 da referida Lei, a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) destinado ao pagamento da subvenção no exercício de 1952.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS.
E. Simões Filho
Horácio Lafer.

LEI N.º 1.787 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos arts. 21 e 22 da Lei n.º 302, de 13 de julho de 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º São incluídos no programa de primeira urgência de que tratam os Artigos 21 e 22 da Lei número 302, de 13 de julho de 1948, os trechos Rio-Belo Horizonte e Barra Mansa-Três Rios BR-4, das rodovias BR-3 e BR-7, e o trecho Campina Grande-João Pessoa, da rodovia BR-23 e conclusão da BR-5 — trechos nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, bem como a conclusão da estrada tronco São Luís-Teresina, constante do Plano Rodoviário Nacional.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Alvaro de Souza Lima

LEI N.º 1.788 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo 21 da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil cruzeiros) à dotação atribuída à Verba 1 — Pessoal, Consignação III Vantagens, Subconsignação 19, Gratificações Militares, 2 — Pessoal Militar 21 — Polícia Militar do Distrito Federal, Anexo n.º 21 da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETÚLIO VARGAS
Francisco Negrão de Lima
Horacio Lafer

LEI N. 1.789 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Concedo a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Laura Lins Arcoverde, viúva do engenheiro Leonardo de Siqueira Barbosa Arcoverde.

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 1.790

Autoriza o Poder Executivo a Abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 30.000,00, destinado ao amparo da triticultura nacional.

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N. 1.791 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, como auxílio à Associação Rural de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N. 1.792 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.325.996,00, para pagamento de gratificação de paraquedismo ao pessoal formado pelo antigo Núcleo de Formação de Paraquedistas do Exército, no exercício de 1949.

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N. 1.793 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 571.462,70, destinado ao pagamento da diferença dos vencimentos atrasados aos funcionários abrangidos pela Lei número 1.329, de 21-1-1951.

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 1.794 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 22.000,00 em reforço à Verba 3 do Anexo n.º 19, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros) em reforço à Verba 3, do Anexo n.º 19, do Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951):

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Serviços de Terceiros

S/C 04 — Iluminação, força motriz e gás

Cr\$

14 — Direção Geral da Fazenda Nacional

14 — Delegacias Fiscais

01 — Delegacias Fiscais

17 — Pernambuco 22.000,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.795 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 135.200,00, em reforço de verbas do Anexo n.º 19 do Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 135.200,00 (cento e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) em reforço das verbas abaixo, do Anexo n.º 19,

do vigente Orçamento Geral da União (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951), a saber :

VERBA 2 — MATERIAL

Consignação II — Material de Consumo

		Cr\$
17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação; artigos escolares para distribuição; fichas e livros de escrituração; impressos e material de classificação, inclusive fichas bibliográficas e de referência.		
14 — Direção Geral da Fazenda Nacional		
03 — Diretorias das Rendas Internas		
06 — Ceará		50.000,00
30 — Material para acondicionamento e embalagem		
14 — Direção Geral da Fazenda Nacional		
14 — Delegacias Fiscais		
01 — Delegacias Fiscais		
18 — Piauí	6.000,00	
23 — Santa Catarina.....	17.000,00	23.000,00
		<hr/>
		73.000,00

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

Consignação I — Serviços de Terceiros

		Cr\$
06 — Passagens, transporte de pessoal e de suas bagagens		
14 — Direção Geral da Fazenda Nacional		
14 — Delegacias Fiscais		
01 — Delegacias Fiscais		
22 — Rio Grande do Sul.....		10.000,00
14 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinatura de caixas postais.		
14 — Direção Geral da Fazenda Nacional		
14 — Delegacias Fiscais		
01 — Delegacias Fiscais		
04 — Amazonas		8.000,00
77 — Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros; seguros de bens móveis e imóveis.		
14 — Direção Geral da Fazenda Nacional		
15 — Agências Fiscais		
02 — Mesas de Rendas Alfandegadas		
16 — Paraná		
01 — Antonina	6.000,00	
18 — Diretoria das Rendas Internas		
03 — Coletorias Federais		
06 — Ceará	33.200,00	44.200,00
		<hr/>
		62.200,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.796 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 100.800,00 à Verba 1 do Anexo n.º 17, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito de Cr\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos cruzeiros), suplementar à Verba 1 — Pessoal, Anexo n.º 17, do Orçamento de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951), de acôrdo com a seguinte discriminação:

VERBA 1 — PESSOAL

Consignação III — Vantagens

Subconsignação 08 — Funções gratificadas

	Cr\$
07 — Departamento de Administração	
05 — Divisão do Pessoal.....	100.800,00

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Cleofas.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.797 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000,00, à dotação atribuída à Verba 3 do Anexo n.º 21, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), à dotação atribuída à Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação V — Inativos, Subconsignação 63 — Aposentados, etc., Item 21 — Polícia Militar do Distrito Federal, Anexo 21, art. 3.º, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

LEI N.º 1.798 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1952

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à Verba 3 do Anexo 21, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), à dotação atribuída à Verba 3 — Serviços e Encargos, Consignação IV — Assistência e Previdência Social, Subconsignação 60 — Salário-família, Item 27 — Administração do Território do Rio Branco, Anexo n.º 21, da Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

Horácio Lafer.

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes VII e VIII de 1952, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABONO DE EMERGÊNCIA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.981 — de 20 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

Concede o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do edifício sede, e dá outras providências.

Lei n. 1.784 — de 27 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

ACÓRDOS

Promulga o Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma, a 25 de janeiro de 1952.

Decreto n. 31.419 — de 10 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

ACÓRDOS

— *Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947; Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrdio sobre Transportes Aéreos, e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.*

Decreto n. 31.536 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

ADELINO FONTOURA

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º da Lei n. 1.204, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DA AERONAUTICA

Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R.A.D.A.).

Decreto n. 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Declara sem efeito a desapropriação de terreno de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Decreto n. 32.032 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

AERONAUTICA

Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica.

Lei n. 1.684-A — de 1.º de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Dispõe sobre promoção ao posto de 2.ºs. Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuem até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.*

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica. (R. A. D. A.).*

Decreto n. 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

— *Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma a 25 de janeiro de 1952.*

Decreto n. 31.419 — de 10 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n. 31.630 — de 21 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Cria a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga no Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.671 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

AERONAUTICA

— *Dispõe sobre interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão.*

Decreto n. 31.832 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— *Altera a denominação do Curso de Tática Aérea e dá outras providências.*

Decreto n. 31.841 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Permite a matrícula na Escola de Aeronáutica em 1953, independentemente de concurso de admissão aos candidatos oriundos do Colégio Militar.*

Decreto n. 31.842 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

AFORAMENTOS

Acrescenta um parágrafo ao artigo 459 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n. 1.735 — de 18 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

AGAVE

Ver: Sisal.

AGÊNCIA ESPECIAL DE DEFESA ECONÔMICA

Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.

Decreto n. 32.013 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

AGÊNCIAS DA CAPITANIA DOS PORTOS

Ver: *Capitania dos Portos.*

AGENTES MUNICIPAIS DE ESTATÍSTICA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

AGRICULTORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a aquisição para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor.

Lei n. 1.750 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

AGRICULTURA

Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant", a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 22.506, de 22 de janeiro de 1947.

Decreto n. 31.533 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio de Moraes a pesquisar água mineral no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.699 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

ÁGUA MINERAL

— Autoriza o cidadão brasileiro Cláudio de Sousa Novais a pesquisar água mineral no município e Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.750 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Vitorio Bertin a pesquisar água mineral, no município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.803 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

ÁGUAS PÚBLICAS

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do curso denominado "Águas Verdes".

Decreto n. 29.878 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do curso denominado "Areias" ou "Floriano".

Decreto n. 29.881 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Alberto Dias, Loures ou Freire e Loures ou Freire, respectivamente, nos seus trechos superior, médio ou inferior.

Decreto n. 29.970 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Aterrado".

Decreto n. 30.023 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, de águas o rio Sal

Decreto n. 30.480 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gangorra.

Decreto n. 30.481 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas dos rios Salgado, Baixa do Mulungu e Baixa do Mulungu.

Decreto n. 30.482 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio da União as águas do rio Brecajuvava-Curralinho-Irai, Iguaçu e Iguaçu, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.629 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São Simão.

Decreto n. 31.654 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Brejinho", "Rincão" e "Rincão", respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.655 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio denominado Maiaçacheta e Encoberto, respectivamente no seu trecho superior e médio e no trecho inferior.

Decreto n. 31.656 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio da União, as águas do rio "Capitão-Mor Barreiro", "Barreiro de Baixo" e "Barreiros", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.662 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Lajes.

Decreto n. 31.663 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Pereque Mirim".

Decreto n. 31.664 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Veadão, Cachoeirão e Posses, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.665 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Socadão.

Decreto n. 31.686 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1952.

AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do Rio Prazeres ou Boqueirão.

Decreto n. 31.719 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sucuri.

Decreto n. 31.720 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cubatão.

Decreto n. 31.725 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Júlio.

Decreto n. 31.726 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Amambai.

Decreto n. 31.727 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Mateus.

Decreto n. 31.728 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Macaé de Cima", "Macaé" e "Macaé", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.729 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

AGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios Santo Antônio, São Tomé, Sapucaizinho e Sapucaizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.730 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio São José.

Decreto n. 31.731 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cruzes.

Decreto n. 31.732 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Andradas — Pedras — Samambaia", "Macaúbas" e "Macaúbas", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.733 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Gertz.

Decreto n. 31.791 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Tamandua, Tamandua e Pintado, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.792 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara de uso comum, domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Liso, Liso e Poço Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.793 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, águas do rio Toropi.

Decreto n. 31.833 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira.

Decreto n. 31.939 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bernardes.

Decreto n. 31.955 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Marques, Grande e Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.956 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Babilônia, São José, São João do Soca e São João do Soca, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.957 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

ÁGUAS PÚBLICAS

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Papa Cobra-Burnier, Soledade e Soledade, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.958 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Barbuda.

Decreto n. 31.977 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

ALBERTO DE OLIVEIRA

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º da Lei n.º 1.024, de 23 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

Lei n. 1.706 — de 22 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1952.

ALGODÃO

Assegura ao algodão da zona meridional do país, da safra de 1952-1953, a garantia de preços mínimos.

Decreto n. 31.871 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

ALTO COMANDO DO EXÉRCITO

Aprova o Regulamento para o Alto Comando do Exército (1.ª parte).

Decreto n. 31.639 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

ALUMÍNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

"A MARÍTIMA" — COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "A Marítima" — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 31.954 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

ANDRÉA SALVINI & CIA. LIMITADA

Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.899 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— Autoriza Andréa Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.900 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

ANTÔNIO GOMES DA SILVA NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à sociedade "Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.498 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

APELAÇÕES CRIMINAIS

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

Lei n. 1.720-B — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

APLICAÇÃO DA RECEITA DO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCARIOS

Ver: Institutos de Aposentadoria e Pensões.

APÓLICES

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

APOSENTADORIA POR VELHICE

Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências.

Decreto n. 31.547 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

APOSENTADORIAS

Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber, os direitos e vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948.

Lei n. 1.756 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

APRENDIZADOS AGRÍCOLAS

Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamim Constant", a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 22.506, de 22 de janeiro de 1947.

Decreto n. 31.533 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

"A PROTETORA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "A Protetora" Companhia de Seguros Gerais e Acidentes de Trabalho.

Decreto n. 31.646 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

APROVEITAMENTO DE SERVIDORES

Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.

Decreto n. 31.549 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

APROVEITAMENTO DE SERVIDORES AUTÁRQUICOS

Ver: Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões.

AQUISIÇÃO DE QUADROS PREMIADOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

Lei n. 1.689 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

ARDÓSIA

Autoriza a Cia. de Pesquisa e Mineração do Vale do Paraíba S. A., a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.528 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

AREIA

Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Lefèvre Júnior a pesquisar areia e conchas calcárias no Distrito Federal.

Decreto n. 31.784 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar areia quartzosa no município de Itanhaem, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.734 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

AREIA SILICOSA

Autoriza o cidadão brasileiro Joubert Santos a lavar areia silicosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto n. 28.498 — de 14 de agosto de 1950.

Reproduzido no D. O. de 16 de outubro de 1952.

ARGILA

Declara sem efeito o Decreto número 30.253, de 6 de dezembro de 1951.

Decreto n. 31.505 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Renova o Decreto n. 20.747, de 14 de março de 1946.

Decreto n. 31.508 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Ermíro de Moraes a lavar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.576 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

ARGILA

— Autoriza os cidadãos brasileiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a lavar feldspato e argila nos municípios de Itapira e Mogi Mirim, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.691 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Manuel de Oliveira a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.698 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões a pesquisar calcário, argila e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.702 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Masahiro Tango a pesquisar argila e associados, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.806 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

— Autoriza a Serrana Sociedade Anônima de Mineração a pesquisar argila, no município de São Castano do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.808 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

— Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.896 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

ARGILA

— Autoriza o cidadão brasileiro Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade a pesquisar calcário e argila no município de Tomazinha, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.968 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

ARGILA REFRATÁRIA

Retifica e ratifica o art. 1.º do Decreto n. 18.019, de 7 de março de 1945.

Decreto n. 31.504 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

ARMADORES DE PESCA

Altera dispositivos do Decreto-lei n. 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

Lei n. 1.707 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

ARMAZÊNS

Cede, a título precário, os armazéns do extinto Departamento Nacional do Café à Comissão de Financiamento da Produção.

Decreto n. 31.979 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

ARQUIVISTA

Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.385 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

ARTÍFICE

Suprime cargos extintos.
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.818 — de 29 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.823 — de 29 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

Retifica as Instruções baixadas pelo Decreto n. 2.774, de 20-6-1938, e o art. 55 n. 53, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 8.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asilados.

Decreto n. 31.587 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

ASILO FILHOS DE ANA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender às despesas de obras do Asilo Filhas de Ana, no Estado da Bahia.

Decreto n. 31.737 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Altera os artigos 8.º e 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 22.016, de 26 de outubro de 1932.

Decreto n. 31.925 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Dispõe sobre o custeio dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto n. 31.909 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

ASSISTENTES JURÍDICOS

Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal.

Lei n. 1.762-A — de 16 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Odontologia, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 31.642 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

ASSOCIAÇÃO "MUSEU DE ARTE"

Declara de utilidade pública a Associação "Museu de Arte", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.540 — de 4 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1952.

ASSOCIAÇÃO PERNAMBUCANA DE IMPRENSA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para pagamento de auxílio.

Decreto n. 31.495 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

AUMENTO DE CAPITAL

Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra "h", do artigo 1.º, da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Lei n. 1.772 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

AUMENTO DE SALÁRIOS

Ver: Salários.

AUTARQUIAS

Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n. 1.711, de 23 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n. 1.711 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 26 de dezembro de 1952.

— *Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber, os direitos e vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948.*

Lei n. 1.756 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— *Concede abono de emergência aos servidores do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.*

Decreto n. 31.549 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias de Previdência Social.*

Decreto n. 31.943 — de 18 de dezembro de 1952.

Lei n.º 1.772 — de 18 de dezembro de 1952.

— *Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.*

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

AUXILIAR DE PORTARIA

Dispõe sobre as carreiras de Continuo e Servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.721 — de 4 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

AUXÍLIO-FUNERAL

Dispõe sobre o valor do auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto n. 31.988 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

AUXÍLIO-MATERNIDADE

Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências.

Decreto n. 31.547 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

AUXÍLIOS

Concede o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do seu edifício sede, e dá outras providências.

Lei n. 1.784 — de 27 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

— *Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.563 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de auxílio.*

Decreto n. 31.495 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

AVALISTAS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.723 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

B**BACHARÊIS EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Ver: *Economistas*.

BAKOL S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Concede permissão a Bakol S. A. Indústria e Comércio para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n. 31.995 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

BANCÁRIOS

Altera o artigo 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934.

Decreto n. 31.682 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952.

BANCO DO BRASIL S.A.

Amplia o prazo de execução da Lei n. 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura de café.

Lei n. 1.719 — de 1 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.*

Decreto n. 32.013 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para integralização de capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n. 31.978 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

BANCOS

Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra "h", do artigo 1.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Lei n. 1.772 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.*

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

BASES MILITARES

Exclui da classificação declarada no artigo 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.720 — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

— *Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Lei n. 1.743 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n. 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.*

Lei n. 1.767 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

BASE MILITARES

— Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, da art. 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947.

Lei n. 1.785 — de 27 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

BATALHÃO FERROVIÁRIO (1.º)

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixa de terreno, necessária a construção de trecho ferroviário, localizado entre "Última Garganta" e "Rio das Antas".

Decreto n. 31.586 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

BERÇO — INDÚSTRIA QUÍMICA MINERAL S.A.

Concede à Berço — Indústria Química Mineral S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.571 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antonio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados, no município de Galileia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.718 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado.

Decreto n. 31.669 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

BRAZIL RAILWAY COMPANY AND PORT OF PARÁ

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 13.511.040,00, para o fim, que especifica.

Decreto n. 31.667 — de 27 de outubro de 1952.

Publicação no D. O. de 30 de outubro de 1952.

C

CAFÉ

Amplia o prazo de execução da Lei n.º 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura do café.

Lei n. 1.719 — de 1 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

— Cria o Instituto Brasileiro de Café, e dá outras providências.

Lei n. 1.779 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Estabelece equivalência de cruzeiros a dólares, para o preço mínimo do café do país da safra de 1952.

Decreto n. 31.705 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Introduz modificações nos Decretos números 31.087 e 31.705, de 7 de julho de 1952 e 6 de novembro de 1952, respectivamente.

Decreto n. 31.901 — de 6 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de dezembro de 1952.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º da Lei n.º 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

Lei n. 1.720-C — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Determina o aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadorias e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.*

Decreto n. 31.549 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.566 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 27.664, de 30 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— *Altera os artigos 8.º e 10 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 22.016, de 26 de outubro de 1932.*

Decreto n. 31.925 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias de Previdência Social.*

Decreto n. 31.943 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— *Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas Instituições de Previdência Social.*

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.*

Decreto n. 31.738 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— *Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.*

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal do Pernambuco.*

Decreto n. 32.014 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.214 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro Nelson Alvarenga Viglioni e os herdeiros de Martiniano José da Mata a lavrar calcário no município de Candeias, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.521 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.522 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva, a pesquisar calcário no município de Goiás, Estado de Goiás.

Decreto n. 31.525 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Osório José Pereira a pesquisar calcário no município de Dolores do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.526 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza os cidadãos brasileiros José Albino Pimentel Filho, Hiltten de Lima Pimentel, Wilson Albino Pimentel, Nilson Albino Pimentel, Geraldo Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar calcário, fosfato e associados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto n. 31.579 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Plínio de Carvalho Simões, a pesquisar calcário, argila e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.702 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Sales Lopes a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.749 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Gabriel de Sousa a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.807 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Carneiro Sobrinho a pesquisar calcário e associados, no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto n. 31.859 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Declara caduco o Decreto número 17.746, de 2 de fevereiro de 1945, retificado pelo de n. 22.936, de 14 de abril de 1947.

Decreto n. 31.873 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Severino Pereira da Silva, a pesquisar calcário, no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 31.897 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.899 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

CALCÁRIO

— *Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.900 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thomaz Marinho de Albuquerque Andrade a pesquisar calcário e argila no município de Tomazina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.968 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Luiz Furtado e João Batista Furtado a pesquisar calcário e associados, no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.975 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Augustinho Bertezine a pesquisar calcário e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.976 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CALCÁRIO DOLOMÍTICO

Autoriza o cidadão brasileiro Seraphim da Silva Gomes a lavar minérios de ferro e de manganês e calcário dolomítico no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.599 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1952.

CÁLCIO

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

CAMPANHIA NACIONAL CONTRA A LEPROA

Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

CAMPOS BRUDER & CIA. LTDA.

Decreto-legislativo n. 61 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de outubro de 1952.

CAPATAZ

Suprime cargos extintos. (M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.824 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CAPITANIA DOS PORTOS

Eleva à categoria de Delegacia da 2.ª classe a Agência da Capitania dos Portos, do Estado de Santa Catarina, em Laguna.

Decreto n. 32.035 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

CAPÍTULO BRASILEIRO DO COLÉGIO INTERNACIONAL DE CIRURGIÕES

Concede auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo e dá outras providências.

Lei n. 1.752 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

CARBONÍFERA COCAL LTDA.

Autoriza a Carbonífera Cocal Limitada a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 31.530 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

CARBONÍFERA DE LUCA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CARBONÍFERA SOCIAL LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. 13.799.805,20, correspondente à cota que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CARBONÍFERA UNIÃO LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$. 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CARGOS DE CARÁTER PERMANENTE

Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão, o direito de continuar a perceber o vencimento do mesmo cargo.

Lei n. 1.741 — de 22 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

CARGOS EM COMISSÃO

Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão o direito de continuar a perceber o vencimento ao mesmo cargo.

Lei n. 1.741 — de 22 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Torna público o depósito dos Instrumentos de Ratificação por parte do Governo de Cuba da Carta da Organização dos Estados Americanos.

Decreto n. 31.494 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

CARTEIRA DE ACIDENTES DO TRABALHO CARVÃO

Cria a Carteira de Acidentes do Trabalho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto n. 31.548 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Altera a redação do artigo 4.º do Decreto n. 31.548, de 6 de outubro de 1952.*

Decreto n. 31.645 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

CARVÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20 correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda. a pesquisar carvão mineral, no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 31.530 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral nos municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.532 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— *Fixa o preço do carvão "lavador" e dá outras providências.*

Decreto n. 31.613 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copeimi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.695 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copeimi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.701 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ari Freitas Mércio a lavar carvão mineral no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.846 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ricardo Jafet a lavar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 31.848 — de 28 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre o preço do carvão do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.944 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CARVÃO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Haroldo Cecil Poland a pesquisar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 31.967 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CASA DA MOEDA

Decreto-legislativo n. . . — de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para regularização de despesa efetuada em favor da Casa da Moeda.*

Lei n. 1.715 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda.*

Lei n. 1.778 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.993 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

CASA DO SARGENTO DO BRASIL

Suspende o funcionamento da "Casa do Sargento do Brasil", com sede e fóro no Distrito Federal.

Decreto n. 31.596 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

CASSITERITA

Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda. a pesquisar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.639 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Ribeiro de Carvalho a pesquisar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.809 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Martins de Serpa a lavrar cassiterita e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.881 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira Geraldina Menicucci Tortorello a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.970 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Gonçalves de Sousa a pesquisar cassiterita no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.974 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CAULIM

Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Caúla Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.509 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim, quartzo e mica, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.765 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR — a pesquisar argila, caulim e associados, no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.896 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.965 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CENTENÁRIO DA CIDADE DE BLUMENAU

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com auxílio à Prefeitura de Blumenau.

Decreto n. 31.711 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE VITÓRIA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, Espírito Santo.

Decreto n. 31.930 — de 16 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

CENTRAL ELÉTRICA DO PIAU S.A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Central Elétrica do Piauí S. A.

Decreto n. 31.855 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA

Decreto-legislativo n. 66 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953.

Decreto n. 31.608 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

CESSÃO DE IMÓVEIS

Acréscena um parágrafo ao artigo 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n. 1.735 — de 18 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— *Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Pôpular, para os fins que especifica.*

Decreto n. 31.634 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

CHUMBO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Luis de Souza a pesquisar minério de chumbo e associados, no município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.783 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

CIMENTO

Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n. 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950.

Lei n. 1.685 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

COBRE

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e mármore, no município de Itabihito, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.527 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantina Nery, a pesquisar minério de cobre, cádmio, titânio, ouro e associados, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.858 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO

Altera o artigo 141, e o item II, do artigo 134 do Código Civil Brasileiro.

Lei n. 1.768 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Modifica os arts. 142, 153 e 183 do Decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n. 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

Lei n. 1.720-B — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

COLÉGIOS

Dá nova denominação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes com sede em Franca, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.496 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Revoga o Decreto n. 11.194, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santo Antônio, com sede em São João del Rei, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio.*

Decreto n. 31.670 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

COLÉGIO MILITAR

Organiza no Colégio Militar um Curso de Preparação.

Decreto n. 31.797 — de 18 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

— *Permite a matrícula na Escola de Aeronáutica, em 1953, independentemente de concurso de admissão, aos candidatos oriundos do Colégio Militar.*

Decreto n. 31.842 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1952.

COLETORES

Regulamentada a transferência de Escrivão de Coletorias do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério.

Decreto n. 31.559 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

COLETORIAS

Extingue Coletoria Federal.

Decreto n. 31.615 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

COLONIAL, COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Colonial, Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto n. 32.001 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMANDO DA INFANTARIA DIVISIONÁRIA DA 5.ª REGIÃO MILITAR

Transfere a sede do Comando de Infantaria Divisionária da 5.ª Região de Infantaria.

Decreto n. 31.983 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

COMANDANTE DA 10.ª REGIÃO MILITAR

Estende a General de Divisão funções previstas pelo Decreto n. 31.392, de 5 de setembro de 1952, como privativas do General de Brigada.

Decreto n. 32.016 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

COMISSÕES

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças, do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.720-A — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 900.000,00 destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.*

Lei n. 1.760 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco.*

Lei n. 1.769 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Cria a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.671 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 31.902 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— *Cede, a título precário, os armazéns do extinto Departamento Nacional do Café à Comissão de Financiamento da Produção.*

Decreto n. 31.979 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

COMISSÕES

— Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.

Decreto n. 32.013 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMITÉ PROVISÓRIO INTERGOVERNAMENTAL, PARA OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DA EUROPA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.942.911,50, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comité Provisório Intergovernamental, para os movimentos migratórios da Europa.

Lei n. 1.775 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

COMPAGNIE NATIONALE AIR FRANCE

Concede à "Compagnie Nationale Air France" autorização para funcionar no país.

Decreto n. 31.625 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA CARBONÍFERA DE ARARANGUA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota que fizeram jus as Companhias carboníferas que específica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA CARBURETO DE CÁLCIO

Autoriza a Cia. Brasileira Carbureto de Cálcio a pesquisar calcário e associados, no município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.522 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO

Complementa disposições do Decreto n. 30.617, de 10 de março de 1952.

Decreto n.º 31.877 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

COMPANHIA BRASILEIRA DE USINAS METALÚRGICAS

Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918, e no Decreto n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

Lei n. 1.716 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital da Companhia Boavista de Seguros.

Decreto n. 32.003 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

COMPANHIA CARBONÍFERA CATTARINENSE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que específica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA CARBONÍFERA DE URUSSANGA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavrador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA CARBONÍFERA METROPOLITANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavrador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA CARBONÍFERA SÃO MARCOS S.A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA CONTINENTAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos inclusive aumento de capital, da Companhia Continental de Seguros.

Decreto n. 31.776 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

COMPANHIA DE CARRIS, LUZ E FORÇA DO RIO DE JANEIRO LIMITADA

Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada a construir uma linha de transmissão.

Decreto n. 31.651 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 31.653 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND MARINGÁ

Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.456 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND POTY

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 31.598 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS COMETA

Outorga a Cia. de Fiação e Tecidos Cometa concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras Baixo Caiobá, Alto Caiobá e Cortiço existente nos rios Caiobá e Cortiço, distrito de Meio da Serra, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.638 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

COMPANHIA DE GUARDAS (6.ª)

Cria a 6.ª Companhia de Guardas, com sede no território da 6.ª Região Militar.

Decreto n. 31.868 — de 1 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO E METALURGIA BRASIL

Declara caduca a concessão outorgada a Cia. de Mineração e Metalurgia Brasil, pelo Decreto n. 237, de 17 de julho de 1935.

Decreto n. 31.512 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

COMPANHIA DE MINERAÇÃO NOVALIMENSE

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ferro e associados, nos municípios de Brumadinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.601 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

COMPANHIA DE PESQUISA E MINERAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA S. A.

Autoriza a Cia. de Pesquisa e Mineração do Vale do Paraíba S. A., a pesquisar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.528 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS — COPELMI

Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral, no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.695 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a pesquisar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.701 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia.

Decreto n. 31.990 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS CRUZEIRO DO SUL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Cruzeiro do Sul.

Decreto n. 31.739 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES "UNIÃO DOS PROPRIETÁRIOS"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "União dos Proprietários".

Decreto n. 31.854 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS-BRASIL

Aprova, com modificação, alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Minas-Brasil.

Decreto n. 31.673 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

COMPANHIA DE SEGUROS PHOENIX PERNAMBUCANA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana.

Decreto n. 31.953 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

COMPANHIA ELÉTRICA CAIUA

Autoriza a Cia. Elétrica Caiuá a construir linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.555 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

COMPANHIA ELETRICIDADE MUQUI DO SUL

Autoriza a Companhia Eletricidade de Muqui do Sul a construir uma linha de transmissão naquele município no Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.628 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

COMPANHIA FERRO CARRIL DO JARDIM BOTÂNICO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para atender ao pagamento de indenização à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico.

Lei n. 1.729 — de 11 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1952.

COMPANHIA FERRO CARRIL DO JARDIM BOTÂNICO

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.910 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DE MORADA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Morada.

Decreto n. 31.242 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

COMPANHIA GERAL DE MINAS SOCIEDADE ANÔNIMA

Autoriza a Cia. Geral de Minas S. A., a lavrar minério de zircônio, no município de Parreiras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.880 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

COMPANHIA HUMAITÁ DE SEGUROS GERAIS

Concede à Companhia Humaitá de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 31.567 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

COMPANHIA INDUSTRIAL BELO HORIZONTE

Autoriza a Companhia Industrial Belo Horizonte a construir uma linha de transmissão.

Decreto n. 31.907 — de 9 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

COMPANHIA LUZ E FÔRÇA SANTA CRUZ

Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Fôrça Santa Cruz, no Rio Paranapanema, e autoriza a mesma empresa a promover a sua desapropriação.

Decreto n.º 31.513 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

COMPANHIA MATE LARANJEIRAS SOCIEDADE ANÔNIMA

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A.

Decreto n. 31.565 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1952.

COMPANHIA MORAIS RÊGO S.A.

Decreto-legislativo n. 82 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE ALGALIS

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.706 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

COMPANHIA NACIONAL DE MINERAÇÃO DE CARVÃO BARRO BRANCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à coita que fizeram jus às companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE ELETRICIDADE

Autoriza instalação de um grupo diesel-elétrico.

Decreto n. 31.570 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Pardo, entre os Municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.757 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE FÔRÇA E LUZ

Complementa disposições do Decreto n. 28.166, de 1.º de junho de 1950.

Decreto n. 31.132 — de 11 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO

Retifica e ratifica o art. 1.º do Decreto n. 18.019, de 7 de março de 1945.

Decreto n. 31.504 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a lavar areia quartzosa no município de Itanhem, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.734 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Renova o Decreto n. 28.521, de 17 de agosto de 1950.

Decreto n. 31.800 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE MINERAÇÃO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar xisto argiloso e associados, no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.860 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar caulim e associados, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.965 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia Paulista de Seguros.

Decreto n. 31.709 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

COMPANHIA PRADA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações.

Decreto n. 31.917 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIA PREDIAL DE TAU-BATÉ

Decreto-legislativo n. 55 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA

Concede permissão, em caráter permanente, a Seção de Penicilina da Companhia Química Rhodia Brasileira, com sede em Santo André, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 31.996 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIA RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

Prorroga, por três anos a concessão outorgada à Companhia Radiotelegráfica Brasileira para executar serviço radiofônico público internacional e público restrito internacional.

Decreto n. 31.341 — de 26 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento de capital da Companhia Seguradora Brasileira S. A.

Decreto n. 31.677 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

COMPANHIA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

Decreto n. 31.712 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

Declara sem efeito a desapropriação de terreno de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

Decreto n. 32.032 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

COMPANHIA SUL MINEIRA DE ELETRICIDADE

Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.200 — de 28 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de outubro e 6 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a instalar grupos termo elétricos de emergência, na cidade de Ouro Fino, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.652 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES — AÇÚCAR E CAFÉ

Concede permissão à Companhia União dos Refinadores — Açúcar e Café para funcionar nos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n. 31.997 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

COMPANHIAS CARBONÍFERAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CONCESSÃO DE DIREITOS CIVIS DA MULHER

Ver: *Direitos Civis da Mulher.*

CONCHAS

Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo de Azevedo Lage, a pesquisar conchas, no município de Iguapé, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 31.810 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano Ribeiro Filho a pesquisar conchas calcárias, no município de Iguapé, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.697 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.742 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mieczyslaw Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.743 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CONCHAS CALCÁRIAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.744 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.745 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mieczysław Fularski a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.746 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.766 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.767 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.768 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1950.

CONCHAS CALCÁRIAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.769 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bruno Hoffmann a pesquisar conchas calcárias, na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.770 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Lefèvre Júnior a pesquisar areia e conchas calcárias no Distrito Federal.*

Decreto n. 31.784 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Morandi a pesquisar conchas calcárias, no município de Iguape, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.964 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CONCURSO DE PROVAS

Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

Lei n. 1.727 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CONFERÊNCIA DA CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL (18.ª)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado à auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha à 18.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

Lei n. 1.762 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CONFERÊNCIA DA UNIÃO INTER- PARLAMENTAR

Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00, para cada uma destas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender as despesas das respectivas Delegações à Conferência da União Interparlamentar, que se reuniu em Berna, Suíça.

Lei n. 1.734 — de 14 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1952.

CONFERÊNCIA DOS ESTADOS DA AMÉRICA (V)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho.

Lei n. 1.724 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MATERIAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 161.460,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil à Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952.

Lei n. 1.686 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Lei n. 1.701 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

CONFERÊNCIA REGIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS NA AMÉRICA LATINA (1.ª)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

Lei n. 1.740 — de 21 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

CONGREGAÇÃO REDENTORISTA

Autoriza a Congregação Redentorista a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.966 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

CONGRESSO DA COMISSÃO INTER- AMERICANA DE MULHERES (VIII)

Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de .. Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas realizadas com o VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres, reunido nesta capital em julho de 1952.

Decreto n. 31.685 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 5 de novembro de 1952.

CONGRESSO NACIONAL

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

CONGRESSO NACIONAL DE JOR- NALISTAS (IV)

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para pagamento de auxílio.

Decreto n. 31.495 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

CONGRESSO ODONTOLÓGICO (1.º)

Concede o auxílio de Cr\$ 300.000,00, à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Lei n. 1.778-A — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CÔNJUGE SOBREVIVENTE DE CRIADOR OU RECRIADOR DE GADO BOVINO

Ver: Criadores de gado bovino e recriadores de gado bovino.

CONJUNTOS RESIDENCIAIS

Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMISTAS PROFISSIONAIS

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.

Decreto n. 31.794 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências.

Lei n. 1.710 — de 24 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que mencionam, necessários a instalações industriais a cargo do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 31.843 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

CONSERVADORA BRASILEIRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 11.400,00 para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1.ª Região.

Lei n. 1.681 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo.

Lei n. 1.748 — de 28 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Modifica o artigo 1.º, do Decreto-lei n.º 5.432, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 1.723 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

— *Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.*

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

CONSTRUTORA F PEREIRA LIMITADA

Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde.

Lei n. 1.712 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

CONSTRUTORA IRMÃOS PANGELA LIMITADA

Decreto-legislativo n. 56 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

CONSTRUTORA J. PATRÍCIO LIMITADA

Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde.

Lei n. 1.712 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

CONSTRUTORA MANTIQUEIRA SOCIEDADE ANÔNIMA

Decreto-legislativo n. 58 — de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

CÔNSUL PRIVATIVO

Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão "M", de Cônsul Privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.

Lei n. 1.695 — de 7 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1952.

CONSULADOS

Cria o Consulado honorário do Brasil em Colômbia.

Decreto n. 31.889 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Hannover.*

Decreto n. 31.890 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Georgetown, na Guiana britânica.*

Decreto n. 31.916 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.720-A — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

CONTAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto-legislativo n. 62 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

CONTÍNUO

Dispõe sobre as carreiras de Contínuo e Servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.721 — de 4 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

CONTRATOS

Decreto-legislativo n. 83 — de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— *Altera o artigo 141, e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro.*

Lei n. 1.768 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CONVENÇÕES

Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

Decreto n. 31.643 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

CONVÊNIOS

Decreto-legislativo n. 66 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n. 1.696 — de 7 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de outubro de 1952.

— *Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947: Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrd. sobre Transportes Aéreos e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.*

Decreto n. 31.536 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

COOPERATIVAS

Cria o Instituto Brasileiro de Café, e dá outras providências.

Lei n. 1.779 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Concede autorização para a constituição da Cooperativa Banco Comercial de Niterói, Limitada, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.256 — de 8 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1952.

— *Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói, Limitada, com sede na cidade de Niterói, município do mesmo nome, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.268 — de 13 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Outorga à Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., concessão para o fornecimento de energia elétrica.*

Decreto n. 31.758 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— *Concede autorização para constituição da "Cooperativa Mista dos Associados do Sindicato da Indústria de Construção Civil do Recife", com sede em Recife, capital do Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 32.031 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

CORPO DE BOMBEIROS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.361.531,20, para atender às despesas com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n. 1.718 — de 31 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

CORPO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA

Dispõe sobre interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão.

Decreto n. 31.832 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 480.000,00 para pagamento de pensão especial dos veteranos da Revolução Acreana.

Lei n. 1.679 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 11.400,00, para atender ao pagamento de despesas na Justiça do Trabalho, 1.ª Região.

Lei n. 1.681 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para ocorrer ao pagamento de vencimentos, acréscimo e diferença de vencimentos, salários e salários-família, relativos a 1951.

Lei n. 1.682 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás.

Lei n. 1.683 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 156.900,00, para atender às despesas feitas com a observação do eclipse solar no dia 20 de maio de 1947.

Lei n. 1.684 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ... Cr\$ 161.460,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil a Conferência Internacional de Materiais, no exercício de 1952.

Lei n. 1.686 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

Lei n. 1.689 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para pagamento de salário-família.

Lei n. 1.691 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ... Cr\$ 700.000,00, para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França.

Lei n. 1.692 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia.

Lei n. 1.693 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.694 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.696 — de 7 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 13 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento da diferença de aluguéis, relativo a 1950 das salas em que funciona a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói.

Lei n. 1.697 — de 10 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraindas pela Estrada de Ferro de Goiás.

Lei n. 1.699 — de 10 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Lei n. 1.700 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à 35.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Lei n. 1.701 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia.

Lei n. 1.702 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimidos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

Lei n. 1.706 — de 22 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 6.718.219,60, para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas no exercício de 1949.

Lei n. 1.709 — de 24 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Organiza o quadro do Conselho Nacional de Economia, autoriza o Poder Executivo a abrir ao mesmo Conselho o crédito especial de Cr\$ 4.628.400,00, e dá outras providências.

Lei n. 1.710 — de 24 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 429.200,80, para pagamento de gratificações de magistério.

Lei n. 1.713 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.895,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para regularização de despesa efetuada em favor da Casa da Moeda.

Lei n. 1.715 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender às despesas desta Casa do Congresso na 35.^a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, Suíça.

Lei n. 1.717 — de 30 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 7 e 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 7.361.531,20, para atender às despesas com o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Lei n. 1.718 — de 31 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 489.440,00, para ocorrer ao pagamento de gratificação adicional à desembargadores em disponibilidade do extinto Tribunal de Apelação do Território do Acre.

Lei n. 1.722 — de 6 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.969.650,00, para atender às despesas com a V Conferência dos Estados da América, Membros da Organização Internacional do Trabalho.

Lei n. 1.724 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 6.080,00, para atender às despesas com o pagamento de honorários, por exercícios findos, aos Professores Alcides Fonseca e Virgílio José Atayde Fernandes Pinheiros.

Lei n. 1.725 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para atender ao pagamento de indenização à Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico.

Lei n. 1.729 — de 11 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 14 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional do Petróleo os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.700,00 e especial de Cr\$ 231.350.000,00, para atender dotações do Orçamento de 1952.

Lei n. 1.731 — de 13 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1952.

— Revigora o artigo 1.º da Lei número 1.116, de 30 de maio de 1950.

Lei n. 1.732 — de 14 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de novembro de 1952.

— Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 560.000,00, para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas das respectivas Delegações à Conferência em União Interparlamentar que se reuniu em Berna, Suíça.

Lei n. 1.734 — de 14 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n. 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Abre ao Congresso Nacional, Senado Federal e Câmara dos Deputados, os créditos especiais de Cr\$ 460.000,00 — para cada uma dessas Casas do Poder Legislativo, a fim de atender às despesas respectivas das Delegações que foram a Londres em julho de 1952, a convite do Parlamento da Grã-Bretanha.

Lei n. 1.734-B — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80, para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949, feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas.

Lei n. 1.736 — de 18 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.

Lei n. 1.737 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

Lei n. 1.740 — de 21 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 4.500,00, destinado a ocorrer ao excesso de despesas, verificado no exercício de 1951, com iluminação, força motriz e gás na Alfândega de Sergipe e na Delegacia Fiscal do Maranhão.

Lei n. 1.746 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 89.623,50 e Cr\$ 1.691.848,90 e suplementar de Cr\$... 2.347.059,30, para pagamento de despesas de pessoal e material da Secretaria daquela Casa.

Lei n. 1.746-A — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a aquisição para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor.

Lei n. 1.750 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

— Concede auxílio ao Capitão Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, e dá outras providências.

Lei n. 1.752 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$... 13.127.430,00, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949.

Lei n. 1.753 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais na importância, de Cr\$ 986.298,30, para atender às despesas correspondentes às dotações dos Orçamentos de 1950 e 1951.

Lei n. 1.754 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 900.000,00 destinado à regularização de despesas com o serviço da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Lei n. 1.760 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18.^a Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

Lei n. 1.762 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 26.750,00, destinado ao pagamento de salário-família aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco.

Lei n. 1.769 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.

Lei n. 1.771 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

Lei n. 1.772-A — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia com a proteção dos interesses brasileiros na România.

Lei n. 1.774 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ... Cr\$ 1.942.911,50, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comitê Provisório Intergovernamental, para os movimentos migratórios da Europa.

Lei n. 1.775 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 1.777 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 60.130.000,00, para despesas com o aparelhamento da Casa da Moeda.

Lei n. 1.778 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952, e o especial de Cr\$ 429.427,30 para pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951.

Lei n. 1.778-C — de 20 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 101.780,60, para pagamento aos herdeiros do ex-funcionário desta Casa do Congresso, Dr. Leônidas Resende, e dá outras providências.

Lei n. 1.781 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 146.974,00, para pagamento de gratificação a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1950, 1951 e 1952.

Lei n. 1.783 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— Concede o auxílio especial de Cr\$ 6.000.000,00 à Academia Nacional de Medicina para construção do seu edifício-sede, e dá outras providências.

Lei n. 1.784 — de 27 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionado pelo Governo Federal.

Lei n. 1.786 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para pagamento de auxílio.

Decreto n. 31.495 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 1.744,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.539 — de 4 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.... 79.657.946,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.561 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.563 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 19.658.635,60, para pagamento de indenização à Companhia Mate Laranjeiras S. A.

Decreto n. 31.565 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para despesas com a ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Decreto n. 31.588 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional da 1.^a Região, o crédito especial de Cr\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do salário-família devido ao Auxiliar Judiciário Clemente Martins.

Decreto n. 31.592 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região, o crédito especial de Cr\$ 7.568,00 (sete mil quinhentos e sessenta e oito cruzeiros), para atender ao pagamento de salários devidos ao Chefe de Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento do Distrito Federal.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n. 31.603 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 11.994.394,80, para pagamento de despesa a que se refere a Lei n. 1.507, de 19 de dezembro de 1951.

Decreto n. 31.606 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta cruzeiros) para fim que especifica.

Decreto n. 31.631 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado.

Decreto n. 31.640 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário o crédito especial de Cr\$ 40.716,40, para atender ao pagamento de despesas com a Justiça do Trabalho.

Decreto n. 31.641 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 178.500,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.659 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 13.511.040,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.667 — de 27 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com estabelecimentos de ensino superior federalizados.

Decreto n. 31.668 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender às despesas realizadas com o VIII Congresso da Comissão Interamericana de Mulheres, reunido nesta capital em julho de 1952.

Decreto n. 31.685 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 5 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.706 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com auxílio à Prefeitura de Blumenau.

Decreto n. 31.711 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.

Decreto n. 31.712 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 189.760,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.722 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para atender às despesas de obras do Asilo Filhas de Ana, no Estado da Bahia.

Decreto n. 31.737 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Abre, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 2.614.877,10, destinado a atender às despesas de transporte aéreo de malas diplomáticas entre a Secretaria de Estado e as Missões Diplomáticas, no período de 1945 a 1949.

Decreto n. 31.754 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.790 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender às despesas que especifica.

Decreto n. 31.804 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 180.200.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.869 — de 1 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.870 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Tribunal de Contas, o crédito especial de Cr\$ 17.854,60, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.883 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 31.894 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 155.167,70, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.910 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.929 — de 16 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Quarto Centenário da Fundação da Cidade de Vitória, Espírito Santo.

Decreto n. 31.930 — de 16 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.947 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para integralização de capital do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Decreto n. 31.978 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.981 — de 20 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

CRÉDITO ESPECIAL

— Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.

Decreto n. 31.985 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 86.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.992 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 8.150.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.993 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 32.033 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

Cria um cargo isolado de provimento efetivo, padrão "M", de Conselheiro Privativo, no Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

Lei n. 1.695 — de 7 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 2.197.924,50, para atender as despesas decorrentes da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951.

Lei n. 1.698 — de 10 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 7.207.810,00, em reforço de dotações para o exercício de 1952.

Lei n. 1.710-A — de 24 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de outubro de 1952.

Retificada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 1.615.950,00, em reforço da Verba 1 — Pessoal, Tribunal de Justiça, do Anexo 26 do Orçamento em vigor.

Lei n. 1.710-B — de 27 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 26 e 27 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 para pagamento de sentenças judiciais.

Lei n. 1.730 — de 11 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional do Controle os créditos suplementar de Cr\$ 574.016.70,00 e especial de Cr\$ 231.350.000,00, para atender dotações do Orçamento de 1952.

Lei n. 1.731 — de 13 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de novembro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, e, reforço da Verba 3, Anexo 19 — Auxílios aos Municípios — do Orçamento de 1952.

Lei n. 1.733 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito Suplementar de Cr\$ 3.235.000,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952.*

Lei n. 1.738 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— *Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal — os créditos especiais de Cr\$ 89.623,50 e Cr\$ 1.691.848,90 e suplementar de Cr\$.. 2.347.059,30, para pagamento de despesas de pessoal e material da Secretaria daquela Casa.*

Lei n. 1.746-A — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de Cr\$ 14.000.000,00 suplementar à Verba 2 — Material, do anexo n. 19, do Orçamento da União de 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.751 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

Reproduzida no D. O. de 9 de dezembro de 1952.

— *Modifica o salário-família.*

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Abre ao Congresso Nacional os créditos suplementares de Cr\$ 252.000,00 e Cr\$ 500.000,00 destinados, respectivamente, ao reforço da Verba I, Consignação I, Subconsignação 03, item 02 e Verba I, Consignação, III, Subconsignação 11, item 01-01, da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.763 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de Cr\$ 300.000.000,00, em reforço de verbas do Anexo relativo àquele Ministério, do Orçamento Geral da União para 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.770 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 24.700,00, em reforço de dotações do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 317.448,60, para pagamento de despesas relativas aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.*

Lei n. 1.772-A — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos suplementar de Cr\$ 117.320,00 em reforço da dotação do Anexo 26 do Orçamento de 1952; e o especial de Cr\$ 429.427,30 para pagamento de despesas correspondentes ao exercício de 1951.*

Lei n. 1.778-C — de 20 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— *Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Lei n. 1.780 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo 21 da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.788 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 22.000,00, em reforço à Verba 3 do Anexo n. 19, da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.794 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 135.200,00, em reforço de verbas do Anexo n. 19 do Orçamento Geral da União (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).*

Lei n. 1.795 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de Cr\$ 100.800,00 à Verba I do Anexo n. 17, da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.796 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 2.600.000,00, à dotação atribuída à Verba 3 do Anexo n. 21, da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.797 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 100.000,00, à Verba 3 do Anexo 21, da Lei n. 1.484, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.798 — de 31 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00, em reforço da verba que especifica.*

Decreto n. 31.560 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.893 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 14.000.000,00, em reforço de verba que especifica.*

Decreto n. 31.921 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos, do Orçamento de 1952 — Auxílio aos Municípios.*

Decreto n. 31.991 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

CRIADORES DE GADO BOVINO

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.278 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

CRISTAL DO BRASIL S.A.

Concede à Cristal do Brasil S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.959 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 destinado a auxiliar as despesas com a Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 18.^a Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

Lei n. 1.762 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

CRUZEIRO DO SUL CAPITALIZAÇÃO S.A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da "Cruzeiro do Sul Capitalização S. A."

Decreto n. 31.386 — de 4 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

CURADORES

Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n. 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

CURSOS

Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 31.630 — de 21 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Ver: *Faculdades e Escolas.*

CURSOS DE PREPARAÇÃO

Organiza no Colégio Militar um Curso de Preparação.

Decreto n. 31.797 — de 18 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

D

DACTILÓGRAFO

Suprime cargos extintos.
(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.886 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

DEFENSORES PÚBLICOS

Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n. 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

DELEGACIAS DO TESOUREIRO NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, crédito especial destinado à construção do edifício para a Delegacia do Tesouro Nacional e demais repartições federais no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.694 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

DELEGACIAS FISCAIS DO TESOURO NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 194.331,80, para regularização de despesas orçamentárias de dezembro de 1949, feitas pelas Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados do Maranhão e do Amazonas.

Lei n. 1.736 — de 18 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Estende a Jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.666 — de 27 de outubro de 1952.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Altera o Regimento do D.A.S.P.

Decreto n. 31.650 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Tietê, e dá outras providências.

Decreto n. 31.723 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.757 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Decreto-legislativo n. 61 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 81 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— Reajusta os proventos dos inativos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Lei n. 1.780 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 27.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.929 — de 16 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de despesas realizadas com diligências, investigações e serviços de caráter secreto ou reservado.

Decreto n. 31.640 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Ubaitaba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia.

Decreto n. 31.928 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.982 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Amplia o programa de Primeira Urgência constante dos Artigos 21 e 22 da Lei n. 302, de 13 de julho de 1948.

Lei n. 1.787 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

Retificado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Outorga concessão ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem para instalar uma rede de radiocomunicações.*

Decreto n. 31.861 — de 29 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessário à construção do açude público "Quizabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.503 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessárias à construção do açude público "Latão", no município de Santanópolis, Estado do Ceará.*

Decreto n. 31.545 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Decreto-legislativo n. 63 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 65 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que mencionam, situados em Itajaí, no Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 31.796 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ

Cede, a título precário, os armazéns do extinto Departamento Nacional do Café à Comissão de Financiamento da Produção.

Decreto n. 31.979 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

DEPÓSITOS CONCHILÍFEROS

Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo dos Santos Patury a lavar depósitos conchilíferos no município de Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n. 32.028 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.3

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Quixabinha", no município de Mauriti, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.503 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública áreas de terra necessárias para as obras de ampliação da usina da Companhia Luz e Força Santa Cruz, no Rio Paranapanema, e autoriza a mesma empresa a promover a sua desapropriação.

Decreto n. 31.513 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terreno necessário à construção da Variante Malheiros, da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Decreto n. 31.544 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Latão", no município de Santópolis, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.545 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, terreno necessário à construção do sistema de Oleodutos Santos-São Paulo.

Decreto n. 31.585 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, faixa de terreno, necessária à construção de trecho ferroviário, localizado entre "Última Garganta" e "Rio das Antas".

Decreto n. 31.586 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, as áreas de terra compreendidas no planalto de ampliação do aproveitamento do rio Tijucu e autoriza a Empresa Luz e Força Itaipubana S. A. a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 31.637 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias às construções que mencionam.

Decreto n. 31.648 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 31.707 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que mencionam, situados na "Fazenda da Posse", município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.713 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhanguera-Jundiá, e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação.

Decreto n. 31.753 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terreno necessária à instalação de um Observatório Meteorológico na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.762 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— Declara de utilidade pública a desapropriação dos imóveis que menciona, situados em Itajui, no Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 31.796 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

— Declara a utilidade pública da desapropriação dos imóveis que menciona, necessários a instalações industriais a cargo do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 31.843 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto n. 31.903 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da ligação ferroviária Ubaíatuba-Jequié-Contendas, no Estado da Bahia.

Decreto n. 31.928 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriações, área necessária para a construção da ponte rodoferrviária sobre o rio Jacui, na linha Pelotas-Ganguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.946 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno e respectivas benfeitorias necessárias à construção da ligação ferroviária D. Silvério-São Domingos do Prata-Nova Era, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.982 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, o domínio útil de faixa de terreno de marinha, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 32.017 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— Declara sem efeito a desapropriação de terreno de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

Decreto n. 32.032 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.524 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.529 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Carlos dos Reis a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.578 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Paulo Duarte a pesquisar diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.580 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro, Alvaro Guilmarino Guieiro a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.696 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

DICIONÁRIO BIBLIOGRÁFICO BRASILEIRO

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n. 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

DIREITOS CIVIS DA MULHER

Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão de direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948.

Decreto n. 31.643 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

DIRETOR DO SAMDU

Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n. 27.664, de 30 de dezembro de 1949.

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

DIRETORIA REGIONAL DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Decreto-Legislativo n. 54 — de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 55 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

DOAÇÕES

Acrescenta um parágrafo ao artigo 45, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n. 1.735 — de 18 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.489 — de 30 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado em Varginha, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.493 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.609 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados em Jundiá, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.614 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.632 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terras situadas no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí.*

Decreto n. 31.633 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno situado em Araraquara, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.661 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Aceita a doação do imóvel que menciona, situado no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 31.704 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.781 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União aceitar doação de imóvel situado no município de Caldas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.852 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a efetuar a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel doado que menciona.*

Decreto n. 31.884 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no Município de Guaraçuva, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.949 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

DOLOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Santos Pupin Neto a pesquisar dolomita e associados no município de Campos do Jordão, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.969 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

E**ECONOMISTAS**

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951 e dá outras providências.

Decreto n. 31.794 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

ELETROBRAZ COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Decreto-legislativo n. . . de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

EMBAIXADAS

Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Viena.

Decreto n. 31.657 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Eleva à categoria de Embaixada a Representação diplomática do Brasil em Havaí.*

Decreto n. 31.658 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

Lei n. 1.720-B — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

EMIÇÃO DE APÓLICES

Ver: Apólices.

EMIÇÃO DE SELOS POSTAIS

Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

EMPREGADOS APRENDIZES

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

EMPREGADOS DAS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO

Dispõe sobre os seguros de acidentes do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

EMPREGADOS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Dispõe sobre os seguros de acidentes do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

EMPREGADOS EM PROFISSÕES CONEXAS COM A INDÚSTRIA DE PESCA

Ver: Armadores de Pesca e Pescadores.

EMPRESA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÕES S.A.

Decreto-legislativo n. 57 — de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

EMPRESA DE MINERAÇÃO

Ver: o nome da empresa autorizada a funcionar.

EMPRESA DE NAVEGAÇÃO CRICARÉ LIMITADA

Concede à "Empresa de Navegação Cricaré Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.568 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de dezembro de 1952.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DO RIO
PARNAÍBA LIMITADA**

Concede à "Empresa de Navegação do Rio Parnaíba Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.557 — de 7 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1952.

**EMPRESA ELÉTRICA DE LONDRI-
NA S.A.**

Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a instalar um grupo gerador em sua usina.

Decreto n. 31.515 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

**EMPRESA FÔRÇA E LUZ ALEGRE
VEADO S.A.**

Autoriza a Empresa Fôrça e Luz Alegre Veado S. A., a modificar suas instalações.

Decreto n. 31.906 — de 9 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

**EMPRESA FÔRÇA E LUZ SÃO SE-
BASTIÃO LTDA.**

Autoriza a Empresa e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n. 31.455 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

**EMPRESA LÓIDE AÉREO NACIO-
NAL S.A.**

Outorga concessão à Empresa Lóide Aéreo Nacional S. A. para instalar uma estação radiotelegráfica na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Decreto n. 30.947 — de 5 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

**EMPRESA LUZ E FÔRÇA ITABA-
POANA LTDA.**

Concede autorização para funcionar como empresa de eletricidade à firma Empresa Luz e Fôrça Itapoana Ltda.

Decreto n. 31.915 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

**EMPRESA LUZ E FÔRÇA ITUIUTA-
BANA S.A.**

Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no plano de ampliação do aproveitamento do rio Tijuco e autoriza a Empresa Luz e Fôrça Ituitubana S. A. a promover a respectiva desapropriação.

Decreto n. 31.637 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Autoriza a construção da linha de transmissão e o melhoramento da rede de distribuição e Ituituba.

Decreto n. 31.724 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

**EMPRESA PAULISTA DE NAVEGA-
ÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LIMITADA**

Concede à "Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio Limitada", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.679 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

**EMPRESA PENEDENSE DE LUZ E
ÁGUA S.A.**

Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 31.514 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

EMPRESAS ÁGUAS PADUA S.A.

Concede à Empresa de Águas Padua Sociedade Anônima autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.715 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

EMPRESAS DE SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO

Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra "h", do artigo 1.º, da Lei n. 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Lei n. 1.772 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

EMPRESAS SIDERÚRGICAS

Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto n.º 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

Lei n. 1.716 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

EMPRÉSTIMOS

Dispõe sobre a concessão dos favores previstos no Decreto n. 12.944, de 30 de março de 1918 e no Decreto n. 4.246, de 6 de janeiro de 1921, à Companhia de Usinas Metalúrgicas.

Lei n. 1.716 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 4 de novembro de 1952.

ENDOSSANTES

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Complementa disposições do Decreto n. 28.166, de 1.º de junho de 1950.

Decreto n. 31.132 — de 11 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza a Cia. Sul Mineira de Eletricidade a construir duas linhas de transmissão, entre os municípios de Osvaldo Costa e Cachoeira de Minas, e entre a Usina Santa Terezinha e o município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.200 — de 28 de julho de 1952.

Retificado no D. O. de 30 de outubro e 6 de dezembro de 1952.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Morada.

Decreto n. 31.242 — de 7 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Otorga à Prefeitura Municipal de Inhaúma concessão para distribuir energia elétrica, no município de Inhaúma, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 30.349 — de 28 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Usina Açucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 31.453 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz São Sebastião Ltda. a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 31.455 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Otorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica do Salto da Barra, existente no rio Apiaí-Guacá, distrito e município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.456 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Revalida o Decreto n. 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.459 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais

Decreto n. 31.464 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Autoriza a S. A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.484 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Declara caduca a concessão outorgada à Cia. Mineração e Metalurgia Brasil, pelo Decreto n. 237, de 17 de julho de 1935.*

Decreto n. 31.512 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

— *Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 31.514 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

— *Autoriza a Empresa Elétrica de Londrina S. A. a instalar um grupo gerador em sua usina.*

Decreto n. 31.515 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza a firma Irmãos Schlumberger a ampliar as instalações de sua usina de eletricidade.*

Decreto n. 31.516 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias a execução das obras do aproveitamento de energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi Guacu, Município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S. A. Central Elétrica Rio Claro pelo Decreto n. 26.434, de 9 de março de 1949.

Decreto n. 31.517 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Outorga ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.518 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza a Cia. Elétrica Caiuá a construir linhas de transmissão, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.555 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.563 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza instalação de um grupo diesel-elétrico.

Decreto n. 31.570 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Autoriza a empresa Força e Luz de Manhuaçu Ltda., a construir duas linhas de transmissão.

Decreto n. 31.618 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza a Companhia Electricidade Muqui do Sul a construir uma linha de transmissão naquele município no Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.628 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Outorga a Cia. de Fiação e Tecidos Cometa concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras Baixo Caioba, Alto Caioba e Cortiço existente nos rios Caioba e Cortiço, distrito de Meio da Serra, município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.638 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada a construir uma linha de transmissão.

Decreto n. 31.651 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Autoriza a Companhia Sul Mineira de Electricidade a instalar grupos termoeletrônicos de emergência, na cidade de Ouro Fino, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.652 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Autoriza a Companhia de Caris, Luz e Força do Rio de Janeiro Limitada a construir uma linha de transmissão.

Decreto n. 31.653 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Tietê, e dá outras providências.

Decreto n. 31.723 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a construção da linha de transmissão e o melhoramento da rede de distribuição de Ituiutaba.*

Decreto n. 31.724 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Modifica a potência do aproveitamento concedido à S. A. Empresa Elétrica do Itapura pelo Decreto n. 20.453, de 23-1-1946 e autoriza o funcionamento de usina de reserva.*

Decreto n. 31.755 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Pardo, entre os municípios de São José do Rio Pardo e Mococa, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.757 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

— *Outorga a Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., concessão para o fornecimento de energia elétrica.*

Decreto n. 31.758 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— *Transfere a Alcides de Oliveira a concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na sede do município de Fernandópolis, Estado de São Paulo, outorgada a Miguel Murari, pelo Decreto número 29.880, de 13 de agosto de 1951.*

Decreto n. 31.795 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica do Piauí S. A.*

Decreto n. 31.855 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Complementa disposições do Decreto n. 30.617, de 10 de março de 1952.*

Decreto n. 31.877 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Empresa Força e Luz Alegre Veado S. A., a modificar suas instalações.*

Decreto n. 31.906 — de 9 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia Industrial Belo Horizonte a construir uma linha de transmissão.*

Decreto n. 31.907 — de 9 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de eletrificação à firma Empresa Luz e Força Itabapoana Ltda.*

Decreto n. 31.915 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 31.917 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

ENERGIA HIDRAULICA

Ver: *Energia Elétrica.*

ENSINO SECUNDARIO

— *Modifica a alínea a do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário.*

Lei n. 1.703 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

ENSINO TÉCNICO SUPERIOR

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.

Decreto n. 31.794 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

ENTIDADES DESPORTIVAS

Concede contribuições a entidades desportivas.

Decreto n. 31.882 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

ESCOLAS

Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Benjamin Constant", a que se refere o artigo 3.º do Decreto n. 22.506, de 22 de janeiro de 1947.

Decreto n. 31.553 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

— Concede reconhecimento ao curso superior de educação física da Escola de Educação Física de São Carlos, da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.595 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Permite aos Oficiais do Q.A.O. o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército.

Decreto n. 31.604 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Modifica a redação da letra b do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n.º 18.732 de 28 de maio de 1945, e alterado pelo Decreto número 28.409, de 20 de julho de 1950.

Decreto n. 31.605 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 31.630 — de 21 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Cria a Comissão de Construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 31.671 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Altera a denominação do Curso de Táctica Aérea e dá outras providências.

Decreto n. 31.841 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Permite a matrícula, na Escola de Aeronáutica, em 1953, independente de concurso de admissão, aos candidatos oriundos do Colégio Militar.

Decreto n. 31.842 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Concede reconhecimento à Escola Técnica Eletromecânica da Bahia.

Decreto n. 30.879 — de 20 de maio de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

— Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

— Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.

Decreto n. 31.985 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

ESCRIVÃES DE COLETORIAS

Regulamenta a transferência de Escrivão de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério.

Decreto n. 31.559 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

ESCRIVÃO DE POLÍCIA

Dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Escrivão de Polícia do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Lei n. 1.744 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de novembro de 1952.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR FEDERALIZADOS

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para atender às despesas com estabelecimentos de ensino superior federalizados.

Decreto n. 31.668 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

ESTABILIDADE

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos Servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.720-A — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

ESTADO DO AMAZONAS

Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.563 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

ESTADO DA BAHIA

Declara públicas de uso comum de domínio do Estado da Bahia, de águas do rio Sal.

Decreto n. 30.480 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do rio Gangorra.

Decreto n. 30.481 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara pública de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas dos rios Salgado, Baixa do Mulungu e Baixa do Mulungu.

Decreto n. 30.482 — de 30 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado da Bahia, as águas do Rio Prazeres ou Ecqueirão.

Decreto n. 31.719 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Outorga ao Estado do Espírito Santo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Rio Bonito, existente no rio Santa Maria, distrito de Santa Leopoldina, município do mesmo nome, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.518 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Espírito Santo, as águas do rio São José.

Decreto n. 31.731 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender às despesas do Quarto Centenário da Fundação de Cidade de Vitória, Espírito Santo.

Decreto n. 31.930 — de 16 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de dezembro de 1952.

ESTADO DE GOIÁS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio São Mateus.

Decreto n. 31.728 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

ESTADO DE MATO GROSSO

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do curso denominado "Areias" ou "Floriano".

Decreto n. 29.881 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Amambai.

Decreto n. 31.727 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado "Águas Verdes".

Decreto n. 29.878 — de 13 de agosto de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Alberto Dias, Loures ou Freire e Loures ou Freire, respectivamente nos seus trechos superior, médio ou inferior.

Decreto n. 29.970 — de 10 de setembro de 1951.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Atterrado".

Decreto n. 30.023 — de 29 de outubro de 1951.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

— Autoriza o Estado de Minas Gerais a construir linhas de transmissão entre Marzagânia e Roça Grande e entre Sabará e Caeté, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.464 — de 16 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio denominado Malacacheta e Encoberto, respectivamente no seu trecho superior e médio e no trecho inferior.

Decreto n. 31.656 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Lages.

Decreto n. 31.663 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio denominado Veado, Cachoeirão e Posses, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n.º 31.665 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Sucuri.

Decreto n. 31.720 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios Santo Antônio, São Tomé, Sapucaizinho e Sapucaizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.730 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio "Andradas-Pedras-Samambaia", "Macaúbas" e "Macaúbas", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.733 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Cachoeira.

Decreto n. 31.939 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Bernardo.

Decreto n. 31.955 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Marques, Grande e Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.956 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Babilônia, São José, São João do Sóca e São João do Sóca, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.957 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Papa Cobra-Burnier, Soledade e Soledade respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.958 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 como contribuição da União às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Estado do Paraná.

Lei n. 1.771 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.609 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, de domínio da União as águas do rio Bracajuvava-Curralinho-Frai, Iguaçu e Iguaçu, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.629 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

ESTADO DO PARANÁ

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Socavão.

Decreto n. 31.686 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1952.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.489 — de 30 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio da União, as águas do rio "Capitão-Mor Barreiro", "Barreiro de Baixo" e "Barreiros", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.662 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio "Macaré de Cima", "Macaré" e "Macaré", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.729 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial para atender, no exercício de 1952, à obrigação prevista no termo aditivo ao Convênio firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 1.696 — de 7 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 13 de outubro de 1952.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

— Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a pesquisar carvão mineral nos municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.532 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Toropi.

Decreto n. 31.833 — de 31 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Barbuda.

Decreto n. 31.977 — de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Cubatão.

Decreto n. 31.725 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Julio.

Decreto n. 31.726 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Gertza.

Decreto n. 31.791 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

ESTADO DE SANTA CATARINA

— Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Tamandua, Tamandua, Tamandua e Pintado, respectivamente, nos seus trechos, superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.792 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Declara de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Liso, Liso e Póço Grande, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.793 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

ESTADO DE SÃO PAULO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4º centenário da fundação da cidade de São Paulo

Lei n. 1.737 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São Simão.

Decreto n. 31.654 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Brejinho", "Rincão" e "Rincão", respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.655 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

ESTADO DE SÃO PAULO

— Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio "Pereque Mirim".

Decreto n. 31.664 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica no rio Tietê, e dá outras providências.

Decreto n. 31.723 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas dos rios Santo Antônio, São Tomé, Sapucaizinho e Sapucaizinho, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto n. 31.730 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Cruzes.

Decreto n. 31.732 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

ESTALEIROS DE CONSTRUÇÕES NAVAIS LTDA.

Decreto-legislativo n. 65 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Lei n. 1.711 — de 28 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 25 de dezembro de 1952.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

— Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.902 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

ESTATUTOS

Aprovação e alterações. — Ver o nome da empresa.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, terreno necessário à construção da Variante Malheiros, da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Decreto n. 31.544 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

ESTRADA DE FERRO CORUMBÁ — SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Aceita a doação do imóvel que menciona, situado no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 31.704 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO DE GOIÁS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para regularizar despesas de pessoal na Estrada de Ferro de Goiás.

Lei n. 1.683 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas (Departamento de Estradas de Ferro — Estrada de Ferro de Goiás), o crédito especial de Cr\$ 2.897.727,00, para pagamento de dívidas contraídas pela Estrada de Ferro de Goiás.

Lei n. 1.699 — de 10 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, áreas necessárias às construções que menciona.

Decreto n. 31.648 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Aprova projeto e orçamento para construção da variante "Campinas", na linha Goiânia-Araguaia, da Estrada de Ferro de Goiás.

Decreto n. 31.649 — de 28 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.870 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO ILHÉUS — CONQUISTA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO JACUI

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e dá outras providências.

Decreto n. 31.542 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

— Aprova projetos e orçamentos para obras na esplanada de Cajelan-dia, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 31.543 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Aprova projeto e orçamento para ampliação da estação de Pedro Celestino, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 31.584 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Aprova projetos e orçamentos para conclusão do trecho do quilômetro 57 + 253 ao km. 81 + 404,59, da variante Mirante-Guaicara, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 31.710 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Aprova projeto e orçamento para a execução da 2.ª grupo de obras na esplanada de Ponta Porã, situada no ramal de Campo Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 31.924 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para despesas com a ligação Itajaí-Blumenau, da Estrada de Ferro Santa Catarina.

Decreto n. 31.588 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, terreno necessário à construção do sistema de Oleodutos Santos-São Paulo.*

Decreto n. 31.585 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

ESTRANGEIROS

Aquisição do domínio de Terrenos de Marinha: — Ver: *Terrenos de Marinha*.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTAS

EXERCÍCIOS ENCERRADOS

Ver: *Economistas*.

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimidos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1952.

EXÉRCITO

Dispõe sobre promoção ao posto de Segundos Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

EXÉRCITO

— *Altera o Decreto n. 31.452, de 13 de setembro de 1952.*

Decreto n. 31.538 — de 4 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Acrescenta dispositivos ao Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n. 31.553 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Retifica as Instruções baixadas pelo Decreto n. 2.774, de 20-6-1938, e o art. 55, n. 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asiáticos.*

Decreto n. 31.587 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Permite aos Oficiais do Q A O o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército.*

Decreto n. 31.604 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Modifica a redação da letra b do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n. 18.732, de 28 de maio de 1945, e alterado pelo Decreto número 28.409, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 31.605 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Aprova o Regulamento para o Alto Comando do Exército (1.ª parte).*

Decreto n. 31.639 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

EXÉRCITO

— *Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.*

Decreto n. 31.650 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

— *Cria a 6.ª Companhia de Guardas, com sede no território da Sexta Região Militar.*

Decreto n. 31.868 — de 1 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— *Transfere a sede do Comando da Infantaria Divisionária da 5.ª Região de Infantaria.*

Decreto n. 31.983 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Estende a General de Divisão, funções previstas pelo Decreto número 31.392, de 5 de setembro de 1952, como privativas de General de Brigada.*

Decreto n. 32.016 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

EXPEDICIONÁRIOS

— *Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber os direitos e vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948.*

Lei n. 1.756 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

EXTRANUMERÁRIOS

— *Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.*

Lei n. 1.711 — de 28 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 28 de dezembro de 1952.

EXTRANUMERÁRIOS

— *Modifica o salário-família.*

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

— TABELAS ÚNICAS — Ver: Ministério a que pertencem.

F

FACULDADES

— *Dá nova redação à letra b do § 2.º do art. 31 do Decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939, modificado pelo Decreto-lei n. 8.195, de 20 de novembro de 1945.*

Lei n. 1.759 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

— *Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 1.777 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Concede reconhecimento aos cursos: ciências econômicas, de ciências contábeis e de ciências atuariais, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.594 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

FACULDADES

— *Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia de Campinas.*

Decreto n. 31.844 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

— *Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia do Espírito Santo.*

Decreto n. 31.866 — de 28 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.*

Decreto n. 31.985 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

FAGUNDES & VOLPI LTDA.

Decreto-legislativo n. 54 — de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

FAZENDEIROS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

FEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ASSISTÊNCIA AOS LAZAROS

Dispõe sobre a cobrança de selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS

Concede auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Federação Nacional dos Odontologistas, para ocorrer às despesas com o 1.º Congresso Odontológico realizado, em julho de 1952, na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Lei n. 1.778-A — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Faria Braga a pesquisar feldspato e associados, no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.531 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Belmiro Finazzi e Raul Finazzi a lavar feldspato e argila nos municípios de Itapira e Mogi Mirim, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.691 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Umberto Fatelli a pesquisar feldspato e associados no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.693 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luis Landim Cassal, a pesquisar feldspato e associados, no município de Santa Branca, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.741 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

FELDSPATO

— Autoriza o cidadão brasileiro *Ulisses Franco* a pesquisar feldspato e associados, no município de *Salesópolis, Estado de São Paulo*.

Decreto n. 32.024 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

FÉRIAS

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

FERRO

Autoriza *Gastão Muller & Cia. S. A.* a pesquisar minérios de ferro e associados no município de *Rio Branco do Sul, Estado do Paraná*.

Decreto n. 31.577 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Serafim da Silva Gomes* a lavar minérios de ferro e manganês e calcário dolomítico no município de *Ouro Preto, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 31.599 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Autoriza a *Companhia de Mineração Novalimense* a pesquisar ferro e associados, nos municípios de *Bru-madinho e Nova Lima, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 31.601 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

FERRO

— Autoriza o cidadão brasileiro *Richard Paul Werner* a pesquisar ferro no município de *Gaspar, Estado de Santa Catarina*.

Decreto n. 31.736 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Mariano de Oliveira Wendel*, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de *Registro, Estado de São Paulo*.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza a *ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração* — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, no município de *Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 31.856 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Renova o Decreto n. 28.215, de 7 de junho de 1950.

Decreto n. 31.864 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Retifica o artigo 1.º do Decreto n. 26.681, de 19 de maio de 1949.

Decreto n. 32.019 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

FERROVIAS

Aprova projeto e orçamento para construção de uma subvariante na ligação ferroviária *Teresina-Piripiri*.

Decreto n. 31.703 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

FESTA NACIONAL DO TRIGO

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,0 (quinhentos mil cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n. 31.603 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

FIADORES

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

FILATELIA

Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

FILHOS SADIOS DOS LAZAROS

Dispõe sobre a cobrança do selo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n.º 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

FINANCIAMENTOS

Amplia o prazo de execução da Lei n. 1.003, de 24 de dezembro de 1949, relativo a financiamento da lavoura de café.

Lei n. 1.719 — de 1 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

FINANCIAMENTOS

— Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

— Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 11, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.749, de 28 de junho de 1937.

Decreto n. 31.708 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

FISCAL ADUANEIRO

Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.887 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS

Ver: Vencimentos.

FOGUISTA

Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.825 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Suprime cargos extintos.

(M.F. — Q.S.).

Decreto n. 31.826 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

FORÇA E LUZ DE MANHUAÇU LIMITADA.

Autoriza a empresa Força e Luz de Manhuaçu Ltda., a construir duas linhas de transmissão.

Decreto n. 31.618 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Dispõe sobre promoção ao posto de Segundo Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

FORMAÇÃO DE OFICIAIS DE INFANTARIA DE GUARDA

Dispõe sobre o limite de idade para matrícula, em 1953, no Curso de Oficiais de Infantaria de Guarda, da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 31.630 — de 21 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL METÓDICA

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

FOSFATOS

Autoriza os cidadãos brasileiros José Albino Pimentel Filho, Hilton de Lima Pimentel, Wilson Albino Pimentel, Nilson Albino Pimentel, Geraldo Albino Pimentel e Sebastião de Vasconcelos Cardim a pesquisar calcário, fosfato e associados no município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Decreto n. 31.579 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

FOSFORITA

Autoriza a Companhia de Cimento Portland Poty a pesquisar fosforita no município de Igarapé, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 31.598 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

FÓSFORO

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

Aprova o novo Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros.

Decreto n. 31.775 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

FUMO

Altera dispositivos das Leis do Imposto de Consumo.

Lei n. 1.748 — de 28 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Lei n. 1.690 — de 3 de outubro de 1952.

Publicação no D. O. de 7 de outubro de 1952.

Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Lei n. 1.711 — de 28 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 28 de dezembro de 1952.

— Modifica o salário-família

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

FUNDAÇÃO DA "CASA DE CABANGU"

Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais.

Lei n. 1.704 — de 15 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de outubro de 1952.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular, para fins que especifica.

Decreto n. 31.634 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 31.894 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.

Lei n. 1.737 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

FUNDO DE INDENIZAÇÕES

Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.

Decreto n. 32.013 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos Artigos 21 e 22 da Lei n. 302, de 13 de julho de 1948.

Lei n. 1.787 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

FUSÃO DE CAIXAS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Ver: Caixas de Aposentadoria e Pensões.

G

GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA

Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.

Decreto n. 31.650 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

GASTÃO MÜLLER & CIA. S. A.

Autoriza Gastão Müller & Cia. S. A. a pesquisar minérios de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.577 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

GENERAL DE DIVISÃO

Estende a General de Divisão, funções previstas pelo Decreto número 31.392, de 5 de setembro de 1952, como privativas de General de Brigada.

Decreto n. 32.016 — de 29 de dezembro de 1952

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

GÊNEROS DE PRIMEIRA NECESSIDADE

Assegura à agave ou sisal de produção nacional, da safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Decreto n. 31.534 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

— *Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros, de produção nacional, para o ano de 1953.*

Decreto n. 31.608 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade "Gillette Safety Razor Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 31.647 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952.

GINÁSIOS

Revoga o Decreto n. 11.194, de 4 de janeiro de 1943, que autorizou o Colégio Santo Antônio, com sede em São João del-Rei, no Estado de Minas Gerais, a funcionar como Colégio.

Decreto n. 31.670 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

GOVERNO DA SUÉCIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 124.209,10, para pagamento das despesas efetuadas pelo Governo da Suécia com a proteção dos interesses brasileiros na Rumânia.

Lei n. 1.774 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

GRANITO

Autoriza os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzito, granito e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.973 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

GRATIFICAÇÃO ADICIONAL

Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

GRATIFICAÇÃO ANUAL

Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias de Previdência Social.

Decreto n. 31.943 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

H**HERDEIROS DE CRIADOR OU RE-CRIADOR DE GADO BOVINO**

Ver: Criadores de gado bovino e recriadores de gado bovino.

HONRAS FÚNEBRES

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Chaim Weizmann, Presidente do Estado de Israel, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n. 31.751-A — de 9 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

I**ICOMINAS S.A. — EMPRESA DE MINERAÇÃO**

Autoriza a ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.856 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

ILMENITA

Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.519 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

ILMENITA

— Autoriza Oquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.520 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.523 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

IMIGRAÇÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 1.942.911,50, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil, em favor do Comité Provisório Intergovernamental, para os movimentos migratórios da Europa.

Lei n. 1.775 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

IMPORTAÇÃO

Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n. 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950.

Lei n. 1.685 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de dezembro de 1952.

— Estende os favores concedidos pelo art. 11, item 20, do Decreto-lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938, à importação de material que específica.

Lei n. 1.742 — de 22 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

IMPORTAÇÃO

— *Dá nova redacção do artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setem-
bro de 1948.*

Decreto n. 31.535 — de 3 de ou-
tubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de ou-
tubro de 1952.

— *Estabelece medidas de incentivo
às indústrias de material eléctrico pe-
sado e turbinas no País.*

Decreto n. 31.926 — de 15 de de-
zembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de de-
zembro de 1952.

IMPÓSTO DE CONSUMO

*Altera dispositivos da Consolidação
das Leis do Impósto de Consumo.*

Lei n. 1.748 — de 28 de novembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de no-
vembro de 1952.

Lei n. 1.749 — de 28 de novembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de no-
vembro de 1952.

IMPÓSTO SOBRE A RENDA

*Dispõe sobre a forma de paga-
mento das dívidas dos criadores e re-
criadores de gado bovino, e dá outras
providências.*

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de no-
vembro de 1952.

— *Prorroga o prazo estipulado nos
§§ 2.º e 3.º, letra "h", do artigo 1.º,
da Lei n. 1.474, de 26 de novembro
de 1951.*

Lei n. 1.772 — de 18 de dezembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de de-
zembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fa-
zenda, o crédito especial de Cr\$..
58.480.856,50, para o fim que espe-
cifica.*

Decreto n. 31.947 — de 18 de de-
zembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de de-
zembro de 1952.

IMPÓSTO DO SÊLO

*Altera o Decreto-lei n. 4.655, de 3
de setembro de 1942, que dispõe sobre
o Impósto de Sêlo.*

Lei n. 1.747 — de 28 de novembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de no-
vembro de 1952.

IMPÓSTO ÚNICO

Lei n. 1.749 — de 28 de novembro
de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de no-
vembro de 1952.

INATIVOS

*Reajusta os proventos dos inativos
do Departamento dos Correios e Te-
légrafos.*

Lei n. 1.780 — de 23 de dezem-
bro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de de-
zembro de 1952.

INDENIZAÇÕES DE GUERRA

*Dispõe sobre os Planos de Indeni-
zações de Guerra e dá outras pro-
vidências.*

Decreto n. 32.013 — de 29 de de-
zembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de de-
zembro de 1952.

INDÚSTRIA DA PESCA

*Altera dispositivos do Decreto-lei
n. 3.832, de 18 de novembro de 1941,
que dispõe sobre a situação perante
o Instituto de Aposentadoria e Pen-
sões dos Marítimos, dos armadores
de pesca e dos pescadores e empre-
gados em profissões conexas com a
indústria da pesca.*

Lei n. 1.707 — de 23 de outubro
de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de ou-
tubro de 1952.

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS DE ARTIGOS REFRATÁRIOS S.A.

— IBAR

*Autoriza Indústrias Brasileiras de
Artigos Refratários S. A. — IBAR
— a pesquisar argila, caulim e asso-
ciados, no município de Uberaba, Es-
tado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.896 — de 5 de de-
zembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de de-
zembro de 1952.

INDÚSTRIAS DE MATERIAL ELÉTRICO E DE TURBINAS

Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

INSETICIDAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor.

Lei n. 1.750 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

INSPEÇÃO DE SAÚDE DE ASILADOS

Retifica as Instruções baixadas pelo Decreto n. 2.774, de 20-6-1938, e o art. 55, n. 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos acilados.

Decreto n. 31.587 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

INSPETOR DO TRABALHO

Dá nova redação aos itens II e III, do artigo 1.º do Decreto n. 31.480, de 18 de setembro de 1952.

Decreto n. 31.989 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ver: Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CAFÉ

Cria o Instituto Brasileiro de Café, e dá outras providências.

Lei n. 1.779 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Altera o Regimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto n. 29.118, de 10 de janeiro de 1951, e dá outras providências.

Decreto n. 31.552 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

INSTITUTO ELETROTÉCNICO DE ITAJUBÁ

Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 1.786 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n. 720, de 28 de maio de 1949, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lei n. 1.778-B — de 20 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenario da fundação da cidade de São Paulo.

Lei n. 1.737 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA

Cria o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia, nos termos do artigo 13 da Lei n. 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Decreto n. 31.672 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Dispõe sobre a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate.

Decreto n. 31.636 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo, e dá outras providências.

Lei n. 1.761 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

INSTITUTO PAULISTA DE PESQUISAS SOBRE O CÂNCER

Declara de utilidade pública, o Instituto Paulista de Pesquisas sobre o Câncer, com sede na cidade de São Paulo.

Decreto n. 31.950 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Altera dispositivos do Decreto-lei n. 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

Lei n. 1.707 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

— *Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º da Lei n. 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.*

Lei n. 1.720-C — de 3 de novembro de 1950.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Concede abono de emergência aos servidores do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências.

Decreto n. 31.547 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Cria a Carteira de Acidentes do Trabalho do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários e dá outras providências.

Decreto n. 31.548 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.

Decreto n. 31.566 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Altera a redação do artigo 4.º do Decreto n. 31.548, de 6 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.645 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— Altera o artigo 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934.

Decreto n. 31.682 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.706 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n. 27.664, de 30 de dezembro de 1949.

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— Dispõe sobre o custeio dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto n. 31.909 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

— Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Dispõe sobre o pagamento de gratificação anual aos servidores dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e demais autarquias de Previdência Social.

Decreto n. 31.943 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n.º 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— Dispõe sobre o valor do auxílio para funeral no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.

Decreto n. 31.988 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Altera a carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e dá outras providências.

Decreto n. 32.034 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

INTERSTÍCIO

Dispõe sobre interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão.

Decreto n. 31.832 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

IRMÃOS SCHLUMBERGER

Autoriza a firma Irmãos Schlumberger a ampliar as instalações de sua usina de eletricidade.

Decreto n. 31.516 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

ISENÇÕES

Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n. 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950.

Lei n. 1.685 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação, e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo e dá outras providências.*

Lei n. 1.761 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

J

JOÃO RIBEIRO

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n. 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

JORNAIS

Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948.

Decreto n. 31.535 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

JUIZES

Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

Lei n. 1.727 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, o crédito especial de Cr\$ 16.200,00, para atender ao pagamento de diferença de aluguéis, relativos a 1950, das salas em que funciona a 3.ª Junta de Conciliação e Julgamento de Niterói.

Lei n. 1.697 — de 10 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Cria, na Terceira Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento.*

Lei n. 1.764 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

Decreto n. 31.551 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

JURISDIÇÃO DE DELEGACIAS REGIONAIS DO TRABALHO

Estende a Jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Decreto n. 31.666 — de 27 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Estende à Comarca de Nova Lima a competência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

Decreto n. 31.551 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: *Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

L**LAVOURAS DE CAFÉ**

Ver: *Café.*

LAVRAS

Ver: *o nome do elemento lavrado.*

LEGADOS

Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado.

Decreto n. 31.669 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

"LEGAL AND GENERAL ASSURANCE SOCIETY LTD."

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Legal and General Assurance Society Ltd."

Decreto n. 31.980 — de 13 de junho de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de novembro de 1952.

LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIAL

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

Lei n. 1.720-B — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a Lei n. 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).

Lei n. 1.708 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

LEI DO SÊLO

Altera o Decreto-lei n. 4.655, de 3 de setembro de 1942, que dispõe sobre o Imposto do Sêlo.

Lei n. 1.747 — de 28 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 31.894 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Acréscima um parágrafo ao artigo 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n. 1.735 — de 18 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

Modifica o alínea a do art. 32 da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Lei n. 1.703 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

LICENÇA PRÉVIA

Dá nova redação do artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948.

Decreto n. 31.536 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

LÍRICA BRASILEIRA

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n. 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

LIVROS

Dá nova redação do artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948.

Decreto n. 31.535 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

Prorroga até 31 de dezembro de 1954 a Lei n. 1.300, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato).

Lei n. 1.708 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

LOTAÇÃO NUMÉRICA

Ver: o nome do Ministério a que pertence.

LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS OU GASOSOS

Lei n. 1.749 — de 28 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

M

MAGISTRADOS

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

MAGISTRATURA VITALÍCIA

Dispõe sobre o concurso de provas, para o ingresso na magistratura vitalícia.

Lei n. 1.727 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

MAGNÉSIO

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

MAGNESITA

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar magnesita, talco e associados, no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 31.862 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

MAGNESITA S.A.

Autoriza a Magnesita S. A. a pesquisar magnesita, talco e associados, no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 31.862 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Serafim da Silva Gomes a lavrar minérios de ferro e manganês e calcário dolomítico no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.599 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Teóculo Pereira a pesquisar pirita, minério de manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.694 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Guapui, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 31.735 — de 6 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

Autoriza a Mineração Bonfim Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.

Decreto n. 31.747 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Mariano de Oliveira Wendel, a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

Autoriza a ICOMINAS S. A. — Empresa de Mineração — a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados, no município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.856 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

MANGANÊS

Autoriza os cidadãos brasileiros Godofredo Pinto, Oscar de Luna Freire, Hellar Redo Barroso e Walter Lemos Batista a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Nossa Senhora das Dóces, Estado de Sergipe.

Decreto n. 31.857 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda., — "SOMPIT" — a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 31.861 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Aracoiaba, Estado do Ceará.

Decreto n. 31.972 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

MANICÓMIO JUDICIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

Decreto-legislativo n. 58 — de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

MAQUINISTA MARÍTIMO

Suprime cargos extintos.

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.827 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

MARINHEA

Altera a distribuição do efetivo do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto n. 30.627, de 10 de março de 1952.

Decreto n. 31.837 — de 24 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

MARINHA MERCANTE NACIONAL

Estende ao pessoal de Marinha Mercante Nacional no que couber os direitos e vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948.

Lei n. 1.756 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

MARINHEIRO

Suprime cargos extintos.

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.822 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.828 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.831 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

MÁRMORES

Autoriza o cidadão brasileiro Manoel de Matos Júnior a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.214 — de 30 de julho de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre e mármore, no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.527 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

MÁRMORES

— *Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.899 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— *Autoriza Andrea Salvini & Cia. Limitada a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Conceição do Mato Dentro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.900 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

MATERIAL ELÉTRICO

Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

MAUÁ CAPITALIZAÇÃO S.A.

Aprova alteração introduzida nos Estatutos da "Mauá Capitalização S. A."

Decreto n. 31.562 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

MAUÁ, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mauá, Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 31.450 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

MÉDICOS SANITARISTAS

Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Lei n. 1.690 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1952.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira, a lavar mica, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.507 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Carlos Pereira a lavar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.508 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Gabriel Cuiça Soares e Sebastião Cardoso da Silva a pesquisar caulim, mica e associados, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.509 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Ribeiro Filho a pesquisar mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.573 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Pinto da Veiga a lavar mica no município de Governador Valadares, do Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.574 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1952.

— Autoriza os cidadãos brasileiros, Luiz Gonzaga da Cunha e Sinval Pereira Fagundes a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.575 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Clímério Vieira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.673 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Verdi de Carvalho, a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.674 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Manoel de Sousa, a pesquisar mica e associados no município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.675 — de 29 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 30.844, de 14 de maio de 1952.

Decreto n. 31.683 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simpício Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.717 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.718 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aureliano Antunes França a pesquisar mica e associados, no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.764 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim, quartzo e mica, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.785 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vivaldi Junqueira Passos a pesquisar mica e associados, no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.801 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Gonzaga da Cunha a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.847 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Jorge Cardoso a pesquisar mica e associados, no município de Raul Soares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.876 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Batista Pereira a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.933 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Tasso de Carvalho a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.934 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jair Marques Jorge a pesquisar mica e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.935 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sincero Olário do Nascimento a pesquisar mica e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.936 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

MICROFILME TÉCNICA LIMITADA

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 711.800,00, para atender às despesas que especifica.

Decreto n. 31.804 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

MINAS SERRINHA LTDA.

Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.529 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

MINEBRA — MINÉRIOS BRASILEIROS S.A. — MINERAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

Concede à Minebra — Minérios Brasileiros S. A. — Mineração e Industrialização, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.511 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

MINERAÇÃO BONFIM LIMITADA

Autoriza a Mineração Bonfim Limitada a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Manicoré, Estado do Amazonas.

Decreto n. 31.747 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

MINERAÇÃO CHIA S.A.

Concede à Mineração Chã S. A., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.865 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LIMITADA

Autoriza a Mineração Geral do Brasil Ltda., a pesquisar cassiterita e associados, no município de São João Del Rei, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.639 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de novembro de 1952.

MINERAÇÃO SUL AMERICANA LIMITADA

Concede à Mineração Sul Americana Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.687 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Decreto-legislativo n. 59 — de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

— Decreto-legislativo n. 82 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— *Renova a declaração de utilidade pública, para desapropriação, de terrenos que menciona, situados na "Fazenda da Posse", município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.713 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.760 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.872 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 31.499 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.609 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados em Jundiá, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.614 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Aprova convênio entre o Ministério da Agricultura e a Fundação da Casa Popular, para os fins que especifica.*

Decreto n. 31.634 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.777 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar, do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.778 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.849 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto n. 31.903 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 31.932 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Decreto-legislativo n. 57 — de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

— *Decreto-legislativo n. 58 — de 1952.*

Publicado no D. O. de 14 de outubro de 1952.

— *Decreto-legislativo n. 64 — de 1952.*

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e o pagamento de despesas com a execução de obras na Secretaria do Ministério da Educação e Saúde.*

Lei n. 1.712 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

— *Cria funções na Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.537 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.541 — de 4 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— *Cria funções na Tabela Única de Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.582 — de 10 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 21 de outubro de 1952.

— *Cria função na Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.621 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Inclui funções na Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Educação e Saúde.*

Decreto n. 31.635 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado.*

Decreto n. 31.669 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Decreto-legislativo n.º ? — de 1952. 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.489 — de 30 de outubro de 1952.

Retificado no D. O. de 3 de outubro de 1952.

— *Altera a lotação das repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 31.591 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

MINISTÉRIO DA GUERRA

Declara de utilidade pública e autoriza desapropriação de imóvel necessário ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 31.707 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Altera, sem aumento de despesa, o Anexo n. 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952 (Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Lei n. 1.745 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal.

Lei n. 1.762-A — de 16 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— *Cria funções na Tabela Unificada Extranumerário Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.980 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Altera a lotação de repartição atendida pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 32.018 — de 29 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.*

MINISTÉRIO DA MARINHA

Autoriza a permuta de imóveis entre a União e o Município de Aracaju, capital do Estado do Sergipe.

Decreto n. 31.554 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Suplementar.*

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Autoriza a designação de Assistentes Jurídicos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para servirem junto ao Ministério Público Federal.

Lei n. 1.762-A — de 16 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947; Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acôrdio sobre Transportes Aéreos, e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.

Decreto n. 31.536 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Estende a Jurisdição da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Estado do Piauí à cidade de Timon, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Decreto n. 31.666 — de 27 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 27.664, de 30 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— *Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial.*

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Altera, sem, aumento de despesas, o Anexo n.º 25 do Orçamento Geral da República para o exercício de 1952.

Lei n. 1.766 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Dispõe sobre a aprovação de tabelas de preços para execução de obras, a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 31.788 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— Aprova projeto e orçamento para construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha ferroviária Pelotas-Canguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.945 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área necessária para a construção da ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí, na linha Pelotas-Canguçu-Barretos, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.946 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.

MONAZITA

Autoriza "Sulba — Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.519 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

MONAZITA

— Autoriza Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.520 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.523 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza a cidadã brasileira Geraldina Menicucci Tortoricielo a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.970 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

MONUMENTOS

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial como contribuição do Governo Federal às despesas com a construção do monumento a J. J. Seabra, no Estado da Bahia.

Lei n. 1.693 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

MORATÓRIA

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

MOTORISTA

Suprime cargo extinto.

(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 31.830 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

MÚCIO LEÃO

Modifica o artigo 1.º e a letra "b" do artigo 3.º da Lei n. 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n. 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

MULTAS FISCAIS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

MUNICÍPIOS

Exclui da classificação declarada no artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Lei n. 1.720 — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.440.000,00, em reforço da verba 3, Anexo 19 — Auxílios aos Municípios — do Orçamento de 1952.*

Lei n. 1.733 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

MUNICÍPIOS

— *Exclui da classificação constante do Artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o município de Santos, no Estado de São Paulo, e o de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Lei n. 1.743 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Exclui da classificação constante do artigo 1.º da Lei n.º 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Corumbá, no Estado de Mato Grosso.*

Lei n. 1.767 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Exclui os municípios de Niterói e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, do art. 1.º da Lei número 121, de 22 de outubro de 1947.*

Lei n. 1.785 — de 27 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a permuta de imóveis entre a União e o Município de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe.*

Decreto n. 31.554 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 79.657.946,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.561 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Desincorpora e emancipa lote rural, do Núcleo Colonial "São Bento", no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.931 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

MUNICÍPIOS

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 58.480.856,50, para o fim que especifica.*

Decreto n. 31.947 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 252.400.000,00, em reforço da Verba 3, Serviços e Encargos, do Orçamento de 1952 — Auxílio aos Municípios.*

Decreto n. 31.991 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

MUSEUS

Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), ao Museu Santos Dumont, em Minas Gerais.

Lei n. 1.704 — de 15 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para auxiliar os festejos comemorativos do 4.º centenário da fundação da cidade de São Paulo.*

Lei n. 1.737 — de 20 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Ministério da Educação e Saúde a aceitar legado.*

Decreto n. 31.669 — de 29 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

N**NAVUNIDOS NAVEGAÇÃO S.A.**

Concede a "Navunidos Navegação Sociedade Anônima" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.471 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

NÍQUEL

Autoriza o cidadão brasileiro Mariana de Oliveira Wendel a pesquisar minérios de fósforo, ferro, manganês, cromo, níquel, cálcio, magnésio, alumínio e associados, no município de Registro, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.748 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

NÚCLEOS COLONIAIS

Desincorpora e emancipa lote rural, do Núcleo Colonial "São Bento", no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.931 — de 17 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

O**OBRAS PÚBLICAS**

Dispõe sobre a aprovação de tabelas de preços para execução de obras, a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.

Decreto n. 31.788 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

OBRIGAÇÕES DE CRIADORES E RE-CRIADORES DE GADO BOVINO

Ver: Criadores de gado bovino e re-criadores de gado bovino.

OBSERVATÓRIO METEOROLÓGICO

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terreno necessária a instalação de um Observatório Meteorológico na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.762 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

OFICIAL ADMINISTRATIVO

Suprime cargo provisório.

(D. A. S. P. — Q. P.).

Decreto n. 31.616 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

OFICIAIS AUXILIARES

Altera a distribuição do efetivo do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto número 30.627, de 10 de março de 1952.

Decreto n. 31.837 — de 24 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

OFICIAIS DO QUADRO AUXILIAR DE OFICIAIS (Q.A.O.)

Permite aos oficiais do Q.A.O. o ingresso nos Cursos da Escola de Saúde do Exército.

Decreto n. 31.604 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

OPERÁRIO DE ARTES GRÁFICAS

Suprime cargos extintos.

(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 31.817 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— Suprime cargos extintos.

(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 31.829 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte-Alegre-Uberlândia.

Lei n. 1.680 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

ORÇAMENTO GERAL DA REPÚBLICA

— Altera, sem aumento de despesa, o Anexo n.º 21 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores — para o exercício de 1952 (Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951).

Lei n. 1.745 — de 26 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1953.

Lei n. 1.757 — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 15 de dezembro de 1952 e 2 de janeiro de 1953.

— Retifica a Lei n.º 1.487, de 6 de dezembro de 1951, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1952, e dá outras providências.

Lei n. 1.758 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de dezembro de 1952.

— Altera, sem aumento de despesas, o Anexo n.º 25, do Orçamento Geral da República para o Exercício de 1952.

Lei n. 1.766 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 800.000,00 em reforço da verba que especifica.

Decreto n. 31.560 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

OCRE

Autoriza o cidadão brasileiro Vitorio Bizeto a pesquisar ocre e associados, no município de Castro, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.581 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Dispõe sobre o concurso de provas para o ingresso na magistratura vitalícia.

Lei n. 1.727 — de 8 de novembro de 1952

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE MINÉRIOS LTDA. — OBRASIL

Autoriza a Organização Brasileira de Minérios Ltda. — OBRASIL, a funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.692 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Código de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n. 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

ÓRGÃOS PARAESTATAIS

Concede abono de emergências aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

ORQUIMA — INDÚSTRIAS QUÍMICAS REUNIDAS S.A.

Autoriza Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de João João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.520 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Roberto de Sousa Dantas a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.524 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza Minas Serrinha Ltda. a pesquisar diamantes, ouro e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.529 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 28.131, de 16 de maio de 1950.*

Decreto n. 31.716 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Moreira Lopes a pesquisar ouro e associados, no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.751 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.993, de 12 de abril de 1950.*

Decreto n. 31.799 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, ouro e associados, no município de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná.*

Decreto n. 31.858 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

OURO

— *Autoriza a cidadã brasileira Gertrudina Menicucci Tortorielo a pesquisar cassiterita, monazita, minério de ouro e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 31.970 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 26.543, de 31 de março de 1949.*

Decreto n. 32.021 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 26.544, de 31 de março de 1949.*

Decreto n. 32.022 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Renova o Decreto n.º 26.545, de 31 de março de 1949.*

Decreto n. 32.023 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de ouro, no município de Turiaçu, do Estado do Maranhão.*

Decreto n. 32.027 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

P

PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS INC.

Concede à sociedade anônima "Pan American World Airways Inc." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 31.895 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

PATRÃO

Suprime cargos extintos.

(M. F. — Q. S.).

Decreto n. 31.820 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

PEGUARISTAS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Gonzaga da Cunha a pesquisar mica, pedras coradas e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.847 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Albino Coelho Romero a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 31.660 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— *Autoriza Samuel Amara Brito a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 31.779 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza Ecy Guerra Lemos a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 31.780 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

PENHOR PECUÁRIO

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

PENSÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$. 480.000,00 para pagamento de pensão especial aos veteranos da Revolução Acreana.

Lei n. 1.679 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Concede pensão especial à menor Maria Edite de Oliveira, filha de João Rodrigues de Oliveira, extranumerário diarista da Estrada de Ferro Central do Piauí, falecido em consequência de acidente no trabalho.

Lei n. 1.687 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Concede pensão especial de Cr\$. 273,00 mensais a Honorina Cavalcante de Moura, genitora de Francisco Cavalcante de Moura, servidor público, falecido no exercício de suas funções.

Lei n. 1.688 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Concede pensão mensal de Cr\$ 3.620,00, a Vera Vieira Garcia, viúva do agrônomo Murilo Geraldo Garcia, morto em virtude de agressão em serviço, e dá outras providências.

Lei n. 1.726 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Concede a pensão especial de Cr\$ 1.145,30 mensais à viúva do engenheiro José Maia Filho.

Lei n. 1.739 — de 21 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

PENSÕES

— Concede pensão especial à viúva e filhos menores do ex-investigador Luciano Maciel.

Lei n. 1.755 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— Concede pensão especial de Cr\$ 1.507,80 mensais a Alda Mourão Mota Reis, Ana Maria Mourão Mota Reis e Rogério Mota Reis, viúva e filhos do Dr. Jorge Lessa Mota Reis.

Lei n. 1.776 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

PERMUTA DE IMÓVEIS

Autoriza a permuta de imóveis entre a União e o Município de Aracaju, capital do Estado de Sergipe.

Decreto n. 31.554 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

PESCADORES

Altera dispositivo do Decreto-lei número 3.832, de 18 de novembro de 1941, que dispõe sobre a situação, perante o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, dos armadores de pesca e dos pescadores e empregados em profissões conexas com a indústria da pesca.

Lei n. 1.707 — de 23 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 27 de outubro de 1952.

PESQUISAS

Ver o nome do elemento pesquisado.

PESSOAL DE OBRAS DA UNIÃO

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

PESSOAL DE OBRAS DA UNIÃO

— Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

PESSOAL DO CONSELHO SUPERIOR DAS CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

PESSOAL DOS SERVIÇOS EXECUTADOS EM REGIME DE ACÓRDO

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

PIRITA

Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Pereira a pesquisar pirita, minério de manganês e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.694 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E DE REVISÃO DE NÍVEIS DE REMUNERAÇÃO

Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.902 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

PLANO DE INDENIZAÇÕES DE GUERRA

Dispõe sobre os Planos de Indenizações de Guerra e dá outras providências.

Decreto n. 32.013 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

PLANO DE UNIFORMES

Altera a redação do item XIII do art. 43 do Plano dos Uniformes para uso dos Oficiais e Praças da Aeronáutica.

Lei n. 1.684-A — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia.

Lei n.º 1.680 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos artigos 21 e 22 da Lei número 302, de 13 de julho de 1948.

Lei n.º 1.787 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

PODER EXECUTIVO

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

PODER JUDICIÁRIO

Abertura de Crédito — Ver: — Crédito Especial e Crédito Suplementar.

POLÍCIAS MILITARES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado à regularização de despesa efetuada, no exercício de 1950, pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Lei n.º 1.700 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

POLÍCIAS MILITARES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 6.200.000,00 à dotação atribuída à Verba 1 do Anexo 21 da Lei n. 1.487, de 6 de dezembro de 1951.*

Lei n. 1.788 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

POLÍGONO DAS SÊCAS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e criadadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

PORTOS

Approva projeto e orçamento para o prolongamento do cais do Porto Novo, na cidade do Rio Grande.

Decreto n.º 31.589 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

PORTOS MILITARES

Ver: *Bases Militares.*

PRAZOS

Revigora o prazo a que se refere o artigo 4.º, da Lei n.º 1.239-A, de 20 de novembro de 1950.

Lei n.º 1.720-C — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

PREÇOS MÍNIMOS

Ver o nome dos produtos.

PREFEITURAS

Outorga à Prefeitura Municipal de Inhauma, concessão para distribuir energia elétrica, no município de Inhauma, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 30.349 — de 28 de dezembro de 1951.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

PREFEITURAS

— *Revalida o Decreto n.º 19.820, de 18 de outubro de 1945, que outorgou à Prefeitura Municipal de Guaporé, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Guaporé, no distrito da sede do município de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 30.459 — de 28 de janeiro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado em Varginha, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.493 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terrenos situados em Jundiaí, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.614 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no Município de Ribeirão Claro, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.632 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terras situadas no município de São João do Piauí, no Estado do Piauí.*

Decreto n.º 31.633 — de 22 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de terreno situado em Araraquara, no Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.661 — de 24 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00, para atender às despesas com auxílio à Prefeitura de Blumenau.*

Decreto n.º 31.711 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

PREFEITURAS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de um terreno situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.781 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no Município de Caldas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.852 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a efetuar a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado, do Rio Grande do Sul, do imóvel doado que menciona.*

Decreto n.º 31.834 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar doação de imóvel situado no Município de Guapiruvá, no Estado do Paraná.*

Decreto n.º 31.949 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.*

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Legislativo n.º 62 — de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de novembro de 1952.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE

Decreto Legislativo n.º 60 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

PRESIDENTE DO ESTADO DE ISRAEL

Manda prestar a Sua Excelência o Senhor Chaim Weizmann, Presidente do Estado de Israel, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n.º 31.751-A — de 9 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

PRESIDIÁRIOS

Dispõe sobre os seguros de acidente do trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n.º 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

PREVENÇÃO CRIMINAL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

Lei n.º 1.740 — de 21 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.

Decreto n.º 31.549 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

PROCURADOR

Altera a carreira de Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, e dá outras providências.

Decreto n.º 32.034 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

PROCURADORES PÚBLICOS

Modifica os arts. 142, 153 e 188 do Decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945 — Cód. de Organização Judiciária do Distrito Federal — e autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de Cr\$ 166.600,00.

Lei n.º 1.734-A — de 17 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projetos e orçamentos para obras na esplanada de Cafelândia, da variante Mirante-Guaicará, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n.º 31.543 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para ampliação da estação de Pedro Celestino, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n.º 31.584 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para o prolongamento do cais do Porto Novo, na cidade do Rio Grande.*

Decreto n.º 31.589 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para construção da variante "Campinas", na linha Goiânia-Araguaia, da Estrada de Ferro de Goiás.*

Decreto n.º 31.649 — de 28 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para construção de uma subvariante na ligação ferroviária Teresina-Piripiri.*

Decreto n.º 31.703 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— *Aprova projetos e orçamentos para conclusão do trecho do quilômetro 57 + 253 ao km. 81 + 404,59, da variante Mirante-Guaicará, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.*

Decreto n.º 31.710 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projeto e orçamento para a execução do 2.º grupo de obras na esplanada de Ponta Porã, situada no ramal de Campo Grande a Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n.º 31.924 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Aprova projeto e orçamento para construção da ponte rodoviária sobre o rio Jacui, na linha ferroviária Pelotas-Canguçu-Barreto, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 31.945 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

PROMOÇÕES

Modifica o artigo 461, do Decreto-lei n.º 5.432, de 1 de maio de 1943 — (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 1.723 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre promoção ao posto de 2.ºs Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, que possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.*

Lei n.º 1.732 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

— *Dispõe sobre o interstício para promoção de Primeiros-Tenentes ao posto de Capitão.*

Decreto n.º 31.832 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

PROVA TESTEMUNHAL

Altera o artigo 141, e o item II, do artigo 134, do Código Civil Brasileiro.

Lei n.º 1.768 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

Q

QUADRO DE OFICIAIS AUXILIARES DA MARINHA

Altera a distribuição do efetivo do Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, a que se refere o Decreto número 30.627, de 19 de março de 1952.

Decreto n.º 31.837 — de 24 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

QUARTZITO

Renova o Decreto n.º 28.222, de 9 de junho de 1950.

Decreto n.º 31.572 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.817, de 24 de fevereiro de 1950.*

Decreto n.º 31.798 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 28.521, de 17 de agosto de 1950.*

Decreto n.º 31.800 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzito, granito e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 31.973 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

QUARTZO

Autoriza os cidadãos brasileiros Lacerdino de Oliveira Campos, Cordes Serra Machado e João Serra Machado Filho a pesquisar quartzo e associados, no município de Pompeu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 31.600 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio Custódio dos Reis e Sebastião Luís Pinheiro a pesquisar quartzo e associados no Município de Cristais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.700 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Antunes Armondes a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.717 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Antônio de Faria a pesquisar mica, quartzo, berilo e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.718 — de 5 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Evangelista Pereira a pesquisar caulim, quartzo e mica, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.765 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 28.281, de 21 de junho de 1950.*

Decreto n.º 31.771 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

QUARTZO

— *Renova o Decreto n.º 28.283, de 21 de junho de 1950.*

Decreto n.º 31.772 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 28.285, de 21 de junho de 1950.*

Decreto n.º 31.773 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n.º 27.818, de 24 de fevereiro de 1950.*

Decreto n.º 31.774 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 31.785 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 31.802 — de 19 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira Jamila Jacob Curi a pesquisar quartzo e associados, no município de Bocauiwa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 31.863 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 30.750, de 14 de abril de 1952.*

Decreto n.º 31.874 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

QUARTZO

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Adamian a pesquisar quartzo e associados, no município de Cristalina, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 31.898 — de 1 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Marcolino Ribeiro a pesquisar quartzo e associados, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 31.971 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— *Autoriza a cidadã brasileira Henriqueta dos Anjos Maia a pesquisar quartzo, no município de Cristais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 32.026 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

R**R.G. DUN & BRADSTREET COMPANY**

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "R. G. Dun & Bradstreet Company" autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 31.624 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de outubro de 1952.

RÁDIO CLUBE PARANAENSE LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Clube Paranaense Limitada para instalar um transmissor de radiodifusão em ondas curtas.

Decreto n.º 31.447 — de 12 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

RADIODIFUSÃO

Ver o nome da empresa concessionária.

RADIO SOCIEDADE GAUCHA S.A.

Outorga concessão à Rádio Sociedade Gaucha S.A. para estabelecer quatro transmissoras de ondas curtas em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Decreto n.º 31.261 — de 11 de agosto de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

RADIOTELEFONIA

Ver o nome da empresa concessionária.

RADIOTELEGRAFIA

Ver o nome da empresa concessionária.

RAIMUNDO CORREIA

Modifica o artigo 1.º, e a letra "b", do artigo 3.º, da Lei n.º 1.024, de 28 de dezembro de 1949.

Lei n.º 1.773 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

REAVIAÇÃO DE ATIVO

Prorroga o prazo estipulado nos parágrafos 2.º e 3.º, letra "h", do artigo 1.º, da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951.

Lei n.º 1.772 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1952.

RECLASSIFICAÇÃO DE SERVIDORES

Dá nova redação aos itens II e III, do artigo 1.º, do Decreto n.º 31.480, de 18 de setembro de 1952.

Decreto n.º 31.989 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

RECRIADORES DE GADO BOVINO

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n.º 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

RECURSOS CRIMINAIS

Modifica o artigo 609 do Código de Processo Penal.

Lei n.º 1.720-B — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n.º 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Ferroviária do Nordeste, o domínio útil de faixa de terreno de marinha, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.*

Decreto n.º 32.017, de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

REDE VIAÇÃO PARANÁ - SANTA CATARINA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n.º 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

REGIMENTOS

Altera o Regimento do D.A.S.P.

Decreto n.º 31.550 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Altera o Regimento do Instituto do Açúcar e do Alcool, aprovado pelo Decreto n.º 29.118, de 10 de janeiro de 1951 e dá outras providências.*

Decreto n.º 31.552 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

REGIMENTOS

— *Altera o Regulamento do Serviço de Saúde dos Portos, aprovado pelo Decreto n. 9.302, de 28 de abril de 1942.*

Decreto n. 31.838 — de 25 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento de Administração da Aeronáutica (R.A.D.A.).

Decreto n. 31.402 — de 8 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

— *Acrescenta dispositivos do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.*

Decreto n. 31.553 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Retifica as Instruções baixadas pelo Decreto n. 2.744, de 20-6-38, e o art. 55, n.º 53, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 6.031, de 26 de julho de 1940, na parte em que regula a inspeção de saúde dos asilados.*

Decreto n. 31.587 — de 13 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Modifica a redação da letra "b" do art. 98 do Regulamento para as Escolas Preparatórias, aprovado pelo Decreto n. 18.732, de 28 maio de 1945, e alterado pelo Decreto número 28.409, de 20 de julho de 1950.*

Decreto n. 31.605 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— *Aprova o Regulamento para o Alto Comando do Exército (1.ª parte).*

Decreto n. 31.639 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Guerra.*

Decreto n. 31.650 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

— *Altera o art. 51 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 54, de 12 de setembro de 1934.*

Decreto n. 31.682 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 1 de novembro de 1952.

— *Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 11 do regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.749, de 26 de junho de 1937.*

Decreto n. 31.708 — de 3 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

— *Aprova o novo Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros.*

Decreto n. 31.775 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

— *Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei n. 1.411, de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.794 — de 17 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 21 de novembro de 1952.

— *Altera a denominação do Curso de Tática Aérea e dá outras providências.*

Decreto n. 31.841 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 28 de novembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.*

Decreto n. 31.914 — de 12 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de dezembro de 1952.

REGULAMENTOS

— *Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de novembro de 1952.*

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

— *Altera os artigos 8.º e 10 do regulamento aprovado pelo Decreto número 22.016, de 26 de outubro de 1932.*

Decreto n. 31.925 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Aprova o Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n. 31.951 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

— *Dá nova redação aos itens II e III, do artigo 1.º, do Decreto número 31.480, de 18 de setembro de 1952.*

Decreto n. 31.989 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

REPATRIAÇÃO DE BRASILEIROS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito de Cr\$ 308.674,26, para atender ao pagamento das despesas efetuadas pelo Governo dos Estados Unidos da América, com a repatriação de brasileiros que se encontravam na Ásia.

Lei n. 1.702 — de 15 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de outubro de 1952.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

REVERSÃO DE IMÓVEIS

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a efetuar a reversão à Prefeitura Municipal de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, do imóvel doado que menciona.

Decreto n. 31.884 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1952.

REVISTAS

Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 25.442, de 3 de setembro de 1948.

Decreto n. 31.535 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

RIELLI, SILVEIRA & CIA. LIMITADA

Concede a Rielli, Silveira & Companhia Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 30.703 — de 2 de abril de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

RODOVIAS

Autoriza o Poder Executivo a construir e pavimentar o trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, da BR-14, do Plano Rodoviário Nacional, e a ligação Monte Alegre-Uberlândia.

Lei n. 1.680 — de 1 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— *Amplia o programa de Primeira Urgência, constante dos artigos 21 e 22 da Lei n. 302, de 13 de julho de 1948.*

Lei n. 1.787 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1952.

Retificada no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

RODOVIAS

— *Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 7.934.075,70, para pagamento à Companhia Serviços de Engenharia.*

Decreto n. 31.712 — de 4 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de novembro de 1952.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 32.033 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

S**SAL**

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito de sal nos principais centros de consumo, e dá outras providências.

Lei n. 1.761 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

SALÃO NACIONAL DE ARTE MODERNA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

Lei n. 1.689 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

SALÃO NACIONAL DE BELAS ARTES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, crédito especial para pagamento de prêmios e aquisição de quadros premiados no Salão Nacional de Belas Artes e Salão Nacional de Arte Moderna.

Lei n. 1.689 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Modifica o salário-família.

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

SALÁRIOS

Modifica o art. 461, do Decreto-lei n. 5.432, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 1.723 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Considera extensivo ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de salários previsto no artigo 2.º do Decreto n. 26.633, de 6 de maio de 1949.*

Decreto n. 31.607 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

SAMDU

Ver: *Serviço Médico Domiciliar Urgente.*

SANTOS DUMONT

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 730.000,00 para as despesas decorrentes da participação do Brasil na exposição retrospectiva concernente à vida de Santos Dumont, organizada em Paris pelo Governo da França.

Lei n. 1.692 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 9 de outubro de 1952.

SARGENTOS

Dispõe sobre promoção ao posto de 2.ºs Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandantes de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

SÊCA DO NORDESTE

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 180.200.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 31.869 — de 1 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

SÊDE DOS COMANDOS

Altera o Decreto n. 31.452, de 13 de dezembro de 1952.

Decreto n. 31.538 — de 4 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

SEGURADORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos para aumento do capital social da Seguradora Indústria e Comércio S.A.

Decreto n. 31.892 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

SEGURADORA INDUSTRIAL E MERCANTIL S.A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Seguradora Industrial e Mercantil S.A.

Decreto n. 31.891 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

SEGURADOS OBRIGATÓRIOS

Institui para os segurados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a aposentadoria por velhice e o auxílio-maternidade, e dá outras providências.

Decreto n. 31.547 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

SEGUROS DE ACIDENTE DO TRABALHO

Dispõe sobre os seguros de acidente de trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

SÊLO DE TAXA ADICIONAL POSTAL

Dispõe sobre a cobrança do sêlo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n. 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

SEMANA DO COMBATE A LEPRO

Dispõe sobre a cobrança do sêlo da taxa adicional de dez centavos, a que se refere a Lei n. 909, de 8 de novembro de 1949, e dá outras providências.

Decreto n. 31.684 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

SEMENTES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à aquisição, para revenda, de inseticidas e distribuição gratuita de sementes selecionadas ao pequeno agricultor.

Lei n. 1.750 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

SENADO FEDERAL

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

SERRANA SOCIEDADE ANÔNIMA DE MINERAÇÃO

Autoriza a Serrana Sociedade Anônima de Mineração a pesquisar argila, no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.808 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 25 de novembro de 1952.

SERVENTE

Dispõe sobre as carreiras de Contínuo e Servente do Serviço Público Federal, e dá outras providências.

Lei n. 1.721 — de 4 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1952.

SERVENTUÁRIOS DA JUSTIÇA

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a promover a construção, adaptação e aparelhagem de armazéns para depósito do sal nos principais centros de consumo e dá outras providências.

Lei n. 1.761 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Considera extensivo ao pessoal do Serviço de Navegação da Bacia do Prata o aumento de salários previsto no artigo 2.º do Decreto n. 28.633, de 6 de maio de 1940.

Decreto n. 31.607 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

SERVIÇO DE SAÚDE DOS PORTOS

Altera o Regimento do Serviço de Saúde dos Portos, aprovado pelo Decreto n. 9.302, de 28 de abril de 1942.

Decreto n. 31.833 — de 25 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

SERVIÇO MÉDICO DOMICILIAR URGENTE

Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n. 27.664, de 30 de dezembro de 1949.

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Dispõe sobre o conceito de empregado aprendiz.

Decreto n. 31.546 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Comissão de Técnicos, prevista no artigo 259, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Decreto n. 31.902 — de 8 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

SERVIÇOS DE GUERRA

Estende ao pessoal da Marinha Mercante Nacional, no que couber os direitos e vantagens da Lei n. 288, de 8 de junho de 1948.

Lei n. 1.756 — de 5 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 11 de dezembro de 1952.

SERVIÇOS MARÍTIMOS CAMUYRANO S.A.

Concede à "Serviços Marítimos Camuyrano S. A.", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.853 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES

Dispõe sobre o custeio dos serviços médico-hospitalares do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

Decreto n. 31.909 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

SERVIDORES DE AUTARQUIAS

Promulga dispositivos do projeto que se transformou na Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União) vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n. 1.711 — de 28 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 26 de dezembro de 1952.

SERVIDORES DE AUTARQUIAS

— *Modifica o salário-família.*

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Determina aproveitamento de servidores de Caixas de Aposentadoria e Pensões em outros órgãos da Previdência Social.*

Decreto n. 31.549 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Dispõe sobre o aproveitamento dos servidores da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração do Estado de Minas Gerais, a ser incorporada ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.*

Decreto n. 31.566 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

— *Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146 da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

— *Dispõe sobre os seguros de acidentes do trabalho nas instituições de Previdência Social.*

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

SERVIDORES DE CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Ver: *Caixas Econômicas Federais.*

SERVIDORES DO CONSELHO TÉCNICO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço prestado à União pelos servidores do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

Lei n. 1.720-A — de 3 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de novembro de 1952.

SERVIDORES PÚBLICOS

Modifica o salário-família.

Lei n. 1.757-A — de 10 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.*

Lei n. 1.711 — de 28 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 4 de novembro e 26 de dezembro de 1952.

— Ver também: *Funcionários Públicos, Extranumerários, Pessoal de Obras e Territórios Federais.*

SISAL

Assegura à agave ou sisal de produção nacional, da safra de 1952-53, a garantia dos preços mínimos prevista na Lei n. 1.506, de 19 de dezembro de 1951.

Decreto n. 31.534 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA AIR FRANCE

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima "Air France" autorização para funcionar na República.

Decreto n. 31.620 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA CENTRAL ELÉTRICA RIO CLARO

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à execução das obras do aproveitamento de energia hidráulica de vários saltos situados no Rio Mogi Guaçu, Município de Pinhal, Estado de São Paulo, cuja concessão foi outorgada à S.A. Central Elétrica Rio Claro pelo Decreto n. 26.434, de 9 de março de 1949.

Decreto n. 31.517 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Autoriza a S.A. Central Elétrica Rio Claro a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Rio Claro e Limeira, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 31.484 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CIMENTO, MINERAÇÃO E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO — CIMIMAR

Renova o Decreto n. 28.281, de 21 de junho de 1950.

Decreto n. 31.771 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 28.283, de 21 de junho de 1950.*

Decreto n. 31.772 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

— *Renova o Decreto n. 28.285, de 21 de junho de 1950.*

Decreto n. 31.773 — de 12 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1952.

SOCIEDADE ANÔNIMA EMPRESA ELÉTRICA DO ITAPURA

Modifica a potência do aproveitamento concedido à S.A. Empresa Elétrica do Itapura pelo Decreto número 20.453, de 23-1-46, e autoriza o funcionamento da usina de reserva.

Decreto n. 31.755 — de 11 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MÁQUINAS E MOTORES LIMITADA

Decreto-legislativo n. 81 — de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA BOA VISTA LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente a cotas a que fazem jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA BRASILEIRA S.A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA CRESCIUMA LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA MONTE NEGRO LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA PRÓSPERA S.A.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n. 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CARBONÍFERA RIO MAINA LTDA.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 13.799.805,20, correspondente à cota a que fizeram jus as Companhias carboníferas que especifica, pela quantidade de carvão "lavador" fornecida, de julho de 1949 a dezembro de 1950, à Companhia Siderúrgica Nacional.

Lei n.º 1.714 — de 29 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 1 de novembro de 1952.

Retificada no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE "COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO GUAÍBA LIMITADA"

Concede à Sociedade "Comércio e Navegação Guaíba Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.622 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

SOCIEDADE CONSTRUTORA DE OBRAS PÚBLICAS LIMITADA

Decreto Legislativo n. 63 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR METROPOLITANA

Concede autorização para constituição da Sociedade Cooperativa de Crédito Popular Metropolitana de São Paulo, com sede em São Paulo.

Decreto n. 31.845 — de 26 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO CERRAMITE LIMITADA

Retifica o Decreto n. 29.620, de 31 de maio de 1951.

Decreto n. 31.875 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO PITANGUI LTDA. — "SOMPIT"

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitangui Ltda., — "SOMPIT" — a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 31.861 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

SOCIEDADE EXTRATIVA MACAPÁ LIMITADA

Concede à Sociedade Extrativa Macapá Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 31.602 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de novembro de 1952.

SOCIEDADE "NAVEGAÇÃO IGUA-PENSE LIMITADA"

Concede à Sociedade "Navegação Iguapense Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.623 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

SOCIEDADE RADIO EMISSORA PARANAENSE LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Emissora Paranaense Limitada para estabelecer na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 31.597 — de 15 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1952.

SOCIEDADE "SERVIÇOS MARÍTIMOS FEDERAL LIMITADA"

Concede à Sociedade "Serviços Marítimos Federal Limitada", autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 31.812 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

SOCIEDADES DE ECONOMIA SUBVENÇÕES MISTA

Dispõe sobre os seguros de acidente de trabalho nas instituições de Previdência Social.

Decreto n. 31.984 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

STANDARD OIL COMPANY OF BRAZIL

Concede à Sociedade Anônima "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 31.472 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1952.

— Concede à "Standard Oil Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 31.811 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1952.

SUBOFICIAIS

Dispõe sobre promoção ao posto de 2.ªs Tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

SUBTENENTES

Dispõe sobre promoção ao posto de 2.ªs tenentes dos Subtenentes, Suboficiais e Sargentos do Exército e da Aeronáutica na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira, e possuíam até o término da guerra o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou o Curso de Especialista da Aeronáutica.

Lei n. 1.782 — de 24 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1952.

Concede uma subvenção extraordinária de Cr\$ 100.000.000 (cem mil cruzeiros), ao Museu de Santos Dumont, em Minas Gerais.

Lei n. 1.704 — de 15 de setembro de 1952.

Publicada no D. O. de 29 de outubro de 1952.

Inclui a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Instituto "Sedes Sapientiae", de São Paulo, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 1.777 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— Aumenta para Cr\$ 1.000.000,00 o valor da subvenção concedida pela Lei n. 720, de 28 de maio de 1949, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lei n. 1.778-B — de 20 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

— Inclui o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 1.786 — de 30 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 30 de dezembro de 1952.

— Concede contribuições a entidades desportivas.

Decreto n. 31.882 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de dezembro de 1952.

— Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 15.387.400,00, para cumprimento do que dispõe o art. 16 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que organizou o sistema federal do ensino superior.

Decreto n. 31.985 — de 23 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

SUCESORES DE SOCIEDADES DISSOLVIDAS

Ver: Criadores de gado bovino e recriadores de gado bovino.

SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO SOCIEDADE ANÔNIMA

Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital, da Sul América Capitalização Sociedade Anônima.

Decreto n. 31.789 — de 14 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 19 de novembro de 1952.

— Aprova alteração introduzida nos Estatutos, referente ao aumento de capital da Sul América Capitalização Sociedade Anônima.

Decreto n. 31.999 — de 26 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

"SULBA" — SOCIEDADE COMERCIAL DE MINÉRIOS LTDA.

Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.519 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda., a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.523 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

"SUNEY S.A." (SOCIEDAD URUGUAYA, NEGOCIOS, EXPORTACION, IMPORTACION SOCIEDAD ANONIMA)

Concede à "SUNEY S. A. (Sociedad Uruglaya, Negocios, Exploración, Importación Sociedad Anonima), autorização para funcionar na República.

Decreto n. 31.619 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Outorga concessão à Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.486 — de 19 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de outubro de 1952.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

— Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

SUPRIMENTOS DE FUNDOS

Autoriza a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.492.174.391,20, para despesas de exercícios encerrados e suprimentos de fundos até Cr\$ 2.492.174.391,20, à conta do saldo apurado no exercício de 1951.

Lei n. 1.705 — de 22 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de outubro de 1952.

T

TABELAS DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Ver: Obras Públicas.

TABELAS ÚNICAS

Criação, extinção ou alterações — Ver: O nome do Ministério a que pertencer.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.690 — de 1 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 6 de novembro de 1952.

TALCO

— Autoriza o cidadão brasileiro Jamil Leão Brasileiro a pesquisar talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.740 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio de Barros Motá a pesquisar talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.782 — de 13 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Autoriza a Magnesita S.A. a pesquisar magnesita, talco e associados, no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 31.862 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

— Autoriza a Congregação Redentorista a pesquisar talco e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.966 — de 19 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

— Autoriza o cidadão brasileiro Rogério Rodrigues Meireles a pesquisar talco e associados, no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 32.025 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 2 de janeiro de 1953.

TARIFA DAS ALFANDEGAS

Lei n. 1.749 — de 28 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1952.

TAXAS

Prorroga, até 31 de dezembro de 1953, as disposições da Lei n. 641, de 27 de fevereiro de 1949, com as modificações introduzidas pela Lei número 1.243, de 25 de novembro de 1950.

Lei n. 1.685 — de 2 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Cria o Instituto Brasileiro do Café, e dá outras providências.

Lei n. 1.779 — de 22 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

TÉCNICO DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Decreto Legislativo n. 83 — de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de dezembro de 1952.

TELEVISÃO

Aprova as normas e o plano de atribuição e distribuição de canais para o serviço de televisão no Brasil.

Decreto n. 31.835 — de 21 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno nacional interior que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 31.440 — de 11 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de outubro de 1952.

— Autoriza estrangeira a adquirir fração ideal do domínio útil do terreno de marinha, que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 31.478 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de outubro de 1952.

— Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 31.490 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.491 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 9 de outubro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, na Capital da República.*

Decreto n. 31.500 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de outubro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil de terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.502 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza estrangeira a adquirir, em revigoração, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.564 — de 9 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.610 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.611 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de novembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.612 — de 17 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 30 de outubro de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.644 — de 23 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o direito de ocupação do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.680 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 12 de novembro de 1952.

— *Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.681 — de 30 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 23 de dezembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.814 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiros a adquirirem o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.815 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha, que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.851 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

TERRENOS DE MARINHA

— *Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.*

Decreto n. 31.888 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 11.394.394,80, para pagamento de despesa a que se refere a Lei número 1.597, de 19 de dezembro de 1951.*

Decreto n. 31.806 — de 16 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1952.

— *Regulamenta a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço, prevista nos artigos 145, item XI, e 146, da Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952.*

Decreto n. 31.922 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 16 de dezembro de 1952.

TESOUREIRO

Suprime cargo extinto.

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.556 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 7 de outubro de 1952.

TESOUREIRO

— *Dá nova redação ao art. 4.º do Decreto n.º 27.664, de 30 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 31.752 — de 10 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

— *Suprime cargo extinto.*

(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.850 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de novembro de 1952.

TESOUREIRO-AUXILIAR

Suprime cargo extinto.

(M.V.O.P. — Q. III — Q. S.)

Decreto n. 31.558 — de 7 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 8 de outubro de 1952.

THE DUNLOP PNEUMATIC TYRE COMPANY (SOUTH AMERICA) LIMITED

Revoga os Decretos que concederam à sociedade "The Dunlop Pneumatic Tyre Company (South America) Limited" autorização para funcionar na República.

Decreto n. 31.497 — de 1 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 15 de dezembro de 1952.

THE HOME INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "The Home Insurance Company".

Decreto n. 31.473 — de 18 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

THE RIO DE JANEIRO FLOUR MILLS AND GRANARIES LIMITED

Autoriza sociedade anônima estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na Capital da República.

Decreto n. 31.490 — de 30 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

THE SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Declara de utilidade pública a faixa necessária à construção da linha de transmissão Anhangüera-Jundiaí, e do ramal de Perus, e autoriza a respectiva desapropriação.

Decreto n. 31.753 — de 10 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

TETÂNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery, a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, curo e associados, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.858 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

TÍTULOS PECUARISTAS

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recreadores de gado bovino, e dá outras providências.

Lei n. 1.728 — de 10 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 13 de novembro de 1952.

TRABALHADOR

Suprime cargos extintos.
(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.819 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

— *Suprime cargos extintos.*
(M. F. — Q. S.)

Decreto n. 31.821 — de 20 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

TRABALHO DE IGUAL VALOR

Modifica o artigo 461 do Decreto de transmissão Anhanguera-Jundiaí, lei n.º 5.432, de 1.º de maio de 1943 — (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 1.723 — de 8 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 12 de novembro de 1952.

TRANSFERÊNCIA DE CARGOS

Regulamenta a transferência de Escrivão de Coletoria do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, para a carreira de Coletor dos mesmos Quadro e Ministério.

Decreto n. 31.559 — de 8 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

TRANSPORTES AÉREOS REGULARES

Promulga o Acórdão sobre Transportes Aéreos Regulares entre os Estados Unidos do Brasil e a Itália, assinado em Roma a 25 de janeiro de 1952.

Decreto n. 31.419 — de 10 de setembro de 1952.

Retificado no D. O. de 14 de novembro de 1952.

TRATADOS

Promulga os seguintes Atos celebrados entre o Brasil e o Chile, firmados no Rio de Janeiro, a 4 de julho de 1947: Convênio de Cooperação Econômica; Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, de 1.º de março de 1943; Acórdão sobre Transportes Aéreos, e Convênio de Trânsito de Passageiros e Turismo.

Decreto n. 31.536 — de 3 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de outubro de 1952.

TRATAMENTO DE DELINQUENTES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para instalação da 1.ª Conferência Regional das Nações Unidas na América Latina.

Lei n. 1.740 — de 21 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

TRIBUNAL DE CONTAS

Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios e dá outras providências.

Lei n. 1.765 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Abertura de crédito — Ver: Crédito Especial.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

Abertura de Crédito — Ver: Crédito Especial e Crédito Suplementar.

TRIPOLI

Renova o Decreto n.º 28.204, de 7 de junho de 1950.

Decreto n. 31.693 — de 31 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 4 de novembro de 1952.

TURBINAS

Estabelece medidas de incentivo às indústrias de material elétrico pesado e turbinas no País.

Decreto n. 31.926 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

U

UNIFORME DO PESSOAL DO EXÉRCITO

Acrescenta dispositivos ao Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

Decreto n. 31.553 — de 6 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

UNIVERSIDADES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 13.127.430,40, para pagamento à Universidade do Brasil, dos saldos verificados no Orçamento relativos aos exercícios de 1946 a 1949.

Lei n. 1.753 — de 4 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1952.

— Concede prerrogativas de equiparação à Universidade Mackensie e aprova seu estatuto.

Decreto n. 30.511 — de 7 de fevereiro de 1952.

Retificado no D. O. de 18 de novembro de 1952.

— Altera a Tabela Única de Extra-numerários-mensalistas da Universidade do Recife.

Decreto n. 31.590 — de 14 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

UNIVERSIDADES

— Altera a Tabela Numérica de Extra-numerários-Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 31.908 — de 11 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1952.

— Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária da Universidade do Brasil.

Decreto n. 31.923 — de 15 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

Autoriza a Usina Açucareira Ester S. A. a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 31.453 — de 13 de setembro de 1952.

Publicado no D. O. de 17 de outubro de 1952.

V

VANÁDIO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Diamantino Nery, a pesquisar minério de cobre, vanádio, titânio, ouro e associados, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Decreto n. 31.858 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

VENCIMENTOS

Estende aos Médicos Sanitaristas do Ministério da Educação e Saúde, as vantagens e os direitos concedidos pela Lei n. 488, de 15 de novembro de 1948.

Lei n. 1.690 — de 3 de outubro de 1952.

Publicada no D. O. de 7 de outubro de 1952.

— Assegura ao ocupante de cargo de caráter permanente e de provimento em comissão o direito de continuar a perceber o vencimento ao mesmo cargo.

Lei n. 1.741 — de 22 de novembro de 1952.

Publicada no D. O. de 25 de novembro de 1952.

VENCIMENTOS

— *Concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 1.735 — de 18 de dezembro de 1952.

Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1952.

— *Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.*

Decreto n. 31.738 — de 7 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 10 de novembro de 1952.

VENCIMENTOS

— *Fixa os vencimentos dos servidores da Caixa Econômica Federal de Pernambuco.*

Decreto n. 32.014 — de 29 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

VENDE DE IMÓVEIS

Acrescenta um parágrafo ao artigo 45 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Lei n. 1.735 — de 18 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 22 de novembro de 1952.

Retificado no D. O. de 24 de novembro de 1952.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto-legislativo n. 60 — de 1952.

Publicado no D. O. de 18 de outubro de 1952.

X**XISTO**

Autoriza os cidadãos brasileiros Jorge Silveira Melo Filho e Joaquim Carlos Lara Pereira Pinto a pesquisar xisto, quartzo, granito e associados, no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 31.973 — de 13 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 29 de dezembro de 1952.

XISTO ARGILOSO

Autoriza a Companhia Paulista de Mineração a pesquisar xisto argiloso e associados, no município de Santa Ana do Parnaíba, Estado de S. Paulo.

Decreto n. 31.860 — de 27 de novembro de 1952.

Publicado no D. O. de 3 de dezembro de 1952.

Z**ZIRCÔNIO**

Autoriza a Cia. Geral de Minas S. A. a lavrar minério de zircônio, no município de Parreiras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 31.880 — de 3 de dezembro de 1952.

Publicado no D. O. de 5 de dezembro de 1952.

ZIRCONITA

Autoriza "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.519 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

ZIRCONITA

Autoriza Orquima — Indústrias Químicas Reunidas S. A. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 31.520 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.

— *Autoriza — "Sulba" — Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar monazita, ilmenita, zirconita e associados, no município de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 31.523 — de 2 de outubro de 1952.

Publicado no D. O. de 11 de outubro de 1952.